

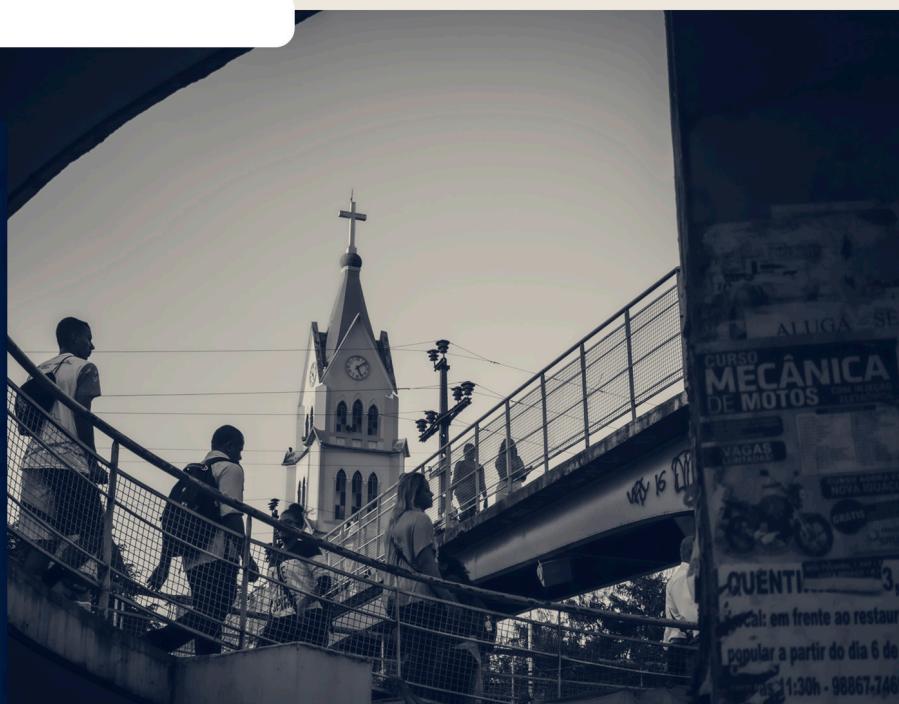


Jean Rodrigues Sales
Lucia Helena Pereira da Silva
Organizadores

A Baixada Fluminense e suas cidades

Vol. 1

Uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região



A BAIXADA FLUMINENSE E SUAS CIDADES



SÉRIE

Estudos em
**História e
Historiografia
da Educação**

Diretores da série:

Prof. Dr. José Edimar de Souza

(Doutor em Educação pela UNISINOS; Presidente da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul; Vice-presidente da Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação; Membro do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. Professor e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul e Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Gestão Educacional da UNISINOS).

Profa. Dra. Maria Augusta Martiarena de Oliveira

(Doutora em Educação pela UFPel; Coordenadora do Grupo de Trabalho História da Educação da ANPUH/RS. Membro do Conselho Fiscal da Associação Sul-Rio-Grandense de História da Educação. Professora e pesquisadora do IFRS – Campus Osório e do Mestrado Profissional em Educação).

Conselho Editorial e Científico:

Prof. Dr. Alberto Barausse

(Doutor em Educação - Università Cattolica del Sacro Cuore.
Professor e pesquisador da Università degli Studi del Molise - UNIMOL).

Prof. Dr. Cláudio de Sá Machado Jr.

(Doutor em História pela UNISINOS; Coordenador do Grupo de Trabalho em História da Educação da Associação Nacional de História – ANPUH. Professor e pesquisador da UFPR).

Profa. Dra. Dóris Bittencourt de Almeida

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFRGS).

Profa. Dra. Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

(Doutora em Educação pela PUCRS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UNISINOS).

Profa. Dra. Giana Lange do Amaral

(Doutora em Educação pela UFRGS. Professora e pesquisadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel).

A BAIXADA FLUMINENSE E SUAS CIDADES

UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A PESQUISA E
O ENSINO DE HISTÓRIA DA REGIÃO

VOLUME I

Organizadores
Jean Rodrigues Sales
Lucia Helena Pereira da Silva



Diagramação: Marcelo Alves

Capa: Gabrielle do Carmo

Fotografia / Imagem de Capa: Olhar em trânsito” – fotografia de Antonio Dourado
@tonhodourado

Revisão: Alvanisio Damasceno



A Editora Fi segue orientação da política de distribuição e compartilhamento da Creative Commons Atribuição-Compartilhamento 4.0 Internacional https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- B164 A Baixada Fluminense e suas cidades: uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região [recurso eletrônico] / Jean Rodrigues Sales e Lucia Helena Pereira da Silva (orgs.). – Cachoeirinha : Fi, 2025.
v. 1 ; 498p.

ISBN 978-65-5272-085-6

DOI 10.22350/9786552720856

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação – Ensino – Pesquisa – Baixada Fluminense – Rio de Janeiro. I. Sales, Jean Rodrigues. II. Silva, Lucia Helena Pereira da.

CDU 37.02:930(815.3)

SUMÁRIO

Prefácio	7
<i>Tania Maria da S. Amaro de Almeida</i>	
Apresentação	11
<i>Jean Rodrigues Sales</i>	
<i>Lucia Helena Pereira da Silva</i>	
1	21
Periferia tem história? Reflexões e agenda de pesquisa e ensino de história da baixada fluminense	
<i>Lucia Helena Pereira da Silva</i>	
<i>Jean Rodrigues Sales</i>	
2	39
Nova Iguaçu	103
<i>Allofs Daniel Batista</i>	
3	103
Duque de Caxias	157
<i>Silene Orlando Ribeiro</i>	
4	157
Nilópolis	201
<i>Vinícius dos Santos Fernandes</i>	
5	201
São João de Meriti	245
<i>Vinícius dos Santos Fernandes</i>	
6	245
Belford Roxo	313
<i>Adriana Maria Ribeiro</i>	
7	313
Queimados	313
<i>Roberta de Souza Campos</i>	

8	397
Japeri	
<i>Adriana Maria Ribeiro</i>	
9	455
Mesquita	
<i>Vinícius dos Santos Fernandes</i>	
Sobre os autores e autoras	495
Materiais de apoio pedagógico	497

PREFÁCIO

*Tania Maria da S. Amaro de Almeida*¹

A região da Baixada Fluminense tem, ao longo do tempo, sido apresentada de formas variadas e com matizes diversos a partir dos olhares de quem escreve sobre ela. Seja em produções de cidadãos comuns, desejosos de registrar suas vivências; nas matérias dos periódicos locais ou de grande circulação, que a apresentam como um território de contrastes com fama de ser uma região-problema; ou, ainda, nas pesquisas acadêmicas produzidas a partir da (re)leitura e interpretação dos registros anteriores ou que trazem recortes inéditos.

Uma indagação destacou-se para mim, nesta obra que agora chega às nossas mãos: “periferia tem História?”. Reflexão que se faz frequente no cotidiano daqueles que, na região, atuam nas áreas da educação e da cultura, pois buscam recuperar suas próprias experiências e repassá-las às gerações futuras. O objetivo maior desses sujeitos torna-se a busca por divulgar as memórias e recriar os laços de identidade com o lugar, visando a uma cidadania mais participativa.

Penso que este é também o foco desta produção: resistir no espaço dos discursos, com a perspectiva de novos olhares sobre a região, mas da mesma forma, estimulando o sentimento de pertencimento, pois os autores, nesta obra, são professores, ou que aqui nasceram e vivem, ou que atuam nas redes de ensino, nos diversos níveis de escolaridade.

Muito já se produziu sobre a Baixada Fluminense. Quem pesquisa sobre esse território, deve considerar importantes os escritos das décadas de 1930-1940, sem desconsiderar os relatos de jesuítas,

¹ Instituto Histórico de Duque de Caxias

calvinistas, viajantes europeus e outros que por aqui andaram e registraram suas visões desde o século XVI.

No entanto, a partir de meados do século XX, as produções marcaram gerações dentro do contexto de vivências políticas, econômicas, sociais e culturais daqueles sujeitos, levando a narrativas que registraram suas histórias vividas em um mundo de contrastes marcantes entre ditadura e luta por liberdade, na busca por transformação. Novas maneiras de apresentar a história da região foram tentadas e os registros vieram em forma de poesia, cordel e crônicas, que se tornaram fontes importantes para os escritos futuros.

A partir dos anos 1990, notamos um crescimento constante dos estudos acerca da região denominada Baixada Fluminense, resultado das investigações de pesquisadores que têm nos municípios dessa região seu lugar de origem, ou de outros que percebem suas singularidades e recortam seus objetos de investigação a partir das temáticas das localidades, em estudos acadêmicos com as mais diversas abordagens e recortes científicos.

O convite para prefaciar esta obra trouxe-me muita alegria. Senti-me também honrada, pois é a região em que nasci, vivo, atuo profissionalmente e tenho delimitado como principal objeto de estudo ao longo de mais de duas décadas, além de considerar a representatividade e a respeitabilidade dos organizadores da obra e seus autores junto ao mundo acadêmico.

Pensar a região na qual se vive e se atua, enxergo como uma tarefa sempre difícil, pois nela estão as origens, o trabalho e o convívio com os hábitos e costumes. A escrita da história do lugar pode se tornar um desafio devido ao imaginário de vícios e virtudes que as vivências cotidianas nos impõem. É relevante destacar que a análise e o recorte da escrita, mesmo que executada com a postura crítica e

problematizadora a partir dos conhecimentos teóricos e metodologia científica, pode ser motivada a partir daquilo que representa para cada indivíduo.

Os autores desta obra constituem-se como uma nova geração que integra a rede de memória, história e patrimônio aqui existente há décadas e que pesquisa nossa Baixada a partir de abordagens variadas. Os artigos que compõem esta obra, e as pesquisas e trabalhos dos articulistas, enriquecem e elevam nossa historiografia. Assim como os projetos e produções do Centro de Documentação e Imagem (Cedim), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que vêm preencher lacunas, com resultados importantes para o rol das investigações acerca da região e arredores.

Esta é uma obra que busca entender a Baixada Fluminense, no seu conjunto de municípios, a partir das vivências social, econômica, política, cultural e simbólica, entrelaçadas, mas também multifacetadas através dos tempos, com a preocupação no âmbito da sala de aula e dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem, levando a população a se reconhecer como agentes importantes nesse processo.

Parabéns aos organizadores e autores desta produção! “A Baixada Fluminense e suas cidades: uma contribuição à historiografia e ao ensino de história da região” com certeza integrará, com novos recortes e caminhos de estudos, a teia de registros sobre nossa região, buscando preservar nossas memórias e elevar nossa autoestima a partir da necessidade de reconhecimento da nossa própria história.

APRESENTAÇÃO

*Jean Rodrigues Sales
Lucia Helena Pereira da Silva*

A elaboração deste livro surgiu de uma demanda recorrente de professores e professoras do ensino fundamental e médio da Baixada Fluminense. Elas e eles buscavam trabalhar em suas escolas com a temática do ensino da história da região e não encontravam um livro que apresentasse esse conteúdo de forma acessível para ser utilizado em sala de aula. Também é unanimidade entre os especialistas de ensino a importância para a construção do conhecimento histórico das crianças e adolescentes a compreensão da historicidade de seu próprio meio e das relações sociais em que vivem. Por outro lado, tem sido um desafio para as universidades incorporar a seus currículos os aspectos locais, uma vez que, tradicionalmente, os cursos de história estão divididos em grandes áreas, tais como Teoria da História, História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, História do Brasil e, incorporada mais recentemente, História da África. Nessa grade curricular, muito pouco espaço resta para a história regional. Um último elemento que dificulta o ensino da história local é a falta de materiais didáticos para esse fim, na medida em que não sendo objeto de políticas públicas federais, não desperta o interesse das grandes editoras de livros didáticos.

A partir dessa constatação, este livro tem como foco principal contribuir com a capacitação dos professores e estudantes de história e áreas afins para o ensino de história da Baixada Fluminense e assim suprir um elemento fundamental, mas ainda pouco alcançado, que é o ensino da história local na região metropolitana da cidade do Rio de

Janeiro. O livro está inserido em projeto mais amplo apoiado pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), através do Edital de apoio à melhoria das escolas da rede pública sediadas no estado do Rio de Janeiro, que contempla a elaboração de materiais didáticos variados para auxiliar o trabalho dos professores em sala de aula¹. Além deste livro, foram produzidos jogos educativos, podcast, exposições virtuais, videoaulas e bibliografia de apoio. O conjunto desses recursos pode ser consultado no Repositório Institucional e nas redes sociais do Centro de Documentação e Imagem (Cedim), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).²

A definição sobre os municípios que compõem a Baixada Fluminense envolve discussões historiográficas e políticas. A que adotamos neste livro é aquela utilizada pelo governo do estado e é formada por treze municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti, Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Magé e Guapimirim. No entanto, é importante registrar que grande parte dos estudiosos utiliza o conceito de Baixada Histórica, que seria formada pelos oito municípios que surgiram a partir do território do Grande Iguaçu: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita.

As opções para a escrita de uma história de uma região ampla e complexa como a Baixada Fluminense são variadas, sendo necessário

¹ Além dos professores que escreveram os capítulos deste livro, agradecemos a todos os alunos que participaram do projeto através do Programa de Iniciação científica da FAPERJ: Carlos Eduardo Santos de Sousa, Diana de Azevedo Braga da Cruz, Isabelle Jesus Dantas de Souza, Lavinia Schuina dos Santos, Lucas Amorim Queiroz, Luís Henrique Fonseca Assumpção, Paolo Aron Vimercati Simas, Tadeu Giovanini Costa Reis.

² Ver os materiais de apoio no Repositório Institucional do CEDIM: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/20151>

fazer escolhas. Optamos aqui por escrever a história dos municípios individualmente, uma vez que é a demanda mais evidente por parte dos professores de ensino fundamental e médio. A proposta dos capítulos é traçar uma trajetória dos territórios em que hoje se encontram essas cidades. Evidentemente que os autores estão atentos ao fato de não cometerem um anacronismo ingênuo, buscando abordar os municípios quando estes efetivamente não existiam, uma vez que em sua maioria surgiram a partir do século XIX. Dessa forma, em vez de o leitor encontrar o município apenas através de sua criação institucional, ele vai acompanhar a longa trajetória, constituição e transformações desse território no decorrer dos séculos. Ao partir de um período mais amplo, incluímos temas que são amplos e dizem respeito a todos eles, não cabendo em fronteiras institucionais, tais como a presença indígena, a população escravizada, as religiosidades e as lutas políticas e sociais. Uma segunda observação sobre o livro é que entendemos os professores como agentes de construção do conhecimento e que, portanto, a partir da leitura dos capítulos, individualmente ou em seu conjunto, possam fazer, juntamente com seus alunos, suas próprias conexões e sínteses sobre a história da Baixada Fluminense.

Cada capítulo tem autoria própria e, portanto, expressa as escolhas temáticas, teóricas e metodológicas de cada autor. Ainda assim, podemos afirmar que está no centro da narrativa e nos argumentos utilizados a busca pelo dissenso e pela desnaturalização das relações sociais estabelecidas historicamente no território, que hoje conhecemos como Baixada Fluminense, desde o período colonial. A proposta foi questionar criticamente os documentos, a historiografia e a memória construída sobre a região. Com isso, buscamos tratar de temas e atores sociais que nem sempre aparecem nas narrativas existentes, tais como a população indígena, a população escravizada, as lutas políticas e as

expressões populares, entre outros. Além disso, também aparecem temas que podem parecer surpreendentes para quem não conhece a região, como a diversidade de produções culturais e seu rico patrimônio natural.

A autoria dos capítulos merece um comentário destacado. Os cinco professores que escreveram os textos aqui reunidos atuam como docentes em escolas da rede pública de ensino da Baixada Fluminense, e estudaram na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde obtiveram os títulos de mestre e doutor. Dessa forma, além da capacitação teórica para a escrita dos textos, é evidente na leitura do livro os traços provenientes da experiência docente, como a tentativa de escrever numa linguagem acessível à universidade, mas também compreensível no chão da escola.

Neste primeiro volume, conforme apontamos anteriormente, estão os textos sobre os oito municípios que surgiram a partir do território do Grande Iguaçu desde o século XIX até a década final do século XX: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Japeri e Mesquita. No segundo volume, estão municípios que surgiram através de outros processos históricos: Magé, Guapimirim, Itaguaí, Seropédica e Paracambi.

No primeiro capítulo, os organizadores do livro fazem uma reflexão sobre a pesquisa e o ensino de história da Baixada Fluminense destacando seus impasses e possibilidades a partir do surgimento de diversos livros sobre o assunto nos últimos anos.

O segundo capítulo aborda a história da cidade de Nova Iguaçu, município a partir do qual surgiram as demais cidades que compõem a chamada Baixada Histórica. Começa com a descrição da região antes da colonização portuguesa, destacando a presença de populações indígenas e a importância do rio Iguassú na história da região. A colonização

portuguesa é abordada, incluindo a expulsão dos franceses e o massacre das nações nativas. O texto também destaca a formação da Fazenda do Iguassú, que se tornou uma importante área de produção agrícola e comercial. Apresenta os principais marcos administrativos, como a elevação da freguesia de Piedade do Iguassú à condição de Vila de Iguassú, em 1833 e a transferência da sede da Vila de Iguassú para o Arraial de Maxambomba. Constam transformações na infraestrutura urbana como a construção da Ferrovia Pedro Segundo, bem como a instalação de serviços públicos e comércios em Maxambomba, que são mencionadas como fatores que contribuíram desenvolver a cidade e para o crescimento do município. O texto também elenca aspectos culturais, como a Festa de Santo Antônio, que celebrou 160 anos de tradição em 2023 e a importância da variedade cultural na história da cidade. Suscita reflexões a respeito de questões ambientais, algo tão atual, além de abordar questões da política local em momentos críticos da história brasileira, como a ditadura militar. Em resumo, o texto busca abordar a história da cidade de Nova Iguaçu, desde a origem da ocupação e colonização portuguesa, porém o foco principal tende a ser a transformação da cidade moderna ao longo do século XX, uma lacuna observada na historiografia iguaçuana e regional.

O terceiro capítulo discute o processo de formação do município de Duque de Caxias a partir de uma longa duração. Para pensar as diferentes temporalidades e processos históricos relacionados ao surgimento da sociedade caxiense e do seu território, optou-se por uma narrativa inicial centrada na vida das populações sambaquieiras no ambiente do Recôncavo do Guanabara, cujo importante legado em Duque de Caxias é o sambaqui de São Bento, localizado no bairro do mesmo nome. Em seguida, a análise contempla os processos de dispersão das populações Tupi-Guarani e a ocupação das cercanias da

Guanabara pelos Tupinambá, seus contatos com os lusitanos e as implicações da Guerra da Guanabara para a população indígena, a distribuição de sesmarias e a formação do espaço territorial e de uma economia de base agrícola e escravista que predominará na Baixada Fluminense até o século XIX. Discute ainda como os rios tiveram um papel fundamental para a formação da economia, através da constituição de caminhos fluviais, e para identidade do município de Duque de Caxias desde tempos ancestrais. Outro aspecto destacado no capítulo é a importância adquirida pela região no ciclo do ouro por conta da produção de gêneros agrícolas e por ser uma área de passagem. Entre os séculos XIX e o XX, o advento das ferrovias, os problemas sanitários decorrentes da implantação das linhas férreas, as atuações das Comissões de Saneamento, as metamorfoses urbanas, o crescimento, a industrialização, a emancipação de Meriti e o surgimento de Duque de Caxias são temas também contemplados. Analisa como, na primeira metade do século XX, o projeto varguista inseriu Xerém como uma área importante no setor industrial brasileiro através da criação da Fábrica Nacional de Motores. O papel histórico das lutas dos trabalhadores industriais e dos trabalhadores agrícolas em Caxias, manifestações populares como o Saque de 1962, as greves de trabalhadores, as marcas da ditadura empresarial militar em Duque de Caxias e o processo de redemocratização, processos históricos corridas entre as décadas de 1940 e 1980, também são aspectos importantes abordados no texto.

O quarto capítulo trata do território que atualmente forma o município de Nilópolis, que inseriu-se em uma trajetória histórica que comporta semelhanças em relação a outras regiões da Baixada Fluminense: a presença indígena anterior à colonização; a dinâmica de ocupação e exploração do território durante os anos da colonização portuguesa e a construção das ferrovias ao longo do século XIX. Aolongo

do século XX, por sua vez, migrantes e imigrantes estabeleceram-se no município que veio a se emancipar no ano de 1947. Entre essas famílias de imigrantes, destacaram-se os Abrão – David, que se constituíram em líderes políticos hegemônicos no município e deveram sua ascensão às ligações que estabeleceram entre a política institucional, as atividades da contravenção e a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis.

O quinto capítulo aborda a história de São João de Meriti tem início com a ocupação indígena do continente americano. Já no século XV, esse território se insere na dinâmica da colonização portuguesa em sua face mais conhecida: o estabelecimento de engenhos e fazendas para a produção de açúcar e alimentos. No século XIX, tem destaque a construção das ferrovias e da Igreja da Matriz de São João Batista. Na primeira metade do século XX, incentivado pelas ferrovias e campanhas de saneamento da região, ocorre o loteamento do território e sua ocupação pela população trabalhadora do Rio, além de migrantes e imigrantes. Esse cenário contribui para a formação de um ideário a favor da emancipação da cidade, que se efetiva em 1947. A partir dos anos 1950, a população se adensa ao ponto da cidade receber o apelido de “Formigueiro das Américas”. Recrudescem, então, a mobilização da população por direitos básicos, como saneamento básico, transporte, educação e saúde. Por vezes, exigiram-se soluções por parte do poder público, em outras, buscaram-se maneiras de sanar os desafios por iniciativa própria. Essas demandas que permaneceram vivas inclusive em momentos de forte repressão, como entre os anos da ditadura civil-militar (1964-1985) e seguem sendo fundamentais na contemporaneidade.

O sexto capítulo trata de Belford Roxo e apresenta temáticas da história local, a exemplo das descobertas arqueológicas que confirmam a presença de povos sambaquianos e tupis no território que abriga a

cidade. Há também informações sobre as fases da Colônia e do Império, quando o lugar foi marcado pela instalação de engenhos e por diferentes modos de resistência à escravidão. A maior parte do capítulo aborda eventos do século XX, entre os quais estão as ondas migratórias de trabalhadores para o então distrito iguaçuano e o surgimento de importantes movimentos sociais, como o Mutirão de Nova Aurora (1979) e a Greve dos operários da Bayer (1989). A última parte é dedicada ao movimento musical, ligado principalmente à juventude negra, que tornou a cidade conhecida como a Capital do Reggae. Ao final de cada assunto, são apresentadas sugestões de abordagens e de atividades que podem ser usadas em sala de aula para aprofundar o ensino da história do município.

O capítulo sete é sobre Queimados. Emancipada de Nova Iguaçu em 1990, a cidade de tem sua história marcada pelo processo de metropolização que toda a Baixada de Guanabara viveu com o advento da E.F.D.P.II. Paralelamente, sua história colonial e imperial está relacionada aos sertões da Baixada de Sepetiba, assim consideramos seu território como entroncamento de “duas baixadas”, que viveram processos sociais relativamente semelhantes em períodos distintos. A realização da síntese em mãos foi possível devido à extensa bibliografia debruçada sobre a Baixada Fluminense que vêm florescendo nas últimas décadas. Geografia, sociologia, antropologia e mais recentemente a historiografia interessadas nas periferias possibilitam a construção da história local e regional de territórios até então negligenciados. A História de Queimados foi examinada pela abordagem da História Social e Crítica, contudo devido às limitações da pesquisa, foi necessário fazer reduções e opções por determinadas temáticas, tendo em vista subsídios para a sala de aula. Nesse sentido, o texto enfoca os seguintes temas: a história indígena e a conquista da Guanabara; o

desenvolvimento colonial de Marapicu e a Fazenda São João de Queimados no período imperial; a instalação ferroviária e seus impactos sociais; trajetórias no pós-abolição; o período de ascensão e declínio da citricultura; a especulação da terra e a onda loteadora; trajetórias da oposição à ditadura militar em Queimados (Nova Iguaçu); a atuação do movimento negro católico; a ocupação camponesa de Campo Alegre; a instalação e desenvolvimento das indústrias em Queimados; e por fim sua emancipação.

O capítulo oitavo é sobre Japeri e aborda temas relevantes para o ensino da história do município, dentre os quais estão: a presença de povos tupis no passado do território; o processo de conquista a partir da ação dos bandeirantes e da abertura dos Caminhos do Ouro; a importância do povoado do Belém na fase áurea da cafeicultura do Sul Fluminense; os processos migratórios a partir do final do século XIX e a questão fundiária, cujo destaque é o movimento camponês de Pedra Lisa, considerado um dos mais importantes na luta pela terra no estado do Rio de Janeiro, no período anterior ao Golpe de 1964. Por último, são mencionadas práticas culturais e de lazer na cidade e apresentada, de forma breve, a trajetória de Mestre Azulão, um dos principais cordelistas brasileiro e morador da cidade. Ao longo do texto, também, são sugeridos debates e atividades que podem enriquecer o ensino da história local.

O último texto trata do Município de Mesquita, território este que guarda semelhanças em relação a outros municípios da atual Baixada Fluminense, com a ocupação indígena, a colonização portuguesa e as alterações sociais e econômicas provocadas pelas ferrovias ao longo do século XIX. A ocupação urbana do município ocorreu sobretudo a partir dos anos 1950, já que na primeira metade do século XX, boa parte de suas terras estavam voltadas à atividade oleira e à produção de cítricos. Data

dessa década também a primeira tentativa de emancipação da localidade. A separação em relação a Nova Iguaçu só viria a se efetivar no ano de 1999, em um processo de que envolveu a realização de três plebiscitos e uma disputa judicial. Após a emancipação, o poder político foi ocupado por grupos envolvidos na conquista da autonomia municipal, tanto contrários quanto favoráveis, e que tiveram de buscar soluções para demandas históricas da população como saneamento básico, saúde e educação. Como a resposta do poder público não foi suficiente, destacaram-se inúmeros exemplos de iniciativas e mobilizações da própria população para enfrentar os desafios da falta de infraestrutura urbana.

Esperamos que este livro possa ser lido pelo público em geral interessado na temática da história da Baixada Fluminense, por alunos e alunas dos cursos de graduação em história e áreas afins e, principalmente, pelos professores e professoras da rede pública e privada de ensino da região. O propósito, como já foi dito, é que os profissionais possam se apropriar dos recursos desenvolvidos no projeto, entre os quais está este livro, para pensar e ensinar criticamente a história dessa complexa região.

1

PERIFERIA TEM HISTÓRIA? REFLEXÕES E AGENDA DE PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA DA BAIXADA FLUMINENSE

Lucia Helena Pereira da Silva

Jean Rodrigues Sales

A indefinição do que é a região denominada Baixada Fluminense está presente na historiografia local, ainda que na maioria dos casos se utilize a definição do governo do estado, formada por 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, São João de Meriti; Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Magé e Guapimirim. O problema é que não há clareza dos elementos usados por parte do governo para configurar a região com as 13 unidades político-administrativas. As demais delimitações trazem seus argumentos. Segundo Simões (2011), o problema da definição da Baixada Fluminense está no estabelecimento de seus limites, visto que não há questionamento quanto ao seu núcleo central, também chamado de Baixada Histórica, formado pelos oito municípios que surgiram a partir do território do Grande Iguaçu (Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti). O autor ressalta que na sua obra anterior (Simões, 2007) havia aderido à ideia da Baixada Histórica, aquela que tem no processo de ocupação seu principal argumento, mas que estava revendo essa definição, visto que havia características geopolíticas atuais similares entre Itaguaí, Seropédica, Magé e Guapimirim, que possibilitam os colocar junto com a Baixada Histórica.

O autor discorre sobre a evolução do termo na definição do território, desde Hildebrando Goes, diretor da Comissão Federal de

Saneamento de 1934, que entendia a Baixada como toda planície do estado do Rio de Janeiro, ainda que a subdivida em 4 porções (Sepetiba, Guanabara, Araruama e Campos). É importante ressaltar que a Baixada de Sepetiba abrigava o município de Itaguaí (e Seropédica) e a Baixada da Guanabara compreendia Iguaçu (com os oito municípios) e Magé (ainda com Guapimirim), mas também todo lado leste da baía (Cachoeiras de Macacu, Itaboraí, São Gonçalo e Niterói). Hildebrando popularizou o termo, mas não uma configuração geográfica.

Simões (2011) ainda cita Monteiro (2001) e Oliveira (2004) como autores que trabalham com a ideia de baixada geopolítica para a definição da região e, nesse sentido, Magé, Seropédica e Itaguaí estariam dentro da região. A multiplicidade de delimitações não chega a ser divergência de leitura entre os autores, mas de escolha sobre o que ressaltar. Nesse sentido, Rocha (2009) nos informa que tal escolha também é realizada pelos gestores de alguns municípios em função da indefinição desses limites. Guapimirim, por exemplo, em certos momentos históricos, quando é de interesse da municipalidade, coloca-se como parte Baixada Fluminense; em outras ocasiões, porém, indica ser parte da serra Imperial. Paracambi, por sua vez, também por motivos políticos e econômicos, ora se coloca como pertencente à Baixada, ora ao Vale do Café.

Essa fluidez reflete a própria indefinição do Estado, visto que cada setor da administração pública cria a sua própria divisão. A educação, por exemplo, possui diretorias regionais em que colocam Magé e Guapimirim na diretoria Serrana 1, cuja sede é em Petrópolis, enquanto Itaguaí e Seropédica estão alocadas na Metropolitana IV, cuja sede é no bairro de Campo Grande, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Já Paracambi faz parte da diretoria Centro Sul, cuja sede é Vassouras (Rio de Janeiro, 2024a). A secretaria de saúde divide o estado em CIRs

(Comissões Intergestores Regionais) e coloca praticamente todos os municípios da Baixada na Metropolitana 1, deixando Paracambi na CIR Centro Sul e Guapimirim na CIR Serrana. Finalmente, ainda à guisa de exemplo, a Secretaria de Turismo insere praticamente todos os municípios na Baixada Verde, deixando de fora Guapimirim que pertence à região da serra Imperial; Paracambi no Vale do Café e Itaguaí na Costa Verde.

Afinal, quais elementos determinam a inserção dos 13 municípios na Baixada Fluminense oficial, já que dentro da administração pública, em função de seus próprios critérios, eles são divididos em diferentes categorias? A pergunta é importante, embora não haja dúvida quanto aos oito municípios, que são comumente chamados de núcleo central ou de Baixada Histórica; e, principalmente, que o conjunto dos 13 fazem parte da periferia da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro.

Periferia é definida como área sob o domínio de uma metrópole, mas no limite desta. Assim, ao mesmo tempo em que está submetida às dinâmicas políticas e econômicas estabelecidas pela metrópole (seja pelo oferecimento da maior parte dos empregos ou de serviços e equipamentos para consumo), também está condicionada pelas relações de controle advindas da fragmentação política existente na região. A busca da população em escapar dessa condição de controle pode ser vista na construção de novas oportunidades locais, ditando ritmos que tensionam e estabelecem novas características à relação centro-periferia, que não passa somente pela distância espacial, mas principalmente pela disputa e apropriação das condições materiais existentes na grande região metropolitana.

Essa distância espacial, fruto do domínio socioeconômico da metrópole, reflete-se no entendimento de uma história da periferia, construída privilegiadamente pela lógica da grande cidade, em função

da inexistência de uma história da região ou dos municípios que a compõem. O que existe são narrativas fragmentadas formuladas em grande parte através de objetos específicos, dificultando o entendimento mais amplo da região. Os memorialistas buscaram contar uma história descolada da cidade do Rio de Janeiro, ressaltando principalmente as informações locais, o que também a torna ininteligível, visto que a região sempre esteve conectada à capital. Assim, não é possível construir uma história sem a metrópole, ao mesmo tempo que só com e a partir dela também não é possível essa compreensão.

A Baixada Fluminense é formada por municípios que se emanciparam na segunda metade do século XX, dentro do processo de periferização. Assim, contar a história da região é também contar a História desses municípios, mas aquilo que transformou a região em periferia não tem história, ou melhor, não é vista como objeto da História, ainda que os planejadores urbanos o estudem. A Baixada está na periferia, logo, foi produto de um processo de urbanização cuja história é desconhecida. Pouco se fala dos principais sujeitos e aspectos dessa história: a população que chegava nos trens através da febre dos loteamentos; as terras parceladas e os loteadores; a emancipação e conformação política e administrativa dos novos municípios que, entre outras coisas, viabilizava a existência dos loteamentos.

Em geral, o processo é analisado de forma fragmentada. Assim, temas como saneamento e a política de industrialização, por exemplo, são vistos a partir de uma história mais ampla, onde a região ou os municípios servem apenas de ilustração; ou o inverso, tão pontual, local e sem articulação que não faz sentido para a compreensão da região. Um exemplo disto é a história de Campo Alegre, atualmente nos municípios de Queimados e Nova Iguaçu, o primeiro assentamento rural municipal

do país, e que sem o conhecimento do contexto das lutas políticas da década de 1980, não é possível entendê-lo. Em ambos os casos (a parte pelo todo e o todo pela parte), a dificuldade de organizar a documentação histórica existente revela-se um desafio a mais.

Parte da lógica das ações realizadas na região veio de protagonistas que viviam/estavam na metrópole e as fontes produzidas nessas ações acabaram também por ficar fora da região. Exemplos disso são a documentação da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Fundrem), da DSBF, EFCB, da Junta Comercial do estado e da Polícia (civil e militar). Internamente, a situação não é melhor. De um (ou três) município(s) para oito ou 13 municípios ao longo do século XX significou dispersão das fontes produzidas nas muitas cidades, mas que ainda hoje existem poucos arquivos organizados quanto tal.

Dependendo da temática, as práticas documentais necessárias ao ofício do historiador tornam-se quase impossíveis. Praticamente não há arquivos públicos, profissionais e com funcionamento perene na região, embora haja espaços voltados à captação, organização e guarda de documentos. A dispersão da documentação tem como exemplos o assentamento de Campo Alegre, que hoje ocupa dois e pode ser encontrada esparsamente no arquivo do judiciário estadual, no Iterj e nos próprios municípios, que, no caso de Nova Iguaçu, são a prefeitura e a Cúria Metropolitana; ou sobre a prefeita Alzira, a primeira mulher a ocupar um cargo executivo na região, de São João de Meriti, onde não há documentos de sua gestão e tudo o que se sabe dela são os processos judiciais do período ditatorial e a imprensa periódica. Em outros municípios, como São João de Meriti, não há arquivo nem documentos dos primeiros anos da municipalidade.

Contar uma História da periferia, metodologicamente, não é diferente da construção de qualquer narrativa historiográfica, mas implica sempre articular as fontes produzidas pela metrópole, visto que as produzidas localmente desapareceram em sua maioria. Assim (para lembrar Spivak), pode o subalterno falar? A resposta é sim, mas sempre atravessada por lógicas e atuação dos grupos sociais e processos históricos que não são necessariamente locais.

Ainda que as dificuldades acima não possam ser esquecidas, também é necessário reconhecer que alguns grupos e instituições se esforçaram para guardar e organizar documentos da história local. A região, por exemplo, sempre contou com o incansável trabalho de memorialistas, pesquisadores e instituições locais que se fizeram presentes na inexistência de políticas públicas de preservação do patrimônio material e imaterial (Laurentino, 2021; Enne, 2002). Ao manterem acervos documentais de caráter pessoal e institucional, figuras como o professor e estudioso local Ney Alberto permitiram que parte dos documentos produzidos pelo Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI), instituição fundada nos anos 1960, não se perdesse completamente. A exemplo do pesquisador, também vale registrar o trabalho liderado pelo professor Genesis Torres, no Instituto de Pesquisa e Análises Históricas da Baixada Fluminense (Ipahb). Fundado em 1997, no município de São João de Meriti, o espaço congregou diversos pesquisadores e acumulou um considerável conjunto bibliográfico e de fontes sobre a região. Vizinho ao Ipahb, do mesmo modo, o Instituto Histórico da Câmara de Duque de Caxias, em conjunto com a Associação de Professores e Pesquisadores de História (APPH-Clio), contribui desde a década de 1970 para que um acervo de aproximadamente 70 mil itens — livros, impressos, iconográficos e

objetos — sejam acessíveis aos pesquisadores da história da Baixada Fluminense (Sales, 2024; Laurentino, 2014; 2021).

Além dos institutos históricos e geográficos, a história local também contou com o apoio da Fundação Educacional de Duque de Caxias (Feuduc), instituição de ensino privada, responsável por inúmeros trabalhos de conclusão de curso, e de espaços como o Museu Vivo de São Bento, primeiro ecomuseu de percurso da Baixada Fluminense, que foi criado a partir da Lei nº 2.224 em 7 de novembro de 2008. Situado no município de Duque de Caxias, organiza visitas guiadas, cursos de história da Baixada Fluminense e exposições culturais, o que fizeram do ecomuseu um importante lugar de produção de conhecimento sobre a região (Sales, 2024; Laurentino, 2016).

Em Nova Iguaçu, coube ao arquivo da Cúria Diocesana exercer o papel de “guardião” de parte da documentação histórica produzida por movimentos sociais, grupos pastorais, publicações seriadas e fontes eclesiásticas, como registros de batismo, casamento e óbitos datados do século XVIII. O múltiplo acervo localizado na Cúria Diocesana de Nova Iguaçu permite que pesquisadores investiguem temas como a história das lutas sociais dos direitos humanos, conforme veremos adiante. Infelizmente, esse acervo encontra-se guardado de forma precária, sendo necessárias ações para a sua preservação e divulgação (Leite, 2014).

Assim como a diocese, outras instituições, grupos e indivíduos acumulam ricos acervos sobre distintos momentos da história social, política e cultural da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, mas as consultas virtuais e políticas claras de acesso aos documentos ainda são um desafio para boa parte dessas organizações, que recebem pouco ou nenhum financiamento para manutenção de um domínio que reúna a produção de um ou mais centro/museu ou arquivo.

Ainda no que diz respeito às intuições, vale ressaltar a criação do Centro de Documentação e Imagem (Cedim) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o qual tem características singulares em relação às outras instituições citadas anteriormente. Ao se constituir como instituição federal com uma política clara de divulgação científica, permissão para consulta online e reprodução de seus documentos, não ter fins lucrativos e atuar independentemente de decisões políticas locais, aos poucos o Cedim está sendo reconhecido na região como um dos principais centros de documentação de história da Baixada Fluminense.

A partir da articulação das fontes disponíveis, mesmo com as dificuldades já citadas, é possível contar uma história local. Neste ponto, vale a pena lembrar alguns aspectos históricos da configuração dessa região. Ela foi ocupada por grupos indígenas antes da chegada dos europeus (franceses e portugueses), mas que a Baixada Fluminense, tal como a conhecemos hoje, começou a ser ocupada urbanamente nas primeiras décadas do século XX, e aceleradamente a partir dos anos 1960. A rapidez da ocupação teve como contrapartida a fragmentação do(s) grande(s) município(s) em momentos diferentes.

A cidade de Nova Iguaçu passou por duas ondas de emancipações, sendo a última, na década de 1980, também compartilhada por Itaguaí e Magé. Os municípios têm uma história comum, principalmente aqueles que saíram da antiga Vila de Iguaçu. As emancipações políticas não representam uma ruptura com o cotidiano da população, ainda que seja um dos elementos que desestruturaram o processo anterior ao surgimento da Baixada enquanto região. A região emerge discursivamente como um lugar apto a ser apropriado urbanamente pela cidade do Rio de Janeiro no final dos anos de 1940, junto com a *febre dos loteamentos e das emancipações*.

Assim é possível afirmar que as dinâmicas de ocupação e de poder existentes na região até o final do século XIX não servem para explicar as que se estabeleceram no XX. O mundo rural seria substituído aceleradamente pelo urbano precário, daí a sensação de ruptura, embora de fato isso não tenha ocorrido, visto que a primeira metade do século XX foi um período de transição. Panoramicamente pode-se dizer que os três grandes municípios (Itaguaí, Iguaçu e Magé) faziam parte do Termo da Cidade do Rio de Janeiro até a criação dos respectivos municípios (1818, 1833 e 1789). A partir dos três saíram os outros 10 no século XX, sendo três na década de 1940 e o restante nas décadas de 1980 e 1990.

Todos que escrevem sobre a região (seja ela com 13 ou 8 municípios) buscaram criar uma linearidade com base na relação identitária da população atual com o território (enquanto chão), que não existe. A maior parte dos três milhões de habitantes tem lastro com este chão há apenas 100 anos ou menos. Enquanto região, a Baixada começa a emergir na década de 1940 e consolida-se na década de 1980, com a chegada de milhares de moradores através da linha férrea, da rodovia e dos loteamentos.

Quadro 1. População na Baixada Fluminense 1920-2022

Ano municípios	1920	1970	2022
Itaguaí	Itaguaí:15.771	Itaguaí: 57.680	Itaguaí: 132.867
			Seropédica: 85.359
		Paracambi: 25.507	Paracambi: 41.146
Iguaçu	Iguaçu: 33.396	Duque de Caxias: 434.654	Belford Roxo: 446.731
		Nilópolis:128.948	Duque de Caxias: 782.799
			Japeri: 96.595
		Nova Iguaçu:731.814	Mesquita: 168.849
			Nilópolis: 150.281
			Nova Iguaçu: 819.134

		S João de Meriti: 304.817	Queimados: 139.194
			S João de Meriti: 393.773
Magé	Magé: 18.816	Magé: 113.965	Guapimirim: 50.409
			Magé: 248.208
Total	67.983	1.855.065	3.555.345

Fonte: IBGE, Censos de 1920, 1950 e 2022

O quadro anterior mostra o crescimento acelerado da população a partir da década de 1970. Esses moradores não tinham lastro com a história do lugar, dando novos sentidos aos antigos processos, de uma maneira geral, desconhecidos deles. A laranja, por exemplo, é símbolo de grande parte dos municípios, pelo menos consta em suas bandeiras. Porém os novos residentes só ocuparam as terras em função do fim da citricultura, logo não têm relação afetiva com a pomicultura; ainda assim, a cor do principal time de futebol da Baixada, o Nova Iguaçu, é laranja e seu estádio é conhecido como o “Laranjão”.

A região tem história de luta, seja do campesinato resistindo contra os grileiros para permanecerem na terra, seja dos novos moradores para terem acesso aos equipamentos urbanos. Em ambos os casos, o contexto político-social não pode ser entendido como continuidade do século XIX, aquele calcado em grandes propriedades e mão de obra escravizada. Apenas uma pequena parcela da população teve alguma relação com a citricultura das primeiras décadas do século XX, e quase nenhuma com o século anterior, talvez apenas uma pequeníssima fração da elite local. O território tem história, embora a da Baixada seja recente, construída por uma população com pouca ou nenhuma relação com as dinâmicas sociais anteriores, visto que são migrantes.

As poucas sínteses que buscam contar a história da região utilizam o mesmo autor como modelo, o engenheiro Hildebrando de Goes, chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, visto que seu

relatório de 1939 popularizou uma narrativa que seria contada *ad nauseam* depois. É importante ressaltar que a história contada por ele organiza um conjunto de escritos, principalmente aqueles produzidos para o centenário de Iguaçu. As grandes sínteses reproduzem o discurso inaugurado por ele e partem da chegada dos europeus à região com o extermínio dos indígenas pelos portugueses, possibilitando a ocupação.

A ocupação e controle do território ocorreram, ainda segundo o autor, pela instituição das freguesias compostas por grandes fazendas, com mão de obra escravizada. O autor conjuga a importância da região como lugar de passagem para o interior com os engenhos como unidade produtiva que mantinham as terras de brejo enxutas, produzindo farinha de mandioca e açúcar. O fim da escravidão e o abandono das terras permitiram a volta das áreas alagadiças com as suas doenças. Nesse enredo ficam subsumidos os aspectos políticos e culturais da vida no recôncavo. A passagem das ferrovias mudaria o eixo de ocupação, mas não as dinâmicas políticas e econômicas estabelecidas pelos latifundiários.

A citicultura transformaria a região, não só por possibilitar o fracionamento das terras, mas por criar um novo grupo social que disputaria o poder local. A população que chegaria pós “civilização da laranja” recolheria os ecos dessa história, lembrando que Goes escreveu no auge da pomicultura e antes das emancipações. A repercussão dessa história na população atual é de incompreensão, e por quê? Primeiro porque a síntese é feita pelos autores até as primeiras emancipações, assim a história do todo aparece linearmente como anterior à das partes, a dos novos municípios, sem ressaltar as especificidades que existiram em cada localidade e que são desconhecidas. Nesse sentido, aparentemente Queimados e São João de Meriti tiveram a mesma

história porque pertenceram a Iguaçu e eram parte do Termo da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo, porque sendo esse passado supostamente comum, ele passa a ser mais estudado, já que serviria a todos municípios. Dessa forma, conhece-se mais sobre a história do recôncavo da Guanabara, de forma ampla e panorâmica, do que a emancipação de Japeri, para lembrar um evento do final do século XX. Na região, a história remota é mais conhecida do que a recente, e sem conexão com as questões que de fato explicam a chegada e, principalmente, a permanência dos milhares de moradores à/nas regiões. Sobre os aspectos e diferenciações das histórias dos municípios, podemos lembrar como exemplos que o núcleo central (a antiga Iguaçu) tem na ferrovia a principal explicação para a ocupação urbana, mas essa interpretação não se aplica a Itaguaí e Magé. O fundo da baía (Magé) e a baía de Sepetiba (Itaguaí) ainda na década de 1970 tinham ocupação rarefeita, portanto estavam fora da “febre dos loteamentos”. Apenas recentemente, talvez o arco Metropolitano possa ser o eixo de integração entre as três grandes áreas.

Dessa forma, torna-se fundamental entender os processos políticos e sociais da segunda metade do século XX para a compreensão dessa região, particularmente o seu núcleo. O estudo da população extremamente pobre que chegava massivamente à região na década de 1970, com o objetivo de organizar seu cotidiano para sobreviver em loteamentos sem nenhuma infraestrutura, permite compreender melhor as associações de bairro que se desenvolveram a partir dos anos 1960 e 1970 em vários municípios, principalmente o Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu. Permite ainda o entendimento do fenômeno do brizolismo nos anos 1980, a atuação das igrejas (evangélicas e católica) e as características que tornaram a região marcada pela imagem de violenta.

Sobre as temáticas específicas, há diversos aspectos que ainda merecem estudos monográficos. Falta conhecer o papel das mulheres nessa história, não só como componente econômico, mas político e cultural. No processo de configuração da região, os primeiros lotes eram suficientemente grandes para ter criação de pequenos animais (galinhas e porcos) e horta, significando aumento do rendimento das famílias, sob os encargos das mulheres. Situação essa das mulheres que está claramente inserida na divisão sexual do trabalho com clara diferenciação de gênero, na qual os homens tinham o emprego (in)formal e as mulheres cuidavam da casa, o que significava também se organizar e agir politicamente para pressionar a prefeitura a colocar serviços e equipamentos nos bairros. Nesse processo, algumas chegaram aos cargos de vereadoras e prefeitas, como é o já mencionado caso da Vó Alzira em São João de Meriti, que foi prefeita entre 1966 e 1970, em plena ditadura militar. Há várias outras histórias desconhecidas, como as de Donana em Belford Roxo ou de Tia Carmem de Queimados, que são exemplos da atuação de mulheres em suas comunidades, uma voltada aos cuidados da saúde, pois era grande rezadeira, em um período em que não havia nenhum hospital em seu município, e a outra preocupada com violência contra as mulheres em uma época em que não havia delegacia de mulheres.

No que diz respeito ao processo econômico, é necessário estudar as políticas públicas dos anos 1970, como as elaboradas pela Fundrem, que tinham como meta o deslocamento do parque industrial da cidade/metrópole para a sua região metropolitana. É preciso conhecer as mudanças que a transformaram em um espaço produtor de riqueza, mas que convive ao mesmo tempo com extrema pobreza. Nos últimos 50 anos a Baixada deixou de ser apenas um conjunto de cidades-

dormitórios ao criar ilhas de riqueza, inclusive reproduzindo a dinâmica centro periferia internamente de forma mais intensa.

Juntamente com as transformações econômicas, também cresceu e se diversificou os mundos do trabalho. Falta estudar história do trabalho das várias fábricas e setores produtivos, bem como a organização e a sociabilidade dos trabalhadores e trabalhadoras em seus locais de moradia. Mesmo temas que são bastante comuns no estudo das grandes Metrópoles, como a história sindical ou de momentos de radicalização e greve, são rarefeitos até o momento na produção sobre a Baixada. Para ficarmos em dois exemplos, podemos apontar a existência do Sindicato dos Trabalhadores e Empregados Domésticos de Nova Iguaçu¹ ou a mobilização e greve dos professores em 1979, temas ainda não estudados suficientemente.

O período ditatorial também carece de estudos em diversas áreas, considerando que a região era um importante colégio eleitoral do estado do Rio de Janeiro. Entre outros temas, estão as mobilizações dos trabalhadores e a repressão policial atuante na região. Dois casos marcantes neste sentido são o da Fábrica Nacional de Motores (FNM) e o da Refinaria de Duque de Caxias, que foram ocupadas pelas forças armadas já no primeiro dia do golpe e seus trabalhadores sofreram agressões dentro das próprias fábricas.

No período da redemocratização, está para ser feita uma história do brizolismo na região, na medida em que essa corrente emergiu como a mais importante no tabuleiro político da Baixada Fluminense. A história política depois do enfraquecimento do brizolismo precisa ser entendida, principalmente porque as últimas emancipações ocorreram em função do

¹ Esse é nome oficial do sindicato, que mesmo sendo formado majoritariamente por mulheres, utiliza na denominação o gênero masculino, o que por si revela o machismo estrutural presente também nas relações políticas locais.

tabuleiro político estadual, mas de modo imbricado o tabuleiro político local. Uma colcha de retalhos que representa correlação de forças nas localidades ao mesmo tempo que se apresenta como fragilidade, visto que é uma parte do todo. Neste processo político, outra característica marcante é a ação de lideranças, como a do marcante personagem Tenório Cavalcante. Há tendência de se estudar a atuação de lideranças locais a partir dos partidos, mas sem entender sua relação com a população local, e principalmente quem são/eram as elites políticas que demandaram os desmembramentos dos municípios. A fragmentação advinda das emancipações exige relacionar a correlação de forças dos partidos em cada município com o cotidiano de seus eleitores, e nos últimos dez anos, com a militarização dos espaços de representação e aumento da violência política. Como explicar a baixa diversidade nas câmaras municipais em uma população bastante heterogênea?

Cheia de complexidade e com diversidade cultural, as manifestações culturais e os coletivos existentes na Baixada são também temas muito pouco explorados. Desde manifestações e festas folclóricas que acompanharam os migrantes vindos de outras regiões do país, até a cultura dos cineclubes, dos centros culturais, dos vários grupos de reggae e da diversidade grupos de hip-hop existentes neste território.

Por fim, para todos os temas acima mencionados, é necessário inserir as discussões de gênero e raça nas análises das histórias da Baixada Fluminense. Basta lembrar que nesta região majoritariamente formada pela população negra e parda, os espaços de poder foram e são ocupados por homens brancos. Ao mesmo tempo, a violência e as mazelas sociais, do passado e do presente, afetam muito mais a população negra.

Por falta de uma narrativa consolidada acerca dos processos sociais e econômicos locais nos últimos 50 anos, a própria população

acha que esses processos não são históricos e por desconhecimento não os valoriza. Sem uma narrativa consolidada, a partir das múltiplas dinâmicas existentes que atravessam os territórios, como ensinar a ela?

Este livro sobre a “história e memória dos municípios da Baixada Fluminense” pretende ser um primeiro passo na concretização de uma síntese da história dos municípios da região, demanda recorrente de professores do ensino fundamental e médio que gostariam de problematizar em sala de aula essa história e não encontram material adequado e de fácil acesso. A partir das sínteses das histórias dos municípios, esperamos que os professores tenham elementos tanto para trabalhar a história de um município isoladamente ou explorar elementos que sejam comuns ou diferentes nesse complexo conjunto de cidades. Fica aberta a agenda para que outros pesquisadores, em caminho inverso ao deste livro, possam construir futuramente uma síntese da história da Baixada Fluminense.

Referências

- GOES, H. de A. *O saneamento da Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: MVOP/DSBF, 1939.
- LAURENTINO, E. S. A construção do poder na cidade: disputas e projetos políticos em Duque de Caxias. *Recôncavo, Nova Iguaçu*, v. 4, p. 230-235, 2014.
- LAURENTINO, E. S. *Tensões e conciliações: a escrita da história local e o Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias (1971-2008)*. São Gonçalo, RJ: Tese (Doutorado em História Social), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2021.
- LAURENTINO, E. S. Museu Vivo do São Bento, escrita e militância: projetos de educação e cultura afro-brasileira na Baixada Fluminense. *Recôncavo, Nova Iguaçu*, v. 6, p. 47-65, 2016.
- LEITE, B. F. *Percepções sobre a produção, custódia e uso do arquivo pessoal de Dom Adriano Mandarino Hypólito*. Rio de Janeiro: Dissertação (mestrado profissional em Gestão de Documentos e Arquivos.), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MONTEIRO, Linderval Augusto. *Baixada Fluminense: identidades e transformações, estudos de relações políticas da Baixada Fluminense e a criação do município de Belford Roxo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001 (dissertação de História social)

OLIVEIRA, Rafael da Silva. *Baixada Fluminense: novos estudos e desafios*. Rio de Janeiro: Paradigma, 2004

RIO de Janeiro, Seeduc. Mapa das diretorias regionais de educação. 2024. Disponível em Mapa das Regionais (seeduc.rj.gov.br) acesso em 15 de março de 2024

RIO de Janeiro, SES. Regionais de Saúde. 2024. Disponível em: Saúde RJ - Gabinete do Secretário - Assessoria de Regionalização - Sobre a Regionalização (saude.rj.gov.br) acesso em 15 de março de 2024

RIO de Janeiro. SET. Regiões turísticas. 2024 Disponível em: <https://www.turismo.rj.gov.br/regioes/> acesso em 15 de março de 2024

ROCHA, André dos Santos. *Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal*. Niterói: UFF, 2009 (dissertação em geografia).

SALES, J. R. O Centro de Documentação e Imagem (Cedim): uma experiência de preservação e divulgação de acervos documentais na Baixada Fluminense. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, maio/ago, 2024.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007

SIMÕES, Manoel Ricardo. *Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed Entorno, 2011.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Tradução de Sandra Regina Goulart de Almeida. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

2

NOVA IGUAÇU

Allofs Daniel Batista

Foto 1 – Nova Iguaçu

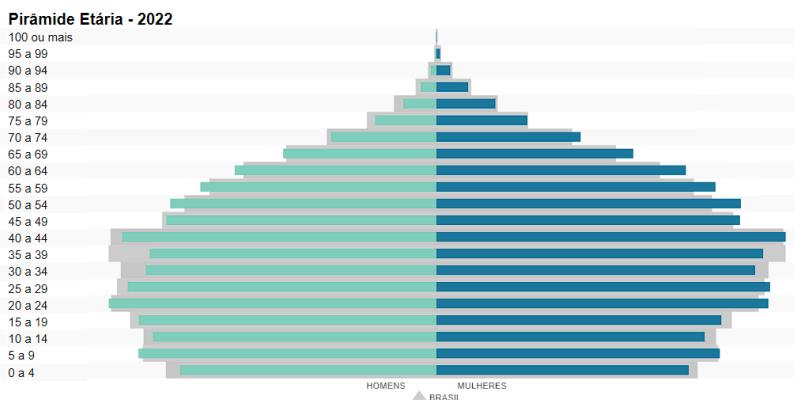


Atribuição: By Igor Ramos - Own work, CC BY-SA 4.0,
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=123735953>

Apresentação

Nova Iguaçu possui extensão territorial de 520,581 km², o que lhe posiciona em 31º lugar entre os municípios fluminenses e 2392º entre os municípios brasileiros em área. Sua área urbanizada ocupa 122,99 km², o que lhe põe em 4º no estado e 31º em nível nacional segundo dados do IBGE.¹ O gentílico da população nascida na cidade de Nova Iguaçu é iguaçuano e, ainda segundo dados do instituto, a população iguaçuana é de 785.882 pessoas, sendo novamente 4º entre os 92 municípios do Rio de Janeiro, mas saltando para 23º lugar no ranking das 5.570 cidades brasileiras.² Essa população encontra-se distribuída na proporção de 1.509,60 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²) e está dividida entre 373.517 homens e 412.350 mulheres de todas as idades.

Imagen 1 – Pirâmide etária de Nova Iguaçu – Censo 2022



Fonte: IBGE. NOVA IGUAÇU. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

¹ IBGE. NOVA IGUAÇU. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

² Idem.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2010 aponta para Nova Iguaçu como 43º colocado entre os municípios fluminenses, com índice de 0,713. Já a renda média dos trabalhadores formais, segundo dados de 2021 do IBGE, é de 1,9 salário mínimo, num universo de 101.881 pessoas ocupadas (a população ocupada correspondeu a 12,1% em 2020), enquanto 38,7% encontram-se com rendimento mensal per capita de até ½ (meio) salário mínimo, segundo os dados de 2010.³ O Produto Interno Bruto (PIB) per capita da cidade é de R\$20.895,09 em 2020, para uma receita de R\$ 1.389.627,36 (um bilhão, trezentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos) diante do empenhamento de R\$1.415.601,64 (um bilhão, quatrocentos e quinze milhões, seiscentos e um reais e sessenta e quatro centavos) em 2017.⁴ Isso significa um déficit de R\$25.974,28 (vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos) naquele ano, ou seja, uma insuficiência financeira municipal ao comparar os valores arrecadados e os gastos. Déficit que também pode ser verificado nas questões de saneamento e urbanização, pois apenas 53,03% dos domicílios urbanos apresentam-se em ruas com bueiros, calçadas, pavimentação e meio-fio. Os dados do IBGE apontam que 81% dos domicílios iguaquianos são dotados de esgotamento sanitário adequado, porém o índice de mortalidade infantil é de 13,91 óbitos para cada mil nascidos vivos, um número superior aos 11,5 da média nacional no ano de 2020.⁵

³ Os dados e análises do Censo de 2022 não foram totalmente disponibilizados, por essa razão alguns dados estatísticos seguem baseando-se no Censo de 2010.

⁴ Idem.

⁵ FUNDAÇÃO ABRINQ. *Fundação Abrinq lança a edição 2022 do Cenário da Infância e Adolescência no Brasil*. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/noticias/cenario-da-infancia-e-adolescencia-no-brasil-2022>>. Acesso em: 2 nov. 2023.

A administração municipal se dá através da Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu (PCNI), que é atualmente composta por um poder executivo que conta com dezesseis secretarias municipais⁶ sob sua administração direta e com as empresas públicas e autarquias Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu – Codeni, Empresa Municipal de Limpeza Urbana – Emlurb, Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu – Fenig e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu – Previni da administração indireta, compondo a gestão do segundo mandato consecutivo do prefeito Rogério Lisboa.⁷ O poder legislativo municipal é exercido

⁶ Seguem os nomes das secretarias municipais existentes na administração municipal, em ordem alfabética e as autarquias e empresas públicas: Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Administração e Tecnologia, Secretaria Municipal de Controle Geral, Secretaria Municipal de Cultura, Secretaria Municipal de Defesa Civil, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Governo, Secretaria Municipal de Infraestrutura, Secretaria Municipal de Segurança Pública, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Serviços Públicos, Secretaria de Transporte, Trânsito e Mobilidade Urbana. Empresas públicas e autarquias: Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu – Codeni, Empresa Municipal de Limpeza Urbana – Emlurb,, Fundação Educacional e Cultural de Nova Iguaçu – FENIG e Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Nova Iguaçu – Previni. NOVA IGUAÇU. *Secretarias Municipais | Prefeitura de Nova Iguaçu.* Disponível em: <<http://www.novaiguacu.rj.gov.br/secretarias>>. Acesso em: 9 dez. 2023.

⁷ PREFEITO ROGERIO MARTINS LISBOA: ROGERIO MARTINS LISBOA, 54 ANOS, ADVOGADO, FOI ELEITO PREFEITO DE NOVA IGUAÇU EM 2016, COM 63,91% DE VOTOS, E REELEITO EM 2020, COM 62,10% DE VOTOS. ROGERIO NASCEU E CRESCEU EM NOVA IGUAÇU, ONDE MORA ATÉ HOJE COM SUA ESPOSA, A DENTISTA IGUAÇUANA ERIKA AMMON, COM QUEM TEM OS FILHOS BRUNA E LEONARDO E O NETO BERNARDO. FOI ELEITO POR TRÊS VEZES VEREADOR DE NOVA IGUAÇU, ENTRE OS ANOS DE 1992 A 2006. COMO SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E OBRAS NESTE MUNICÍPIO, ENTRE 2005 E 2006, AUXILIOU NA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO (PAC), LEVANDO ASFALTO E SANEAMENTO BÁSICO PARA AS FAMÍLIAS IGUAÇUANAS. O RECONHECIMENTO DE SEU TRABALHO VEIO NAS URNAS, COM A ELEIÇÃO PARA DEPUTADO FEDERAL EM 2006. ATÉ 2010, ROGERIO LISBOA FOI O PARLAMENTAR QUE MAIS APRESENTOU EMENDAS PARA NOVA IGUAÇU: VIABILIZOU OBRAS DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO, ILUMINAÇÃO, URBANIZAÇÃO E ASFALTAMENTO PARA DIVERSAS RUAS DA CIDADE E CONSTRUIU QUADRAS ESPORTIVAS PARA LAZER DA POPULAÇÃO. AINDA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, INTEGROU COMO TITULAR A COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA E A COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

No ano de 2014, Rogério se elegeu ao cargo de deputado estadual, sendo o 5º mais votado de sua coligação. No seu primeiro mandato na Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), o deputado apresentou projetos importantes em defesa dos consumidores. Uma das principais proposições foi a que proíbe as concessionárias de energia elétrica de instalar chips para medição da luz sem a prévia autorização dos

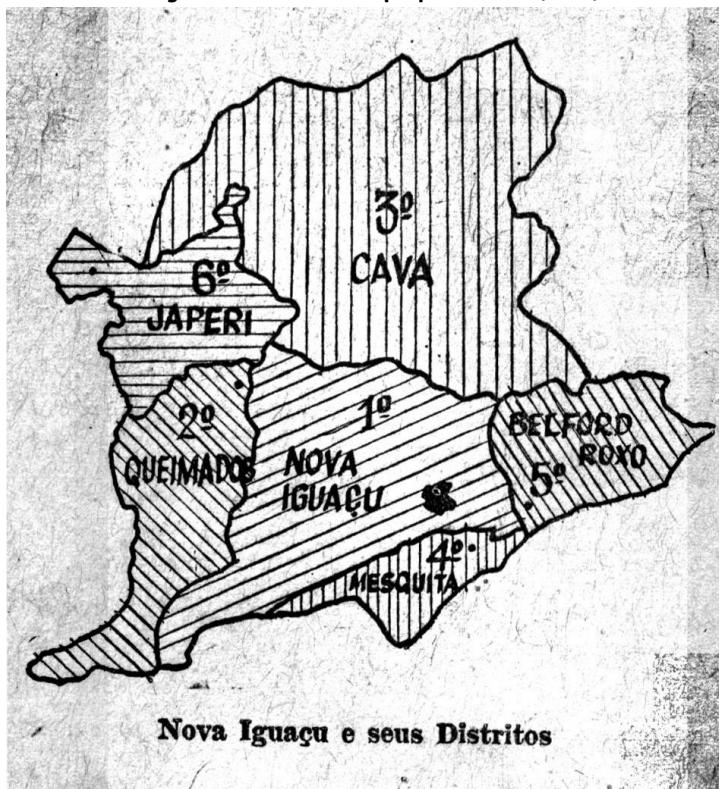
através dos atuais onze vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Nova Iguaçu (CMNI). Fatos curiosos sobre a CMNI, a composição da atual legislatura foi fruto de redução de cadeiras em abril de 2019,⁸ quando os vereadores aprovaram alteração na legislação que diminuiu de 17 para 11 o número de vereadores. O que acabou reduzindo também a representatividade da população na Casa do Povo, como é possível verificar quando destaco, por exemplo, que não há nenhuma vereadora na atual legislatura (2021/2024), entre outras ausências que podemos observar. Essa redução é o ponto de culminância de uma série de medidas da mesma natureza num curto espaço de tempo, pois a CMNI diminuiu seus representantes de 29 para 21 em 2017. Assim como na ocasião anterior, essas alterações se deram por meio de mera movimentação política, sem nenhuma alteração populacional ou outro fator que justifique, o número de vereadores tornou a ser alterado, sendo agora majorado em 12 novos integrantes para o pleito de outubro de 2024. A futura legislatura — 2025/2028 — contará com 23 edis segundo nova emenda à Lei Orgânica Municipal aprovada na casa do povo iguaçiano em setembro de 2023⁹.

moradores. NOVA IGUAÇU. Prefeito | Prefeitura de Nova Iguaçu. Disponível em: <<https://www.novaiguacu.rj.gov.br/prefeito/>>. Acesso em: 2 dez. 2023.

⁸ Z. M. NOTÍCIAS. *Após redução, vereadores agora querem aumentar vagas na Câmara de Nova Iguaçu.* Disponível em: <<http://www.zmnoticias.com.br/apos-reducao-vereadores-agora-querem-aumentar-vagas-na-camara-de-nova-iguacu/>>. Acesso em: 4 nov. 2023.

⁹ Z. M. NOTÍCIAS. *Câmara de Nova Iguaçu aprova aumento de 11 para 23 vereadores a partir de 2025.* Disponível em: <<http://www.zmnoticias.com.br/camara-de-nova-iguacu-aprova-aumento-de-11-para-23-vereadores-a-partir-de-2025/>>. Acesso em: 4 nov. 2023.

Imagen 2 – Divisão municipal por distritos (1985)



Mapa com a divisão do município de Nova Iguaçu em 6 distritos. Curioso observar que deste território apenas o 1º e o 3º distritos remanesceram integralmente após as emancipações dos anos 1990. Fonte: Arquivo Ney Alberto – ANA.

Quanto à gestão municipal, cumpre ainda informar sobre a divisão administrativa do território. Nova Iguaçu não possui mais a divisão territorial baseada nos distritos, algo que acompanhou a história municipal por muitas décadas. Essa alteração ocorreu através da Lei Complementar 006/97, publicada em 12 de dezembro de 1997,¹⁰ quando o Plano Diretor da Cidade de Nova Iguaçu passou a classificar as regiões

¹⁰ NOVA IGUAÇU. LEI COMPLEMENTAR Nº006, de 12 de dezembro de 1997. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.cmni.rj.gov.br/legislacao/cod_trib/lei_complementar/lc006.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2023.

da cidade como *Unidades Regionais de Governo* – URGs, originalmente em um total de doze (12). Com a emancipação do último município que se desmembrou de Nova Iguaçu nos anos 1990, Mesquita em 1999, o território sofreu nova divisão e passou a ter nove (09) URGs. Conforme a redação do Plano Diretor, que se transcreve a seguir, as URGs criadas na Lei complementar foram:

Artigo 20 - A Cidade de Nova Iguaçu passa a ter as seguintes Unidades Regionais de Governo definidas pelos respectivos Setores de Planejamento Integrado:

I - Setor de Planejamento Integrado Centro:

- a) Unidade Regional de Governo Centro - URG I
- b) Unidade Regional de Governo da Posse - URG II
- c) Unidade Regional de Governo de Comendador Soares - URG III

II - Setor de Planejamento Integrado Sudeste:

- a) Unidade Regional de Governo de Mesquita - URG IV
- b) Unidade Regional de Governo de Banco de Areia - URG V
- c) Unidade Regional de Governo da Chatuba - URG VI

III - Setor de Planejamento Integrado Sudoeste

- a) Unidade Regional de Governo de Cabuçu - URG VII
- b) Unidade Regional de Governo de KM 32 - URG VIII

IV - Setor de Planejamento Integrado Noroeste:

- a) Unidade Regional de Governo de Austin - URG IX

V - Setor de Planejamento Integrado Nordeste:

- a) Unidade Regional de Governo de Vila de Cava - URG X
- b) Unidade Regional de Governo de Miguel Couto - URG XI

VI - Setor de Planejamento Integrado Norte:

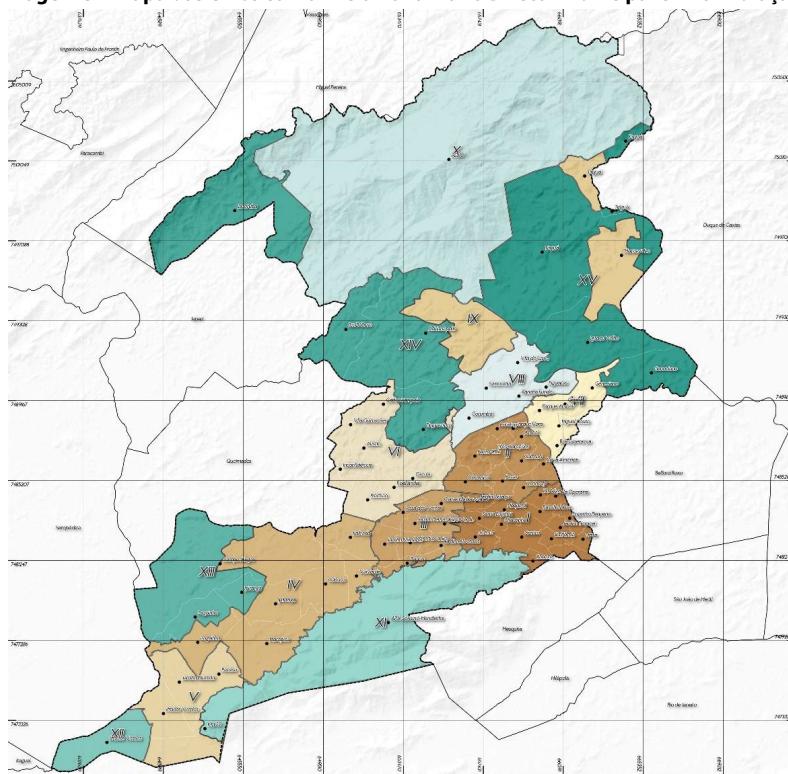
- a) Unidade Regional de Governo de Tinguá; Adrianópolis, Rio d'Ouro e Jaceruba - URG XII". (LEI COMPLEMENTAR 006/97. CMNI.).

As URGs IV, V e VI deixaram de pertencer a Nova Iguaçu com a emancipação do município de Mesquita já mencionada. Detalhe curioso sobre a administração do território da cidade é que a gestão municipal opera com um ordenamento do território que não possui amparo na legislação vigente. Desde 1999 houve a redução de URGs, de 12 para 9, e a gestão municipal logo buscou produzir um mapeamento com as novas

e atuais dimensões municipais, porém não encontramos junto ao organismo competente a identificação de um instrumento legal que reestruture e renumerare as URGs. Ou seja, a municipalidade produz e reproduz, há alguns anos, mapas com uma divisão contendo uma renumeração das URGs, mas não publicou nenhuma lei complementar ou emenda à Lei Orgânica que fizesse a alteração oficial. Isso significa que, até o encerramento deste texto, a administração trabalha com um mapeamento com uma divisão irregular, ao menos até que se concretize a atualização do Plano Diretor da cidade, que está ocorrendo enquanto escrevo este trabalho. Neste novo plano haverá alterações na divisão territorial municipal como podemos observar a seguir em dois mapas, o primeiro com a divisão usual desde 1999, em seguida mapa com proposta da administração municipal para a nova divisão em URGs na revisão e atualização Plano Diretor¹¹.

¹¹ Este mapa foi gentilmente cedido pela arquiteta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Daniela Dilma Nunes de Moraes, uma das responsáveis pela condução da formulação do novo Plano Diretor de Nova Iguaçu. As informações contidas neste mapa estão em processo de formalização, em meio a audiências públicas voltadas para a revisão e atualização do Plano Diretor da cidade. Em diálogo com a equipe de urbanismo, chegamos à conclusão de que o mapeamento com as atuais 9 URGs não possui uma regulamentação, a despeito de serem empregadas correntemente desde pelo menos 2008. Agradeço, além da já mencionada Daniela, aos arquitetos Flávio Araújo e Paulo Aguiar, bem como ao secretário de Desenvolvimento Urbano, José Reginaldo Bastos da Cruz, que franqueou acesso aos servidores e às informações sem embaraços.

Imagen 3 – Mapa das URGs conforme o novo Plano Diretor Municipal em formulação



A nova divisão territorial estabelece um maior fracionamento do território, transformando em 15 o total de Unidades Regionais de Governo. Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – Semdur.

Ainda sobre questões territoriais, Nova Iguaçu havia abandonado a categoria de *zonas rurais* através da Lei Complementar 006/97, porém em 2006 uma nova Lei Complementar (LC 016/2006) reintroduziu essa categoria. Dessa forma, Nova Iguaçu se constitui enquanto cidade com zonas urbanas e rurais, sendo oficialmente rurais as seguintes localidades:

5º - As zonas de Desenvolvimento Rural correspondem às áreas com atividade econômica primária oriunda da atividade agropecuária, caracterizando-se por ocupação de baixa densidade, formadas por sítios e fazendas produtivas, sendo divididas em:

- I - Zona Rural de Jaceruba;
- II - Zona Rural de Rio d'Ouro;
- III - Zona Rural de Tinguá I;
- IV - Zona Rural de Tinguá II;
- V - Zona Rural de Adrianópolis;
- VI - Zona Rural Montevidéu;
- VII - Zona Rural São Bernadino;
- VIII - Zona Rural de Tinguazinho;
- IX - Zona Rural de Campo Alegre;
- X - Zona Rural de Mutirão Marapicu;
- XI - Zona Rural de Marapicu;
- XII - Zona Rural de Prados Verdes; (LEI COMPLEMENTAR 016/2006. PCNI, 2006).

É importante destacar esses aspectos da gestão da territorialidade municipal, pois eles contam uma parte da percepção que as diferentes administrações municipais têm do próprio município e suas vocações produtivas e fiscais, bem como indica as demandas e possíveis interesses políticos, econômicos e sociais por trás dessas transformações ao longo do tempo. Uma administração municipal que, em dado momento de sua história, extingue a perspectiva rural na administração municipal impede, por exemplo, que os proprietários possam ser certificados como produtores rurais junto a órgãos estaduais ou federais, ou que cadastrem seus imóveis como propriedades rurais. Isso acaba alterando a categoria fundiária da propriedade e mudando a lógica de cobrança de impostos, como é o caso do Imposto Territorial Rural (ITR) para Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), onde a arrecadação de ITR é devida à União e o IPTU ao município.

Também devemos levar em consideração, quanto ao território municipal, as áreas voltadas à preservação e conservação do meio ambiente existentes em diferentes categorias em Nova Iguaçu. A cidade

possui cobertura superior a 60% de sua área em Unidades de Conservação distribuídas em diferentes pontos de seu território. Uma delas é uma Unidade de Conservação Federal, a Reserva Biológica do Tinguá – Rebio Tinguá,¹² que, segundo o seu Plano de Manejo produzido em 2006, abrange uma área total de 26.260 ha (hectares), distribuídos entre quatro municípios, sendo Nova Iguaçu com 55,14%, Duque de Caxias com 37,44%, Petrópolis com 4,26% e Miguel Pereira com apenas 3,16%. Isso significa que mais da metade está no atual território iguaçiano, na URG Tinguá. Um aspecto a se destacar é que a preservação da região de Tinguá remonta ao período imperial, sendo sua proteção a primeira medida protetiva realizada no Brasil com este objetivo.¹³ Por sua importância na conservação do bioma Mata Atlântica, a Rebio Tinguá foi declarada Patrimônio da Humanidade pela Unesco.¹⁴ Outra importante Unidade de Conservação é o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – PNMNI, que, assim como a Rebio Tinguá, é unidade de conservação do grupo proteção integral.

¹² BRASIL. *Cria a RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D97780.htm>. Acesso em: 5 nov. 2023.

¹³ IBAMA. *Plano de Manejo Reserva Biológica do Tinguá-RJ Reserva Biológica do Tinguá-RJ*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/rebio-do-tingua/arquivos/copy_of_pm_rebio_tinguá.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

¹⁴ SINDIPETRO CAXIAS. *Reserva Biológica do Tinguá comemora 32 anos*. Disponível em: <<https://sindipetrocaxias.org.br/reserva-biologica-do-tingua-comemora-32-anos/>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

Imagen 4 – Represa Epaminondas Ramos - Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - PNMNI.



Imagen da massa d'água retida pela Represa Epaminondas. Essa represa foi construída em 1947 e inaugurada em 1948, visando reduzir a escassez de água potável nos bairros do Centro de Nova Iguaçu e região vizinha. Atendeu à população até 1981, sendo desativada pela Cedae. Fonte: Acervo do autor, 2017.

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu – PNMNI foi criado através do decreto 6.001, de 5 de junho de 1998, e está localizado no Maciço do Mendanha, composto pelas serra do Gericinó, serra do Mendanha e serra do Madureira. Sua extensão atinge os municípios de Mesquita e Nova Iguaçu, numa área total de 1.100 hectares, possuindo altitudes variando dos 150 metros, no ponto de sua sede e entrada principal, até 956 metros, próximo ao pico do Gericinó-Mendanha.¹⁵ Apesar de ser uma unidade de conservação integral, o PNMNI possui áreas voltadas para o lazer, turismo ecológico e visitação para fins educativos, o que não ocorre no interior da Rebio Tinguá, por ter o acesso limitado aos funcionários do ICM-Bio e pesquisadores devidamente autorizados.

¹⁵ NOVA IGUAÇU. Parque Natural Municipal | Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Disponível em: <<https://www.novaiguaru.rj.gov.br/seam/parquenatural/>>. Acesso em: 5 nov. 2023.

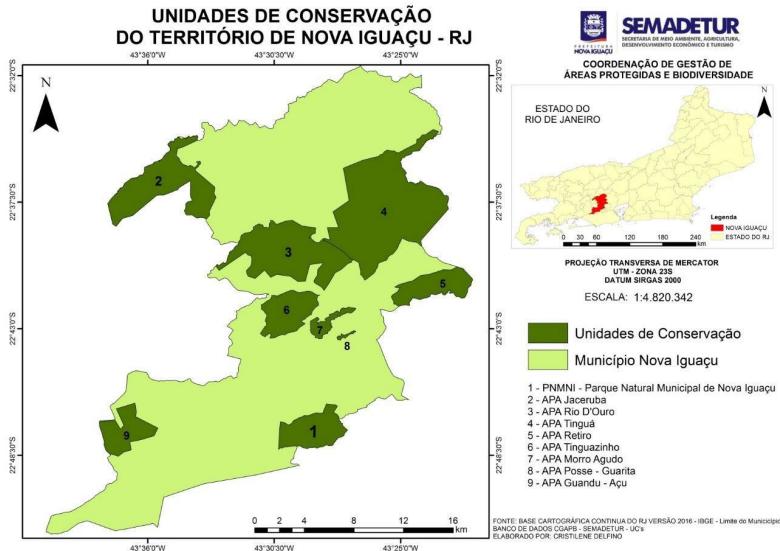
Tipo	Categoria	Objetivo	Uso
Proteção integral	Estação ecológica	Preservar e pesquisar	Pesquisas científicas, visitação pública com objetivos educacionais.
	Reserva biológica (Rebio)	Preservar a biota (seres vivos) e demais atributos naturais, sem interferência humana direta ou modificações ambientais.	Pesquisas científicas, visitação pública com objetivos educacionais.
	Parque nacional (Parna)	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica.	Pesquisas científicas, desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.
	Monumento natural	Preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.	Visitação pública.
	Refúgio da vida silvestre	Proteger ambientes naturais e assegurar a existência ou reprodução da flora ou fauna.	Pesquisa científica e visitação pública.
Uso sustentável	Área de proteção ambiental (APA)	Proteger a biodiversidade, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.	São estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada em uma APA.
	Área de relevante interesse ecológico (Arie)	Manter os ecossistemas naturais e regular o uso admissível dessas áreas.	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para utilização de uma propriedade privada localizada em uma Arie.
	Floresta nacional (Flona)	Uso múltiplo sustentável dos recursos florestais para a pesquisa científica, com ênfase	Visitação, pesquisa científica, manejo florestal sustentável e manutenção de populações tradicionais.

		em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.	
	Reserva extrativista (Resex)	Proteger os meios de vida e a cultura das populações extrativistas tradicionais, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais.	Extrativismo vegetal, agricultura de subsistência e criação de animais de pequeno porte. Visitação pode ser permitida.
	Reserva de fauna (Refau)	Preservar populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias.	Pesquisa científica.
	Reserva de desenvolvimento sustentável (RDS)	Preservar a natureza e assegurar as condições necessárias para a reprodução e melhoria dos modos e da qualidade de vida das populações tradicionais.	Exploração sustentável de componentes do ecossistema. Visitação e pesquisas científicas podem ser permitidas.
	Reserva particular do patrimônio natural (RPPN)	Conservar a diversidade biológica.	Pesquisa científica, atividades de educação ambiental e turismo.

Ambientais – APAs instituídas pelo poder municipal. Elas estão distribuídas em quase todas as URGs do município. As APAs já regulamentadas através de decreto municipal são: APA Jaceruba, 2.353,00 ha; APA Rio d’Ouro, 3.080,00 ha, APA Tinguá, 5.400,00 ha; APA Tinguazinho, 1.102,77 ha; APA Morro Agudo, 271,340 ha; APA Retiro, 1.026,86 ha; APA Guandu-Açu, 870,13 ha, sendo criadas pela Lei nº 3.592, 07/07/2004; e a APA Posse-Guarita, instituída pela Lei nº 4.172, 04/05/2012, 28,93 ha. Existem também unidades de conservação estaduais nas quais porções do território de Nova Iguaçu estão incluídas, como a APA Gericinó-Mendanha, que abrange os municípios

do Rio de Janeiro e Mesquita; a APA Alto Iguaçu, abrangendo também Belford Roxo e Duque de Caxias; a APA Guandu, que atinge um total de 11 cidades (Engenheiro Paulo de Frontin, Itaguaí, Japeri, Miguel Pereira, Paracambi, Piraí, Queimados, Rio Claro, Seropédica, Vassouras) numa área total superior a 74 mil hectares, e o Parque Estadual do Mendenha (Rio de Janeiro e Mesquita), além de três Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Isso aponta para uma pauta urgente de nosso tempo, a questão ambiental, e para que em Nova Iguaçu dê bastante atenção para esse tema.

Imagen 5 – Unidades de Conservação municipais



Aguassú, Guaguassú ou Iguassú são termos com os quais se identifica, desde o século XVI, a região alagadiça, compreendida entre a serra do Mar e o fundo da baía de Guanabara, banhada por muitos rios. Esses topônimos aludem ao modo como os habitantes dos povos originários conheciam a região, algo que podemos traduzir como água grande, ou local de muitas águas. Por essa razão não é possível que,

entre os elementos descritivos da cidade, não encerremos com algumas informações sobre as bacias hidrográficas de Nova Iguaçu. As águas fluviais do município de Nova Iguaçu se direcionam em dois sentidos distintos: a oeste os fluxos hídricos se direcionam para a bacia do Guandu, desaguando na baía de Sepetiba; a leste as águas tomam sentido da baía de Guanabara. Entre dezenas de rios, temos a bacia do Iguassú como uma das mais relevantes da região ao fundo da baía de Guanabara. O rio Guandu é atualmente o principal rio da Região Metropolitana, por sua importância vital para o abastecimento de água potável da população do Rio de Janeiro e de parte da Baixada Fluminense, inclusive Nova Iguaçu, pertencendo à Região Hidrográfica II – RJ.¹⁶ Seu fluxo é artificialmente engrossado pelo desvio das águas do rio Paraíba do Sul, que deságua no ribeirão das Lages, para formar daí em diante o Guandu, que possui cerca de 48 km de extensão até desaguar na baía de Sepetiba. Entre seus afluentes, destaco o rio Santana e o rio São Pedro, ambos nascem no interior da Rebio Tinguá, em terras que pertencem ao município de Nova Iguaçu.¹⁷ Cumpre destacar que em Nova Iguaçu o rio Guandu recebe o tratamento pela empresa de águas e esgoto, tornando potáveis suas águas. A estação de Tratamento de Águas do Guandu é a maior dessa categoria no mundo, com certificação do Guinness Book, e chega a produzir 43 mil litros de água potável por segundo, o que abastece não apenas os moradores das cidades de Nilópolis, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Itaguaí, Queimados e Rio de Janeiro, mas também à

¹⁶ INEA. RESOLUÇÃO CERHI-RJ Nº 107 DE 22 DE MAIO DE 2013. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://arquivos.proderj.rj.gov.br/inea_imagens/downloads/cerhi/ResCERHI_107_RHs_AprovCERHI_Apr12jun13.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

¹⁷ COMITÊ GUANDU RJ. Bacia do rio Guandu. Disponível em: <<https://comiteguandu.org.br/regiao/>>. Acesso em: 26 dez. 2023.

indústria de bebidas e alimentos que demanda enorme volume de água tratada para seu funcionamento.¹⁸

O rio Iguassú possui suas nascentes na serra do Tinguá, a cerca de mil metros do nível do mar.¹⁹ Conta principal, mas não exclusivamente, com os seguintes afluentes: Tinguá, Pati e Capivari à margem esquerda e, pela margem direita, o Taipu (vulgarmente chamado Botas) e o Sarapuí, que foi inserido em sua bacia no processo de saneamento da década de 1930, resultado da retificação de parte desses rios em que a foz do Sarapuí foi desviada para o Iguassú.²⁰ Além de compor com o sistema de captação de recursos hídricos para abastecimento de água potável para expressiva parcela da Região Metropolitana, o Iguassú é um dos rios outrora navegáveis, que durante o processo de colonização foi empregado no transporte fluvial de pessoas e bens, ligando o interior do país à baía de Guanabara, com seus quase 43 quilômetros de extensão. O povoado, que se desenvolveu principalmente a partir do século XVIII às suas margens, se inspirou em seu nome para o batismo da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, se tornando posteriormente sede da vila de Iguassú.

¹⁸ CEDAE. **Estações de Tratamento do Guandu e Laranjal**. Disponível em: <https://cedae.com.br/estacoes_tratamento>. Acesso em: 25 dez. 2023.

¹⁹ RIBEIRO, L. **Bacia do Rio Iguaçu, uma velha conhecida**. Disponível em: <<https://www.aquafluxus.com.br/bacia-do-rio-iguacu-uma-velha-conhecida/?lang=en>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

²⁰ Sobre as obras de saneamento na Baixada Fluminense, ver, principalmente: SOUTO, Adriana Branco Correia. "Conquistar a terra das águas": Engenharia, engenheiros e as intervenções de saneamento em Iguassú (RJ), 1894-1940. 214p.Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. 2021.

IMAGEM 6: Rio Iguassú em período de cheia



Na foto está o Rio Iguassú com grande volume de água, à sua esquerda podemos observar o transbordamento de seu leito, alagando as planícies vizinhas, ao fundo se pode observar a Serra do Tinguá encoberta por nuvens. Registro feito em 15 de janeiro de 2024, dois dias após fortes chuvas que causaram alagamentos e imensos estragos em diversos bairros da cidade pelo transbordamento de afluentes do Iguassú. Fonte: Acervo do autor, 2024.

Acervo do autor

Esses dados da cidade de Nova Iguaçu, entre tantos de relevância que poderiam ser aqui elencados, produzem um breve retrato da cidade e sua população na atualidade. O que não deixamos de lembrar é que esta fotografia também reflete as marcas de transformações, sofridas ao longo dos quase cinco séculos de ocupação deste território, desde o estabelecimento dos primeiros colonizadores até nossos dias. A seguir percorreremos alguns aspectos desta longa trajetória, com maior destaque sobre a história do período republicano em Nova Iguaçu.

Breve histórico da ocupação do território: da baixada da guanabara à mudança da vila

Todo o território atual da Baixada Fluminense, assim como o do Rio de Janeiro e o do próprio Brasil, foi ocupado originalmente por centenas

de povos originários até a chegada dos colonizadores europeus. A atual cidade de Nova Iguaçu não constitui exceção, havendo em suas terras registros da presença daqueles que se conhecem por Jacutingas, aldeados na região que será identificada como *Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga*, do grupo dos tupinambás, apelidados de tamoios, membros do tronco tupi-guarani. Apesar de não sermos capazes de apontar objetivamente os traços étnicos da população originária desse território no conjunto da população de Nova Iguaçu, tampouco nos hábitos e costumes (religiosos, alimentares, de vestimenta etc.) que aqueles possuíram, a cidade apresenta nuances das suas raízes da era pré-colonial a quem prestar atenção. Para isso basta observar a toponímia de bairros, acidentes geográficos e sobretudo nos seus rios. *Jacutinga* e *Cabuçu* são duas localidades muito conhecidas da cidade com etimologia indígena, sendo o primeiro bairro o nome pelo qual os próprios moradores originais da região eram conhecidos. *Tinguá* e *Gericinó* são nomes de dois marcos expressivos no relevo do território da Baixada Fluminense: tanto a serra do Gericinó, que produz o limite com a capital, como o pico do Tinguá, com seus 1.627 metros de altura, podem ser observados a partir de diversas cidades da região. Porém o registro que gostaria de destacar fica para os rios da região, como são os exemplos de *Guandu*, *Ypiranga*, mas principalmente o de *Iguassú*, afinal a cidade herda desse rio seu nome, foi através do rio que a região passou a ser desbravada e foi navegando seu leito até o pé da serra em intenso trânsito de pessoas e bens comerciais que a localidade no fundo da baía de Guanabara se torna relevante ao ponto de virar uma vila e posteriormente município.

Com a determinação da coroa portuguesa de ocupar o território que passou a ser cobiçado pelos franceses (como veremos, estes chegaram a se fixar no Rio de Janeiro e estabelecer aliança com os tupinambás), os portugueses expulsaram tanto os invasores europeus

como também dizimaram as populações nativas que ocupavam as terras alagadas do fundo da baía da Guanabara. Começa assim o processo de distribuição de sesmarias, o que fez com que, lentamente, o colonizador se fixasse nas áreas secas cultiváveis da região. Um dos pontos mais antigos de povoamento foi a Fazenda do São Bento do Iguassú, que se encontra atualmente na cidade de Duque de Caxias, mas integrava o território de Iguassú.

O povoamento das terras do sertão entre a cidade do Rio de Janeiro e a serra do Mar, com suas fazendas e engenhos distribuídos em diferentes freguesias, passou a figurar como importante entreposto comercial entre a capital da colônia, depois Império de Portugal e Algarve e finalmente Império do Brasil, e o interior, escoando ao longo dos séculos as riquezas que as Geraes e o vale do Paraíba proporcionaram. Seja no escoamento de produtos da extração mineral ou das *plantations* no interior do território brasileiro, seja no abastecimento desses locais com suprimentos e itens de manufatura, a região ao fundo da baía de Guanabara se demonstrou estratégica. Particularmente a partir de 1812, com o início das obras da *Estrada do Commercio* (Elias, 2019), inaugurada em 1822 e que posteriormente recebeu seu calçamento através dos esforços orientados pelo engenheiro Jacob Conrado Niemayer entre 1839 e 1844. A freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú, localizada no sopé do maciço da serra do Tinguá, e banhada pela bacia do rio Iguassú, tornou-se um importante entreposto comercial. Seu desenvolvimento econômico em torno do comércio tropeiro é tão significativo que a localidade será elevada à condição de Vila de Iguassú em 15 de janeiro de 1833. A decisão imperial de criar algumas vilas sobreveio ao édito da lei de 1828, e na mesma ocasião foram fundadas também a Vila de Vassouras, Paraíba do Sul e Itaboraí.

No princípio da colonização, o território fluminense não pôde ser densamente ocupado pelos portugueses, pois o Império da França, sabendo da fragilidade na porção sul das possessões portuguesas, enviou franceses protestantes que buscaram a região para estabelecer a França Antártica, liderados por Nicolas Durand de Villegagnon, na década de 1550 (Coaracy, 1955). Os franceses estabeleceram laços de amizade com os nativos do entorno da baía do Rio de Janeiro, região que era evitada pelos portugueses devido à hostilidade dos habitantes daquele lugar, e a aliança entre franceses e tamoios passou a ser conhecida por aliança franco-tamoio. Jean de Léry deixou registro de haver número superior a 30 aldeias apenas no entorno da Guanabara, número que superava uma centena no território fluminense. Sendo que nessas aldeias tupinambás poderiam viver entre 500 e 3.000 indígenas. Os relatos de viajantes da missão francesa registram alguns aspectos da cultura tupinambá, descrevendo-os como povos alegres, que gostavam de música e dança, o que faziam enfeitados de plumas e conchas. Conheciam os ciclos da natureza e com a observação dos astros eram capazes de prever tempos chuvosos e administrar assim a agricultura de mandioca, milho, abóbora, feijão, amendoim, tabaco, pimenta e outros (Torres, 2008). Na busca pela consolidação de seu território colonial, o Império Português buscou reprimir a França Antártica e, depois de algumas escaramuças sem sucesso, decidiu enviar Estácio de Sá, equipado de uma frota de galeões armados e cerca de 1.500 soldados e índios temiminós, aliados liderados por Arariboia, para apoiar Mem de Sá na campanha contra os franceses. Eventos que o padre José de Anchieta deixou registrado na obra *De gestis Mendi de Saa* [Os feitos de Mem de Sá], que se tornou o relato de um massacre. Entre outros feitos dessa lamentável página do processo de colonização, Anchieta comemora o fato de que cento e sessenta aldeias foram incendiadas

pelas forças portuguesas, e comenta em conclusão que “daquela raça maldita de Tamoios nada haveria de subsistir nas terras conquistadas pelos portugueses” (citado por Torres, 2008). Certo é que, após a expulsão dos franceses e o massacre dos tupinambás, a Baixada Fluminense guardou apenas topônimos dessa cultura, e resquícios de sua passagem em alguns sítios arqueológicos, infelizmente cumprindo com o vaticínio funesto de Anchieta.

Durante mais de dois séculos desde a expulsão dos franceses e o extermínio da população nativa, o território que hoje constitui a Baixada Fluminense, e Nova Iguaçu em particular, ficou sob o domínio do termo da cidade do Rio de Janeiro. A ocupação vacilante do território se dava aos poucos, com o gradual estabelecimento de fazendas e engenhos. Foi assim, por exemplo, com o estabelecimento da Fazenda do Iguassú, posteriormente chamada São Bento do Iguassú, ainda no século XVI, nas terras banhadas pelo rio homônimo.²¹ Mas foi no século XVIII que a região do recôncavo da Guanabara pôde sentir um crescimento expressivo, pois nos anos 1700 é registrado o surgimento de muitas freguesias. Entre elas, as freguesias de *Nossa Senhora da Piedade do Iguassú*, em 1719, *Santo Antônio de Jacutinga*, em 1755, e *Nossa Senhora do Marapicu*, de 1759, são de maior interesse, pois estão nos territórios que formarão, parcial ou integralmente, o atual município iguaçiano. O desenvolvimento regional se deu em núcleos de produção agrícola, tanto para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro com gêneros de subsistência como com a produção de farinha, aguardente e açúcar empregados no comércio do tráfico Atlântico de escravizados (Bezerra; Laurentino, 2022).

²¹ In MUSEU VIVO DO SÃO BENTO. **Fazenda do Iguaçu**. Disponível em: <<https://www.museuvivodosaobento.com.br/exposicoes/fazenda-de-iguacu>>. Acesso em: 25 dez. 2023.

Imagen 7 – Torre da igreja de N. S. da Piedade do Iguassú vista do interior do Cemitério da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos



Torre da igreja de N. S. da Piedade do Iguassú vista do interior do Cemitério da Irmandade de N. S. do Rosário dos Homens Pretos. A Igreja remonta ao século XVIII, e sua ruína se deu em meados dos anos 1940. A Irmandade do Rosário dos Homens Pretos existiu na freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú pelo menos desde o mesmo período da igreja, como pode ser observado em assentos paroquiais, porém seu cemitério foi construído em 1875. Fonte: Acervo do autor, 2023.

A população negra, por sua vez, vai ser bastante significativa na região, como apontam os estudos sobre a composição das famílias escravas (Demétrio, 2008). Num ciclo que se autoalimentava, de produção agrícola geradora de recursos para aquisição de escravos que são empregados na produção agrícola, a população e a economia local seguiram num crescimento lento, até que o ouro no interior da colônia e a mudança da capital para a cidade do Rio de Janeiro transformou a vida fluminense. Numa busca por redução de distâncias percorridas para escoar a produção aurífera nas Geraes, uma série de novos caminhos desbravou as terras do recôncavo da Guanabara (Torres, 2008). E, apesar do fim do chamado “ciclo do ouro”, a busca por vencer

as encostas escarpadas da serra do Mar visando reduzir tanto a distância quanto os riscos da viagem como os custos com o transporte irá ganhar novo fôlego quando do crescimento da produção do café, que será bem-sucedida pioneiramente no vale do Paraíba.

Por essa razão a localidade da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú perceberá uma alteração em sua dinâmica econômica e política quando da abertura de um caminho mais curto para superar esse desafio. No início do século XIX, era impossível atravessar a serra do Tinguá partindo da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguaçu com tropas de animais carregados e alcançar o vale do Paraíba e as terras de Minas Gerais. Os percursos existentes precisavam contornar esse desafio, aumentando a distância, o tempo e, consequentemente, os custos dessas verdadeiras aventuras. Porém, em 1811 ficou decidido que seria mandado construir, por orientação da Real Junta do Comércio, uma estrada que acabaria ligando a cidade do Rio de Janeiro ao interior de forma mais rápida e segura, passando por diferentes localidades como a freguesia de Santana das Palmeiras e o rio Paraíba do Sul, indo se encerrar na vila de São João Del Rey. As viagens passaram a acontecer através do transporte em pequenas embarcações que atravessavam às águas da baía e subiam pelo rio Iguassú, daí partindo em tropas de muares, serpenteando por caminhos que foram calçados posteriormente pelo coronel Conrado Jacob de Niemeyer. Com a abertura da Estrada do Commercio, a economia local se transformou. O crescimento do número de portos, a oferta de serviços como hospedaria e ferreiros, bem como construção de depósitos de sal e toda sorte de serviços que eram necessários ao grande movimento de tropeiros e fazendeiros que agora transitavam em Iguassú passaram a demandar mais da freguesia acanhada, descrita como um lugar com

casas esparsas e afastadas umas das outras.²² A vontade do Império do Brasil de orientar o desenvolvimento do Estado e da nação, como se pode observar na Lei de 1º de outubro de 1828, que “Dá nova fórmula ás Camaras Municipaes, marca suas attribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz” (Brasil, 1828), ou seja, dá ordenamento ao funcionamento das câmaras municipais que se achem instaladas no império daí por diante, e ao desenvolvimento econômico, bem como à atuação de personalidades políticas locais junto à administração da província, tais como o comendador Soares e o barão de Guandu, fatores é fator que induz a pensar no contexto da elevação da freguesia em vila de Iguaçu em 15 de janeiro de 1833 (Silva, 2014). Com a Estrada do Commercio, e o desenvolvimento econômico local que sua abertura proporcionou, se tornou mais fácil para os proprietários iguaçuanos defenderem a demanda pela elevação do povoado a vila. Assim, o Império inclui Iguassú no rol das vilas criadas no início da década de 1830, dada a necessidade de uma administração municipal através da câmara e seu intendente, posto que parte das atribuições das câmaras era mesmo a de manutenção de caminhos, pontes e estradas, exercendo simultaneamente as funções de executivo e legislativo, realidade que permaneceu até a criação da prefeitura de Nova Iguaçu, no ano de 1919.

Intendente

O intendente é uma figura da administração pública de origem francesa. Era um agente do rei durante o Antigo Regime, investido de poderes policiais e tributários. Além de na França, foi ainda utilizado na Espanha e em Portugal, assim como em suas colônias.

²² Em seu relato de viagem, Auguste de Saint-Hilaire tece alguns comentários sobre suas impressões em relação à Piedade do Iguassú na ocasião de sua primeira viagem pela província do Rio de Janeiro até Minas Gerais.

Quadro 1 – Transformações administrativas de Iguassú à Nova Iguaçu

Ano	Evento
1566	Primeiras referências à região de Iguassú (Aguassú, Guaguassú e outras denominações) em documentos de monsenhor Pizarro.
1568	Doação a Brás Cubas e Pedro Cubas de terrenos próximos ao rio Meriti até a aldeia Jacutinga.
1577	As mesmas terras são cedidas a Antônio Vaz por não terem sido apropriadas pelo beneficiado anterior.
1602	Novamente, há o registro das terras cedidas a outros por motivo de não apropriação: Manuel Gomes da Costa, Antônio Fernandes, Baltazar de Andrade Araújo, Bartolomeu Duarte de Bitencourt e Manoel Ribeiro.
1779/ 1789	A povoação de Nossa Senhora da Piedade de Iguassú aparece em documentos do vice-rei, Luiz Vasconcelos, como parte das freguesias “fora dos muros” do corpo interior da capitania do Rio de Janeiro.
1833	A povoação de N. S. da Piedade de Iguassú é elevada à categoria de vila, abrangendo as freguesias de Santo Antônio da Jacutinga, São João de Meriti e Nossa Senhora do Pilar.
27/06/1833	Primeira reunião da Câmara de Vereadores (7 membros) em Iguassú.
13/04/1835	Vila de Iguassú é extinta através da Lei nº14, do dia 13 de abril de 1835, perdendo o status de município autônomo.
07/05/1836	As freguesias de Iguassú, Marapicú, Jacutinga e Pilar passam a fazer parte do termo de Niterói.
10/12/1836	Vila de Iguassú é recriada com os mesmos termos de 1833.
1846	Criação da Vila de Estrela e transferência da freguesia do Pilar, pertencente à vila Iguassú, para a nova vila criada.
1855	Criada a freguesia de Santana das Palmeiras, anexada à vila de Iguassú.
1862	A povoação de Maxambomba, beneficiada pela criação da estrada de ferro D. Pedro II, foi elevada à sede da freguesia de Jacutinga.
1891	Maxambomba é elevada à categoria de vila e, em seguida à de cidade, tornando-se sede do município de Iguassú.
1891	Extinto o município de Estrela, a freguesia do Pilar, agora distrito do Pilar, volta a integrar o território de Iguassú.
1911	O município se denomina Iguaçu e se compunha de 6 distritos: Jacutinga, Queimados, Nossa Senhora da Piedade de Iguassú (ex-Piedade de Iguaçu), São João de Meriti, Santana das Palmeiras e Pilar.
1916	Maxambomba, sede do município, passou a se denominar Nova Iguassú.
1938	O nome do município foi alterado de Iguassú para Nova Iguassú. Assim, a partir de 1938, temos o município de Nova Iguassú cuja sede é Nova Iguassú.
1939-1943	Nova Iguassú é constituído de 9 distritos: Nova Iguassú, Belford Roxo (1938) 10, Bonfim, Cava, Caxias (1931), Estrela, Meriti, Nilópolis (1921) e Queimados (1944).
1943	Emancipação de Caxias e São João de Meriti. O Decreto-Lei 1.055, de 31-12-43, eleva os distritos de Caxias, São João de Meriti, Xerém e Estrela,

	compondo o município de Duque de Caxias. O novo município passou a ser composto por três distritos: Duque de Caxias, S. João de Meriti e Imbariê.
1945	Com o acordo ortográfico de 1945, "Nova Iguassú" passou a ser escrito "Nova Iguaçu".
1947	Emancipação de Nilópolis. Elevado à categoria de cidade com a denominação de Nilópolis, pela Lei Estadual n.º 6, de 11-08-1947.
1952	Pela Lei Estadual n.º 1472, de 28-04-1952, são criados os <i>distritos de Mesquita e Japeri</i> e anexados ao município de Nova Iguaçu.
1990-1993	Emancipação de Belford Roxo. Elevado à categoria de município com denominação de Belford Roxo, pela Lei Estadual n.º 1.640, de 03-04-1990, desmembrado de Nova Iguaçu. Sede no antigo distrito de Belford Roxo. Constituído do distrito-sede. Instalado em 01-01-1993.
1990-1993	Emancipação de Queimados. Elevado à categoria de município com a denominação de Queimados, pela Lei Estadual n.º 1.773, de 21-12-1990, desmembrado de Nova Iguaçu. Sede no antigo distrito de Queimados. Constituído do distrito-sede. Instalado em 01-01-1993.
1991-1993	Emancipação de Japeri. Elevado à categoria de município com a denominação de Japeri, pela Lei Estadual nº 1.902, de 02-12-1991, sendo desmembrado de Nova Iguaçu. Sede no antigo distrito de Japeri. Constituído do distrito-sede. Instalado em 01-01-1993.
1999 - 2001	Emancipação de Mesquita. Com a edição da Lei Estadual n.º 3.253, de 25 de setembro de 1999, Mesquita é desmembrado de Nova Iguaçu e instalado em 1º. de janeiro de 2001.

Fonte: Baseado em Souto (2021), com acréscimos e correções do autor. Contribuiu Lúcia Helena Pereira da Silva.

A vila de Iguassú, criada em 15 de janeiro de 1933, teve curta duração. No ano de 1935, através da Lei nº14, do dia 13 de abril, a Assembleia Legislativa Provincial extinguiu a vila de Iguassú e passou seu território a compor as vilas de Vassouras e Magé (Barros, 2000). No ano de 1936, por breve período suas freguesias passam a compor o termo da cidade de Niterói, até a edição da Lei nº57, de 10 de dezembro de 1835, que restaura a vila de Iguassú em seus termos originais, o que não ocorreu em sua totalidade, pois do território original acabou perdendo Inhomirim para Magé (Matus, 2018). Os vereadores da primeira legislatura foram: Ignácio Antônio do Amaral, Antônio Ferreira Nunes, Feliciano José de Carvalho, Francisco Martins Viana, Domingo Francisco Ramos, Carlos José de Souza Barbosa e Bento Antônio Moreira Dias,

sendo que coube a intendência da vila de Iguassú a Martins Viana. Após sua restituição, e sem novos percalços, a vila de Iguassú permaneceu como um entreposto comercial relevante para a Corte e para a Província do Rio de Janeiro, até que uma nova forma de transporte alterasse novamente a sua dinâmica econômica, social e política. Entre o período da elevação e transferência da sede para Maxambomba, Iguassú viveu altos e baixos, perdendo território da freguesia do Pilar quando da criação da vila de Estrela, ao passo que vê surgir no planalto da serra do Tinguá a freguesia de Santanna das Palmeiras entre meados da década de 1840 e 1850. A relevância de Iguassú chegou a produzir um projeto, não concretizado, visando à construção de uma ferrovia que faria o percurso entre Iguassú e Sarapuhý. A obra que foi autorizada pela Lei Provincial de 7 de maio de 1840, chegando a possuir orçamento dado pelo engenheiro Taulouis,²³ curiosamente seria chamada de *Estrada de Ferro Pedro Segundo*. Porém a esse projeto não foi dado prosseguimento, e a primeira ferrovia do Brasil que acabou sendo executada foi a *Estrada de Ferro Mauá*, localizada também na região do recôncavo guanabarino, ligando Guia de Pacopaíba a Raiz da Serra (Rodriguez, 2004), com 16,2 km de extensão. A primeira ferrovia brasileira foi inaugurada em 30 de abril de 1854, data que se tornou o dia da Baixada Fluminense em 2002.²⁴ Certo é que outra ferrovia foi construída no território iguaçuano, mas sem nenhuma relação com as terras da sede da vila.

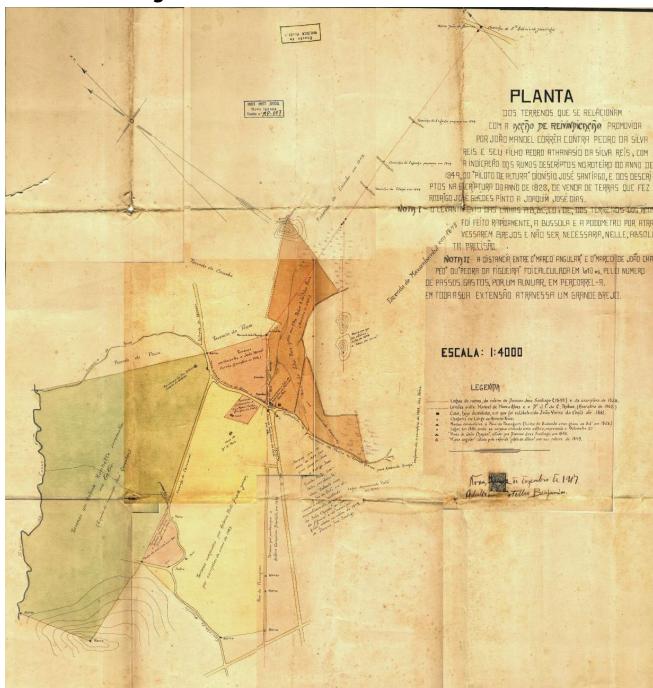
²³ Nova Iguaçu. *Estrada Real do Comércio: Iguassú – Vale do Paraíba – Minas Gerais. 1822-2022.* 1. ed. Nova Iguaçu: 2022.

²⁴ Em 2002 a governadora Benedita da Silva institui o dia 30 de abril como Dia da Baixada Fluminense. A data é alusiva à inauguração da Estrada de Ferro Mauá, que se deu em 30/04/1854. Lei Nº 3822, DE 2 de maio de 2002. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/69d90307244602bb032567e800668618/e1736cadb682fb4103256bb200564046?OpenDocument&Start=1.42&ExpandView&ExpandSection=-2>, acessado em 26/12/2023.

Foi a Estrada de Ferro D. Pedro II, atual Central do Brasil, em 29 de março de 1858, com 48 quilômetros. Seu primeiro trecho ligava o município da corte a Iguassú, com estação na localidade de Queimados; depois ela foi estendida até alcançar Macacos, atualmente em Paracambi, no início da década de 1860 e daí seguiu serra acima, se conectando com o vale do Paraíba já em fins dessa mesma década (Rodriguez, 2004). Com uma estação no arraial de Maxambomba, essa ferrovia atraiu para si o transporte de cargas oriundas do então chamado Vale do Café. Em poucos anos, a existência de tropas se tornaria uma memória saudosa para aqueles que não puderam deixar a região da freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú e migrar para a freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, mais precisamente para próximo da estação Maxambomba da ferrovia Pedro II. Nos anos seguintes, uma grande transformação será observada na sede da vila de Iguassú. Os grandes proprietários e comerciantes passam a constituir parte da população do antes tímido arraial de Maxambomba, pertencente à freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, construindo às margens da linha férrea residências e estabelecendo aí comércio e negócios. As atividades na vila de Iguassú se tornaram cada vez mais esvaziadas, restando as poucas sessões da Câmara de Vereadores e os plantões dos órgãos governamentais, cada vez menos frequentes. Na década de 1860, tem início um processo que culminará na transferência da sede da vila para Maxambomba. Muitas terras entorno do rio Iguassú serão abandonadas, deixando as margens dos rios afluentes e do próprio Iguassú sem limpeza. O assoreamento irá produzir alagamentos e são registrados quadros de epidemia de febre amarela e cholera-morbus, ocasionando a morte de muitos, fuga de outros, causando um esvaziamento da outrora pujante e colorida vila de Iguassú. Moduan Matus registra em sua obra História de Nova Iguaçu: Recortes de uma cronologia ilustrada de 510 anos a chegada do cólera da seguinte maneira:

[...] o escravo Bento Rodrigues Vianna contraíra no litoral e traz rio acima. De 11 a 24 de setembro [1855] morrem dezenas de escravos. A navegação fica interrompida por vários dias, acumulando em seus trapiches [portos de pequeno porte] mais de 3.000 arrobas de café, com isso a população aos poucos, vão deixando a Vila em direção a Maxambomba, para onde também estão chegando os trilhos do trem [...] (Matus, 2018, p. 45).

Como se observa, a população escravizada sofreu particularmente com as questões das doenças, visto que diferente de seus proprietários, estes não possuíam a mesma mobilidade e eram impedidos de deixar a região e fugir das doenças. Somado às pestes, podemos destacar questões sociais em torno da economia escravista e o processo de luta contra a escravidão na vila de Iguassú e região. Os quilombos das terras iguaçuanas eram tantos, e de tal maneira difíceis de acessar e extinguir, que o pesquisador Flávio Gomes irá destacar que foram comparados à *Hidra de Lerna*, da mitologia grega, criatura que, após ter uma de suas cabeças decepadas, fazia surgir duas novas em seu lugar. Hidras de Iguassú, estas associações de escravizados fugidos se dispersavam entre áreas de alagados e mata, com difícil acesso para as forças de repressão da Polícia da Corte, espalhando seus mocambos entre terras das freguesias de Iguassú, Jacutinga, Marapicu, Meriti e Pilar (Gomes, 2019), bem como em outras terras da província fluminense. Em que pese o fato de o estudo mencionado sobre o tema referir-se a diferentes localidades da vila de Iguassú, com duração de décadas segundo registros junto às autoridades policiais da Corte, fato é que não encontramos em Nova Iguaçu nenhum lugar de memória dedicado a esses espaços de resistência à escravidão, resultando como no caso da população tamoio, um vazio na memória e identidade local.

Imagen 8 – Planta da Fazenda Maxambomba

Planta detalhando territórios do município de Iguassú e suas propriedades na região de Maxambomba no período anterior à construção da Estrada de Ferro Pedro II, em 1948. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu – Doação de Waldick Pereira.

Em 1862, Maxambomba se torna sede da freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, e com isso é iniciada a obra da Igreja Matriz, que irá receber a devoção de Santo Antônio de Jacutinga, trazendo para aí a imagem do santo da localidade da Prata, onde possui uma igreja do século XVIII, para o novo templo. Esta é a atual Catedral de Nova Iguaçu, que nos anos 1930 sofreu graves alterações em sua arquitetura, alterando totalmente suas características estéticas. Em 13 de junho 1863 os festejos ao santo padroeiro de Nova Iguaçu já se realizam nas mediações da ferrovia, local onde a festa acontece já há 160 anos²⁵.

²⁵ Em 2023, Nova Iguaçu organizou eventos comemorativos alusivos aos 160 anos da festa de Santo Antônio. Nova Iguaçu. *Festa de Santo Antônio promete diversidade gastronômica e cultural* | Prefeitura de

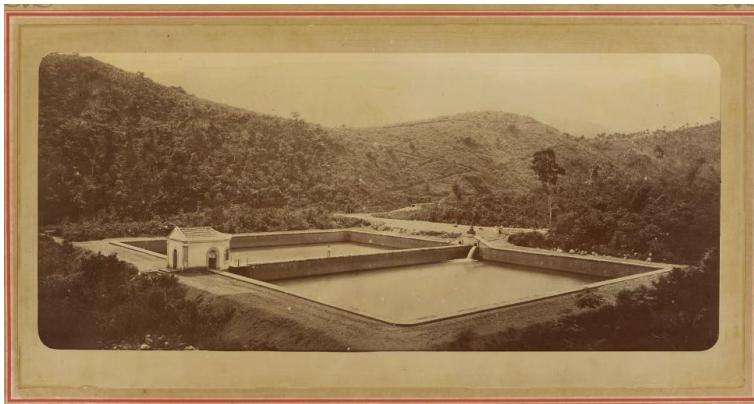
Ferroviás serão o grande símbolo de progresso no século XIX. Assim como a falta de água será um grande desafio para a cidade do Rio de Janeiro desde sua fundação e especialmente para a Corte durante o segundo reinado. Uma crise hídrica se abateu sobre o Rio de Janeiro e o imperador, dom Pedro II, mandou que se buscassem soluções definitivas para a questão da falta de água na corte. Por conta da constante falta de água no Rio de Janeiro é que se constrói a Ferrovia Rio d’Ouro, cortando as terras de Iguassú em busca do precioso líquido que se coletará nos mananciais aos pés das serras de Iguassú, em captações que irão represar águas de rios como o São Pedro, em Jaceruba, o Santo Antônio e o D’Ouro, nos lugarejos homônimos, e em Tinguá. A Estrada de Ferro Rio d’Ouro, segundo o estudo de Hélio Suêvo Rodriguez:

Ao contrário da maioria das ferrovias brasileiras, que foram construídas em função da exportação do café, a Estrada de Ferro Rio D’Ouro objetivava a manutenção dos encanamentos adutores das águas das represas do Rio D’Ouro, para o abastecimento d’água para a cidade do Rio de Janeiro (Rodriguez, 2004, p. 82).

No território atual de Nova Iguaçu remanescem as estações de Vila de Cava, Rio d’Ouro e Jaceruba, no tronco principal da ferrovia, e a estação Tinguá, no ramal auxiliar da mesma estrada de ferro. Durante o tempo em operação que se deu entre novembro de 1876 e 1970, ano em que encerrou finalmente suas atividades depois de um processo de desativação iniciado em 1966, a Estrada de Ferro Rio d’Ouro efetuou não apenas o transporte de materiais para a manutenção da captação d’água, como também transportou pessoas e mercadorias, chegando a um fluxo de mais de 1.602.500 passageiros no ano de 1926. Fator que impulsionou o desenvolvimento populacional ao longo de seu trajeto,

como também se deu às margens da Estrada de Ferro D. Pedro II, formando grandes subúrbios. No interior das matas permanecem, por sua vez, os reservatórios e adutoras, ainda abastecendo de água a população fluminense.

Imagen 9 – Reservatório Rio d’Ouro em dois tempos



Brazil, obras do abastecimento d’água do Rio de Janeiro: Reservatório do Rio do Ouro - 1876/1882. Fonte: Marc Ferrez, Brasiliiana Fotográfica Digital, Biblioteca Nacional, disponível em: <https://brasiliayanafotografica.bn.gov.br/brasiliiana/handle/20.500.12156.1/207>



Foto do reservatório realizada em visita técnica, com vistas à preservação do patrimônio edificado. Fonte: Acervo do autor, 2018.

Em 1889 é proclamada a República do Brasil, e novas mudanças administrativas transformam o país, e em 1891 Maxambomba é elevada à condição de vila e, em seguida, de município, sendo Jacutinga o distrito-sede da administração do recém-criado Município de Iguassú. No mesmo tempo que recebe de volta as terras da extinta freguesia e agora distrito do Pilar. Ainda nas últimas duas décadas do século XIX chegariam à Maxambomba as primeiras mudas de pés de laranja. Uma cultura nova no país que, incentivada pelo governo republicano, iria incrementar a pauta agrícola brasileira. Mas se para o Brasil a citricultura estava dentro de um projeto de ampliação da diversidade na agricultura, a introdução da empresa agroexportadora de laranjas no território iguaçuano selará uma nova transformação econômica, social e cultural na cidade, como veremos.

Nova Iguaçu – A cidade: do século XX aos dias atuais

Com a transferência da sede da administração municipal nos últimos anos do século XIX é que passamos a vislumbrar a consolidação da Nova Iguaçu de nosso tempo, num processo dinâmico que atravessa o século XX. A composição da população e a transformação territorial que conhecemos agora se produzem neste breve século XX,²⁶ que em Nova Iguaçu foi de 1916 a 1999. Durante esse período, o município se rebatizou como Maxambomba, se transformou em Nova Iguaçu, em 1916, e passou por sua última emancipação, ocorrida com o desmembramento de Mesquita em 1999. Ainda nesse breve século, a cidade se transformará num polo de produção citricultora de relevância internacional, culminando nas décadas de 1920 e 1930, e conhecerá o

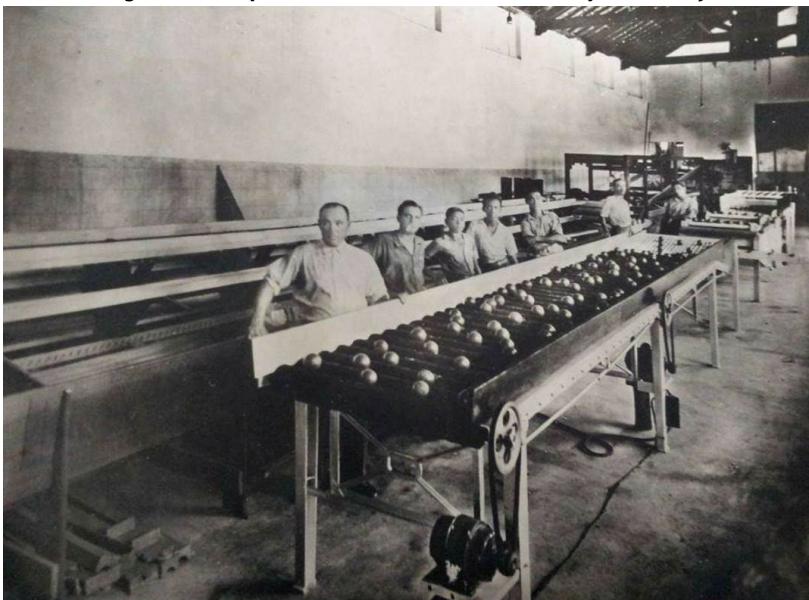
²⁶ O historiador britânico Eric Hobsbawm eternizou a expressão “o breve século XX” ao afirmar que este dura de 1914 a 1991. Ao contar a história de Nova Iguaçu, nós a tomamos por empréstimo.

declínio dessa atividade a partir de meados dos anos 1940. No ocaso dos laranjais, houve um processo de fracionamento do solo através da montagem de uma verdadeira fábrica de loteamentos no mesmo momento em que se deu o desenvolvimento de industrialização e de comércio pungentes. As transformações econômicas que sobrevieram se deram ao passo em que se observou uma explosão demográfica significativamente aguda, produtora de grandes problemas e impulsionadora de importantes movimentos sociais que são muitas vezes relevantes em nível nacional.

No ano de 1933, a cidade de Nova Iguaçu comemorou, sob patrocínio do governo do prefeito interventor Sebastião Arruda Negreiros, seu primeiro centenário. Na ocasião, Negreiros estava administrando o município em uma de suas melhores fases em termos de produção e exportação de laranjas, e o país passava pela primeira etapa do que se convencionou chamar de “Era Vargas”, que é o governo provisório iniciado em 1930. Sem precisar se preocupar com questões eleitorais e respaldado pelo governo do interventor do Rio de Janeiro e do governo federal, Arruda Negreiros abriu e melhorou estradas visando atender às demandas da lavoura iguaçuana, gerando boa parte da malha rodoviária da Baixada Fluminense até nossos dias. Assumiu a campanha de construção de um hospital, recebendo a visita de Getúlio Vargas para o lançamento da pedra fundamental do Hospital Iguassú, que se inaugurou no ano final de seu mandato em 1935. Ainda com apoio do governo foram construídas em Nova Iguaçu modernas fábricas de beneficiamento agrícola, conhecidas por *packing houses*. Nesses lugares, as frutas eram selecionadas, limpas, secas e embaladas em papel de seda azul, sendo acondicionadas em caixotes de madeira que recebiam os selos de seus exportadores, identificando as laranjas que faziam de Nova Iguaçu a Califórnia brasileira. Essa era de ouro da laranja havia sido

plantada bem antes, ainda no fim do Império, quando chegavam à Maxambomba as primeiras mudas de laranjeiras. O político de Campos dos Goytacazes Nilo Peçanha, ao chegar ao governo da Província do Rio de Janeiro, foi um grande incentivador da pomicultura iguaçuana, bem como de toda forma de produção agrícola no entorno da capital fluminense, visando transformar o recôncavo da Guanabara em um cinturão produtivo. Esse impulso foi renovado na breve passagem de Nilo Peçanha pela presidência da República em 1909.

Imagen 10 – Máquina de beneficiamento e classificação de laranjas



Máquina de beneficiamento e classificação de laranjas do inventor italiano Adolpho Borghi, numa *packing house* de Nova Iguaçu – década 1920. Fonte: Acervo Marcelo Borghi.

Cumpre ressaltar que desde o Império a gestão das municipalidades era feita pela intendência da Câmara, inexistindo ainda a figura do prefeito municipal. Sucessivos governos buscavam solucionar problemas sanitários e liberar terras alagadiças para o cultivo e pasto, e com isso eram instituídas cada vez mais novas medidas

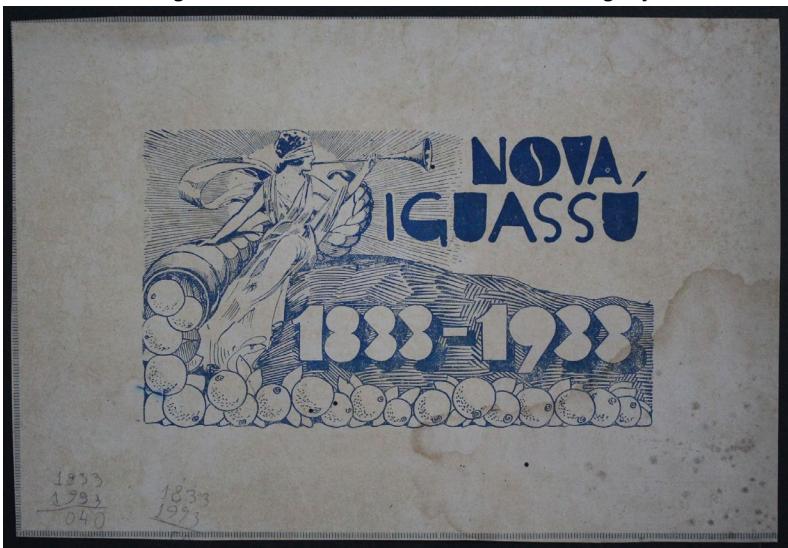
visando ao saneamento de toda a região, o que afetou Nova Iguaçu. No ano de 1919 era chefe da divisão de saúde em Nova Iguaçu o médico sanitarista dr. Mário Pinotti, que naquele ano foi indicado pelo presidente do estado do Rio de Janeiro, Raul Veiga, para assumir a prefeitura que este mandara criar na municipalidade. Tal medida não foi recebida com entusiasmo pelo presidente da Câmara Municipal, Coronel Francisco Soares, que acionou os demais vereadores da cidade e impetrhou medida judicial visando destituir o prefeito nomeado. Dessa forma Nova Iguaçu teve sua prefeitura criada de forma vertical, gerando reação da elite política local, mas sem que a população em geral dela tomasse parte (Moraes, 2016).

Voltando ao centenário e às comemorações de 1933, data dessa época a construção dos principais elementos da identidade iguaçuana, através da publicação patrocinada pelo interventor da obra de José Matoso Maia Forte.²⁷ Membro da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Maia Forte possuía já larga experiência em produção de livros de efemérides, e produziu, por encomenda municipal, o título *Memória da Fundação de Iguaçu: comemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833* (Maia Forte, 1933), em que resgatou fragmentos da história local e construiu as balizas para a produção historiográfica que se seguiu, se constituindo numa referência para a compreensão da história local. Na apresentação da obra consta: “Escripta por José Matoso Maia Forte [...] por incumbência do srº drº Sebastião de Arruda Negreiros, Prefeito do Município.” Grande parte dos elementos

²⁷ Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, José Matoso Maia Forte será conhecido, entre outras obras, por sua contribuição com publicações sobre aspectos econômicos e geográficos do estado do Rio de Janeiro. Ver: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/JMMForte.html>. Acesso em: 24 julho de 2021.

encontrados nas narrativas históricas e memorialísticas referentes a Nova Iguaçu se fundamentam na narrativa construída na efeméride do centenário, sendo necessário lembrarmos que, como toda fonte, esse documento (nesse caso, produção bibliográfica) também é necessário ser lido com o olhar atento e a devida crítica. Entre os elementos que foram exaltados na obra, devemos dar relevo à figura do *Comendador Soares*, personagem que foi eleita para simbolizar uma elite local em decorrência de sua atuação no período da criação da vila de Iguassú.

Imagen 11 – Arte alusiva ao centenário de Nova Iguaçu



Gravura de uma musa, vendada, anunciando numa trombeta o centenário de Nova Iguaçú — 1833-1933. A personagem está repousada sobre uma colina, apoiando uma mão sobre um corno de onde saem frutos de laranjas que se esparramam pelo solo. Fonte: Arquivo Ney Alberto – ANA.

Nas comemorações do centenário, Arruda Negreiros entrega ao povo iguaçuano uma de suas obras, a reformada e modernizada praça Manoel Seabra, hoje praça da Liberdade. Ao centro da praça, é inaugurado um monumento de granito de cor escura, com uma placa e

uma efígie de bronze com a face do comendador Francisco José Soares. Na placa constavam, além dos dizeres alusivos à data comemorativa, palavras em homenagem ao comendador enquanto personalidade, ato simbólico que construiu a um só tempo a conexão da Maxambomba com a freguesia de Nossa Senhora da Piedade do Iguassú, fundidas na personalidade do velho político de Iguassú, a quem se reputavam habilidades políticas de unificação e valores humanos, no momento de busca de construção e uma identidade nacional moderna e ordeira. As peças de bronze originais foram furtadas recentemente, provavelmente em 2021. Em 2022 a prefeitura de Nova Iguaçu repôs a placa e a efígie, sendo que substituíram o metal valioso por um plástico sem valor comercial, visando evitar novos atos de depredação do monumento.²⁸ Apesar de ser função do poder público zelar pelo patrimônio histórico e cultural, quanto desta dedicação ao restauro desse monumento não se deve à valorização dada a essa personalidade, seu simbolismo e ao grupo político que à sua memória se associa desde os tempos das comemorações do centenário em 1933?

O desenvolvimento da citricultura promoveu o enriquecimento acelerado de um grupo. Os citricultores, no entanto, não realizariam a tarefa de plantio, manejo, colheita, transporte, beneficiamento, venda e posterior embarque para o porto do Rio de Janeiro sem contar com uma extensa e numerosa cadeia de trabalhadores. Em que pese a óbvia relevância do aspecto financeiro da exportação de laranjas, algo que vem sendo destacado desde as comemorações do centenário em Maia Forte, e que pode ser estudada em dados quantitativos na obra clássica de Waldick Pereira, *Cana, café e laranja* (Pereira, 1974) ou na dissertação

²⁸ PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU REINAUGURA MARCO DO CENTENÁRIO DE 1933. Disponível em: <https://www.novaiguacu.rj.gov.br/2022/05/20/prefeitura-de-nova-iguacu-reinaugura-marco-do-centenario-de-1933/> Acessado em: 26/12/2023.

do economista Adrianno Oliveira Rodrigues (2006), gostaria de dar relevo aqui à questão demográfica desse período, considerando que esse aspecto impactará consistentemente no período posterior ao fim do “ciclo da laranja”. Enquanto a venda das laranjas de Nova Iguaçu fazia as cifras em exportações se tornarem relevantes a ponto de a receita municipal orbitar em torno da citricultura e de os “pomos dourados” serem símbolos de orgulho nacional na pauta de exportação, havia uma imensa massa de trabalhadores e trabalhadoras que chegavam a Nova Iguaçu ano após ano, crescimento que se destacou a partir da década de 1930, e que assim continuou até a década de 1970. O estudo de Carlos Eduardo Coutinho da Costa sobre migrações no pós-abolição indica que na década final do século XIX estima-se que um número superior a 63% da população de Iguassú era de não brancos, e em sua avaliação da população iguaçuana entre os anos de 1890 e 1940, é possível verificar que uma migração marcadamente masculina, jovem e negra pode ser observada principalmente nos anos 1930. Costa conclui que:

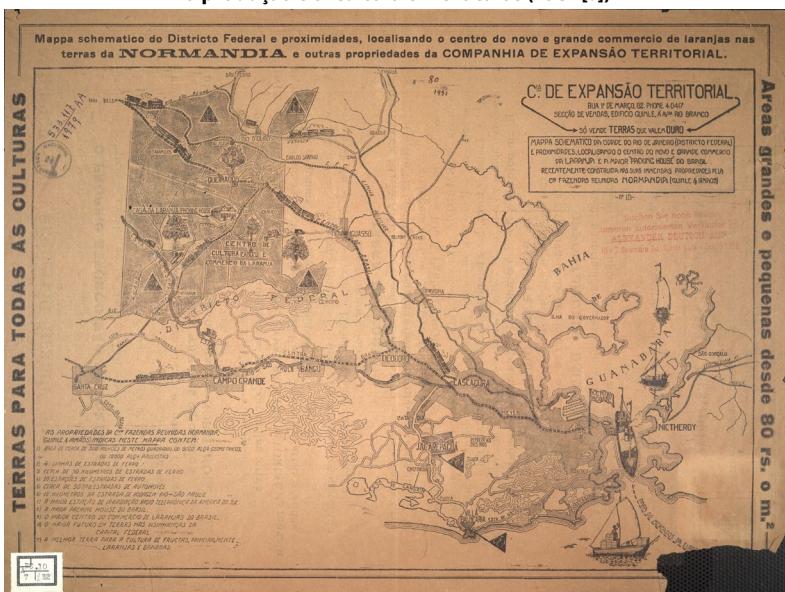
Na década de 1920 e 1930, o panorama econômico e social mudou consideravelmente na Baixada Fluminense. A exportação de laranjas, o crescimento urbano e a diversificação de arranjos de trabalho atraíram pessoas de várias partes do país. Não foi à toa que a região recebeu pelo menos duas ondas migratórias ao longo da primeira metade do século XX. A primeira foi a de originários do Nordeste, no final do século XIX, fugidos da seca que assolara o sertão entre 1889 e 1890. Já a segunda, e mais significativa, ocorreu na década de 1920, quando não apenas eles migraram, mas pessoas do Vale do Paraíba também (Costa, 2020, p. 226).

Acrescentamos que nos anos seguintes aos da abordagem de Costa, o município de Nova Iguaçu seguiu crescendo em população. A partir dos anos 1940 a citricultura irá iniciar sua *débâcle*. Ainda assim, Nova Iguaçu saltará dos já alarmantes 140.606 habitantes de 1940 para um espetacular crescimento da ordem dos 517,15%, alcançando a marca de

727.140 habitantes no Censo Demográfico de 1970 (Batista, 2011), e isso numa fração do território pouco maior do que a metade de seu tamanho original, pois na década de 1940 Duque de Caxias e Nilópolis, sucessivamente, se emanciparam de Nova Iguaçu. Sem a pujança da agroexportação, o que explicaria tal adensamento demográfico?

Os custos mais baixos das terras em Nova Iguaçu passaram a ser um atrativo para uma massa de pessoas despossuídas, seja na ambição de aquisição de um lote para estabelecer com seu núcleo familiar uma rocinha e criação de animais visando ao complemento da subsistência, seja nos aluguéis mais baratos do que na capital. Fato é que ao passo que a exportação de laranjas cede espaço à industrialização fluminense, outra lógica econômica irá se tornar dominante em Nova Iguaçu, é a era dos loteamentos (Souza, 1992). Nova Iguaçu será absorvida pela dinâmica econômica e industrial da capital fluminense (Soares, 1962), ao passo que o país se industrializa e a urbe carioca carece de um imenso contingente de mão de obra assalariada, que ao mesmo tempo não possui renda suficiente para morar no subúrbio do Rio de Janeiro. A existência de transporte regular oferecido através da linha férrea, eletrificada na década de 1930, com passagens em valor acessível, distância relativamente baixa em deslocamentos nos trens urbanos da então Rede Ferroviária Federal fará uma enorme população migrante, seja do nordeste brasileiro, seja das terras do vale do Paraíba como também do noroeste Fluminense, encontrar condições de moradia ao longo da linha férrea e nos bairros que surgem a cada novo loteamento que se abre em Nova Iguaçu.

Imagen 12 – Cia Normandia: venda de terrenos para a produção citricultora em chácaras (1951[?])



Este mapa esquemático demonstra as propriedades da Companhia de Expansão Territorial, em detalhe à esquerda elenca elementos que dão as características geográficas e vantagens dessas terras para o cultivo ou outras atividades agrícolas, entre eles: área de cerca de 300 milhões de metros quadrados, 4 linhas de redes ferroviárias, a maior estação radiotelefônica e a maior *packing house* do Brasil. Fonte: Biblioteca Digital, Biblioteca Nacional, disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart533117/cart53117.pdf. Acesso em: 16/12/2023.

Ao abandonar cada vez mais a lavoura, o município se depara com o crescimento das demandas dessa população que busca se estabelecer na Nova Iguaçu, ao passo que a elite local passa a se concentrar no perímetro já valorizado do distrito-sede, compreendido, de um lado da ferrovia, e entre o viaduto João Munch e a praça Santos Dumont, e do “outro lado”²⁹ entre o bairro da Luz e o bairro do Caonze. Diferentes autores destacam que, desde os “tempos de ouro dos laranjais”, esse é o

²⁹ A referência ao “o outro lado” de Nova Iguaçu tem a ver com as áreas mais valorizadas do centro da cidade, devido ao processo continuado de gentrificação desse perímetro urbano.

perímetro urbano que concentra maiores investimentos e melhoramentos urbanos, concentrando tanto serviços como hospital, abastecimento de água e coleta de esgoto como a oferta de lazer e cultura (Silva, 2017; Simões, 2007; Soares, 1962). Os distritos afastados do centro não perceberão os benefícios do crescimento econômico do município, e bairros como o KM 32, Cabuçu, Austin, Santa Rita, Miguel Couto, entre tantos outros, serão deixados por sua própria conta. Não à toa foram os distritos mais afastados, e mais abandonados, que se organizaram para conquistar sua autonomia e buscaram a emancipação de Nova Iguaçu, uma leva nos anos 1940 e a segunda onda nos anos 1990, formando nada menos do que sete municípios de territórios desanexados de Nova Iguaçu ao longo do século XX. Cronologicamente foram: Duque de Caxias (1943), São João de Meriti (1947), Nilópolis (1947), Belford Roxo (1990), Queimados (1990), Japeri (1991) e Mesquita (1999). A situação de abandono à própria sorte dessa região é tão gritante que mesmo os membros da elite econômica de Nova Iguaçu, representada pela Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (Acini), fazem reivindicação de atenção ao poder público quando enviam uma “Carta da Baixada” ao general Emílio Garrastazu Médici, então presidente da república, em 8 de junho do ano de 1970. Em tom laudatório e de deferência ao ditador e ao regime que ele representa, a carta destaca e reivindica:

[...] 4 – A BAIXADA FLUMINENSE conta com parque industrial de grande valia, nela se concentrando uma massa operária sobremodo elevada, porque, além de abrigar os que trabalham na indústria e comércio da região, recebe um número considerável de trabalhadores do Estado da Guanabara. O Instituto Nacional da Previdência Social, que conta com recursos provenientes das categorias econômicas e profissional, o SESI, o SENAI, o SESC e o SENAC, estes com arrecadação apenas na área empresarial, até a presente data, nada fizeram de produtivo em benefício das classes que lhes

incumbe prover. Assim, Excelência, a Baixada Fluminense é a grande esquecida dos Poderes Públicos, que inadvertidamente, dela se afastam, minimizando sua inequívoca contribuição para o Brasil. [...] A Imprensa, de modo geral, só divulga o lado negativo da Baixada Fluminense, comum a todo aglomerado humano, mas silencia sobre a grande obra de soerguimento do Estado do Rio e do Brasil, realizada por sua gente trabalhadora e ordeira (Acini, 1995, p. 94 e 95).

O que os membros da Acini não deram destaque é para o abandono das camadas populares em seus loteamentos feitos de forma, muita das vezes, irregular e improvisadas, entregando lotes desassistidos de toda forma de serviços públicos, desde transporte a unidades escolares, restando esse “aglomerado humano” composto de “gente trabalhadora” abandonada à própria sorte.

A Acini leva ao ditador da ocasião algumas queixas, algo que uma parte expressiva da população não sentia a mesma disposição em fazer desde o início do regime ditatorial. Nova Iguaçu passava por uma quadra difícil de sua história, e, desde o golpe de 1964 até o ano de 1975, passaram pela prefeitura da cidade nada menos que onze prefeitos, uma média de um prefeito por ano. Nas atas da Acini, publicadas com orgulho em seu livro comemorativo de 50 anos, podemos encontrar o júbilo de alguns membros associados em contribuir com a deposição dos prefeitos eleitos democraticamente, assim como a celebração de interventorias na prefeitura iguaçana e até mesmo da ascensão de seu diretor jurídico, João Barreto Lubanco, ao cargo de interventor na cidade de São João de Meriti no ano de 1970. O sr. Lubanco, que foi eleito vice-prefeito da cidade, também assumiria a prefeitura de Nova Iguaçu após afastamento do prefeito (também arenista) Joaquim de Freitas sob acusações de desvios. Durante esses anos Nova Iguaçu, passou por duas intervenções e teve dois prefeitos cassados numa lista que gerou onze prefeitos em onze anos entre 1964 e 1975, numa estratégia que os

apoiantes do regime adotaram visando afastar políticos de esquerda e adversários do poder empregando o denuncismo e a legislação do regime de exceção para manter o poder e perseguir adversários. Nesse contexto, a câmara de vereadores chegou a permanecer fechada e o vereador Ismael Ramos, assim como o deputado Elzio Ramalho, ambos de esquerda e com atuação política na cidade desde antes do golpe, também perderam seus mandatos (Batista, 2014; Domingues, 2016).

Imagen 13 – Revista Equipe (1979)



Capa da revista *Equipe*, ano II, nº 14, com destaque para o prefeito cassado Ary Schiavo, oferecendo denúncias. Schiavo foi um dos prefeitos cassados com base na legislação do regime ditatorial, perdendo sumariamente o mandato sem direitos. Fonte: Acervo João Batista Barreto Lubanco

Não à toa, é durante os anos mais difíceis da ditadura militar que surge em Nova Iguaçu um movimento associativo entre os moradores de bairros periféricos e desassistidos de serviços públicos. Nova Iguaçu passou pelos anos da ditadura Vargas com registro de práticas políticas e sociais bastante ativas, como é o caso do movimento pela terra na localidade de Pedra Lisa, atualmente em Japeri, liderados pelo sr. Bráulio Rodrigues da Silva (Medeiros, 2018) ou da organização dos comitês democráticos por membros do Partido Comunista (Santos, 2013). Porém esses movimentos não alcançavam uma visibilidade no distrito-sede de Nova Iguaçu nem produziram tanto impacto na memória da sociedade como as Associações de Amigos de Bairros, que se tornariam conhecidas como MABs, que, juntamente com as Comunidades Eclesiásticas de Base, estimuladas pela Diocese de Nova Iguaçu, são, sem sombra de dúvida, o tema mais documentado e estudado nos últimos anos quando o assunto é história iguaçuana (Batista, 2019). Lutando por serviços básicos ausentes nos locais onde a “gente trabalhadora” morava, nos loteamentos que eram realmente “aglomerados urbanos” desassistidos de saneamento, água potável, escola, saúde e transporte público nos anos 1970, essas reivindicações marcaram uma época na história de Nova Iguaçu.

A atuação corajosa de dom Adriano Mandarino Hypólito à frente da Diocese de Nova Iguaçu cobrou seu preço. O bispo católico sofreu dois graves atentados, em um dois quais foi sequestrado, sofreu sevícias e passou pela humilhação de ser abandonado nu em um matagal, com seu corpo recoberto por mercúrio cromo, que tingiu sua pele de vermelho, uma referência sádica ao comunismo de que era acusado. Na outra ocasião, um grupo de terroristas deixou um artefato explosivo no sacrário da Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, sede da Diocese de Nova Iguaçu. Com a explosão foram afetados diversos instrumentos da

liturgia católica, destruindo aquele espaço santificado para a religião. Pode ser algo irrelevante para quem não professa a fé católica, mas no rito da missa o ministro da palavra consagra as hóstias, tornando aquelas no Corpo de Cristo, ponto elevado da fé católica. Ao atingir o sacrário, os terroristas não atacaram somente uma autoridade religiosa, mas antes atingiram o próprio Cristo, presentificado na hóstia consagrada em celebração. É algo extremamente grave para os fiéis. Esses eventos são apenas os momentos dramáticos de uma atuação anticomunista (Sá, 2002) na Baixada Fluminense durante o processo de distensão política encaminhado pelo general presidente Ernesto Geisel, e que encontrou resistência entre os extremistas radicais associados ao regime civil-militar.

A atuação política e social de dom Adriano virou filme.

O documentário *Fé e luta: Igreja Católica e Ditadura Militar em Nova Iguaçu*" conta um pouco dessa história com base nos projetos de geração de acervos digitais e de história oral desenvolvidos pelo Centro de Documentação e Imagem da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Cedim-UFRRJ). Assista em: <https://youtu.be/CLB4NpOtnWY>

Aquilo que a cidade de Nova Iguaçu se tornou é, principalmente, fruto das transformações que se deram ao longo do século XX. Diante de forte movimento migratório e imigratório, emancipações, mudanças de regimes políticos, transformações em sua paisagem e de sua gente produziram um forte e multifacetado caldo cultural. É possível encontrar uma mistura amalgamada de todo o Brasil em Nova Iguaçu, mas com alguns temperos em destaque, como nos festejos tradicionais em que a culinária em torno da mandioca e da banana encontram espaço

no calendário da cidade a partir de agroexperiências das regiões rurais da cidade. É o caso da Festa da Banana em Jaceruba e a Festa do Aipim em Tinguá. Eventos com raízes na cultura popular dessas microculturas localizadas nas margens da Rebio Tinguá, com produção agrícola que abastece a cidade e a Região Metropolitana com alimentos como frutas, verduras e legumes, uma produção de granjas de consumo local e oferece opções gastronômicas aos visitantes das piscinas e cachoeiras da região de ecoturismo e lazer populares nos bairros como Tinguá, Adrianópolis, Rio d’Ouro, Santo Antônio e Jaceruba, localidades que se desenvolveram ao longo do século XX na orla da Mata Atlântica preservada e nos entroncamentos da extinta linha férrea do ramal Rio d’Ouro.

Na sede do município encontramos duas grandes festividades tradicionais de devoção católica: a Festa de São Jorge e a Festa de Santo Antônio. No caso dos festejos do Santo Guerreiro, a tradição é mais recente e está ligada ao culto do santo em sincretismo religioso do herói cristão com Ogum, o orixá guerreiro (Barros, 2014). A festa ocorre no dia dedicado ao santo, que no estado do Rio de Janeiro é feriado de 23 de abril, sempre no entorno da moderna Igreja de Nossa Senhora de Fátima e São Jorge, edificada no local da antiga cadeia e fórum do município, hoje rua Getúlio Vargas. Já o festejo do padroeiro de Nova Iguaçu ocorre na catedral de Santo Antônio de Jacutinga, situada na avenida Marechal Floriano Peixoto, diante da linha férrea, no epicentro do desenvolvimento urbano da antiga Maxambomba, e acontece no dia dedicado ao santo tido por casamenteiro, 13 de junho. O santo que também é padroeiro de Portugal tem a marca do colonizador ao Brasil, povo de devoção católica marcada, que trouxe consigo as festas de origens medievais, junto com as fogueiras e as danças que aqui se popularizaram. Já o elemento indígena e africano incorporou às

festividades os batuques, instrumentos de percussão, e as incrementou com uma imensa variedade de guloseimas feitas de mandioca, milho, amendoim e coco. Em Nova Iguaçu, podemos observar esse fenômeno cultural e destacar a força da tradição gastronômica dessa comemoração, ao ponto de a Festa de Santo Antônio de Jacutinga ser popularmente chamada de *festa da cocada*, por causa da imensa quantidade de barracas vendendo esse doce popular. Devido à data ser próxima aos festejos de outro santo católico popular, São João, a cidade tem longa tradição de festejos juninos, realizados em todo território da cidade. As danças de quadrilhas juninas (Angelo, 2022), que hoje estão sendo resgatadas em algumas comunidades, eram ensaiadas por meses pelos jovens, organizadas seja em comunidades católicas, seja nas associações de moradores espalhadas pelo território da cidade, que se organizavam para realizar os festejos.

Falando de cultura, a cidade de Nova Iguaçu possui uma longa tradição de associações literárias e teatrais e em produção poética e musical. É o exemplo da Academia Iguaçuana de Letras – AIL (Alexandre, 2015), que nas décadas de 1940 a 1960 realizou diversas atividades literárias, como prêmios, saraus e publicações de livretos de poesia dos escritores a ela associados. No teatro, temos o exemplo do grupo Arcádia, que também era composto de poetas, escritores, atores e diretores de teatro. O Teatro Arcádia, que se situava na travessa Alberto Coccozza e hoje abriga o Colégio e Curso Tamandaré, recebeu nos anos 1970 diversas obras teatrais da dramaturgia nacional montadas por artistas locais como também peças escritas e dirigidas por gente da cidade, como Silvio Monteiro, Ney Alberto, entre outros.

Nos anos 1970, ainda no auge da repressão e da censura da ditadura civil-militar, surgiram os nomes de diversos dos principais fazedores de cultura ainda atuantes na cidade, como são os casos dos poetas e

escritores Moduan Matus, Jorge Cardoso e da poetisa Lirian Tabosa, para ficarmos em alguns exemplos. Desde a década de 1970 essa produção marginal ganhou as ruas e praças de diferentes formas, como foi o caso da poesia pichada com giz nas portas de ferro das lojas do calçadão de Nova Iguaçu feitas por Moduan Matus, e hoje a cidade de Nova Iguaçu possui um número incontável de saraus e grupos de artistas e agentes culturais. Em seu livro *Teoria e prática da Literatura de locação baixadense*, Edgar, nome de Moduan, elenca uma imensa quantidade de artistas baixadenses (inclui aí moradores de diferentes lugares da Baixada, como Belford Roxo e Mesquita, que no período de sua abordagem compunham a cidade de Nova Iguaçu) e relata sua surpresa em receber no ano de 2020 um dossiê levantado pelo professor e historiador Antônio Lacerda, contendo documentos do Serviço Nacional de Informação – SNI, do Centro de Informação da Aeronáutica – Cisa e do Destacamento de Operações e Informação – Centro de Operação de Defesa Interna – DOI-Codi citando seu nome completo, seu pseudônimo e a legenda “poeta baixadense”, relacionando-o a atividades de subversão da ordem, um claro exemplo de como a atuação cultural da região não apenas era efervescente, como de que também chamou a atenção dos organismos de repressão dos anos ditoriais (Matus, 2021).

Essas experiências sociais, culturais e políticas que se evidenciam na cidade podem ser percebidas em atuações coletivas e individuais em diferentes espaços do município de Nova Iguaçu. É o que percebemos com o caso do Pré-Vestibular para Negros e Carentes – PVNC, que possuiu uma unidade no bairro Vila Operária, coordenado desde os fins dos anos 1990 pelo geógrafo Renato dos Santos Gomes, o Renatinho do Pré. Esse pode ser um exemplo de como as experiências de movimentos sociais reivindicatórios dos anos 1970 e 1980, numa associação entre a

igreja católica e a população leiga, geraram reflexos na sociedade iguaçuana. Como uma escola de cidadania para muitos moradores da cidade. Projetos como o PVNC – Vila Operária que surgiram na interação entre membros das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e a comunidade, produziram alteração no seu entorno, como podemos depreender do testemunho da senhora Lourdes, que cede o espaço de sua escola primária para as aulas do projeto:

O projeto causou impacto também na infraestrutura do bairro Vila Operária. Antes do Projeto, as ruas próximas à escola eram de terra e barro e não tínhamos iluminação pública. Com a chegada do Pré, um candidato a vereador do município mobilizou a comunidade e solicitou à prefeitura que asfaltasse as ruas próximas ao Colégio. E assim aconteceu. A primeira rua a ser asfaltada na comunidade foi a Machado Coelho (a rua principal do Colégio). Além disso, implementaram iluminação nas ruas (Gomes, 2021, p. 45 e 46).

Esse é um exemplo da permanência da memória de movimentos sociais e suas pautas reivindicatórias experimentadas nos anos 1970 e reproduzidas no tempo, através da troca de experiência de atores sociais daquela época com novos agentes. Nesse processo, é possível perceber que se em um determinado momento a busca por serviços essenciais era a única demanda possível, num novo momento a pauta da conquista de espaços que eram considerados como de privilégio para uma pequena parcela da elite social brasileira, como as universidades, entrou no escopo das justas reivindicações de parte da população.

A distensão política que o país experimentou ao longo do período compreendido como de “abertura lenta, gradual e segura” do regime ditatorial, iniciada com Ernesto Geisel e encerrada ao final do governo de João Batista Figueiredo, abre um cenário de transformações que serão efervescentes na Baixada Fluminense, e Nova Iguaçu experimentará transformações ainda pouco exploradas pelos

estudiosos. O crescimento dos movimentos sociais de luta por direitos na segunda metade dos anos 1970, tendo como expoente o MAB (Movimento Associação de Bairros), terá novos atores com a retomada do pluripartidarismo. Dois em particular irão marcar esse contexto, o Partido dos Trabalhadores – PT e o Partido Democrático Trabalhista – PDT. Porém é o segundo que irá fazer maior movimentação na região na primeira década de redemocratização, e isso se deve a alguns fatores. No caso das lideranças de expressão nacional das duas legendas, o PT terá em Luiz Inácio Lula da Silva inegável figura de proa, com histórico de atuação sindical no ABC paulista, sua militância impactará a região metropolitana paulistana, enquanto que o experiente Leonel de Moura Brizola, que retornava do exílio, deixaria sua base eleitoral tradicional no estado do Rio Grande do Sul, onde foi governador, e se estabeleceria no Rio de Janeiro, elegendo-se governador do estado em 1982 e sendo novamente eleito governador dos fluminenses em 1991.

A presença de Leonel Brizola na política do Rio de Janeiro se tornará um fenômeno, num sistema eleitoral ainda cheio de entulhos autoritários da ditadura, onde legendas poderiam lançar mais de um candidato aos cargos majoritários nas cidades, por exemplo. Portanto, nos anos entre 1982 e a morte do líder em 2004 (aos 82 anos), o estado do Rio de Janeiro conheceu o processo a que muitos atribuem o nome de *brizolismo* (Sento-Sé, 1999), considerando o impacto eleitoral que o velho caudilho³⁰ da política brasileira produziu na política fluminense, especialmente na Baixada Fluminense. Em Nova Iguaçu, a participação do PDT de Brizola se expressa em números e resultados eleitorais. Na chamada Eleição Geral de 1982, as eleições foram gerais e unificadas,

³⁰ O velho caudilho, Folha Online. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/pensata/ult681u124.shtml> em 16/12/2023.

excetuando o cargo de presidente da república. O brasileiro voltou a eleger seus governadores, no mesmo pleito em que votou para deputados federais e estaduais, vereadores e prefeitos (com exceção das capitais), e o estado do Rio de Janeiro foi o único onde a disputa em “voto vinculado” pôde romper a disputa hegemônica dos partidos herdeiros do bipartidarismo. Ou seja, o PMDB elegeu nove e o PDS doze³¹ governadores, sendo essas as legendas que herdaram as estruturas dos partidos existentes entre 1965 e 1979 dos extintos MDB e Arena. Somente o PDT de Brizola rompeu este poderio. E em razão do voto vinculado, tanto o governador quanto o vice-governador eram filiados a um mesmo partido. Isso se expressou na composição dos poderes legislativos e das prefeituras, e no caso iguaçuano tivemos três candidatos da legenda de Brizola, sendo um o prefeito eleito. Os candidatos pedetistas à prefeitura de Nova Iguaçu em 1982 foram, pela ordem de votação: Paulo Leone, 47.035; Ary José da Silva, 46.791 e José Américo Quinha, 35.961, ficando em primeiro, segundo e terceiro lugar no pleito. O somatório de votos dos pedetistas perfaz um total de 129.789 votos, representando 44,97% dos 288.589 votos válidos naquela eleição. O mesmo impacto se pode notar no legislativo municipal. em um total de 33 vereadores o PDT elegeu 15 representantes da legenda. O somatório de votos dos vereadores pedetistas eleitos perfaz o total de 51.142 votos enquanto a soma de todos os eleitos produziu um total de 90.975 votos, sendo que o voto nos pedetistas eleitos representaram 51,14% desse valor total. A onda brizolista seguiu impactando Nova Iguaçu nas eleições seguintes, perdendo força em meados dos anos 1990, quando o deputado federal radicado na cidade, Nelson Roberto de

³¹ Em 1982, o país possuía apenas 22 estados e Rondônia se tornará o 23º somente com a Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Lcp41.htm Acessado em: 16/12/2023.

Oliveira Bornier, então no Partido Liberal (PL), se tornou prefeito por duas vezes sucessivas, rompendo a hegemonia pedetista que durou mais de uma década.

Já o petismo percorreu à margem do poder iguaçuano, mantendo-se com baixa votação em Nova Iguaçu nos anos 1980 e 1990. No ano de 1982, que empregamos como estudo de caso para o pedetismo iguaçuano, o PT concorreu com um único candidato à prefeitura, obtendo somente 7.179 votos com Ismael Lopes. Além disso, o Partido dos Trabalhadores não obteve sucesso em conduzir qualquer representante ao legislativo naquele ano. Na eleição seguinte, porém, em 1988, Moacyr de Almeida Carvalho foi o vereador mais votado da cidade, demonstrando o caráter orgânico do partido, que se preparou para eleger seus vereadores. Moacyr obteve 4.914 e sua companheira de partido, Rosely Souza da Fonseca, 1.812 votos, ela que foi a primeira mulher na Câmara Municipal de Nova Iguaçu entre os vereadores eleitos após a ditadura. Nessa ocasião, a legenda já obteve maior expressão na votação majoritária, alcançando 21.578 votos com o candidato Jerri Simões, que ficou na 5^a colocação entre os prefeitáveis. Na sequência, no ano de 1992, o Partido dos Trabalhadores levou sua candidata, Rose de Souza, ao terceiro lugar com 14,14% na primeira eleição com segundo turno no município, ocasião em que o pedetista Altamir Gomes venceu após ter ficado atrás de Fábio Raunheitti no primeiro turno. Nessa ocasião, a legenda voltou a fazer dois vereadores, entre eles o futuro prefeito de Mesquita, Artur Messias. Mas o Partido dos Trabalhadores somente chegou ao poder executivo em Nova Iguaçu após a vitória eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, com Lindbergh Farias vencendo o candidato Mário Marques no mesmo ano em que o velho caudilho faleceu. Não apenas em Nova Iguaçu, mas na região metropolitana o PT fez um verdadeiro cinturão vermelho nos

anos entre 2004 e 2012, momento de maior popularidade do partido não apenas na Baixada Fluminense, como no Brasil, em que o partido passou por quatro eleições sucessivas no poder executivo federal. Durante o mandato de Lindbergh Farias, Nova Iguaçu foi a cidade que mais recebeu recursos federais do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC após as capitais São Paulo e Rio de Janeiro. Nesse período, Nova Iguaçu realizou eventos de projeção internacional, como o Fórum Mundial da Educação e Bienal do Livro de Nova Iguaçu, evento que recebeu uma mascote do desenhista e escritor Ziraldo. Algumas ações do governo municipal desse período foram marcantes para a cidade, são o caso do programa Bairro Escola e a implementação do Curso Pré-Vestibular de Nova Iguaçu – CPV/NI.

Também nesse período foi possível a consolidação do curso de ensino superior público, com a implementação do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, fruto da expansão produzida através do governo federal e ampliado com recursos do Reuni³² (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), programa que promoveu a ampliação do número de vagas em Instituições Federais de Ensino Superior – Ifes e que criou novas universidades ou campus avançados em regiões onde não havia Ifes ou cidades de periferia, como em Nova Iguaçu. Em sua origem, o Instituto Multidisciplinar:

[...] foi criado em reunião do Conselho Universitário realizada em 20 de julho de 2005, que confirmou o ato de criação de seus cursos aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Cepe, de 12 e 14 de julho de 2005. O Instituto Multidisciplinar iniciará suas atividades no primeiro semestre de 2006, com 6 cursos: Administração, Economia, Licenciatura em História, Matemática (Licenciatura e Computacional), Pedagogia e Turismo e

³² O que é o Reuni. Disponível em: <https://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>, Acessado em: 16/12/2023.

Hotelaria, com 250 vagas por semestre. O Instituto Multidisciplinar receberá ainda duas turmas do curso de Administração do extinto Consórcio Universidade Pública da Baixada (UFRRJ, Deliberação n. 4, de 30 de março de 2006).

O político aproveitou a projeção de seu mandato na prefeitura de Nova Iguaçu e a boa avaliação do governo do presidente Lula e se lançou ao Senado Federal, sendo eleito em 2010 com 4.213.749 votos, o equivalente a 28,65% dos votos válidos.³³ Em seu lugar ficou a vice-prefeita eleita, Sheila Gama, que, não à toa, representava ainda aspectos do brizolismo dos anos 1980 na política local. Esposa de Aluízio Gama, ex-prefeito de Nova Iguaçu pelo PDT de 1989 a 1992, o mandato de Sheila demonstra a perda de potência do brizolismo na cidade. Ao concorrer à reeleição em 2012, Sheila Gama que foi a primeira mulher à frente do poder executivo municipal de Nova Iguaçu, foi derrotada por Nelson Roberto de Oliveira Bornier, agora no PMDB, que voltou para seu terceiro mandato. Voltando ao esboço da trajetória petista na cidade, pode-se notar a influência do ex-prefeito petista quando observamos que o prefeito atual, Rogério Lisboa, teve projeção política amplificada ao conduzir a pasta das obras durante o mandato de Lindbergh, momento em que mais recursos federais foram aplicados em obras na cidade. Rogério derrotou Nelson Bornier, primeiro e único prefeito eleito a não se reeleger na cidade, tendo como vice em sua chapa o ex-vereador petista Ferreirinha, em 2016, auge do *antipetismo* (Ribeiro; Carreirão; Borba, 2016) e ano do *impeachment* da presidente Dilma Vana Rousseff.

³³ RJ elege Lindberg Farias e Marcelo Crivella para o Senado. Disponível em <https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/lindberg-farias-pt-e-eleito-senador-do-rio-de-janeiro.html>, Acessado em 16/12/2023.

Considerações finais

Nova Iguaçu enfrenta grandes desafios no tempo presente, entre os quais podemos destacar o trânsito. Com população beirando os 800 mil habitantes, o município ainda recebe diariamente em seu território pessoas de cidades vizinhas em busca de serviços (públicos e privados), o que significa um milhão de pessoas em circulação em seu território, seja em veículos particulares ou utilizando o transporte público. Apesar de exercer essa centralidade, Nova Iguaçu acumula atraso no seu desenvolvimento urbano, com uma malha viária majoritariamente desenvolvida nos anos 1930. Sua rede ferroviária, que apesar de já ter possuído 4 linhas férreas, foi sendo desmontada, lenta e gradualmente, e hoje possui somente a Ferrovia Pedro II, contando atualmente com apenas três estações ferroviárias em seus limites, e sem nenhuma previsão de ampliação, nem da malha ferroviária, nem das estações. Estações que sequer oferecem aos usuários o conforto de um sanitário ou bebedouro públicos. Apenas um terminal rodoviário atende essa população, e a maior parte dos pontos finais das linhas de ônibus se localiza em espaços improvisados, em pontos descobertos, desabrigados das intempéries do sol e das chuvas, e que oferecem desconforto e mau cheiro devido à ausência de banheiros, tanto para os passageiros quanto para os trabalhadores do sistema rodoviário. E esse é apenas um dos muitos desafios desse município.

A descoberto também podemos considerar que estão os pesquisadores e outros cidadãos que buscam arquivos públicos municipais para empreender estudos sobre a cidade. A chegada do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ produz, lenta e gradativamente, um repositório de acervos e fontes que possam ser investigadas, mas, para cada novo estudo, um esforço de investigação, busca, conservação tão

intenso é necessário que muitos acabam empreendendo estudos com base na bibliografia existente e nas fontes já acessíveis. Por essa razão muitos pontos da história da cidade de Nova Iguaçu foram apenas tangenciados neste texto e muitos outros sequer foram sondados. Como já apontamos, há períodos e temas com maior produção; outros, no entanto, quando não possuem estudos únicos e isolados às vezes sequer possuem uma investigação realizada à disposição para consulta. Além da falta de arquivo público, é também desafiador o acesso às pesquisas já realizadas. As pioneiras devido à escassez, sobretudo quando não existem exemplares digitalizados, como é o caso da pesquisa feita por Júlia Adão Bernardes que gerou o livro *Espaço e movimentos reivindicatórios: o caso de Nova Iguaçu*, publicado em 1983, com baixa circulação. Essa produção poderia ser imensamente útil para novos estudos, sobretudo quando trazem indicações de fontes e dados, algo que não se encontra amiúde em parte da literatura local. Soma-se a isso a falta de sistematização e/ou a impossibilidade de acesso aos acervos de instituições perenes, como é o caso da Câmara Municipal e da Prefeitura de Nova Iguaçu, a Câmara de Dirigente Lojistas (CDL), a Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (Acini), a Associação Rural de Nova Iguaçu, o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, o Rotary e o Lions Clube, escolas de samba e clubes, entre tantas outras instituições que guardam acervos que formam imenso manancial de informações, potenciais estudos a serem desenvolvidos.

Foi um desafio produzir este texto com o objetivo ambicioso de resumir sem excluir nada importante da história de um município como Nova Iguaçu. E provavelmente, antes mesmo de ser publicado, já poderei apontar aqui e acolá algumas ausências das quais não me perdoarei. Algo natural ao se falar da cidade que hoje existe e que é matriz da história de outros sete municípios da Baixada Fluminense,

compartilhando com estes a mesma trajetória durante mais de 300 anos, desde o início da colonização até as sucessivas emancipações. Emancipações que ficaram para ser abordadas em suas respectivas histórias independentes. Das características romantizadas presentes no hino da cidade, uma coisa não podemos negar, Nova Iguaçu é “grande desde o nascer”.

Referências

- ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Nova Iguaçu em transe: jornalismo, política e visões de cidade (1945-1964)*. 2021. 204f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2021
- ALEXANDRE, Maria Lúcia Bezerra da Silva. *Um cenáculo de letrados: sociabilidade, imprensa e intelectuais a partir da Arcádia Iguassuana de Letras (AIL)* (Nova Iguaçu, - 1955-1970). Dissertação (Mestrado em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2015.
- ALVES, José Cláudio Souza. *Dos barões ao extermínio: Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- ANGELO, Elis Regina Barbosa. As festas juninas no Rio de Janeiro: entre o fazer e o manter nas relações sociais. *Linha D'Água*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 171-191, 2022.
- BARROS, Jacqueline Silva de. *Festas para São Jorge no Rio de Janeiro: um olhar reflexivo sobre a festa em Nova Iguaçu*. Monografia. Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2014. p. 61.
- BARROS, Ney Alberto Gonçalves de. *Memória da Câmara Municipal de Nova Iguaçu*. Org. Nova Iguaçu: Jornal Hoje, 2000.
- BATISTA, Allofs Daniel. *Da laranja ao golpe: Nova Iguaçu e a instabilidade política nos primeiros anos do Regime Civil-Militar*. 2011. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2011.

BATISTA, Allofs Daniel. *Onze prefeitos em onze anos: das vitórias do MDB à hegemonia arenista – 1964/1975.* In: SALES, Jean; FORTES, Alexandre (orgs.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar: Movimentos sociais, repressão e poder local.* Curitiba/PR: Editora Prismas, 2016.

BATISTA, Allofs Daniel. *A Baixada Fluminense na ditadura.* In: NASCIMENTO, Álvaro Pereira do; BEZERRA, Nielson Rosa (orgs.). *De Iguassú à Baixada Fluminense: História de um território.* Curitiba/PR: Editora Appris, 2019.

BATISTA, Allofs Daniel. *Da laranja ao golpe militar: política iguaçuana e o golpe civil-militar.* In: GARCIA, Graciela; Sales, Jean; SILVA, Lúcia (orgs.). *Capítulos de história da Baixada Fluminense.* Seropédica/RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

BATISTA, Allofs Daniel. *Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçano nas páginas do Correio da Lavoura.* Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em História, UNIRIO/PPGH, 2014. p. 169.

BATISTA, Allofs Daniel; COSTA, J. A.; OLIVEIRA, M. S.; SANTOS, I. R. *Lugares de memória: o exemplo do Centro de Memória da Cidade de Nova Iguaçu.* In: ANGELO, Elis Regina Barbosa; SIQUEIRA, Euler David (orgs.). *Concepções, memórias e patrimônio cultural: História, sociedade e educação em foco.* Curitiba/PR: Editora Prismas, 2016, v.1, p. 265-280.

BEZERRA, Nielson Rosa; LAURENTINO, Eliana Santos da Silva (org.). *Baixada Negra: escritas, identidades e práticas educativas em diáspora.* 1. ed. Duque de Caxias: Esteio, 2022. v. 1. 324p.

CÂMARA Municipal de Nova Iguaçu. *Lei Orgânica Municipal de Nova Iguaçu – LOM-NI.* 98fls. Nova Iguaçu, 1990. Edição revisada, com emendas, 2017. Disponível em: <https://www.pgmni.com.br/pgmni/wp-content/uploads/2022/ni/lei-organica-nova-iguacu.pdf> Acessado em: 15/01/2023.

COARACY, Vivaldo. *Memórias da cidade do Rio de Janeiro*, vol.132, edição comemorativa. Belo Horizonte/MG: Editora Itatiaia, 1988.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940).* 1. ed. Curitiba: Editora Appris, 2020. 250p.

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2014.

DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no recôncavo da Guanabara: século XVII e XVIII*. 2008. 179f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

DOMINGUES, Marcia de Fátima Villar Moreira Pinto. *A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu: Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60*. 2016. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.

ELIAS, Alexander Gama, *Sant'anna das Palmeiras de Iguassú, uma freguesia esquecida na serra do Tinguá*. Monografia (Licenciatura em História) Instituto Multidisciplinar, UFRRJ, Nova Iguaçu/RJ, p. 61. 2019.

ENNE, Ana Lucia. “*Lugar, meu amigo, é minha Baixada*”: memória, representação social e identidades. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. “*Para matar a Hidra*”: uma História de Quilombolas no recôncavo da Guanabara - Séc. XIX. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB*, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1-31, 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27648>. Acesso em: 14 nov. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Estatísticas, *Coleção de Monografias* – Nova Iguaçu, n. 8, Rio de Janeiro: 1955, 16p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Estatísticas, *Coleção de Monografias* – Nova Iguaçu, n. 8. 2. ed. Rio de Janeiro: 1957, 20p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Conselho Nacional de Estatísticas, *Coleção de Monografias* – Nova Iguaçu, n. 8. 3. ed. Rio de Janeiro: 1970, 24p.

MAIA FORTE, José Matoso Maia. *Memoria da Fundação de Iguassu. Comemorativa do primeiro centenário da fundação da Villa em 15 de janeiro de 1833.* Rio de Janeiro: Typografia Jornal do Commercio, 1933.

MATUS, Moduan (Edgard Vieira Matos). *História de Nova Iguaçu: recortes de uma cronologia ilustrada de 510 anos.* Nova Iguaçu: Traço & Texto, 2018.

MATUS, Moduan (Edgard Vieira Matos). *Teoria e prática da literatura de locação baixadense: ensaio, décadas de 50 60, 70 e 80.* Nova Iguaçu: Traço & Texto, 2018.

MEDEIROS, Leonilde S. (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Consequência, 2018. 672p.

MORAES, Adriano dos Santos. *Federalismo, autonomia e intervenção: o caso da criação da prefeitura de Nova Iguaçu, embates políticos entre poderes municipal e estadual na Primeira República.* Dissertação de Mestrado, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2016.

NOVA Iguaçu. *De Iguassú a Nova Iguaçu. 170 anos (1833-2003).* Textos de Ney Alberto e outros. Nova Iguaçu: Interanônima, 2003.

NOVA Iguaçu. *Estrada Real do Comércio: Iguassú - Vale do Paraíba - Minas Gerais. 1822-2022.* 1. ed. Nova Iguaçu: 2022.

NOVA Iguaçu. Polyanthéa Comemorativa ao Primeiro Centenário do Município no Governo De Arruda Negreiros. Nova Iguaçu: Sem editora, 1933.

PEIXOTO, Rui Afrânio. *Imagens iguaçuanas.* Nova Iguaçu: Ed. Autor, 1968.

PEREIRA, Waldick. *Cana, café & laranja: história econômica de Nova Iguaçu.* Rio de Janeiro: FGV: SEEC-RJ, 1977.

RIBEIRO, Ednaldo; CARREIRÃO, Yan; BORBA, Julian. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 3, dezembro, 2016. <https://www.scielo.br/j/op/a/dcZHnQXvkRghJrQJDmVtdkx/?lang=pt#>

RODRIGUES, Adrianno Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo.* Rio de Janeiro, RJ, 2006. p. 121. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

SENTO-SÉ, João Trajano. *Brizolismo: estetização da política e carisma*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1999, p. 347.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. Saneamento e política na Baixada Fluminense: Nova Iguaçu no início do século XX. *R. Ci. Hum.*, v. 48, n. 2, p. 282-302, jul.-dez. 2014.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. Arruda Negreiros como Haussmann da Baixada?: Citricultura e estrutura urbana no município de Nova Iguaçu (1930/36), *Recôncavo: Revista de História da Uniabeu*. v. 7, n. 12. 2017.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Ed. Entorno, 2007.

SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, IBGE, vol.2 no. 24, 1962.

SOUTO, Adriana Branco Correia. “Conquistar a terra das águas”: Engenharia, engenheiros e as intervenções de saneamento em Iguassú (RJ), 1894-1940. 214p.Tese de doutorado. Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz. 2021.

SOUZA, Sergio Linhares Miguel; CARVALHO, Evandro Luiz de (orgs.). *Patrimônio Cultural: Educação para o Patrimônio Cultural*. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac). Rio de Janeiro, 2014.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro. UFRJ/PPAS MN. Dissertação de Mestrado, 1992.

TORRES, Gênesis (org.) *Baixada Fluminense: a construção de uma história. Sociedade, economia, política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Inepac, 2008.

3

DUQUE DE CAXIAS

Silene Orlando Ribeiro

Foto 2 – Duque de Caxias



Atribuição: Por Teteu-wiki - Obra do próprio, CC BY-SA 4.0,
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=89452347>

Apresentação

O município de Duque de Caxias integra a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Na porção norte, o município tem como áreas limítrofes Petrópolis e Miguel Pereira. Limita-se ao sul com a cidade do Rio de Janeiro. A baía de Guanabara e o município de Magé situam-se no limite a leste. Na porção oeste, tem como limites as cidades de São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu.

Possui área territorial de 467,319 km. O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística mapeou, para o ano de 2010, sua população em 855.048 habitantes, sendo a população estimada para o

ano de 2021 da ordem de 929.449 pessoas. Sua densidade populacional corresponde a 1.828,51 hab/km², sendo o 3º município mais populoso do estado do Rio de Janeiro. De acordo com o Censo de 2022, possui a 3ª maior população de indígenas em situação urbana do estado do Rio de Janeiro, totalizando 865 indivíduos.¹ Seu Produto Interno Bruto per capita (PIB) é de R\$50.997,67, conferindo a Duque de Caxias o segundo maior PIB no ranking estadual.

Em contrapartida, os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento demonstram que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que mapeia longevidade, educação e renda (Atlas, do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013), situa Duque de Caxias na 1.574^a posição, conferindo-lhe a 5ª posição no conjunto de municípios da Baixada Fluminense. Ou seja, apesar do crescimento, existem concentração de renda e desigualdades sociais desafiadoras para o poder municipal. Até o início da década de 1940 do século passado, Duque de Caxias foi o 8º distrito do município de Nova Iguaçu.

O município de Duque de Caxias está dividido em quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém. Fazem parte do primeiro distrito, Duque de Caxias, os bairros Jardim 25 de Agosto, Parque Duque, Periquitos, Vila São Luiz, Gramacho, Sarapuí, Centenário, Centro, Dr. Laureano, Olavo Bilac, Bar dos Cavaleiros e Jardim Gramacho. Campos Elíseos, sede do segundo distrito, é composto pelos bairros Jardim Primavera, Saracuruna, Vila São José, Parque Fluminense, Campos Elíseos, Cangulo, Cidade dos Meninos, Figueira, Chácaras Rio-Petrópolis, Chácaras Arcampo, Eldorado. Imbariê, o terceiro distrito, divide-se nos bairros Santa Lúcia, Santa Cruz da Serra,

¹ Houve um decréscimo de 31 indivíduos na população indígena de Duque de Caxias em relação aos dados do Censo de 2010.

Imbariê, Parada Angélica, Jardim Anhangá, Santa Cruz, Parada Morabi, Taquara, Parque Paulista, Parque Equitativa, Alto da Serra, Santo Antônio da Serra. A sede do quarto distrito, Xerém, é formada pelos bairros Xerém, Parque Capivari, Mantiqueira, Jardim Olímpico, Lamarão e Amapá. De acordo com dados governamentais, o distrito mais populoso de Duque de Caxias é Gramacho e o menos populoso é Lamarão.

Antes de Duque de Caxias: os povos dos sambaquis e a ocupação ancestral da região oeste do recôncavo da Guanabara

A parte do recôncavo da Guanabara que veio a se tornar o município de Duque de Caxias tem uma história bastante antiga e anterior à presença dos europeus. De acordo com as pesquisas arqueológicas, entre 8.000 e 5.000 anos atrás, as populações sambaquieiras passaram a ocupar o território fluminense (Souza; Ribeiro, 2021, p. 38). Os paleoníveis marinhos eram diferentes naquele momento, o nível do mar estava recuado (Gaspar, 2000, p. 38). Os sítios arqueológicos denominados “sambaquis” encontrados nas margens dos rios Iguaçu, Saracuruna-Inhomirim, Sarapuí, Meriti e áreas de manguezal que margeiam a baía de Guanabara têm datações entre 4.000 e 5.000 anos. As populações sambaquieiras contavam com um paleoambiente rico em espécies vegetais e animais para fornecimento de caça, frutos, raízes, pescado, moluscos e propício a um quadro hidrológico complexo de manutenção da sobrevivência formado pela articulação do bioma Mata Atlântica com os rios, lagos, lagoas, manguezais e mar. Os estudos sobre os sambaquis têm revelado que a dieta alimentar das populações sambaquieiras fortemente marcada pela presença de peixes, frutos do mar e moluscos evidencia que esses

grupos humanos possuíam larga vivência dos ciclos hidrológicos fluviais e marítimos.

Os processos de desaparecimento dos grupos sambaquieiros estão relacionados a questões ambientais e culturais. De acordo com Ximena Villagran (2013, p. 144), as alterações climáticas que produziram mudanças no nível do mar durante o holoceno alteraram a salinidade da água, decretando a queda na produção de moluscos e o processo de predação que levou à indisponibilidade dos conchíferos para o consumo. Além disso, o processo de dispersão populacional dos grupos tupis-guaranis, vindos do Amazonas, ocorrido há cerca de 2.000 anos transformaram o perfil da ocupação do litoral fluminense.

SAMBAQUI/SAMBAQUI DE SÃO BENTO

A palavra “sambaqui” é de origem tupi e quer dizer ajuntamento ou amontoado de conchas. Os sítios denominados sambaquis são formados por moluscos, restos de fogueiras, plantas, esculturas de pedras, enterramentos humanos e têm significados tanto cultural-simbólicos como materiais. São evidências das populações que habitaram o entorno da baía da Guanabara cerca de 5.000 anos atrás. O sambaqui de São Bento está localizado em uma área de declive, de frente para a baía de Guanabara, no bairro de São Bento. Os povos sambaquieiros eram caçadores, coletores e pescadores. Hoje, no local onde foi encontrado esse sambaqui, funciona o Sítio Escola Sambaqui de São Bento. Visitá-lo é uma ótima oportunidade de saber mais sobre a pré-história da Baixada Fluminense.

Figura 1 – Imagens da História: detalhe das costas da encosta do Sítio do Sambaqui de São Bento, 2023



Foto: Silene Orlando Ribeiro

Quando os europeus chegaram ao recôncavo da Guanabara no início do século XVI, já havia cerca de mil anos que as populações tupis ocupavam as “cercanias da Guanabara” e o litoral fluminense. Essas populações originárias tupis, do subgrupo tupinambá, ocuparam o território ancestral que deu origem à Vila Meriti, depois renomeada Duque de Caxias.

As relações entre os grupos humanos e os corpos d’água e seus meios ecológicos são antigas, na formação de núcleos de povoações tradicionais e cidades (Baptista; Cardoso, 2013). As águas tiveram uma importância fundamental no processo de ocupação indígena do recôncavo da Guanabara no aspecto socioeconômico, ecológico, geográfico e cultural-religioso.

As populações originárias mantiveram uma intensa relação com os rios que formam a bacia hidrográfica da baía da Guanabara. Cerca de 55 rios banham a região da Baixada Fluminense. Os estudos sobre os vestígios arqueológicos das populações sambaquieiras e tupinambás confirmam a importância desses corpos d’água para aqueles grupos humanos. As sub-bacias dos rios Iguaçu-Sarapuí, dos rios Estrela-

Inhomirim-Saracuruna e dos rios Acari-Pavuna-Meriti banham o território que veio a dar origem a Duque de Caxias.

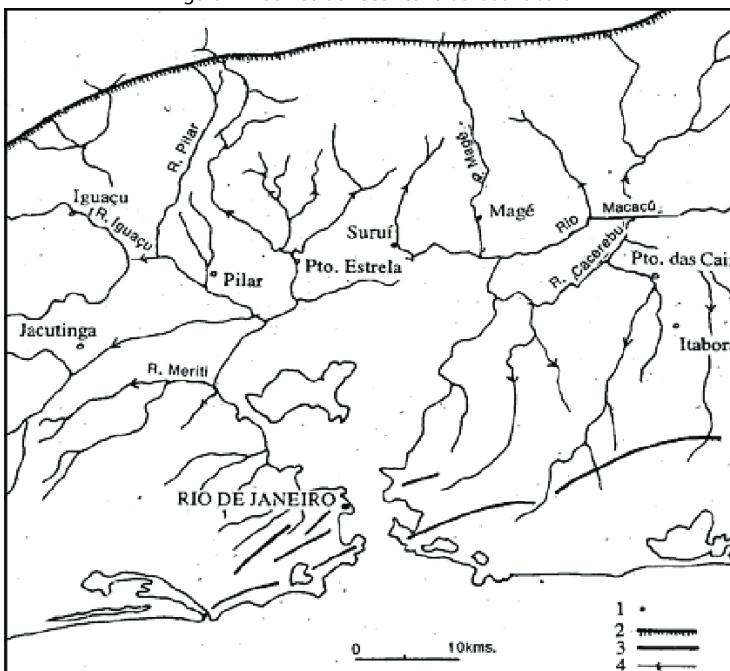
A sub-bacia dos rios Iguaçu-Sarapuí banha os municípios do Rio de Janeiro, Nilópolis, Mesquita, São João de Meriti, Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caxias e possui 716,72 km². O rio Iguaçu nasce na serra do Tinguá, maciço localizado entre Nova Iguaçu, Xerém, o distrito de Duque de Caxias e a serra dos Órgãos, a uma altitude de 1.000 metros. Possui cerca de 43 km de extensão e deságua na baía de Guanabara. São seus afluentes na borda direita os rios Bota e Sarapuí e na borda esquerda os rios Tinguá, Capivari e Pati (Miranda, 2016, p. 37). A sub-bacia dos rios Acari-Pavuna-Meriti também se relaciona com os municípios de Duque de Caxias, Rio de Janeiro e São João de Meriti.³ A sub-bacia dos rios Estrela-Inhomirim-Saracuruna⁴ possui 348,88 km de extensão e compreende o território dos municípios de Duque de Caxias, Magé e Petrópolis. Falar da história de Duque de Caxias é recuperar os vínculos das populações do passado e do presente com as águas dos rios que atravessaram esse território. De acordo com a pesquisadora Sandra Soares Mello, “a cidade nasce das águas” (2008, p. 300), e o processo de construção das histórias e memórias urbanas é marcado pelas relações dos atores históricos com a natureza, animais, plantas, territórios e corpos hídricos.

² Fazem parte da sub-bacia dos rios Iguaçu-Sarapuí os rios Iguaçu, Pilar, Bandeira, Pati, Tinguá, da Bota, Capivari, Sarapuí, das Tintas, das Sardinhas, do Lúcio, Viegas, do Registro, riacho Cabral, córrego da Água Azul, córrego do Socorro, rio Dona Eugênia.

³ A sub-bacia dos rios Acari-Meriti-Pavuna é composta pelo arroio dos Afonsos, rio Acari, rio Anchieta, rio Caldeireiro, rio Calogi, rio Cambuí, rio Caranguejo, rio Catarino, rio das Pedras, rio do Cabral, rio do Pau, rio dos Cachorros II, rio Fontinha, rio Lucas, rio Marangá, rio Meirinho, rio Ninguém, rio Orfanato, rio Piraquara, rio Sanatório, rio São João de Meriti, rio Sapopemba, rio Timbó Superior, rio Valqueire, vala da Favela Acari, vala do Comendador Guerra, rio Pavuna.

⁴ Integram a sub-bacia dos rios Estrela-Inhomirim-Saracuruna os rios Estrela, Caioaba-Mirim, Saracuruna, Inhomirim, vala da Olaria, córrego Tibiriçá, rio Cachoeira, canal Caioaba, córrego da Taquara, canais de Santo Antônio e Mato Alto.

Figura 2 – Os rios do recôncavo da Guanabara



Fonte: Bernardes, 1990.

Da conquista da Guanabara até o século XIX

Antes do processo de conquista do recôncavo da Guanabara e da produção do espaço urbano colonial, imperial e contemporâneo, existiram os lugares indígenas, o chão tupinambá, cuja toponímia continua a evidenciar a presença indígena no município de Duque de Caxias. De acordo com os cronistas, as aldeias indígenas localizadas na região que veio a se tornar Duque de Caxias encontravam-se nas margens dos rios. Sarapoy, era o nome de uma aldeia identificada por Jean Léry na foz do rio Sarapuí (Abreu, 2010, p. 231-233). A aldeia Jacutinga estendia-se por áreas banhadas pelos rios Meriti e Iguáçu, compreendendo áreas de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Belford Roxo. Outras

aldeias como Jaguaré, entre os rios Saracuruna e Inhomirim, Taquanaçu, localizada nos rios Meriti e Iguaçu, Paranaguape ou tapera do Gato e Taquanaçu, nas proximidades dos rios Inhomirim e Saracuruna. A aldeia Itanã, localizada também nas proximidades do rio Merity, segundo Rafael Silva (2019, p. 151), também faria parte da região que formou o território ancestral anterior a Duque de Caxias.

A guerra da Guanabara, conflito colonial que envolveu indígenas, portugueses e franceses no processo de disputa pela região onde veio a ser fundada a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro após a conquista, articulou em suas origens diferentes motivações: a) a ampliação dos conflitos com os indígenas em São Vicente (Abreu, 2010, p. 104) que não aceitavam a hegemonia portuguesa e as mudanças das relações do escambo para a implantação do sistema da agroexportação açucareira, processo que envolveu a utilização de indígenas como cativos; b) a tentativa francesa de criação da França Antártica, uma colônia francesa no território colonial português e que significava a perda da hegemonia dos lusitanos portugueses no litoral sul da América portuguesa (Mendonça, 1991, p. 40-41;54); c) a intensificação dos conflitos já existentes entre as populações originárias das cercanias do Rio de Janeiro (Almeida, p. 12)

A participação da nobreza portuguesa nas guerras de conquista e pacificação do Rio Janeiro (1550-1567) garantiu a essa primeira geração de conquistadores o recebimento de sesmarias no Rio de Janeiro e no seu recôncavo. Esse processo também significou um trágico decréscimo das populações originárias da Guanabara e das suas cercanias em virtude das mortes e da escravização. Nas cartas de sesmarias, podemos observar quem fez parte da elite colonial, e um dado importante, a localização das aldeias indígenas existentes no território que a veio se tornar Duque de Caxias. Brás Cubas recebeu em 3 de agosto de 1568 terras no rio Meriti, onde se localizava a aldeia Jacutinga (Abreu, 2010).

Em 28 de março de 1573, Antônio de Sampaio recebeu terras nas margens dos Inhomirim e Saracuruna, localidade onde existia a aldeia Paranaguape ou tapera do Gato. Cinco anos depois, o fidalgo Aleixo Manoel recebia terras nessa mesma área (Abreu, 2010).

Em carta de sesmaria datada de 2 de novembro de 1578, Simão Rodrigues recebeu terras nas proximidades dos rios Inhomirim e Saracuruna, território ancestral da aldeia Jaguaré. (Abreu, 2010). As terras concedidas ao piloto Pero Fernandes, em 31 de dezembro de 1578, também pertenciam a Jaguaré. Nesse contexto, os rios, os corpos hídricos tornaram-se tanto marcos limítrofes para a conquista como vias fluviais para o acesso aos “sertões da Guanabara”, posteriormente, os rios serviram ao transporte dos gêneros agrícolas etc.

Após o processo de conquista do Rio de Janeiro e da distribuição das sesmarias, a economia colonial fluminense estabelecida na freguesia de Iguáçu, localizada no recôncavo da Guanabara, baseou-se na produção açucareira, na atividade farinheira (Soares, 2009), no cultivo de gêneros alimentícios como arroz, milho, feijão, e na extração e no comércio de madeiras (Cabral, 2012) O trabalho dos cativos indígenas dinamizou e tornou possível a produção açucareira na sua primeira fase (séculos XVI-XVII), até que, na segunda metade do século XVII, o processo de reconquista de Angola pelos lusitanos possibilitou a retomada do tráfico e o incremento do trabalho de africanos e africanas escravizados no recôncavo da Guanabara (Boxer, 1973). É importante assinalar que a cultura canavieira e a indústria madeireira tiveram um impacto sobre a cobertura florestal nativa do bioma Mata Atlântica, dinamizando as primeiras formas de desmatamento e de problemas ambientais, questões que ainda são desafios para a região de Duque de Caxias e da Baixada Fluminense no tempo presente.

Fania Fridman (1999) analisou o processo de formação do espaço territorial fluminense e identificou que os conquistadores, funcionários régios, militares e ligados a ordens religiosas desempenharam um papel importante no processo de ocupação do recôncavo da Guanabara. As ermidas, as capelas e as igrejas simbolizavam tanto o aspecto devocional do catolicismo como também demarcavam o poder régio nas mais distantes áreas do sertão da Guanabara. As igrejas também foram coadjuvantes nas questões administrativas no mundo colonial, pois detinham os registros de batismo, casamento e óbito da população de livres e cativos.

Outro aspecto importante da atuação das ordens religiosas no território fluminense foi a administração das fazendas. Um bom exemplo foi a Fazenda de São Bento ou Fazenda Iguassú, de propriedade da Ordem Beneditina, localizada onde é hoje o bairro de São Bento, em Duque de Caxias, de inegável importância para a formação agrária do território fluminense e para a história da economia colonial da freguesia de Iguaçu. Essa propriedade teve origem nas terras doadas por Jorge Ferreira, capitão-mor de São Vicente, fidalgo da Casa Real que participou da conquista do Rio de Janeiro ao lado de Estácio de Sá, em 1591, acrescidas de nova doação feita pelos descendentes de Ferreira, em 1596. Produtores de açúcar, cerâmicas, aguardente, farinha de mandioca e gado vacum, os beneditinos possuíam expressiva quantidade de trabalhadores africanos e afrodescendentes escravizados (Monteiro, 2021).

Nos séculos XVII e XVIII, a criação de freguesias nas vilas de Iguaçu e Estrela, como a N. Senhora do Pilar do Aguassu (1637), a N. Senhora da Piedade de Aguassu (1719), a São João Batista do Trairaponga, renomeada posteriormente São João Batista de Meriti (1749), a N. S. da Piedade de Anhum-mirim (1677), a Santo Antônio de Jacutinga (1657), a N. Senhora da Conceição de Marapicu (1747) (Souza, 2002) e a N. Sra. da Guia, orago de

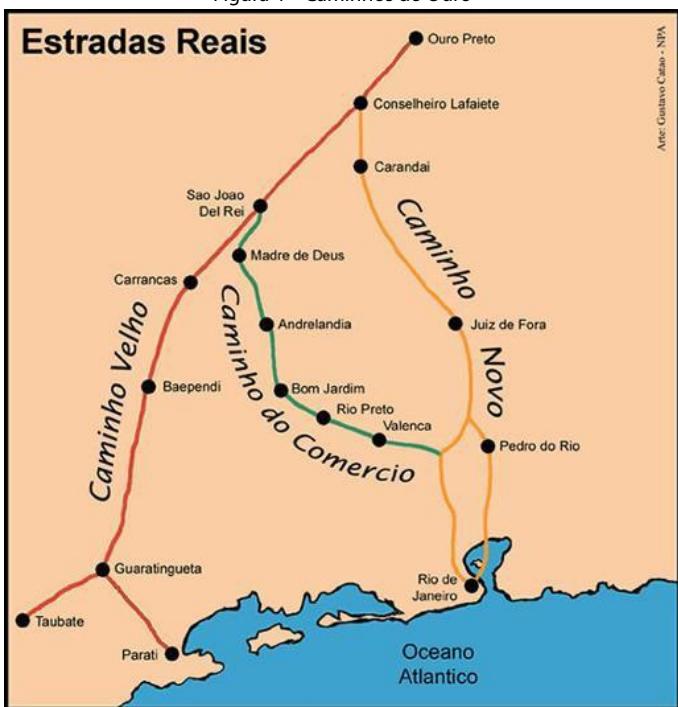
Pacobaíba (1727), estiveram atreladas ao crescimento populacional e à prosperidade que caracterizou aquelas áreas do recôncavo da Guanabara. O mapa populacional a seguir reproduz os dados (Fridman, 2009) sobre as freguesias fluminenses no final do século XVIII, explicitando o caráter escravista da sociedade colonial fluminense.

Tabela 1 – Mapa populacional e da economia das freguesias do Pilar, Jacutinga, Piedade de Iguassu, Marapicu, Inhomirim, Pacobaíba e Meriti

FREGUESIA	POPULAÇÃO TOTAL	FOGOS	ESCRAVOS	ENGENHOCAS	ENGENHOS
N. Sra. do Pilar, orago do Iguáçu	3.895	555	1.219	1	1
Sto. Antônio, orago de Jacutinga	3.540	343	2.138	1	10
N. Sra. Piedade, orago do Iguassu	9.182	320	1.868	4	2
N. Sra. da Conceição, orago de Marapicu	1.821	166	919	---	4
N. Sra. da Piedade, orago de Inhomirim	5.007	471	2.179	10	3
S. João Batista, orago de Meriti	1.616	175	978	---	11
N. Sra. da Guia, orago de Pacobaíba	1.689	217	842	---	---

Fonte: Quadro de freguesias no Rio de Janeiro no último quartel do século XVIII (Fridman, 2009)

Figura 4 – Caminhos do Ouro



Disponível em: http://www.npa.org.br/cidade_estrada_real.php

Em seu estudo *Escavando o passado da cidade*, Marlúcia de Souza (2002) evidenciou que o primeiro e segundo distritos do município de Duque de Caxias foram formados a partir de parte da freguesia de Meriti e da freguesia de Jacutinga. A antiga freguesia do Pilar deu origem ao segundo e quarto distritos de Caxias. Parte do território da vila de Estrela, forma o terceiro distrito. Essas territorialidades vão sendo construídas e reconstruídas a partir das ações dos diferentes atores históricos e dos projetos políticos e de poder.

É importante mencionar que a descoberta de jazidas de metais preciosos na região das Minas Gerais, em fins do século XVII, transformou as relações entre as freguesias do recôncavo da Guanabara e o Rio de Janeiro no contexto da economia colonial e das dinâmicas

produtivas e comerciais do Império português (Demétrio, 2011). Rafael Silva Oliveira (2004) destaca a posição estratégica da freguesia de Iguaçu entre o porto do Rio de Janeiro e a região de Minas de Cataguases. Nessa conjuntura, surgiram três caminhos para escoamento do ouro porque a viagem pelo Caminho Velho ou “Caminho dos Guaná”, que partia do porto de Paraty, tinha duração de até três meses e era (Peres, 1993) perigosa por usar uma rota sujeita a ataques de piratas e salteadores.

O Caminho Novo ou “Caminho do Pilar”, aberto em 1704 por Garcia Paes, primogênito de Fernão Dias Paes, bandeirante, apresador e comerciante de indígenas (Monteiro, 1994), ressignificou o papel do Rio de Janeiro e da região do recôncavo da Guanabara no contexto das atividades econômicas desenvolvidas no Brasil Colonial setecentista. Essa nova rota gerou disputas entre os agentes locais (Souza; Bezerra, 2007) e entre as elites coloniais, evidenciando o choque de projetos de administração dos sertões das Gerais do governador-geral do Brasil, d. João de Lencastro, e Artur de Sá Menezes, governador do Rio de Janeiro (Oliveira, 2016).

A segunda rota de acesso às Minas Gerais foi o Caminho de Inhomirim ou “Caminho do Proença”, aberto entre 1722 e 1725 pelo sargento-mor Bernardo de Proença, militar, proprietário de terras e fazendeiro na freguesia de São Nicolau do Suruí. A inserção de Inhomirim no circuito de escoamento aurífero possibilitou o desenvolvimento econômico, aumentou o prestígio da família Proença (Seixas, 2021), garantiu uma viagem mais curta, em média cinco dias, e deu ao porto de Estrela (Inhomirim) uma circulação de pessoas e mercadorias que garantiu uma prosperidade à Estrela, elevada à condição de vila na década de 1840 (Souza; Bezerra, 2007).

O caminho Novo

O Caminho Novo despertou várias disputas, como sugere o requerimento dos moradores de Inhomirim enviado ao rei de Portugal:

“Do Rio de Goagoassu não há, desde a sua barra até o porto do Pilar, que é desembarque universo e de todos os mineiros, uma só estalagem ou abrigo aonde se livrem de alguma accidental tempestade, padecendo este inconveniente mais de 4 léguas do Rio [...] do porto do Pilar até o pé da serra, também se oferece outro rio, muito pequeno, que apenas pode navegar uma canoa com oito cargas e estas pagas a oito ou dez patacas, e que neste rio se tem [...] perdido muitas por se virarem as canoas muitas vezes pela força com que o dito rio corre, e que não podem fazer por terra pelos muitos brejos e atoleiros que tem o dito caminho [...]. Ao subir a serra, pela dificuldade dela, não se podem carregar as bestas para passar por todo o percurso e pagam a quem os manda passar às costas dos negros [...]. Por não terem os viandantes pastos capazes para pastarem as suas bestas e sobre isso experimentam muito roubo delas [...] por verem que o lucro que tiram dele, nele tornam a deixar, gastando mais de 8 dias até o Paraibuna.”

Referência: Requerimento dos moradores do rio Inhomirim, no qual pedem autorização para construírem à sua custa o Novo Caminho para as Minas do Ouro, de que fora encarregado Garcia Rodrigues Pais e a que não dera execução e concessão de todas as mercês e terras dadas ao mesmo. AHUL. 4.398. Apêndice Documental. In: Martins Filho (1965).

O “Caminho Novo do Tinguá ou Terra Firme”, aberto em 1728, pelo mestre de campo Estêvão Pinto, tinha a vantagem de ter excluído grande parte do trajeto por via fluvial. Ainda que fossem alvo de grandes disputas e querelas, os caminhos deram às freguesias do recôncavo uma importância expressiva em virtude de serem rotas de transportes de ouro, circulação de pessoas e para o abastecimento de víveres.

Durante o século XVIII, as rotas auríferas que passaram pela região do Pilar, Inhomirim e Iguaçu foram fundamentais para a consolidação da

centralidade do Rio de Janeiro e do seu sistema portuário nos quadros do Império português. O sistema fluvial do recôncavo da Guanabara continuou escoando mercadorias, ouro e servindo para a circulação de pessoas livres e escravizadas até o advento da estrada ferroviária.

Como região escravista, possuiu importantes núcleos de produção açucareira, farinheira e de gêneros agrícolas como a Fazenda de São Bento de Iguaçu, localizada no bairro São Bento, a Fazenda Nossa Senhora da Conceição, no Pantanal, a Fazenda do Rosário, nas proximidades do rio Saracuruna, a Fazenda São Paulo, localizada na Taquara, bairro de Santa Cruz da Serra (Morazé, 2008). As resistências negras também fizeram parte da sociedade colonial fluminense através dos quilombos e mocambos, importantes núcleos de manutenção das identidades negras, de atividades econômicas e lutas políticas, que existiam nas margens dos rios Iguaçu e Sarapuí (Gomes, 2019).

Figura 5 – Imagens da história: o porto de Estrela pelo olhar de Rugendas



Fonte: RUGENDAS, Johann Moritz. *Mercado na praia dos Mineiros*. Domínio Público

No século XIX, a criação da Estrada Real do Comércio, o advento da estrada de ferro e o incremento da economia cafeeira, deslocada para o vale do Paraíba e Oeste Paulista, transformaram a prosperidade das freguesias do recôncavo da Guanabara. O paulatino abandono dos rios, o desmatamento das florestas locais para a venda de madeiras e a fabricação de carvão, e a extração de argila nas proximidades dos leitos dos rios para suprir de matéria-prima as olarias geraram um quadro de alagamentos, enchentes e desenvolvimento de moléstias que produziu tanto o deslocamento populacional como a perda da produtividade.

As estradas de ferro

"As estradas de ferro foram lançadas para facilitar o transporte do café, acompanhando sua expansão desde o Rio de Janeiro até as províncias de São Paulo e Minas Gerais. Em consequência, estimularam o aumento da cultura cafeeira, o surgimento de 'fazendas', ao mesmo tempo em que deslocavam o eixo comercial dos rios, fazendo perecer regiões que, até então, viviam em função de seus portos fluviais. Foi o que aconteceu, entre outros locais, com Estrela e Iguaçu."

PEREIRA, Waldick. Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas: SEEC: Instituto Estadual do Livro, 1977. p. 55

De acordo com Marlúcia de Souza (2006), em 1883 os levantamentos da Comissão de Estudos de Doenças na Baixada Fluminense, presidida pelo major Rangel de Vasconcelos, revelaram o panorama sanitário das áreas margeadas pelos rios Pilar, Iguaçu, Meriti e Irajá. Ou seja, os desmatamentos e os assoreamentos dos corpos hídricos já estavam produzindo seus impactos no meio ambiente e nas vidas da população fluminense. Os problemas de alagamentos estenderam-se pela região de Iguaçu ao longo do século XX.

Mesmo diante dos desafios postos pelas questões ambientais, a produção iguaçuana, em 1911, de acordo com os *Questionários sobre as condições da agricultura dos 48 municípios do estado do Rio de Janeiro*⁵, era de café (embora pequena), cana, açúcar mascavo e branco, aguardente, cereais, farinha, laranjas, abacates, mangas, cerâmicas, tijolos, além, é claro, a criação de bovinos (zebu e caracu), de equinos (comuns e jumento espanhol), de ovinos (comuns) e de suínos, carnes, manteiga, queijo, ovos, couro e crias. E as exportações de café, aguardente, frutas, farinha, velas, vinhos, banha, fumo, drogas, entre outras, dinamizaram a economia.

Entre 1880 e 1937, cerca de quatro comissões foram criadas para tratar do saneamento da Baixada Fluminense (Fadel, 2006). Durante a Primeira República, as alianças entre Nilo Peçanha e as elites fluminenses, voltadas para o fortalecimento dos poderes locais em prol do seu crescimento político (Ferreira, 1994), fomentaram o conjunto de intervenções na Baixada Fluminense da Primeira Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense (1910-1916) (Couto, 2015). Para José Claudio Sousa Alves (1998), o processo de intervenção sanitária entre as décadas de 1910 e 1920 motivou o crescimento que a Estação de Meriti experimentaria no século XX.

Da estação de Meriti a Duque de Caxias: metamorfoses de uma cidade

Nas cinco primeiras décadas do século XX, a região que circundava a Estação de Merity passou por inúmeras mudanças: loteamentos, aumento da malha ferroviária, novos processos de saneamento e a emancipação (1943). Em 1910, a população estimada era da ordem de 800 habitantes; e em 1958, contabilizava 200 mil habitantes (Lustosa, 1958).

⁵ *Questionários sobre as condições da agricultura dos municípios do estado do Rio de Janeiro*. Inspetoria Agrícola do 13 Distritos Inspeccionados de 25 de junho de 1910 a 29 de abril de 1913. RJ: Typo. do Serviço de Estatística, 1913, p. 43-45.

Um processo de integração entre a capital do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense também esteve em curso nesse período (Abreu, 2013).

Quatro fatores elencados por Maurício de Abreu (2013) seriam os responsáveis pelo adensamento populacional das áreas periféricas da Baixada da Guanabara, como Duque de Caxias. Primeiro, a eficácia das ações de saneamento desenvolvidas pelo governo Vargas através do DNOS na década de 1930. A eletrificação do sistema suburbano da Estrada de Ferro Central do Brasil e seu impacto para os transportes de massa é o segundo fator. A utilização de uma tarifa única na malha ferroviária fluminense seria o terceiro fator. E o quarto e último motivo seria a mobilidade gerada pela construção da avenida Brasil, em 1946. Braz e Almeida (2019) demonstram como entre as décadas de 1930 e 1950 o incremento do processo de urbanização e industrialização impactou o município de Duque de Caxias e a vida de seus habitantes.

Na transição do rural para o urbano, a Vila Merity passou por vários processos históricos de cunho econômico, político, social e cultural que acabaram por configurar a identidade do futuro município de Duque de Caxias. Diferentes forças políticas atuaram na montagem de Caxias enquanto municipalidade.

A Escola Proletária de Merity foi criada em 13 de fevereiro de 1921 pela professora Armando Álvaro Alberto para atender, inicialmente, os filhos e filhas dos funcionários da fábrica de explosivos Rupturita, localizada nas imediações da Estação de Merity (Peres, s/d.). A trajetória dessa escola é muito significativa, pois, de acordo com Vilma Silva, representa um dos projetos políticos que surgiram nos idos da década de 1920 para a região de Vila Merity, a futura Duque de Caxias.

Entre 1931 e 1943, Stélio Lacerda (2003) identificou um processo político e de organização de entidades associativas que culminaria na emancipação do 8º Distrito de Nova Iguaçu e o surgimento do município

de Duque de Caxias. A União Popular Caxiense (UPC), a Associação Comercial de Duque de Caxias e a Escola Proletária de Merity são exemplos de projetos que emergiram naquela sociedade no período pré-emancipação. A Escola Proletária de Merity, depois renomeada Escola Regional de Merity, fez parte de debates, reflexões e ações de construção de projetos societários para o território da Baixada da Guanabara e para o Brasil, tendo como principal escopo um projeto de educação popular, proletária em um universo perpassado pelas desigualdades, epidemias, malária, fome, lutas populares, clientelismo, ausência de equipamentos de saneamento básico e educação pública. Foi a primeira escola da América Latina a oferecer merenda escolar, evocando um olhar revolucionário sobre as infâncias rurais e proletárias.

Além disso, o prestígio da professora Armando Álvaro Alberto entre a elite iguaçuana e a intelectualidade carioca lhe possibilitou solicitar melhorias para o entorno da área da escola, como o acesso a água potável para a comunidade local, mas também gerou a sua prisão, na década de 1930, por signatária do Manifesto dos Pioneiros de 1932 e por atuar como presidente da União Feminista Brasileira, entidade filiada à Aliança Nacional Libertadora (Moraes, 2014, p. 187). Um bom exemplo das conexões de Armando Álvaro Alberto com a intelectualidade brasileira é sua presença, em 1924, na reunião de fundação da Associação Brasileira de Educação (Carvalho, 2021, p. 59). A “mate com angu” completou 103 anos de existência, hoje denominada Escola Municipal Álvaro Alberto, tendo o seu prédio servido como espaço de atuação de diferentes movimentos sociais caxienses, sendo importante para se pensar no território de Duque de Caxias.

Suas atividades eram monitoradas pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps). Em 1936, Armando Álvaro Alberto foi presa sob acusação de pertencer ao Partido Comunista. Ficou presa

na Casa de Detenção do Rio de Janeiro até junho de 1937. Lá, na cela de número 4, teve como companheiras Olga Benário Prestes e Maria Werneck de Castro. Retomou as atividades como educadora em 1939.

São inúmeros os significados da Escola Regional de Merity para a história da educação popular no Brasil, para a luta das mulheres na Baixada Fluminense, em Duque de Caxias, e para o movimento feminista (Silva, 2015, p. 29-36). Na Escola Regional de Meriti aconteciam debates e ações inovadoras sobre educação, discussões sobre as lutas políticas locais e nacionais, as questões sociais que atravessavam a população trabalhadora da zona rural de Meriti. Durante a ditadura militar, a Escola “Mate com Angu” tornou-se um refúgio para perseguidos políticos.

Figura 6 – Imagens da História: Escola Regional de Merity



Fonte: Correio da Manhã, Rio de Janeiro, ano 30, n. 10.895, 29 de junho de 1930, p. 22.

“Uma só condição é exigida a quem toma a si a tarefa de ensinar:
gostar, gostar muito de crianças e de livros.”

Armando Álvaro Alberto

*

Silva (2014) identificou que membros da elite local se uniram em torno do projeto da Escola Regional de Merity, pensando-o como modelo para aquela sociedade. O desenvolvimento econômico também propiciou que a elite de Nova Iguaçu construísse outros projetos políticos e espaços de sociabilidade. Na década de 1930, entidades associativas surgiram. A União Popular Caxiense e a Associação Comercial de Duque de Caxias foram espaços criados para que, entre outras coisas, a elite local discutisse o processo de separação da Vila Meriti de Nova Iguaçu (Silva, 2014, p.34).

A União Popular Caxiense e a Escola Regional de Merity ofereciam à comunidade educação escolar médicos, dentistas, remédios, roupas para suprir a carência da população pobre e trabalhadora. No entanto, as perspectivas de atuação eram diferentes: a primeira assistencialista e a segunda popular e revolucionária, de acordo com José de Moraes (2013).

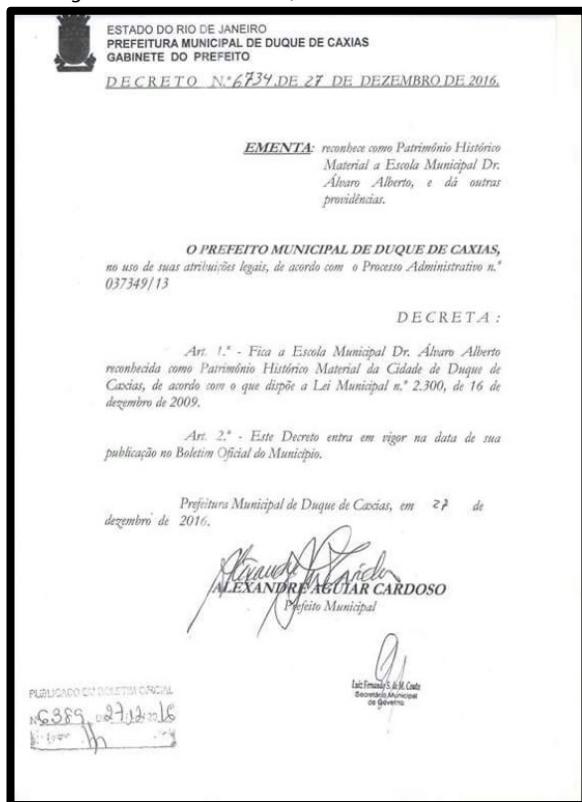
O início do governo do presidente Getúlio Dorneles Vargas (1930-1945) trouxe a consolidação de parte do projeto político almejado pela elite iguaçuana. O interventor Plínio Casado, através do Decreto Estadual nº 2.559, de 14 de março de 1931, transformou a Vila Meriti em 8º Distrito de Nova Iguaçu, sob a denominação de Caxias, em homenagem ao “pacificador” e patrono do Exército Brasileiro, Luiz Alves de Lima e Silva, o duque de Caxias, que teria nascido na Fazenda São Paulo, na Taquara, hoje Duque de Caxias.

De acordo com Castro (2002, p.13), entre as décadas de 1920 a 1940, a escolha de Duque de Caxias como símbolo político do Exército

Brasileiro e de outras entidades possibilitou acionar um imaginário compatível com o projeto político em curso. Entre as inúmeras ações da elite política que transitava na União Popular Caxiense e na Associação Comercial de Duque de Caxias, figuravam cerimônias de exaltação ao governo Vargas (Lacerda, 2003, p.16), a aproximação com os seus representantes políticos, como é o caso do interventor Amaral Peixoto.

No processo de formação sócio-histórica de Duque de Caxias, o triunfo do projeto político da União Popular Caxiense em detrimento daquele representado pela Escola Regional de Merity é bastante significativo. Iniciativas populares e que privilegiavam os interesses dos trabalhadores e trabalhadoras acabaram sendo alvo de profunda repressão. Apesar disso, a Escola Regional de Merity completou 103 anos de existência. Em 2015, o deputado estadual Zito apresentou à Alerj o Projeto de Lei n. 70/2015, que solicitava o tombamento da Escola Álvaro Alberto, cujo projeto arquitetônico foi realizado por Lúcio Costa. A construção de um shopping center colocou em risco o edifício da escola. Houve intenso protesto popular e inúmeras manifestações da sociedade caxiense em prol da preservação da escola, símbolo das lutas dos educadores, educadoras e dos trabalhadores rurais e urbanos, sendo tombada como patrimônio histórico de Duque de Caxias pelo Decreto n. 6.734, de 27 de setembro de 2016, assinado pelo prefeito Alexandre Cardoso.

Figura 7 – Decreto n. 6.734, de 27 de setembro de 2016



Em 1942, no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo Vargas construiu, em Xerém, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), com o propósito da produção de motores aeronáuticos. A “Fenemê”, como ficou conhecida, chegou a ter 5.000 trabalhadores na década de 1950 e foi palco de inúmeras lutas operárias e confrontamentos da ditadura civil-militar na década de 1960 (Valle, 1983). O projeto de industrialização e desenvolvimento varguista, responsável pela criação da Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Nacional de Álcalis e a Companhia Vale do Rio Doce, também esteve na origem da FNM. O êxito alcançado aumentou a importância da região na balança varguista.

No bairro do Centenário, Duque de Caxias, a instalação da Companhia União Manufatura de Tecidos, emblemática na trajetória da indústria têxtil fluminense, também evidenciou o potencial dos empreendimentos industriais naquela periferia (Lacerda, 2010).

Emancipação, surto industrial e lutas populares em Duque de Caxias

De acordo com Helenita Bezerra (2003, p.30), o Decreto-Lei n. 1.055, de 31 de dezembro de 1943, que renomeou o 8º distrito de Nova Iguaçu e o emancipou como Duque de Caxias, bem como deu autonomia para o município de Cordeiro, se insere nesse processo de reconfiguração urbana e territorial que abarcou o estado do Rio de Janeiro e na inserção da Baixada Fluminense ao projeto político varguista, que remonta à década de 1930. Experiências industriais bem-sucedidas como as da Fábrica Nacional de Motores e da Companhia União Manufatura de Tecidos devem ter tido peso nesse processo, pois a Associação Comercial de Duque de Caxias, articulada a diversos setores do capital fluminense, apoiou de forma ampla a emancipação de Duque de Caxias. Tânia Amaro (2019, p. 302) pontua que a criação da FNM marcou o início da industrialização de Duque de Caxias. Mas é somente na década de 1960, com o estabelecimento da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), que o município alcançou níveis de desenvolvimento econômicos concretos.

Uma outra marca da política de Vargas para a região de Duque de Caxias foi a implantação dos núcleos coloniais de São Bento e Duque de Caxias pelo Ministério da Agricultura, através do Decreto-Lei n. 22.226, de 1932, e do Decreto-Lei n. 3.266, de 1941. Marlúcia de Souza argumenta que tanto a FNM como a implantação das colônias agrícolas evidenciam “a forte intervenção do poder público” (2002, p. 92) naquele território. Dois lotes constituíam o Núcleo Colonial de São Bento. Ocorreram

disputas e tensões por conta da expansão industrial que se observava na área fronteiriça à colônia.

Uma questão importante para o entendimento do ideário político, do trabalhismo e das políticas públicas de combate às desigualdades sociais durante a Era Vargas foi o projeto de criação do abrigo denominado “Cidade das Meninas”, voltado para meninas órfãs, que depois passou a abrigar meninos e se transformou em uma escola agrícola para meninos renomeada como “Abrigo Cristo Redentor”. A educação das órfãs e órfãos combinava instrução e formação para o mundo do trabalho e o civismo. Como a área contígua ao abrigo possuía terras disponíveis e havia demanda por verbas para a manutenção daquela obra social, o governo alugou oito pavilhões para a implantar no local o Instituto de Malariaologia, destinado à pesquisa e ao combate à malária via produção pesticidas (Souza, 2002, p. 100).

A construção de uma fábrica do inseticida vulgarmente conhecido como “pó de broca”, que funcionou entre 1950 e 1955, mudou a vida dos cerca de mil habitantes daquela área e das 400 crianças que viviam no abrigo. Com o abandono da fábrica, os rejeitos dos pesticidas foram abandonados, gerando um processo de contaminação do meio ambiente. Estudos desenvolvidos com os moradores da Cidade dos Meninos revelaram que os organismos dessas pessoas apresentam altos índices de hexaclorocicloHexano (Oliveira, 1995). Em 1993, para garantir a integridade das crianças, o abrigo foi fechado após longa querela jurídica.

Uma das questões que também atravessa a história de Duque de Caxias é a relação predatória do poder público, em diferentes momentos, com o meio ambiente, com os rios, manguezais e com os habitantes daquele território.

Na década de 1960, a criação do Polo Petroquímico de Duque de Caxias, através da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), como bem observou Amaro (2019), deu novo impulso para a economia caxiense. A Reduc está localizada na margem esquerda do rio Iguaçu, bem próxima à foz desse corpo hídrico, e na margem direita da Rodovia Washington Luiz (BR 040). Criada em 1961, foi responsável pela abertura de novos postos de trabalho e pela montagem de um complexo industrial na região de Campos Elíseos, alavancando a posição de Duque de Caxias no setor industrial e petroquímico em escala local, nacional e internacional (Costa, 2009, p. 262).

A emissão de gases poluentes na atmosfera e de resíduos sólidos na baía de Guanabara, e a destruição dos manguezais, importante bioma de reprodução da vida marinha, estão entre os efeitos da instalação da REDUC/RJ (Alencar, 2016, p. 54), demonstrando como a questão ambiental é desde o século XIX um dos desafios para a sociedade fluminense.

Em 21 de junho de 1928, o *Jornal do Brasil* (1928, p.7) e o periódico *A Esquerda* (1928, p.2) trouxeram ambos a mesma matéria, com texto idêntico, que mencionava que o Procurador da República, a Inspetoria de Águas e Esgotos e outras autoridades denunciavam a ação da viúva Antônio Fernandes por estar “devastando as matas de Xerém” e as áreas contíguas à cachoeira Coral. Não há maiores informações sobre a origem social, as condições de vida da viúva, se atuava sozinha ou se fazia parte de algum grupo de lavradores ou trabalhadores rurais. Mas há um dado importante para reflexões sobre as questões fundiárias, assunto que passaremos a examinar, na região de Magé. A notícia de jornal indica que já existia alguma mobilização de gente com atividades envolvendo a terra e, o mais importante, tensões entre a população local e as autoridades públicas na localidade de Xerém que geraram

denúncias públicas em meios de comunicação expressivos na época. Infelizmente, a natureza do documento e os limites desse texto não nos possibilitaram aprofundamento dessa questão. Cerca de um mês depois da publicação da denúncia, exatamente em 25 de agosto de 1928, o presidente Washington Luiz inaugura o trecho da Rodovia BR 040, a Estrada Rio-Petrópolis, via que tanto garantiu a ampliação do fluxo de pessoas na região como fomentou a interiorização da ocupação de Duque de Caxias (Torres, 2012, p. 20). O afluxo de trabalhadores e pessoas naquela localidade por conta da construção dessa via também aumentou o número de habitantes da Estação Meriti, o 8º Distrito de Nova Iguaçu, que posteriormente viria a ser Duque de Caxias. Leonilde Medeiros destaca que a década de 1930 é marcada pela migração de pessoas vindas “principalmente do Espírito Santo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba” (2015, p.19) para a região da Baixada Fluminense. É importante mencionar que a Estrada de Ferro Rio d’Ouro e a existência da Estrada Rio-Petrópolis concorreram para a escolha de Xerém, localidade estratégica, para a implantação de um complexo industrial, urbano, civilizacional, educacional, agrícola, nacionalista e patriótico como a Fábrica Nacional de Motores (Santos, 2002, p. 103).

A região de Xerém despontou no cenário da Baixada Fluminense como difusora de um projeto de industrialização de base estatal, política e ideologicamente consoante com o Estado Novo, que já vinha intervindo no território com a Comissão de Saneamento, objetivando o desenvolvimento econômico e o “retorno aos tempos áureos sob a égide do governo centralizado” (Silva, p.115). Linderval Monteiro (2005, p. 489) menciona a dificuldade em mapear o perfil socioprofissional da população fluminense antes de 1930, marco do incremento sanitário e industrial na região.

No entanto, os processos de migração campo-cidade relacionados à fuga das adversidades como a fome, as disputas fundiárias são boas pistas para entender quem eram os trabalhadores e trabalhadoras que viviam e trabalhavam em Duque de Caxias naquele período. Nos textos contemporâneos da Escola Regional de Merity é mencionado o perfil dos trabalhadores que viviam em Meriti nos idos dos anos 1920 e 1930. São trabalhadoras e trabalhadores rurais, trabalhadores fabris, como os da fábrica Rupturita, pescadores, entre outros. Através de seus estudos sobre o babalorixá Joãozinho da Gomeia, Andréa Batalha traz um retrato dos homens e mulheres que, em condição de desterro, de diáspora, chegam à cidade de Duque de Caxias na década de 1940. É o Povo do Santo, comunidades de terreiro, adeptos do candomblé, religião de resistência afrodiáspórica culturalmente densa, comunitária, inventiva, dançante e que promovia o associativismo negro. Marlúcia de Souza identificou um grupo de 45 pessoas que acompanharam Joãozinho da Gomeia da Bahia até o Rio de Janeiro, fixando-se no Rio Janeiro. (2021, p.187). Hermínio Belo de Carvalho mencionou o apoio dado por Joãozinho da Gomeia à Edison Carneiro quando ainda se encontrava na Bahia, para a realização do II Congresso Afro-brasileira, realizada em 1937. Antes dele, sua filha espiritual, Maria Julia, a Yalorixá Kilondirá, havia fixado residência no Bairro Parque Lafayete. Outros dois importantes líderes espirituais do Candomblé chegam nesse grupo ao território de Duque de Caxias: Waldomiro da Costa Pinto, o Pai Waldomiro de Xangô, que estabeleceu sua casa de axé no Parque Fluminense e Cristóvão Lopes dos Anjos, zelador responsável pela fixação do terreiro Ilê Ogum Anaeji Igibele Ni Oman, no bairro Pantanal (SANTOS, 2018, p.10) Em 1943, ano emancipação de Duque de Caxias, o poeta, ator, pintor, membro do Partido Comunista militante da Frente Negra Pernambucana e intelectual negro Solano Trindade, fixou

residência em Duque de Caxias, vindo também de um processo de migrações desde o nordeste .

A professora Marlúcia de Souza apontou a pluralidade étnico-racial dos migrantes que chegaram a Duque de Caxias, tendo muitas de suas identidades indígenas apagadas no processo de diáspora. Quem traz uma pista importante sobre essa questão é o antropólogo Carlos Estêvão de Oliveira: “Estou convencido de que o fator principal da resistência dos nossos sertanejos deve ser procurado nos elementos étnicos que povoavam os sertões do Nordeste na época do seu desbravamento.” O nordestino carregava consigo sua ancestralidade indígena ou, dito de forma, “o sertanejo é antes de tudo um índio” (Oliveira, 1942, p. 60). Grande parte desses migrantes ocupou as áreas das fazendas decadentes transformadas em loteamentos desde as duas primeiras décadas do século XX. (Braz; Almeida, 2010). Após mapear as origens étnicas e profissionais dessa população, cabe refletir sobre suas lutas nas décadas de 1940, 1950 e 1960.

Em *Josefa: uma mulher na luta camponesa*, produzido pelo APHCLIO, a líder camponesa Josefa Pureza pontua que, entre 1949 e 1964, as lutas dos trabalhadores rurais foram intensas na Baixada Fluminense, especialmente em Xerém. A pesquisadora Aline Maia aponta que ocorreram 200 conflitos de terra entre 1950 e 1980 nas áreas rurais fluminenses (Maia, 2018, p. 93). Em Duque de Caxias, as décadas de 1950 e 1960 também são marcadas pelos conflitos fundiários e por disputas por terra. Segundo Bernardo Maçano Fernandes (2000, p. 39), Nova Iguaçu, Cachoeira de Macacu e Duque de Caxias são áreas onde as questões fundiárias ganharam destaque por conta das ações de posseiros e grileiros.

Diferentes pesquisadores que se debruçaram sobre a história de Duque de Caxias no tempo presente elencaram as desigualdades sociais,

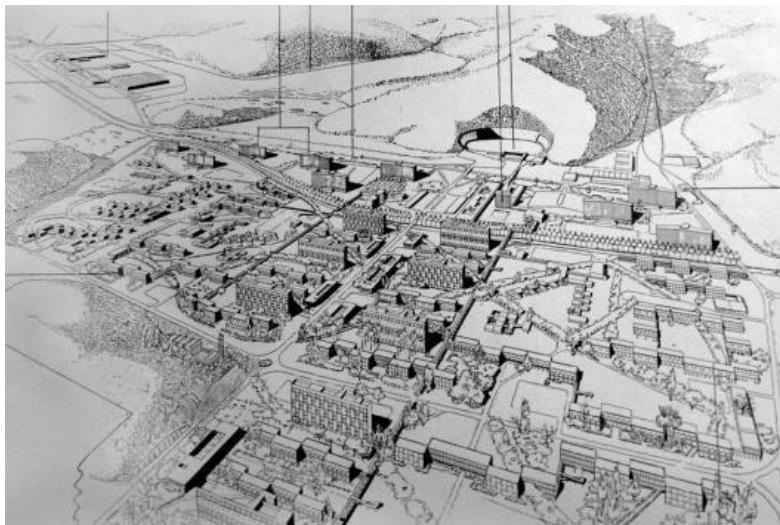
a fome e a pobreza como questões que atravessavam o cotidiano das pessoas (Braz; Almeida, 2010; Salles, 2007; Santos, 2002). A pesquisa desenvolvida por Leandro Almeida da Silveira (2016) analisou como as práticas clientelistas e os loteamentos em Duque de Caxias transformaram o padrão de ocupação sedimentando desigualdades sociais ainda percebidas no território. Nesse sentido, processos de industrialização observados nas décadas de 1940 e 1950 ressignificaram a relação das pessoas com o território, com o meio ambiente, por causa da intervenção de agentes estatais, especulação imobiliária, e o grande legado desse processo foi a segregação socioespacial.

A fome como uma marca do cotidiano das famílias foi destacada na fala de Josefa Pureza no documentário que aborda suas lutas. A busca por projetos de vida assentados na segurança alimentar, no autossustento, no acesso à terra e à moradia mobilizou enormes parcelas população em Duque de Caxias. As questões fundiárias e o acesso à terra também eram dimensões dos problemas sociais enfrentados pela população pobre e marginalizada em Duque de Caxias.

Seguindo as questões problematizadas por Leandro Almeida da Silveira (2018), um aspecto da industrialização experimentada em Duque de Caxias, durante os anos 1940, foi a redefinição dos usos do território e a implementação de um grande projeto estatal: a construção da Fábrica Nacional de Motores. Desde 1941 foram desapropriadas terras na região do bairro Santo Antônio, em Xerém para a edificação da Fábrica Nacional de Motores. De acordo com José Ramalho (1989, p. 50), existia o projeto de edificar mais duas fábricas na área, a Fábrica Nacional de Aviões de Transporte e a Fábrica Nacional de Tratores. Ainda segundo esse pesquisador, a industrialização da região passava pelos interesses políticos de Amaral Peixoto, político fluminense, genro de Getúlio Vargas, que tem nesse projeto um fator de crescimento do

seu poder na região fluminense. Industrializar também significou segregar, expropriar terras, dominar, disciplinar. A também chamada “Cidade dos Motores” ou “Cidade Industrial” foi implantada pelo projeto de industrialização do Estado Novo, na região de Xerém, e teve diferentes fases. Surgida no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esteve sob a gestão do brigadeiro Antônio Guedes Muniz entre 1943-1947. A fábrica virou uma sociedade anônima no período entre 1947 e 1968, sendo vendida para a montadora italiana Alfa Romeo; em 1976 foi comprada pela Fiat. Mas retomaremos essas questões adiante. Recuperamos o processo de criação da “Fenemê” para estabelecer sua ligação com as lutas por terras em Duque de Caxias.

Figura 8 – Projeto da Cidade dos Motores feito pelos arquitetos Paul Lester Weiner, Josep Luis Sert, Paul Schulz.



Fonte: *L'Architecture d'Aujourd'Hui*, setembro de 1947, p. 102.

Durante o Estado Novo, a fábrica era conduzida sob os princípios da militarização, do patriotismo, da disciplina, do higienismo, da autossuficiência e do controle social. Um aspecto que precisa ser

destacado na criação da “Fenemê” é a incorporação de trabalhadores rurais nas fileiras de seus empregados para a produção de gêneros agrícolas para o abastecimento das necessidades alimentares dos operários. A ocupação das terras contíguas à FNM foi organizada em regime de parceria; na forma de meia ou terça, as terras eram cedidas pela fábrica aos trabalhadores rurais e a produção era destinada ao consumo dos operários, podendo o excedente ser vendido.

De acordo com Ramalho (1989, p. 55-56), gêneros agrícolas, ovos e carne eram produzidos na área da fábrica. Como já pontuamos, desde o final da década de 1920, a localidade de Xerém apresentava tensões envolvendo suas terras. Em seus levantamentos sobre a atividade agrícola na FNM, José Ramalho (1989, p 57) identificou a presença de um profissional denominado “guarda da mata”, responsável por evitar que pessoas se fixassem nas terras geridas pela fábrica. Isso é um dado interessante porque sugere que já havia vigilância e controle sobre a ação de lavradores, indício de silenciamentos, distúrbios e disputas fundiárias. Maia, Medeiros, Galvão e Bastos (2015, p. 258) demonstraram como as articulações entre o universo rural e o fabril ecoaram nas disputas fundiárias ocorridas na região de Xerém.

Alentejano (2022, p. 3) cita como a “combinação contraditória da criação de áreas agrícolas e a valorização das terras no entorno da metrópole geraram as condições para a eclosão de uma série de conflitos na Baixada Fluminense”. O governo Vargas criou em Duque de Caxias três núcleos agrícolas na década de 1930, o Núcleo Colonial São Bento, o Núcleo Colonial D. Caxias e o Núcleo Colonial Tinguá. A consolidação dessa política veio com o Decreto-Lei n. 6.117, de 16 de dezembro de 1943.⁶

⁶ O texto do Decreto-Lei n. 6.117, de 16 de dezembro de 1945 pode ser acessado em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarIntegra?codteor=1227196.

Welch (2016) viu o ordenamento das questões rurais como um outro aspecto do ordenamento social proposto pelo projeto varguista.

No entanto, as enormes desigualdades sociais, as dificuldades para o acesso à terra e à moradia que atravessavam o território não foram resolvidas com as políticas públicas de criação de núcleos coloniais. De outro lado, a grilagem era conduzida pelas lideranças políticas na Baixada Fluminense como forma de ampliar e assegurar poder. Esse conjunto de fatores esteve na origem dos conflitos fundiários que ocorreram em Duque de Caxias. Em 1943, ocorrem conflitos envolvendo os trabalhadores rurais na Fazenda São Lourenço, em Xerém, área próxima à Fábrica Nacional de Moradores. Esse conflito contou com o apoio do PCB, dos trabalhadores rodoviários, da própria FNM, e a adesão de Tenório Cavalcanti, liderança ligada a Getúlio de Moura, cuja capacidade de metamorfosear e acumular prestígio e que, segundo José Pureza, liderança histórica do movimento de trabalhadores rurais fluminenses, Tenório teria fornecido apoio jurídico e armas para os camponeses. Meeiro na Fazenda Penha-Caixão, ligado ao Partido Comunista, liderança camponesa, José Pureza teve expressiva importância na fundação da Comissão de Lavradores de Duque de Caxias, criada em 1947-48. Após a transformação da FNM em sociedade anônima e o arrefecimento do controle sobre as propriedades fundiárias e a ocorrência de novos conflitos por terras, observou-se a intensificação da organização dos trabalhadores rurais tendo o apoio do PCB e do deputado Natalício Tenório Cavalcanti. Nas eleições de 1946, em Duque de Caxias, o PSD obteve maior votação, seguido pela UDN. O PCB foi o terceiro partido mais votado no município (Souza, 2002, p. 157), indicando a importância social e a influência dos militantes comunistas em diferentes movimentos populares.

Em 1952, José Pureza e seus companheiros de luta criaram a Associação de Lavradores Fluminense (ALF). De acordo com Aline Maia, essa organização reflete um contexto de intensificação dos conflitos fundiários (2017, p. 266). A mobilização dos lavradores e lavradoras ganhou o território fluminense espalhando-se por Nova Iguaçu, Magé, Imbé, Itaguaí, Itaboraí, Macacu e São João da Barra. A mobilização camponesa em escala local e estadual ganhou força.

Em 1959, nos dias 28 e 30 de agosto, em Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro naquele período, aconteceu a I Conferência dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Rio de Janeiro. Com o apoio de Roberto Silveira (PTB), recém-eleito governador do estado e que buscava construir base política entre o lavradores (Medeiros, 1984; Grynszpan, 1987). Esses debates e articulações originaram a Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), entidade que teve como primeiro presidente Manoel Ferreira de Lima, importante liderança política e sindical de Magé (Andrade, 2018, p. 29). De acordo com Fernando Barcellos (2008, p. 31), a Falerj reuniu 13 associações municipais com cerca de 16 mil associados registrados. Tais números revelam a importância desse órgão e o nível de organização que os trabalhadores rurais estavam construindo naquele período de campanha, vinha assumindo compromissos com os lavradores, buscando formar bases de apoio no campo.

Outra importante fase das lutas agrárias desenvolveu-se entre 1961 e 1964. Nesse período, ocorreu a convocação em 22 de maio de 1961, para o I Congresso Nacional do Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado no início de outubro de 1961, em Belo Horizonte, Minas Gerais. As tensões aumentaram e os órgãos de imprensa noticiam o aumento dos conflitos no campo. Marlúcia Santos de Souza (2002) e Leonilde

Medeiros (2015) mapearam os conflitos agrários ocorridos em Duque de Caxias nas décadas de 1940, 1950 e 1960. Aconteceram tensões e disputas na Fazenda Barro Branco, nas terras da FNM (1948), no km 41 da Estrada Rio d'Ouro, grilagem na Fazenda São Lourenço, na Fazenda Penha-Caixão, na Fazenda Piranema, na Fazenda Mato Grosso, na Fazenda Chapéu do Sol e na Fazenda Morro Grande. A expulsão das famílias rurais, a grilagem, a destruição das roças e casas, e a violência física, faziam parte do cotidiano das lutas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em Duque de Caxias. O regime militar-empresarial de 1964 intensificou a violência no campo. Antes de tratarmos dessa questão, é importante entender que outras lutas e questões políticas perpassavam a sociedade caxiense na década de 1960.

Poder e política em Duque de Caxias: inteventores e a ascensão de Tenório Cavalcanti

Após a emancipação de Duque de Caxias, ocorrida em 1943, Ernani do Amaral Peixoto nomeou o interventor Homero Lara para governar o recém-criado município de 1º. de janeiro até 10 de setembro de 1944. Primo de Amaral Peixoto, Heitor Luís do Amaral Gurgel esteve no governo de 11 de setembro de 1944 a 1º de agosto de 1945. Segundo Tenório Cavalcanti, Gurgel “promovia perseguições torpes a meus amigos, nomeação de professoras analfabetas e de gente desclassificada para cargo de proa, etc.”. Outros sete inteventores ocuparam o governo de Duque de Caxias: Antônio Cavalcante Rino (2/8 a 2/9 de 1945), dr. Jorge Diniz de Santiago (10/1/1945 a 22/3/1946), Gastão Glicério de Gouvêa Reis (25/3/1946 a 18/10/1946), José dos Campos Manhães (18/10/1946 a 13/3/1947), José Rangel (19/3/1947 a 31/3/1947), Custódio Rocha Maia (31/3/1947 a 30/7/1947) e o tenente-coronel Scipião da Silva Carvalho (1º./8/1947 a 28/9/1947) (Souza, 2003, p.41-42).:

Segundo Ricardo Simões (2006, p. 140), o contexto pós-governo Vargas foi marcado pela redemocratização e o surgimento de novas forças políticas representadas pelos partidos políticos PSD, PTB, UDN. O Partido Social Democrático, expoente do amaralismo no território, fez o seu primeiro prefeito nas eleições de 1946: Gastão Glicério de Gouveia Reis, que havia atuado como interventor e governou o município de 28 de setembro de 1947 a 28 de setembro de 1950. Braulino de Matos Reis, do PTB, ganhou as eleições de 1950, mas tensões políticas e denúncias de fraudes o impediram de assumir o mandato, sendo substituído por Adolpho David, o presidente da Câmara. Braulino só conseguiu retomar o mandato dois anos depois, sendo sucedido em 1954, por Francisco Correa, também do PTB. O governo de Correa foi alvo de forte oposição de Tenório Cavalcanti. Problemas de gestão e o descumprimento de legislação municipal sobre a localização do comércio de fogos culminaram na perda do seu mandato. Em seu lugar assumiu o presidente da Câmara, Joaquim Tenório Cavalcante, primo de Tenório.

O ano de 1954 foi emblemático para refletirmos sobre a trajetória do deputado federal Natalício Tenório Cavalcanti de Albuquerque. Em 3 de fevereiro, ele funda o jornal *Luta Democrática*, cujo slogan, “Um jornal de luta feito por homens que lutam pelos que não podem lutar”, já o colocava como campeão dos oprimidos. Em 28 de fevereiro, o cineasta Paulo Wanderley lançou a comédia musical intitulada *Carnaval em Caxias*, onde um José Lewgoy de capa e chapéu pretos, empunhando uma sugestiva metralhadora, encarnava Honório Boa Morte, personagem inspirado no próprio Tenório. Contando o episódio da visita de Tenório ao set de gravação, o escritor Santos Lemos (1967, p. 27) registrou a reação do político diante da arma usada na filmagem: “A ‘Lurdinha’ dá 100 tiros; essa, que não dá mais de 20, não serve nem para sair, em Caxias.” Também foi cantado, a partir de abril de 1954, na letra do samba

de autoria de Moreira da Silva e Ribeiro da Cunha, em um disco lançado pela gravadora Continental. Na canção foi chamado de “O Bamba de Caxias”.

Nas eleições de outubro de 1954, foi reeleito como deputado federal pela UDN com a expressiva votação de 42.060 votos. Sete anos antes, tinha sido eleito deputado estadual pela UDN com dois terços dos votos da população caxiense. Nascido em Bonifácio, Palmeira dos Índios, Alagoas, em 27 de setembro de 1906, filho de Antônio Tenório Januário Cavalcanti de Albuquerque e de Maria Cavalcanti de Albuquerque, pequenos proprietários rurais, chegou ao Rio de Janeiro em 1926, recomendado pelo padrinho, Natalício Camboim de Vasconcelos. Trabalhou como copeiro, garçom, servente, porteiro de hotel, lavou garrafas na Cervejaria Brahma. Em 1927, começou a trabalhar para Edgar de Pinho, que era cunhado de Otávio Mangabeira, então ministro das Relações Exteriores. Atuou nas obras da construção da Estrada Rio-Petrópolis, destacando-se por sua boa pontaria e na atuação em conflitos armados. Adquiriu 40 imóveis enquanto ocupou essa função. Os imóveis comprados foram base para a realização da suas campanhas. Continuou trabalhando para a família Mangabeira, amealhando prestígio por conta da violência e das relações com poderosos locais.

Na Revolução Constitucionalista de 1932, forneceu uma tropa de mulas para os paulistas. Sob orientação de Getúlio Vargas, filiou-se ao União Popular Fluminense, sendo eleito para a Câmara Municipal de Nova Iguaçu, em 1936, representando o 8º Distrito, Duque de Caxias. Com o advento do Estado Novo, atuou como agente fiscal em Duque de Caxias. Acusado da morte do delegado Joaquim Façanha, foi preso, solto e passou uma temporada em Alagoas. Sua trajetória sempre esteve ligada a violências e conflitos armados. De acordo com Helenita Silva, o

processo de emancipação de São João de Meriti teve em Tenório Cavalcanti um dos seus principais apoiadores (2003, p. 32).

A ascensão do comandante Ernani do Amaral Peixoto, genro de Getúlio Vargas, como interventor federal no estado do Rio de Janeiro, marca um período de rivalidades que se estenderá até a década de 1950. Amaral Peixoto possuía um projeto político de poder para a Baixada Fluminense e a figura plástica, carismática, violenta, arguta, contraditória e articulada de Tenório Cavalcanti poderia ser um obstáculo a esse projeto. De acordo com Israel Beloch, a partir de 1951 os confrontos entre Tenório Cavalcanti, Vargas e Amaral Peixoto tornaram-se mais intensos. Apoiador de João Café Filho no pleito de 1955, opositor do projeto político do governo Kubitschek, foi mais uma vez o deputado mais votado do Rio de Janeiro em 1958 obtendo 46.029 votos.

Durante os conflitos fundiários na Baixada Fluminense, observou-se a presença de Tenório Cavalcanti oferecendo apoio jurídico e político aos lavradores em diferentes partes do estado do Rio de Janeiro. De acordo com Aline Maia (2018, p. 114), tratava-se de “uma figura plástica e presente no relato dos camponeses sobre os conflitos fundiários”. Um decreto de 12 de junho de 1964, com base no Ato Institucional n. 1 da ditadura militar, cassou o mandato do deputado federal Tenório Cavalcanti, liderança política na Baixada Fluminense e apoiador das lutas dos lavradores e lavradoras.

“Homem de preto”, “Homem da Capa Preta”, “Bamba de Caxias” e “Avô das Milícias” são algumas das denominações que qualificaram essa típica liderança da Baixada Fluminense. Exímio construtor de uma imagem mística e mítica, foi mais uma vez retratado no cinema por Nelson Pereira dos Santos no impagável *Amuleto de Ogum*, de 1974, com trilha de Jards Macalé. Rezava a lenda que as mais de 50 balas que o

atingiram não o levaram à morte por causa do “corpo fechado”. Todo gravado em Duque de Caxias, o filme desencravou memórias de violência e patronagem. Em 1986, Sergio Rezende, com roteiro construído por ele, Jose Louzeiro e Tairone Feitosa, trouxe à luz o *Homem da Capa Preta*, uma cinebiografia de Natalício Tenório Cavalcanti. Nesse mesmo ano, Israel Beloch publicou sua tese centrada na figura da liderança política caxiense: *De capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*.

Historiadora nativa, cresci ouvindo uma narrativa familiar de como meu avô fora libertado por Tenório Cavalcanti, na década de 1950, da Delegacia 311, lugar de pau de arara e desaparecimento em uma cisterna. Ele havia sido preso acusado de conduzir comunistas no caminhão de leite que dirigia para a CCPPL. Minha avó temia que o marido fosse morto e a deixasse com três crianças sozinha no mundo, acampou na porta do Tenório. No início da noite, o avô voltou para casa sujo, ensanguentado e vivo. Nunca falou sobre o que havia se passado.

Clientelismo, violência, assistencialismo, patronagem, marcaram a trajetória de Natalício Tenório Cavalcanti, e sua imagem controversa, metamórfica e carismática ainda mobiliza o imaginário local. O pesquisador Manoel Cantalejo recuperou uma outra faceta de Tenório Cavalcanti. Na tentativa de salvar seu mandato da cassação em 1964, utiliza seu jornal, *Luta Democrática*, para redefinir as narrativas sobre si mesmo. Para se aproximar das novas lideranças políticas (2008), tenta sustar a greve dos ferroviários. Maestro na construção de narrativas de si, da autopropaganda, defronta-se com novos atores políticos e uma nova dinâmica de poder, e tem a sua capacidade de atuação limitada, mas não perdida.

Figura 9 – Imagem da História: O Saque de 1962 na imprensa operária



Fonte: Jornal Terra Livre. Agosto de 1962. Disponível em:
<https://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=HEMEROLT&pesq=saque+de+1962&hf=armazemmemoria.com.br&pagfis=5218>

Da ditadura militar até o processo de redemocratização

*“Estação de Caxias
de novo a dizer
de novo a correr
tem gente com fome
tem gente com fome
tem gente com fome”*

Solano Trindade

O ano de 1962 foi marcado por vários processos que evidenciavam as tensões sociais e políticas. As lutas por terra que aconteciam em várias regiões do Brasil levaram o governo federal a criar a Superintendência da Política de Reforma Agrária, que passou a praticar uma política de desapropriação fundada em questões sociais (Cantalejo, 2008).

A renúncia do então primeiro-ministro, Tancredo Neves, e o veto ao seu substituto, San Tiago Dantas, geraram uma série de protestos e a

convocação de uma greve geral em prol da legalidade. Tenório Cavalcanti, partidário de João Goulart, colocou o seu jornal, *Luta Democrática*, a serviço desse embate. No plano nacional, o antigo estado da Guanabara (atual cidade do Rio de Janeiro) e o estado do Rio de Janeiro, a Baixada Santista, o Porto de Paranaguá (PR), o Rio Grande do Sul e a maior parte das capitais do nordeste participaram da greve geral (Melo, 2017).

Torres e Menezes destacam que no dia 1º de julho de 1962, populares obrigaram o gerente um estabelecimento comercial em Saracuruna, a vender o feijão que estava estocado de forma clandestina e populares recolhiam assinaturas na praça da Matriz, em São João de Meriti, protestando contra a carestia dos alimentos (1987). Segundo Cantalejo (2008), já no início de julho de 1962 ocorreram distúrbios também em São Gonçalo (2/7/1962) e em Brás de Pina (5/7/1962), envolvendo populares que tentavam comprar alimentos. No entanto, nenhum desses episódios teve a expressão do que ocorreu em Duque de Caxias.

No dia 5 de julho de 1962, com a paralisação dos trens por causa da greve geral, cerca de 20 mil trabalhadores aguardavam nas imediações da praça do Pacificador. Após a difusão da notícia de que alguns estabelecimentos estavam escondendo feijão, os saques começaram. Dois mil estabelecimentos foram saqueados, 700 pessoas foram feridas e 42 pessoas morreram. Os saques se estenderam para os municípios de Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti e para as regiões de Parada de Lucas e Vigário Geral (Cantalejo, 2008).

A Rádio Difusora de Duque de Caxias, que pertencia a Tenório Cavalcanti, foi censurada e outras mídias foram impedidas de noticiar os fatos. A repercussão do “Grande Saque de 1962” mobilizou as elites locais e o governo federal. Uma das questões que emerge desse cenário é a constituição das milícias como forma de proteger o comércio varejista e o incremento da violência em Duque de Caxias. De acordo com Alves (2003),

o Saque de 1962 deve ser entendido como uma resposta às opressões, violências e desigualdades vivenciadas pelas populações trabalhadores da Baixada Fluminense, tão bem expressas nos versos do poeta Solano Trindade: “Tem gente com fome.”

De acordo com José Cláudio Alves, a ditadura militar na Baixada Fluminense desarticulou grupos e forças políticas de oposição (2003). Em Duque de Caxias, a cassação de Tenório Cavalcanti foi fundamental para a redefinição de grupos e forças políticas. Segundo Marlúcia Santos de Souza, os genros de Tenório, Getúlio Gonçalves e Hydekel de Freitas, tornaram-se, de certa forma, herdeiros do seu legado. O primeiro atuando como presidente na Associação Comercial de Duque de Caxias, o segundo como força política do segmento conservador. O curioso é que no episódio da Greve de 1962, ambos tinham sido denunciados pela *Luta Democrática* como “dirigentes da polícia clandestina, criada pela Associação Comercial de Caxias” e denominada “Força dos Voluntários” (Souza, 2002, p. 200).

Nos momentos imediatos ao golpe militar, observaram-se as ações da Polícia Civil no Sindicato dos Metalúrgicos, onde foram feitas 40 prisões. Invadiram também o Sindicato dos Petroleiros. O Exército invadiu fazendas, pilhando criações, roças e objetos pessoais das famílias; ocupou a FNM, a Reduc, e realizou prisões e substituiu a direção da fábrica por um comando militar. Emblemático foi o processo de retirada dos trilhos de trem da Estrada Férrea Rio d’Ouro para isolar os trabalhadores rurais em Xerém e impedir suas articulações. Espaços de encontro de intelectuais, como o Cinema Santa Rosa e o Restaurante Mira Serra foram invadidos pela polícia (Souza, 2002). Além disso, no centro de Duque de Caxias, ocorreram prisões arbitrárias de pessoas consideradas como integrantes do “mundo da desordem”: negros, pobres em situação de rua, prostitutas (Lacerda, 2001). Valendo-se do artigo nº 7 do Ato Adicional I, de 9 de abril de 1964, o prefeito de Duque de Caxias, Joaquim Tenório, primo de Tenório

Cavalcanti, retirou a estabilidade dos funcionários públicos. Cantalejo (2009) destacou a importância das festividades cívicas, como o 25 de Agosto, os usos da imagem de Duque de Caxias e a utilização da estratégia de conferir títulos de Cidadão Caxiense para várias personalidades políticas como forma de amealhar apoio e evitar a perseguição política. Retirar títulos já dados também foi uma forma de garantir aproximação com o novo regime. Assim, João Goulart e Leonel de Moura Brizola deixaram de figurar no rol de Cidadãos Caxienses. Em contrapartida, o general Castelo Branco recebeu o título numa tentativa de aproximar o novo regime e os políticos caxienses.

Transformada em área de segurança nacional pela Lei n. 5.449, de 4 de junho de 1968, Duque de Caxias teve como primeiro interventor Carlos Medeiros, mas continuou sendo um território marcado por lutas políticas. Izabel Costa argumentou que a principal motivação para a transformação dos municípios da Baixada Fluminense em área de Segurança Nacional foi a expressiva derrota da Arena, partido político do regime, nas eleições de 1966 (Costa, 2016). O estudo de Fabrício Teló (2019) mostra como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, o MR-8, atuou em Duque de Caxias, articulado às lutas dos camponeses e dos trabalhadores da Fábrica Nacional de Motores e da Reduc. A privatização da Fábrica Nacional de Motores, em 1968, foi uma das marcas da ditadura militar em Duque de Caxias.

O pesquisador Higor Codarin Nascimento (2019) demonstrou como os trabalhadores urbanos e rurais de Duque de Caxias construíram sua militância como desdobramentos das suas relações com o mundo do trabalho em um universo profundamente marcado por desigualdades como a Baixada Fluminense. Eleito prefeito nas eleições municipais de 1966 Moacyr do Carmo, seu vice-prefeito, Ruyter Poubel, chegou a ser preso por dez dias, após a publicação do AI-5, por ter ido a Brasília para

tentar evitar a transformação de Duque de Caxias em área de segurança nacional. Moacyr do Carmo governou de 1967 até 1971, sendo substituído por um curto tempo pelo vice-prefeito, Ruyter Poubel, em decorrência de problemas de saúde.

Entre 1971 e 1984, prefeitos-interventores foram indicados pelo regime empresarial-militar. Em 1971, Francisco Estácio da Silva assumiu brevemente a prefeitura, graças uma manobra política da família Poubel, a quem Silva era ligado. Após uma votação, assumiu a presidência da Câmara dos Vereadores, cargo que lhe garantiu o governo de Duque de Caxias, que estava vago, à espera da indicação pelos militares do primeiro interventor, e a construção de redes políticas de prestígio e apoio para futuras ações (Cantalejo, 2007). O general Carlos Marciano de Medeiros foi o primeiro interventor, governando de 1971 a 1975. Em seguida vieram o coronel Renato Moreira da Fonseca (1975-1978), o coronel Américo de Barros (1978-1982) e Hydekel de Freitas (1982-1985).

O recrudescimento da repressão após o decreto do Ato Institucional n. 5 foi fortemente sentido e resistido em Duque de Caxias. De acordo com Jefte da Mata Pinheiro Junior (2007), na Baixada Fluminense havia uma preparação para a resistência armada. Esse pesquisador entrevistou o sindicalista e militante do PCB, e ex-funcionário da Reduc, Newton Menezes, que lhe contou que os operários da refinaria pegariam em armas, mas a ação foi cancelada pela resistência. Esse panorama evidencia que, apesar da extrema aridez dos anos de ditadura, os sindicatos e os movimentos sociais estavam mobilizados. Nas áreas rurais de Duque de Caxias, os lavradores e lavradoras também se articularam em torno da possibilidade de uma resistência armada. Após sua demissão da Reduc, Menezes foi enviado para Moscou e ficou amparado pelo Partido Comunista. A luta sindical em Caxias se reorganizara na década de 1970 (Pinheiro Junior, 2007).

Além dos sindicatos, o movimento estudantil foi fundamental nesse período. A Associação Caxiense de Estudantes Secundaristas (Aces) e a Associação Metropolitana de Estudantes Secundaristas, fortemente marcada pela influência comunista, promoveram atos e protestos. O Instituto Governador Roberto Silveira foi palco de greves discentes e intervenção policial em razão dos protestos pela morte do estudante Edson Luís na repressão policial aos atos de março de 1968 (Torres, 2007). Em fins da década de 1970, o Movimento de Oposição Aberta dos Professores (Moap) integrou a corrente de forças que se erguiam contra o regime militar. Preso e torturado pela ditadura em Itamaracá, entre 1973 e 1977, José Pureza, liderança histórica do movimento camponês fluminense (Medeiros, 2015) retornou ao Rio de Janeiro no final da década de 1970; recebeu da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag) a incumbência de assessorar sindicatos em Cabo Frio e São Pedro da Aldeia. Essas mobilizações indicam uma forte rearticulação dos movimentos sociais na década de 1970.

Adriana Ribeiro identificou, em 1979, 246 greves deflagradas pelo Brasil (2013); desse total, 18% eram de setores da metalurgia. Entre 1978 e 1983, Marcelo B. Matos (1998) identificou uma intensa atividade de movimentos de classe no Rio de Janeiro. Em Duque de Caxias, observou-se também o agigantamento do movimento de trabalhadores nesse período. De acordo com o Relatório da Comissão da Verdade, em 17 de outubro de 1979 foi encaminhado ao Congresso de um projeto de lei que extinguia o bipartidarismo e demandava a formação de organizações partidárias em um prazo de 18 meses.⁷ É nesse contexto que se organizam o PDT, o PT, o PP, e a Arena se transforma em PDS (Partido Democrático

⁷ Comissões da Verdade\Comissão Nacional da Verdade\Volume I\Parte II – As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos\Capítulo 3, p. 107.

Social), enquanto o MDB é obrigado a adotar a legenda PMDB. Tancredo Neves e o ex-senador Magalhães Pinto filiaram-se ao PP. Jefte da Mata Pinheiro identificou em Duque de Caxias, na década de 1980, uma associação entre os movimentos de classe e o desenvolvimento do Partido dos Trabalhadores.

O movimento sindical caxiense experimentou profundas transformações nesse período. O ano de 1980 foi marcado pela greve dos metalúrgicos em Xerém, na Fiat Diesel, greve que chegou a ser classificada como “a mais combativa do Rio” (Pinheiro Junior, 2007). Uma mudança que pode ter contribuído para isso foi a saída dos intervenientes que até então controlavam a Delegacia Regional do Trabalho em Caxias.

A esse processo somam-se as eleições sindicais dos petroleiros, dos metalúrgicos, dos docentes, processos marcados pela participação em Duque de Caxias das Pastorais Operárias da Igreja Católica, das Comunidades Eclesiais de Base, dos Comunistas, da CGT, e pela participação mais expressiva do Partido dos Trabalhadores. Esses atores são fundamentais no processo de retomada das lutas políticas e sindicais e na redemocratização da sociedade. Entre 1978 e 1983, observou-se a ocorrência de greves organizadas por bancários, professores, rodoviários, entre outras categorias (Ribeiro, 2013).

Em uma atmosfera de luta por direitos, melhoria salarial e liberdades políticas, aconteceu, em março de 1979, final do governo do interventor general Renato Moreira da Fonseca, uma manifestação envolvendo diferentes grupos e atores sociais por autonomia política em Duque de Caxias. Cerca de 500 pessoas foram para a frente da Câmara de Duque de Caxias, ainda hoje um importante local de manifestações dos movimentos sociais, para protestar por eleições diretas para prefeito. Compunha o grupo uma frente democrática formada por OAB/Caxias, políticos ligados ao MDB, associação de moradores, organizações sindicais, organizações

religiosas. Os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil* cobriram a manifestação (Cantalejo, 2008; COSTA, 2016). Cantalejo pontua que os periódicos haviam detectado tensão entre os manifestantes e militares. O documento histórico a seguir, produzido pelo Ministério da Aeronáutica, revela um monitoramento das organizações de classe, religiosas e associações de moradores em agosto de 1979.

Figura 10.

142

		CONFIDENCIAL		
Ficha 001/CISA		MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA		VAZ.34.66.p.1/2
				Em 13 AGO 1979
III COMAR				
1 — ASSUNTO CAXIAS/RJ. 2 — ORIGEM SNI/ARJ. 3 — CLASSIFICAÇÃO + + + + + 4 — DIFUSÃO RECISA/RJ - ARQ. 5 — CLASSIFICAÇÃO ANTERIOR A-1. 6 — DIFUSÃO ANTERIOR I EX-1º DIN-III COMAR-DGIE/RJ-PMERJ. 7 — ANEXO XEROX DE PANFLETO.				
NUMERAÇÃO		INFORME Nº 177 /79-I/A2-III COMAR		 CISA COMAR
<p>Esta Agência recebeu o Informe abaixo, datado de 19 Ago 79 e difunde-o para ciência desse Centro: "O Comitê Brasileiro pela Anistia de Duque de Caxias convocou as Associações de Moradores, os Grupos/ de Bairros e os Sindicatos de Duque de Caxias para participarem do Encontro pela Anistia Amplia, Geral e Irretrita e pelos Direitos Humanos, que será realizado no / dia 12 de agosto de 1979, no Salão Paroquial da Matriz/ de Santo Antônio, no Centro de Caxias, de 10:00 às 18:00 horas. Segue na oportunidade o panfleto intitulado / "A VERDADEIRA ANISTIA AINDA NÃO EXISTE: VAMOS LUTAR POR ELA", de responsabilidade do CBA de Duque de Caxias./// //////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////////</p> <div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-top: 10px;"> O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SUELO DESTINADO (OGU- MENTO (Art. 12 da Lei 7566/77 - Regula mento para Salvaguarda dos Assentos Rurais) O QUAL NÃO PODE CONSTITUIR PEÇA DE PROCESSO </div> <p style="margin-top: 20px;">— Ref: INFC nº 038/116/SNI/ARJ/19, da 11 Ago 79.</p>				
CONFIDENCIAL				006/12-5

Fonte: Memórias reveladas\ CISA Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica\BR_AN_BSB_VAZ_074\BR_AN_BSB_VAZ_074_0066 (1)

Nas eleições de 1982, Leonel de Moura Brizola, do PDT, foi eleito para o governo do estado do Rio de Janeiro. Nesse pleito, em Duque de Caxias o campo político era marcado pelos partidos PDT, PDS, PMBD, PTB e PT. Nessa eleição, 20.929 pessoas votaram em branco. Por muito pouco esse quantitativo não alcançou os votos recebidos pelos candidatos do PMDB. O movimento pelas Diretas-Já foi intensamente vivido em Duque de Caxias. Após dois anos de intensas manifestações, em julho de 1985 “foi aprovada a Lei n. 7.332, que estabelecia para novembro de 1985 eleições para os municípios da Área de Interesse da Segurança Nacional, as capitais de estado e as estâncias hidrominerais” (Cantalejo, 2008). Hydekel de Freitas tentou mudar a legislação para que prefeitos-interventores pudessem concorrer às eleições. O professor Juberlan Barros de Oliveira, do PDT, tendo por vice o advogado Wilson Gonçalves, foi o primeiro prefeito eleito democraticamente em Duque de Caxias.

Considerações Finais

O Município de Duque de Caxias é fortemente caracterizado por um “mosaico de culturas” e tem uma história fortemente marcada pelas resistências populares, lutas operárias, conflitos fundiários e pelas desigualdades sociais e econômicas. A partir da década de 1940, durante o Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o processo de industrialização foi incrementado dando ao território uma feição permeada por culturas diáspóricas e migrantes. Lideranças carismáticas, violentas e clientelistas marcaram as relações políticas da municipalidade desde a sua emancipação na década de 1940. No entanto, a mobilização política vivenciada desde os tempos da Escola ‘Mate com Angu’, a organização dos trabalhadores rurais, as greves da “Fenemê” durante as décadas de

1970 e 1980, a luta ferrenha do Povo de Santo por resistência no território tornam o poema de Solano Trindade ainda atual e necessário. “Tem gente com fome” em Duque de Caxias e também tem gente que luta, samba e resiste Apesar das violências e das desigualdades, a população caxiense permanece construindo projetos de futuro e de luta.

Referências

- ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP,2013.
- ALENCAR, Emanuel. *Baía de Guanabara: descaso e resistência*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll: Mórula, 2016.
- AMARO, Tania. Duque de Caxias e a história sobre trilhos: a construção de uma periferia distante. In: NASCIMENTO, Alvaro; BEZERRA, Nielson (org.). *De Iguassu à Baixada Fluminense: histórias de um território*. Curitiba: Editora Appris, 2019. p.299-322.
- BAPTISTA, M. B.; CARDOSO, A. S. Rios e cidades: uma longa e sinuosa história. *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. 20, n. 2, p. 124–153, 2016. DOI: 10.35699/2316-770X.2013.2693. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadufmg/article/view/2693>. Acesso em: 6 jun. 2023.
- BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias, RJ: APPH-Clio, 2010.
- BEZERRA, Helenita. A emancipação política de Duque de Caxias. *Revista Pilares da História*, v. 3, p. 28–36, 2003.
- CABRAL, Diogo de C. A economia madeireira no colonial tardio fluminense: uma primeira aproximação. *História Econômica & História de Empresas*, v. 10, n. 1, 10 jul. 2012.
- CARVALHO, M. M. C. de. A Escola Regional de Meriti e os debates de política educacional constitutivos da Associação Brasileira de Educação nos anos 1920. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 59-87, 2021. DOI: 10.5965/1984723822502021059. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20743>. Acesso em: 12 jun. 2023.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CORRÊA, Elisa F.; MACEDO, Marcelo Ernandez. Zé Pureza e a reforma agrária no Rio de Janeiro do pré-64. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 15, out. 2007. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/293/289>. Acesso: 12 maio.2023.

CODARIN NASCIMENTO, H. Os trabalhadores da Baixada Fluminense na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1971). *Diálogos*, v. 23, n. 2, p. 140-161, 7 jun. 2019.

COSTA, Pierre Alves; BUENO, Karoline. Caxias (RJ) dos anos 1950 aos 70: passagem de uma cidade-dormitório a cidade urbano-industrial. In: XIX Seminário de Pesquisa da Unicentro, 2008.

FADEL, Simone. Meio ambiente, saneamento e engenharia no período do Império à Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense (Tese de Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

FERNANDES, Bernardo Maçano. *A Formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *Em busca da idade de Ouro: as elites políticas fluminenses na Primeira República (1889-1939)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ,1994.

GOMES, F. dos S. “Para Matar a Hidra”: uma história de quilombolas no recôncavo da Guanabara - séc. XIX. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista Do Programa de Pós-graduação em História da UnB*, v. 2, n. 3, p. 1-31, 2019, recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27648>

LACERDA, Stélio. A emancipação do município de Duque de Caxias (Uma tentativa de Compreensão). *Revista Pilares da História* , v. 3, p. 9-27, 2003.

_____. A fábrica de tecidos do “Corte Oito”. *Revista Pilares da História*, v. 10, p. 18-23, 2010.

MAIA, Aline B. O lugar do rural na Baixada Fluminense: incorporação urbana, luta pela terra e articulações ruro-fabris em Duque de Caxias. In: MEDEIROS, Leonilde

- Servolo (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2018. p. 93-130.
- _____. *Conflitos e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988): articulações ruro-fabris na Baixada Fluminense: século XXI*. Revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 257-282, 2017. DOI: 10.5902/2236672528137. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/28137>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MARTINS FILHO, Enéas. Os Três Caminhos para as Minas Gerais. Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil da Cidade de Salvador para o Rio de Janeiro. *Revista do IHGB*, v. 1, 1965.
- MELLO, Sandra S. de Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008.348f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- MELO, Demian B. de. A primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira: 5 de julho de 1962. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis, v. 8, n. 16, p. 131–147, 2017. DOI: 10.5007/1984-9222.2016v8n16p131. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2016v8n16p131>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MIRANDA, Alexandre Silva de. Gerenciamento de bacias hidrográficas: estudo de caso da bacia hidrográfica do rio Iguaçu no município de Nova Iguaçu. *Revista Tamoios*, [S.l.], v. 13, n. 1, jul. 2017. ISSN 1980-4490. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/22675>>. Acesso em: 6 jun. 2023. doi:<https://doi.org/10.12957/tamoios.2017.22675>.
- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, L. A. A Baixada Fluminense em perspectiva microanalítica. Anos 90, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 487–534, 2005. DOI: 10.22456/1983-201X.6382. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6382>. Acesso em: 9 maio 2024.
- MONTEIRO, Vitor Hugo. Escravos da religião: família e comunidade na Fazenda São Bento de Iguassú. Curitiba: Editora Appris, 2021.

- MORAES, J. D. de. Armando Álvaro Alberto: escola nova e repressão política nos anos 1930. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, SP, v. 13, n. 53, p. 183-195, 2014. DOI: 10.20396/rho.v13i53.8640200. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640200>. Acesso em: 12 jun. 2023.
- MORAES, Maria Stela Marcondes de; OLIVEIRA, Carlos Estevão. O ossuário da “Grutado-Padre” em Itaparica e algumas notícias sobre remanescentes indígenas do Nordeste. *Boletim do Museu Nacional XIV-XVII (1938-1941)*, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942. p. 151-184.
- OLIVEIRA, R. M. et al.. Contaminação por hexaclorociclohexanos em área urbana da região Sudeste do Brasil. *Revista de Saúde Pública*, v. 29, n. 3, p. 228–233, jun. 1995.
- PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Fundação Getúlio Vargas: SEEC: Instituto Estadual do Livro. Rio de Janeiro, 1977.
- SALLES-COSTA, R. Avaliação alimentar em Duque de Caxias (RJ). *Estudos Avançados*, v. 21, n. 60, p. 135-142, maio de 2007.
- PINHEIRO JUNIOR, Jefte da Mata. *A formação do PT na Baixada Fluminense: um estudo sobre Nova Iguaçu e Duque de Caxias*. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- SANTOS JUNIOR, W. R. dos. A Injo Layo, Omo Ti Efon Farayo: patrimônio cultural da nação Efon está sendo perdido?. *Revista Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, [S. l.], v. 9, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34038>. Acesso em: 9 maio. 2024.
- SILVA, L. H. P. da. Hildebrando de Goes e sua leitura sobre História da Baixada Fluminense. *Ágora*, v. 21, n. 1, p. 106-118, 16 jul. 2019. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/agora/article/view/12418>
- SILVA, Rafael. *O Rio Antes do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Relicário, 2019.
- SILVA, Vilma Correa Amancio. Dois projetos de cidade (1920-1930): Escola Regional de Merity e a União Popular Caxiense. *Revista Pilares da História*, v. 15, p. 29-36, 2015.

SILVEIRA, Leandro Almeida. *Segregação e desigualdades socioespaciais no município de Duque de Caxias: uma análise comparativa dos bairros surgidos entre 1945 e 1952*. Rio de Janeiro: UERJ, 2018.

SEIXAS, Antônio. Algumas famílias da freguesia de São Nicolau de Suruí, no município de Magé, nos séculos XVIII a XX. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores de História e Genealogia*, n. 28, p.73-122. Disponível em: <https://www.asbrap.org.br/index.php?mpg=00.00.00>. Acesso em: 4 jun. 2023.

SOARES, M. DE C. Engenho sim, de açúcar não: o engenho de farinha de Frans Post. *Varia Historia*, v. 25, n. 41, p. 61-83, jan. 2009.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Os impactos das políticas agrárias e de saneamento na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, ano 4, n. 6, p. 17-25, abr. 2006.

TENREIRO, André (org.). *Duque de Caxias: a geografia de um espaço desigual*. Nova Iguaçu, RJ: Entorno, 2015.

TORRES, R. A morte do estudante. *Revista Pilares da História*, ano 6, n. 7, maio de 2007.

VALLE Rogério. *A Experiência da FNM*. Rio de Janeiro: GPCT/Coppe-UFRJ, 1983.

VILLAGRAN, X. S. O que sabemos dos grupos construtores de sambaquis? Breve revisão da arqueologia da costa sudeste do Brasil, dos primeiros sambaquis até a chegada da cerâmica Jê. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, [S. l.], n. 23, p. 139-154, 2013. DOI: [10.11606/issn.2448-1750.revmae.2013.107182](https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2013.107182). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/107182>. Acesso em: 4 jun. 2023.

WELCH, C. A. Vargas e a reorganização da vida rural no Brasil (1930-1945). *Revista Brasileira de História*, v. 36, n. 71, p. 81-105, jan. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/Rq5WFqd66thgrvPMwvvqJd/#>

4

NILÓPOLIS

Vinícius dos Santos Fernandes

Foto 3 – Nilópolis



Atribuição: By Wanderson S. Dantas, CC BY 3.0,
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=54500068>

Apresentação

O capítulo começa com a contextualização de Nilópolis no tempo presente, por meio da apresentação de dados estatísticos para entendermos o perfil socioeconômico da cidade. Em seguida, propõe-se uma jornada pela história de Nilópolis, através de temas principais que se consolidaram na historiografia sobre o local e de pesquisas em fontes, tais como: as aldeias dos indígenas tupinambás que habitavam a região da Baixada Fluminense; a fundação da Fazenda São Matheus, cujos

limites contribuíram para formar o território atual do município; a construção da Ferrovia Pedro II (atual Central do Brasil), que incentivou o processo de loteamento da região, a partir da criação da estação de trem Engenheiro Neiva (posteriormente Nilópolis); a emancipação em relação a Nova Iguaçu, após o fim da ditadura do Estado Novo, em 1947, e a criação da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, que constitui elemento marcante na identidade dos moradores do município. Além disso, o texto abordará o esquema de poder construído pelas famílias Abraão David e Simão Sessim e as relações que estabeleceram com a agremiação carnavalesca, o jogo do bicho e a ditadura civil-militar.

Por fim, serão abordados os desafios enfrentados pelo município nos anos atuais, assim como as perspectivas de sua superação e se buscará entender como uma cidade pequena em área territorial e com parte de seu solo bastante fragmentado, com elevado número de habitantes, mesmo que estabilizado ao longo das últimas décadas, e um perfil econômico muito concentrado no setor terciário, pode se desenvolver e garantir cidadania e direitos a todos os seus habitantes.

Retrato socioeconômico de Nilópolis atual

O município tem uma área de 19,4 km² e faz limites com as cidades de Mesquita, São João de Meriti e Rio de Janeiro. É o menor município do estado do Rio de Janeiro em território e um dos menores do país, ocupando o 5.564º lugar dos 5.570 municípios brasileiros. Esse dado é ainda reforçado quando observamos que, do total do território, apenas 9,6 km² encontram-se ocupados com uma taxa de urbanização de 100%. Os demais 10,8 km² correspondem ao maciço do Gericinó, área de administração federal, de uso do Exército Brasileiro.

Segundo dados do Censo de 2022, 146.774 pessoas residem na municipalidade, constituindo uma densidade demográfica de 7.568,40 hab/km². Uma das mais elevadas do país (17^a colocação) e a terceira maior do estado do Rio de Janeiro.

Em relação à divisão étnico-racial, de acordo com os dados do Censo de 2010, a população nilopolitana apresenta a seguinte composição: 41,67% dela se considera branca, 14,02% preta, 0,50% amarela, 43,75% parda e 0,06% indígena.¹

Em relação ao saneamento básico, 100% da população é atendida pela rede de distribuição de água. Em contrapartida, apenas 50,17% tem o esgoto coletado, e 35,4% do volume de esgoto coletado recebe o devido tratamento.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Nilópolis é de 0,771 em uma escala que vai de zero a um, classificando a cidade na faixa de alto desenvolvimento humano. Dos três fatores que compõem esse índice (renda, longevidade e educação), a maior elevação em termos absolutos ocorreu na educação, saltando de 0,414 em 1991 para 0,716 em 2010.

Em termos econômicos, as atividades da cidade estão concentradas no setor terciário, principalmente no comércio e na prestação de serviços. A maior parte da mão de obra está empregada, portanto, nesse setor; e também na administração pública municipal.

Essa característica confere à cidade um dos mais baixos Produto Interno Bruto (PIB) e PIB per capita da região metropolitana do Rio de Janeiro. Além disso, consoante certo padrão verificado em outros municípios da Baixada Fluminense, boa parte da população

¹ Como os dados do Censo de 2022 demoraram a ser divulgados e o foram apenas de modo parcial, optou-se pela inclusão dos dados obtidos no Censo de 2010 em relação à composição étnico-racial da população de Nilópolis.

economicamente ativa necessita ocupar postos de trabalho na cidade do Rio de Janeiro.

A fazenda São Matheus

A efetiva colonização do território que atualmente conhecemos como Brasil deu-se, durante o período colonial, a partir da ação da Coroa Portuguesa que tratava de dividir a terra em porções denominadas sesmarias (termo que remonta ao sesmo ou sesma, significando a sexta parte de uma porção) que eram doadas aos sesmeiros, com a finalidade de a ocupar e nela desenvolver alguma atividade econômica produtiva segundo a lógica mercantil que imperava no século XVI.

No Rio de Janeiro e no entorno da baía de Guanabara, essa estratégia de doação de sesmarias se intensificou a partir de 1565, com a expulsão dos franceses que haviam fundado uma colônia denominada França Antártica na ilha hoje conhecida como ilha de Villegagnon, na já referida baía.

Uma das regiões logo de começo exploradas foi a das bacias do rio Meriti e do Iguaçu. Nesta última houve concessões de terras desde 1566, e, em 1568, uma grande sesmaria de “3.000 braças de testada pela costa do mar e 9.000 de fundos pelo Rio Meriti” foi concedida a Brás Cubas, que por não ter tomado posse, em 1577 e em 1602 foi partilhada entre sesmeiros (Lamego apud Torres, 2008, p. 62-63).

É na sesmaria dada a Brás Cubas, e logo repartida entre outros sesmeiros, que se estabeleceu a Fazenda São Matheus, marco presente na historiografia e na memorialística sobre as origens de Nilópolis.² Além da São Matheus, outras duas fazendas formavam, de modo geral,

² Nesse mesmo texto, na seção que aborda o processo de emancipação, veremos como existe uma construção acerca da história do município que vê certa injustiça no momento de sua emancipação, já que os limites originais da fazenda não teriam sido respeitados, resultando na “perda” de parte do território para os vizinhos: São João de Meriti, Rio de Janeiro e Nova Iguaçu.

o território que hoje conhecemos como nilopolitano: a Gericinó e a do Cabral (Silva, 2023).

Fundada em 1634, por João Álvares Pereira, a fazenda dedicava-se a produção de cana e fabrico do açúcar que seria transportado até o porto do Rio de Janeiro e, em seguida, exportado para o mercado europeu.

A produção de açúcar para exportação permaneceu como atividade central da fazenda por todo o período colonial. Segundo Gênesis Torres, no relatório do marquês do Lavradio, elaborado já no século XVIII, temos o engenho São Matheus, de propriedade do alferes Ambrósio de Sousa, que tinha 50 escravos e produzia 30 caixas de açúcar e 14 pipas de aguardente.

Além de açúcar e aguardente, a freguesia de São João Batista de Meriti ainda era responsável por produzir 800 sacos de farinha, 140 sacos de feijão, 145 sacos de milho e 390 sacos de arroz (Torres, 2008).

As freguesias eram uma forma de divisão administrativa do território herdada da atuação da Igreja Católica. A edificação de uma freguesia estava associada à existência de uma igreja matriz, à qual estavam subordinadas as demais igrejas e capelas da paróquia. As pessoas que habitavam as freguesias e recebiam o acompanhamento espiritual dos padres e párocos eram chamadas de “fregueses”. No Brasil, a instituição das freguesias se dava por meio de um acordo entre o rei de Portugal e a direção da Igreja Católica, visto que existia a instituição do padroado.

As terras que hoje formam o município de Nilópolis eram parte da freguesia de São João Batista de Trairaponga, estabelecida em 1647 e a partir de 1667, denominada freguesia de São João Batista de Meriti, que incluía ainda territórios dos atuais municípios de São João de Meriti e do Rio de Janeiro (bairro da Pavuna).

A igreja matriz era a de São João de Meriti e a ela estavam ligadas as igrejas e capelas menores, como a capela São Matheus, edificada na

fazenda de mesmo nome, no ano de 1637. Essa construção existe até os dias de hoje e, mesmo após as sucessivas reformas, conseguiu manter a cruz e o sino da construção original (Torres, 2008).

A capela São Matheus e o cemitério dos escravos

No ano de 1987, durante os trabalhos de restauração da capela São Matheus, foi encontrado pelos pesquisadores Cláudio Oliveira e Marcus Monteiro um cemitério de escravos na parte externa do terreno da Igreja.

Segundo Guilherme Peres, esse cemitério destinava-se ao sepultamento dos cadáveres das pessoas mais pobres, que não dispunham dos meios nem do prestígio necessário para serem levados à Igreja Matriz, em São João de Meriti.

De acordo com os pesquisadores, muitas das ossadas encontradas pertenciam a escravizados que teriam sido acometidos pela epidemia de cólera-morbo, que assolou a região da Baixada Fluminense na metade do século XIX (Peres, 2013).

Ao longo do século XIX, a fazenda permaneceu como propriedade dos descendentes de seu fundador, tendo sido vendida, já em 1854, ao conde de Bonfim, que a transmitiu por venda a seu filho Jerônimo José de Mesquita, o primeiro barão de Mesquita, no ano de 1866. É nesse momento que a construção e instalação das ferrovias induzem transformações socioeconômicas na localidade.

A estrada de Ferro D. Pedro II e o sucesso dos loteamentos

Durante o período de extração aurífera e mineral na região das Minas Gerais, no século XVIII, a região da Baixada Fluminense foi recortada por diversos caminhos que buscavam interligar a região produtora ao porto do Rio de Janeiro. Um desses foi o caminho novo do Tinguá, cujo traçado serviu de referência para a construção da Estrada

de Ferro D. Pedro II (atual Central do Brasil), inaugurada em 1858, com o objetivo de facilitar o escoamento da produção cafeeira do vale do Paraíba, ligando-o ao porto do Rio de Janeiro, de onde seria exportado.

A chegada das linhas de trem à Baixada Fluminense provocou algumas mudanças na região. A mais imediata delas foi a decadência das regiões mais distantes das vias férreas e ligadas aos rios cujos portos eram utilizados para exportação dos gêneros agrícolas produzidos pelas fazendas durante o período colonial.

Segundo Enderson Albuquerque, quando da aquisição da Fazenda São Matheus, o barão de Mesquita objetivava ampliar suas terras na região contígua à estrada de ferro, pois já era proprietário da Fazenda Cachoeira, que hoje corresponde à parte da municipalidade de Mesquita, muito provavelmente visando ainda ao uso agrícola do solo.

Porém um surto de cólera-morbo que se alastrou pela região no ano de 1855, vitimando diversas pessoas, de escravizados a senhores de engenho, e interferindo diretamente na produtividade das fazendas, somado ao esgotamento do solo e, já no fim do século XIX, à abolição da escravidão, determinou o fim das atividades agrícolas na São Matheus (Albuquerque, 2019).

Analizando os censos demográficos existentes para o século XIX e o início do XX, Lucia Silva, relativiza essa hipótese de vazio demográfico ocorrido entre os anos de 1890 e 1910, ao mostrar, com base no censo de 1840, que os dados populacionais não destoam tanto dos auferidos em outras freguesias do Rio de Janeiro. A autora evidencia ainda que, embora tenha ocorrido certa diminuição populacional na virada do século XIX para o XX, isso não ocorreu de forma homogênea.

Lembrando que não foram encontrados os dados por distrito nos “censos” de 1900 e 1910, no período considerado como o de vazio (1890-1910), não se pode afirmar como ocorreu o declínio, mas, com base nos censos de 1890 e

1920, as principais perdas estariam nos distritos de Queimados, Cava e Santa Branca, sendo que os demais tiveram crescimento, inclusive superior 100% (como é o caso de Jacutinga). A antiga Piedade de Iguaçu (Cava) teve sua população reduzida pela metade, da mesma forma que Palmeira. Neste sentido, a historiografia pode ser ratificada apenas para essas duas localidades (Silva, 2017, p. 421).

O consenso, portanto, está no aumento populacional verificado a partir das primeiras décadas do século XX, especialmente nas áreas limítrofes entre o então Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro) e o município de Nova Iguaçu (denominação atribuída à localidade em 1916). Entre essas regiões, temos o atual território de Nilópolis. O crescimento populacional verificado nessa região está associado ao processo de loteamento da antiga Fazenda São Matheus, que se verificou a partir da década de 1910.

No ano de 1900, essa fazenda foi vendida pelo segundo barão de Mesquita ao empresário João Alves Mirandela — cujo sobrenome foi utilizado para homenagear uma das principais avenidas da cidade — e seu sócio Lázaro de Almeida. A área foi utilizada para a criação de muares e equinos, atividade já exercida por Mirandela, que tinha entre seus clientes o Exército brasileiro.

As primeiras notícias acerca do loteamento das terras da antiga fazenda remetem ao ano de 1911 e, segundo Lucia Silva, desde o início esteve ligado à construção de uma estação de trem na localidade. Ainda segundo a autora, esse processo de retalhamento que se iniciou na década de 1910 e se concluiu nos anos 1940 constituiu-se em caso ímpar na região, pois se tratou da construção de uma cidade a partir de um grande empreendimento imobiliário que se afirmou a partir das articulações entre empresários e políticos e, não obstante, pela pressão exercida pela população local no sentido de conquistar melhorias na infraestrutura urbana.

No início do século XX, a ocupação do território da Baixada passou a ocorrer por meio de dois vetores: por um lado, passou a ser entendida como local de moradia das classes trabalhadoras que já vinham ocupando os subúrbios do Rio a partir da intensificação das reformas urbanas; por outro, passou-se a incentivar a produção de gêneros agrícolas para abastecer a capital.

Sendo assim, os territórios que faziam fronteira com o então Distrito Federal, como os atuais municípios de São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias, vão sendo loteados e urbanizados já nesse início de século, enquanto as regiões mais ao interior ou mais distantes da capital vão sendo utilizadas para a agricultura, com destaque para a produção de cítricos, que atingiu seu auge em Nova Iguaçu entre 1920 e 1940.

No caso de Nilópolis, fica evidente a estratégia dos loteadores de recorrer a contatos no poder público estadual e municipal para prover a localidade da infraestrutura urbana necessária à habitação e, consequentemente, impulsionar a venda dos lotes.

A comercialização dos terrenos, desde o início, estava condicionada à construção de uma estação ferroviária na região. Esse processo foi capitaneado por Mirandela, que, além de ceder as terras, encaminhou pedido ao diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, para a construção da estação de trem, conforme noticiou o *Correio da Manhã*, no dia 17 de junho de 1912.

Pedido de uma estação para o logar S. Matheus

Os proprietários da antiga fazenda de S. Matheus, srs. João Alves Mirandella, João Diez de Lima, Victor Ribeiro de Faria Braga e Manoel Felippe da Gama, onde, dentro em breve, vão ser montadas varias fábricas, dirigiram hontem ao diretor da Estrada de Ferro Central o seguinte requerimento, que é de justiça seja despachado favoravelmente:

‘Os proprietários da fazenda S. Matheus, sita no Estado do Rio, entre as estações de Jeronymo de Mesquita e Anchieta, querendo estabelecer nos terrenos da mesma diversas fabricas, para o que já está prompto o capital necessário,

pedem a v. ex. se digne mandar àquelle logar, onde v. ex. já escolheu uma estação, para o que oferecem gratuitamente o terreno que fôr necessário.

Sendo o pedido justo e contribuindo o que se pede para a prosperidade daquela zona, esperam deferimento (*Correio da Manhã*, 17/6/1912, p. 3).

A imprescindibilidade da estação para o sucesso do empreendimento fica ainda mais evidente quando, ao observarmos os anúncios dos jornais, percebemos que, apesar das divergências em relação ao número total de lotes — entre 7 e 11 mil —, o número total de residências fica próximo à casa das centenas. Isso indica que muitos dos compradores não se instalaram na localidade inicialmente.

Vendem-se terrenos a 50\$000 cada lote de 12 metros de frente por 50 de fundos, a prestações de 10\$ mensais. O comprador entra na posse do terreno na primeira prestação. Os terrenos são da estação de Anchieta a de Jeronymo de Mesquita, E. de F. Central do Brasil. Tem água encanada, força e luz elétrica. São sete mil lotes de terrenos. Já temos vendido cinco mil e tantos lotes, por isso só temos terrenos a 1.200 metros retirados da estação. Lugar sadio, a melhor topografia dos subúrbios da E. de F. C. do Brasil. Passagem de 1^a classe, ida e volta, 1\$, e de 2^a \$600. É o melhor emprego da capital. O proprietário já fez doação de terreno para escola, correios e telégrafos, etc., e para a estação da E. de F. C. do Brasil, a qual já está sendo construída. Desde o dia 1º de fevereiro de 1914 os trens de Paracamby param nos terrenos, defronte à egrejinha de S. Matheus, kilometro 29. Os terrenos são cortados de avenidas de 15 metros de largura. As quadras são de 200x200. Tem diversas praças para jardins, havendo uma grande praça, cujo nome é Dr. Paulo de Frontin. A planta foi traçada por um hábil engenheiro. É a primeira cidade do Brasil que é construída por esta forma. Já existem cem moradores. A venda livre e desembaraçada de qualquer ônus, como prova com os documentos que se acham no escritório da fazenda. Tem um bom restaurant, de propriedade do sr. Ignacio Serra. Para a construção temos pedra e o melhor tijolo do Brasil que é o da fábrica de Jeronymo de Mesquita. Para tratar a rua da Alfândega n. 218(?), sobrado, telefone n. 361, norte. Remetem-se plantas pelo correio. N. B. — Já está em preparo um projeto para assentamento dos trilhos para facilitar o transporte da pedra. Os trilhos serão assentados nas avenidas Mirandella e Dr. Godoy, até o morro do Socorro, o logar da pedreira, e também para facilitar o transporte dos materiais para a construção, a qual é livre e desembaraçada e não paga imposto (*Correio da Manhã*, 5/5/1914, p. 8).

Conforme nos aponta Lucia Silva, até mesmo o processo de arruamento constituiu-se em atividade lucrativa aos proprietários do empreendimento, visto que foi necessário desmatar a região e essas madeiras foram posteriormente utilizadas tanto na construção das casas, quanto no fabrico de carvão e lenha para a cidade do Rio de Janeiro, atividade econômica existente em Nova Iguaçu desde os tempos coloniais.

Após a construção da estação Engenheiro Neiva, em novembro de 1914, as vendas cresceram. A denominação da estação foi feita em homenagem ao engenheiro Lucas Soares Neiva, que participou de sua edificação.

Outro elemento que contribuiu para alavancar o processo de ocupação do solo e evidencia a intencionalidade mercantil dos proprietários loteadores foi a instalação do transporte de bondes movidos a animais de tração, como os burros, ao longo da avenida Mirandela. Segundo Guilherme Peres, a distância entre os lotes que se situavam ao fim da avenida e a estação de trem impulsionava a instalação de um sistema de transporte complementar que melhorasse a locomoção da população trabalhadora que se instalou em Nilópolis.

A Companhia Carril Melhoramentos de Iguassu, responsável pelo sistema de bondes movidos a tração animal, enfrentou logo problemas para sustentar o negócio: argumentando não conseguir arcar com os custos da operação, como tratamento dos animais, despesas com funcionários e manutenção dos trilhos, arrendou a empresa para o senhor João Batista que, apesar dos esforços e investimentos realizados na recuperação da operação, não conseguiu sobreviver à chegada dos ônibus e encerrou as atividades na década de 1920 (Peres, 2014).

É interessante destacar, primeiro, que esse tipo de transporte existia na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, mas foi substituído por bondes elétricos ainda no final do século XIX, quando

foram exportados para os subúrbios da cidade e regiões da Baixada Fluminense. Segundo, como nos mostra Silva, a presença de Manoel Reis e Mirandela entre os membros do conselho fiscal da companhia responsável pelo serviço de bondes.

Um personagem muito presente nesse início de fragmentação e ocupação urbana do espaço que hoje conhecemos como Nilópolis é o coronel Júlio de Abreu, um dos primeiros a comprar e construir uma casa no espaço dos loteamentos. Não se sabe ao certo o grau de relacionamento entre Julio de Abreu e Mirandela. O que se sabe é que ele tinha relações políticas em nível estadual e federal e foi um dos principais idealizadores do “Bloco do Progresso de Nilópolis”, em 1915.

Essa organização trabalharia para dotar a região dos instrumentos necessários ao seu desenvolvimento e, como uma das estratégias para esse fim, sugeriu a mudança de nome da estação de Engenheiro Neiva, para Nilópolis, em homenagem a Nilo Peçanha. Político fluminense e presidente do Brasil na Primeira República entre os anos de 1909 e 1910, após a morte de Afonso Pena, de quem era vice, Nilo havia ocupado o cargo de presidente do estado do Rio de Janeiro (como eram conhecidos antigamente os governadores) e tinha forte ligação com as elites do norte fluminense, mais especificamente de Campos dos Goitacazes.

A mudança de nome ocorreu apenas em 1921, mas por meio dos jornais vemos que, para além de nomear a parada de trem, o nome Nilópolis era também utilizado para designar a região que, na visão dos membros do bloco, já se constituía em uma cidade.

Nilópolis: uma cidade que surge pela iniciativa popular
[...]

A ‘Gazeta Suburbana’ pede apenas aos representantes dos poderes públicos observarem a povoação a que se está formando naquela faixa de terra que no Estado do Rio limita com o Distrito Federal, na localidade denominada Anchieta.

Há quatro anos aquilo ali era uma enorme fazenda abandonada, cujo proprietário, o sr. Comendador Alves Mirandela, não podendo ou não querendo explorá-la, resolveu dividi-la em lotes, pondo-os a venda por preços baixos e em módicas prestações.

Local pitoresco, servido pela E. F. Central do Brasil, para lá afluíram dezenas de pessoas de pequenos recursos com intuito de edificarem suas habitações, desse modo melhorando as condições em que viviam.

Mas, entre os que adquiriram terras, contava-se o sr. Coronel Julio de Abreu, que, além de cavalheiro de nossa melhor sociedade, é guarda-livros³ de um dos mais importantes estabelecimentos comerciais desta capital.

Espírito empreendedor, dotado de energia, de força de vontade, o sr. Coronel Julio de Abreu, estudando com atenção o local, viu que ele se prestava a criação de uma cidade. Pensou e lançou a ideia.

Foi assim organizado um grupo de que fazem parte os srs. Coronéis Antonio Ribeiro e Victor Braga, drs. Adolpho de Albuquerque e Rocha Miranda e snr. Augusto Balsemão além de outros cujos nomes são igualmente conceituados.

Que denominação teria a nova cidade que se projetava?

O snr. Coronel Julio de Abreu, tendo em consideração o esforço que o snr. Dr. Nilo Peçanha sempre desenvolveu para engrandecer o Estado do Rio, então sob sua presidência, sugeriu o alvitre de ser dada à futura cidade a denominação de Nilópolis, em homenagem ao referido estadista fluminense. A ideia foi aceita com entusiasmo e constituído para levá-lo a efeito o 'Bloco do Progresso de Nilópolis'

[...] Quando alguma coisa já poderia ser vista de tanto esforço pessoal, o Bloco convidou o snr. Dr. Nilo Peçanha a visitar a futura cidade de que é patrono.

E ele foi. [...] Por essa ocasião duas coisas lhe foram pedidas: água e escolas.

[...]

O snr. Nilo Peçanha comprometera-se a atender. E atendeu. Nilópolis tem uma escola bem instalada, mixta e bastante frequentada, e também abundância de água [...] (*Gazeta Suburbana*, 12/4/1919, p. 3).

A reportagem aponta para um dos principais problemas enfrentados pela população da Baixada Fluminense ao longo do século XX, e que se verifica até os dias de hoje, diz respeito ao saneamento

³ Guarda-livros são os atuais contadores das empresas. Profissionais responsáveis pela administração e organizações dos livros-caixa que registravam as transações contábeis de uma organização.

básico. Notadamente, o abastecimento de água para as residências, as frequentes inundações provocadas pelo transbordamento dos diversos rios e afluentes que compõem a geografia da região e, mais recentemente, a questão da destinação dos resíduos sólidos. O principal motivo para isso foi o processo desordenado de ocupação da terra.

A reportagem que aborda a criação da futura cidade de Nilópolis aponta como uma das principais reivindicações da região o abastecimento de água. O aparente paradoxo, dificuldade para fornecer água para a população em uma região repleta de rios se desfaz quando levamos em consideração que muitos desses rios tiveram seus trajetos alterados, outros foram dessecados para diminuir as áreas alagadas e facilitar o processo de ocupação do território, como também para abastecer os habitantes da atual cidade do Rio de Janeiro.

Cumpre destacar que, já no final do século XIX, a Estrada de Ferro Rio d’Ouro (atualmente ramal Belford Roxo da SuperVia) foi construída justamente com o objetivo de auxiliar na construção de uma nova linha canalizadora de água que se originava na serra do Tinguá, com destino ao Rio de Janeiro.

Muitas dessas obras foram feitas entre os anos de 1910 e 1916, quando Nilo Peçanha exerceu a presidência do Brasil e do estado do Rio de Janeiro, a partir da criação da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense.

Essa comissão tinha o objetivo de realizar estudos e efetivar obras de saneamento como dessecamento de rios, construção de diques, canais, desobstrução e dragagem de rios, além de redirecionar os cursos de alguns rios, com vias a promover a ocupação do solo da região e seu aproveitamento para a agricultura. É nesse momento que se inicia o processo de incentivo à produção de laranjas em Nova Iguaçu.

Essa produção agrícola teria como finalidade o fortalecimento da economia do estado, que se encontrava em crise desde o declínio da produção cafeeira, e prover de alimentos a Capital Federal, localizada ainda no Rio de Janeiro (Souto, 2016).

Outro frequente problema de saneamento, as enchentes, adquiriu contornos drásticos no ano de 1916, quando, após chuvas intensas, a demora para o escoamento das águas proporcionou um estado de grande calamidade, pois a chuva destruiu as pequenas roças que auxiliavam na alimentação das famílias de trabalhadores, assim como propiciou o alastramento de doenças (Silva, 2022).

Em resposta a essa situação, despontam dos relatos dos jornais a atuação do capitão Francisco José da Silva e de um tal Baiano, em defesa dos atingidos pela enchente. Os moradores responsabilizavam os donos do empreendimento loteador e, por isso, solicitavam a eles (não ao Estado) compensações pelas perdas sofridas.

A resposta dos idealizadores da futura cidade de Nilópolis foi eliminar as lideranças dos movimentos, indenizar as famílias, realizar sua mudança entre os lotes ainda disponíveis e longe das áreas alagadas e auxiliar na reconstrução das habitações. Para garantir a continuidade da venda dos terrenos, o Bloco para o Progresso de Nilópolis se articulou para solicitar intervenções federais no local. Para isso, recorreram ao então ministro das Relações Exteriores, Nilo Peçanha. Foi efetivada, então, a drenagem e retificação do rio Bangu, na cidade do Rio, facilitando o escoamento das águas e evitando novas enchentes.

Retornando à reportagem da *Gazeta Suburbana*, é interessante perceber que, apesar do destaque conferido ao esforço dos proprietários e idealizadores na realização do empreendimento, ela não foi possível sem as articulações com os poderes públicos e, especialmente, em torno do nome de Nilo Peçanha. Por um lado, essa aproximação conferia

visibilidade e certa credibilidade ao negócio; por outro, servia como forma de angariar junto ao poder público os recursos necessários à edificação da estrutura necessária ao sucesso comercial do loteamento.

Por parte do ex-presidente, a perspectiva era de que essa associação lhe renderia frutos políticos não só por meio de votos, mas também pelo estabelecimento de laços políticos e nomeação de aliados para o exercício de cargos públicos no território. É nesse sentido que podem ser entendidas a criação do Centro Autonomista de Nilópolis, em 1919, em apoio à campanha de Rui Barbosa, e a elevação da localidade a 7º distrito de Nova Iguaçu, no ano de 1916, por solicitação do deputado Manoel Reis (representante nilista na Baixada Fluminense). Até essa data, Nilópolis formava, juntamente com São João de Meriti, o 4º distrito de Nova Iguaçu.

Com a facilidade proporcionada pelos terrenos baratos, pela ausência de regulamentação rígida acerca do uso do espaço urbano, pelo transporte ferroviário e pelas articulações entre empresários e políticos que resultaram no crescimento da venda dos lotes, muitas pessoas escolheram Nilópolis para se estabelecer, trabalhar, viver.

Os loteamentos levaram ao crescimento da urbanização do município e, como decorrência desse processo, as atividades econômicas passaram a se concentrar no setor de serviços.

Entre os que figuravam no setor de serviços, temos uma forte presença de imigrantes judaicos, que se dedicavam a diversas atividades, como alfaiatarias, armazéns, drogarias, gráficas (um dos membros dessa família judia de gráficos teve seu nome lembrado para batizar uma das vias públicas de Nilópolis, a rua Julio Berkovitz), comércio ambulante, entre outras diversas lojas que se concentravam em pontos comerciais da cidade, principalmente ao longo da rua Mena Barreto, próxima à praça Prefeito Miguel Abrão (antiga Paulo de

Frontin), região que se consolidou como o núcleo inicial de povoamento da cidade na primeira metade do século XX. Posteriormente, esses imigrantes foram se estabelecendo em outros pontos comerciais, como a avenida Getúlio de Moura, no atual centro do município, ou o entorno da estação de trem de Olinda (Raposo, 2016).

Esses imigrantes vinham da Europa Centro-Oriental, de países como Polônia, Rússia, Alemanha e Áustria, sendo conhecidos como judeus asquenazes. Eles teriam saído de seus territórios de origem por diversos motivos, como dificuldades financeiras, as perseguições religiosas, o antisemitismo, as guerras mundiais e a ascensão dos regimes fascistas na Europa.

A escolha por Nilópolis deveu-se, também, a fatores variados. Inicialmente, muitos se estabeleceram na praça Onze, no Rio de Janeiro. Depois, assim como muitos dos trabalhadores brasileiros, foram atraídos pela possibilidade de acesso facilitado a terrenos maiores para se fixarem com toda a família e construírem moradias e lojas comerciais. Pesava a favor das terras nilopolitanas, ainda, o fato de ser área próxima à cidade do Rio de Janeiro e alimentada pelo transporte ferroviário, mas que preservava certa distância das aglomerações urbanas do então Distrito Federal, facilitando, assim, a vivência da religião de forma mais livre.

Contabilizados em aproximadamente 1.000 indivíduos, divididos em 300 famílias, esses imigrantes desenvolveram uma forte comunidade nas imediações da rua Mena Barreto, onde puderam construir uma sinagoga, uma escola de ensino complementar judaico, biblioteca, clubes, açougues e lojas de demais produtos kosher, entre outras organizações e instituições que lhes permitiam a vivência de suas tradições e costumes.

Eles permaneceram em Nilópolis ao longo do século XX. No último quarto desse século, entretanto, muitas dessas famílias migraram para outras regiões do Rio de Janeiro, como os bairros que compõem a Zona Sul, em função da ascensão social obtida por meio da atividade comercial. Dessa presença, resta apenas a memória, quase invisível, materializada na sinagoga Tiferet Israel, que, apesar de se constituir em patrimônio histórico do município, segue desconhecida da maior parte da população local e se encontra em mau estado de conservação (London, 1999).

Além dos imigrantes de origem judaica, chegam no mesmo momento os imigrantes libaneses, que, a partir dos anos 1960, vão dominar o cenário político da municipalidade, os membros das famílias Sessim e Abraão David. Inicialmente, moradores do bairro do subúrbio carioca denominado Ricardo de Albuquerque, teriam se mudado para Nilópolis, muito provavelmente pela atividade de mascate (comerciante ambulante) desenvolvida pelos primeiros a chegarem à região (Bezerra, 2010).

Foi a partir do comércio ambulante que muitos imigrantes libaneses conseguiram acúmulo de capital, que investiram na compra de lojas e imóveis no município. Esse trabalho era uma estratégia utilizada por essa comunidade de imigrantes por exigir pouco investimento, instrução e apenas conhecimentos rudimentares da língua portuguesa. Dessa forma, mesmo imigrantes oriundos de áreas rurais do Líbano se dedicaram ao comércio de mercadorias de porta em porta, contando com o apoio de outros membros de sua comunidade para a compra de mercadorias, por exemplo.

Eles ficaram conhecidos no imaginário popular, até os dias de hoje, como “turcos”. Essa denominação que, por vezes, adquire conotação pejorativa, advém do desconhecimento da população brasileira sobre os

acontecimentos do Oriente Próximo, principalmente da fragmentação do Império Turco-Otomano após a Primeira Guerra Mundial, o que possibilitou a independência do Líbano.

Após as obras do período nilista, a Baixada Fluminense foi alvo da ação de uma segunda Comissão de Saneamento, já em 1933, sob o governo de Getúlio Vargas. De forma similar à da primeira investida, ainda se objetivava o uso agrícola do solo. Na visão de Hildebrando Góes, engenheiro-chefe dessa segunda Comissão, a ocupação urbana deveria ocorrer nos terrenos próximos às estações ferroviárias, os demais terrenos deveriam formar um grande celeiro que abasteceria o Distrito Federal e ajudaria a ampliar as exportações nacionais. Góes defendia ainda que a colonização das terras deveria se dar, prioritariamente, por imigrantes estrangeiros — portugueses, espanhóis, sírios, e povos oriundos dos Bálcãs.

A realização de novas obras de dragagem e retificação de rios nos anos 1930 impulsionou o processo de ocupação e loteamento do espaço da Baixada Fluminense. Dessa forma, temos o território de Nilópolis, que já vinha de um forte processo de loteamento desde os anos 1910, totalmente loteado já nos anos 1940.

O processo de emancipação

O grande município-região chegava à década de 1940 como retaguarda da cidade do Rio de Janeiro dividido entre a possibilidade de consolidar-se como um grande cinturão verde da metrópole, seja como grande exportador de laranja ou produtor de hortifrutigranjeiros, vide o Núcleo Colonial São Bento e o saneamento, cujo discurso girava em torno da expansão das terras agricultáveis; ou como periferia urbana, fruto do grande estoque de terra produzido pelo saneamento, que poderia também ser utilizado para habitação, principalmente se articulado ao preço da passagem de trem barata. Foi neste contexto de impasse em que se deu a atuação do Comandante e ocorreram as primeiras emancipações de Nova Iguaçu (Silva, 2018, p. 22).

O processo que levou à fragmentação de Iguaçu (o “município-região”, como na citação acima) e à formação do panorama político-administrativo da Baixada Fluminense ocorreu em dois momentos distintos, nos anos 1940, quando conquistam sua autonomia os municípios de Duque de Caxias, Nilópolis e São João de Meriti; e nos anos 1990, quando se tornam municípios as localidades de Belford Roxo, Japeri, Queimados e Mesquita.

Como nos mostra a citação de Lucia Silva, a realidade de Nova Iguaçu nos anos 1940 era a da formação de dois caminhos a serem estabelecidos em sua relação com o Distrito Federal: por um lado, a intensificação dos processos de loteamentos nos territórios limítrofes; por outro, a formação de grandes áreas destinadas à produção agrícola.

Isso levou à formação de um quadro político instável, já que as regiões que foram urbanizadas adquiriam mais autonomia em relação à sede do município (imediações da atual estação de Nova Iguaçu) e, ao mesmo tempo, demandavam maiores investimentos em equipamentos e serviços urbanos — arroamento, iluminação, fornecimento de água e energia elétrica, por exemplo. Investimentos esses que, por sua vez, foram sendo negligenciados pela administração municipal, que optou por privilegiar medidas de valorização da áreas produtoras de cítricos. É esse embate que abre espaço para o surgimento de novas forças políticas e, posteriormente, para as reivindicações emancipacionistas.

Segundo Simões (2007), o processo de loteamento de Nilópolis foi tão acelerado que, já em meados dos anos 1940, todo o distrito se encontrava fragmentado e desprovido de áreas rurais, tendo o último grande loteamento ocorrido em 1938. Isso deu origem ao bairro chamado Nova Cidade. Juntamente com a fragmentação do território e o aumento populacional, crescia a demanda por serviços de saúde, iluminação, fornecimento de água, transporte, entre outros. Como

destaca o autor, apenas as avenidas principais — Mirandela e Mena Barreto — estavam calçadas com paralelepípedos (Simões, 2007, p. 164).

Uma das formas encontradas pela população para reivindicar o atendimento a essas demandas foram os Comitês Democráticos Populares, que surgiram em meados dos anos 1940, muito favorecidos por esse cenário de crescimento urbano associado ao momento de democratização após a saída de Getúlio Vargas do poder e o fim da ditadura do Estado Novo, em 1945.

Embora se apresentasse como apartidária, essa instituição era capitaneada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), com o objetivo de articular e mobilizar as classes trabalhadoras através da luta por melhorias estruturais nos bairros — água, iluminação das ruas, entre outras, como podemos ver no trecho de reportagem que segue:

O prefeito de Nova Iguaçu, sr. Paulino Barbosa, recusou-se, dias atrás, a receber um memorial que lhe foi dirigido pelo Comitê Democrático de Mesquita, assinado por mais de dois mil moradores. Esse memorial continha, além de outras reivindicações, a da iluminação do bairro, considerada um dos problemas mais imediatos, por diversas razões, inclusive o fato de que, depois das 19 horas, o bairro se torna um verdadeiro paraíso de malfeiteiros.

Foi tão grande a insistência do Comitê de Mesquita, e tanto foi o apoio popular em torno daquela reivindicação, que o sr. Paulino Barbosa, livrando-se da influência que lhe era exercida pelo ex-prefeito reacionário Getúlio de Moura, resolveu marchar com o povo de Mesquita, prometendo, para dentro em breve, a iluminação do bairro.

Essa conquista vem mais uma vez demonstrar o valor dos Comitês Populares, e o quanto representa, para os mesmos, o apoio unânime da população de seus respectivos bairros. Ao contrário de alguns organismos congêneres, o Comitê de Mesquita procurou reivindicações possíveis de ser concretizadas, e, antes, de lançá-las, fez a necessária organização da massa. Promoveu comícios, colocou cartazes nas ruas, etc. Quando o prefeito de Nova Iguaçu teve conhecimento do problema, este já havia se constituído no grito unânime da população do bairro. E contra o povo organizado, em torno

de suas justas reivindicações, nada pôde fazer a reação (Tribuna Popular apud Pinheiro; Rodrigues, 2018, p. 7-8).

Para além do atendimento a essas demandas mais imediatas da população, os comitês também visavam promover a educação cultural e política dos trabalhadores, seja por meio de discussões sobre a política nacional, sessões de teatro amador e de cinema, bailes e concursos carnavalescos.

Entretanto, uma das pautas mais recorrentes nos comitês era a busca por educação, o que se concretizou em um amplo programa de alfabetização de adultos. Isso se justificava tanto pelo alto índice de analfabetismo no período — cerca de 19% da população do então Distrito Federal, representando uma população de 200 mil indivíduos, não sabiam ler e escrever —, quanto pela interdição do voto aos analfabetos. A educação de adultos consistia, portanto, em estratégia dupla de conquista de direitos — buscava garantir acesso à educação formal e à cidadania política por meio do sufrágio.

A partir do ano de 1947, os comitês vão perdendo força e se desarticulando, pois seu principal mobilizador, o PCB, havia tido seu registro cassado, assim como os parlamentares eleitos pela legenda haviam perdido seus mandatos. Isso dificultou a manutenção das atividades dessas organizações, mas essa breve existência pôde ser considerada um importante laboratório que auxiliou a população local na luta por direitos.

No mesmo ano em que os comitês se desarticulam, ocorre o processo de emancipação de Nilópolis. Os detalhes acerca desse movimento ainda precisam ser mais bem esclarecidos por pesquisas, mas é de se supor que o atendimento às demandas de desenvolvimento urbano estivesse no horizonte da população que apoiou a movimentação pela autonomia.

O que sabemos é que o principal articulador da emancipação foi o então deputado estadual Lucas de Andrade Figueira, que, no momento de elaboração da Nova Constituição Estadual do Rio de Janeiro, em 1947, propôs uma emenda pautando a emancipação do município, juntamente com São João de Meriti. Assim, Figueira passou a exercer forte influência política no período até os anos 1960, sendo conhecido como “o libertador de Nilópolis” (Araújo, 1964).

Não dispomos de muitos dados acerca da trajetória política de Lucas de Andrade Figueira. Dos poucos elementos presentes na bibliografia e outras fontes consultadas, sabemos que era semianalfabeto e dentista prático formado pelo exército. Essa profissão teria facilitado sua entrada na política em uma região carente de serviços de saúde. Com a ajuda de Getúlio de Moura, elegeu-se vereador em Nova Iguaçu e depois deputado constituinte, em 1945 (Simões, 2007, p. 164).

Foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 1947, com 2.542 votos. Votação que pode ser considerada expressiva à época, quando comparada aos 4.918 votos do candidato mais votado no mesmo pleito, o deputado pelo Partido Social Democrático (PSD) Hélio de Macedo Soares e Silva (Brasil, TSE. Dados estatísticos).

Segundo Raimundo Araújo, Figueira teria sido reeleito para o legislativo estadual em todas as legislaturas até os anos 1960. Simões (2007), por sua vez, indica sua saída da vida política municipal quando do atentado fracassado promovido por Figueira, em 1958, contra o prefeito Egídio Thuler, seu ex-aliado político (Simões, 2007, p. 165).

No meio dessa trajetória, mudou de partido, vindo a compor o PSD a partir das eleições de 1954. Os motivos para essa mudança ainda precisam ser mais bem analisados, mas segundo notícias de jornal,

depreendemos que envolvia a disputa pela direção do PTB no estado do Rio de Janeiro. Pairavam ainda sobre o deputado suspeitas de ligação com esquemas de corrupção envolvendo o financiamento de campanha por parte de exploradores de jogos ilegais e do lenocínio (*Tribuna da Imprensa*, 14/9/1953, p. 6).

Após a emancipação, o primeiro prefeito eleito de Nilópolis foi João Moraes Cardoso Júnior, que, embora aliado de Lucas Figueira, fora eleito pela União Democrática Nacional (UDN). Cardoso Júnior já havia exercido cargo de vereança na câmara de Nova Iguaçu em 1937. Após o primeiro mandato, retornou ao executivo municipal nos anos de 1954 e de 1967, quando teve seu mandato cassado e foi substituído por um representante das famílias Sessim e Abraão David (Bezerra, 2010, p. 22).

Cardoso Júnior foi sucedido por Egídio Mendonça Thuler, do PTB, ex-vereador entre 1947 e 1951. Após finalizar seu mandato frente ao executivo municipal em 1955, ocupou cadeiras no legislativo estadual até se tornar secretário de Viação e Obras Públicas no governo de Badger da Silveira, em 1962.

É presente entre os estudiosos sobre o processo emancipacionista uma narrativa que afirma que a cidade teria sofrido a perda de parte do território que, em tese, deveria conformar o município, já que pertencentes à extinta Fazenda São Matheus. Dos 22 km² originais, Nilópolis teria perdido 5,6 km² para a União; 5,6 km² para São João de Meriti e 1,8 km² para Nova Iguaçu.

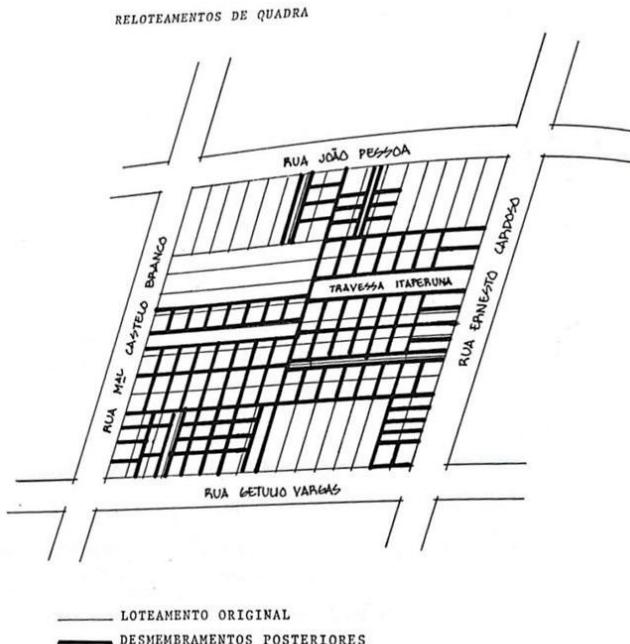
Ao observarmos a lei que cria o distrito de Engenheiro Neiva/São Matheus, em 1916 já se estabelecia o terreno por onde passavam as linhas de transmissão da Companhia Light and Power como divisor entre ele e o quarto distrito, denominado São João de Meriti. O que corrobora a tese de que é o território estabelecido no momento de

criação do distrito, e não o da antiga fazenda, que serve de parâmetro para o estabelecimento das fronteiras do município.

Ao associar o passado colonial da extinta Fazenda São Matheus ao atual território municipal, essa versão aponta para o que seria um dos principais problemas da cidade desde, pelo menos, a década de 1960: a falta de espaço para seu crescimento e desenvolvimento; para a instalação de grandes indústrias, por exemplo.

Essa falta de espaço útil levou, ao longo dos anos, à diminuição dos lotes nos empreendimentos e à fragmentação dos lotes iniciais em porções menores a partir dos anos 1950, à medida que o processo de adensamento populacional foi se desenvolvendo.

Imagen – Intensificação do processo de repartição dos lotes



Fonte: Fundrem. Unidades Urbanas Integradas de Oeste: plano diretor de Nilópolis. Rio de Janeiro, V. 3, 1977, p. 26.

Já nos anos 1970, para tentar resolver esse problema espacial, o então deputado federal Simão Sessim propõe a desapropriação das terras e sua utilização por parte do poder municipal. Segundo relatório do Serviço Nacional de Informações, o SNI

Na década de 70, os irmãos SIMÃO e DAVID SESSIM, políticos da região, com a finalidade de promoção eleitoral, apresentaram um anteprojeto no Congresso Nacional para a desapropriação de parte daquela área, de modo a permitir melhor acesso de OLINDA e NILÓPOLIS à zona da Barra da Tijuca. O município de NILÓPOLIS possui cerca de 09 km² de extensão e a área militar é aproximadamente 12 km². Por essa razão, SIMÃO e DAVID achavam ser viável a concessão pelo Exército de parte de suas terras (SNI, Ocupação do Gericinó. Arquivo Nacional. 13456/86, p. 2).

Em outro momento desse texto, será vista uma nova tentativa de utilização do território da União, dessa vez por parte de movimentos sociais que estavam se articulando no município. Por ora, ressalte-se que esse projeto não foi aprovado e o campo do Gericinó permaneceu área do Exército brasileiro, como é até os dias atuais. Em 2009, parte do Campo de Instrução Militar foi usado para criar o Parque Natural do Gericinó, que buscava impedir o avanço das construções irregulares na região e a sua preservação ambiental, além do seu uso voltado para o lazer.

A menção a um documento do SNI e da atuação das famílias Sessim e Abraão David nos remete a um novo capítulo da história da cidade, que envolve a articulação entre política local, jogo do bicho e a Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis.

O poder das famílias Sessim e Abraão David em Nilópolis

A entrada na política institucional, a contravenção e as relações com a ditadura militar

Inicialmente, é preciso fazer uma distinção. São duas as famílias que exercem forte controle político sobre o município de Nilópolis: a Sessim David e a Abraão David. Elas não são ligadas por laços de consanguinidade e percorreram caminhos diferentes para se estabelecerem hegemonicamente na região. Enquanto o braço dos Sessim David ocupou a política institucional, os Abraão David cresceram economicamente por seu envolvimento com a contravenção. Ao longo dos anos, temos o envolvimento dos Abraão David com a política institucional, especialmente na ocupação do poder executivo de Nilópolis, porém não temos evidências do envolvimento de membros dos Sessim David com o jogo do bicho. O ponto de encontro das duas famílias ocorre no estabelecimento de uma forte rede de poder no município se valendo dos espaços conquistados na política institucional, no dinheiro obtido com a contravenção e no prestígio e projeção conferidos pela direção da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis.

No ano de 1962, um membro da família Sessim, o médico Jorge David conseguiu se eleger deputado estadual pelo Rio de Janeiro, sob a legenda da União Democrática Nacional (UDN). Um dos motivos para sua eleição teria sido a grande popularidade que conquistou prestando atendimentos de saúde à população sem cobrar.

Simão Sessim, por sua vez, filiou-se à UDN no mesmo ano e, a partir da decretação do bipartidarismo pelo Ato Institucional nº 2, tornou-se membro da Arena, o partido da situação. Ocupou a direção do Instituto de Educação Rangel Pestana, unidade escolar que existe até hoje na cidade de Nova Iguaçu, entre 1964 e 1969, quando assumiu a

Secretaria de Educação do mesmo município e nela permaneceu até 1970. Nesse mesmo ano, foi alçado à chefia do Gabinete Municipal de Nova Iguaçu, no governo do interventor Ruy Queiroz. Foi prefeito de Nilópolis entre 1973 e 1978. Após ocupar o executivo municipal, foi reeleito seguidas vezes para o cargo de deputado federal até o ano de sua morte, em 2021.

Segundo Luiz Anselmo Bezerra e José Cláudio Alves, durante a ditadura militar, a Baixada Fluminense foi alvo de uma forte reestruturação política de cunho intervencionista, que visava suprimir, enfraquecer ou cooptar as oposições presentes e futuras ao regime. Dessa forma, prefeitos e vereadores foram perseguidos e cassados, câmaras de vereadores foram fechadas e, quando não, interventores foram designados para a região. Essa ação por parte da cúpula militar teria aberto caminho para a ascensão política das famílias Abraão e Sessim, ambas de origem sírio-libanesa.

O marco inicial da intervenção militar em Nilópolis se dá com a cassação, ainda em 1964, do prefeito Eracydes Lima de Carvalho, que embora não tivesse tendência política esquerdista, como recorda um dos colaboradores desta pesquisa, viu-se obrigado a deixar o cargo. Com isso, ocupou a vaga o então Procurador Geral de Nilópolis, João Batista da Silva, que ficou à frente da prefeitura entre 1964 e 1966. Até o fim do mandato, em 1967, assumiram o vice Zélio Sabino Barbosa, e ainda em 66 o interventor Francisco Gonçalves Filgueiras (Bezerra, 2010, p. 24).

As intervenções eram constantes e, mesmo quando algum membro do partido da oposição consentida, o MDB, alcançava a prefeitura, como foram os casos de João Moraes de Cardoso Júnior (1967-1970) e João Batista da Silva (1977-1981), não podemos entender isso como o exercício de um governo de resistência à ditadura. Isso porque o MDB do Rio de Janeiro era dominado por Chagas Freitas, que aderiu ao golpe em 1964.

Essa presença dos Sessim David e sua ligação com a institucionalidade estabelecida pelos militares durante o período da ditadura permitiu o crescimento das atividades contraventoras por parte dos Abraão David.

Breve história do jogo do bicho

Segundo os relatos mais tradicionais, o jogo do bicho teria surgido com o Barão de Drumond, quando da criação do jardim zoológico no bairro de Vila Isabel, no final do século XIX. Para promover o zoológico, foram colocados bichos nos bilhetes comprados para acessar o estabelecimento e, ao fim do dia, um bicho era sorteado. Quem tivesse o bilhete com o bicho premiado recebia o prêmio.

Após ganhar popularidade, o jogo do bicho foi proibido e, desde os anos 1940, passou a ser uma atividade exercida de forma ilegal e clandestina, sendo tipificada como contravenção penal, segundo artigo 58, da Lei n. 3.688/1941.

Antes dos anos 1960 e o crescimento do jogo do bicho, a atividade era realizada em pequenas bancas, com diferentes donos. Em Nilópolis, os mais lembrados pelos relatos orais coletados por Luiz Anselmo Bezerra eram Faraco e “seu” Ângelo. Este último teria sido o primeiro a contar com a colaboração de “Anísio” para o desenvolvimento da contravenção. A atividade do jogo do bicho era conjugada com atividades legais, como estabelecimentos comerciais, apostas em corridas de cavalo, loterias oficiais, entre outras. A convivência entre esses pequenos bicheiros dependia de acordos de pontos de exploração do jogo e da relação estabelecida entre os bicheiros e a polícia. Por meio do pagamento de propinas, os policiais poderiam fechar pontos de bicheiros rivais.

Antes de se envolver com o jogo do bicho, especula-se que Anísio tenha se envolvido com o tráfico de entorpecentes. Sua ascensão se deveu a dois fatores: primeiro, a tomada de pontos e bancas de jogo por

meio da violência; segundo, a política de limpeza realizada pela ditadura que, ao prender inúmeros bicheiros da região, teria aberto caminho para a ampliação do domínio da família Abraão David na contravenção da cidade, já que a família dispunha de uma boa rede de contatos no governo. Essa relação com o regime militar garantiria certa cobertura para as atividades ilegais do jogo do bicho, como a possibilidade de ele se desenvolver sem a constante intervenção policial.

De parte dos chefes militares, mesmo com a operação moralizante de combate à criminalidade que se desencadeou a partir de meados dos anos 1960, é possível perceber que o combate aos ditos “subversivos” — militantes de organizações de esquerda, políticos que atuavam na clandestinidade, líderes sindicais, intelectuais, entre outros — instituiu-se como prioridade máxima do regime, especialmente após a decretação do Ato Institucional nº 5, em 1968. Dessa forma, é possível entender que o regime fizesse “vistas grossas” para as atividades ilícitas do bicho em troca de informações que pudessem levar à prisão de pessoas associadas ao combate à ditadura.

Isso não quer dizer que essa ligação tenha sido direta e sem sobressaltos. Anísio esteve preso em 1972 e foi investigado diversas vezes em inquéritos militares organizados pelos setores de inteligência das forças armadas.

Já a informação número 965/75, do Departamento de Polícia Federal, encaminhada ao DGIE, da 2^a seção do I Exército, confirma que “Anísio Sessim é realmente contraventor do chamado jogo do bicho, possuindo vários pontos, nos bairros de Nilópolis, São João de Meriti e Anchieta”. O relato diz que Anísio “desenvolve suas atividades criminosas, sob a proteção de parentes, todos descendentes de sírios”. E avança: “Com referência ao tráfico de entorpecentes, supõe-se que o mesmo exista, considerando o comentário dos moradores vizinhos, porém, nada de concreto foi apurado nesse sentido” (Jupiara; Otávio, 2015, p. 83).

Em alguns relatos da inteligência, o nome de Anísio aparece com o sobrenome da família Sessim. Só ao longo dos anos é que essa confusão foi sendo desfeita. O que cumpre destacar, por ora, é que era de conhecimento dos setores de inteligência das polícias e do exército as atividades de contravenção desempenhadas, por Anísio, assim como a proteção que ele desfrutava por parte das autoridades locais e de seus familiares que ocupavam cargos políticos.

Outra evidência da ligação dos Abraão David com elementos da ditadura é o fato de que muitos agentes da repressão passaram a fazer parte da segurança pessoal do bicheiro ou a ocupar cargos na agremiação carnavalesca da qual Aniz Abraão David, o Anísio, tornou-se presidente de honra, em 1975, a Beija-Flor de Nilópolis (Jupiara; Otávio, 2015).

A Beija-Flor de Nilópolis e sua relação com os Abraão David

Inicialmente, a Beija-Flor não era uma escola de samba, mas um bloco de carnaval criado, segundo relatos de antigos componentes recolhidos por Luiz Anselmo Bezerra, em dezembro de 1948, para brincar o carnaval do lado da cidade no qual se localizava a rua Mirandela. O núcleo inicial, centro antigo de Nilópolis, era a praça Paulo de Frontin, onde se localizavam os imigrantes judeus e as principais lojas. O carnaval era desfrutado nessa praça.

É a partir dos anos 1960 que o lado da via férrea onde atualmente se localizam a prefeitura e o calçadão vai adquirindo projeção e a avenida Getúlio de Moura passa a se constituir como principal via de ligação Nilópolis com os demais municípios. Contribuem para isso a queda da produção de laranja em Nova Iguaçu e o crescimento do loteamento das terras antes destinadas à produção citricultora.

O então bloco carnavalesco surgiu a partir das redes de sociabilidade e espaços de encontros e lazer disponíveis à população da região, como bares, clubes, praças. Contando em sua maioria com a presença de pessoas negras e trabalhadoras entre seus componentes nessa fase inicial, a experiência de fruir o carnaval do bloco contrastava com os espaços de lazer utilizado pelas elites do local, como o Clube Nilopolitano, que existe até os dias de hoje.

A Beija-Flor se tornou escola de samba em 1954, pela atuação de Silvestre Davi da Silva, o compositor também conhecido como Cabana, cuja família migrou do bairro carioca do Rio Comprido. De 1954 a 1972, dois presidentes se destacam: José Rodrigues Sennas, que assumiu o posto até meados dos anos 1960, e Heitor Silva.

Sennas era um comerciante da região que, mesmo não fazendo parte do grupo dos fundadores do bloco e da escola, foi escolhido como presidente pelas suas relações com os demais comerciantes locais, por poder fornecer o espaço para os ensaios e o desenvolvimento das atividades da escola, assim como por conferir certo ar de respeitabilidade à agremiação, visto que se tratava de alguém com experiência administrativa e não oriundo do mundo do samba, que, apesar de já contar com forte presença na vida cultural do Rio de Janeiro, ainda sofria com o estigma da malandragem.

Já o segundo presidente da escola, Heitor Silva, era arrendatário de um ponto de jogo do bicho e proprietário de um bar, mas nesse momento as relações entre a contravenção e as escolas de samba ainda não eram tão fortes. Isso só veio a ocorrer quando Nelson David, irmão de Aniz Abraão David — o Anísio, veio a assumir a diretoria da escola, já no ano de 1972.

Segundo relatos coletados por Bezerra, Anísio já tinha uma experiência pregressa de envolvimento no carnaval, por ter sido

presidente do bloco Centenários de Nilópolis. Ele chegou a ser presidente da Beija-Flor nos anos 1960, mas teria agido de forma mais indireta, sem os holofotes e a tomada da administração efetiva da agremiação carnavalesca.

Nos primeiros anos, que Luiz Anselmo Bezerra denomina “anos de sacrifício”, as atividades da escola estavam muito voltadas para a vida em comunidade; por meio dos relatos orais colhidos pelo autor, percebemos que havia presença regular dos integrantes na quadra da escola para a comemoração de aniversários, organização de bailes, entre outras atividades não diretamente ligadas ao carnaval e sua realização, mas que serviam como momentos de fortalecimento dos laços comunitários.

Esse “sacrifício” poderia ser visto, inclusive, nas dificuldades que a escola sofria para poder realizar seu carnaval, principalmente em relação ao dinheiro necessário à elaboração de fantasias e alegorias, compra de instrumentos, entre outros custos, que os componentes tentavam suprir por meio de doações próprias ou recolhidas em meios aos representantes do comércio local através da passagem do “livro de ouro”.

Segundo Enderson Albuquerque, apesar das dificuldades, no seu primeiro ano disputando um título (1954), a Beija-Flor é campeã do então Grupo Dois. De 1955 a 1960, ela se mantém no grupo principal, mas nunca nas melhores posições. Ela é rebaixada, em 1960, para o Grupo Dois e, em 1964, para o Grupo Três, em que permanece até 1967.

Quando consegue retornar ao Grupo Dois, em 1968, a família Abraão David se aproxima oficialmente dela, com Anísio Abraão assumindo a presidência de forma interina durante este ano. Porém, nem mesmo os investimentos da família foram suficientes para melhorar a situação da escola nesse primeiro momento. Ela fica no grupo de acesso até 1973, quando consegue

se classificar no segundo lugar e voltar para o grupo principal (Albuquerque, 2019, p. 91-93).

A superação desse desempenho irregular só ocorreu com a entrada oficial da família Abraão David na agremiação carnavalesca, o que ocorreu de forma gradativa. Primeiro, através de Nelson David, cuja entrada na Beija-Flor se deu a partir de seu relacionamento amoroso com Marlene, filha de José Rodrigues Sennas, o primeiro presidente da escola. É a partir de sua administração que a escola vai, gradativamente, modificando seu perfil. Especialmente em três pontos: ocorre uma mudança nos desfiles, que passam a ser glamorosos, adquirindo essa conotação de espetáculo; é estabelecida uma forte relação com o jogo do bicho e, ainda, a escola passa a ser questionada por suas ligações com a ditadura civil-militar que se instalou no Brasil em 1964 e durou até 1985.

Os três primeiros anos da administração de Nelson David foram marcados pela realização de desfiles que enaltecia as realizações do governo militar. Em 1973, a escola conquista o vice-campeonato do Grupo Dois defendendo o enredo “Educação para o desenvolvimento”, no qual abordava e enaltecia os feitos do regime militar na educação, como a criação da Cidade Universitária, atual campus do Fundão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), criado em 1967.

Graças ao desempenho nesse ano, a Beija-Flor se credenciou para desfilar entre as grandes escolas cariocas no ano seguinte, quando optou por levar à avenida o enredo “Brasil ano dois mil”, no qual abordava as obras de infraestrutura realizadas pela ditadura e as enaltecia como fundamentais para o desenvolvimento e o progresso do país.

Já em 1975, no enredo “O grande decênio”, eram celebradas as realizações dos 10 anos do regime militar em diversas áreas: transporte, educação, indústria, comércio, entre outras.

Por essa defesa, a agremiação recebeu a alcunha de “escola oficial do regime” e despertou a antipatia de muitos setores da intelectualidade e da mídia brasileira, que faziam oposição à ditadura.

Apesar dos enredos ufanistas e das fortes ligações familiares com setores do governo, a Beija-Flor conquistou apenas o sétimo lugar nos carnavais de 1974 e 1975. Esse desempenho pode ser utilizado para relativizar o nível de envolvimento da escola com o regime. Em contrapartida, o fato de uma escola pequena e desconhecida ter permanecido no grupo de elite do carnaval pode ser elencado para evidenciar a força dessas relações políticas.

Além disso, esses três primeiros carnavais cumpririam a função ampliar a projeção e a *performance* da escola no carnaval, o que de fato ocorreu a partir do ano de 1976, quando o carnavalesco Joãosinho Trinta foi contratado e se estabeleceu de forma mais incisiva o patrocínio de Anísio, com a transferência de grande soma de recursos oriundos do jogo do bicho para a realização do carnaval. Fatores que, somados, conferiram à escola seu primeiro título no carnaval, com o enredo “Sonhar com rei dá leão” (Bezerra, 2010).

A partir de então, a Beija-Flor teve uma ascensão meteórica, conquistando o tricampeonato com os títulos de 1976, 1977 e 1978. Ao todo, são 13 títulos do Grupo Especial, lugar de onde a escola nunca mais saiu. Ainda como parte desse crescimento, uma nova quadra foi construída e inaugurada em 1987. Ela é considerada a maior das quadras entre as escolas de samba do Rio de Janeiro.

A relação estabelecida entre as famílias e a agremiação carnavalesca pode ser entendida como uma forma de conferir

legitimidade e uma imagem positiva na localidade, limpando o passado ligado ao jogo do bicho. Esse movimento não foi feito apenas pelos Abraão David, com a Beija-Flor, mas a partir dos anos 1970, muitos bicheiros passaram a se tornar patronos de escolas de samba, como Castor de Andrade, na Mocidade Independente de Padre Miguel, Miro Garcia, no Salgueiro, e capitão Guimarães, na Vila Isabel. Esse grupo, por sinal, passou a compor o que ficou conhecido como a Cúpula do Jogo do Bicho no Rio de Janeiro.

O prestígio do clã Abraão Sessim David é complementado por meio do desenvolvimento de práticas assistencialistas, como a criação da creche Júlia Abraão David, em 1978, em alusão à mãe de Anísio; do Educandário Abraão David, em 1987; além dos inúmeros favores prestados de forma individual, como dinheiro, empregos, indicações para médicos, entre outros.

O crescimento da escola e seu controle pelos membros das referidas famílias, por certo contribuem para consolidar o poder político destas na região. Além disso, acaba por se constituir em forte elemento identitário para o município. A Beija-Flor foi a primeira escola de fora da cidade do rio de Janeiro a ser campeã do carnaval. Isso contribuiu sobremaneira para conferir conotação positiva aos nilopolitanos.

Essa identificação entre a escola e os moradores pode ser vista em diversos estabelecimentos comerciais pela cidade, que inserem em seus nomes o pássaro que designa a escola azul e branco. Essa associação, porém, não foi feita apenas de forma desinteressada pela população. Os políticos do clã também obtiveram sucesso em promover essa associação direta entre o município, a escola de samba e as famílias descendentes de libaneses, como podemos constatar, por exemplo, a partir da junção do beija-flor aos monumentos de entrada da cidade.

**Imagen 1 – Foto de placa na entrada de Nilópolis com
beija-flores ao lado do nome da cidade**



Fonte: Acervo do autor.

As ligações com os governos militares, os lucros obtidos com a prática da contravenção, reinvestidos em campanhas políticas, as práticas clientelistas e assistencialistas e o prestígio e legitimidade conferidos pelo crescimento da Beija-Flor são os elementos que solidificam as redes de poder das famílias Abraão e Sessim David em Nilópolis.

O primeiro representante das famílias que desempenhou o cargo de prefeito no local foi, como vimos, Simão Sessim, entre 1973 e 1978. Desde então, a política do município vem sendo exercida ou por membros efetivos das famílias ou por pessoas a elas ligadas. “Assim, desde 1973, em apenas oito anos o executivo municipal não esteve sob o comando dos libaneses ou de quadros políticos que se lançaram na política em associação com a família.” (Albuquerque, 2019, p. 245)

Os oito anos aos quais o autor se refere correspondem aos mandatos de João Batista da Silva (1977-1981) e Alessandro Calazans (2013-2016). Nesse período, os membros das famílias que foram prefeitos em Nilópolis foram: Miguel Abraão David (1983-1988), dr. Jorge David (1988-1992), Farid Abrão David (2001-2008 – dois mandatos), Sérgio Sessim (2009-2012) e o retorno de Farid entre 2017 e 2020. Atualmente (exercício 2021-2024), está terminando seu mandato Abraão David Neto, também conhecido como Abraãozinho, filho de Miguel Abraão.

Entre os mandatos de Jorge David e Farid Abrão, tivemos as eleições de Manoel da Silva Rosa, o Necá, que governou de 1992 a 1996, e José Carlos Cunha, cujo mandato durou de 1996 a 2000. A vitória de Leonel de Moura Brizola para governador do Estado teve influência decisiva no desempenho eleitoral de Necá. Em sua trajetória política, porém, ele não estava longe da esfera de atuação das famílias David, visto que havia sido o vereador mais votado na localidade, em 1982, pelo mesmo partido de Jorge David, de quem também foi vice-prefeito.

O mesmo pode-se dizer de José Carlos Cunha, que foi eleito como decorrência da boa avaliação do governo de Necá, de quem era aliado político, mas que já havia sido secretário de Governo de Miguel Abraão; e de Osvaldo Costa, conhecido como Ratinho, que foi prefeito interino em 2012 em função de problemas de saúde de Sérgio Sessim, de quem era vice (Albuquerque, 2019b).

Esse domínio político não ocorre, porém, em condição ausente de contestações, nem quer dizer que a população aceite essa situação de forma passiva e acrítica. Em documento confidencial gerado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI), datado de 26 de agosto de 1986, lemos o seguinte:

A área de Gericinó, que se limita com os municípios de OLINDA e NILÓPOLIS/RJ, vem sendo alvo do movimento dos “sem-terrás”, os quais contam com o apoio da PASTORAL DA TERRA (PT) da Diocese de NOVA IGUAÇU/RJ, que vem tentando sensibilizar as autoridades competentes para que o Exército conceda parte de suas terras para a realização do projeto de assentamento dos trabalhadores rurais da região. [...]

liderados por Frei ATAMIL VICENTE DE CAMPOS (SDQ), e pelo Deputado Estadual GOUVEIA FILHO (PDT), assumiram a organização do “MOVIMENTO DE INVASÃO DAS TERRAS DE GERICINÓ”, mobilizando elementos que se identificam com a luta dos trabalhadores rurais.

O movimento dos sem-terrás de NILÓPOLIS já conta com o apoio da igreja, dos mutirões e das COMUNIDADES ECLESIASIAIS DE BASE (CEBs) do município de NOVA IGUAÇU/RJ (AN, 1986, p. 2).

Chama a atenção, além da tentativa de uso e ocupação de área militar em momento imediatamente após a saída do último presidente militar, João Batista Figueiredo, a articulação com a Igreja Católica, que, desde o fim dos anos 1960, havia feito a opção de se voltar para os mais pobres e se envolver mais diretamente nas lutas pelos direitos dessas populações, e também com os movimentos de associações de bairro, que se espalhavam por toda a Baixada nesse período, como o Movimento de Amigos de Bairro (MAB), em Nova Iguaçu, o Movimento União de Bairros (MUB), em Duque de Caxias, e a Federação de Associações de Moradores de São João de Meriti (ABM).

Temos indícios de que também se objetivou a criação de uma Federação de Associações de Moradores em Nilópolis. Segundo informe do SNI, de 27 de outubro de 1988:

A PRÓ-FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE NILÓPOLIS (PRO-FAMN) foi criada com a finalidade de congregar as associações de moradores daquele município, sob a orientação de Thales do Couto Filho, advogado e membro do Diretório Municipal do Partido Socialista Brasileiro (PSB/Nilópolis).

A entidade está em fase de estruturação, não possui uma sede definitiva e seus membros reúnem-se, periodicamente, no Centro de Estudos do posto

de Assistência Médica, localizado na rua Alberto Teixeira da Cunha, 354 – Centro/ Nilópolis/ RJ (AN, 1988, p. 2).

Ainda segundo o relatório, a federação não tinha uma diretoria efetiva e os trabalhos eram conduzidos por um grupo de colaboradores, entre os quais um filiado do Partido dos Trabalhadores (PT), um do Partido Socialista Brasileiro (PSB), um do Partido da Frente Liberal (PFL), além de duas coordenadoras do Conselho Municipal de Saúde e um funcionário do Inamps – Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social.

Ainda não temos pesquisas suficientes para compreender a dinâmica de funcionamento dessa federação, assim como da atuação das associações de moradores no município, dos partidos políticos que se associaram ou não a essas associações, quais as demandas colocadas por essa população. Por ora, cumpre apenas destacar sua existência e esperar por novos estudos que se debrucem sobre a temática.

Considerações finais

As pesquisas mais recentes vêm auxiliando a incorporação de novos elementos aos já consolidados sobre a História e a historiografia sobre a cidade de Nilópolis. A Fazenda São Matheus e sua capela, que cumprem o papel de dar antiguidade a uma história que, no entanto, não se desenvolveu de forma linear, pois em nada está ligada à construção da ferrovia, da estação de trem e às relações estabelecidas entre políticos e empresários da Primeira República, que foram responsáveis pelo primeiro caso de “sucesso” de loteamento do território da Baixada. Um processo tão intenso e definidor que talvez possa ser utilizado como marco histórico de fundação do município.

Um processo de emancipação que, embora ligado às transformações em curso nos anos 1940 em Nova Iguaçu, ainda carecem de estudos que possam esclarecer quem era essa elite a demandar autonomia política, assim como os motivos para essa separação e o papel dos moradores nesse processo.

O menor e mais urbanizado dos municípios do Rio de Janeiro, já que mais da metade de sua área compõe o campo de instrução militar do Gericinó, é marcado ainda pela hegemonia política do clã Abraão Sessim David, de imigrantes libaneses que se estabeleceram na região nos anos 1920 e que cresceram através da atividade comercial, mas também pela forte ligação com a contravenção do jogo do bicho, com a ditadura militar e com o mundo do samba através da Beija-Flor.

Atualmente, está em curso um processo de transferência do poder para os herdeiros das famílias que dominam a localidade. As perguntas que ficam são se essa operação ocorrerá de forma satisfatória e, se sim, até quando.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Enderson. De fazenda São Matheus a princesinha da Baixada: o processo de formação territorial do município de Nilópolis (RJ). *Revista Pilares da História*, ano 18, nº 17, p. 15-25, out, 2019a.

ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves. *Votar em rei dá Abraão: identidade e poder na Baixada Fluminense a partir da Beija-Flor de Nilópolis*. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019b.

ALVES, José Cláudio de Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.

ARAÚJO, Raimundo. *Figuras e fatos de Nilópolis*. Rio de Janeiro: Revista Continente Editora, 1964.

- BEZERRA, Luiz Anselmo. *A família Beija-Flor*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2010.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral (TSE). *Dados estatísticos: eleições federal, estadual e municipal, realizadas no Brasil a partir de 1945*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EdUSP, 2013.
- FICO, Carlos. *História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais*. São Paulo: Contexto, 2019.
- JUPIARA, Aloy; OTÁVIO, Chico. *Os porões da contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- LONDON, Esther. *Vivência judaica em Nilópolis*. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- NILÓPOLIS. *Estudos socioeconômicos. Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. TCE/RJ, 2021
- OLIVEIRA, Cláudio. Nilópolis. In: TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. Rio de Janeiro: Inepac, 2008, p. 205-207.
- PERES, Guilherme. A Estrada de Ferro D. Pedro II. In: TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense a construção de uma história: sociedade, economia, política*. Rio de Janeiro: Inepac, 2008, p. 144-146.
- PERES, Guilherme. Bondes em Nilópolis. *Revista Pilares da História*, ano 13, edição especial, p. 59-60, set, 2014.
- PERES, Guilherme, Cemitério de Escravos em Nilópolis. **Revista Pilares da História**, ano 12, nº 13, p. 52-55, mai, 2013.
- RAPOSO, Fernanda Capri. Judeus em Nilópolis: História e Memórias. *Revista Pilares da História*, ano 15, edição especial, p. 24-30, maio 2016.

SANTOS, Henrique Buy dos. Os comitês democráticos populares na Baixada Fluminense (1945-1947). In: GARCIA, Graciela; SALES, Jean; SILVA, Lúcia (orgs.). *Capítulos da História da Baixada Fluminense: ensino e pesquisa na licenciatura de História do campus de Nova Iguaçu*. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2013. p. 51-70.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. As emancipações políticas na década de 1940 e a construção de uma periferia: o caso de Duque de Caxias. *Revista Mosaico*, v. 9, n. 2, supl. 19-25, jul./dez. 2018.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Baixada Fluminense como vazio demográfico?: População e território no antigo município de Iguáçu (1890/1910). *Revista Brasileira de Estudos de População*, [S. l.], v. 34, n. 2, p. 415-425, 2017. Disponível em: <https://rebep.emnuvens.com.br/revista/article/view/1049>. Acesso em: 8 mar. 2024.

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Três histórias de chuva na periferia: história e meio ambiente na Baixada Fluminense. In: RAMOS, Diná Andrade Lima; PEREIRA, Denise de Alcântara (orgs.). *Territorialidades, políticas e sustentabilidade: agenda e questões contemporâneas*. Ponta Grossa, PR: Atena, 2022. p. 213-227.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita, RJ: Editora Entorno, 2007.

SOUTO, Adriana Branco Correia. *As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense: 1910/1933*. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2016.

Jornais

Nilópolis: uma cidade que surge pela iniciativa popular. *Gazeta Suburbana*, ano IX, n. 487, 12/04/1919, p.3

Documentos para a Comissão do Jogo. Feio protesta contra a atuação de Nereu. *Tribuna da Imprensa*, 14/ 09/ 1953. P. 6.

Documentos

Arquivo Nacional. Movimento de invasão das terras de Gericinó. Fundo: SNI. 26/8/1986

Arquivo Nacional. Pró-Federação das Associações de Moradores de Nilópolis. Fundo:
SNI. 27/10/1988.

IBGE. Nilópolis. Disponível em: cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nilopolis. Acesso em:
10/01/2024.

5

SÃO JOÃO DE MERITI

Vinícius dos Santos Fernandes

Foto 4 – São João de Meriti



Atribuição: By Junius - Own work, Public Domain,
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=9411828>

Apresentação

O presente capítulo tem por objetivo retomar a história da cidade de São João de Meriti para compreender o rápido processo de urbanização que teve início na virada do século XIX para o XX, com a construção das ferrovias e os loteamentos, seguidos de vertiginoso adensamento populacional ocorrido a partir dos anos 1950, que implicou a conformação de um território carente de serviços essenciais de infraestrutura urbana, como saneamento básico, sistema de transporte, pavimentação de ruas, acesso a educação, saúde e emprego.

Para além de um inventário de carências, busca-se revelar as estratégias delineadas pela população para enfrentar e superar as adversidades colocadas pelas diferentes conjunturas econômicas e políticas ao longo do tempo. Assim, são apresentados movimentos de associações de moradores, movimentações de mulheres nos espaços da política institucional, movimentos negros em luta por ações afirmativas, entre outros.

Retrato socioeconômico contemporâneo

O apelido “formigueiro das Américas” foi atribuído a São João de Meriti, em virtude de sua elevada densidade demográfica — durante a segunda metade do século XX, chegou a ser a maior entre as cidades da América Latina. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), sua população foi estimada em 440.962 pessoas que ocupam um território de 35,216 km², perfazendo 12.521,64 habitantes por km².

Atualmente, essa taxa lhe confere o 3º lugar entre os municípios mais povoados do Brasil, atrás de Taboão da Serra e Diadema, ambas no

estado de São Paulo e ocupando, respectivamente, a primeira e a segunda colocações.

Ainda de acordo com os dados do mesmo censo, em relação à composição étnica, a população meritiense está assim distribuída:

Quadro 1 – Composição étnica da população de São João de Meriti

População – São João de Meriti		
Branca	129.089	29,3%
Preta	84.669	19,2%
Parda	226.641	51,4%
Amarela	315	0,06%
Indígena	234	0,04%
Total	440.962	100,00%

Fonte: Censo, IBGE, 2022.

A alta concentração populacional na cidade de São João de Meriti, para além de lhe valer o já referido apelido, contribuiu para que seus habitantes convivam, até os dias de hoje, com inúmeros problemas de infraestrutura urbana, como acesso ao saneamento básico, ao sistema de transporte público, à moradia, à educação e à saúde. O município é altamente urbanizado e não conta com áreas verdes.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de São João de Meriti é classificado como alto, saltando de 0,580 em 1991, para 0,771 em 2010, em uma escala que varia de 0,000 a 1,000. Os critérios utilizados para o cálculo desse índice são a longevidade da população, os anos de escolaridade e a renda per capita. As maiores variações foram sentidas nas dimensões educação e longevidade (TCE, 2021).

O dados de saneamento básico da região, por sua vez, indicam uma cobertura de 100% no abastecimento de água, 60% de coleta de esgoto e universalização do recolhimento de lixo. Apesar de toda a população ser atendida pela rede de fornecimento de água, são constantes as

reclamações de moradores sobre a irregularidade do serviço, estando ativo por dois ou três dias da semana e inativo nos demais.

O mesmo vale para o serviço de coleta de resíduos sólidos que, apesar de estar disponível em toda a cidade, não impede o acúmulo de lixo nas ruas e em outros locais de descarte inapropriado, como podemos ver nos noticiários. Inexiste, na cidade, política de coleta seletiva.

No que diz respeito a coleta e tratamento de esgoto, quase metade dos domicílios não está conectada à rede coletora. Do esgoto coletado, sua quase totalidade não recebe tratamento. Esse quadro agrava a situação de poluição dos rios e córregos da região com o despejo de esgoto *in natura* em seus leitos.

Das aldeias indígenas à igreja matriz de São João Batista

O nome da cidade (Meriti) é de origem indígena. Mais especificamente, remete aos povos tupis que habitavam a costa do território brasileiro antes da chegada dos portugueses no século XVI. Nessa língua, *meriti* seria próximo a *buriti*, uma espécie de palmeira muito comum na região (Torres, 2008).

No momento da chegada dos colonizadores portugueses, a baía de Guanabara era predominantemente habitada por indígenas da família tupi, principalmente do grupo tupinambá, espalhados em várias aldeias cujos habitantes variavam entre 500 e 3.000 indígenas (Silva, 2016).

Os tupinambás ficaram conhecidos por se aliarem aos franceses e, com eles, estabelecerem o comércio do pau-brasil. Notabilizaram-se também pela formação da Confederação dos Tamoios e por defenderem seus aliados europeus na guerra contra os portugueses, que contavam com o apoio dos temiminós, rivais dos tupinambás e que haviam sido por eles expulsos da região do entorno da Guanabara.

Com a vitória dos lusitanos na disputa pelo território do atual Rio de Janeiro, os tupinambás tiveram o mesmo destino que os franceses: muitos foram expulsos da região. Outros foram submetidos pela lógica colonizadora e serviram de mão de obra nas lavouras canavieiras que começavam a surgir no século XVI. Uma terceira parte foi direcionada para os aldeamentos jesuíticos.

Seguindo o padrão comum às demais regiões do território brasileiro, a Coroa portuguesa decidiu repartir e doar as terras em forma de sesmarias para que os colonos se estabelecessem e desenvolvessem atividades econômicas, contribuindo dessa forma para a ocupação e defesa do território, que convivia com incursões constantes de representantes de outras monarquias europeias, e também para a realização de alguma atividade lucrativa. O nome “sesmaria” deriva de sesmo ou sesma, significando a sexta parte de uma porção.

Boa parte das terras que hoje formam o território da Baixada Fluminense compunham a sesmaria dada ao fidalgo e explorador português Brás Cubas.

Uma das regiões logo de começo exploradas foi a das bacias do rio Meriti e do Iguáçu. Nesta última houve concessões de terras desde 1566, e, em 1568, uma grande sesmaria de “3.000 braças de testada pela costa do mar e 9.000 de fundos pelo rio Meriti” foi concedida a Brás Cubas, que por não ter tomado posse, em 1577 e em 1602 foi partilhada entre sesmeiros (Lamego, apud torres, 2008, p. 62 e 63).

Além das sesmarias, existiam as freguesias, que eram uma forma de divisão administrativa do território herdada da atuação da Igreja Católica. A edificação de uma freguesia estava associada à existência de uma Igreja Matriz à qual estavam subordinadas as demais igrejas e capelas da paróquia. As pessoas que habitavam as freguesias e recebiam o acompanhamento espiritual dos padres e párocos, eram chamadas de

“fregueses”. No Brasil, a instituição das freguesias se dava por meio de um acordo entre o rei de Portugal e a hierarquia da Igreja Católica, visto que existia a instituição do padroado.

As terras que hoje formam o município de São João de Meriti eram parte da freguesia de São João Batista de Trairaponga, estabelecida em 1647 e a partir de 1660, denominada freguesia de São João Batista de Meriti, que incluía ainda territórios dos atuais municípios de Nilópolis e do Rio de Janeiro (bairro da Pavuna) (Torres, 2008).

Além dessa, existiam as freguesias de Santo Antônio da Jacutinga, de N. S. de Piedade de Iguassu, de N. S. de Marapicu e de N. S. do Pilar, cuja soma formava o que em 1833 veio a ser o município de Iguaçu, com sede localizada em Piedade, às margens do rio Iguaçu, onde também se localizava um dos principais portos responsáveis pelo escoamento dos produtos da região (Silva, 2016).

Estabeleceram-se nesse território, então, engenhos e fazendas dedicadas à produção de cana-de-açúcar (para o fabrico do açúcar e da aguardente) para exportação, mas também farinha, feijão e outros gêneros alimentícios, valendo-se, para tanto, da utilização de mão de obra escravizada de africanos e indígenas.

Segundo Gênesis Torres,

Das muitas propriedades agrícolas existentes em Meriti e de que nos resta lembrança histórica estão os engenhos de Gregório de Barros e de Baltasar Rodrigues Coutinho no bairro da Covanca no século XVII, do alferes Ambrozio de Souza em São Matheus no século XVIII. Do engenho do Bananal do Major Augusto Cesar em Engenheiro Belford e da Fazenda do Carrapato no Centro do Município da família Tavares Guerra, terras da Fazenda do Brejo de Manoel Coelho da Rocha em Meriti e dos Telles de Menezes todas do século XIX (2008, p. 209).

Cumpre reforçar que, assim como o espaço delimitado pela freguesia não correspondia aos atuais limites da cidade, essas

propriedades rurais também incluíam terras que hoje formam municípios vizinhos. A Fazenda São Matheus ocupava um espaço hoje formado por São João e Nilópolis; já a Fazenda do Brejo correspondia à soma de partes dos atuais territórios de Meriti e Belford Roxo.

No que diz respeito à produção, Nielson Bezerra (2012) nos mostra que um dos produtos cujo cultivo foi incentivado na região da Baixada Fluminense foi o de farinha de mandioca, não só para abastecer a corte e a zona da atividade mineradora, mas também para abastecer diferentes mercados no continente africano.

Durante o período de extração aurífera e mineral na região das Minas Gerais, a região da Baixada Fluminense foi recortada por diversos caminhos que buscavam interligar a região produtora ao porto do Rio de Janeiro. O rio Meriti se constituía então num importante caminho não só para escoar as mercadorias da freguesia, como também para acessar o interior. Às suas margens estabeleceram-se vários portos e trapiches com intenso trânsito de pessoas e mercadorias (Torres, 2008).

A maior parte do trabalho nas propriedades rurais e comerciais era realizada por africanos escravizados, principalmente de origem banta (oriundos da região do Congo-Angola).

Assim, a maioria dos africanos escravizados do recôncavo fluminense estava empregada nas lavouras de alimentos. Quase 50% dos escravos identificados em inventários da região estavam empregados no serviço de roça. Além desses, por volta de 10% dos escravos estavam em ofícios como tropeiros, barqueiros e carreiros, atividades fundamentais para o escoamento das mercadorias, tanto do interior, quanto do recôncavo (Bezerra, 2010, p. 35).

Essa visão é reforçada por Flávio dos Santos Gomes, que aponta que a região das freguesias que compunham o antigo território de Iguaçu era majoritariamente ocupada por trabalhadores escravizados. Dos

18.705 habitantes computados em 1821, 11.155 eram cativos, perfazendo um total de 59,7% (Gomes, 2012).

O autor destaca ainda que esse território era permeado por diversas comunidades quilombolas que praticavam a agricultura de subsistência complementada pela caça e pela aquisição de produtos junto aos taberneiros da região, a quem também vendiam os excedentes de suas roças e, principalmente, a lenha que abastecia a corte sediada no Rio de Janeiro a partir do início do século XIX.

A presença dessas comunidades aterrorizava os fazendeiros da região, tanto pela possibilidade de fuga de escravos de suas terras, quanto pelos constantes saques que ocorriam nas embarcações responsáveis por escoar os produtos da região. Por isso, eram constantes as solicitações para que os governos tomassem providências com o objetivo de eliminar os mocambos ali existentes. O que se tornou muito difícil, pois, além dos fatores geográficos que complicavam o acesso a esses mocambos, eles contavam com o apoio de taberneiros, comerciantes, escravos que trabalhavam nas embarcações e nas fazendas da região, seja na divulgação de informações sobre alguma expedição policial, seja no auxílio à fuga ou no fornecimento de abrigo temporário.

Além das fazendas, os primeiros núcleos de povoamento foram estabelecidos às margens do rio Meriti, onde hoje se situam o centro do município, bem como os bairros de São Matheus e Pavuna (Rio de Janeiro). Um desses povoados é o arraial de Nossa Senhora do Desterro da Pavuna, onde se situavam, às margens de um canal construído na primeira metade do século XIX, os trapiches dos Tavares Guerra, uma das famílias abastadas da região (Torres, 2008).

Outra família rica da freguesia era a dos descendentes do comendador Pedro Antonio Telles Barreto de Menezes, cuja fazenda

fora loteada nos anos 1940, dando origem ao bairro de Vilar dos Teles. Esse sobrenome aparece ainda em inúmeras ruas da cidade.

É por ação dessas duas famílias que tem início, no ano de 1875, a fundação da Igreja Matriz de São João Batista de Meriti. Essa primeira construção, porém, em nada se parecia com a atual, cuja inauguração ocorreu em 24 de junho de 1938, após processo de reforma e ampliação iniciado em 1932 com a chegada dos padres franciscanos. A igreja sofreu novas modificações já nos anos 1950 e 1960 para a construção da torre do relógio (Torres, 20008).

As ferrovias e o início do processo de loteamento

Durante todo o século XIX, a historiografia aponta que a região permaneceu como produtora de alimentos, assim como serviu passagem para produtos como o café cultivado no vale do Paraíba. Outro ponto de consenso são os constantes surtos e epidemias de doenças, como a cólera, muito em virtude de sua geografia formada por pântanos e áreas alagadiças (Simões, 2007).

No final do século XIX (1892), Meriti era o 4º distrito do município de Iguaçu e seu território vinha gradativamente perdendo espaço para as ferrovias como principal forma de escoamento de produtos e de comunicação com o interior do estado.

Uma delas era a Estrada de Ferro Rio d'Ouro, construída no final do século XIX para auxiliar nas obras de uma nova linha canalizadora de água da serra do Tinguá para a cidade do Rio de Janeiro e que, atualmente, constitui o ramal Belford Roxo de trens da SuperVia. As estações existentes nesse período eram: Vila Rosaly, em substituição à parada Alcântara, em homenagem à esposa do médico Rubens Farrula, que dirigia a Empresa Territorial Lar Econômico, responsável por lotear

as terras da localidade; e Coelho da Rocha, em referência ao antigo proprietário das terras por onde passaram os trilhos e os dutos, Manoel José Coelho da Rocha (Moreira, 2012).

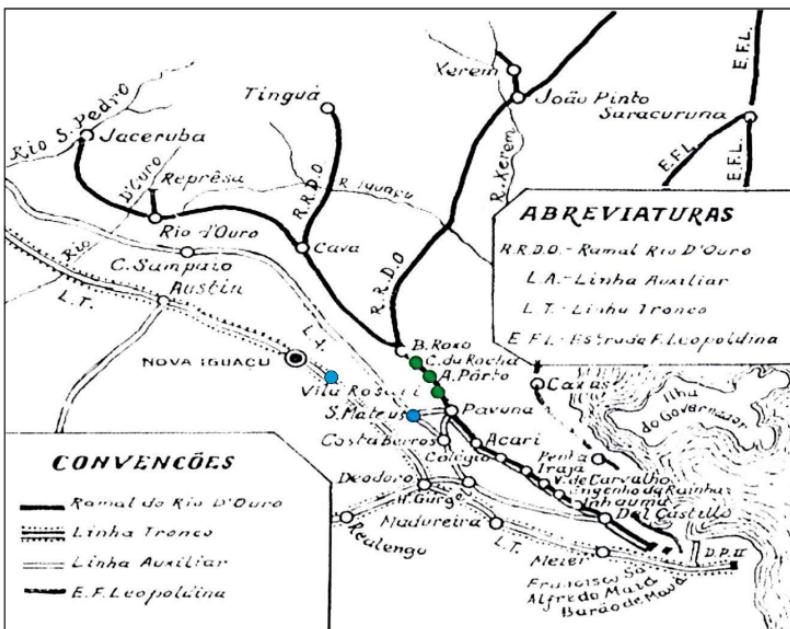
Ainda no fim do século XIX, no ano de 1892, teve início a construção da Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, que partia do Rio de Janeiro em direção às margens do rio Paraíba do Sul. Essa linha objetivava facilitar o escoamento do café ainda em produção na região do vale do Paraíba. No ano de 1903, ela foi incorporada à Estrada de Ferro Central do Brasil, passando a se denominar “Linha Auxiliar” (Moreira, 2012).

O transporte de passageiros era feito na Linha Circular da Pavuna, inaugurada em julho de 1910, que passava pelas terras do antigo Engenho do Bananal, pertencente ao capitão Ayres Pinto, cujos descendentes ainda podem ser identificados nos nomes das ruas do atual bairro de Engenheiro Belford. Nesse ramal, as estações eram: São João de Meriti, Engenheiro Belford, São Matheus, Tomazinho, Éden, antiga Ytinga (Torres, 2008).

Com a desativação de parte da Linha Auxiliar, o transporte de passageiros foi interrompido. Resta hoje o transporte de carga, sob a administração da MRS Logística. As vias férreas, porém, são subutilizadas e em suas bordas podemos ver, até os dias de hoje, tanto os sinais, do abandono com o descarte irregular de lixo — problema crônico do município, como a ocupação por particulares com a construção de moradias, espaços de lazer comunitários (quadras, praças), pequenos comércios, o que reflete a falta de investimento na região, por parte do poder público, mas também a disposição e a iniciativa da população de fazer uso do espaço disponível não só para proveito próprio, mas também no intuito de atender a demandas de

lazer e sociabilidade em uma cidade tão carente desses espaços (Carvalho; Nuss, 2023).

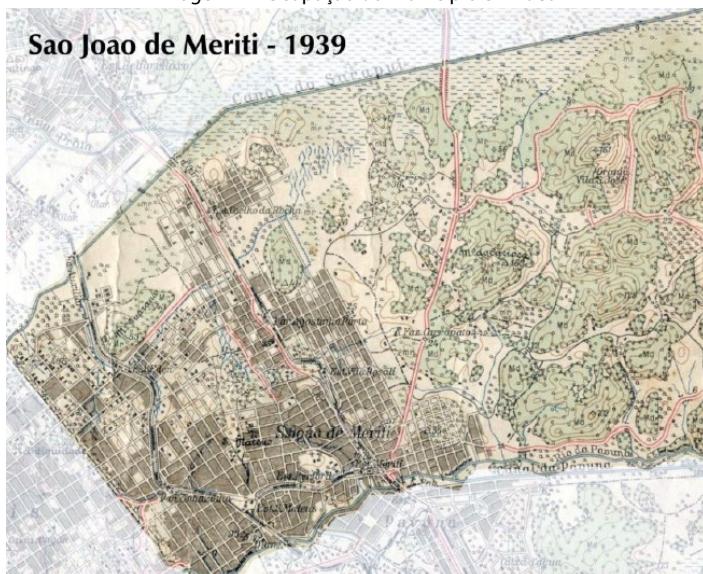
Imagen 1 – Mapas com o traçado das ferrovias que cortavam a Baixada Fluminense no final do século XIX



Fonte: Rodriguez, apud Moreira (2012, p. 109)

As próprias ferrovias, no entanto, foram as indutoras do processo de ocupação da cidade na primeira metade do século XX, na medida em que dão início ao transporte de passageiros. É no entorno das estações que os núcleos populacionais vão se constituindo e se ampliando a partir dos primeiros loteamentos ocorridos nas antigas fazendas coloniais. O povoado que, até então, estava ligado ao porto Pavuna, se estende e se amplia ao longo das ferrovias (Simões, 2007).

Imagem 2 – Ocupação do município em 1939



Fonte: Acervo Cartográfico do Exército. Acervo IPAHB apud Moreira (2012, p. 42)

Percebemos no mapa como o traçado das linhas férreas influenciaram no processo de loteamento do território municipal. Vemos maior concentração de lotes no núcleo inicial de povoamento, próximo ao rio Pavuna, e eles diminuem à medida que as ferrovias vão se distanciando desse núcleo.

Chama a atenção, ainda, o fato de a região dos bairros que margeiam a rodovia Presidente Dutra, construída apenas na década de 1950, e seguem em direção aos limites com Belford Roxo e Caxias, ainda não ter sido loteada até o final dos anos 1930.

A intensificação do processo loteador dependia de obras de saneamento. As terras da região são formadas por bacias hídricas com muitos córregos e afluentes de rios, manguezais, brejos, de modo que o solo passa por períodos recorrentes de inundações, especialmente nas épocas de fortes e intensas chuvas. Para resolver essas questões,

diversas obras vinham sendo feitas na localidade desde o Império. Porém elas eram pontuais e não atacavam os problemas de forma sistemática (Souto, 2016).

Foi entre os anos de 1910 e 1916, sob a presidência de Nilo Peçanha, que foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Ela tinha o objetivo de realizar estudos e efetivar obras de saneamento, como dessecamento de rios, construção de diques, canais, desobstrução e dragagem de rios, além de redirecionar os cursos de alguns rios, visando promover a ocupação do solo da região e seu aproveitamento para a agricultura. É nesse momento que se inicia o processo de incentivo à produção de laranjas em Nova Iguaçu.

Essa produção agrícola teria como finalidade o fortalecimento da economia do estado, que se encontrava em crise desde o declínio da produção cafeeira, e prover de alimentos a Capital Federal, localizada ainda no Rio de Janeiro.

Inicialmente, buscava-se, por meio do trabalho da Comissão a desapropriação das terras de seus antigos proprietários, que seriam indenizados ela União. Essa terras seriam, então, saneadas, repartidas em pequenas propriedades e vendidas por preços módicos. Nilo Peçanha não conseguiu sucesso na questão da desapropriação das terras, que ficaram nas mãos de seus antigos proprietários. Terras essas que foram bem valorizadas, embora a comissão tenha encerrado seus trabalhos sem concluir todas as intervenções previstas (Souto, 2016).

Após as obras do período nilista, a Baixada Fluminense foi alvo da ação de uma segunda Comissão de Saneamento já em 1933, sob o governo de Getúlio Vargas. De forma similar à primeira, a segunda comissão ainda objetivava o uso agrícola do solo. Na visão de Hildebrando Góes, engenheiro-chefe dessa segunda Comissão, a ocupação deveria ocorrer nos terrenos próximos às estações

ferroviárias, os demais deveriam formar um grande celeiro que abasteceria o Distrito Federal e também ajudaria a ampliar as exportações nacionais.

No mesmo período, a Capital Federal passava por um processo de intervenções urbanas, como as que ocorreram no governo do prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, e do presidente Getúlio Vargas, entre 1930 e 1945, que ocasionaram a expulsão de boa parte da população trabalhadora da região central, que foi se estabelecer nos arredores, nos subúrbios e, para além, na Baixada Fluminense.

Nesse processo instalaram-se também na cidade os barracões das religiões de matriz africana (Vigorito, 2009), cuja história de resistência pode ser ilustrada por meio de dois terreiros.

O Ilê Axé Opô Afonjá foi fundado na Pedra do Sal, em 1886, por Eugenia Ana dos Santos, Mãe Aninha de Afonjá ou Iya Oba Biyi, descendente do candomblé de Salvador intitulado “Casa Branca”. Após os processos de reformas urbanas que se realizaram na cidade do Rio de Janeiro, especialmente em seu centro, o terreiro chegou a São João de Meriti, mais especificamente à rua Florisbela, nº 1.029, bairro de Coelho da Rocha, em 1947, quando foram iniciadas as obras do barracão.

Esse terreiro encontra-se em estado de tombamento provisório, concedido em maio de 2016 pelo Inepac (Instituto Estadual do Patrimônio Cultural) e se destaca por ser o único bem tombado do município no referido órgão e também por ser o primeiro terreiro de candomblé a ser tombado no estado do Rio de Janeiro. Esse tombamento inclui parte do imóvel, objetos sagrados e bens naturais.

A comunidade da casa de Xangô elaborou a primeira etapa (identificação) do inventário colaborativo dos bens móveis e integrados do Terreiro (tais como exemplares de mobiliário do início do século XX, esculturas em madeira de fatura popular, louças, indumentárias, objetos religiosos, entre outros). Por

iniciativa própria, delimitaram também a parte da edificação que deveria ser preservada (barracão e a parte mais antiga da Casa). Também identificaram os espaços externos e bens naturais que mereceriam ser incorporados ao tombamento em razão da sua representatividade religiosa (Inepac, 2016, fl. 11)

Outro aspecto a ser destacado sobre o tombamento do centro religioso é que esse processo é encaminhado pela articulação de movimentos sociais locais, envolvendo movimentos negros articulados à setores da Igreja Católica. Como veremos mais à frente, essa articulação que se estabeleceu principalmente nos anos da ditadura civil-militar foi e continua a ser um dos principais vetores da mobilização popular por direitos na cidade. Constam do processo duas cartas com pedido de tombamento, uma da própria Iyalorixá, a Iyá Regina Lúcia dos Santos, que é reforçada pela manifestação do frei Athaylton Jorge Monteiro Belo, também conhecido como frei Tatá (Inepac, 2016, fl. 3 e 4).

Outro terreiro histórico localizado em São João de Meriti é o de Mãe Meninazinha de Oxum, o Ilê Omolu Oxum, que provém da Casa Grande de Mesquita, o primeiro terreiro de candomblé da Baixada Fluminense, fundado em 1937 (Soares, 2021).

Mãe Meninazinha foi ainda uma das personagens da campanha “Libertem o nosso sagrado”, articulada pela Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro), com o objetivo de resgatar os objetos sagrados que haviam sido apropriados pela polícia do estado no início do século XX, anos de intensa perseguição aos cultos de origem africana no Brasil. Atualmente, esses objetos, que estavam no antigo prédio do Departamento de Ordem Pública e Social (Dops), encontram-se sob guarda do Museu da República.

Estabelecido no bairro de São Matheus desde 1972, o Ilê Omolu Oxum destaca-se, ainda, pela presença do Museu Memorial Iyá Davina,

o primeiro centro de preservação de memória das religiões de matriz africana em São João de Meriti.

Compreende-se, então, que a ocupação do território da Baixada passou a ocorrer por meio de dois vetores: por um lado, passou a ser entendida como local de moradia das classes trabalhadoras que já vinham ocupando os subúrbios do Rio a partir da intensificação das reformas urbanas; por outro, passou-se a incentivar a produção de gêneros agrícolas para abastecer a capital.

Sendo assim, os territórios que lindavam com o então Distrito Federal, como os atuais municípios de São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias, vão sendo loteados e urbanizados já nesse início de século, enquanto as regiões mais ao interior ou mais distantes da capital vão sendo utilizadas para a agricultura, com destaque para a produção de cítricos, que atingiu seu auge em Nova Iguaçu entre 1920 e 1940 (Simões, 2007).

Em decorrência dessas transformações do território, ocorrem duas mudanças administrativas que afetam o distrito de Meriti. Em 1924, uma parte de seu território vai ser separada e transformada no 7º distrito de Nova Iguaçu, com o nome de Nilópolis. Já em 1931, o povoado de Meriti, às margens da estação Merity é desmembrado e passa a formar o 8º distrito, denominado Duque de Caxias (Torres, 2008).

É nesse território em franca expansão loteadora, intensificada a partir dos anos 1950, que inúmeras famílias de migrantes e imigrantes vão se estabelecendo. Populações negras vindas do Sul Fluminense após a crise da produção cafeeira e a abolição da escravidão, em 1888, trabalhadores rurais vindos do interior do Rio de Janeiro e de outros estados da federação, como Minas Gerais, Espírito Santo e estados do Nordeste; além de judeus, povos do Oriente médio, portugueses,

espanhóis, entre outros, contribuindo dessa forma para a formação de um contingente populacional altamente heterogêneo.

Motivados pela possibilidade de acesso a lotes baratos, com pagamento facilitado, mas cuja contrapartida era a total falta de infraestrutura urbana. Tinham de conviver, portanto, com a dificuldade de acesso a transporte público, educação, saúde, saneamento básico. O que se segue, então, é a tentativa de entender as estratégias que esses sujeitos articularam para enfrentar e superar essas adversidades, a começar pelo processo de emancipação da cidade.

Em São João de Meriti, no bairro de Vila Rosali, está situado o mais antigo cemitério israelita do Rio de Janeiro. O terreno foi adquirido pela comunidade judaica em 1920 e o cemitério inaugurado em 1921. Nele, existe um memorial das vítimas do Holocausto.

Fonte: Associação Religiosa Israelita Chevra Kadisha do Rio de Janeiro.
Disponível em: www.chevrakadisha.com.br/cemiterios/cemiterio-vila-rosali-velho/ Acesso em: 4/5/2024.

Emancipação política e adensamento populacional: a formação do “Formigueiro das américas”

O processo de emancipação de São João de Meriti teve início nos anos 1940, ainda durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas, o Estado Novo, e se conclui já no período de democratização, após 1945, aproveitando-se do momento de elaboração da nova Constituição Republicana, promulgada em 1946.

Ele se insere em um contexto marcado pela decadência da economia citricultora no município de Iguacu, abalada pela Segunda Guerra Mundial, acompanhada do crescimento demográfico e econômico dos distritos urbanos, como Meriti (então formado por parte

dos atuais municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti) e Nilópolis, que tinham passado por um forte processo de loteamento de seu território já no início do século XX (Simões, 2007).

A construção da via férrea e a proximidade com o Distrito Federal desencadearam um intenso processo de loteamento do território de São João de Meriti. O que não lhe deixava grandes áreas para a atividade agrícola. O distrito passou por um rápido processo de urbanização e adensamento populacional que se fortaleceu nas décadas seguintes.

Em um território mais urbanizado, as elites políticas e econômicas locais eram formadas por comerciantes, em especial os imigrantes, os donos e associados das empresas loteadoras e alguns profissionais liberais descendentes das antigas famílias donas de terras na região, como os Telles de Menezes e os Tavares Guerra. Foram os membros dessa elite que ocuparam os cargos políticos de vereança no município de Nova Iguaçu, para representar os interesses do distrito de Meriti.

Nos anos 1930, ocorre um rearranjo territorial que provoca a separação de São João de Meriti da localidade de Merity, formada ao redor da estação de trem com o mesmo nome. Por intermédio da ação do deputado federal Manoel Reis, Merity passou a ser 8º distrito de Iguaçu e a se chamar Duque de Caxias, tendo São João permanecido como 4º distrito.

Essa reformulação territorial já anunciava o distanciamento de interesses políticos entre os distritos e a sede do município de Iguaçu. Os representantes dos distritos passam a reivindicar maiores investimentos, mas sentem que esses recursos são direcionados prioritariamente para a sede do município. A partir dos anos 1940, então, os políticos de São João de Meriti vão se aliar aos políticos de Caxias, o que culminou na elaboração do manifesto pró-divisão do município de Nova Iguaçu, enviado ao interventor Amaral Peixoto no ano de 1940.

Segundo esse manifesto, a sede no novo município seria São João. O interventor rejeitou a reivindicação, prendeu alguns dos signatários do manifesto e abriu inquérito no Tribunal de Segurança Nacional.

Três anos depois, pelo Decreto-lei n. 1.055, de 31/12/1943, do interventor federal Ernani do Amaral Peixoto, ocorreu a emancipação de Duque de Caxias. Nesse processo, o território de São João ficou ligado a Duque de Caxias como seu 2º distrito.

A sensação de abandono dos líderes políticos meritienses, porém, não se modificou. Os moradores e articuladores políticos de São João perceberam que os investimentos e melhorias urbanas foram direcionados prioritariamente para a sede de Caxias. Isso os levou a criar, em 1945, a Associação dos Amigos do 2º Distrito, que contava, inclusive, com muitos dos atores que haviam assinado, em 1940, o manifesto pró-emancipação em relação a Nova Iguaçu.

Segundo Guilherme Peres (2011), essa sociedade era presidida pelo dr. Alberto Jeremias da Silveira Menezes, contando ainda com a participação de Domingos Correia da Costa e Oswaldo Coelho de Castro, e as reuniões eram feitas na casa do jornalista Silvio Goulart.

Esse grupo faz oposição a Caxias e promove uma campanha de desobediência civil por meio de não pagamento de impostos à prefeitura. Paralelamente, se articulam com grupos que buscavam a emancipação de Nilópolis para buscar a separação por meio da Assembleia Constituinte que acontecia naquele momento.

Assim, por meio do projeto de lei do deputado estadual Lucas de Andrade Figueira, são criados os municípios de São João de Meriti e Nilópolis, dentro das disposições transitórias da Constituição Estadual de 1947. A instalação do município ocorreu no dia 21 de agosto do mesmo ano (Torres, 2008).

Não dispomos de muitos dados acerca da trajetória política de Lucas de Andrade Figueira. Dos poucos elementos presentes na bibliografia e da consulta às fontes, sabemos que era semianalfabeto e dentista prático formado pelo exército. Essa profissão teria facilitado sua entrada na política em uma região carente de serviços de saúde. Com a ajuda de Getúlio de Moura, elegeu-se vereador em Nova Iguaçu e depois deputado constituinte, em 1945. Tendo sido deputado estadual até os anos 1960 e exercido grande influência em Nilópolis (Simões, 2007).

Nos primeiros anos do novo município, ainda se sentiam as influências dos políticos de Nova Iguaçu. O primeiro prefeito da cidade, José de Campos Manhães, era aliado de Getúlio de Moura, ex-prefeito de Nova Iguaçu, assim como era originária de Iguaçu a maioria dos vereadores dessa primeira legislatura (Knopp, 2001).

Ponto importante a ser destacado nessa primeira legislatura é a presença de quatro vereadores comunistas: Carmem Bastos e Douta Joubert, que faziam parte dos movimentos femininos; Hylkias Marinho e Pedro Etelvino eram líderes dos movimentos Pró-Melhoramentos de Bairros (Knopp, 2001).

Os Comitês Democráticos, também conhecidos como comitês Pró-Melhoramentos de Bairro, faziam parte de um movimento capitaneado pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), com o objetivo de articular e mobilizar as classes trabalhadoras através da luta por melhorias estruturais nos bairros — água, iluminação das ruas, entre outras. Além disso, os comitês também visavam promover a educação cultural e política dos trabalhadores, por meio de discussões sobre a política nacional, sessões de teatro amador e de cinema, bailes e concursos carnavalescos (Santos, 2013).

Eles tiveram existência curta na Baixada. São desarticulados a partir de 1947, quando ocorre a cassação do registro do Partido

Comunista, bem como a do mandato de seus respectivos representantes eleitos. Como o partido estava na ilegalidade, muitos desses militantes passaram a atuar por outras legendas partidárias ou outros canais de mobilização popular. Apesar dos poucos estudos sobre a existência desses militantes na região, entre os anos de 1945 e 1964, temos indícios de que sua participação na vida política da cidade foi importante, assim como o foram as marcas que eles deixaram na história da organização popular em busca de direitos.

Em 27 de outubro de 1953, noticiava o jornal *Imprensa Popular* em sua terceira página a criação de uma sucursal em São João de Meriti. Localizava-se na rua Arruda Negreiros, 93, sala 5 (*Imprensa Popular*, 27/10/1953, p. 3)

Já em 1956, temos a notícia da criação de associações de moradores nos bairros de Meriti. A reportagem cita a presença dessas organizações em Parque Araruama (reforçando que as articulações ali datavam de 1952), São Roque, Parque Tietê, Analândia e outros (*Imprensa Popular*, 13/5/1956, p. 5)

Em 1958, Luís Carlos Prestes visitou São João de Meriti, mais especificamente a Câmara Municipal, no centro, e o Largo do Respeito, em Agostinho do Porto. O mote da visita envolvia a revogação de sua prisão preventiva, decretada em 1947, por parte do juiz Monjardim Filho; e a realização de uma jornada democrática e nacionalista na Baixada. Após a visita ao território meritiense, Prestes dirigiu-se a Nova Iguaçu (*Imprensa Popular*, 28/4/1958, p. 8).

Apesar de serem apontamentos iniciais, nos parece que a presença de uma sucursal de um jornal e a visita do maior nome do comunismo brasileiro indicam a centralidade que a cidade adquiria, para a expansão do partido no Rio de Janeiro. Talvez pela proximidade com o Distrito

Federal, ou por ser uma cidade em acelerado ritmo de crescimento populacional e habitada majoritariamente pelas classes trabalhadoras.

A reportagem sobre a existência de associações de moradores nos anos 1950, por sua vez, aponta para a continuidade dos comitês de bairro dos anos 1940 e também contribuem para o acúmulo de experiências que desembocaria, já nos final dos anos 1970, na formação da ABM – Associação de Bairros de Meriti.

Esse são dados, porém, que apontam para a necessidade de novas pesquisas históricas sobre o período.

Outro dado que reivindica a necessidade de ampliação dos estudos históricos é a presença de mulheres nas três primeiras legislaturas municipais de São João de Meriti, sendo elas: Carmen Bastos, entre 1947 e 1951; Presciliiana Muniz da Rosa, Sara Martins Fontes d'Ávila e Antonieta Colluci Médici, entre 1951 e 1955; entre 1955 e 1959, temos a reeleição de Sara Martins Fontes d'Ávila (Medeiros, 1958).

Tendo em vista que entre 1937 e 1945 estava em vigor a ditadura varguista do Estado Novo e que o voto feminino só foi regulamentado com a Constituição de 1934, a presença de representantes políticas femininas indica a existência de articulação política e reivindicação de direitos por parte das mulheres da Baixada Fluminense, que data de período anterior aos anos 1930.

Em discurso na sua posse na Câmara de Vereadores, Bastos afirmou:

Sr. Presidente, Srs. Vereadores:

Este 7 de setembro que hoje comemoramos pela primeira vez numa Câmara em São João de Meriti ficará em minha vida como um marco indelével, porque, Sr. Presidente e senhores vereadores, aqui me encontro representando a mulher brasileira meritiense, numa demonstração concreta de que nós, mulheres do Brasil, começamos a nos emancipar, queremos, porque isto é um dever patriótico, estar ombro a ombro com os

homens em todas as suas lutas, desde a que concerne ao recinto do lar, até os mais altos e complexos problemas da política. E isto, senhores, não como concorrência ao sexo masculino, mas como colaboradora e amiga, sentindo na prática os seus fracassos e suas vitórias. (*O Momento Feminino*, ano II, n. 50, 1/10/1948, p. 12).

Percebemos em sua fala a consciência de pertencer a um movimento organizado, quando diz representar as mulheres brasileiras e meritienses. Destaca ainda a questão da independência da mulher e de sua inserção em espaços antes dominados por homens.

Essa movimentação feminina em São João de Meriti pode ser acompanhada ao longo dos anos seguintes. Em matéria publicada no ano de 1951, na seção atividades femininas, do jornal *O Momento Feminino*, consta uma nota sobre a realização de assembleia com cerca de 50 pessoas para eleger a diretoria da União Feminina de Éden. Consta ainda que estiveram presentes representantes da União Feminina de Agostinho do Porto e da União Feminina Fluminense. A vereadora Carmen Bastos Cardoso foi eleita secretária-geral da instituição (*O Momento Feminino*, ano III, n. 81, fevereiro de 1951, p. 2).

Muitas das questões acerca dos movimentos femininos e da participação política das mulheres no município ainda precisam ser mais bem analisadas em pesquisas futuras.

No que diz respeito à consolidação da vida política, o que se percebe é que, com o passar dos anos, a influência de políticos iguaçuanos e caxienses vai diminuindo e cedendo espaço a novas lideranças. Isso vai ocorrer principalmente a partir do mandato de Domingos Correia da Costa (1955-1959), que ainda tinha ligações com Getúlio de Moura, e tinha sido secretário de Obras no governo de Manhães.

Os prefeitos que se sucederam até 1970 foram, Ário Teodoro (1959-1963); Domingos Correia da Costa (1963-1967); José de Amorim Pereira

(1967-1968); Alzira dos Santos da Silva (1968-1970); novamente José de Amorim (1970). Um aspecto importante a ser evidenciado nesse processo sucessório é o crescimento do eleitorado trabalhista no município, com a eleição de três prefeitos consecutivos pela legenda do PTB, Domingos Correia, por duas vezes, e Ário Teodoro (Knopp, 2001).

Os motivos da interrupção do mandato de Amorim, bem como seu retorno provisório e cassação definitiva, serão explicitados mais adiante, pois ocorreram em contexto político em que se instituiu no país uma ditadura civil-militar. Por ora, cumpre apenas destacar o surgimento de dois nomes que marcaram a política institucional do município até o final dos anos 1990: José de Amorim e Ário Teodoro (Knopp, 2001).

Em termos socioeconômicos, os anos pós-emancipação são caracterizados por um vertiginoso crescimento demográfico, como demonstrado quadro a seguir.

Quadro 2 – Evolução demográfica de São João de Meriti

Censos demográficos							Crescimento
1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	
76.462	190.516	302.394	398.819	425.772	449.476	459.356	500,7 %

Fonte: Albuquerque (2020 p. 152).

Entre os fatores desse crescimento demográfico, podemos citar a eletrificação dos trens, que diminuiu o tempo de deslocamento dos trabalhadores e das trabalhadoras no trajeto entre casa e trabalho, em 1935; a criação da avenida Brasil, em 1946, e da rodovia Presidente Dutra, em 1951 (Albuquerque, 2020).

A questão dos transportes é fundamental para a cidade se estruturar como periferia do Rio de Janeiro e local destinado à moradia das classes trabalhadoras. A maior parte da população necessitava (até os dias de hoje) de realizar deslocamento diário rumo ao então Distrito Federal, onde se localizavam os principais postos de trabalho.

Outros fatores apontados para as referidas taxas demográficas são o baixo preço dos lotes, a possibilidade de pagamento parcelado e a falta de fiscalização das construções por parte do poder municipal (Alves, 2003).

Muitas vezes o poder público associado ao capital imobiliário incentivava o retalhamento do território. Muitas famílias sofreram com o processo de grilagem e foram expulsas de seus territórios. Como nos mostra Jéssica Andrade Costa, a partir do levantamento de reportagens, ocorreram ao menos dois processos de expulsão em São João de Meriti no ano de 1955: um em Vila São João, outro em Vilar dos Telles. A autora mostra ainda que esse processo foi feito de forma violenta, com intimidações, ameaças, uso de bois para destruir as plantações dos moradores. Em ambos os casos, os grileiros conseguiram o despejo das famílias com o aval do poder judiciário (Costa, 2020).

Nesse acelerado processo de loteamento, as habitações eram feitas em formato de mutirão, com a ajuda de vizinhos e, na maior parte das vezes, sem a fiscalização do poder público. Isso contribuiu para a ocupação irregular do espaço urbano, agravando os problemas estruturais da cidade, comuns até os dias de hoje, como falta de saneamento básico (problemas no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos); dificuldade de locomoção, acesso à saúde, enchentes, poucos espaços verdes e áreas de lazer.

A demanda por emprego e infraestrutura urbana é uma constante não só em São João de Meriti, mas em toda a região da Baixada Fluminense. Em alguns momentos, essa combinação assumiu ares de revolta generalizada, como ocorreu no grande saque de 1962.

O tumulto teve início no dia 5 de julho daquele ano, quando, em virtude da greve geral, muitos trabalhadores não conseguiram chegar aos seus respectivos locais de trabalho e foram se aglomerando nos arredores da estação de Duque de Caxias.

Tudo começou com a deflagração da greve geral pelo comando geral de greve (CGG), em virtude da rejeição do nome de Santiago Dantas e sua substituição pelo de Auro de Moura Andrade, para a formação do segundo gabinete. Temendo perder seus empregos, muitos trabalhadores tentavam chegar aos seus locais de trabalho, mas em vão. [...] foram se aglomerando na altura da praça do Pacificador [...] A multidão, à beira de um motim, escuta um grito de alguém afirmando que na Casa da Banha tinha feijão, que a preços tabelados pela Comissão Federal de Abastecimento e Preços (Cofap) raramente chegava à mesa da população. Foi o suficiente para que o quebra-quebra começasse (Torres; Menezes, 1987, p. 9).

Seguiram-se, então, uma correria generalizada e a invasão e saque de estabelecimentos comerciais, em busca de alimentos em uma amplitude que chegou a atingir municípios, vizinhos, como São João de Meriti.

Segundo Rogério Torres e Newton Menezes (1987), salvaram-se apenas as lojas cujos comerciantes estenderam a bandeira do Brasil, com legendas em apoio à legalidade democrática. O que reforça que, entre os participantes do saque, predominava o caráter nacionalista e o apoio ao governo de João Goulart.

As consequências do grande saque de 1962 foram de duas ordens, por um lado, à medida em que os comerciantes investem em seguranças armados para seus estabelecimentos, vão se fortalecendo e se alastrando pela Baixada os grupos paramilitares que, com a justificativa de trazer segurança a várias localidades, cometem execuções sumárias. Eram os chamados “Esquadrões da Morte” ou “Grupos de Extermínio” (Alves, 2003). Por outro, fortaleceu-se o medo difundido entre as classes dominantes de que o país estava à beira de uma revolução comunista que deveria, a qualquer custo, ser evitada (Knopp, 2001).

A repressão política e o ressurgimento dos movimentos populares

Nos anos que se seguem ao golpe civil-militar de 1964 e à subsequente consolidação do aparato repressivo, a Baixada Fluminense

foi palco de diversas intervenções políticas (Alves, 2003). Em São João de Meriti, a primeira delas ocorreu com a cassação do mandato de José de Amorim, por meio de uma articulação feita por Ário Teodoro para eliminar um concorrente político (Knopp, 2001).

Durante seu mandato, Amorim foi responsável pela transferência de todo o aparato burocrático do centro do município para o bairro de Vilar dos Teles. Foram construídos novos prédios para a prefeitura e o fórum municipais. Essas obras foram a principal justificativa para o afastamento do prefeito, pois recaiu sobre elas a suspeita de superfaturamento. O processo foi aberto em 1968, mas fechado poucos meses depois. No ano de 1969, porém, ele foi reaberto, a despeito da transferência de Amorim para a Arena. Em 1970, o prefeito teve seu mandato cassado definitivamente, assim como 11 vereadores do município.

Por alguns meses, a prefeitura foi assumida por Alzira dos Santos Silva, que havia sido eleita vice-prefeita na chapa de José de Amorim. Com a Intervenção, em 1970, foi nomeado interventor João Batista Lubanco, ex-prefeito de Nova Iguaçu (Peres, 2011).

Depois de Lubanco, a prefeitura foi ocupada pelo interventor professor Alair Moreira Dias, fundador do já extinto Colégio Fluminense, entre os anos de 1971 e 1972.

Em 1972, foi eleito pelo MDB Denoziro Afonso, que era aliado do deputado federal Ário Teodoro. Esse grupo permanece no poder em 1976, com a eleição do prefeito Celestino Cabral, o que também representou a consolidação da máquina política implementada pelo governador Chagas Freitas no estado do Rio de Janeiro (ABM/Fase, 1985). Ambos os prefeitos foram afastados de seus cargos por denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público (Knopp, 2001).

É nesse contexto dos anos 1970 que vão ressurgir organizações de amigos de bairro por toda a região da Baixada Fluminense. O objetivo

dessas associações era o de reunir pessoas para identificar, discutir e propor soluções para os problemas cotidianos enfrentados pelas populações em seus locais de moradia.

Esses movimentos de amigos de bairro surgiram a partir da conjugação de múltiplos fatores. Primeiro, a constatação das limitações enfrentadas pela população local no acesso aos serviços básicos. Segundo, a experiência pregressa de reivindicação existente na região, como os Comitês Pró-Melhoramentos de bairro que se desenvolveram nos anos 1940. Terceiro, a uma associação entre uma nova postura assumida pela Igreja Católica nos anos de ditadura e a militância política que passou a mobilizar suas ações por meio das estruturas montadas pela Igreja Católica, especialmente após a repressão aos grupos guerrilheiros.

A partir do Concílio Vaticano II, de 1962, a Igreja promove uma doutrina de aproximação com os pobres, o que se reflete no desenvolvimento de práticas que buscam auxiliar e melhorar a vida dessa população. Em Nova Iguaçu, isso se concretizou com a chegada do bispo dom Adriano Hipólito para o comando da diocese, em 1966 (Silva, 1993).

Nesse período, as paróquias de São João de Meriti ainda estavam ligadas a Nova Iguaçu. Apenas em 1981 foi criada a diocese de São João e Caxias, que ficou sob a administração do bispo d. Mauro Morelli (Oliveira, 2006).

Para efetivar o trabalho pastoral, especialmente em locais de periferia, a Igreja se organizou por meio das Comunidades Eclesiais de Bases, as CEBs, que eram grupos formados por leigos e dirigidos por um pároco, com o intuito de discutir e aprofundar os conhecimentos sobre a fé católica. Gradativamente, os espaços de reunião promovidos pelas CEBs foram sendo mobilizados para debater e articular caminhos para a superação dos graves problemas enfrentados nas periferias: falta de escolas, transporte, saneamento básico, entre outros.

Outro ponto que compõe o contexto histórico que favorece a ampliação dos movimentos populares nos anos 1970 é o processo de abertura política promovido pelo governo Geisel que, por um lado, favorece a rearticulação de atores que tiveram de fazer o trabalho de resistência na clandestinidade nos anos do auge da repressão (1968-1973) e, por outro, estimula o surgimento de novos atores que engrossam as atividades de contestação e reivindicação de direitos. Assim, temos o crescimento eleitoral do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), a rearticulação dos movimentos operários e, na Baixada, o surgimento do MAB – Movimento de Amigos de Bairro, em 1976, em Nova Iguaçu; do MUB – Movimento União de Bairros, em Caxias; e da ABM – Amigos de Bairro de Meriti, em 1976, em São João de Meriti.

O marco inicial da ABM é o ano de 1976, quando o padre Jaime e o educador Jorge Florêncio começam a estruturar uma CEB no bairro de Vila São José e contam também com o apoio da Fase – Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional. Depois, esse núcleo inicial vai se articulando com bairros vizinhos, como Sumaré, Parque José Bonifácio, Vila São João e Venda Velha (Silveira, 1987). Somente em 1979 surge a Associação de Amigos de Bairro propriamente dita.

É o que podemos depreender do relato do padre Adelar, um dos incentivadores do movimento em seu início.

Quando eu cheguei aqui em São João de Meriti, já havia esse trabalho de conscientização aí no Vilar dos Teles e algumas comunidades algumas lideranças que vinham capacitando politicamente os membros, gente muito simples, e orientava esses a se engajarem nas associações. Foi daí que surgiram algumas associações, o ABM mesmo. Isso vinha de uma orientação da própria diocese de Nova Iguaçu e pela clareza dos padres do Vilar dos Teles, o padre Jaime, o padre Patrício, que foi embora já há mais tempo. Então eles acreditavam nisso, e com apoio de alguma assessoria que vinha do Rio. Bom, eu chegando aqui, a gente comungava com essa perspectiva de que o cristão só tem sentido se ele se engaja com seu povo, ele participa da

vida social e política, para transformação, então a gente entrou apoiando o que tinha e construindo mais, tanto aqui nas comunidades, da paróquia na praça da Bandeira como apoiando e incentivando a nível da região de São João de Meriti (Padre Adelar, apud Silveira, 1987, p. 83).

Mesmo destacando o caráter relativo da afirmação de que os movimentos surgem a partir da Igreja, já que existia uma história pregressa de movimentações sociais na região, inclusive de forma clandestina durante o período do auge da repressão, é preciso salientar a importância do espaço criado pela Igreja Católica ao permitir o encontro e o debate de ideias acerca da realidade local em seus mais variados aspectos em um momento em que as instituições que tradicionalmente se dedicavam a esse objetivo haviam sido desmanteladas pelo aparato repressivo montado pelos governos militares.

Naquele momento, a realidade socioeconômica do município era bem precária.

Em síntese, o município, com sua grande população, encontra-se praticamente abandonado, “em estado de calamidade” em quase todos os seus aspectos. [...] Além de outros problemas como a segurança pública, a falta de lazer, destacamos também a situação dos transportes que é insuficiente [...] Destacaríamos a falta de saneamento básico como problema que hoje mais aflige e angustia o povo meritiense [...] Em termos educacionais, o aluno mal alimentado e precocemente lançado no mercado de trabalho gera graves problemas: dificuldades na aprendizagem e alto índice de evasão escolar [...] (ABM, apud Silveira, 1987, p. 21).

Os movimentos de bairros surgem, inicialmente, voltados para a resolução de problemas mais concretos e imediatos vividos pela população, como pavimentação das ruas, saneamento básico, transporte, saúde e educação. Com o passar do tempo, porém, eles assumem um caráter mais político e de organização popular. A partir do final dos anos 1970, por exemplo, com a ascensão do chamado “Novo

Sindicalismo”, temos a articulação das associações de bairro com os sindicatos e o apoio às greves dos metalúrgicos do ABC e dos professores da rede estadual do Rio de Janeiro, em 1979 (Silveira, 1987).

Como mostra Adriana Ribeiro (2018), os movimentos de bairro também contavam com a presença de ex-militantes que atuaram nos movimentos de guerrilha contra a ditadura. No caso de São João de Meriti, por exemplo, temos a presença de João Pedro de Souza Neto, ex-militante do MR-8 que, em 1974, entrou para a Ala Vermelha e em 1977 foi morar no bairro do Éden, onde contribuiu para a criação da associação de moradores daquele bairro, assim como das associações de Vila Norma e São Mateus.

O Partido Comunista do Brasil – Ala Vermelha (PCdO-B – AV) surgiu em 1967, a partir de uma cisão no Partido Comunista do Brasil. A organização marxista se desarticulou com a intensa repressão do final dos anos 1960 e decidiu pôr em prática, na década de 1970, estratégias alternativas para impulsionar a luta dos trabalhadores das periferias. Dessa forma, muitos de seus militantes vieram parar na Baixada Fluminense e se integraram a diversas associações existentes na região.

Quando se constitui como um movimento, o ABM, que nos anos 1980 passa a se denominar Federação de Bairros de São João de Meriti, se aproxima dos partidos políticos e alguns de seus representantes vão fazer parte, por exemplo, do núcleo fundacional do Partido dos Trabalhadores na região, como é o caso de Jorge Florêncio.

Cresce também a articulação com outros movimentos sociais, como os movimentos negros e com as associações de bairro dos municípios do entorno, notadamente, o MAB e o MUB, que chegaram a realizar uma assembleia conjunta no ano de 1984. Nesse ano, a pauta central eram as mobilizações por saneamento básico, questão histórica e recorrente na região, até os dias atuais. Para melhor compreensão

dessas dimensões, trataremos desses assuntos de forma separada mais adiante.

Antes, porém, é preciso destacar que o início dos anos 1980 é marcado pela primeira vez em que ocorreu na cidade, até então, a eleição de um representante que não estava ligado aos grupos de poder estabelecidos. Trata-se de Manoel Valêncio Opasso (PDT), ex-pipoqueiro e policial civil, que venceu as eleições para prefeito derrotando José de Amorim (Knopp, 2001).

Seu sucesso deveu-se à realização de eleições com voto vinculado, isto é, o eleitor deveria escolher representantes de um mesmo partido, sob pena de ter seu voto anulado. Valencia foi catapultado ao poder pelo fenômeno Leonel Brizola, que havia sido eleito para governador do estado do Rio de Janeiro.

Ainda na esteira do brizolismo, temos a eleição de José Claudio da Silva, em 1984, apesar do governo desastroso de Valêncio, também afastado do cargo por denúncias de corrupção e mau uso do dinheiro público.

Esse ciclo de vitórias pedetistas se encerrou com a eleição de José de Amorim, em 1988. A partir de então e até os anos 2000, seu grupo político não sairia mais do poder.

Saneamento já!

Como vimos, a pauta do saneamento se tornou uma das mais importantes para a população da Baixada Fluminense, especialmente a partir do século XX, quando começam os processos de loteamento do território e sua destinação à construção de moradias populares.

À medida que os integrantes das associações de moradores iam se encontrando para discutir os problemas de seus respectivos bairros,

emerge a constatação de que a pauta do saneamento era comum a quase todos eles e sua solução, portanto, dependia de uma abordagem sistêmica.

Em 1984, várias associações realizaram caminhadas nas cidades da Baixada empunhando a palavra de ordem: “Saneamento já!” O ato teve uma avaliação positiva e foi solicitada, dias depois, a presença do governador Brizola para participar de um encontro em Nova Iguaçu, que reuniu milhares de pessoas. Como Brizola não compareceu, os moradores realizaram uma manifestação em frente ao palácio Guanabara, no dia 23 de novembro do mesmo ano. O grande resultado dessas mobilizações foi a criação do Comitê Político de Saneamento da Baixada, órgão que auxiliava na construção e fiscalização de políticas de saneamento básico para a região.

No ano seguinte, tiveram início as obras do Plano de Saneamento em São João de Meriti, no bairro de Vilar dos Teles. Elas foram paralisadas, porém, “em 1986, devido à extinção do BNH, responsável pelo seu financiamento, só voltando a ser executadas em 1987, já no Governo Moreira Franco” (Maia et al., 2007).

Em 1988, uma enchente de grandes proporções deixou o município em uma situação calamitosa, com “32 bairros inundados, cerca de 4.000 famílias diretamente atingidas, perfazendo um total de 18.000 pessoas com as casas danificadas” (Dornelles, 1990, p. 6).

Em resposta a essa situação, os movimentos sociais se mobilizaram para auxiliar as famílias atingidas com doação de roupas, alimentos, fornecimento de abrigo. A ABM, juntamente com essas medidas, desenvolveu um projeto de reconstrução de casas por meio de mutirões. Com assessoria da Fase e financiamento de organizações internacionais, o projeto e os materiais eram disponibilizados aos contemplados, que executavam a construção com o auxílio de familiares e vizinhos (Maia et al., 2007).

Essa fórmula de realização de mutirões vai ser reeditada, dessa vez por parte do poder público, no mandato do prefeito Antônio de Carvalho (1996-2004). A prefeitura comprava os materiais e a população participava com a mão de obra, sobretudo para a pavimentação de ruas com a utilização de concreto (Knopp, 2001).

A tragédia de 1988, associada às experiências acumuladas a partir da atuação da Comissão Pró-Saneamento, influenciou na elaboração e execução das obras do Programa Baixada Viva, que se desenvolveu na região a partir de 1994, durante o governo de Marcello Alencar (1995-1998) e posteriormente rebatizado Programa Nova Baixada, nos anos de governo de Anthony Garotinho (1999-2002).

Segundo Hélio Silva, durante o governo Alencar, poucas obras foram realizadas, já que os dois primeiros anos foram destinados à elaboração do plano diretor das obras, estudos da região, desenvolvimento de projetos. Além disso, as obras contariam com recursos estaduais e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O empréstimo só saiu abril de 1999, já no governo Garotinho, sendo levada a cabo, portanto, apenas parte das obras financiadas pelo Estado, que tiveram início em 1998 (Silva, 2010).

Com a mudança de governo e o financiamento externo, o maior volume de obras se desenvolveu no governo Garotinho, quando, além de rebatizado, o programa passou por algumas mudanças, como sua divisão em três fases.

Em Meriti,

Os bairros que receberam as intervenções nos governos de Marcello Alencar (1996-1998), Garotinho (1999-2002) e Rosinha Garotinho (2003-2004) foram Jardim Metrópole (1a Fase), Coelho da Rocha (2a Fase) e Éden (3a Fase). Segundo o Programa, esses bairros deveriam receber obras para (re)urbanização e também a construção de equipamentos públicos como Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher – DEAMs, Casa Abrigo para

Mulheres Vítimas de Violência, entre outras, além de algumas obras de pavimentação e de construção de postos de saúde (Dias, 2018, p. 44).

Apesar de os bairros beneficiados terem apresentado melhorias importantes, as obras realizadas nesse período não resolveram os problemas da Baixada, nem de São João de Meriti. Poucas localidades foram atendidas, os recursos fizeram e o programa se encerrou (Silva, 2010). Desde então, não foi desenvolvido projeto do mesmo tipo na região. As experiências de luta por condições dignas de vida, todavia, ficaram marcadas na história e podem servir de referência para a organização dos próximos passos.

“Ouvi o clamor desse povo”: os movimentos negros em Meriti

A expressão entre aspas que compõe o título desta seção é parte do título da cartilha dos grupos de base dos agentes de pastoral negros, elaborada para dar subsídio aos encontros que preparariam a Campanha da Fraternidade de 1988, ano em que se comemorou o centenário da abolição da escravidão e que, por isso mesmo, tinha como tema “A Fraternidade e o Negro” (Paula, 2013).

O caminho até essa campanha, porém, teve início no final dos anos 1970. Nesse período, segundo Hercília Coelho de Oliveira (2000), com a opção da Igreja Católica por uma ação mais próxima das minorias e dos movimentos sociais, principalmente por meio da formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), foram se formando vários grupos, como os grupos de jovens, de mulheres, de operários, de ações sociais e, entre eles, também o grupo dos agentes de pastoral negros (APNs).

O contexto de surgimento desses agentes de pastoral é a divisão ocorrida no seio da Igreja Católica, em meio às discussões propostas pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para incluir o tema étnico-racial na linha missionária da igreja. Nesse momento, é criado

o Grupo União e Consciência Negra (Grucon). Ele estava dividido em duas perspectivas de ação: de um lado uma ala que defendia uma linha mais independente e não ligada à igreja; do outro, os militantes que propunham uma ação que conjugasse questões raciais e fé. Dessa segunda vertente surgiram os agentes de pastoral negros (Paula, 2013).

Foi por meio da ação desses agentes que ocorreram mudanças na liturgia da Igreja Católica, como as “missas inculturadas”, que adotaram elementos das culturas africanas, como o toque do atabaque e indumentárias étnicas. Em São João de Meriti, uma das comunidades onde essa celebração se realiza é a de São José.

Além das alterações na liturgia, foi construído um espaço na Igreja Matriz de São João, denominado “Salão Quilombo”. Nele eram realizados cursos, reuniões entre freis e leigos e também foi montado um acervo de livros, filmes, revistas, entre outros produtos culturais, que poderiam ser emprestados ao público geral.

As ações e articulações empreendidas pelos agentes de pastoral negros foram responsáveis pela criação, já nos anos 1990, do pré-vestibular para negros e carentes (PVNC). Um dos principais nomes do movimento negro católico nesse momento foi o frei Davi Raimundo dos Santos, um dos responsáveis por estabelecer um convênio com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), conseguindo bolsas de estudos nessa instituição para alunos oriundos dos projetos de pré-vestibular para negros e carentes em regiões periféricas.

A primeira turma do PVNC foi a do ano 1993. As aulas ocorriam em espaços cedidos por comunidades ou sindicatos e os custos mensais eram rateados entre os alunos. Os professores eram voluntários.

Através do PVNC, muitos jovens de classes populares conseguiram ingressar nas universidades. Ele contribuiu, assim, para romper com o ciclo da desigualdade social e racial. Esse modelo de educação popular

constituiu um tipo de ação afirmativa elaborada pela sociedade civil, antes mesmo de as leis de ação afirmativa serem promulgadas pelo Estado brasileiro no ano de 2003, como a Lei n. 10.639, que obriga os estabelecimentos de ensino a lecionarem conteúdos de História da África e Cultura Afro-Brasileira, posteriormente complementada pela Lei n. 11.645, de 2005, que incluiu os povos indígenas (Paula, 2013).

Outra medida que revela a articulação entre Igreja Católica, associações de moradores, movimentos negros e política institucional também ocorreu na área da educação, quando foi implementada, em 1998, por meio do mandato do vereador Jorge Florêncio (PT), a inclusão da disciplina História e Cultura da África e Ensino e Prática da Capoeira no currículo escolar da rede pública do município de São João de Meriti (Paula, 2013).

É nesse período, final dos anos 1970 e início dos 1980, que se iniciam também as movimentações em torno do resgate da memória e da atuação de João Cândido Felisberto na Revolta da Chibata. O “Almirante Negro” encerrou sua vida como cidadão meritiense, vivendo na rua Turmalina, lote 18, quadra 50, no bairro de Coelho da Rocha. João Cândido, que nunca foi anistiado pela marinha nem recebeu qualquer tipo de reparação, é hoje um dos principais personagens em torno do qual se articulam os movimentos negros de São João de Meriti.

Junto com movimentos negros e de direitos humanos, membros da Casa da Cultura reivindicam que o nome do Almirante Negro seja inscrito no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria, no Panteão da Pátria e da Liberdade. Com esse objetivo tramitam no Congresso Nacional dois projetos de lei: um no Senado, do ex-senador Lindbergh Farias, o PL 340/2018, e outro na Câmara dos Deputados, do deputado federal Chico d’Ángelo, o PL 1.744/2019. No município de São João de Meriti, organizações como a Casa da Cultura, Pastoral Afro, Pastoral de Combate ao Racismo da Igreja Metodista, a OAB seção São João de Meriti e Mulheres Yépondá propuseram ao Legislativo e

ao Executivo municipal um projeto de lei para transformar João Cândido em herói municipal (Rangel, 2020, p. 41).

Considerações finais: da abertura aos desafios atuais

A virada dos anos 1980 para os anos 1990 é marcada por algumas transformações significativas. O contexto político e econômico é marcado pelo avanço das medidas neoliberais dos governos de Fernando Collor de Mello (março de 1990 a outubro de 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Pelo lado da participação popular, as associações de moradores vão perdendo espaço enquanto instância reivindicativa. Surgiram novos atores, como as organizações não governamentais (ONGs) e os Conselhos Municipais, estabelecidos após a promulgação de Constituição de 1988.

Em Meriti, muitos dos atores que protagonizaram as lutas nas associações de moradores passaram a ocupar esses novos espaços, às vezes de forma simultânea, como ocorreu com Jorge Florêncio, que, além de ter exercido mandato de vereador (2021-2024), também fundou, em 1990, uma ONG, a Casa da Cultura. Localizada no bairro Praça da Bandeira, a instituição fornece cursos, atividades de dança, música, como forma de garantir cidadania aos moradores da região, assim como sensibilizá-los a refletir e propor soluções para os principais problemas da região.

O primeiro prefeito eleito no período da chamada Nova República foi José de Amorim (1988-1992). Logo após, assume a prefeitura o ex-vereador Adilmar Arcênio dos Santos, o Mica (1992-1996), favorecido sobretudo pelas políticas assistencialistas que desenvolveu em seu principal reduto eleitoral, o bairro de Éden.

Essa prática de criar uma instituição por meio da qual o político atendia a favores pessoais da população, como remédios, postos de emprego, encaminhamento para exames médicos, distribuição de

cestas básicas, também contribuiu para a eleição de seu sucessor, Antônio de Carvalho, que havia sido vice-prefeito no governo de José de Amorim. Favorecido pela lei que permitia a reeleição, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1996, Carvalho esteve à frente da Prefeitura de São João de Meriti por dois mandatos consecutivos (1996-2004) e conseguiu fazer seu sucessor Uzias Silva Filho, o Uzias Mocotó (2004-2008).

Sem conseguir se reeleger, Mocotó foi substituído por Sandro Matos, que, assim como Carvalho, governou por dois mandatos consecutivos (2008-2016). Atualmente, o prefeito é João Ferreira Neto, o dr. João, que está em seu segundo mandato. A cidade enfrenta, além de seus históricos problemas de infraestrutura urbana advindos da alta densidade demográfica, da forma pela qual seu território foi ocupado e da insuficiência de recursos para prover sua população com esses serviços de maneira satisfatória, o avanço do narcotráfico sobre diversas partes do município, principalmente a partir da implantação das UPPs – Unidades de Polícia Pacificadora – na cidade do Rio de Janeiro (Fonseca, 2023). A forma como a população meritiense vai se organizar para fazer frente a esses velhos e novos desafios é uma história em construção e ainda a ser escrita.

Bibliografia

ABM/FASE. *Nesta história, nossa vida*: São João de Meriti, 1985.

ALBUQUERQUE, Enderson. O adensamento populacional da Baixada Fluminense a partir dos loteamentos: a construção de uma periferia. *GeoPUC – Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 143-167, jan.-jul. 2020.

ALVES, José Cláudio de Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH: Clio, 2003.

ATIVIDADES Femininas. Eleição de diretoria. *O Momento Feminino*, ano III, nº 81, p. 2, fevereiro de 1951.

BEZERRA, Nielson Rosa. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH: Clio, 2012.

CARVALHO, Lucas Monserrat Rosa Pires de; NUSS, Nátili Roberta de Souza. Infraestrutura hackeada: a borda ferroviária como suporte para práticas sociais insurgentes em São João de Meriti – RJ. XX ENANPUR, Belém, 23 a 26 de maio, 2023.

CASA DA CULTURA. Sobre nós. Disponível em: <https://casadaculturabaixada.org.br/>
Acesso em: 5/4/2024.

COSTA, Jéssica Andrade. *Resistência e auto-organização de trabalhadores rurais no sertão fluminense no pré-1964*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Seropédica, RJ: 2020.

COSTA, Marcelo Cardoso da. *Orçamento público e democracia local: entre o real e o mito. Um estudo de caso sobre o município de São João de Meriti*. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005

DIAS, Fernando Nicholas dos Santos. *Dois estudos de casos de políticas públicas em São João de Meriti: o Plano da Fundrem (1975) e o Programa Baixada Viva/Nova Baixada (1996)*. Trabalho de conclusão de curso (graduação). Bacharel em Gestão Pública Desenvolvimento Econômico e Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.

DORNELLES, João Ricardo W. Movimento popular e esfera pública. *Revista Proposta*, ano, XIV, n. 47, p. 5 e 6, novembro de 1990.

Equipe do Projeto de Reconstrução. Depois das chuvas: o Projeto de Reconstrução de Casas Populares de São João de Meriti. *Revista Proposta*, ano XIV, n. 47, p. 7-12, novembro de 1990.

FONSECA, Thiago Abud da. À sombra do Rio de Janeiro: violência e poder político na Baixada Fluminense, contada por um dos seus. *Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política*, v. 22, n. 3, p. 271-279, set./dez. de 2023.

FLORÊNCIO, Jorge. Entrevista. In: MAIA, Juliana Guaraná Vieira et al. (orgs.). *Sociedade em Movimentos: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imprinta Express: UERJ: Secretaria de Obras, 2007.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs.). *Liberdade por um fio: História dos quilombos no Brasil*. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Inaugurada nossa sucursal em Meriti. *Imprensa Popular*, São João de Meriti, p. 5, 27/5/1953.

INEPAC – Secretaria de Estado de Cultura. Processo de tombamento: Ilê Axé Opô Afonjá. Processo nº E-18/001/305/2016.

KNOPP, Rodinei. *O povo em cena: história política e movimentos sociais em São João de Meriti (1980-2000)*. Dissertação. Mestrado em História. Universidade Severino Sombra, Vassouras, RJ, 2001.

MACHADO, Ed. *Ilê Axé Opô Afonjá, Rio de Janeiro: da Pedra do Sal até Coelho da Rocha*. 2. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

MAIA, Juliana Guaraná Vieira et al. Notas sobre a participação social na Baixada Fluminense. In: MAIA, Juliana Guaraná Vieira et al. (orgs.). *Sociedade em movimentos: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. 1. ed. Rio de Janeiro: Imprinta Express: UERJ: Secretaria de Obras, 2007.

MAIA, Priscila Nunes Fraga; RODRIGUES, Adrianno Oliveira. A cidade (re)partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. *Anais do 15º Congresso da APDR/ 3º Congresso Lusófono de Ciência Regional*, Praia, Cabo Verde, 2009, p. 3856-3897.

MEDEIROS, Arlindo de. *Memória Histórica de São João de Meriti*. São João de Meriti, Rio de Janeiro: [s. n.], 1958.

MOMENTO feminino nos Estados. Discurso pronunciado pela vereadora Carmen Bastos Cardoso, na sessão solene da Câmara Municipal de São João de Meriti, em 7/9/1948. *Momento Feminino*, ano II, n. 50, p. 12, 1/10/1948.

MORADORES de São João de Meriti reclamam da falta de coleta de lixo. **G1, 09/03/2021.**

Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/03/09/moradores-de-sao-joao-de-meriti-reclamam-de-falta-de-coleta-de-lixo.ghtml>

MORADORES reclamam de abandono e falta de coleta de lixo em ciclovia de Meriti. *O Dia*, Rio de Janeiro, 12/12/2022. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/sao-joao-de-meriti/2022/12/6539076-moradores-reclamam-de-abandono-e-falta-de-coleta-de-lixo-em-ciclovia-de-meriti.html>

MOREIRA, Luciana Neiva. *Redescobrindo a cidade de São João de Meriti*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal Fluminense – UFF. Niterói, RJ: 2012.

OLIVEIRA, Ercília Coelho de. A diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti: um projeto de Igreja. *Revista Pilares da História*, ano 4, n. 6, p. 31-47, abril de 2006.

OLIVEIRA, Ercília Coelho de. A busca da construção do movimento negro de Duque de Caxias e São João de Meriti, nos anos 80 e início dos 90: CEBs, identidade negra e cidadania. *Hidra de Igoassú*, ano II, n. 3, p. 39-59, abril, maio e junho de 2000.

PAULA, Claudia Regina de. *Pilares negros: educação, fé e política na Diocese de Duque de Caxias (1988-2000)*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação. Rio de Janeiro, 2013.

PERES, Guilherme. *Perfis meritienses*. São João de Meriti, RJ: Amigos do Patrimônio Cultural, 2011.

RANGEL, Edilson de Oliveira. *João Cândido e Almirante Negro: disputas de memória e sensibilização para o local*. Dissertação – Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2020.

RIBEIRO, Adriana Maria. *Em nome da revolução: a trajetória social e política da Ala Vermelha (1967-1985)*. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ: 2018.

ROCHA, Jorge Luis. Memória ferroviária de uma cidade. *Revista Pilares da História*, p. 46-53, maio de 2004.

RODINE, Simone Côrtes. A funcionalidade de Vilar dos Teles: de antiga capital do jeans aos dias atuais. In: OLIVEIRA, Rafael da Silva (org.). *Baixada Fluminense: novos estudos e desafios*. Rio de Janeiro: Editora Paradigma, 2004.

SANTOS, Henrique Buy dos. Os Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-1947). In: GARCIA, Graciela; SALES, Jean; SILVA, Lúcia (orgs.). *Capítulos da história da Baixada Fluminense: ensino e pesquisa na licenciatura de História do campus de Nova Iguaçu*. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2013.

SILVA, Hélio R. S. O técnico, o político e o morador. bastidores e cena pública do Programa Nova Baixada. *Revista Periferia*, v. II, n. 1, jan./jun. 2010. Disponível em: O Técnico, o Político e o Morador. Bastidores e Cena Pública do Programa Nova Baixada. | Periferia (uerj.br) Acesso em: 10/11/2023

SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da Baixada Fluminense. *Revista UNIABEU*, Belford Roxo, v. 9, n. 21, jan./abr. 2016.

SILVA, Percival Tavares da. *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992)*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1993.

SILVEIRA, Maria Lidia Souza da. *Reinventando a participação e o poder popular: o ABM – Federação de Bairros de Meriti, a construção de uma nova hegemonia*. Dissertação. Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1987.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita, RJ: Editora Entorno, 2007.

SOARES, Layza Rocha. Entrevista com Mãe Menininha de Oxum. *Revista Fim do Mundo*, n. 4, jan./abr. 2021.

SOARES, Paulo Renato. João Cândido, o “Almirante negro”, é reconhecido como herói do RJ. G1, 20/11/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/20/joao-candido-o-almirante-negro-e-reconhecido-como-heroi-do-rj.ghtml>
Acesso em: 5/5/2024.

SOB intensa comoção popular, Prestes preconizou uma política brasileira. *Imprensa Popular*, p. 8, 28/4/1958.

SOUTO, Adriana Branco Correia. As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense: (1910/1933). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2016.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Escavando o passado da cidade. História política da cidade de Duque de Caxias.** Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.

SURGEM associações de Moradores nos Bairros de São João de Meriti. *Imprensa Popular*, p. 5, 13/05/1956.

TORRES, Gênesis. Igreja Matriz de São João de Meriti. In: TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense, a construção de uma história: sociedade, economia, política.* 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Inepac, 2008, p. 30.

TORRES, Gênesis. A economia açucareira e a agricultura de subsistência do século XVI ao XVIII. In: TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense, a construção de uma história: sociedade, economia, política.* 2. ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Inepac, 2008. p. 53-81.

TORRES, Rogério; MENEZES, Newton. *Sonegação, fome, saque.* Duque de Caxias, RJ: Consórcio de Administração de Edições, 1987.

TCE/RJ. Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. São João de Meriti. *Estudos socioeconômicos.* Municípios do Estado do Rio de Janeiro. 2021. Disponível em: https://www.tcerj.tce.br/portalnovo/publicadordearquivo/estudos_socioeconomicos. Acesso em: 04/03/2024.

VIGORITO, Joanice de Souza. Candomblé: a identidade africana, o axé, no objeto sagrado, no corpo imaginário. Baixada Fluminense (1967-1983). ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

6

BELFORD ROXO

Adriana Maria Ribeiro

Foto 5 – Belford Roxo



Atribuição: Centro Cultural Donana. Foto: Adria Ribeiro.

*Você precisa conhecer minha jurisdição [...]
Mas infelizmente tem fama de barra pesada
Isso tudo é intrigá da oposição*

(“Baixada”, Bezerra da Silva)

Apresentação

Belford Roxo situa-se na região metropolitana do Rio de Janeiro a 30 km do centro da Capital. É vizinho de quatro municípios que compõem a Baixada Fluminense: Duque de Caxias, Mesquita, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Emancipou-se de Nova Iguaçu em 3 de abril de 1990. Com área de aproximadamente 79 km² e cerca de 483 mil habitantes, é o sexto município mais populoso do estado do Rio de Janeiro. Sobre a divisão da população por raça/cor, os moradores autodeclararam-se da seguinte maneira: 27,2% de cor branca, 19,8% preta, 52,9% parda e menos de um

milésimo de amarela (origem asiática) e indígena (IBGE, 2022). Para fins de recenseamento, são considerados pardos os indivíduos que descendem de duas ou mais opções de cor ou raça.

Considerado um município urbano, abriga indústrias do setor químico e da construção civil, além de uma rede de comércio e serviços. Porém as ofertas de emprego não atendem à demanda da população, levando uma parcela significativa dela a se deslocar para a capital ou para os municípios vizinhos para desempenhar atividades laborativas. O que faz do município uma cidade-dormitório.¹ No quesito trabalho e rendimento, em 2022², a média salarial foi de 1,8 salários-mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total foi de apenas 9,91%. O baixo índice de pessoas ocupadas colocou o município na 68^a posição nesse quesito, entre as 92 cidades do estado do Rio de Janeiro (IBGE, 2022).

Na última avaliação para medir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a cidade ficou abaixo da meta nacional em todos os segmentos. Nos anos iniciais do Fundamental, obteve nota 4,8, enquanto a meta nacional foi 6; nos anos finais do Fundamental, a nota foi 3,7 quando a meta nacional foi 5,5, e no Ensino Médio, a nota foi 3,1 e a meta nacional 5,2 (Brasil, 2024). Belford Roxo possui 258 escolas, das quais 85 são municipais; 40 são estaduais e 133 pertencem à rede privada (Secretaria Municipal de Educação de Belford Roxo, 2024).

Na cidade há um Instituto Federal (IF) voltado para a oferta de cursos técnicos na área da Indústria Criativa (Design, Moda, Arte)³ e

¹ Designação usada para se referir a aglomerados urbanos de moradia de trabalhadores, que desempenham suas atividades de trabalho em uma grande cidade do entorno.

² Último ano-base disponível para a consulta, até a conclusão deste texto.

³ O IF funciona em um contêiner localizado em uma área próxima à sede da prefeitura. No início de 2024, o Governo Federal anunciou a construção do campus e a oferta de graduações pela instituição.

duas instituições de Ensino Superior: a Faculdade de Belford Roxo (Fabel), que oferece graduações em Administração de Empresas, História e Pedagogia, e a Universidade da Associação Brasileira de Ensino Universitário (Uniabeu), que disponibiliza graduações presenciais e à distância em Educação Física, Fisioterapia, Matemática, entre outras. Também conta um polo do Cederj, o qual oferece graduações à distância em Administração Pública, Ciências Contábeis, Computação, Engenharia de Produção, Segurança Pública, Pedagogia e licenciaturas em Ciências Biológicas e Matemática.

Com relação aos aspectos geográficos, Belford Roxo é caracterizado por planícies rodeadas de elevações médias e por uma rica hidrografia ligada à bacia do Iguaçu-Sarapuí. Pelo município passam os rios Botas, Iguaçu, Maxambomba, Outeiro, de Prata, Sarapuí e das Velhas. A fauna e a flora pertencem ao bioma da Mata Atlântica. Até o momento, a cidade não possui uma Área de Proteção Ambiental (APA).⁴

O fato de se tratar de uma área de convergência de rios, cujos extravasamentos dos leitos formaram brejos e pântanos, levou os indígenas a denominarem a localidade “Y-Puera”, que em tupi-guarani significa “lugar alagado” (Navarro, 2015). No Período Colonial, essa condição geográfica nomeou até uma propriedade, o Engenho do Brejo, a qual existiu em um lugar denominado “Calhamaço” (atual Centro), numa alusão à instalação de um sistema de calhas para levar as águas das chuvas até o rio Santo Antônio (rio de Prata) e de lá até o Sarapuí.

Durante o Império, foi inaugurada a Estação Ferroviária do Brejo, em torno da qual surgiram os primeiros núcleos urbanos que originaram a cidade. Em 1897, a estação foi rebatizada de Engenheiro

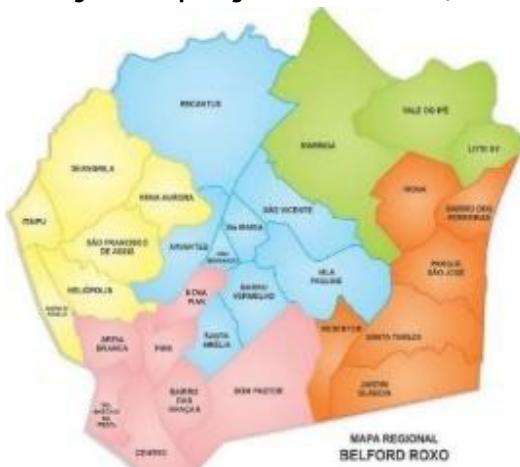
⁴ Extensa área natural, com um certo nível de ocupação humana, que garante a proteção e conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais, onde determinadas atividades são permitidas desde que não representem ameaça aos recursos ambientais renováveis e processos ecológicos.

Belfort Roxo, em homenagem a Raimundo Teixeira Belfort Roxo, que, em 1889, participou de uma obra para o abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Aos poucos, a localidade passou a ser chamada pelo novo nome da estação.

Na toponímia, há referências aos latifúndios coloniais, conforme é o caso da Estrada do Calundu, da Estrada da Conceição, do bairro Babi (atual Recantus) e do sub-bairro Jambuí: todos nomes de engenhos. Boa parte dos bairros possui nomes de santos, possivelmente pela presença do catolicismo herdado dos tempos coloniais. Nesse grupo estão: Parque São José, Santa Amélia, Santa Maria, Santa Marta, Santa Teresa, São Bernardo, São Francisco, São Leopoldo e São Vicente. Bom Pastor e Jardim Redentor devem ser considerados parte desse conjunto.

Há lugares que remetem à Era Vargas e à fase da citricultura, como a praça Getúlio Vargas, situada no Centro; a estrada Plínio Casado, em homenagem ao interventor federal do Rio de Janeiro, nos anos 1930, e o bairro Farrula, cuja denominação provém do sobrenome do latifundiário e presidente da Sociedade Fluminense de Citricultura, Rubens Farrula.

Também há denominações indígenas, a exemplo dos bairros Itaipu, Xavantes e Maringá, e nomes inusitados criados pela população, como: Bafo do Porco, Gogó da Ema, Quebra Coco, Sete Foiçadas e Avenida Atlântica. Este último refere-se à via que margeia o rio Botas, o qual encontra-se assoreado e poluído pelo despejo de esgoto doméstico sem tratamento. A referência à famosa orla da Zona Sul carioca foi uma ironia dos moradores, que até o presente sofrem com as constantes enchentes. Na Figura 1, aparece o mapa do município dividido por regiões.

Figura 1 - Mapa Regional de Belford Roxo, RJ

Fonte: Prefeitura de Belford Roxo (disponível em: <https://prefeituradebelfordroxo.rj.gov.br/plano-diretor/mapas>. Acesso em: 21 fev. 2024).

O objetivo deste texto é abordar temas da história local, com ênfase na trajetória de grupos historicamente silenciados, entre os quais estão os indígenas, os africanos e os trabalhadores. O primeiro tópico tratará das descobertas arqueológicas, com informações sobre a presença indígena no passado do território. Em seguida, serão apresentados aspectos do Período Colonial e do Império, como a instalação dos engenhos e as dinâmicas e os modos de resistência à escravidão. A maior parte do texto será dedicada a eventos do século XX, como: a fase da citricultura, a explosão demográfica a partir de 1950, a emancipação política e os movimentos sociais, com destaque para o Mutirão de Nova Aurora. Por último, serão mencionadas as práticas culturais na cidade, em especial aquelas ligadas ao reggae.

As descobertas arqueológicas

Até momento, foram catalogados oito sítios arqueológicos em Belford Roxo, dos quais sete foram descobertos por pesquisadores do

Instituto de Arqueologia Brasileiro (IAB)⁵ e estão cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Quatro são do tipo pré-colonial. Neles foram achados vestígios do modo de vida dos primeiros habitantes do território. São eles os sítios: Vacaria, localizado no bairro de Xavantes; Dona Laura, descoberto no sub-bairro de Vilar Novo (Bairro das Graças); Baixada e Sambaqui da Marquesa, encontrados no bairro de Santa Teresa.

Também em Santa Teresa os pesquisadores descobriram um sítio misto e um sítio histórico, os quais foram respectivamente denominados Cruzeiro e Madame Picucha. Os sítios mistos são assim chamados por conterem materiais tanto do Período Pré-Colonial como de épocas posteriores à colonização. No sítio Cruzeiro foram encontrados artefatos de pedra usados pelos indígenas e restos de cerâmica colonial do antigo Engenho do Calundu.

Os sítios históricos, por sua vez, guardam vestígios do período posterior à chegada dos europeus. Além do sítio Madame Picucha, há mais dois sítios dessa natureza: o Redentor, no bairro de mesmo nome, e o Túnel I, em Shangrilá. Apenas o último ainda não foi cadastrado no Iphan. Nos sítios Madame Picucha e Redentor foram localizados cacos de cerâmica colonial. Com relação ao Túnel I, este situa-se no sopé de uma colina próxima a uma área de bambuzais. Em sua entrada há uma estrutura de madeira, a qual funciona como um portal. Segundo a memória popular, o túnel foi construído para servir de passagem para escravizados fugidos do cativeiro. Há histórias de que, após o Golpe de 1964, pessoas que lutavam contra a ditadura militar usaram o lugar para se esconder e realizar reuniões (Silva, 2017; Leandro, 2023).

⁵ O IAB foi criado em 1961 e a sua sede situa-se no bairro de Santa Teresa, em Belford Roxo. A instituição tem o segundo maior acervo arqueológico do Rio de Janeiro. O maior acervo pertence ao Museu Nacional.

O passado indígena

A descoberta de sítios pré-coloniais confirma a presença de grupos sambaquieiros e de tradição tupi⁶ no passado do território. Os sambaquieiros são os mais antigos e assim chamados porque, após se alimentarem de mariscos, acumularam as conchas e com elas construíram elevações conhecidas como sambaquis. Chegaram ao território entre cinco e três mil anos, após migrarem de áreas a oeste da baía de Guanabara (atual Duque de Caxias), e se estabeleceram nas proximidades do rio Sarapuí. Mediam cerca de 1,60 m, eram fisicamente fortes devido às suas atividades náuticas, pois eram nadadores, mergulhadores e barqueiros. Abrigavam-se debaixo de árvores e, em tempos chuvosos, recolhiam folhagens para construir abrigos. Eram nômades e viviam em grupos. A expectativa de vida era em torno dos 40 anos (Souza; Ribeiro, 2021).

O sítio Sambaqui da Marquesa foi descoberto, em 1966, em uma área situada entre um manguezal e a subida de uma colina na margem esquerda do Sarapuí, onde está instalada a subestação de Furnas, no bairro de Santa Teresa. No local, foram encontradas camadas de conchas e pedaços de quartzo. Sem contar com uma política pública de preservação, a área foi totalmente ocupada por moradias. Em 2004, os materiais espalhados pelo caminho de acesso ao sambaqui foram recolhidos por pesquisadores do IAB. A preservação dos sítios arqueológicos depende de um conjunto de ações, que vão desde a Educação Patrimonial nas escolas até as políticas de incentivo à preservação e à divulgação do patrimônio histórico-cultural da cidade.

⁶ O termo “tradição” é empregado pelos arqueólogos para se referirem aos indígenas com base no tipo de cerâmica produzido por cada grupo.

POR QUE O SAMBAQUI DA MARQUESA GANHOU ESSE NOME?

O nome do sítio arqueológico tem a ver com o fato de o sambaqui ter sido encontrado em uma localidade popularmente conhecida como Vila da Marquesa. O nome da localidade tem origem no século XIX a partir do boato de que o imperador Pedro I mandou construir, no topo de uma colina, um castelo para encontrar-se com Domitila de Castro do Canto e Melo, a Marquesa de Santos. De fato, existiu um luxuoso casarão no local, mas a versão de que foi erguido a mando de Pedro I é apenas especulação (Dias; Neto, 2011).

Já os vestígios da tradição tupi apareceram nos sítios Dona Laura, Vacaria e Baixada, nos quais os pesquisadores acharam artefatos de pedra e peças de cerâmica. No Dona Laura, foi encontrada urna funerária. Os tupis chegaram ao litoral fluminense por volta de dois mil anos, a partir de migrações da Amazônia. Aos poucos, adentraram o território e construíram assentamentos próximos aos rios. Possivelmente para caçar, pescar e cultivar alimentos com maior facilidade (Seda, 2014). Foram bastante numerosos na área que compreende o município. Alguns estudiosos defendem a hipótese da existência de uma grande aldeia, no século XVI, a qual se estendeu para fora dos limites atuais da cidade (Dias; Neto, 2017). Os tupis que povoaram a região ficaram conhecidos como jacutingas.

SIGNIFICADO DO TERMO “JACUTINGA”

A palavra “jacutinga” deriva da junção dos termos “ìuku” e “tinga”, os quais em tupi-guarani significam respectivamente “comedor de grãos” e “branco” (Navarro, 2015). A tradução sugere uma referência ao jacu, uma ave característica da Mata Atlântica. Sobre a escolha do nome, não se sabe se foi feita pelos indígenas ou pelos colonizadores.

Os tupis foram agricultores, ceramistas e navegadores. Plantaram milho, mandioca, amendoim, abóbora, feijão, entre outros gêneros. Sua cerâmica foi decorada com padrões geométricos nas cores vermelho e preto sobre o branco. Suas embarcações transportaram até 30 pessoas. Costumavam raspar os pelos do corpo e da parte da frente da cabeça. Usavam colares de ossos, cocares de penas e alargadores nas orelhas. Produziram óleos repelentes e andaram nus para facilitar a travessia de rios, pântanos e mangues. Manejaram bem o arco e a flecha. Moraram em tabas com aproximadamente 70 pessoas e dormiram em redes. Possuíram conhecimentos de astronomia, da fauna e da flora e dominaram saberes sobre plantas medicinais. Fabricaram instrumentos musicais e praticaram a dança.

As aldeias foram unidades independentes, mas articuladas: as litorâneas interligaram-se às do interior através de percursos marítimos e fluviais. Em alguns períodos, como em épocas de guerra, compuseram alianças, a exemplo da Confederação Tamoio.⁷ Apesar de praticarem trocas, os tupis não o fizeram com base na acumulação de bens, como ocorre no capitalismo. Por viverem em áreas litorâneas e fluviais, foram os primeiros grupos de nativos a ter contato com os europeus.

A partir do processo de conquista do território pelos portugueses, as aldeias indígenas foram dominadas e suas terras reutilizadas para atividades agrícolas em grande escala com fins comerciais (Dias; Neto, 2017). Durante as aulas, é importante falar da prática da agricultura pelos povos indígenas, a fim de possibilitar aos estudantes o conhecimento das diferentes fases da história agrária brasileira.

⁷ A Confederação Tamoio foi a união de diversas aldeias tupis em apoio aos franceses, no Rio de Janeiro, em meados do século XVI, para a conquista da França Antártica. Os portugueses, por sua vez, aliaram-se a aldeias tupis inimigas daquelas reunidas na Confederação. Vale dizer que as alianças pró-franceses e pró-portugueses estiveram relacionadas a disputas de territórios entre os indígenas e não à presença estrangeira.

História essa, quase sempre, narrada como se o seu início ocorresse a partir do Período Colonial.

De acordo com o último censo, 242 pessoas residentes em Belford Roxo se autodeclararam como indígenas (IBGE, 2022). Apesar de muito pequeno, esse número não pode ser desconsiderado e pode ser usado nas aulas para contestar uma versão ainda bastante difundida no ensino da História: a do extermínio dos povos originários. Exterminar significa fazer desaparecer completamente (Ferreira, 2004).

Entretanto se há indivíduos autodeclarados indígenas, é porque esses povos encontraram estratégias de resistência ao processo colonizador. Houve genocídio provocado por diferentes práticas, como: as guerras, as disseminações de doenças, a cristianização forçada e a escravização. Porém usar a expressão “extermínio” para se referir ao genocídio pode levar o estudante à compreensão equivocada de que os indígenas desapareceram. O que efetivamente não ocorreu.

Ainda é preciso levar em conta o fato de as pessoas autodeclaradas indígenas não serem descendentes diretas dos povos que habitaram a área do município. Algumas podem pertencer a etnias diferentes, a exemplo dos puris, que migraram para a localidade no século XX. Os puris são originários de regiões de serras. Por habitarem áreas mais distantes do litoral, tiveram contato com os europeus a partir do século XVIII. De qualquer modo, é importante falar da presença indígena, tanto no passado como no presente, a fim de oportunizar debates acerca da diversidade étnico-cultural que perpassa a história local.

O território a partir da chegada dos portugueses

A formação dos latifúndios

A ocupação do território pelos portugueses esteve relacionada ao contexto da França Antártica (1555-1565), quando os franceses se instalaram em áreas no entorno da baía de Guanabara para estabelecer uma colônia na América do Sul. Após a vitória portuguesa, a Coroa iniciou uma política de doações de terras a fidalgos e a capitães-mores que participaram das batalhas contra os franceses. Além de ser uma recompensa pelos serviços prestados, as doações foram uma forma encontrada pelo Estado português para incentivar a criação de núcleos populacionais ao longo da baía e em seu interior, a fim de evitar novas invasões (Mendonça, 1991). Sem recursos financeiros para assumir os custos da colonização, a Coroa repassou a responsabilidade a particulares, os quais, na América Portuguesa, tornaram-se administradores, comerciantes, senhores de engenhos e traficantes de escravos, originando a elite colonial brasileira (Fragoso, 1998).

Entre 1565 e 1600, foram distribuídas cerca de 70 sesmarias no recôncavo da Guanabara. A localização da maior parte das terras era imprecisa. Quase sempre, as referências vinham de denominações indígenas. Ao acessar esses locais, os colonizadores queixaram-se frequentemente de ataques dos nativos. Até o século XVII, os assentamentos portugueses foram poucos e irregulares na região (Maia, 2012).

No que se refere a Belford Roxo, o território integrou as sesmarias doadas aos fidalgos Brás Cubas e Tomé Rodrigues. A sesmaria de Brás Cubas compreendeu as áreas entre os rios Iguaçu e Meriti, onde estão os municípios de Belford Roxo, de Mesquita, de Nilópolis e de Nova Iguaçu (Maia Forte, 1933). Enquanto a propriedade de Tomé Rodrigues

estendeu-se do rio das Velhas até as terras de Brás Cubas, onde localizam-se os bairros ao sul de Nova Iguaçu e ao norte de Belford Roxo. O desinteresse dos proprietários para adentrar esses territórios e promover o povoamento fizeram com que suas terras fossem repartidas até o final do século XVI (Maia, 2012).

A partir do século XVII, foram instalados vários engenhos no recôncavo da Guanabara, os quais funcionaram à base do trabalho de africanos e de indígenas escravizados. Nessas propriedades, explorou-se a madeira, produziram-se cana-de-açúcar e outros gêneros alimentícios, como o arroz e a mandioca. A maior parte da produção foi para a comercialização, em especial para abastecer a cidade do Rio de Janeiro. Alguns engenhos manufaturaram o açúcar e a aguardente e possuíram olarias para a fabricação de tijolos e de telhas.

Durante o chamado Ciclo do Ouro, houve um aumento na produção de aguardente e de alimentos, para suprir a demanda dos povoados ligados às atividades mineradoras. A farinha de mandioca e a aguardente também foram usadas como moedas de troca no porto do Rio de Janeiro para aquisição de escravizados (Bezerra, 2004).

No atual território de Belford Roxo funcionaram vários engenhos, entre os quais destacam-se o de Nossa Senhora da Conceição do Sarapuí (Bom Pastor e Jardim Redentor), o do Calundu (Santa Teresa, Jardim Gláucia e Parque São José), o do Babi (Recantus e São Francisco), o de Nossa Senhora da Vitória (Vila Pauline e Barro Vermelho) e o do Brejo (Bairro das Graças e Centro). No início do século XVIII, o Engenho do Babi foi um dos mais prósperos produtores de arroz do recôncavo da Guanabara (Peixoto, 2015).

Os engenhos interligaram-se por vias terrestres, a exemplo da estrada do Calhamço, aberta às margens do rio Sarapuí para ligar os

engenhos do Brejo e do Covanca. Este último pertenceu à freguesia⁸ de São João de Meriti. Ou a estrada da Conceição, que atravessou o Engenho de Nossa Senhora da Conceição e interligou o Engenho do Brejo ao Engenho de São Bento, na freguesia de Nossa Senhora do Pilar (Duque de Caxias). Próximo desse caminho, passou a Estrada Real, que ligou a cidade do Rio de Janeiro a Petrópolis. Mas foram as vias fluviais que tiveram grande importância na vida e na economia local, porque constituíram o principal modo de acesso ao interior e de escoamento da produção. Logo, foram determinantes para a formação dos engenhos e das freguesias (Fridman, 2009).

Uma das freguesias mais antigas do recôncavo foi a de Santo Antônio de Jacutinga, da qual o território belford-roxense fez parte. Criada em 1657, o nome provém da construção, no alto de uma colina próxima ao rio de Prata,⁹ de uma capela dedicada a Santo Antônio, a mando de Homem Albernaz: um cristão-novo,¹⁰ proprietário do Engenho de Santo Antônio, localizado no Calhamaço (Araújo, 1820).

Pelo fato de a América Portuguesa ser formada por uma sociedade católica, foi comum as propriedades terem nomes de santos, para os quais se ergueram capelas geralmente em pontos elevados dos terrenos. Ao nome do santo ou da santa acrescentava-se a denominação de um rio, de uma aldeia indígena ou de uma cidade, com o objetivo de criar uma referência para facilitar a localização. A exemplo do que ocorreu com a freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, cujo termo de referência foi a denominação pela qual a aldeia local foi chamada.¹¹

⁸ O termo “freguesia” é uma denominação eclesiástica para se referir a unidades espaciais de domínio da Igreja.

⁹ À época, o rio de Prata se chamava rio Santo Antônio.

¹⁰ Denominação portuguesa surgida no final do século XV, usada para se referir a judeus e a muçumanos convertidos ao cristianismo. A conversão ocorreu, na maior parte das vezes, de modo compulsório.

¹¹ A maior parte das freguesias e engenhos ficou conhecida pelo termo de referência.

No final do século XVII, a freguesia de Jacutinga contou com pouco mais de 200 pessoas. Um século depois, esse número cresceu para 3.540. Mais da metade foi de africanos escravizados (Bezerra, 2010). O aumento no número de habitantes demandou a construção de outra igreja, em local mais acessível para os fiéis, pois o Calhamaço era intransitável durante o período de chuvas (Carvalho, 2013). A igreja foi transferida para um outeiro, onde situa-se o bairro de Santo Antônio da Prata, no limite entre Belford Roxo e Nova Iguaçu. Alçada à condição de igreja matriz, a construção foi concluída em 1785 e permanece preservada. Vale dizer que, no Período Colonial, as igrejas e as capelas foram, juntamente com os rios, as principais referências para os moradores e para aqueles que passavam pela localidade para seguir em direção ao litoral ou às minas de ouro.

Escravidão versus resistência¹²

Em 1850, a população da freguesia de Jacutinga alcançou a marca de 5.635 habitantes, dos quais 3.290, ou seja, cerca de 60%, foram pessoas escravizadas. Esse alto percentual sugere que houve intensa atividade agrícola na localidade, porque a maior parte dos escravizados foi explorada nas lavouras. Alguns foram designados para o trabalho doméstico nos casarões senhoriais. Outros para a realização de atividades ligadas ao transporte de mercadorias. Também havia os que desempenharam um tipo específico de ofício, a exemplo dos ferreiros, carpinteiros, pedreiros, alfaiates e sapateiros.

Boa parte dos escravizados veio da África centro-ocidental, onde predominou a cultura banta. Em maior quantidade nas propriedades do recôncavo da Guanabara, os “escravos bantos” foram os mais numerosos

¹² Alguns trechos deste tópico foram usados pela autora nos capítulos sobre Japeri e Paracambi.

nos casos de fugas e de formação de quilombos na região. Teceram alianças e redes de solidariedade com outras etnias africanas, com as quais formaram quilombos em áreas de florestas, pântanos e manguezais. A escolha desses locais foi estratégica, porque tinha o objetivo de dificultar o acesso de tropas investidas contra os quilombolas (Bezerra, 2012).

A CULTURA BANTA

O termo africano “bantu” é geralmente traduzido como “pessoas” ou “povo”. O “bantu” ou “banto” é uma cultura milenar, que engloba um conjunto de mais de 400 línguas e tem como fundamento a cooperação, o espírito de solidariedade e a vida coletiva (a comunidade). Na perspectiva banta, o conhecimento é transmitido pela ancestralidade, a qual deve ser respeitada e cultuada e está presente na religiosidade e nas artes. Entre as religiões de matriz africana com influência banta, no Brasil, destaca-se o candomblé.

Até o final do século XIX, existiram vários quilombos nos territórios que se emanciparam de Nova Iguaçu. Possivelmente alguns deles existiram na área que compreende o município de Belford Roxo. Os mocambos próximos aos rios Iguaçu e Sarapuí estiveram entre aqueles que mais chamaram à atenção das autoridades na Capitania do Rio de Janeiro. Além de africanos fugidos do cativeiro, os quilombos abrigaram indígenas e pardos.

Essas comunidades sobreviveram com base na agricultura de subsistência, na caça e na pesca. Os quilombolas ainda arrebataram telhas, gados e mantimentos de propriedades próximas, o que despertou a ira dos latifundiários, que exigiram soluções por parte das autoridades, como a prisão e a morte de lideranças e a destruição dos quilombos. Alguns mantiveram relações de troca com negociantes locais, os quais, em nome de interesses particulares, abrigaram os procurados pela polícia. Os quilombos das cercanias da Guanabara

foram determinantes no comércio de madeira, cujos carregamentos foram transportados pelos rios e chegaram à cidade do Rio de Janeiro por intermédio de comerciantes (Gomes, 1994).

Além das fugas e da formação de quilombos, os africanos forjaram outras formas de resistência à escravidão, como a conversão religiosa e a prática do compadrio. As relações de compadrio representaram a criação de um parentesco em bases cristãs entre o cativeiro e a “casa-grande”, por meio do qual os escravizados buscaram entre os senhores padrinhos para si e para os seus filhos. É importante dizer que se, na ótica senhorial, a conversão ao catolicismo e a aceitação do batismo foram vistos como modos de pacificação dos cativeiros; na perspectiva dos escravizados, significou a busca por proteção e pela obtenção de benefícios, como o livramento dos castigos físicos (Demétrio, 2008). Esse tipo de relação indica a complexidade do sistema escravista no Brasil, que foi conflituoso, violento e cruel.

Após a Lei Áurea, a população preta buscou estratégias para garantir o acesso a direitos e para exercer a cidadania, voltando-se contra as antigas práticas da escravidão. Porém continuou a ser alvo de discursos e de ações racistas, as quais envolveram (e envolvem) investidas policiais e perseguição cultural e religiosa. As heranças africanas estão fortemente presentes na Baixada Fluminense e se manifestam por meio de tradições religiosas e culturais, a exemplo dos templos de candomblé e de umbanda, os chamados “terreiros”, dos grupos de capoeira e de música e das entidades que lutam pelos direitos da população negra.

Em Belford Roxo, há diversas entidades ligadas à cultura afro. Entre as quais destacam-se a Associação Cultural Capoeira Palmares, que promove aulas de samba de roda, de jongo e de capoeira para crianças e adultos, e a Associação Cultural e Recreativa Afoxé Raízes

Africanas,¹³ que realiza cortejos, eventos para divulgar a cultura afro-brasileira e oficinas de percussão, de dança, de gastronomia e de costura e tingimento de tecidos.

O bloco de afoxé foi fundado em 2002 pela sacerdotisa Isabel de Oyá. A partir de 2007, a agremiação foi incluída na programação oficial do carnaval carioca, apresentando-se na orla da Zona Sul e no Centro do Rio de Janeiro. Desde 2013, a Associação participa do Festival del Fuego Del Caribe, em Cuba, no qual representa a cultura afro-brasileira e faz intercâmbio de experiências socioculturais e educativas.

AFOXÉ

O termo “afoxé” é de origem iorubá e significa “encantamento” ou “palavra eficaz”. O cortejo de afoxés surgiu em Salvador, BA, no final do século XIX, e está vinculado à religiosidade de matriz africana, em especial ao candomblé. Tem grande expressão no carnaval baiano. As danças reproduzem as dos orixás e as cores das vestimentas correspondem às das divindades. As cantigas são em iorubá e os principais instrumentos usados são: o afoxé (cabaça coberta por uma rede de sementes ou de contas de plástico); o atabaque (tambor alto e afunilado) e o agogô (sino de metal sem badalo, tocado por meio de uma vara).

Belford Roxo é o nono município do estado do Rio de Janeiro e o segundo da região da Baixada Fluminense com o maior percentual de pessoas pretas: 19,8%. Na cidade, não há demarcação de território quilombola.¹⁴ Mas 134 pessoas se autodeclararam descendentes desse grupo. No Brasil, quase 90% das pessoas quilombolas vivem fora de seu território (IBGE, 2022).

¹³ Para mais informações sobre o afoxé Raízes Africanas, acessar: <http://www.afoxeraizesafricanas.com>

¹⁴ Território reconhecido por lei como pertencente a comunidades de grupos étnicos predominantemente formados pela população negra (rural ou urbana), autodefinida a partir do parentesco e de relações específicas com o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias.

Não é possível negar as marcas do passado escravista na cidade. Tampouco o fato de ela possuir uma formação social fortemente marcada pela presença de afrodescendentes, os quais não receberam qualquer compensação econômica ou moral pela diáspora provocada pelo tráfico negreiro (Bezerra, 2012). Ignorar esse dado histórico é contribuir para silenciar as memórias desses grupos e perpetuar os problemas que os afligem. Problematizar em aula as questões ligadas à escravidão, como: o tráfico internacional de africanos e seus impactos na sociedade brasileira, as origens das pessoas escravizadas, os tipos de trabalho, os modos de resistência e as tradições culturais, pode contribuir para repensar a identidade étnica e cultural da cidade e dar visibilidade à população preta na construção do território.

O velho Brejo

O Engenho do Brejo surgiu em 1683, a partir de um desmembramento das terras do Engenho Santo Antônio, na localidade do Calhamaço. A extensão da propriedade extrapolou os limites atuais do município, estendendo-se ao sul pela freguesia de Meriti, onde estão os bairros de Coelho da Rocha e de Vilar dos Teles e, de lá, até o morro do Carrapato, em São de João de Meriti. A sudeste, seguiu até uma parte do atual bairro do Bom Pastor, ao norte, até as proximidades do bairro da Piam, e a noroeste, até o bairro de Areia Branca.

Voltado para o beneficiamento de cana-de-açúcar, em meados do século XVIII, o Brejo foi o terceiro engenho mais produtivo da freguesia de Jacutinga. Em 1779, chegou a produzir 25 caixas de açúcar e oito pipas de aguardente (Abreu, 1987). Os canaviais ficaram nas partes mais altas por causa das cheias do Sarapuí, principal meio de acesso àquelas terras. Também havia olarias para a produção de telhas e tijolos, cuja matéria-

prima usada foi um barro avermelhado retirado de uma extensa área próxima à propriedade. A área ficou conhecida como Barro Vermelho, onde situa-se um bairro de mesmo nome. Os produtos foram transportados em carros de boi até um porto situado na propriedade, de onde partiram para a cidade do Rio de Janeiro. Pelo porto do Brejo, passaram tanto mercadorias produzidas no próprio engenho como nas propriedades próximas.

Ao longo dos anos, o Brejo teve vários proprietários. Na primeira metade do século XIX, pertenceu ao visconde de Barbacena, que tentou investir no plantio de café. Mas as lavouras não foram bem-sucedidas. Talvez, pelo tipo de clima, mais quente que aquele encontrado no Sul Fluminense. Em 1853, as terras do engenho foram desmembradas e uma parte foi vendida ao comendador Manuel José Coelho da Rocha,¹⁵ um comerciante do ramo da cafeicultura.

Logo após a mudança de proprietário, o engenho entrou em decadência devido, entre outros fatores, a uma epidemia de cólera na província fluminense. Iniciada na Corte, em 1855, a epidemia alcançou rapidamente o interior, causando um cenário desolador. O uso coletivo dos chafarizes para obtenção de água foi citado como um dos fatores de transmissão da bactéria causadora da cólera. Ainda na segunda metade do século XIX, a população da província sofreu com surtos de outras doenças, a exemplo da febre amarela e da malária. As áreas alagadas (brejos e pântanos) foram associadas às causas das febres.

Nos engenhos, fazendas e vilas comerciais, os mais atingidos foram os pobres e os escravizados. As altas taxas de mortalidade entre esses grupos foram explicadas pelos discursos médico-sanitaristas como

¹⁵ No século XIX, o termo “comendador” era um título de honra oferecido a homens que se destacavam nos negócios ou que possuíam influências sociais, econômicas ou políticas.

decorrência do ambiente e das condições de vida desses segmentos, os quais residiram em habitações mal arejadas, pouco espaçosas e com grande concentração de pessoas (Kodama et al., 2012).

Depois do falecimento do comendador, o engenho foi dividido entre os seus herdeiros. Em 1875, sua filha Maria Angélica Coelho da Rocha comprou as terras dos irmãos e reunificou parte da antiga propriedade, a qual denominou como Fazenda do Brejo. Uma área de cerca de 50 km² foi vendida ao Estado para a construção da adutora e da ferrovia, que seguiram de Rio d’Ouro (Tinguá) até a cidade do Rio de Janeiro (Santos, 2019).

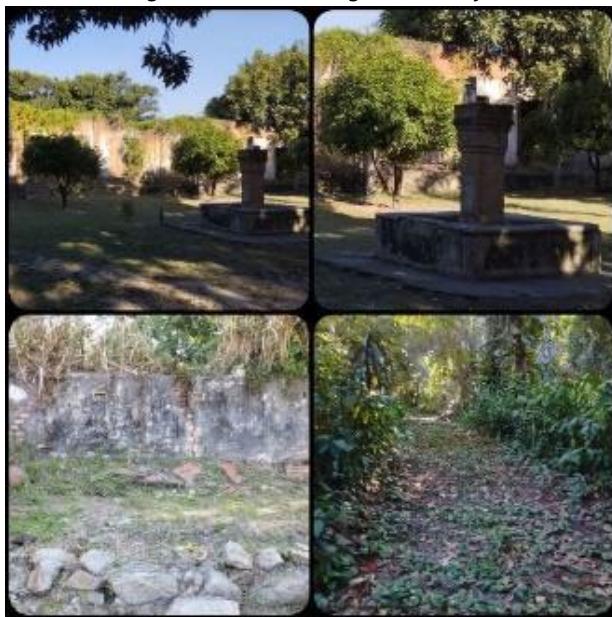
Como de costume em propriedades rurais, no começo do século XX, mulheres de famílias abastadas lecionaram para crianças, em escolas improvisadas nas fazendas. Conforme fez Floripes Rocha, herdeira da Fazenda do Brejo, que alfabetizou crianças que viveram na propriedade. No Bairro das Graças, bem próximo de onde estão as ruínas do casarão da fazenda, há uma rua com o seu nome, na qual situa-se a Escola Municipal Belford Roxo, anteriormente chamada de Escola Municipal Floripes Rocha.

No início do XX, os donos do Brejo realizaram pequenas obras de infraestrutura. A maior parte voltada para o abastecimento de água no povoado que cresceu no entorno da propriedade, como a instalação de uma caixa-d’água, no alto de uma colina a menos de um quilômetro da sede da fazenda, com capacidade para atender até 500 pessoas (Almeida, 2009). O objeto permanece no local, hoje, conhecido como morro da Caixa-d’Água.

As ruínas do casarão estão no Bairro das Graças, no alto de uma colina cercada por um cinturão de mata, nos fundos da Uniabeu, proprietária da área. Embora o local não tenha sido registrado como sítio arqueológico, trata-se de um sítio histórico importante para a

história e a memória da cidade. A um quilômetro dali, foi localizado o sítio Dona Laura, no qual foi encontrada uma urna funerária tupi. A proximidade entre a área do antigo casarão e do sítio pré-colonial pode ser mencionada em aulas expositivas e de campo, para discutir aspectos da conquista dos territórios indígenas pelos colonizadores. A Figura 2 mostra um mosaico de fotografias, onde aparecem as ruínas, o chafariz e o caminho de acesso ao casarão.

Figura 2 – Ruínas do Engenho do Brejo



No primeiro quadro, avistam-se as ruínas do casarão. Ao lado, o chafariz. Abaixo e à esquerda, o calçamento de pedra. E à direita, o caminho de acesso até o casarão.

Fontes: Fotografias da autora.

O Milagre das Águas e a origem do nome da cidade

O nome da cidade foi uma homenagem póstuma ao engenheiro maranhense Raimundo Teixeira Belfort Roxo, que, em março de 1889, participou de um projeto para o abastecimento de água da Corte, o qual

ficou conhecido como Milagre das Águas em Seis Dias. Desde o Período Colonial, a população da cidade do Rio de Janeiro conviveu com problemas no abastecimento de água, os quais foram intensificados a partir meados do século XIX, pelo aumento da população.

Na década de 1870, o imperador Pedro II autorizou a realização de obras para levar água da serra do Rio d’Ouro, em Iguaçu, até a Corte. Paralelamente ao traçado das tubulações, foi construída uma ferrovia para transportar os tubos de ferro e outros materiais para a obra de canalização da água. A adutora foi concluída em 1880 e a Estrada de Ferro Rio d’Ouro foi finalizada em 1881. O ponto de intercessão entre a adutora e a ferrovia foi a Estação do Brejo, inaugurada em 1883.

No entanto, a construção da adutora não resolveu o problema do abastecimento. No verão de 1889, a Corte voltou a viver episódios de seca. Além da escassez de água, a Capital foi assolada por um surto de varíola. O problema do abastecimento foi apontado como um dos principais fatores para a disseminação da doença. A imprensa favorável ao republicanismo aproveitou a crise hídrica e sanitária para atacar a monarquia. Jornais e revistas acusaram o imperador pelo aumento das mortes e por não buscar uma solução eficiente para o problema do abastecimento. Em meio às críticas, a imprensa convocou a população para protestos de ruas contra o governo.

Naquele contexto, Paulo de Frontin, professor da Escola Politécnica,¹⁶ apresentou ao imperador um projeto para resolver o problema do abastecimento. Segundo o engenheiro, a solução seria desviar o curso de duas nascentes da serra do Rio d’Ouro para um reservatório da cidade do Rio de Janeiro. Sem obter resposta, Frontin publicou uma carta no Diário

¹⁶ A Escola Politécnica do Rio de Janeiro foi fundada em 1792, com o objetivo de incentivar os estudos na área da Engenharia.

de Notícias, o qual pertencia ao republicano Ruy Barbosa, com o título “Água em seis dias”. Na carta, afirmou ter um plano para levar água à Capital, dentro daquele prazo, cobrou 80 contos de réis para executar a obra e solicitou ao governo tubos, ferramentas e transporte para levar a equipe técnica e os materiais até a serra. Pressionado, o governo autorizou a realização da obra (Elias; Scarrone, 2015).

Frontin se dirigiu para a serra acompanhado de cerca de 300 pessoas. Em sua maioria, engenheiros, alunos e funcionários da Politécnica. Dois dias depois, tinham se deslocado para a região cerca de mil trabalhadores. No sexto dia de obras, chegaram à cidade do Rio de Janeiro mais de 15 milhões de litros de água. Na empreitada, Frontin contou com ajuda de vários engenheiros experientes, entre os quais estava Raimundo Teixeira Belfort Roxo.

O sucesso da obra foi capitaneado pelo movimento republicano e a expressão “Água em seis dias” ganhou as primeiras páginas dos periódicos (Costa, 2017). A *Revista Illustrada* publicou uma charge do famoso cartunista Ângelo Agostini, na qual Frontin aparece imponente ao lado de uma grande tubulação, que jorra água e arrasta monarquistas. A Figura 3 refere-se à charge de Agostini.

Figura 3 – Charge de Ângelo Agostini, “Revista Illustrada” (1889)



Ângelo Agostini. *Revista Illustrada*. Rio de Janeiro, 30/03/1889. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/332747/per332747_1889_00542.pdf. Acesso em: 6 jun. 2023.

Em 1897, a Estação do Brejo foi renomeada como Engenheiro Belfort Roxo. Devido à mudança, a localidade passou a ser chamada pelo novo nome da estação. Não foi encontrada uma explicação satisfatória para mudança da grafia Belfort para Belford. Ao que parece a substituição do “t” pelo “d” ocorreu por descuido nos registros de decretos estaduais, nos anos 1930 (Santos, 2009). Durante o Império, foi instalado, ao lado da estação, um chafariz para ofertar água à população, o qual foi ornamentado com uma escultura francesa de características renascentistas, hoje conhecida como “Bica da Mulata”. Na Figura 4, aparece a escultura em seu lugar original.

Figura 4 – Bica da Mulata



Disponível em: <https://mapadecultura.com.br/manchete/bica-da-mulata-2>.

Acesso em: 3 fev. 2024.

A HISTÓRIA DA BICA DA MULATA

No século XIX, o imperador Pedro II comprou três esculturas da deusa grega Harmonia, produzidas pelo artista francês Jean-Jacques Pradier (1790-1852). Cada uma delas representa uma personificação da deusa: Paz, Concórdia e Harmonia. A escultura “Harmonia” foi instalada no chafariz ao lado da Estação do Brejo. Com a falta de manutenção, a peça oxidou e adquiriu uma cor escura. Razão pela qual passou a ser chamada pela população de “Bica da Mulata”. Atualmente, a escultura encontra-se na rotatória bem próximo à empresa Bayer.

As transformações no território no decorrer do século XX**Da Maria Fumaça resta a memória!**

A Estrada de Ferro Rio d’Ouro teve 53 km, os quais ligaram a localidade de Cava (atual Vila de Cava, em Nova Iguaçu) ao bairro do Caju, na zona portuária do Rio de Janeiro. Em Cava, havia um sub-ramal de 12 km até a serra do Tinguá. Vale dizer que as ferrovias foram abertas por escravizados, trabalhadores livres e imigrantes. Projetada para transportar tubulações para as obras da adutora, a partir de 1883, a ferrovia passou a transportar passageiros. Nesse ano, foram inauguradas, além da Estação do Brejo, três paradas interligadas ao ramal de Cava: Areia Branca, Heliópolis e Itaipu. Em 1911, foram criadas mais duas paradas: a de Aurora (atual bairro de Nova Aurora) e a de Babi, as quais pertenceram ao sub-ramal de Xerém, em Duque de Caxias.

Até 1969, quando a ferrovia foi desativada, seus trens eram puxados por locomotivas movidas a vapor, do tipo que ficou conhecido como “Maria Fumaça”. Da antiga linha férrea no município restam as memórias dos moradores. Na cidade não há vestígios das antigas paradas de trens. Por cima dos trilhos, há asfalto e construções, inclusive residências.

A professora Maria do Carmo Volú, conhecida como “Tia Carminha”, se recordou da antiga ferrovia. Contou que, quando criança, embarcou com seu pai, aos domingos, na parada ferroviária do Babi, localizada próximo à sua casa no bairro de Xavantes, para visitar o seu avô em Xerém. Durante a viagem, gostava de sentar-se na janela do trem, para avistar a paisagem marcada por uma vasta vegetação e riachos. Tia Carminha disse que gostava de brincar em um furo da tubulação, que seguia paralela aos trilhos da ferrovia. O local do furo era popularmente conhecido como “bicão” e ficava próximo de sua casa. A

professora costumava ir até lá para apanhar água para o consumo da família e para lavar roupas (Volú, 2023).

Da citricultura à instalação das fábricas

Até as primeiras décadas do século XX, o território belford-roxense permaneceu como área rural. Durante o governo Nilo Peçanha no Rio de Janeiro (1903-1906), houve uma política de incentivo à diversificação agrícola, com estímulos à iniciativa particular para a concessão de crédito para o aproveitamento da terra. A partir de 1910, o governo federal ampliou as obras de canalização de córregos e de construção de diques e barragens para conter enchentes e de eliminação de pântanos, considerados focos de malária. Com as obras, o governo buscou resolver a questão da insalubridade e tornar as terras mais atrativas aos investidores (Souto, 2016).

As políticas iniciadas por Nilo Peçanha contribuíram para a expansão da citricultura em Nova Iguaçu. Na década de 1930, a laranja ocupou o terceiro lugar na pauta de exportações.¹⁷ A maior parte da produção nacional vinha de fazendas iguaçuanas. O escoamento da produção era feito através das ferrovias e de estradas auxiliares de rodagem. Para se ter uma ideia da importância da produção local, no final dos anos 1920 a cidade exportou 46 milhões de frutas para a Argentina e o Uruguai e mais 10 milhões para países da Europa (Abreu, 1987).

À época, o território de Belford Roxo foi coberto por laranjais. Entre as fazendas que prosperaram com a citricultura, estavam a do Brejo e a Heliópolis. A Fazenda do Brejo chegou a ter mais de 20 mil pés de laranja, cuja produção foi exportada para a Argentina e para a França (Almeida, 2009). Mas o destaque foi a Heliópolis, que, em 1930, tinha

¹⁷ À época, os dois produtos mais exportados foram respectivamente o café e o cacau.

aproximadamente 100 mil pés da fruta, razão pela qual foi considerada uma das fazendas mais prósperas do município de Nova Iguaçu (*Polyanthéa Comemorativa ao Primeiro Centenário do Município no Governo de Arruda Negreiros, 1933*).

A Fazenda Heliópolis pertenceu à firma Farrula & Cia, administrada pelo médico e agropecuarista Rubens Farrula. A propriedade abrangeu a área onde situam-se os bairros de mesmo nome da fazenda e do sobrenome do proprietário. Nessa Fazenda, Farrula também investiu na avicultura e na plantação de eucaliptos. O empresário não pagou salários aos empregados. Os trabalhadores receberam uma espécie de tíquete, com o qual só poderiam adquirir produtos (alimentos, remédios, vestimentas etc.) nos armazéns do próprio dono da fazenda (Morais; Pimenteal; Pontes, 2005). Nas primeiras décadas do século XX, essa prática de espoliação dos trabalhadores ocorreu em diversas propriedades rurais, em diferentes pontos do país.

Os fazendeiros receberam personalidades políticas em suas propriedades, a exemplo do então presidente Getúlio Vargas. Em 1931, após comparecer à inauguração da praça que leva o seu nome, construída em frente à estação de trens, o mandatário participou de uma festividade na Fazenda do Brejo (Almeida, 2009). Até o final da década de 1930, Vargas frequentou várias fazendas locais, entre elas a de Rubens Farrula, de quem era amigo. A fim de cobrir as visitas do presidente, os jornais enviaram repórteres à região, os quais aguardaram em uma via de acesso tanto à Fazenda do Brejo como à Heliópolis. Razão pela qual a via ficou conhecida como avenida Retiro da Imprensa (Morais; Pimenteal; Pontes, 2005).

Mas a década de 1930 não foi marcada apenas pela prosperidade dos donos dos laranjais. O contexto internacional de ascensão das ideias nazifascistas se refletiu na localidade. À época, surgiu no Brasil a Ação

Integralista Brasileira (AIB), um movimento de extrema direita liderado por Plínio Salgado. A AIB reuniu cerca de um milhão de membros e é considerada o maior partido fascista fora da Europa. O movimento integralista espalhou-se rapidamente pelo país, com células em diversas cidades, inclusive no interior do Rio de Janeiro (Gonçalves; Neto, 2020).

Em 1935, a professora leiga Aurélia Braga mudou-se da cidade de Campos, no Norte Fluminense, para o então distrito iguaçuano de Belford Roxo, onde fixou residência com a família, no Bairro das Graças. Na localidade, Aurélia passou a lecionar na Escola Professor Paris (hoje, integrada à rede municipal) e em uma escola improvisada na igreja do Sagrado Coração de Jesus. Apesar de não possuir formação específica, a jovem tinha boa caligrafia e gostava de ler e de escrever. Requisitos considerados importantes para as mulheres atuarem no magistério, na primeira metade do século XX.

A professora tinha fama de rígida, porque castigava os seus alunos, inclusive fisicamente. Seus métodos e objetivos de ensino foram baseados na proposta de educação integralista. Essa ideologia defendeu um ensino disciplinador, pautado por uma forte hierarquia e pelo nacionalismo extremado. Em suma, uma educação bastante autoritária, assentada nos princípios de ordem, nacionalismo e civismo, cujo lema era: Deus, Pátria e Família (Soares, 2016).

Os regimes fascistas foram militarmente derrotados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). O conflito também impactou os negócios dos laranjais. O colapso da produção se deu, entre outros fatores, porque a exportação era feita em navios frigoríficos estrangeiros, que deixaram de aportar no Brasil durante a guerra. As propriedades não tinham frigoríficos e as laranjas apodreceram nos pés, favorecendo o surgimento de pragas que dizimaram as lavouras.

Com o declínio da citricultura, um enorme quantitativo de trabalhadores foi dispensado das atividades ligadas à lavoura. A dispensa significou uma mudança forçada do trabalho rural para formas de trabalho urbano, inclusive com a busca por emprego em outras cidades ou na Capital. Os primeiros a se endividarem e a entrarem em falência foram os pequenos e os médios produtores, os quais viram nos loteamentos uma solução para saldar as dívidas e tentar superar a crise.

Alguns donos de sítios e de chácaras distribuíram lotes entre os parentes e antigos empregados. Os loteamentos foram mais lucrativos para os grandes fazendeiros, cujas terras foram negociadas por companhias imobiliárias da Capital. Os sobrenomes dos proprietários rurais ou de suas propriedades foram usados para denominar bairros e ruas, conferindo-lhes a permanência em uma posição de destaque na sociedade (Souza, 1992).

Em 1940, foi aberto um trecho da Linha Auxiliar 2 da Estrada de Ferro Central do Brasil até Belford Roxo, o qual interligou o lugar à rede de trens metropolitanos. Ao facilitar o deslocamento de pessoas entre a cidade do Rio de Janeiro e o então distrito iguaçuano, a duplicação da via ajudou a atrair famílias de trabalhadores para a localidade. Além da acessibilidade do transporte ferroviário, havia grande oferta de venda de terrenos a preços mais baixos que aqueles encontrados nos subúrbios da Capital. Não tardou para surgirem bairros e estabelecimentos, como mercearias e lojas de varejo, próximo à linha férrea.

Quanto mais longe da estação de trens, mais baratos foram os valores dos terrenos, os quais foram geralmente pagos à prestação. Muitas vezes, a negociação foi feita por intermediários e apenas verbalmente. O comprador não recebeu a escritura ou um documento que comprovasse a aquisição. A preferência foi por áreas saneadas.

Porém as famílias mais pobres adquiriram terrenos às margens dos rios, ainda que houvesse grande risco de inundações. Algumas propriedades rurais foram abandonadas por seus donos e, com o passar do tempo, foram ocupadas por famílias de trabalhadores.

Vale lembrar que, até meados da década de 1960, além da Estação de Belford Roxo, localizada em uma área valorizada do distrito, funcionaram mais cinco paradas ferroviárias: Areia Branca, Heliópolis, Itaipu, Aurora e Babi. O que ajudou a atrair moradores para algumas dessas localidades e adjacências. Nos anos 1960, o bairro de Areia Branca tornou-se um dos mais povoados e recebeu sobretudo migrantes nordestinos, os quais contribuíram para o surgimento de uma feira livre, considerada uma tradição na cidade.

Já no entorno das paradas de Aurora e de Babi, situadas em áreas pantanosas e a cerca de 7 km do núcleo central do distrito, os lotes foram negociados a preços mais baixos e de forma facilitada, conforme sugere um anúncio de venda de terrenos no bairro São Jorge, localizado naquelas imediações. Publicado, em 1957, por uma imobiliária sediada na cidade do Rio de Janeiro, a propaganda dizia que os terrenos poderiam ser adquiridos de modo parcelado, sem juros e sem valores de entrada (*Correio da Lavoura*, 16/6/1957, p. 6). Vale dizer que, mesmo com as facilidades para a aquisição dos lotes, aquelas imediações só receberam um grande quantitativo de famílias a partir do final dos anos 1970, quando surgiu um movimento popular de ocupação de terrenos para fins de moradia.

Outro fator que contribuiu para a decadência dos laranjais foi o avanço da especulação imobiliária na Baixada Fluminense, a partir dos anos 1930. Em especial em áreas de interesse industrial (Simões, 2007). Em Belford Roxo, os loteamentos foram incentivados sobretudo nos anos 1940. Possivelmente porque, até ali, a rentabilidade dos laranjais

foi superior à dos negócios da especulação imobiliária (Abreu, 1987). Na Fazenda do Brejo, por exemplo, ocorreram alguns loteamentos na década de 1930. Todavia o auge da venda dos terrenos se deu nas duas décadas seguintes (Almeida, 2018).

As terras de fazendas e de chácaras próximas à estação de Belford Roxo foram bastante valorizadas e bem cotadas no mercado imobiliário, principalmente a partir do início dos anos 1950, devido à abertura da rodovia Presidente Dutra.¹⁸ Pouco antes da inauguração do trecho da via na altura do município de Nova Iguaçu, parte da propriedade do Brejo foi vendida para a Cia de Ácidos do Grupo Peixoto de Castro, que instalou uma fábrica de ácido sulfúrico e de superfosfato a cerca de 500 m do casarão da fazenda.

Em 1958, a Cia de Ácidos foi comprada pela Bayer AG, fabricante alemã de produtos químicos, que adquiriu uma vasta área no entorno e instalou um complexo industrial composto por 16 fábricas, para a produção de derivados do cromo e de defensivos agrícolas (Dupré, 2008 apud Almeida, 2018, p. 19). Naquele ano, a parte da propriedade onde ficava o casarão da fazenda foi vendida para o empresário Valdir Vilela, ligado ao setor de ensino privado, que construiu no lugar o complexo educacional Associação Brasileira de Ensino Superior, hoje, conhecida como Uniaibeu.

A instalação do complexo industrial foi interpretada pela imprensa local como um grande empreendimento para a região (Alexandre, 2021). Na inauguração, estiveram presentes várias personalidades políticas, entre as quais estava o então presidente Juscelino Kubitschek (*O Jornal RJ*, 10/06/1958, p. 11). A vinda da multinacional para o Brasil esteve relacionada à oferta de benefícios fiscais praticados pelo governo JK,

¹⁸ Inaugurada em 1951, a via Dutra, como é chamada, liga os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

como parte da sua política econômica de incentivo à industrialização a partir da abertura ao capital estrangeiro.

Em uma entrevista concedida à *Revista Bayer Repórter*, nos anos 1990, Altair Coelho da Rocha, última proprietária da Fazenda do Brejo, rememorou a chegada da fábrica, a qual, segundo ela, foi instalada em seu quintal, outrora tomado por pomares de laranjas (*Revista Bayer Repórter*, 1990 apud Almeida, 2009, p. 72).

A chegada de novos moradores e as reconfigurações do lugar¹⁹

Até a década de 1940, a possibilidade de enriquecimento com os negócios dos laranjais atraiu para as localidades emancipadas de Nova Iguaçu imigrantes de diferentes nacionalidades, a exemplo de portugueses e de italianos. Também chegaram ao território famílias pobres vindas de Minas Gerais, do Espírito Santo, do Vale do Paraíba e do Norte Fluminense, cujos membros buscaram ocupação principalmente nas lavouras ou oportunidades de se tornarem sitiantes ou meeiros. No caso da migração de grupos do Vale do Paraíba, esse processo esteve ligado, entre outros fatores, ao declínio da cafeicultura na região. A maior parte dos migrantes era negra e compunha a primeira e a segunda gerações de libertos (Costa, 2008).

Sobretudo os negros, os indivíduos se empregaram em trabalhos sazonais e desempenharam tarefas como: a abertura de clarões nas florestas para novas plantações, a capina e a colheita das laranjas. Com o tempo, algumas pessoas se casaram, arrendaram terras ou compraram lotes, fixando-se na localidade (Nascimento, 2013). Nota-se que a lavoura continuou como a principal atividade da população negra e a escravidão deu lugar a outros modos de exploração do trabalho,

¹⁹ Alguns apontamentos feitos nesse tópico são semelhantes aos apresentados no capítulo sobre Japeri.

como o campesinato assalariado, as meações junto a sitiantes e posseiros (Bezerra, 2012).

No século XX, Belford Roxo também recebeu indígenas da tribo puri, a exemplo de Joaquim Fernandes. Oriundo de Mimoso do Sul (ES), Joaquim era lavrador. No começo da década de 1940, migrou para o Rio de Janeiro acompanhado da mulher e de nove filhos, com o intuito de encontrar trabalho ou de se tornar sitiante no cultivo dos laranjais. A família fez o trajeto de trem. Depois, caminhou às margens da ferrovia à procura de trabalho.

Joaquim não conseguiu ocupação nas lavouras de laranja. Primeiro, se estabeleceu no Jardim Amapá, no limite entre Belford Roxo e Duque de Caxias, onde ocupou um terreno e praticou a agricultura de subsistência. Por volta de 1948 (fase de declínio dos laranjais), mudou-se para Miguel Couto, no atual limite entre Belford Roxo e Nova Iguaçu, onde trabalhou na abertura de ruas e ajudou um fazendeiro a lotear terrenos. Como pagamento pelos serviços prestados, recebeu dois lotes de terras, nos quais voltou a se dedicar à agricultura de subsistência, com o plantio de gêneros característicos de roças indígenas, a exemplo da mandioca (Silva, 2023).

Outro grupo presente no território é o de indivíduos oriundos do Norte Fluminense, conforme o caso de Jove Bernardo Volú e de Maria de Abreu, que foram lavradores em Santo Antônio de Pádua. Após se casarem, no início dos anos 1950, migraram para a Capital em busca de melhores condições de vida. Primeiro, o casal morou em uma palafita na comunidade do Jacarezinho, na Zona Norte carioca, onde nasceram as duas filhas. Em 1962, a família mudou-se para um barraco de madeira, em um morro no bairro de Farrula. Em seguida, para um terreno no bairro de Xavantes, às margens do rio Botas. Até o início dos anos 1980, a família viveu em situação de extrema vulnerabilidade

socioeconômica, a qual envolvia graves problemas de alimentação e de moradia (Volú, 2023; Leandro, 2023).

Sobretudo a partir da década de 1950, Belford Roxo recebeu principalmente migrantes dos estados do Nordeste. De modo semelhante a outras famílias de baixa renda, os nordestinos se estabeleceram no lugar pela grande oferta de loteamentos com baixo custo para moradia e pela existência da malha ferroviária, uma vez que o trem se tornou o principal meio de transporte dos trabalhadores. À época, o Sudeste, em especial os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, passou por um intenso processo de industrialização, o qual foi acompanhado pela abertura de rodovias. A oferta de trabalho e a promessa de uma vida melhor atraíram os migrantes. A maior parte dos nordestinos que veio para o Rio de Janeiro empregou-se na construção civil (Barbosa, 2021).

Naquele contexto, a Baixada Fluminense constituiu-se como área de expansão da cidade do Rio de Janeiro e os lugares mais periféricos receberam a maioria dos migrantes. Em 2005, o jornal *O Globo* publicou uma matéria sobre a migração nordestina no estado Rio de Janeiro, na qual Belford Roxo foi citada como a terceira cidade com o maior percentual de migrantes do Nordeste: 65,8% (*O Globo*, 20/5/2005, p. 14). A cultura do Nordeste está enraizada na cidade por meio da culinária, dos ritmos musicais, em especial o forró, e das festividades juninas, as quais são bastante expressivas na cultura local.

Ainda sobre a migração nordestina, vale considerar sua importância na composição étnico-racial da cidade. Desde que foi definido como região, nos anos 1950, o Nordeste aparece entre as localidades brasileiras com o maior percentual de pretos e pardos (Aureliano; Santana, 2021). Assim como ocorreu em outras áreas da Colônia e do Império, a região recebeu um grande quantitativo de

africanos até o século XIX. Somados a isso estão os processos de miscigenação, a partir dos quais se originou a população parda. Logo, o grande percentual de pretos e pardos no município, o qual ultrapassa 70% da população, também está relacionado à migração nordestina.

No que se refere à população preta, é necessário considerar também as migrações ocorridas nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir do Vale do Paraíba, e o fato de que, após a Lei Áurea, vários libertos permaneceram nas proximidades de seus antigos cativeiros, onde criaram um enraizamento social (Bezerra, 2012).

A chegada de novos grupos provocou uma explosão demográfica no lugar. Em 1940, o distrito contava com 6.095 habitantes. Após dez anos, o total de moradores subiu para 23.259. Em 1960, o quantitativo saltou para 72.488. Em 1970, chegou à marca de 171.643 pessoas. Nota-se que entre 1950 e 1970, houve um aumento 638% da população. A explosão demográfica fez com que o território perdesse paulatinamente as características rurais. No censo de 1980, o distrito apareceu como uma das áreas da Baixada Fluminense mais densamente povoadas. À época, 271.776 residiam no lugar (Secretaria de Comunicação Social de Belford Roxo apud Rocha, 2019, p. 331). Em 1991, um ano após emancipar-se de Nova Iguaçu, Belford Roxo tinha 357.320 moradores. A partir dos anos 2000, a população ultrapassou 400 mil habitantes.²⁰

De modo semelhante ao que ocorreu em outros lugares da Baixada Fluminense, o loteamento dos terrenos e a construção das casas não contaram com investimentos em infraestrutura e com planejamento urbano. O que transformou o lugar em uma espécie de “periferia da periferia” (Rocha, 2019, p. 331). O crescimento desordenado resultou em

²⁰ Em 2000, a população foi de 433.120 habitantes; em 2010, chegou a 469.261 e, em 2022, passou para 483.087 (IBGE, 2000, 2010, 2022).

impactos ambientais, como a diminuição dos leitos dos rios, a aceleração do desmatamento de encostas e o destino inadequado do lixo, os quais contribuem para agravar as enchentes. Também há a poluição de rios e córregos pelo despejo de esgoto domiciliar sem tratamento (os chamados “valões a céu aberto”), que transbordam em épocas de chuva, potencializando o risco da ocorrência de doenças (Silva, 2024).

Os movimentos sociais

O movimento de bairro

A ascensão do movimento de bairro se deu em uma conjuntura nacional marcada por novas perspectivas de oposição à ditadura militar. Sobretudo a partir de 1975, a opinião pública passou a se posicionar de forma mais veemente contra as arbitrariedades do regime. Entidades como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o setor progressista da Igreja Católica e o movimento estudantil incentivaram manifestações contra a repressão política e denunciaram violações aos direitos humanos. Essas manifestações foram acompanhadas pela efervescência de movimentos sociais surgidos ou reorganizados naquele contexto, como os movimentos de bairro e operário.

Em 1974, iniciativas de clérigos da diocese iguaçuana, de lideranças comunitárias e de militantes políticos de esquerda deram origem ao Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB), cujo objetivo era unificar a luta por melhores condições de vida e de moradia nos bairros. O MAB exerceu papel fundamental na organização de protestos para exigir do Estado o cumprimento de direitos e serviços básicos para a

população, sendo um dos primeiros movimentos dessa natureza no Brasil (Serafim, 2013).

O movimento de bairro atraiu para o então distrito de Belford Roxo militantes de organizações da esquerda, a exemplo da Ala Vermelha e do Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP). Na localidade, os militantes buscaram aproximar-se dos trabalhadores, a fim de desenvolverem com eles um trabalho político. Incentivaram a criação de associações de moradores, de cooperativas de trabalhadores, de grupos de teatro e até de um periódico, o *Jornal da Baixada (JOB)*,²¹ que foi idealizado por membros da Ala Vermelha. O *JOB* circulou entre 1979 e 1980 e veiculou notícias ligadas ao movimento operário e às lutas por melhores condições de vida nos bairros (Ribeiro, 2013).

Boa parte das associações de moradores surgiu a partir de reuniões ocorridas em paróquias lideradas por clérigos progressistas. Um exemplo foi a paróquia São Simão, no bairro de Lote XV, em cujo salão ocorreram, com frequência, assembleias de moradores e de operários de fábricas situadas no entorno, entre elas a Fiat Diesel, instalada no bairro de Xerém, em Duque de Caxias. Nessa paróquia, também foi organizado um comitê do Movimento do Custo de Vida contra a Carestia, movimento esse que, a partir do final dos anos 1970, se espalhou pelo país.

A luta pelo acesso à moradia: a experiência do Mutirão de Nova Aurora²²

O Mutirão de Nova Aurora surgiu em dezembro de 1979, a partir da ocupação de famílias desalojadas pelas enchentes que assolararam o

²¹ O jornal encontra-se disponível para consulta no Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

²² A palavra “mutirão” passou a ser usada em diversas cidades brasileiras, no final da década de 1970, para designar o movimento popular no qual os trabalhadores se ajudam mutuamente na construção de

distrito de Belford Roxo, naquele ano. A partir de 1980, mais famílias de baixa renda e de sem-teto se deslocaram para o lugar, com o intuito de obter um lote para a moradia. A ocupação ocorreu em terras incultas (abandonadas pelos proprietários) e em terras devolutas²³ (Mendes, 2006). Atualmente, essas terras constituem o bairro de Nova Aurora e as suas subdivisões, entre as quais está a Vila Maia.

A maior parte das famílias estava fora do mercado formal de trabalho e sobrevivia como feirantes, vendedores ambulantes, pedreiros, faxineiros. A exemplo de Sandra Volú Leandro, feirante e moradora do morro da Caixa-d'Água (Bairro das Graças). Sandra residia com o marido e o filho de 3 anos em um pequeno corredor, onde havia uma pia. O banheiro ficava na parte externa e era compartilhado com outros moradores do terreno. Em 1982, ao saber da distribuição de lotes, procurou a associação do Mutirão e conseguiu um terreno na encosta de um morro, onde construiu a casa que reside (Leandro, 2023).

O Mutirão recebeu apoio do MAB e de membros da Diocese de Nova Iguaçu, então liderada por dom Adriano Hipólito. Em especial de pessoas ligadas à Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e à Comissão de Justiça e Paz (CJP). A Igreja e o MAB prestaram assessoria jurídica e denunciaram as ações de grileiros e a violência policial contra as famílias e as lideranças do movimento (Serafim, 2013).

A ideia do mutirão foi inspirada em experiências de luta pelo acesso à terra ocorridas no início dos anos 1960, cujo contexto nacional foi marcado pela ascensão do movimento camponês e pelo auge dos debates sobre a Reforma Agrária. Em 1963, havia em Nova Aurora cerca

suas casas. Na década de 1980, no estado do Rio de Janeiro, passou a denominar também acampamentos formados a partir de ocupações reivindicatórias.

²³ Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular.

de 300 famílias de lavradores que lutavam pela posse da terra. O movimento recebeu o apoio de diversos vereadores iguaçuanos, entre os quais estava Ismael Ramos,²⁴ que apresentou um requerimento à Câmara Municipal para solicitar à Superintendência de Reforma Agrária (Supra) uma solução favorável aos lavradores (Domingues, 2016). Com o Golpe de 1964, o movimento camponês foi desarticulado e as suas lideranças foram perseguidas.

Em 1979, quando o cenário nacional foi o de abertura política e o de fortalecimento das lutas pela redemocratização do país, o Mutirão de Nova Aurora assumiu um caráter urbano, porque, em Belford Roxo, havia uma grande demanda por moradia. O Mutirão foi organizado por lideranças camponesas da Baixada Fluminense atuantes no período anterior ao golpe, em especial por Bráulio Rodrigues²⁵ e Laerte Bastos, os quais conheciam a região desde os anos 1960. O movimento contou ainda com a iniciativa do funcionário público José da Costa Pinto.

LAERTE BASTOS

Laerte Rezende Bastos nasceu em Itaperuna, no Norte Fluminense, em 1928. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e presidiu o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Duque de Caxias (RJ), no início dos anos 1960. Após o Golpe de 1964, foi preso e torturado por motivos políticos. No final da década de 1970, retomou a militância e liderou vários movimentos de luta pelo acesso à terra e à moradia em Nova Iguaçu. Em 1984, foi indicado para a direção nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), legenda pela qual se tornou vice-prefeito de Nova Iguaçu, em 1988, e deputado federal, em 1991. Pela mesma sigla, concorreu ao cargo de prefeito de Belford Roxo, em 1992, mas não se elegeu.

²⁴ A trajetória de Ismael Ramos foi apresentada no capítulo sobre Queimados.

²⁵ Os dados biográficos de Bráulio Rodrigues estão no capítulo sobre Japeri.

Laerte Bastos liderou as ocupações e distribuiu boa parte dos terrenos. Presidiu a Associação do Mutirão Urbano de Nova Aurora e organizou comitivas até o Palácio Guanabara para denunciar a ação de grileiros e reivindicar a desapropriação de terras. Em 1985, durante uma visita do então governador Leonel Brizola a Nova Iguaçu, solicitou a construção de um Ciep na área do Mutirão (*Jornal de Hoje*, 17/1/1985). A escola²⁶ foi construída no mesmo ano, e na inauguração estiveram presentes lideranças do Mutirão, o governador, Leonel Brizola, o vice-governador, Darcy Ribeiro, e o presidente da República, José Sarney (*Jornal do Brasil*, 27/11/1985, p. 4).

José Pinto, por sua vez, foi presidente da Associação de Moradores da Vila Maia, na década de 1980, e articulador do registro do campo de futebol da localidade. Após o trabalho, usava a sede da associação para alfabetizar crianças e adultos e para auxiliar as famílias na obtenção de lotes. Costumava solicitar doações de alimentos em estabelecimentos comerciais para distribuir aos desempregados. À frente da associação, lutou pela melhoria de serviços essenciais para a comunidade, como o saneamento básico, a criação de escolas e de postos de saúde e o calçamento e a iluminação de ruas.

²⁶ Trata-se do Ciep Gustavo Capanema, hoje municipalizado.

JOSÉ DA COSTA PINTO

Seu Zé Pinto, como era chamado, nasceu em Conceição de Macabu, no Norte Fluminense, no início dos anos 1930. Na década de 1950, mudou-se para Belford Roxo. Foi funcionário da Companhia de Desenvolvimento de Nova Iguaçu (Codenil), cujas terras foram reivindicadas pelo Mutirão. Foi membro da CPT da Diocese de Nova Iguaçu e auxiliou outros movimentos de luta pela terra e pela moradia no município. Foi diretor do MAB e militante do PDT. Seu nome e trajetória se fazem presentes na memória local. Em 2023, a prefeitura inaugurou, na Vila Maia, a praça e a Escola Municipal José da Costa Pinto.

O aumento no número de famílias na área do Mutirão e em seu entorno levou José Pinto a organizar abaixo-assinados para reivindicar a construção de um Ciep na Vila Maia, o qual foi inaugurado em 1988 e recebeu o nome do lugar. No início dos anos 1990, várias mulheres da comunidade contaram com a ajuda de professores dessa escola para aprenderem conteúdos básicos de Matemática e de Língua Portuguesa, a fim de serem aprovadas em concurso público para a rede estadual de ensino. Dez foram aprovadas e passaram a exercer as funções de merendeira e de auxiliar de serviços gerais no próprio Ciep Vila Maia (Leandro, 2023).

Nova Aurora é um dos maiores colégios eleitorais e o bairro mais populoso do município. No início dos anos 2000, foi citado no Mapa da Fome entre as cinco áreas do estado do Rio de Janeiro mais densamente povoadas e que mais demandavam investimentos para erradicar a miséria (Fundação Getúlio Vargas, 2003). Ainda hoje, o bairro permanece desassistido nos serviços de saneamento básico, de transporte, de lazer, entre outros.

De acordo com a memória popular, a denominação Nova Aurora deriva do acréscimo do adjetivo “nova” ao nome de uma fazenda que

existiu no local. O acréscimo teria sido feito por lideranças comunitárias, com o objetivo de ressignificar o território a partir da experiência do mutirão. No entanto, a denominação Nova Aurora aparece em anúncios de vendas de lotes em Belford Roxo, publicados no jornal iguaçuano *Correio da Lavoura*, em meados da década de 1950 (*Correio da Lavoura*, 16/6/1957, p. 6). Logo, o nome, da forma como se conhece hoje, é anterior ao mutirão. De qualquer modo, a apropriação do termo “nova” na memória ligada ao movimento não pode ser desconsiderada, porque representa, para aquela memória, a reivindicação do termo pelos trabalhadores como maneira de atribuir ao lugar a ideia de recomeço ou de surgimento de experiências de vida e de moradia diferentes (novas) daquelas existentes à época em que a fazenda constituiu um latifúndio.

No bairro, há seis escolas públicas para atender às demandas da população. Conhecer e incluir nos projetos interdisciplinares e no ensino da história local a trajetória das lutas populares, que construíram o lugar pode contribuir para aumentar a autoestima de crianças e jovens da comunidade. Bem como incentivar debates acerca dos problemas cotidianos, com ênfase na busca de soluções coletivas e democráticas para trazer melhorias à localidade.

Entre as fontes que podem ser usadas em sala de aula para tratar do Mutirão de Nova Aurora, estão reportagens de jornais e os documentários *Fim de semana* e *Mutirão – o filme*,²⁷ os quais, embora não tratem especificamente do movimento surgido em Nova Aurora, abordam as lutas pelo acesso à moradia e as iniciativas coletivas dos

²⁷ Os documentários narram a trajetória dos mutirões surgidos na periferia de São Paulo, no final dos anos 1970. O primeiro foi lançado em 1976, por Renato Tapajós e pode ser acessado por meio do link <https://magiadoreal.blogspot.com/2018/10/filme-do-dia-fim-de-semana-1976-renato.html>. O segundo foi produzido em 2022, por Lincoln Péricles, cujo link para acesso é <https://watch.plex.tv/pt/movie/mutirao-o-filme-2>.

trabalhadores para a construção de suas casas. Também se sugere aos professores que realizem um trabalho de história oral, por meio do qual os estudantes poderão entrevistar familiares, vizinhos e outros moradores mais antigos que guardam memórias do mutirão.

A greve dos operários da Bayer

Em junho de 1989, os operários da Bayer protagonizaram um movimento grevista de projeção internacional. Entre as razões da greve, estava a oferta da empresa de um reajuste salarial muito abaixo daquele reivindicado pelo sindicato da categoria. O estopim foi a morte de um operário dentro da fábrica, em decorrência de um grave acidente de trabalho. Planejado para ser uma paralisação de 24 horas, o movimento durou 17 dias. Nesse intervalo, vários trabalhadores foram demitidos e algumas lideranças grevistas foram presas.

A fim de pressionar a empresa a readmitir os trabalhadores, os grevistas elaboraram cartazes associando à multinacional ao nazismo. De fato, nos anos 1930 e 1940, a Bayer esteve entre as empresas que financiaram o regime de extrema direita liderado por Adolf Hitler. Outra estratégia foi a realização de protestos, com o apoio da população. Um deles chegou a reunir 1.500 pessoas, entre operários e moradores, os quais interditaram o trecho da rodovia Presidente Dutra na altura da fábrica. O movimento contou com a solidariedade de sindicatos de diferentes categorias, de personalidades políticas ligadas aos setores de esquerda e de funcionários da matriz alemã da multinacional. Ao final das negociações, as lideranças grevistas foram soltas e os operários readmitidos. Mas os trabalhadores não tiveram o reajuste esperado (Carvalho, 2015).

Para abordar a Greve da Bayer em sala de aula, indica-se o uso de reportagens a respeito desse movimento grevista. Bem como a exibição do filme *A classe operária vai ao paraíso*,²⁸ do cineasta italiano Elio Petri, para debater com os estudantes aspectos do cotidiano dos trabalhadores, suas demandas e movimentos reivindicatórios.

O movimento emancipacionista

Em 1962, ocorreu a primeira tentativa de emancipação do distrito. O movimento reuniu cerca de 300 pessoas, entre as quais estavam moradores, pequenos comerciantes e profissionais liberais (Maia; Rodrigues, 2009). O principal argumento usado pelos emancipacionistas foi o de que o complexo industrial da Bayer rendia enormes quantias em impostos, as quais não eram revertidas em obras de infraestrutura no distrito. O movimento não recebeu o apoio de políticos tradicionais. O que impediu que o processo fosse apresentado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj). Com o Golpe de 1964, as pretensões emancipacionistas foram interrompidas, porque os governos militares adotaram uma política centralizadora dos territórios (Simões, 2007).

No início dos 1980, os debates sobre a emancipação foram retomados por empresários e por pequenos e médios comerciantes ligados à Associação Comercial e Industrial de Belford Roxo (Aciber). Outro grupo defensor da autonomia administrativa formou-se em torno de antigos militantes de esquerda na Baixada Fluminense, a exemplo do pedetista Laerte Bastos, que liderou o Mutirão de Nova

²⁸ O filme narra a trajetória do operário Lulu Massa, considerado pelos chefes como um exemplo a ser seguido. Por conta dos baixos salários e das péssimas condições de trabalho na fábrica, os operários começam uma greve, da qual Massa, inicialmente, se recusa a participar. Porém, após sofrer um acidente de trabalho, se engaja no movimento grevista e se aproxima de grupos revolucionários. O vídeo pode ser acessado por meio do link <https://www.youtube.com/watch?v=JYV4CEJyjQY>.

Aurora, e de João Pedro de Souza Neto, fundador do Partido dos Trabalhadores (PT), em Nova Iguaçu e em São João de Meriti.

Um argumento comum usado pelos diferentes grupos foi o mesmo dos anos 1960: o fato de a arrecadação de impostos das indústrias instaladas no distrito não ser direcionada para melhorias na localidade. Os emancipacionistas alegaram que após a separação os impostos seriam aplicados exclusivamente em Belford Roxo. O que traria desenvolvimento para o lugar e permitiria a ampliação de obras de infraestrutura, como o calçamento de ruas, a criação de escolas, de hospitais e de áreas de lazer.

O movimento recebeu o apoio de políticos do PDT, entre os quais estava o deputado estadual Eduardo Chuahy, que, em 1984, apresentou um projeto de lei na Alerj, solicitando a realização de um plebiscito para consultar a população do distrito sobre o desejo de emancipação (Montes, 2014). O projeto contou com o apoio do governador Leonel Brizola. O que provocou desentendimentos com o então prefeito de Nova Iguaçu, Paulo Leone, que também era do PDT (*Correio da Lavoura*, 13 e 14/10/1984, p. 1). Leone tentou impedir o plebiscito, sob a alegação de que a separação agravaría a crise econômica em Nova Iguaçu (*Correio da Lavoura*, 6 e 7/10/1984, p. 4). As tentativas do prefeito fracassaram e, em abril de 1985, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) realizou a consulta. No entanto, o plebiscito não foi validado, porque não alcançou o quórum mínimo.

Em 1986, a Aciber organizou a Comissão de Emancipação de Belford Roxo (Ceber), que contou com o apoio de vereadores iguaçuanos, cuja trajetória política e eleitoral estavam no distrito. A exemplo de Jorge Júlio dos Santos, o Joca, que se opôs à realização do plebiscito em 1985. Os idealizadores da comissão buscaram aproximações com

lideranças comunitárias, a fim de atribuir um caráter popular ao movimento emancipacionista.

Em junho de 1988, o TRE-RJ realizou um segundo plebiscito. A Aciber investiu em campanhas e incentivou, por meio da Ceber, a população a comparecer para a votação. Em um primeiro momento, o processo não pôde ser validado, porque moradores de alguns bairros, em especial o de Miguel Couto, não compareceram às urnas. O que fez com que, novamente, não houvesse o quórum necessário. A Ceber solicitou ao TRE-RJ a recontagem dos votos com a exclusão das listagens de eleitores das localidades que se abstiveram. Em outubro, a Justiça Eleitoral validou o plebiscito. Em março de 1990, a Alerj reconheceu a criação do município.

No final da década de 1980, Belford Roxo foi o distrito iguaçuano com o maior número de eleitores e de representantes na Câmara de Vereadores. Mesmo assim, não recebeu atenção do governo municipal, o qual pouco realizou obras de infraestrutura e não garantiu aos moradores acesso a serviços básicos. A enorme carência de serviços essenciais e a ausência do Estado criaram um vazio de poder e contribuiu para aprofundar o descrédito da população com as instituições políticas. Esses fatores favoreceram o surgimento de ações clientelistas, as quais se expressaram por meio de uma “rede de soluções práticas” para os problemas cotidianos (Simões, 2007). A fim de conquistarem apoio político, lideranças locais passaram a oferecer favores à população, como vagas em escolas e creches, distribuição de cestas básicas, marcações de consultas e exames médicos e até ambulâncias para socorrer pessoas em casos de emergência (Monteiro, 2013). Essas práticas marcaram profundamente o cenário político local antes e após a emancipação.

A primeira eleição para o cargo de prefeito ocorreu em 1992, na qual concorreram seis candidatos: Joca, Laerte Bastos, João Pedro de Souza Neto, Osvaldo Lima, Ary Silva e Joel Carneiro. Nota-se a ausência de uma candidata mulher ao executivo municipal. Joca, uma das principais lideranças da “rede de soluções práticas”, saiu vitorioso do pleito no primeiro turno, com cerca de 58% dos votos válidos (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, 1992). Além das práticas clientelistas, parte de seus votos deveu-se ao fato de ter construído uma identidade local, ao se apresentar como migrante nordestino de origem pobre que ascendeu financeiramente a partir de esforços pessoais (Monteiro, 2013). Sua candidatura se deu pelo Partido Liberal (PL) e foi apoiada por uma coligação partidária denominada Frente do Amor, composta pelo PL com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido Democrata Cristão (PDC).

Em segundo lugar, ficou o antigo líder camponês e então deputado federal, Laerte Bastos, com cerca de 23% dos votos. Até Joca se tornar um fenômeno político, Laerte era a principal liderança popular local. Boa parte dos votos do pedetista veio de sua trajetória nos movimentos sociais e do forte apelo político do brizolismo na Baixada Fluminense. Durante a campanha, contou com o apoio pessoal de Brizola e do então prefeito de Nova Iguaçu Aloísio Gama.

O terceiro colocado foi o pastor evangélico Osvaldo Lima, que concorreu pelo Partido Social Cristão (PSC) e obteve 10% dos votos. João Pedro de Souza Neto, por sua vez, conquistou 4,5% dos votos e terminou a disputa em quarto lugar. Candidato pelo PT, durante a campanha eleitoral, participou de reuniões em paróquias e associações de moradores para discutir propostas de uma gestão democrática, pautada

pela participação popular nas decisões do poder.²⁹ Ary Silva, do Partido da Mobilização Nacional (PMN), ficou na quinta colocação, com 2,9% dos votos. Em último lugar, ficou Joel Carneiro, com pouco mais de 1% (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, 1992).

Em 1993, foram criados os símbolos do novo município. No centro do brasão e da bandeira, foi colocado um coração, razão pela qual Belford Roxo foi apelidada de “Cidade do Amor”. O coração foi usado por Joca em seu slogan de campanha eleitoral, no qual apresentou-se da seguinte maneira: “Joca, o homem que ama Belford Roxo.” No lugar da letra “o” de seu nome havia um coração. O termo “amor” nomeou a coligação que apoiou a sua candidatura. Eleito, fez do slogan de campanha o símbolo do município. Em 1995, Joca foi assassinado em uma suposta tentativa de assalto, no bairro carioca de Laranjeiras, quando seguia para uma reunião com o então governador Marcello Alencar, no Palácio Guanabara. A Figura 5 refere-se ao primeiro brasão da cidade.

Figura 5 – Brasão de Belford Roxo (1993)



Fonte: <https://www.noticiasdebelfordroxo.com/p/brasao-de-belford-roxo.html>.
Acesso em: 13 mar. 2024.

Na Figura 5, vê-se o antigo brasão em formato circular. De acordo com a descrição feita na Lei Orgânica Municipal, as 16 hastas simbolizaram a “universalidade do Sol”. No interior do círculo, havia a

²⁹ Para outros detalhes da trajetória política de João Pedro de Souza Neto, ver. Ribeiro, 2015.

representação da “união dos homens em uma corrente de amor” pela cidade. No centro, um grande coração com a inscrição “Paz e progresso”. A estrela na parte superior do coração, simbolizou o Centro do município e as estrelas abaixo os demais distritos. Os quatro estandartes fizeram referência às metas da cidade: saúde e saneamento básico; habitação; indústria e comércio; educação e desporto. Dois ramos de café fecharam o arco formado por uma fita com o nome da cidade (Belford Roxo, 13/8/1993, cap. 1, art. 7, p. 2-3). As cores azul e branco foram usadas para representar espaços e instituições públicas municipais.

Em 2017, durante a primeira gestão do então prefeito Wagner Carneiro, o Waguiinho, os símbolos municipais (brasão, bandeira e hino) foram substituídos. Construções, como o pórtico, as paradas de ônibus e os monumentos que tinham o coração em destaque foram derrubadas. Em seus lugares, foram erguidas uma arquitetura abstrata, onde predomina a cor laranja, adotada como oficial. No novo brasão foram inseridos elementos da história local e das atividades econômicas do município.

A mudança nos símbolos da cidade pode ser interpretada como parte de um processo de disputas de memória pelos diferentes grupos que ocuparam o poder municipal. Isso porque a substituição de símbolos, de monumentos e até mesmo a renomeação de logradouros tem a ver com disputas simbólicas, que envolvem interesses ideológicos de preservação ou de esquecimento de determinada memória, em função do que ela representa (Pollak, 1992). A Figura 6 mostra o brasão atual do município.

Figura 6 – Brasão de Belford Roxo (2017)



Fonte: <https://www.noticiasdebelfordroxo.com/p/brasao-de-belford-roxo.html>.
Acesso em: 13 mar. 2024.

Na Figura 6, observa-se que o segundo brasão tem o formato de um escudo português com a coroa mural de prata, cujas cinco torres representam a cidade. O modelo é adotado em boa parte dos municípios brasileiros, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro e de outros municípios da Baixada Fluminense, como Nova Iguaçu, Japeri e Queimados. Ao redor do escudo, há alusões aos engenhos canavieiros do Período Colonial e aos milharais. No centro, há cinco divisões com ilustrações de um rio, do amanhecer sobre as montanhas, de referências aos laranjais, à ferrovia e à indústria (Belford Roxo, 6/2/2017, emenda à Lei Orgânica n. 46, p. 2 e 3). Além de questões que envolvem as disputas de memória na cidade, a substituição do brasão pode ser vista como alternativa de aproximar os símbolos municipais aos de outras cidades brasileiras.

Cultura

Belford Roxo, a Capital do Reggae

Na década de 1980, surgiu na cidade um movimento reggae, que resultou na criação de diversas bandas. Esse movimento foi protagonizado especialmente por jovens negros e possibilitou importantes experiências socioculturais ligadas ao contexto de periferia (Lana, 2021). Nos anos 1990, a quantidade e a qualidade musical

dos grupos renderam a Belford Roxo o apelido de Capital do Reggae. Entre as bandas, destacam-se: a Desaguada, a Lumiar (posteriormente nomeada Cidade Negra), a KMD-5, a Cabeça de Nego, a Maria Preta, a 5 Kilates, a Negrotu, a Sangue Rasta, a Postura Africana e a Nocaute. Quase todas passaram por diferentes formações.

Nenhum grupo tinha som elétrico e a maioria compartilhou os instrumentos. A maior parte das bandas se formou a partir de atividades que aconteceram no Centro Cultural Donana, as quais incluíram rodas de capoeira, saraus de poesia, apresentações teatrais, oficinas de artes plásticas e de dança afro e de dance music (Donana, 2014). A entidade foi criada em 1985, pelas irmãs Iraci e Severina Nascimento, no bairro da Piam. O nome foi uma homenagem à mãe delas, dona Ana, conhecida e respeitada rezadeira da localidade. Na casa da família, havia um pequeno estúdio em um dos quartos, onde os grupos ensaiavam. Alguns ensaios aconteceram na casa dos integrantes das bandas, com o uso de instrumentos improvisados.

Nos anos 1950, Ana e José Nascimento migraram de Pernambuco para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de vida. Tiveram dez filhos. Em Belford Roxo, o casal trabalhou na feira livre de Areia Branca, na qual vendeu frutas e artesanato. Depois, seu José abriu um pequeno armazém na porta de casa. O gosto pelas artes sempre esteve presente na família. Moacir, um dos primeiros filhos do casal, teve uma banda de música regional nordestina, que se apresentava no armazém, nos finais de semana (Nascimento, 2016). Os filhos mais novos brincavam de músicos com a garotada da vizinhança, com instrumentos feitos de pedaços de madeira e de latas (Donana, 2014).

Em meados da década de 1970, Iraci e Severina lecionaram para jovens e adultos na varanda de casa e desejaram abrir uma escola. Aos poucos, o espaço passou a ser usado para outras atividades, como saraus

e aulas de capoeira e de dança. Foi dessa maneira que o quintal de dona Ana se tornou um ponto de cultura e de lazer comunitário, especialmente para os jovens. A partir das atividades realizadas no local, surgiu a ideia de criação de um centro cultural (Nascimento, 2016).

A banda pioneira foi a Desaguada, criada em 1979, por Ana Cristina, Dida Nascimento e Marrone Recarregue (neta e filhos de dona Ana), e pelos irmãos Rose, Lídia, Tácio e Lauro Farias, vizinhos da família. O grupo formou-se com o objetivo de participar de um festival de música na paróquia de São Judas Tadeu, no bairro de Heliópolis. Em 1985, Dida, Marrone e Lauro montaram com João Mathias e Reinaldo Amâncio a KMD-5, da qual Marcelo Yuka fez parte. Em 1993, Lauro e Yuka deixaram a banda para formar O Rappa. Em 1995, a KMD-5 passou a se chamar Negril.

Em 1983, Bino, outro irmão Farias, formou com Lazão e Da Gama a Novo Tempo. No mesmo ano, o trio se uniu a Rás Bernardo para criar a Lumiar, a qual, em 1986, foi renomeada de Cidade Negra. Os músicos se dividiram entre os ensaios e a rotina de trabalhadores, a exemplo de Rás Bernardo, que foi metalúrgico, de Da Gama, que foi feirante e estivador, e de Lazão, que trabalhou em uma loja de discos (Leite, 2006; Donana, 2014). Apesar de surgirem antes da criação oficial do centro cultural, a Desaguada, a Novo Tempo e a Lumiar estiveram ligadas às atividades que ocorriam na casa de dona Ana.

Em comum, os grupos nascidos na cidade nos anos 1980 e 1990 apostaram em uma linguagem política de denúncia das mazelas sociais, de afirmação da cidadania e da negritude, e do cotidiano da periferia. Um fator de influência nas letras foi o contato com os movimentos sociais, em especial com o Movimento Negro. Algumas bandas apresentaram um repertório eclético, conforme fez a Cabeça de Nego, que misturou soul, rock e reggae. Ou se dedicaram ao Hip Hop, estilo no qual se destacou a Nocaute.

As apresentações aconteceram em festivais de rua, no Teatro Arcádia, em Nova Iguaçu, e em unidades do Sesc na Baixada Fluminense. Mas foi a partir de um projeto do Núcleo Experimental de Cultura da União Nacional dos Estudantes (NEC/UNE), criado em 1986, no qual grupos de reggae se apresentaram em um espaço na Zona Sul carioca, que as bandas de Belford Roxo se tornaram mais conhecidas. Várias passaram a se apresentar no Circo Voador e participaram de edições do Hollywood Rock e do Rock in Rio.

No final dos anos 1980, o Donana e as bandas de Belford Roxo foram destaque na MTV francesa, na MTV americana e na rede de televisão inglesa BBC, especialmente a Cidade Negra e a KMD-5. A visibilidade nacional veio por meio do *Programa Legal*, exibido pela Rede Globo e apresentado por Regina Casé. A produção montou um palco no Donana, no qual várias bandas se apresentaram (Leite, 2006).

O potencial artístico dos jovens músicos chamou a atenção das gravadoras, que passaram a produzir discos e a promover as bandas. As músicas tocaram em diferentes estações de rádio, principalmente na Cidade e na Fluminense, direcionadas ao público de estilos musicais como o rock, o reggae e o rap. À época, os shows de reggae no Donana reuniram mais de mil pessoas, vindas de diferentes cidades da Baixada Fluminense e da Capital. Na contramão do sucesso das bandas, no mesmo período, Belford Roxo foi noticiada na mídia impressa e nos jornais televisivos como um dos lugares mais perigosos do mundo.

Em 1990, o músico jamaicano Jimmy Cliff veio ao Brasil e gravou uma participação especial no primeiro disco do Cidade Negra. Na ocasião, Cliff visitou o Donana, conheceu o bairro onde os integrantes do grupo moravam, que não tinha redes de esgoto e calçamento em todas as ruas. O músico jamaicano teria associado a sua história à dos rapazes e teria dito que a localidade era parecida com o bairro

desassistido em que cresceu na Jamaica (Conversa com Bamba Replay, 2023). No ano seguinte, o Cidade Negra participou do Festival de Reggae Sunsplash, na Jamaica. Depois, fez turnês por países da Europa e pelos Estados Unidos, onde tocou com Ziggy Marley, filho do maior ídolo do reggae mundial, Bob Marley. Essas experiências foram contadas na canção “Downtown”, lançada em 1994, no terceiro disco da banda.

A maior parte dos músicos que participaram do movimento cultural dos anos 1980 e 1990 na cidade permanece ligada à arte. Alguns seguiram carreira solo, conforme fizeram Rás Bernardo, Marrone Recarregue e Dida Nascimento. Dida gravou composições com vários artistas, entre eles Arnaldo Antunes. Também é artista plástico e se dedica à administração do Donana. Outros integram bandas cariocas conhecidas, a exemplo de Lauro Farias, de O Rappa. Na cidade, há, entre outros grupos musicais, o Seu Mathias e Panela Zen, cujo repertório inclui blues, forró e reggae. A banda é liderada por João Mathias, ex-integrante da KMD-5.

Devido a dificuldades financeiras, em 1994 o Donana encerrou as suas atividades. Em 2009, foi realizada uma ação coletiva para angariar fundos com o objetivo de reativar o espaço. Desde então, são promovidos palestras, oficinas, saraus com poetisas e poetas da cidade, peças teatrais, exposições de artistas plásticos e fotógrafos da Baixada Fluminense, entre outros eventos. Em 2010, foi inaugurado o Cineclube Donana: uma sala de cinema popular, que conta com uma programação fixa. Somente em 2023, aconteceram no local mais de 200 sessões. Todos os meses, há sessões de curtas-metragens produzidos por cineastas independentes, as quais são seguidas de debates com os produtores dos filmes.

Desde a sua reabertura, o local tem sido importante na oferta de eventos de fomento cultural para os jovens e segue incentivando e descobrindo talentos artísticos, inclusive na área do audiovisual, a

exemplo dos cineastas José Antunes, Azis Gabriel e Sandro Garcia, do Baixada Cine.

Ainda hoje, a cidade não conta com estabelecimentos de entretenimento, como salas comerciais de cinema e teatro. Os pontos de difusão da cultura e das artes continuam a existir a partir de iniciativas de entidades locais, conforme o caso do Donana. A cidade foi e permanece um celeiro de potenciais artísticos, os quais, inseridos em um contexto de periferia, nem sempre prosseguem com as suas carreiras devido à falta de oportunidades e de patrocínio.

Em 2014, foi lançado o documentário *Donana*,³⁰ o qual, pode ser usado, juntamente com as composições das bandas, aqui citadas, para promover debates com os estudantes acerca das experiências socioculturais da cidade, em especial aquelas protagonizadas pela juventude. O Centro Cultural realiza atividades em parceria com as escolas e agenda sessões de cinema para grupos escolares.

Lugares de memória e patrimônio

A cidade possui diversos lugares de memória,³¹ os quais são o alicerce da memória coletiva (Nora, 1993). Um desses lugares é o Centro Cultural Donana, ligado à cultura negra e popular. Também são lugares de memória as ruínas do casarão da Fazenda do Brejo e a sede da Fazenda Boa Esperança. Ambas situadas em propriedades particulares, nas proximidades do complexo industrial da Bayer. E o IAB, importante instituição de pesquisa, localizado no bairro de Santa Teresa, que

³⁰ O documentário pode ser acessado por meio do link: <https://vimeo.com/101009374>.

³¹ De acordo com o historiador francês Pierre Nora, os lugares de memória são compostos por elementos materiais e imateriais que consolidam e/ou protegem a memória de um grupo (NORA, 1993). São exemplos de lugares de memória: monumentos, paisagens, construções, logradouros (ruas, praças) e festividades.

guarda um riquíssimo acervo arqueológico e histórico aberto à visitação.

As ruínas do Brejo e a Fazenda Boa Esperança também integram o patrimônio material, do qual fazem parte: a Bica da Mulata, o Casarão da Condessa Infante, onde funciona uma escola municipal de mesmo nome, no bairro da Piam, e a igreja de Nossa Senhora da Conceição, conhecida como Igreja de Pedra, localizada no Centro. Ao Donana, à Associação Cultural e Recreativa Afoxé Raízes Africanas e à Feira de Areia Branca cabe o reconhecimento oficial enquanto patrimônios imateriais do município. Na Figura 7, aparece a imagem da fachada da igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Figura 7 – Fachada da igreja de Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Fotografia da autora.

IGREJA DE PEDRA

A igreja de Nossa Senhora da Conceição foi construída em 1949 e possui uma bela fachada decorada com pedras. A santa é a padroeira do município. Todos os anos, no dia 8 de dezembro, são realizadas uma procissão e uma festa comunitária, em que são montadas barracas para a venda de comida e de artesanato.

Lazer

Quanto ao lazer, há festividades ligadas ao calendário católico, a exemplo da tradicional festa da igreja de São Sebastião, no dia 20 de janeiro, no bairro de Areia Branca, e a festa da igreja de São João Batista, em 24 de junho, no bairro da Piam. Essa última integra inclusive o circuito das festividades juninas, cuja tradição local é bastante expressiva.

Até a década de 1980, existiram vários blocos carnavalescos, os quais desfilaram nos bairros. Os bailes e o carnaval de rua foram bastante movimentados. Hoje, quase não há blocos e eventos ligados ao carnaval. Entre as poucas exceções, estão a escola de samba Inocentes de Belford Roxo e o bloco de afoxé Raízes Africanas. A escola de samba, inaugurada em 1994, faz parte da Série Ouro do carnaval carioca e mantém o coração, antigo símbolo da cidade, em seu pavilhão. Já o Raízes Africanas realizou cortejos no bairro de Areia Branca entre 2013 e 2018. Hoje, possui uma ala especial na escola de samba Inocentes, a qual é composta por cerca de 70 integrantes.

A FEIRA DE AREIA BRANCA

A feira surgiu há mais de 60 anos, quando o bairro ainda contava com uma parada de trens da Ferrovia Rio d'Ouro. A maior parte dos feirantes é de origem nordestina. A feira ganhou fama por sua grande extensão: cerca de dois quilômetros. Além de barracas para a venda de frutas, verduras, legumes e carnes e derivados suínos, há aquelas que comercializam produtos regionais do Nordeste ou lanches populares, como o pastel e o caldo de cana. Outro atrativo da clientela são as barracas de discos e de outros objetos usados, os quais incluem computadores, televisores, todos os tipos de ferramentas e até bicicletas. No entorno, costuma acontecer shows de forró. A feira é uma tradição na cidade e se tornou ponto de lazer e da cultura nordestina.

Há vários times de várzea, entre os quais destacam-se: o Vila Maia, organizado por moradores e lideranças do Mutirão de Nova Aurora, o Gogó da Ema, no bairro de Bom Pastor, que, em 2019, conquistou a Taça das Favelas, no Rio de Janeiro. E dois times de futebol profissionais: o Heliópolis Atlético Clube e o Belford Roxo Futebol Clube, os quais disputam respectivamente as séries C e B do campeonato estadual. O município possui uma Vila Olímpica, onde acontecem atividades esportivas, como futebol, futsal, handebol, artes marciais e dança.

Considerações finais

Conforme pontuou o historiador Jim Sharpe (1992), o mesmo território pode ser narrado sob diferentes pontos de vista. Boa parte das narrativas sobre a história de Belford Roxo privilegia a trajetória de famílias abastadas ou de personalidades políticas. Os segmentos economicamente desfavorecidos pouco (ou quase nunca) aparecem como protagonistas. Ao longo do tempo, o território abrigou indígenas, africanos, migrantes nordestinos, entre outros grupos ainda silenciados na memória local. A memória da cidade é como um “estoque de lembranças”, formado por vivências e por paisagens que conferem identidade ao lugar (Abreu, 1998). Mas a cidade não é um coletivo homogêneo. É fruto de várias experiências, perpassadas por conflitos, por relações de dominação, por estratégias de resistência e por redes de cooperação, a partir das quais se originam as memórias coletivas (Halbwachs, 2003).

Na visão “dos de fora”, Belford Roxo tornou-se conhecido como um lugar marcado pela violência. Desde os anos 1970, o então distrito de Nova Iguaçu foi frequentemente narrado pela grande imprensa como um lugar extremamente perigoso, com desaparecimentos de pessoas e

chacinas estampando as páginas dos noticiários policiais. Uma matéria do programa *Fantástico*, da TV Globo, exibida no início dos anos 1990, afirmou ser Belford Roxo a cidade mais violenta do país e uma das mais violentas do mundo.³² Em janeiro de 2023, a Agência Brasil apontou Belford Roxo como uma das cidades mais violentas do estado do Rio de Janeiro.³³

Mas o local não pode e não deve ser lembrado, apenas, pelas marcas da violência. A cidade possui um rico passado arqueológico e histórico e importantes experiências socioculturais ainda pouco conhecidas, inclusive por sua população. O conhecimento dessas experiências, bem como da história local, vista pelo ângulo da diversidade, pode contribuir para forjar uma identidade e uma memória coletiva, pautadas pelo reconhecimento e pelo respeito à pluralidade étnico-cultural do território. Quando vista pela ótica daqueles que resistem e ajudam a construir o lugar, a “fama de barra pesada”, atribuída à cidade, não passa de “intriga da oposição”.

Referências

- ABREU, M. A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio: Zahar, 1987.
- ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v.3 n.4, p. 5-26, 1998.
- ALEXANDRE, M. L. B. S. *Nova Iguaçu em transe: jornalismo, política e visões de cidade (1945-1964)*. 2021 (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2021.

³² A reportagem foi ao ar no dia 2 de dezembro de 1994.

³³ A matéria está disponível: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/duas-mil-pessoas-foram-baleadas-na-regiao-metropolitana-do-rio-em-2022>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ALMEIDA, A. A. *Belford Roxo: perspectivas e limites do desenvolvimento econômico de uma periferia metropolitana*. 2018 (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda, 2018.

ALMEIDA, R. Belford Roxo também tem histórias para contar. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, v. 8, n. 9, p. 69-76, 2009.

ARAÚJO, J. S. A. P. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nossa Senhora D. João VI*. Tomo IV. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.

AURELIANO, N. M.; SANTANA, N. M. C. Quem é pardo no Nordeste brasileiro? Classificações de “morenidade” e tensões raciais. *Revista Maracanã* [S. l.], n. 27, p. 94-117, 2021.

BARBOSA, F. *Nordestinos no Rio de Janeiro: alteridades e legados culturais*. Niterói: EdUFF, 2021.

BELFORD ROXO. *Lei Orgânica Municipal*. Belford Roxo: Câmara Municipal, 1993.

BEZERRA, N. R. *As confluências da escravidão no recôncavo do Rio de Janeiro: Iguaçu e Estrela (1833-1888)*. 2004 (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Severino Sombra. Vassouras, 2004.

BEZERRA, N. R. *Mosaicos da escravidão: identidades africanas e conexões atlânticas do recôncavo da Guanabara (1780-1840)*. 2010 (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

BEZERRA, N. R. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2012.

BRASIL. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – 2021*. Brasília, DF: MEC; Inep, 2022. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CARVALHO, L. F. *As capelas do recôncavo da Guanabara e seus usos rituais no século XVIII*. 2013 (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

CARVALHO, M. S. M. *A greve da Bayer Belford Roxo: ascensão e crise de uma indústria multinacional na Baixada fluminense (1958-1989)*. 2015 (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2015.

CONVERSA com Bamba Replay. Entrevista com Da Gama. 2023. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=-e0niINh63I>. Acesso em: 02 abr. 2024.

CORREIO da Lavoura, Nova Iguaçu, ano XLVIII, n. 3.523, 6 e 7 out. 1984. Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/7374/1/Correio_da_Lavoura_3523_Outubro_1984.pdf. Acesso em: 01 mai. 2023.

CORREIO da Lavoura, Nova Iguaçu, ano XLI, n. 2.109, 16 jun. 1957. Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/7374/1/Correio_da_Lavoura_2109_junho_1957.pdf. Acesso em: 06 abr. 2024.

CORREIO da Lavoura, Nova Iguaçu, ano XLVIII, n. 3.522, 13 e 14 out. 1984. Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/7374/1/Correio_da_Lavoura_3522_Outubro_1984.pdf. Acesso em: 01 mai. 2023.

COSTA, C. E. C. *Campesinato negro no pós-abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)*. 2008 (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, H. R. “*Bastam seis dias*”: a domesticação da água e a plataforma republicana na *Revista Illustrada*. 2017 (Bacharelado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2017.

- DEMÉTRIO, D. V. *Famílias escravas no recôncavo da Guanabara: séculos XVII e XVIII*. 2008. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.
- DIAS, O.; NETO, J. *A pré-história e a história da Baixada Fluminense: a ocupação humana da bacia do rio Guandu*. Belford Roxo: IAB Editora, 2017.
- DIAS, O.; NETO, J. *O Castelo (que nunca foi) da Marquesa de Santos ou Crônica de uma Olaria que deu certo*. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2011.
- DOMINGUES, M. F. *A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu: Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60*. 2016. (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2016.
- DONANA. Direção: Cacau Amaral. Produção: Mate com Angu, 2014. (27 min). Disponível em: <https://vimeo.com/101009374>. Acesso em: 06 abr. 2024.
- ELIAS, R.; SCARRONE, M. Quando o Império morreu de sede. *Revista de História*, v. 22, n. 1, 2015.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3^a Ed, Curitiba: Positivo, 2004.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Mapa do fim da fome II*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- FRAGOSO, J. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça do Rio de Janeiro, 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FRIDMAN, F. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, n. 49, p. 91–143, 2009.
- GOMES, F. S. “Para Matar a Hidra”: uma história de quilombolas no recôncavo da Guanabara - século XIX. *Textos de História* [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1-31, 1994.
- GONÇALVES, L. P; NETO, O. C. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2000*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/censo-demografico-2000.html>. Acesso em: 22 abr. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2010*. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 22 abr. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022*. Disponível em: <https://ibge.gov.br/panorama>. Acesso em: 22 abr. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Município de Belford Roxo – Rendimento e trabalho*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/belford-roxo/panorama>. Acesso em: 22 abr. 2024.

JORNAL DE HOJE, Nova Iguaçu, 17 jan. 1985. Coleção Ocupações Rurais – Nova Iguaçu. Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4335>. Acesso em: 13 dez. 2023.

JORNAL DO BRASIL, Rio de Janeiro, ano XCV, n. 233, 27 nov. 1985. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015_1985_00233.pdf. Acesso: 13 mai. 2023

KODAMA, K. et al. Mortalidade escrava durante a epidemia de cólera no Rio de Janeiro (1855-1856): uma análise preliminar. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v.19, p. 59-79, dez. 2012.

LANA, J. S. Reggae na Baixada Fluminense: etnografia, etnomusicologia e música popular. In: *Anais do X Encontro Nacional da Associação Brasileira de Etnomusicologia*. Porto Alegre, 2021.

LEANDRO, S. V. Entrevista concedida à autora. Belford Roxo, 13 maio de 2023.

LEITE, A. S. *Memória musical da Baixada Fluminense*. 2006. (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MAIA, P.; RODRIGUES, A. A cidade (re)partida: um breve estudo sobre as emancipações da cidade de Nova Iguaçu e a formação da região da Baixada Fluminense. In: *Anais*

do I Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde. Cidade da Praia: UniPiaget, 2009.

MAIA, T. M. S. *Terras e poderes: redes de solidariedade, conflitos e os domínios territoriais da Câmara do Rio de Janeiro entre 1700 e 1763.* 2012. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

MAIA FORTE, J. M. *Memória da fundação de Iguassú.* Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1933.

MENDES, V. L. P. C. *Tanta gente sem terra e tanta terra sem gente. Movimento do Mutirão de Nova Aurora (1979-1995).* 2006. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

MENDONÇA, P. K. *O Rio de Janeiro da pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1991.

MONTEIRO, L. A. Para além do “voto de sangue”: escolhas populares e liderança política carismática na Baixada Fluminense: o caso Joca. *Cadernos do Desenvolvimento Fluminense*, v. 2, p. 121-152, 2013.

MONTES, J. P. *Nova Iguaçu e a emancipação de Belford Roxo: um olhar sobre o município 1980 a 1990.* 2014. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2014.

MORAIS, P.; PONTES, C.; PIMENTEAL, M. História urbana e do cotidiano de um bairro da Baixada Fluminense: Heliópolis. *Revista Pilares da História*, ano III, n. 5, p. 92-96, 2005.

NASCIMENTO, A. P. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição: Nova Iguaçu, século XX. *Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* Florianópolis: UFSC, 2013.

NASCIMENTO, E. S. *Um lugar chamado centro cultural: a casa de Don'ana e as práticas de reexistências na Baixada Fluminense.* 2016 (Mestrado em Cultura e

- Territorialidades) – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2016.
- NAVARRO, E. A. *Dicionário tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global. 2015.
- NORA, P. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.
- O GLOBO, Rio de Janeiro, 20 mai. 2005. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/clippings/hc146.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2023.
- O JORNAL (RJ), Rio de Janeiro, edição 11579, 10 jun. 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pagfis=11579. Acesso em: 13 jan. 2024.
- PEIXOTO, M. *Mulheres escravas: alforria, trabalho e mobilidade social (Piedade de Iguaçu e Santo Antônio de Jacutinga, Rio de Janeiro, 1780- 1870)*. 2015. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2015.
- POLYANTHÉA Comemorativa ao primeiro centenário do município no governo de Arruda Negreiros. Nova Iguaçu: [s. n.], 1933. Acervo do Instituto do Pesquisa e Análises Históricas da Baixada Fluminense.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- RIBEIRO, A. M. *Todo comunista tem de ir aonde o povo está. as experiências de inserção política da Ala Vermelha na Baixada Fluminense, RJ, na década de 1970*. 2013. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013.
- RIBEIRO, A. M. Entrevista de João Pedro de Souza Neto. In: SALES, J.; FORTES, A. (orgs.). *A Baixada Fluminense e a ditadura militar. movimentos sociais, repressão e poder local*. 1^a Ed. Curitiba: Prismas, 2015. p. 285-299.

- ROCHA, A. S. Formação territorial de Belford Roxo: considerações geo-históricas. In: NASCIMENTO, A. P.; BEZERRA, N. R. (orgs.). *De Iguassu à Baixada Fluminense: histórias de um território*. Curitiba: Appris, 2019.
- SEDA, P. Espaço e tempo nas sociedades primitivas: as tradições una e tupiguarani no Rio de Janeiro pré-colonial. In: PEREIRA, S. D. (org.). *Formação e ocupação de litorais nas margens do atlântico – Brasil/Portugal*. Rio de Janeiro: Corbã, 2014. p. 113-130.
- SERAFIM, A. S. *A Missa da Unidade entre faixas e crucifixos: hierarquia e política na Diocese de Nova Iguaçu, 1982*. 2013. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2013.
- SHARPE, J. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes; São Paulo: Unesp, 1992. p. 39-62.
- SILVA, A. F. Entrevista concedida à autora. Belford Roxo, 23 maio de 2023.
- SILVA, A. F. *Saúde em cena: proposta de aplicação de roteiro teatral para o ensino de doenças de veiculação hídrica no Fundamental II*. 2024. (Mestrado Profissional em Formação em Ciências para Professores) – Programa de Pós-Graduação em Formação em Ciências para Professores, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.
- SILVA, J. M. *Levantamento do patrimônio arqueológico de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo*. 2017. (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.
- SIMÕES, M. R. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: Entorno, 2007.
- SOARES, K. M. *Pelos narradores da solidão: marcas do integralismo nas memórias sobre a educadora Aurélia de Souza Braga (Belford Roxo, 1930-1945)*. 2016. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, M. S.; RIBEIRO, S. O. Memórias ancestrais no norte e oeste das cercanias da Guanabara: no tempo das conchas e da Jacutinga. *Revista Pilares da História*, ano 20, n. 19, p. 37-44, jun. 2021.

SOUZA, S. M. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. 1992. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. *Ata geral de apuração das eleições municipais* – Belford Roxo. Rio de Janeiro: Justiça Eleitoral, 1992.

VOLÚ, M. C. Entrevista concedida à autora. Belford Roxo, 13 maio de 2023.

7

QUEIMADOS

Roberta de Souza Campos

Foto 6 – Queimados



Atribuição: By RuhFernandes - Own work, CC BY-SA 3.0,
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=31096910>

Apresentação

O município de Queimados está situado no Extremo Oeste Metropolitano, na Baixada Fluminense, e foi emancipado do município de Nova Iguaçu em 1990. Queimados faz limite com os municípios de Nova Iguaçu, Seropédica e Japeri. A sua composição geográfica está a 29 metros de altura, com relevo contendo 35 elevações e áreas de baixada. Uma zona de morros com várzeas inundáveis. A ocupação urbana se deu nas planícies e baixas colinas, sendo os pântanos e brejos os principais obstáculos enfrentados (Soares, 1962). O clima é tropical-úmido e o bioma original é a Mata Atlântica; Queimados abriga uma parte da Reserva Biológica do Tinguá, a Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal Guandu Jacatirão e o Horto Municipal Luiz Gonzaga de

Macedo. O território ocupa 75.927 km² e a distância para a Capital do estado do Rio de Janeiro é de aproximadamente 45 km. Com um distrito-sede, 38 bairros e uma zona industrial. O gentílico é “queimadense” (IBGE; DOQ 942/16).

O Censo de 2022 revela que a população queimadense é composta por 140.523 habitantes, com 67.025 homens e 73.498 mulheres, seguindo a tendência nacional com maioria de mulheres. Por cor/raça/etnia, a população é composta por maioria preta/parda, acompanhando também a tendência nacional: Parda: 70.825; Branca: 39.084; Preta: 30.387; Indígena: 95; e Amarela: 128 indivíduos (IBGE, 2022).

O Produto Interno Bruto (PIB) de Queimados em 2021 foi de R\$ 4.361.718,464. Queimados estava na 29^a posição no estado. O PIB per capita para esse período seria R\$ 28.636,92 (IBGE). Em 2010, o dado do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Queimados foi de 0,680, considerado médio, com o município ocupando a 2.439^a posição nacional. A renda foi de 0,659. A longevidade 0,810. A educação 0,589. (PNUD/2010) O IDH significa melhores resultados quanto mais próximo for de 1,00. Porém esses números não devem enganar, já que não consideram as desigualdades sociais; portanto, vamos avaliar o “Mapa da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, elaborado pela Casa Fluminense em 2023. Disponível em: <https://casafluminense.org.br>. O rendimento médio mensal da maior parte da população queimadense está entre R\$ 660,00 e R\$ 1.320,00. Foram registrados 47 tiroteios ou chacinas em 2022 na cidade. A saúde, na cobertura da atenção básica pelo SUS, chega apenas a 30,5% da população. O abandono do Ensino Médio chegou a 4%, em 2022.

Os dados levantados por esta pesquisa são importantes ainda dentro das “séries”, como “Justiça racial”, que aponta: 78,5% da população negra em domicílios que não são destinados à habitação. A

diferença salarial entre brancos e negros é de R\$ 281,00. O percentual de homicídios de pessoas negras decorrentes de intervenção policial, em 2022, foi de 83%. A expectativa de vida da população negra é menor em 7 anos. E 75,8% da população em situação de rua em Queimados é negra. Na série “Justiça de gênero”, a diferença salarial entre homens e mulheres é de R\$ 49,00. Os registros de violência contra a mulher foi de 16,4 para cada mil mulheres. Nos registros de saúde, 48,9% das mulheres tiveram pré-natal insuficiente. No percentual de 0-3 anos, apenas 3,8% das crianças estavam matriculadas em creches. Na área da cultura, a diferença salarial entre homens e mulheres é de R\$ 1.054,00. Considerando os dados raciais e de gênero, em pobreza e extrema pobreza, 78,3% das mulheres são negras. Por fim, mas fundamental ainda, temos a série “Justiça climática”. Os chamados “empregos verdes”, com potencial de preservação e restauração, foram 238. A quantidade de veículos na rua foi de 292,73 por mil habitantes. Foram registradas as denúncias de 6 crimes ambientais, via Lei de Acesso à Informação. Há apenas 1 unidade de conservação em Queimados. As informações para a qualidade de rios e baías realizadas pelo INEA são alarmantes, em todas as medições foi constatada a má qualidade das águas. O número de pessoas afetadas pela chuva chegou a 9.384, entre 2021 e 2022. O custo das destruições de infraestruturas relacionadas a eventos climáticos como fortes chuvas foi de 2 milhões nesse mesmo período.

Com dados de 2021, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb), na escola pública, nos anos iniciais do Ensino Fundamental foi de 4,7. Nos anos finais do Ensino Fundamental, foi de 4,4 (IBGE). Os índices da Educação Fundamental estão abaixo da média. A respeito da rede de água e esgoto, apenas 77,4% dos domicílios são

abastecidos pela rede geral de água e 88,8% dos domicílios estão conectados à rede de esgoto (IBGE).

Considerando que Queimados teve sua emancipação recente de Nova Iguaçu, recomenda-se ao leitor que busque mais detalhes na história dessa cidade, bem como na dos outros municípios que foram desmembrados e emancipados de Nova Iguaçu. Antes de nos aprofundarmos na história de Queimados, abordamos através da crítica histórica o nome de batismo da cidade; nesse debate surgiram vários elementos que permeiam a memória coletiva dos queimadenses. Como nosso objetivo foi produzir uma história do território e fornecer subsídios para o ensino básico, partimos para a apresentação das reflexões da arqueologia e da história indígena sobre a “macrorregião” do vale do Rio Guandu, buscando delimitar dentro das possibilidades o território que ficou conhecido como Marapicu e depois Queimados. Na sequência, refletimos sobre a propriedade de Marapicu durante o processo de colonização e finalmente sobre a reprodução da Fazenda de São João de Queimados no século XIX. A análise sobre essas unidades territoriais nos permitiu ver as formas de apropriação da elite escravista. Na continuidade abordamos elementos estruturais e locais da implantação da ferrovia no território a partir da década de 1850, bem como alguns detalhes do pós-abolição em Queimados. No alvorecer do século XX, buscamos pinçar a história do território na história de Nova Iguaçu, considerando que a produção da laranja e o processo de loteamentos também teve sua importância em Queimados. Na segunda metade do século XX, elencamos a militância contra a ditadura militar, a Pastoral do Negro e a Pastoral da Terra como elementos constitutivos da vida queimadense. Concluindo, analisamos a emancipação da cidade (1990) e os elementos socioeconômicos da história recente.

Por que “Queimados”?

A cidade de Queimados tem várias explicações para o significado do seu nome. Entre as transmissões orais há algumas hipóteses curiosas; podemos dizer que os queimadenses construíram memórias próprias sobre a história da cidade e sobre o significado de seu nome. As narrativas estão no “imaginário popular”, nas redes sociais, e são transmitidas até por órgãos públicos. Apresentam-se, assim, algumas hipóteses a respeito do nome “Queimados”. Vejamos:

A hipótese de o Imperador d. Pedro II ter nomeado o território, em 1858, após observar queimadas nos morros dos arredores, na ocasião da inauguração da estação de trem Ottoni, batizada de início em homenagem ao engenheiro Cristiano Benedito Ottoni, responsável pelo projeto da Estrada de Ferro D. Pedro II e depois rebatizada com o nome de Queimados em 1920. Informações coletadas pela historiografia recente mostram que uma fazenda de nome São João de Queimados aparece em jornais e documentos de litígio de terras desde 1821, revelando que a história do nome oficial de Queimados é mais prosaica ou corriqueira, isto é, a região foi denominada como várias regiões do Brasil, a partir do nome de fazendas ou engenhos, que remontam do período colonial ou imperial (Machado, 2013; Carlos, 2022).

A hipótese de imigrantes chineses, chamados de “chins” pelo estereótipo da época, vulnerabilizados por surtos e epidemias, quando participavam da construção da estrada de ferro como trabalhadores, e que por fim tiveram seus corpos queimados, também existe. Essa hipótese da cremação dos corpos de trabalhadores chineses é crível, mas ainda não foi investigada a fundo pela historiografia. Contudo, a suposta ocorrência seria posterior ao surgimento da Fazenda de São João de Queimados.

A hipótese de que pessoas vitimadas pela hanseníase, pejorativamente conhecida como “lepra”, tiveram seus corpos queimados. A existência da Estrada do Lazareto em Queimados elevou essa hipótese; acreditou-se automaticamente na existência de um “lazareto” ou “leprosário” na região, mas não há até o momento indício documental algum. A história da hanseníase é marcada por várias violações aos direitos humanos, as pessoas acometidas por hanseníase foram segregadas à força de suas famílias e do convívio social, marcadas pela ignorância e pelo preconceito. Nos Almaniques Laemmert, por exemplo, disponíveis na hemeroteca digital, entre 1891 e 1940 não encontramos nenhuma ocorrência que faça menção a “lazareto” ou “leprosário” na região de Queimados.¹ A atuação de Sociedades de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, nos termos da filantropia e iniciativa particular, começou a ocorrer a partir da década de 1920 (Santos, 2011). O governo de Getúlio Vargas, na década de 1930, deu início a um programa nacional de profilaxia, dentro das chamadas “colônias”, no Plano Nacional de Combate à Lepra (Arruda, 2015). Não foi encontrada nenhuma informação sobre sociedade filantrópica ou colônia instalada em Queimados no século XX.

Acredita-se neste momento que a Estrada do Lazareto em Queimados foi batizada assim pela possibilidade da existência de uma capela em homenagem à Nossa Senhora do Lazareto. Já os pilares de tijolos vazados em ruínas da Vila Central, em Nossa Senhora da Conceição, que costumam ser associados ao suposto lazareto, na verdade,

¹ O lazareto mais citado por esta fonte para o caso da província/estado do Rio de Janeiro foi o da Ilha Grande, na Vila do Abrahão, que funcionou durante todo esse período. Os outros lazaretos existentes citados nesta fonte foram: o Hospital dos Lazaretos, em São Cristóvão; o Hospital Marítimo de Santa Izabel, em Jurujuba, Niterói; o Lazareto de Valença; o Lazareto da Câmara em Sapucaia; e o Lazareto do antigo forte em Cabo Frio, contabilizando um total de 6 instituições (*Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial, RJ, 1891-1940*).

fazem parte da estrutura de um galpão não concluído das casas de embalagem da laranja (barracões ou *packing houses*), produção agrícola que tomou a Baixada Fluminense, principalmente Nova Iguaçu, entre 1920 e 1940, quando Queimados era seu segundo distrito (Silva, 2017).

Além disso, a última hipótese, a violência escravista contra insurretos também é associada à origem desse nome. De qualquer modo, permanece a questão de por que a Fazenda de São João de Queimados, pertencente ao capitão João Pereira Ramos, desde 1815, foi batizada com esse nome (Rodrigues, 2013). Nesse sentido, a dúvida deve continuar quanto à origem do nome da Fazenda e não do município, não por preciosismo, mas por delimitação do objeto e pela crítica historiográfica.

O nome do município de Queimados suscita ficções, especulações, versões e ativa narrativas. Os episódios de 1858 se apresentam como “ficções históricas”, afinal a possibilidade de qualquer cremação serviria para corroborar o nome, mostrando a elasticidade da memória como fenômeno social. A hipótese do batismo por d. Pedro II se caracteriza como anedota, atestando certa realeza a Queimados. O surto que acometeu imigrantes chineses na construção da estrada de ferro supostamente teria ensejado cremações, entretanto décadas depois do aparecimento da fazenda em fontes históricas. A possibilidade da existência de um lazareto, leprosário, filantropia ou colônia na região é remota. No entanto, quando não havia instituições responsáveis de asilo, pessoas com hanseníase eram obrigadas ao isolamento dentro de suas próprias moradias (Santos, 2011). Enfim, muitas especulações, pois não há coerência de fontes ou relatos orais confiáveis devido ao distanciamento.

A historiografia incorporou criticamente a memória e consolidou a metodologia da história oral, entretanto a profusão de explicações sobre o nome de “Queimados” não nos parece apenas um produto da oralidade, caracteriza-se também como o próprio mito de origem da cidade. Esse

processo subjetivo da memória coletiva dos queimadenses, mesmo estando baseado em ficções históricas e especulações, é vivo e influencia na construção das identidades, sendo ele próprio objeto de estudo.

Não podemos deixar de analisar que o nome “Queimados” e as explicações a respeito de seu significado se desenvolvem numa comunidade afetiva (Halbwachs, 1990), entre os moradores da cidade que buscam de forma espontânea, sem a objetividade do historiador, compreender por que a cidade tem um nome peculiar. Nesse sentido, é a própria curiosidade humana em exercício. Independentemente do significado histórico de seu nome, a história do território que hoje se apresenta como Queimados se desenrolou. Nas linhas que seguem apresentaremos os acúmulos da historiografia que se debruçou sobre a história local de Queimados.

A pré-história, a guerra guanabara e os Tupinambás

A pré-história da região de Queimados é considerada uma das mais desconhecidas da Baixada Fluminense (Silva, 2017). Em Queimados, o sítio Campo Alegre (RJ-LP-44), destruído pela extração de areia, apresentou urnas funerárias distribuídas ao redor de uma parte central. O material que foi recuperado em condições adversas é considerado tupi-guarani, estava localizado a 1 km de um córrego e a 3 km do rio dos Poços. A economia dessa aldeia originária é considerada “comunal”, com participação social diferente por gênero. As mulheres despendiam tempo na atividade ceramista e na agricultura, enquanto os homens caçavam e pescavam. Produzia-se principalmente um tipo de mandioca doce (aipim ou macaxeira), mas também o milho. Um dos alimentos mais consumidos era o cauim, bebida de baixo teor alcoólico feita de mandioca, milho, grãos e frutas fermentadas (Dias, 1992).

Durante o século XV e início do XVI o Rio de Janeiro era habitado por povos do tronco-linguístico tupi-guarani na região costeira. A presença da cerâmica *tupiguarani* confirma essa análise, além dos documentos coloniais e relatos de viajantes. Os tupinambás, de origem tupi-guarani, possuem subdivisões étnicas determinadas por seus processos familiares, sociais e históricos (*tupiniquim*, *temiminó*, *tamoio*² etc.). Os “grupos étnicos” foram classificados de diferentes formas pelos colonizadores, eram nomeados quanto ao grau de aliança, o que dificulta uma caracterização precisa. Os povos originários considerados tupinambás aparecem na cartografia do século XVI ocupando toda a margem das baías, de Guanabara e de Sepetiba, com diversas aldeias espalhadas pelos rios Meriti, Sarapuí, Iguáçu e Guandu.

As populações indígenas que deram origem a estes sítios [na Baixada Fluminense] seriam, em suma, aqueles grupos que presenciariam a chegada dos europeus e participariam das lutas pela posse da terra. Uma vez conquistados, submetidos ou expulsos, em parte permaneceriam na região, aldeados pelas autoridades coloniais sob a responsabilidade dos jesuítas. Nas terras das suas antigas aldeias, somente “taperas” abandonadas, estabelecer-se-iam as primeiras comunidades fluminenses do recôncavo da Guanabara (Dias, 1998, p. 432).

As guerras de conquista no Brasil são marcadas por disputas e alianças (provisórias) entre europeus e povos indígenas. Os grupos originários tinham seus próprios interesses, táticas e estratégias de luta, apresentavam-se como agentes sociais produzindo política e história. Isso quer dizer que existia um cenário pré-cabralino bastante

² Existem muitos debates a respeito dos grupos étnicos originários. Mais recentemente a historiografia vem apontando que “tamoio” não designava um grupo étnico específico, mas uma aliança militar tupinambá, que teve início provavelmente a partir da década de 1540. Os tamoios lutaram ao lado dos franceses. (Perrone-Moisés; Sztutman, 2010) Do tupi-guarani, “tamoio” significa “avô”; assim, o sistema político dos tupinambás era possivelmente uma “gerontocracia” e a Confederação dos Tamoios foi protagonizada pelas aldeias originárias mais antigas (Fernandes, 2006).

fragmentado com conflitos internos, nos quais os europeus foram logo tomando partido. Estudos importantes, com base nos relatos de viajantes quinhentistas e seiscentistas, apontam a “função social da guerra” nas sociedades tupinambás, lutas “ancestrais” e “intestinais” entre diferentes aldeias (Fernandes, 2006). A chegada de portugueses, franceses, holandeses e ingleses viria agudizar esse quadro, pois exploraram as cisões indígenas (Monteiro, 2009; Almeida, 2003).

A história da ocupação colonial do recôncavo da Guanabara está relacionada à história de fundação da cidade do Rio de Janeiro. Sabe-se que os tupinambás que viviam nas cercanias da Guanabara faziam escambo com os franceses desde os primeiros contatos. Já os portugueses se aliaram a uma “fração” tupinambá: os temiminós, também chamados de “maracajás” ou “índios do gato”, que viviam na atual Ilha do Governador. O Forte Coligny, na Ilha de Villegagnon (1555-1560), representação da colonização extrativista da França Antártica, foi tomado pelos portugueses em 1560, e posteriormente ocorreu a fatídica Batalha de Uruçumirim, em 1567, considerada o marco de fundação do Rio de Janeiro. Os tupiniquins vindos da Bahia, do Espírito Santo e de São Vicente, que já eram aliados dos portugueses, também engrossaram as fileiras e, assim, a “Batalha das Canoas” na Guanabara teve seu desfecho com a derrota franco-tamoio. Acredita-se, portanto, que os tupinambás da região que nos interessa tenham se somado à chamada Confederação dos Tamoios (1554-1567), uma “coalizão” tupinambá que se estendeu de Cabo Frio a São Vicente em guerra contra os portugueses e seus tradicionais inimigos, os temiminós e tupiniquins (Abreu, 2010; Almeida, 2003).

As primeiras sesmarias na região foram doadas em 1565. Cristóvão Monteiro, um destacado conquistador português, representante da primeira elite de São Vicente e do Rio de Janeiro, que lutou em Uruçumirim inclusive, foi agraciado com várias sesmarias ao longo dos anos: Carioca,

Gávea, Campo Grande, Guaratiba, Sepetiba, Santa Cruz, Rio Guandu e Rio Iguaçu, abocanhando uma fatia de terras considerável no Rio de Janeiro durante o século XVI (Pedrosa, 2018, p. 145). O regime de sesmarias eram terras “doadas” pela Coroa portuguesa àqueles que prestassem “serviços” na conquista da terra, notadamente na guerra contra os “contrários”: franceses e grupos indígenas inimigos, sobretudo os tamoios.

Embora a historiografia tenha acordo sobre essas informações, não temos detalhes da conquista e da colonização sobre os tupinambás que viviam na atual Baixada Fluminense, faltando estudos mais detidos sobre esse assunto. Até porque a expulsão dos franceses e a fundação do Rio de Janeiro não significaram a conquista da baía de Guanabara como um todo, menos ainda da baía de Sepetiba, os tamoios permaneceriam promovendo ataques e ciladas por décadas a fio contra os portugueses. Os escassos relatos dão conta de “incursões comandadas pelos primeiros governadores contra as aldeias tamoias do recôncavo” (Abreu, 2010, p. 216).

Os grupos chamados “jacutingas” são geralmente relacionados aos territórios de Nova Iguaçu, viviam nas proximidades dos rios Meriti e Aguaçu. O nome “jacutinga” advém de uma ave, *lacutim*, *jakutin*, *cumana jacutinga* ou *jacupará* (família *Cracidae*). Do tupi-guarani *jakú* + *ting*: “jacú branco”, ave típica da região, provavelmente consumida por esses agrupamentos tupinambás. Entretanto, haja vista o território de Queimados estar associado à bacia do rio Guandu, seria prudente considerarmos outras aldeias originárias que existiam nas margens do Guandu: “Gerussaba” e “Genipaíba”, mesmo com grande imprecisão, afinal o rio Guandu tem uma extensão de 108 km (Abreu, 2010). O nome “Gerussaba” também advém de uma ave, o papagaio (família *Psittacidae*). Do tupi-guarani *jeru* (*aíru*, *juru*) + *saba*: “lugar dos papagaios”. Genipaíba do tupi-guarani *genipa* + *iba*: “jenipapo ruim”. Enquanto o termo “Guandu” (*kûandu*) significa “ouriço” (Silva, 2015).

Marapicu: fazenda, engenho, freguesia e morgadio

A primeira informação que temos do território colonial de Queimados é a doação de duas sesmarias nas margens do rio Marapicu. Em 1592 ocorreu a doação a Garcia Aires e em 1593 a doação a Baltasar da Costa. Procuramos referência a esses dois sesmeiros no famoso dicionário genealógico de Carlos Rheingantz, mas nada foi encontrado. Provavelmente, essas sesmarias foram doadas no contexto de “desbravamento dos sertões”, segundo a versão dos colonizadores. Marapicu advém de “Marapocu”, “planta do leito dos rios ou próximo ao vale dos rios” (Prado, 2000, p. 161).

A sesmaria de Garcia Aires deu origem ao Engenho do Ipiranga (Piranga), ao Engenho do Cabuçu e à Fazenda Marapicu, que é considerada o primeiro núcleo de povoamento na região. Marapicu foi a propriedade senhorial mais importante do período colonial nessa região por ter pertencido a famílias poderosas da capitania do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. Acredita-se que Marapicu tenha pertencido primeiro aos Vasques ou Vasqueanes no século XVII. Marapicu é mencionada como pertencendo a Inácio de Madureira em 1697. É passada para o marquês de Fontes (Abrantes, Fonxes), Rodrigo Anes de Sá Almeida, em 1709. Depois pertenceu aos Azeredo Coutinho que fundaram o morgado de Marapicu no século XVIII. Vejamos alguns elementos a respeito dessa elite colonial assentada em Marapicu.

As elites no ultramar tinham estratégias de acumulação que incluíam “bens materiais” (fazendas, engenhos, navios etc.), “bens simbólicos” (títulos, cargos de governança, patentes militares etc., com soldos) e principalmente escravizados, “um patrimônio que produzia valor” (Moura, 1987, p. 45). A trajetória das famílias é observada na longa duração por meio da prosopografia e seus engenhos/fazendas

scrutinados, sendo possível reestabelecer número da produção, de escravizados, portos utilizados etc., o “governo dos engenhos”. A ordem do Antigo Regime determinava que o ideal nobiliárquico fosse perseguido pelos indivíduos. Assim, o destino dos filhos era marcado pelas estratégias de reprodução social da “casa”, por meio dos casamentos, das carreiras eclesiásticas, militares e das redes de aliança, privilegiando vínculos endogâmicos (Rodrigues, 2013; Demétrio, 2014).

No século XVII, os Vasques ou Vasqueanes (surgiram do segundo casamento de Gonçalo Correia de Sá) e seus descendentes³ aparecem como donos de várias sesmarias na região: Marapicu, Mato Grosso, Piranga, Campo Alegre, Leal e Cabuçu. (Demétrio, 2014) O que importa reter é que essas propriedades obtidas em sesmarias por serviços prestados à Coroa portuguesa (em combates contra indígenas, franceses e holandeses) foram destinadas a conquistadores que participaram ativamente da administração da capitania do Rio de Janeiro, alguns deles chegaram a ocupar o cargo de governador (interino).

Entre os descendentes dos Azeredo Coutinho, Marapicu foi adquirida pelo capitão-mor Manoel Pereira Ramos de Lemos Faria e sua esposa Helena de Andrade Souto Maior Coutinho, vindos da fidalguia portuguesa. As famílias de ambos possuíam mercês e títulos, já eram detentores de terras em outras localidades de Iguaçu, Jacutinga, além de São Gonçalo e Maricá.⁴ Manoel Pereira Ramos construiu carreira

³ Parentela dos Correia de Sá, que expulsaram franceses e holandeses dos domínios portugueses no Brasil e em Angola. Especificamente Martim Correia Vasques, Tomé Correia Vasques, Martim Correia Vasqueanes (homônimo) e Artur de Sá e Meneses.

⁴ Os Vasques e os Azeredo eram aparentados; nos registros de batismo dos escravizados de Marapicu aparece uma rede senhorial: os Sá, os Vasques, o marquês de Fontes e Helena de Andrade, que apadrinhavam escravizados de forma cruzada entre si (Demétrio, 2014, p. 263). O patrimônio dessas famílias arroladas em Marapicu, adquiridos por aquisição de sesmarias, herança ou compra, ocorria internamente, como forma de evitar a dispersão patrimonial (Rodrigues, 2020, p. 98). Portanto, é possível observarmos uma certa continuidade na genealogia.

militar em Minas Gerais, realizou diligências e combateu sedições, tornando-se capitão de infantaria na ocasião da segunda invasão francesa ao Rio de Janeiro, em 1710 (Machado, 2019).

Esse casal ainda foi responsável por vários marcos coloniais em “Maripocú”: construíram a paróquia e a igreja de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu (1737), a capela de Nossa Senhora de Guadalupe (1750) e fundaram uma irmandade (1754). Foi elevada à freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicu em 1759, não apenas como consequência do crescimento da ocupação colonial no século XVIII, mas em razão dos interesses dessa família. A freguesia de Marapicu passou a pertencer à administração do distrito de São Salvador do Mundo da Guaratiba (Pizarro, 1820). A família consegue instituir o morgadio de Marapicu em 1772, reafirmando seu poder na região. Segundo o *Dicionário da terra*, o morgadio é uma instituição portuguesa que tem como princípio tornar “os domínios senhoriais inalienáveis, indivisíveis e insusceptíveis de partilha pelo titular” (Motta, 2005, p. 319), ou seja, um tipo de propriedade vinculada, em que a transmissão do morgadio é exclusiva ao varão primogênito. Porém quem administrava *in loco* o morgadio de Marapicu era Inácio de Andrade Souto Maior Rondon (1734-1815), o segundo na escala sucessória e terceiro filho homem dos Azeredo Coutinho. O primogênito tornou-se desembargador em Portugal, o secundogênito tornou-se governador do Piauí e o caçula bispo de Coimbra, enquanto todas as filhas mulheres seguiram carreira eclesiástica (Rodrigues, 2013).

O morgadio de Marapicu, único de seu tipo no território de Iguaçu colonial, abarcava os engenhos de Marapicu e Cabuçu, além de propriedades da família em outras localidades: engenhos de Itaúna e Gama, 8 casas na cidade do Rio de Janeiro (avaliadas em 11 contos de réis), dívidas passivas e 1 sumaca (embarcação), todas vinculadas ao

morgado. O exemplo do morgado de Marapicu representa uma estratégia singular da elite colonial na concentração da propriedade fundiária e na projeção social da família senhorial. (Machado, 2019)

Inácio de Andrade Souto Maior Rondon foi um dos senhores locais de maior prestígio na região em fins do século XVIII e início do XIX. À exceção de todos os outros donos de morgado, senhores que recebiam rendimentos vivendo em Portugal, como o primogênito, Inácio de Andrade viveu em Marapicu, administrando diretamente o patrimônio de sua família; também ampliou seus títulos por meio das Ordenanças, galgando diversos postos militares: capitão de cavalaria auxiliar, mestre de campo de corpos auxiliares, coronel do regimento de infantaria de milícias do distrito de Guaratiba, sendo, por fim, reformado no posto de brigadeiro. Além disso, por sua atuação nas Ordenanças possuía vasto conhecimento sobre o interior da Colônia (Machado, 2019). Inácio de Andrade fundou a sua própria casa senhorial, era dono de praticamente metade da escravaria local, e dois engenhos seus (Mato Grosso e Piranga) destacaram-se entre os 10 mais lucrativos do distrito de Guaratiba, em 1797 (Rodrigues, 2020).

Interessante mencionarmos ainda o “cabedal” de Inácio de Andrade, pois foi também “inspetor” da aldeia de São Francisco Xavier de Itaguaí, da qual era vizinho. O aldeamento indígena de Itaguaí remonta ao início do século XVII e sofreu uma tentativa de desmantelamento pela administração da Fazenda Real de Santa Cruz na década de 1780. Inácio de Andrade intercedeu em favor da permanência do aldeamento. Segundo atestado do marquês de Lavradio, a aldeia de Itaguaí chegou a recrutar 60 homens por mês para serviços em fortalezas. Inácio de Andrade, que possivelmente foi responsável por esses recrutamentos, atestou que

[...] estiveram os índios promptos para o serviço do registro de Itaguahy, Iuruoca, Ioitinho para auxiliarem os destacamentos em diligencia de desertores, criminosos, e dos que querem passar para Minas e São Paulo sem despacho, para as paradas no tempo de guerra e para o serviço dos escaleres [...] (Souza; Silva, 1854, p. 358).

Nesse sentido, existiam relações sociais locais importantes travadas por esse eminente senhor de engenho e militar das Ordenanças com a aldeia de Itaguaí.

Como podemos notar, no século XVIII ocorrem transformações importantes no território de Marapicu, o aumento do interesse na região se dá devido aos caminhos do Ouro. Em 1704 houve a abertura do Caminho de Garcia Paes (Caminho Novo do Pilar ou Caminho Novo do Guaguassu) e em 1728 houve a abertura do Caminho Novo do Tinguá (Terra Firme), que passavam próximos à região que nos interessa aqui, com novas sesmarias sendo doadas nas margens desses caminhos. As freguesias rurais do recôncavo, que tinham sido importantes para a economia canavieira e abastecimento da cidade no período anterior, ganhavam uma dimensão de escoadouro com o advento das Minas. (Oliveira, 2004).

Em 1797, os engenhos produtivos na freguesia de Marapicu eram o Mato Grosso, o Piranga, o Marapicu e o Cabuçu. Além das seguintes fazendas registradas: Pantanal, Porto Velho, Poços, Tingui, Retiro, Bananal e Barro Vermelho, segundo o relatório enviado ao conde de Resende.⁵

Além da criação de gado vacum e cavalar, a região da freguesia de Marapicu era caracterizada pelo cultivo de cana-de-açúcar, mandioca, milho, legumes, arroz e café, produtos que eram conduzidos até as freguesias de Jacutinga, Meriti e Irajá, ou levados pelo rio Guandu até o

⁵ AHU_ACL CU_017, Cx. 163\Doc. 12203. Projeto Resgate – Rio de Janeiro. Avulsos (1614-1830). Disponível na Biblioteca Nacional Digital.

rio Itaguaí e depois até a cidade. Dos rios que banham a região (Piranga, Cabuçu, Cabenda e Guandu), apenas o Guandu era navegável, devido a obras de navegação feitas a mando dos Azeredo Coutinho (Pizarro, 1820, p. 121).

No alvorecer do século XIX, os filhos de Inácio de Andrade herdaram os louros da família: “O primogênito, Manoel Inácio de Andrade Souto Maior, recebeu o título de marquês de Itanhaém, tornando-se importante figura política do Império. O segundo filho, Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, foi camarista imperial.” (Rodrigues, 2020, p. 105) O último dono do morgado de Marapicu foi o conde de Aljezur, Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (-1909), amigo pessoal de d. Pedro I. Em seu inventário as fazendas do Morgado foram avaliadas em: 254:000\$000 réis (Marapicu, Cabuçu e Paul do Guandu) (Machado, 2019).

O caso dos senhores de Marapicu revela a projeção de uma família senhorial setecentista Império adentro, mostra o desdobramento do poder e influência de um núcleo familiar escravista por séculos, ancorados numa freguesia rural do recôncavo da Guanabara.

Marapicu e Queimados estavam no entroncamento das duas baías, Guanabara e Sepetiba, com os caminhos fluviais ocupando grande importância desde os povos indígenas. A “hinterlândia” dos rios e seus afluentes favoreceram a movimentação e ocupação humana na Baixada Fluminense. Durante o período colonial, o escoadouro principal de Marapicu era a vila de Itaguaí, na baía de Sepetiba; o acesso e o transporte de mercadorias eram feitos por pequenas embarcações — canoas e botes — por meio dos portos fluviais. Os saveiros, embarcações um pouco maiores, navegavam apenas pelos rios Iguaçu, Guandu e Itaguaí, mesmo assim à custa de manutenção. Os portos utilizados para escoar a produção agrícola de Marapicu eram os de Itaguaí e Meriti. O

advento da ferrovia, entretanto, descolaria o território de Queimados de Marapicu, associando-o mais à Iguassú pela linha férrea (Simões, 2011).

Fazenda São João de Queimados

A Fazenda São João de Queimados foi construída nas terras do morgado de Marapicu na década de 1810 pelo capitão João Pereira Ramos, possivelmente parentela ou agregado dos Azeredo Coutinho. Por meio de um processo judicial que reivindicava direito de herança, tivemos notícia de um conflito entre o senhor dessa fazenda e sua filha: Demethildes Ignácia de Andrade. O capitão de Queimados tornou-se viúvo com o falecimento de sua esposa, Rosa Joaquina do Amor Divino, mas impediu a conclusão do inventário de sua esposa por mais de 35 anos, dificultando que a filha única do casal tivesse acesso à herança (Machado, 2019).

O “patrimônio” da Fazenda São João de Queimados era composto por 22 escravizados e arrendamentos; Demethildes tinha direito à “meação” da mãe e acusava seu pai de “dissipar” os bens da família. Ela pediu a interdição do pai como inventariante e solicitou o sequestro dos bens de Queimados. Em 1848, a justiça deu ganho de causa a Demethildes e em 1851 houve o sequestro de bens. A herdeira de Queimados, entretanto, transferiu seu direito de meação ao capitão Augusto Júlio Pegado, morador da freguesia de Santa Cruz de Mendes em Piraí, por 6:000\$000 réis (Machado, 2019).

Na sequência, a Fazenda de Queimados deixa novos registros, devido a conflitos entre o capitão Pegado e um arrendatário de terras na Fazenda de Queimados, Joaquim Antônio da Silva Camarinha. O arrendatário é classificado primeiro como “Lavrador de café” no Almanak Laemmert, mas anos depois aparece na categoria “Fazenda de

açúcar”, denotando ampliação da produção e ascensão social. Camarinha era responsável pela Fazenda São Joaquim, em Marapicu, que possuía lavoura de cana e engenho de açúcar movido a vapor. Em 1850, nas terras arrendadas em Queimados, Camarinha possuía casa de secos & molhados, armazém de café, senzala, lavoura e pasto, além de outros comércios na região: “alguns açougues, uma padaria, um hotel e animais que faziam o transporte de passageiros em diligências até a localidade de Belém — atual Japeri” (Machado, 2019, p. 221). Camarinha se destacava economicamente na região.

O arrendamento de Camarinha tinha sido firmado com o antigo dono da Fazenda de São João de Queimados, o capitão João Pereira Ramos, em 1850. Pegado e Camarinha entraram em conflito judicial na ocasião de ampliação do armário de secos & molhados, Pegado questionava o baixo valor do arrendamento. Ao término dessa contenda, Camarinha obteve judicialmente o direito de reformar seu armário. O que estava em disputa, portanto, era o direito de domínio sobre as terras de São João de Queimados (Machado, 2019).

Em 1857, após o falecimento de seu pai, Demethildes negociou sua outra parte da herança por 70:000\$000 réis. (Machado, 2013, p. 226). No inventário de “bens” da Fazenda São João de Queimados: terras, benfeitorias, lavouras, compensação por 17 alforrias de “pardos”, pagamentos pela venda de 5 escravizados, utensílios e objetos da fazenda. O mercado de terras no século XIX promovia a cessão do direito de herança, pois significava a liquidez para o herdeiro, enquanto o comprador podia multiplicar os bens avaliados posteriormente (Pedrosa apud Machado, 2013, p.227)

Antônio Joaquim Pereira Flores comprou a parte de Demethildes e de Pegado no mesmo ano, tornando-se novo senhor e possuidor da Fazenda São João de Queimados, entretanto não realizou as prestações

do pagamento no prazo. Em razão das dívidas que contraíra, Flores também entrou em conflito com o arrendatário Camarinha, que agora pretendia construir uma edificação nova nas terras arrendadas. Em 1857 a inauguração da estrada de ferro na localidade já era esperada, o que promoveu a valorização das terras próximas à ferrovia, daí a disputa de interesse entre Flores e Camarinha. Demethildes, entretanto, arrependeu-se da negociação com Flores, devido às faltas no pagamento e renegociou a mesma parte de terras com Camarinha. Em 1859 a justiça anulou essa negociação e Camarinha se manteve apenas como arrendatário de Queimados (Machado, 2019).

Os processos envolvendo conflitos fundiários revelaram que na Fazenda de São João de Queimados havia outros moradores além dos ilustres “donos”, pois prestaram depoimento nos processos: arrendatários e sitiantes (ocupantes ou agregados), que não pagavam arrendamentos. Provavelmente, os sitiantes tinham algum vínculo com os senhores: parentela, herdeiros excluídos, compadres etc. (Machado, 2013, p. 232).

Analisando o comportamento das elites de Marapicu e Queimados na longa duração podemos perceber que durante o período colonial as famílias tinham interesse na ampliação de seu patrimônio e na posição de suas famílias, todavia, no século XIX vemos o “absenteísmo” dos proprietários, pela concessão de arrendamentos. A historiografia avalia que, na segunda metade do século XIX em algumas localidades a política do arrendamento de terras se proliferou devido à crise do escravismo. Assim, os arrendamentos eram um “mecanismo de transferência de renda líquida dos mais pobres para os mais ricos, aumentando a acumulação destes últimos, e atuando como instrumento de controle da elite agrária sobre a população livre e pobre” (Machado, 2013, p. 236). Os arrendamentos significavam liquidez para a manutenção do padrão de

vida de uma elite decadente (Pedrosa apud Machado, 2013, p. 227). No caso de Queimados compete ainda um contexto de especulação e procura devido à inauguração da estação ferroviária em 1858.

A era da ferrovia, escravidão e pós-abolição

Na primeira metade do século XIX, o recôncavo da Guanabara tinha três vilas importantes: Magé (1789), Iguassú (1833) e Estrela (1846). Essas vilas foram fundadas em observância à importância dos seus portos (fluviais), intenso comércio e núcleos coloniais, caracterizadas como “vilas-portos” (Soares, 1962). Ao longo do século XIX, entretanto, elas perdem progressivamente sua importância. Em 1833 a freguesia de Marapicu, que abarcava o atual território de Queimados, foi incorporada à vila de Iguassú e retirada da Guaratiba. A freguesia de Marapicu fazia parte do termo da cidade do Rio de Janeiro, até então (Simões, 2011).

O escoamento da produção cafeeira do vale do Paraíba pela Baixada Fluminense era uma necessidade na primeira metade do século XIX; os caminhos do ouro seriam aproveitados e novas estradas foram abertas. No tocante à região de Queimados, já havia duas estradas importantes: a Estrada do Mato Grosso e a Estrada dos Fazendeiros, que escoavam a produção local. Ao largo da região foram abertas duas estradas: a Estrada da Polícia (1820), que iniciava em Nossa Senhora da Conceição (Pavuna), passando pelo Brejo (Belford Roxo), Cava, Rio d’Ouro, São Pedro, Sant’Anna de Palmeiras e terminava em Belém (Japeri); e a Estrada do Commercio (1822), que começava em Iguassú, passando pela serra do Tinguá, serra da Viúva, Paty de Alferes, e terminava no rio Paraíba. Assim, o porto de Iguassú também passou a escoar a produção local (Peres, 2004).

Com a abertura das estradas, o escoamento passou a ser feito por tropas de burros e muares. Entretanto, a literatura de viajantes destaca o papel dos escravizados como carregadores. John Luccock, visitando freguesias rurais no Rio de Janeiro, em 1809, mencionou que os gêneros eram levados ao mercado “à cabeça dos negros” (Luccock, 1975, p. 195). Jean-Baptiste Debret diz:

Embora pareça estranho que nesse século de luzes se depare ainda no Rio de Janeiro com o costume de transportar enormes fardos à cabeça dos carregadores negros. É indiscutível que a totalidade da população brasileira da cidade, acostumada a esse sistema que assegura a remuneração diária de escravos empregados nos serviços de rua, se opõe à introdução de qualquer outro meio de transporte, como seja, por exemplo, o dos carros atrelados (Debret, 1978, p. 234).

A má conservação das estradas nas freguesias rurais dificultava o uso de carroças, “carros de bois”, assim o trabalho dos escravizados não era um dado apenas na lavoura e no trabalho doméstico, mas também no carregamento e transporte dos produtos agrícolas, como “carregadores” e até mesmo como “escravos tropeiros” ou “arreeiros”. Nesse sentido, a implementação da ferrovia não era um mero detalhe na paisagem, significava não apenas a circulação de pessoas e o transporte da produção em quantidade e tempo recorde, mas a liberação de uma parte da mão de obra escravizada que fazia os carregamentos para outras atividades.

A historiografia tem avaliado que a partir de 1850, após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico internacional de escravizados para o Brasil, desenvolveu-se um “impulso modernizante” na sociedade brasileira, porque os capitais do tráfico foram liberados para outras áreas (Silva, 2008). A despeito do tráfico ter sofrido proibições e retaliações da Inglaterra, o sistema escravista foi mantido ainda por longas décadas. O período entre 1851 e 1888 é

classificado de duas maneiras pela historiografia, como “Segunda Escravidão” ou como “Escravismo Tardio”. A chegada do trem a vapor é um exemplo de “modernização sem mudança social” (Moura, 1987), afinal as transformações técnicas e o desenvolvimento das forças produtivas por si sós não promoveram alteração significativa nas relações sociais, mas readaptaram as formas de exploração da mão de obra.⁶

Embora o cultivo do café não tenha constituído um ciclo econômico em Iguaçu (Pereira, 1976), a instalação da Estrada de Ferro D. Pedro II (1858), que escoava a produção cafeeira de outras localidades, impactou sobremaneira a região, para o bem e para o mal, digamos assim. Para a geografia, a ocupação e depois a urbanização do recôncavo foi realizada pelas vias de circulação que foram verdadeiros “elos de ligação” e “agentes de incorporação” (Soares, 1962, p. 155). Nesse sentido, os rios, estradas e linhas férreas ocupam papel destacado na análise social.

O *Jornal do Commercio* anunciou fugas de escravizados durante a década de 1850 em Queimados, anunciando a recompensa para que fossem reconduzidos à escravidão, revelando nuances do escravismo na região (Carlos, 2022, p. 35). Vejamos:

- (1) Em 1853, Belmiro: “pardo, meio acabulado, de idade de 30 anos, altura regular, cheio de corpo, tem falta de dentes e pouca barba, levou vestido calça e camisa de algodão de Minas e uma japona”;
- (2) Em 1955, Telles: “é alto e muito reforçado, barba cerrada, tem falta de um dedo no pé direito, é bem-falante, muito ladino, e talvez se intitule forro”;
- (3) Em 1956, Thomaz: “idade 20 anos, estatura baixa, cor retinta, cheio de corpo, fala bem, tem a perna esquerda para baixo do joelho mais grossa do que a direita, e puxa um pouco dela”. Telles, inclusive, tinha como senhor o mencionado

⁶ “A tecnologia era introduzida do exterior, os meios de comunicação mecanizavam-se, abriam-se estradas de ferro em todo o território nacional, o cabo submarino era inaugurado, tínhamos gás de iluminação, telefone, bondes de tração animal, mas tudo isto superposto a uma estrutura traumatizada no seu dinamismo pela persistência de relações de produção escravistas.” (Moura, 1987, p. 38)

Camarinha, importante comerciante de Queimados na ocasião da instalação da EFDPII.

A incidência de fugas de escravizados na baixada iguaçuana foi grande durante todo o século XIX, a existência de resistentes quilombos nas cabeceiras dos rios Sarapuí e Iguaçu incomodava as autoridades policiais que não conseguiam desmantelá-los facilmente. Com o fim do tráfico negreiro, houve um “súbito aumento de preços” no mercado escravista e o vale do Paraíba passou a absorver boa parte da mão de obra cativa no Rio de Janeiro. Além disso, em 1855 e 1856 epidemias de cólera vitimaram sobretudo escravizados na Corte e na província fluminense. Tais fatores foram responsáveis pela diminuição da população escravizada em diversas regiões, para a freguesia de Marapicu, registram-se os seguintes números: 1840 = 3.758 (57%); 1850 = 3.553 (53%); e 1872 = 2.002 (35,6%). Até meados do século XIX a população escravizada na freguesia de Marapicu era superior à população livre e em 1872 foi registrada uma diminuição em termos absolutos e relativos (Gomes, 2012). Vale destacar que Marapicu não foi uma exceção nesse quesito, a diminuição da população escravizada é uma regra observada em vários territórios nesse período, à exceção do vale do Paraíba, em que o movimento é oposto, ascendente. A pesquisa historiográfica sobre fugas e quilombos na Baixada, porém, apresenta algumas lacunas, não há análises disponíveis para os primeiros séculos de colonização, nem estudo de caso específico para Queimados, Marapicu e Cabuçu.

Em 1854 a Estrada de Ferro Barão de Mauá (projeto executado pelo próprio Irineu Evangelista de Souza) foi a primeira a ser construída no Brasil, na vila de Estrela, ligando Magé a Petrópolis. Em 1858 o governo imperial entregou o primeiro trecho da EFDPII, que compreendia as seguintes estações: Campo da Aclamação (Corte), São Cristóvão,

Engenho Novo, Cascadura, Sapopemba (Deodoro), Maxambomba (Iguacu) e Queimados. Depois, no final do mesmo ano, foi inaugurado mais um trecho da EFDPII ligando Queimados a Belém (Japeri). Na verdade, em 1858 o que foi inaugurado foi o “Pouso de Queimados”, a linha de passageiros só começou a circular em 1870, revelando o interesse precípua da ferrovia como escoadouro da produção cafeeira (Simões, 2011). A estação foi batizada como “Ottoni”, em homenagem ao primeiro diretor da EFDPII, Cristiano Benedito Ottoni. O objetivo era chegar ao vale do Paraíba (Barra do Piraí) e iniciar uma bifurcação, uma linha em direção a São Paulo e outra em direção a Minas Gerais, como podemos ver na imagem.

Imagen 1 – Estrada de Ferro D. Pedro II, 1863



Fonte: L'Illustration: Journal Universal Hebdomadaire, volume 41, nº 1.059, 1863. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Chemin_de_fer_de_D._Pedro_II._1863.jpg, acesso em 5/5/2024.

Assim, o complexo econômico cafeeiro com a instalação da ferrovia pretendia não apenas aumentar o escoamento e diminuir o custo do

transporte dos barões do café do vale do Paraíba, mas também a liberação da mão de obra escravizada para as lavouras de café, diminuindo a demanda de carregadores (Marinho, 2015). Em 1883, o abolicionista liberal Joaquim Nabuco afirmou: “A escravidão havia sido vivificada e alentada pelo vapor e pela locomotiva.” (Nabuco, 1988, p. 122).

A mão de obra utilizada para a construção da estrada de ferro foi fundamentalmente a livre, mas também a escravizada, e em Queimados foi registrada a utilização da mão de obra de imigrantes, principalmente chineses (Lamounier, 2012). A construção do trecho que liga Queimados a Belém (Japeri), conhecido como “brejo dos caramujos”, foi um dos trechos mais mortíferos da EFDPII pelo surto de malária, chamada na época de “impaludismo”. O governo imperial estabeleceu contrato com a empresa Sampson & Tappan, de Boston, para a vinda de chineses para o Brasil, em 1855, exemplo de como os imigrantes chineses entravam no Brasil (Pereira, 1977). Sobre a instalação do trecho Queimados-Belém:

Na obra do engenheiro Paula Pessoa se diz que a difícil construção desse trecho, motivada pelos extensos pantanos formados pelas cheias dos rios, custara a vida a mais de 5.000 chins, introduzidos no Rio de Janeiro para os trabalhos da estrada. Dizimara-os o impaludismo, que quasi tornara impossível o serviço do trabalhador nacional, o infeliz escravo (Maia Forte, 1933, p. 62).

O termo “chin” era utilizado de forma pejorativa para se referir aos imigrantes chineses que foram introduzidos no Brasil junto com a massa de imigrantes europeus durante o século XIX. Diferentemente do colonato imposto a seus congêneres europeus, os orientais realizaram trabalhos em condições muito parecidas com a escravidão. Não raro, exerciam tarefas lado a lado aos escravizados, como provavelmente ocorreu na construção do trecho Queimados-Belém da ferrovia.

Num relatório sobre a emigração para o Brasil de 1855, que era destinado à Assembleia Geral Legislativa, as autoridades brasileiras

afirmam que embora a “Repartição de Terras Públicas” tenha pedido dados estatísticos da imigração nas províncias, esse levantamento ainda não estava fechado. Entre vários elementos trazidos pelo relatório, fica exposto que naquele momento os EUA recebiam maior número de imigrantes do que o Brasil. A fim de racionalizar o sistema, o relator defendia a criação de “casas” do imigrante, que ficariam responsáveis por destinar adequadamente os trabalhadores, como ocorria nos EUA. O documento ainda menciona o cometimento de países como a Alemanha e a Suíça em enviar imigrantes para o Brasil, devido a denúncias das más condições das viagens marítimas. No mesmo documento foi possível captar elementos a respeito da migração chinesa para o Brasil:

Em 18 de Março entrou a Galera Sarah procedente de Whampoa com 80 dias de viagem. Tendo recebido ao seu bordo 375 Chins, e havendo d'elles morrido 8 durante a viagem e 1 seis dias depois da chegada a este porto, restarão 366 [...]. Os passageiros da Galera Sarah, os primeiros dos 2.000 contratados em Londres com a casa commercial Sampson & Tappan, de Boston, segundo as informações e pesquisas á que se procedêo, são naturaes de districtos agrícolas, e cultivadores de chá e canna, ou officiais de offícios necessários à agricultura, e mostrão-se fortes e moços. [...] Pelo contracto, se achão obrigados a trabalhar nove horas por dia, excepto nos domingos, devendo apesar d'isto sujeitar-se, em caso de necessidade, a maior tempo de serviço e mesmo nos domingos [...]. forão pedidos por diferentes lavradores, empresários de colonização e de obras públicas, 460 chins, o Arsenal da Marinha fez conhecer a conveniência de obter alguns e para a Fazenda normal de chá na Província do Paraná hão de ir até 50. [...] os seus salários são muito inferiores aos dos trabalhadores europeus, cujas necessidades são muito maiores, e a satisfação d'ellas custa muito mais [...]. Melhor seria que estes trabalhadores fossem de raça mais inteligente e morigerada, e que se estabelecessem permanentemente entre nós, augmentando assim nossa população, e não exigindo anualmente novas despesas com seu transporte.⁷

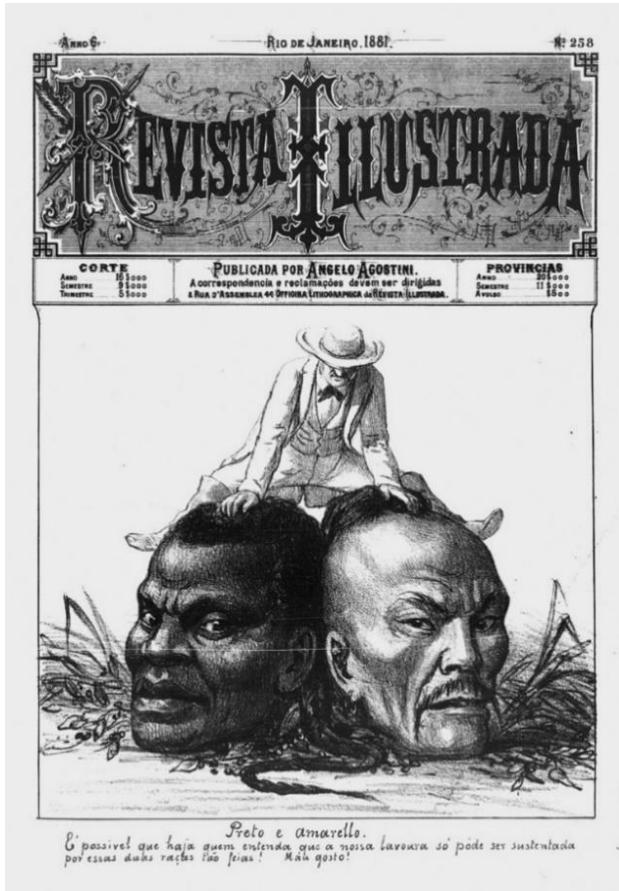
⁷ Emigração. In: Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, RJ (1832 a 1888),

A documentação ainda menciona que diferentemente dos europeus, os chineses migravam jovens e solteiros, sem as suas famílias, mulheres e filhos, o que facilitava o seu emprego como “colonos proletários”: “sujeitão-se á direção que lhes querem dar”. O funcionário ainda ressalta que os chineses trabalhavam em troca de jornais, alimentação, vestimenta, médico, botica e “um pedaço de terreno para plantação”, na perspectiva de juntarem um “pecúlio” e retornarem para seu local de origem. Para o caso das obras públicas da EFDPII, no trecho Queimados-Belém, os chineses foram enviados para o sacrifício. Devido às condições solitárias e provisórias de sua permanência no Brasil, ficaram suscetíveis e foram descartados, sobretudo classificados e tratados pelo racismo, no contexto da construção da ferrovia em 1858. Embora a bibliografia mencione a morte de 5.000 chineses em Queimados e seu sepultamento tenha sido realizado supostamente em Japeri, novas pesquisas precisem ser realizadas, o relatório das Terras Públicas mostra a contratação total de 2.000 chineses pela Sampson & Tappan, distribuídos por várias províncias. Mas afinal de que outras formas os chineses entraram no Brasil? Como foi sua atuação na construção da ferrovia? Como se deram as baixas? (Lamounier, 2012)

Nas discussões parlamentares e nos jornais da época as elites se desesperavam com a possibilidade do fim da escravidão, defendendo a imigração como solução para o “problema da mão de obra”. Os chineses, porém, em geral eram rechaçados, classificados como “raça amarela” ou “raça coolie” pela pseudociênciia racista que se desenvolve no século XIX e avança sobre as primeiras décadas do século XX (Schwarcz, 2008). Na famosa *Revista Illustrada* de Ângelo Agostini, em 1881, podemos ver a

comparação entre o “chinês” e o “negro”, delegando-lhes o papel social do trabalho e construindo hierarquias raciais. A revista também associou os chineses aos “pardos” ou “mulatos”, numa construção imagética racial e miscigenada. Embora a ironia fosse o tom da revista, sua representação dos chineses e negros revela uma semiótica visual da racialização no Brasil (Braz, 2022; Lee, 2019).

Imagen 2 – Capa da Revista Ilustrada, 1881



Fonte: REVISTA Ilustrada, nº 258, de Angelo Agostini. Acervo da BNDigital do Brasil, 1881. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=332747&pagfis=1830>, acesso em 5/5/2024. Descrição: “Preto e amarelo. É possível que haja quem entenda que a nossa lavoura só pode ser sustentada por essas duas raças tão feias!... Mau gosto!”

O impaludismo (malária), a febre palustre (febre amarela) e a cólera morbo ceifaram milhares de vidas entre 1850 e o início do século XX, sobretudo em regiões tropicais que passavam por processos precários de urbanização. A bibliografia especializada na história da Baixada Fluminense vem apontando duas principais consequências com a chegada da ferrovia: (1) os portos comerciais da região entraram em obsolescência e crise, levando suas elites à bancarrota; (2) os rios navegáveis que antes favoreceram o processo colonial agora eram focos de doenças, sem dragagem e retificação dos cursos naturais, as águas transbordavam formando brejais, pântanos e alagadiços tão característicos da região, impossibilitando a agricultura e favorecendo a proliferação dos vetores. O crescimento demográfico e urbano dificilmente foi acompanhado por políticas de saneamento básico, mesmo no século XX, como veremos.

A historiografia que avalia o lento processo de abolição da escravidão no Brasil vem percebendo que as características dessa situação na Baixada Fluminense revelam uma significativa redução da população cativa a partir da Lei Eusébio de Queiróz de 1850. Apontam que os escravizados foram absorvidos pelo vale do Paraíba, região produtora de café mais dinâmica nesse momento, concluindo que na Baixada “a escravidão perdeu força mais rapidamente” (Costa, 2015, p. 41). É comum encontrarmos em memorialistas a opinião de que a ferrovia foi responsável pela decadência e desaparecimento das vilas-portos mencionadas, numa narrativa tecnocrática, entretanto, a expansão da produção cafeeira no vale do Paraíba colocou a Baixada Fluminense em maus lençóis. O mesmo pode ser dito da produção açucareira local, que também não resistiu à concorrência, dessa vez da região de Campos de Goytacazes. Desses processos agrícolas extensivos

resultou ainda o esgotamento do solo e, além disso, a própria inaptidão das autoridades locais, elites senhoriais assentadas na escravidão (Soares, 1962). Nesse sentido, a abolição da escravidão na região coroou o processo de decadência econômica que já estava em curso (Soares, 1962). Assim, na virada dos séculos, devido ao quadro de crise econômica e incidência de doenças, registrou-se o chamado “vazio demográfico” para o conjunto da população da Baixada Fluminense.

A historiografia, entretanto, não considera o declínio populacional de escravizados desde meados do século XIX como ausência da população negra na região. Ao contrário, o enraizamento e a estabilização da família negra na Baixada é um fenômeno que pode ser observado no século XIX e ao longo de todo o século XX, pela chegada ou volta de remanescentes do vale do Paraíba, como pela constante imigração de nordestinos, mineiros e fluminenses para a região. Acredita-se, portanto, que a desagregação econômica abriu espaços de possibilidade para a população negra recém-liberta se estabelecer como posseiros ou até mesmo em pequenas roças, próximo aos centros urbanos, em que desenvolveram ocupações em constante mobilidade espacial (Bezerra, 2012; Costa, 2015). No censo de 1872, a população da Parochia de N. S. da Piedade de Iguassú era de 4.485 mil pessoas, destacando-se: 2.597 livres, 1.043 cativos, 968 pardos, 883 pretos, 118 imigrantes portugueses e 9 caboclos.⁸

Foram identificadas as trajetórias de dois homens negros em Queimados nas primeiras décadas do século XX que são elucidativas dos aspectos mencionados: Dionísio Antônio Fernandes e Francisco Caetano Madeira. Vamos abordar brevemente suas trajetórias a fim de visibilizar

⁸ Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf, acesso em: 5/5/2024.

a importância das famílias negras estendidas, suas redes de solidariedade e o acesso à terra como características que possibilitaram a estabilização e a mobilidade social de grupos libertos. O atrativo do território de Iguaçu foi a ascensão da laranja no início do século XX, período em que ainda era possível comprar terrenos mais baratos, arrendar ou viver como meeiros.

No pós-abolição, os filhos de Dionísio Antônio Fernandes saíram de Valença com destino a Iguaçu para trabalharem na colheita da laranja. Com arranjos de trabalho sazonais, costumavam retornar para casa, porém a família conseguiu se estabilizar em Queimados e se tornou referência para parentes e amigos que quisessem migrar para Iguaçu, recebendo os recém-chegados em suas residências contíguas numa mesma rua de Queimados. “Vô Dionísio”, como era conhecido, era egresso do cativeiro (Costa, 2008). Francisco Caetano Madeira, originário da região de Cabuçu, foi tenente do Exército em sua juventude e esteve envolvido com a Revolta do Forte de Copacabana. Tornou-se produtor e exportador de laranja, foi proprietário de carro e caminhão, empregou imigrantes e viajou até para a Argentina para fazer negócios. Com o declínio da cultura da laranja, Madeira abriu um botequim em Queimados após a Segunda Guerra Mundial. (Nascimento, 2019)

Em geral, a historiografia aponta que a população negra no início do século XX se empregou na lavoura, no comércio, como jornaleiros, no setor de transportes, nas forças armadas, no serviço público etc. (Costa, 2019). A família de Dionísio e o caso de Madeira revelam uma janela de oportunidade aberta na Baixada Fluminense, em razão da crise econômico-social seguida pela ascensão da laranja no território.

Algumas mudanças administrativas foram realizadas em Iguassú no fim do século XIX e início do XX, evidenciando mudanças socioespaciais. Mencionamos somente as alterações que competem para

o entendimento da história de Queimados, deixando as modificações referentes a outros distritos de lado. Em 1891, a sede do município de Iguassú foi transferida para Maxambomba, mesmo local da estação ferroviária. Em 1892 Marapicu tornou-se distrito de Maxambomba e continuou abarcando Queimados. Finalmente, em 1916 a cidade passa a se chamar “Nova Iguaçu”. Queimados, entre 1911 e 1919, foi a sede do distrito de Marapicu, mas provisoriamente. É apenas em 1924 que a sede é afixada permanentemente em Queimados, também no local da estação ferroviária (Simões, 2011). Em 1920 a estação Ottoni é rebatizada como Queimados, adotando o mesmo nome do distrito (Carlos, 2022). Tais oscilações, entretanto, não ocorreram ao acaso; refletiam o maior ou menor dinamismo social e econômico das localidades, algumas em franca decadência e outras alentadas como entreposto pelas estações ferroviárias. Sem dúvida, os fatores responsáveis por essas transformações foram o desastre econômico conduzido pelo Oitocentos e a implementação da citricultura na região no final do século XIX.

A fruta de ouro e a terra da fortuna

Para que a citricultura expandisse, foram realizadas obras de saneamento, desobstrução e dragagem de rios em Nova Iguaçu pelo governo federal. Afinal, pretendia-se não apenas alavancar a citricultura, mas transformar a região num “cinturão verde” que abasteceria a região metropolitana. Na verdade, a conservação dos rios foi realizada também para remediar a proliferação de enfermidades (cólera, malária e febre amarela), problemas históricos da região que ajudaram a provocar a evasão de pessoas do território.

Os objetivos eram drenar os focos de doenças, eliminar a formação de brejais e acabar com o alagamento das áreas agricultáveis. Primeiro na Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense, instaurada no

governo Nilo Peçanha, e depois pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), criado pelo governo Getúlio Vargas. Na área chamada “Baixada de Sepetiba”, sob a coordenação do engenheiro Hildebrando de Góes, foi “concluída a desobstrução do rio Guandu Açú, atacou-se, em 1936, a bacia do rio dos Poços, abrangendo a extensa área ocupada quase toda pela Fazenda Normandia” (Góes, 1941, p. 245). A limpeza dos rios na região de Queimados se estendeu entre 1936 e 1941, abrangendo os rios Santo Antônio, do Ouro, Camboatá, Ipiranga, Quebra-Coco, Sarapó e Cubanga, além de diversas valas. Realizou-se também a construção de quatro pontes de concreto armado (Góes, 1941).

Assim, nas primeiras décadas do século XX, Maxambomba/Nova Iguaçu e o distrito de Queimados foram registrando pouco a pouco seu crescimento populacional devido às “suntuosas” obras de saneamento e ao incremento progressivo da citricultura. Na década de 1930, imigrantes chegaram num fluxo contínuo que continuaria ao longo das próximas décadas. A eletrificação do ramal Japeri (1935-1937) e a tarifa única instaurada na Estrada de Ferro Central do Brasil (1936?), então rebatizada, contribuíram para o aumento da demografia nos subúrbios em geral. Entre 1920 e 1940, Nova Iguaçu foi a cidade que apresentou maior crescimento percentual no Brasil, de 33.396 para 140.606 habitantes (Souza, 1992).

A quantidade de laranjais instalados ao redor do centro da cidade e tomado a serra de Madureira era tão vasta que Nova Iguaçu foi apelidada de “cidade perfume” e “Califórnia brasileira”. Os relatos dão conta do cheiro enjoativo que tomava Nova Iguaçu no período de floração (Souza, 1992). Já o cronista forasteiro se lembra com saudosismo do perfume cítrico nos vagões de trem:

Quando era criança e ia de trem para o interior do antigo estado do Rio, ao passar por Nova Iguaçu, logo na saída do ex-Distrito Federal, sentia o cheiro das laranjas que, de um lado e de outro da via férrea, invadia os vagões que perdiam o cheiro de fumaça das velhas locomotivas e ganhavam aquele perfume de sumo, de fruta fresca e encantada, dos imensos laranjais que nos acompanhavam por algum tempo. Era um cheiro bom, e, além do cheiro, também era bom ver as laranjeiras verdes e pejadas de frutos cor de ouro. Tínhamos a impressão de que os laranjais nunca terminavam, eram imensos e eram eternos (Cony, 2004, *Folha de S. Paulo*).

Na Primeira República, a citricultura figurava como potencial substitutivo ao café, ao açúcar e à borracha para a economia brasileira, fortemente pautada pelo “agrarismo” das elites (Araújo Filho; Costa, 2019). A sede do distrito de Queimados é retirada de Marapicu e estabelecida definitivamente em Queimados pela consolidação da sua posição de “entreposto da laranja”, tornando-se um “distrito laranjeiro”, mesmo que incipiente, se comparado ao centro de Nova Iguaçu. Diversas estradas vicinais foram abertas em direção à linha férrea, as antigas fazendas foram relativamente parceladas e transformadas em “chácaras” de laranjas (Simões, 2011).

Os produtores chegaram a desenvolver variedades, a laranja-pera e a mexerica. A produção era voltada essencialmente para o mercado externo, sobretudo Europa (Inglaterra e Alemanha) e Argentina, sendo a parte das cooperativas destinada ao mercado consumidor brasileiro. Os maiores produtores mundiais de laranja nesse período eram os EUA e a Espanha, porém os EUA consumiam internamente sua produção e os meses produtivos da laranja espanhola não se chocavam com o período de produção no Brasil, junho a dezembro (Souza, 1992; Souza, 2016).

A citricultura ou a “pomicultura”, como também era chamada, desenvolveu um ciclo produtivo e agroindustrial em Nova Iguaçu e, por consequência, em Queimados, dinamizando o mundo do trabalho na região. A partir de 1929, após a crise econômica mundial, o governo

federal passou a intervir diretamente na produção, sobretudo no que tange ao “padrão de qualidade” dos citros para a exportação, apoiando a implementação das chamadas “packing houses”, “casas de embalagem” ou “barracões de beneficiamento” das frutas, cada um com 100 trabalhadores em média e capacidade produtiva de 2.400 caixas diárias. Anteriormente, as frutas eram exportadas em sacos, o que prejudicava a qualidade até o consumidor (Souza, 1992; Souza, 2016).

Nesse sentido, dos pomares à exportação se consolidou uma cadeia produtiva que comportava: capinas, adubações, plantio, enxerto, podas e colheita, a distância entre as mudas era de 6 m e 4 anos eram necessários para as árvores plantadas darem os primeiros frutos. Nas packing houses: lavavam, secavam, escovavam e separavam as laranjas por aspecto, tamanho e qualidade. Em seguida, embalavam em papel de seda, encaixotavam e selavam. O transporte era feito por caminhões e pelo trem até o porto do Rio de Janeiro. Chegando ao porto, eram exportadas em navios frigoríficos, que pertenciam às firmas de distribuição estrangeiras. Então, as packing houses foram responsáveis pela expansão do mercado de trabalho local e pela utilização de uma dinâmica industrial (Pereira, 1977). Outra ponta do processo produtivo foi a utilização de agrotóxicos, que eram produzidos pela Bayer (alemã) e Rhodia (francesa) (Souza, 2016), além da indústria de confecção de caixas (Souza, 1992).

O parcelamento do solo em chácaras de laranjas promoveu o interesse de investidores, o crescimento populacional e a atração de trabalhadores rurais. Na citricultura iguaçuana, despontaram três grupos, *grosso modo*: os grandes produtores eram os “fazendeiros”, os médios produtores eram os “chacreiros” e, no final da cadeia, os trabalhadores; porém, análises de biografias podem evidenciar nuances.

Contrariando a impressão de que as famílias tradicionais do século XIX foram as principais beneficiadas pelo ciclo da laranja, os maiores lucros foram alcançados, entretanto, pela Companhia Fazendas Reunidas Normandia (de propriedade dos Irmãos Guinle e de capital proveniente do Rio de Janeiro) e por Antônio de Oliveira e Irmãos, uma empresa de origem portuguesa. Por meio de uma série de transações fundiárias, estratégias como compra e arrendamento, elas dominaram as vastas extensões de terra que remontavam aos latifúndios do século anterior. Os fazendeiros eram ainda proprietários dos barracões, comerciantes nos entrepostos e os maiores exportadores (Souza, 1992).

Já os chamados chacreiros viviam em Nova Iguaçu, estabelecidos nas chácaras com suas famílias; mais tarde foram reconhecidos como “famílias tradicionais” de Nova Iguaçu. Alguns eram descendentes da elite escravista do século XIX e, apesar de decadentes, mantinham sua influência política. Além deles, famílias de imigrantes mineiros, fluminenses, portugueses e italianos, que eram proprietários, arrendatários e “negociantes da laranja”, já que compravam de pequenos produtores para beneficiar e revender. Entre os produtores italianos se destacaram: Alberto Cocozza, Francisco Baroni, Pantaleão Rinaldi e Antônio Vaz Teixeira. Sua posição intermediária pode ser atestada ainda pelo declínio econômico que se abateu sobre eles após a decadência da laranja a partir da década de 1940: os chacreiros, médios e pequenos produtores, foram os primeiros a se endividar e posteriormente abrir falência. Por último, a massa de trabalhadores da laranja, que podiam ser parceiros, meeiros, assalariados permanentes, temporários por empreitada ou turma, “catadores” ou “apanhadores”, que recebiam por tarefa, por pé de laranja “capinado” ou por caixa, além dos “operários” dos barracões (Souza, 1992).

Em 1927, o conde Modesto Leal foi apontado como dono de propriedades de laranja em Queimados; seu montante estava avaliado entre os cinco maiores de Nova Iguaçu. No mesmo período, segundo o Serviço de Inspeção e Fomento Agrícola, Queimados tinha 59 estabelecimentos produzindo 125.620 caixas de laranja. Todavia, Cabuçu e Austin apresentaram uma produção maior que Queimados (Pereira, 1977). A maior parte das terras agricultáveis de Queimados estavam nas mãos da Cia. Fazendas Reunidas Normandia S. A., que tinha mais de 80 mil hectares na região, um latifúndio com poucos contratos de arrendamento e parceria para a citricultura, o que acabou resultando em uma menor densidade populacional em Queimados (Simões, 2011). A concentração de terras, a geografia e as condições de saneamento do território, que só seriam resolvidas em 1941, como vimos, relegaram a Queimados um papel coadjuvante em relação às áreas centrais de Nova Iguaçu: “Nos distritos de Cava, Queimados, Xerém e Estrela, área de montanhas e pântanos, com extensões recobertas de florestas e mangues, predominavam os latifúndios com fraco povoamento.” (Souza, 1992, p. 52)

Os donos da Cia. Normandia eram Cândido Gaffrée e Eduardo Palassin Guinle, nada mais nada menos do que os responsáveis pela concessionária da Companhia Docas de Santos (1892-1980). Os negócios da família tiveram continuidade entre filhos e sobrinhos; a classe empresarial dos Guinle foi influente junto ao governo de Getúlio Vargas, eles construíram e presidiram a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda. Depois, foram apoiadores da Ditadura Militar, atuando através do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes). Por sua influência no Clube de Engenharia, angariavam cargos para a execução de políticas públicas (Bastos, 2022).

O clã ou dinastia Guinle figura entre a elite mais rica do Brasil durante o século XX; construtores do Copacabana Palace, do Jockey Club

Fluminense e entusiastas do Automóvel Clube, fizeram fortuna nos setores bancário, de energia e de transportes. (Bulcão, 2015). Na região de Nova Iguaçu e Queimados, porém, atuaram na produção de laranja, “laticínios” e “negócios imobiliários”. Embora os Guinle sejam retratados como filantropos, em Queimados, ao que tudo indica, eram especuladores, faziam dinheiro com o comércio de fazendas (Hansen apud Bastos, 2017, p. 122) e a Cia. Normandia é caracterizada como “empresa imobiliária”, que negociou terras na região tanto para a formação de chácaras da laranja como depois abrindo loteamentos. Em 1956, os camponeses de Pedra Lisa (Japeri) acusaram e denunciaram a imobiliária dos Guinle por armar policiais e jagunços para expulsarem trabalhadores que haviam ocupado terras que pertenciam a Fazenda Nacional de Santa Cruz (Bastos, 2017). Entrevistas realizadas com camponeses que trabalharam nas chácaras da Cia. Normandia em Nova Iguaçu relatam que ali “ninguém tinha direito nem de chupar uma laranja” (Souza, 1992, p. 65).

Imagens 3 e 4 – Companhia de Expansão Territorial, 1931**Homens do Commercio Grande ou Pequeno**

O seu braço, por mais forte que seja, ainda é insuficiente para lhe dar a riqueza.

O PROPRIO ESFORÇO NÃO DÁ FORTUNA

Desde quando começou o mundo, nenhum homem ganhou fortuna por seu proprio esforço.

E' preciso utilizar os capitais alheios, Prevaleça-se da presente oportunidade.

Só ha um meio pratico e seguro de se utilizar os capitais dos outros - é a aquisição do imovel, com pagamento a prazo, de acordo com as posses de cada um.

GUINLE & IRMÃOS EMPATARAM MILHARES DE CONTOS
nas terras e nos melhoramentos que introduziram na NORMANDIA, a terra
que proporciona fortuna rapidamente.

V. S. pode ter a sua parte nos proveitos desse enorme capital, isto é,
pode tornar-se socio dessa Empresa na valorização das terras.

GUINLE & IRMÃOS incumbiram a CIA. DE EXPANSÃO TERRITORIAL de repartir
as suas valiosissimas propriedades junto do Rio de Janeiro em areas grandes e
pequenas. E' uma oportunidade unica para V. S.

A oportunidade de adquirir terras junto do Rio desde 80 reis o metro quadrado,
não pode deixar de ser alto negocio. E' dinheiro que dobra e redobra
sem o menor esforço!

TERRA DA FORTUNA

As terras da NORMANDIA se estendem desde Campo Grande e Santa Cruz
até o Rio D'Ouro. Quatro estradas de ferro e diversas estradas
de rodagem cortam as terras em todas as direcções.

A estrada de rodagem Rio-S. Paulo liga NORMANDIA à Av. Rio Branco.

Dentro de NORMANDIA, já foi construido a maior Packing-House do Brasil,
A mais importante estação Radio telegraphica e telefonica da America do Sul está em construção.
Linhas de força, luz e telephone atravessam NORMANDIA.

As terras distam apenas 7 kilometros de Campo Grande, 6 de Nova Iguassú e 8 de Santa Cruz.
E' um pulo ate a Av. Rio Branco ou ás praias de Copacabana!

A FRUCTA DE OURO

NORMANDIA é o coração do commercio de laranjas do Rio. As vistas do Brasil inteiro estão
voltadas para esta nova fonte de riquezas - a LARANJA.

OPPORTUNIDADE UNICA

E' uma excellente e unica oportunidade de se ganhar dinheiro, comprar terras da
NORMANDIA. V. S. agarre esta oportunidade com os recursos que possue grandes ou
pequenos. Si V. S. não percebe essa oportunidade, deixe-a para os outros e continue a
lutar com as dificuldades da época, na certeza de que o tempo passa, a sua actividade
diminui e a oportunidade desaparece.

PEÇA INFORMAÇÕES DETALHADAS HOJE MESMO

VIDE VERSO

COMPANHIA DE EXPANSÃO TERRITORIAL

— Sô vendendo TERRAS que valem OURO —

SECÇÃO DE VENDAS - RUA SETE DE SETEMBRO (EDIFÍCIO GUINLE) Phone 2-2010

Sede: RUA 1.º DE MARÇO, 82 - Caixa Postal 297 - Phone 4-0417

RIO DE JANEIRO





Fonte: COMPANHIA de Expansão Territorial. "Mappa schematico do Distrito Federal e proximidades localizando o centro do novo e grande comercio de laranja nas terras da Normandia e outras propriedades da Companhia de Expansão Territorial." Cartográfico,

Acervo da BNDigital do Brasil, 1931-1951. Disponível em:

<https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html>, acesso: em 5/5/2024.

Como fica expresso na propaganda de 1931 da empresa Companhia de Expansão Territorial, que loteou as terras da Normandia, o trabalho produtivo não era o foco da empresa de Guinle & Irmãos; certamente, a produção de bovinos servia à especulação e não à produção de laticínios. Ainda que propagandassem a laranja como “fruta de ouro”, percebemos contradições no folheto: “O próprio esforço não dá fortuna [...]. É preciso utilizar os capitais alheios [...]. Guinle & irmãos **empataram** milhares de contos [...] pode tornar-se socio dessa Empresa na **valorização das terras** [...]. É dinheiro que dobra e redobra **sem o menor esforço!**” Nesse sentido, era muito mais a terra da fortuna para os “investidores” do que a fruta de ouro para os camponeses. Cabe ressaltar que os investimentos em obras públicas (saneamento e

estradas), as intervenções estadonovistas, foram realizadas com dinheiro público, mas a liquidez beneficiou particulares, loteamentos ilegais e grileiros: “aproveitando-se das indefinições dos títulos de terra nessa área, reivindicavam a propriedade de terrenos através de operações fraudulentas em cartórios” (Souza, 1992, p. 28).

A produção da laranja em Queimados, embora se caracterizasse pelo monopólio de grandes proprietários e especulação de gente poderosa, também registrou a atuação de pequenos produtores. Em 1933, José Marques dos Santos “de Queimados” é apontado como sócio da Cooperativa União, que fazia parte da Associação dos Fruticultores de Iguaçu, considerada o primeiro sindicato agrícola “classista” de Nova Iguaçu (Pereira, 1977).

Num ciclo de aproximadamente 50 anos, a citricultura em Nova Iguaçu esteve em “franco desenvolvimento”, principalmente na década de 1930 (Souza, 1992). Na História de Nova Iguaçu, o maior registro de produção da laranja foi em 1939, computando 2.111.618 caixas e tornando-a a maior cidade produtora de laranja do Brasil naquele ano (Soares, 1962). Contudo, na década de 1940, o setor de citros começou a enfrentar dificuldades no Brasil. Alguns fatores são elencados para explicar o declínio da citricultura em Nova Iguaçu; recusando explicações generalistas ou casuísticas, vamos a eles.

Em geral, argumenta-se que a eclosão da Segunda Guerra Mundial e a proliferação da mosca-do-mediterrâneo foram responsáveis por enterrar o “áureo” período citricultor de Nova Iguaçu e seus distritos. Contudo, é necessário observarmos por outra perspectiva, considerando que a política econômica liberal e a autorregulação de mercado não podem ser tomadas como regra universal. (1) A produção da laranja no Brasil tinha total dependência do comércio exterior; (2) Embora o Ministério da Agricultura determinasse uma política de subsídios e incentivos fiscais,

tornando a laranja de Nova Iguaçu mais barata, a laranja não era destinada ao mercado consumidor brasileiro; (3) Não houve aproveitamento industrial da laranja para sucos, refrescos, geleias, doces, sabonetes e óleos, apenas a comercialização *in natura*; (4) O armazenamento da laranja não era feito em silos frigoríficos e o embarque em navios frigoríficos estrangeiros colocou a logística na mão de setores internacionais, que cessaram o transporte da laranja brasileira assim que o conflito estourou; (5) A falta de infraestrutura para o consumo interno e o racionamento de combustível inviabilizaram a distribuição no mercado nacional; (6) Embora a Argentina tenha continuado a importação da laranja brasileira, os preços diminuíram devido ao aumento da oferta; (7) Foi o abandono do trabalho de colheita e “catação” da laranja que disseminou a mosca, isto é, após a crise deflagrada (Simões, 2011; Souza, 1992).

Numa tentativa de reação, o mercado interno tentou absorver a produção de laranja em 1945, quando ocorreu o ápice do consumo interno. Um “Dia da Laranja” foi instaurado em Nova Iguaçu em 1946, em vã tentativa retomar a produção de antes da guerra. Com as pragas, a exportação da laranja foi proibida em 1947 (Souza, 1992). Os fatores que explicam melhor a “crise cítrica” são a dependência nacional dos mercados europeus, a falta de infraestrutura para o escoamento e a ausência de uma política nacional de petróleo e gás.

A produção de laranja não teve oportunidade de recuperação e estabilização econômica, sobretudo em Queimados, porque a onda loteadora se intensificou. Em meados do século XX, então, chegou o momento sonhado pelas empresas especuladoras e loteadoras de terras: a liquidação e a realização do lucro. A crise cítrica foi desencadeada pelos pressupostos liberais da economia brasileira dependente, mas a permanência da recessão da citricultura após a Segunda Guerra Mundial ocorreu devido à expansão voraz do capital sobre a terra em

Nova Iguaçu (Queimados). Nesse sentido, os loteamentos não foram a “solução” da crise da laranja (talvez tenham sido para os especuladores e proprietários), mas sim o enterro da citricultura, o fim de um projeto agrícola autossuficiente para Nova Iguaçu:

O impulso da citricultura se manteve forte até o início da década de 1940, quando dificuldades de exportação geradas pela Segunda Guerra Mundial fizeram-no declinar. Entretanto, outro fator que contribuiu para esse declínio foi a própria intensificação do mercado de terras na Baixada, impulsionado pelo aumento da demanda. A grande valorização dos terrenos fez com que sua utilização para fins especulativos se tornasse mais interessante do que a produção (Grynszpan, 2009, p. 41).

Cabe agora abordarmos as contradições internas do chamado “boom loteador”, dado que foi responsável pela urbanização e metropolização da Baixada Fluminense. Nesse período, a “febre imobiliária” atingiu todas as bordas da região metropolitana do Rio de Janeiro e Niterói; o “sonho da casa própria” começava a ser gestado em face do aumento dos aluguéis. Em Nova Iguaçu, os loteamentos tiveram início na Fazenda Queimados, localizada próximo à estação. Os primeiros loteamentos urbanos foram: Vila dos Bambus, Vila das Mangueiras, Vila das Porteiras e Vila Tinguá, bairros proletarizados (Simões, 2011; Prado, 2000). No jornal *Correio da Lavoura*, em 1947 e 1948, a Cia. Normandia e as irmãs Sanches anunciaram dezenas de lotes à venda em prestações, na localidade “de quem vai da Estação de Queimados para a Estrada Carlos Sampaio, a 1 km da cancela da Estrada de Ferro Central do Brasil”.⁹

Na década de 1950, portanto, a população começou a vivenciar a transformação do mundo rural em urbano, aqueles que compraram os lotes para fins de moradia contaram apenas com o trabalho familiar e

⁹ CL – ano XXXI – n. 1.584 – jul. 1947; CL – ano XXXII – n. 1.637 – ago. 1948. Disponível no Rima-Cedim.

as soluções populares para resolverem problemas nos bairros. A venda de lotes sem investimentos públicos em infraestrutura serviu a estratégias de acumulação capitalista de vários setores, principalmente imobiliárias, construção civil e lojas de material de construção. Significou ainda o aumento da exploração da classe trabalhadora, que teve onerados seus gastos com habitação (Souza, 1992). Além disso, despontou um processo de despolitização e esvaziamento do papel dos poderes Executivo e Legislativo de Nova Iguaçu.

A política loteadora em Nova Iguaçu (Queimados) foi desencadeada por empresas como a Cia. Normandia, mas também por bancos que executavam as hipotecas das chácaras de laranjas, cartórios, pela política partidária municipal, pelo funcionalismo público e pelos próprios prefeitos (Souza, 1992, p. 100). Afinal, os loteamentos são uma forma de produção imobiliária suscetível a tráfico de influência, vantagens privadas e disputas entre políticos (Souza, 1992). Nesse sentido, irregularidades aconteceram ao longo de todo o processo, sobretudo o que tange às obras de infraestrutura dos bairros: “A aprovação dos loteamentos nesse período era condicionada à assinatura de um termo de compromisso, segundo o qual o loteador comprometeria-se a fazer posteriormente as obras exigidas. Tal termo, entretanto, permanecia ‘letra morta’.” (Souza, 1992, p. 101). Além disso, as firmas loteadoras iniciavam os processos de medição e venda dos lotes antes mesmo da aprovação da prefeitura, criando “situações de fato”, verdadeira apropriação privada do solo (Souza, 1992). O processo de loteamento ocorreu ainda sob forte propaganda e assédio de corretores sobre pequenos proprietários, das “chacrinhas”, com a possibilidade de formas criminosas e violentas como incineração dos pequenos laranjais (Souza, 1992).

A habitação popular foi instaurada por meio de lotes retangulares, “urbanismo de planta em grade ou em xadrez” (Souza, 1992, p. 6), pela

venda de lotes no tamanho de 10 x 50 m. Os lotes, embora fossem atrativos pelo custo relativamente baixo das prestações, não vinham acompanhados dos serviços necessários: saneamento básico, água encanada, asfalto, transporte público, luz elétrica, postos de saúde, escolas, áreas de lazer, comércios e segurança, caracterizando-se como “espaços de moradia sem equipamentos urbanos”. (Souza, 1992, p. 104). Nesse sentido, os novos moradores tiveram de lidar com questões imediatas, já que o poder público municipal, embora tenha sido rápido para lotear, não teve a mesma agilidade para garantir infraestrutura. Assim, a característica básica dos loteamentos foi a autoconstrução.

Imagen 5 – Projeto de loteamento Vila Vera, 1954?



Fonte: VILA Vera, projeto de arruamento e loteamento, Queimados, 2º distrito do município de Nova Iguaçu, 1854? Cartográfico, Acervo da BNDigital do Brasil. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart225349/cart225349.jpg, acesso em: 5/5/2024.

Os compradores dos lotes vinham de várias localidades, mas podemos destacar que eram principalmente imigrantes nordestinos e

imigrantes cariocas, muitas vezes saídos das favelas do Rio de Janeiro, que chegaram à Baixada Fluminense em razão de remoções ou voluntariamente na perspectiva de uma vida melhor (Souza, 1992). Em contrapartida, os próprios loteamentos e as construções geraram empregos locais, ainda que provisórios: firmas de construção, terraplanagem, olarias, venda de cimento, pequenas fábricas, comércios etc. Além disso, empregos para engenheiros, topógrafos, corretores e pedreiros (Souza, 1992). No caso das mulheres, é observado o movimento pendular como empregadas domésticas em “casas de família” (Souza, 1992, p. 119). Na verdade, a pecha de “cidades-dormitório” é comumente utilizada para descrever o mundo do trabalho na Baixada; o termo se aplica corretamente para aqueles que compraram seus lotes longe de seu local de trabalho, porém não pode ser generalizado, sob pena de subsumir a economia local.

A própria história das famílias se confunde com a história de autoconstrução, em relatos de moradores foram captadas narrativas como: “foi quando comprei o lote”, ‘estava fazendo o poço’, ‘a casa ainda não tinha piso’ ou então, ‘comprei o lote em mil novecentos e tanto porque meu filho mais novo tinha nascido e estava com oito meses’, ‘pintei a casa para a festa de 15 anos de minha filha’ (Souza, 1992, p. 125). Mas não somente nas residências privadas, para os moradores a autogestão comunitária se tornou uma necessidade pragmática nos espaços coletivos dos bairros, acionando diversas redes de solidariedade, de parentesco e de vizinhança para a “resolução de problemas práticos” (Monteiro, 2016); os “mutirões” foram realizados incontáveis vezes, para a limpeza de valas, iluminação pública, capina de ruas, construção de pontos de ônibus, abertura de campinhos de futebol em terrenos baldios etc.

A incidência e a expansão de obras públicas, como iluminação e saneamento básico, são atestadas pela população “apenas em períodos eleitorais” (Souza, 1992, p. 129), ou seja, direitos sociais e políticos à mercê do fisiologismo. A presença do Estado nessas periferias, portanto, foi mais “excepcional” do que efetiva. A população baixadense/queimadense, nesse sentido, construiu sua vida “apesar” do poder público. Entretanto, essa substituição do Estado se tornou “endêmica” na Baixada Fluminense, forjando uma cultura política própria entre os moradores, caracterizada pela invisibilização, recusa à participação política, constante autorresponsabilização, informalidade, “sobrevivência caótica” e uma “cidadania partida”, que culminou na ascensão de líderes comunitários com “métodos heterodoxos” (Monteiro, 2016) e políticos profissionais com biografias discutíveis.

Em 1951 a rodovia Presidente Dutra (BR-116) foi inaugurada, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo; com uma extensão de 402 km, é considerada a principal rodovia brasileira até hoje. Cortando o distrito de Queimados praticamente ao meio, a Presidente Dutra deu início ao processo de industrialização em Nova Iguaçu. Já o distrito de Queimados teve seu parque industrial inaugurado apenas em 1978. A opinião de um cidadão de Nova Iguaçu a respeito da abertura da Presidente Dutra revela a força da via de circulação sobre a estrutura fundiária dos territórios:

O ciclo da laranja acabou com a construção da rodovia Presidente Dutra, porque a Presidente Dutra trouxe uma supervalorização imobiliária. Então deixava de ser econômico você ter um sítio com plantação de laranja se você podia vender aquele terreno loteado. Então começou o boom imobiliário [...]. A verdade nua e crua é essa (Campos, Rafael apud Souza, 1992, p. 96).

A política rodoviária, portanto, fez deslanchar o processo de urbanização e industrialização em Nova Iguaçu, dando início à metropolização. O governo do estado ofereceu incentivos fiscais para

que indústrias viessem a se instalar e “afugentou” os loteamentos residenciais das margens da Presidente Dutra, devido à valorização imobiliária (Abreu, 2006). Consequentemente, o aumento demográfico persistia, sobretudo próximo às estações e à linha férrea, mesmo com as emancipações na década de 1940 (Duque de Caxias, que comportava São João de Meriti, e Nilópolis), em 1950 Nova Iguaçu tinha 145.649 habitantes, em 1970 a população saltou para 727.140 habitantes, um crescimento de aproximadamente 400%! Assim, fica patente a ascensão do comércio e da indústria em Nova Iguaçu nesse período.

Atuações políticas contra a ditadura militar em Queimados

O período conhecido como “Intervalo Democrático” (1947-1964) no Brasil é marcado pela geopolítica do fim da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria. A polarização entre EUA e URSS, bem como as vitórias da Revolução Chinesa (1949) e da Revolução Cubana (1959) no Terceiro Mundo, teve seus efeitos revolucionários “contidos” no Brasil através da Doutrina de Segurança Nacional (Napolitano, 2014). O mundo acabava de sair do maior conflito bélico da história; para setores progressistas, o caminho da industrialização e a soberania nacional permitiriam que o Brasil pudesse sobreviver em meio às grandes potências; para setores mais radicais, era preciso se alinhar à URSS e fazer uma Revolução anti-imperialista no Brasil; para setores conservadores, o reformismo e o comunismo eram ambos inimigos a serem banidos. Portanto, os anos 1960 se iniciam como o período de maior agudização da luta de classes no Brasil. Militantes político-partidários, partidos, bispos e a própria polícia política estabeleceram táticas visando a estratégias próprias. Para compreendermos os efeitos autoritários do golpe e da ditadura militar em Queimados vamos primeiro pinçar a biografia de um “comunista

heterodoxo”, digamos assim, o farmacêutico Ismael Ramos (1916-1979). Depois caracterizaremos o papel político da Igreja Católica, de seu quadro mais proeminente em Nova Iguaçu, o bispo d. Adriano Hypólito (1918-1996) e como a sua influência política possibilitou o desenvolvimento de um Movimento Negro Católico em Queimados, nas décadas de 1980 e 1990.

Ismael Ramos era dono de três farmácias em Nova Iguaçu, a Drogaria São Jorge (centro), a Drogaria Mello (Austin) e mais uma em Queimados, a Drogaria Iguaçu(?), na Estrada Rio d’Ouro. O farmacêutico foi eleito vereador em Nova Iguaçu pelo Partido Social Trabalhista (PST) em 1962, mas teve seu mandato cassado por unanimidade em 14 de abril de 1964 pela Câmara Municipal, dias depois da promulgação do AI-1. (Domingues, 2016). Nos arquivos do projeto Memórias Reveladas,¹⁰ a polícia política afirma que Ismael Ramos é membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em vários documentos reunidos num dossier, com uma periodização que varia entre 1949 e 1969, os militares afirmam que ele era “filiado ao PCB, onde exerceu função de membro do diretório regional de Nova Iguaçu”, “tesoureiro do PCB”, “pertencente ao Partido Comunista Brasileiro do qual era membro da Comissão de Finanças”, “é tido [...] na região de Nova Iguaçu, Nilópolis e Mesquita como uma espécie de subchefe do PC”, “da cúpula do Partido Comunista Brasileiro que estava ligada aos movimentos sindicalistas de Nova Iguaçu”¹¹.

¹⁰ A partir da conclusão da Comissão Nacional da Verdade em 2014, acervos dos órgãos de informação da ditadura militar foram progressivamente recolhidos ao Arquivo Nacional, disponíveis hoje através do projeto Memórias Reveladas, porém é importante destacar que ainda há acervos inacessíveis. Essa documentação, entretanto, precisa ser considerada dentro de seu contexto de produção, foram elaboradas por órgãos militares e policiais, tendo como alvo inimigos políticos do regime, além do mais não é possível sabermos quais documentos foram produzidos com informações extraídas por meio da tortura.

¹¹ Registro de dados da Comissão de Investigação Sumária do Exército, CISEX. CSN-SG, AI-5, PROCESSO de Ismael Ramos, Dossiê, Fundo Conselho de Segurança Nacional, Memórias Reveladas. Disponível em: http://imagem.sian.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/css/0827/br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0827_d0001de0001.pdf, acesso em: 5/5/2024.)

Acredita-se que “desde a década de 1940, promovia reuniões clandestinas do PCB no interior de suas farmácias, em Nova Iguaçu, cidade onde residia” (Domingues, 2016, p. 11).

Os documentos da repressão fazem diversas acusações de “crimes” supostamente cometidos por Ismael Ramos, visando enquadrá-lo no AI-5. Vamos relacioná-las tentando obedecer a uma ordem cronológica: (1) Considerado membro do “Conselho da Paz de Nova Iguaçu”, em 1952, organizando manifestações e distribuindo panfletos em comemoração ao Dia da Vitória (8 de maio de 1945), dia da rendição das forças armadas do Eixo e fim da Segunda Guerra Mundial. Num panfleto, o conselho defendia a soberania nacional; (2) Era acusado de “insuflar” o movimento sindical, comerciário, metalúrgico e o movimento camponês em Nova Iguaçu; (3) “Líder do famoso ‘quebra-quebra’ ocorrido na Baixada Fluminense em julho de 1962, quando coordenou e executou, juntamente com baderneiros, o saque e a depredação de casas comerciais de Nova Iguaçu.” A documentação afirma ainda que nesse episódio “suas farmácias foram poupadadas”; (4) Acusado de homicídio, por ter “assassinado a tiros, em 1962, um sargento lotado na Delegacia de Nova Iguaçu”; (5) “Ismael Ramos colaborou nas Conferências que eram realizadas nos sindicatos e na Câmara Municipal, tais como: a que proferiu o cidadão Bráulio (Rodrigues)¹² sobre Cuba” e outra sobre “os trabalhadores de Hamburgo e a vida dos trabalhadores nos países socialistas”; (6) Orador em comício da Frente de Mobilização Popular (FMP), “Pró-Reformas” de Base na localidade de Engenheiro Pedreira; (7) Incriminado pela sua relação com o Plano Nacional de Alfabetização¹³

¹² Importante liderança do movimento campesino no Rio de Janeiro desde os anos 1950, membro do PCB e líder comunitário da ocupação de Pedra Lisa (Japeri).

¹³ Após o golpe de abril, a polícia recolheu material desse programa de alfabetização num sindicato de Nova Iguaçu. Essa política pública era encampada pelo próprio Ministério da Educação e Cultura (MEC) no governo de João Goulart (Jango). Vale lembrar que nesse período os analfabetos não podiam votar

na época de seu mandato; (8) Acusado de terrorismo no imediato à quartelada, por ter apoiado um suposto movimento de resistência contra o golpe em Nova Iguaçu na manhã de 1º de abril de 1964, que implicaria o uso de coquetéis molotov contra as linhas férreas e comércios de Nova Iguaçu. Em outro documento surge nova versão, de que liderava um grupo de 80 pessoas que pretendiam dinamitar o entroncamento ferroviário de Japeri e a ponte sobre o rio Guandu; (9) Acusado de distribuir suprimentos por meio de aeronaves na região da guerrilha do Caparaó (1966-1967); (10) “Distribuição aérea de panfletos subversivos, no dia 1º de Maio de 1966”, em Nilópolis; (11) Por receptar o jornal comunista *A Voz Operária*; (12) Por enriquecimento ilícito, visto que possuía terrenos na Baixada Fluminense; (13) “Possuía um carro preto, Cadillac, apreendido há tempos em Queimados-RJ, com armas e munições”. O carro foi apreendido, mas as armas não foram encontradas; (14) Por fim, mas não menos importante: “Tomou parte, junto com outros elementos, em reuniões de cunho comunista realizadas em Queimados/RJ.”¹⁴

A trajetória de Ismael Ramos nos idos dos anos 1960 precisa ser compreendida no contexto da política “taticista”¹⁵ em que o PCB estava imerso nessa quadra histórica. Embora seja o partido mais antigo do Brasil, o PCB ficou a maior parte do tempo na ilegalidade,¹⁶ assim, sua

e as esquerdas organizavam um movimento alfabetizador, para inserir uma enorme massa de trabalhadores na política institucional.

¹⁴ Registro de dados da Comissão de Investigação Sumária do Exército, CISEX. CSN-SG, AI-5, PROCESSO de Ismael Ramos, Dossiê, Fundo Conselho de Segurança Nacional, Memórias Reveladas. Disponível em: http://imagem.sian.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/css/0827/br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0827_d0001de0001.pdf, acesso em 5/05/2024.)

¹⁵ Na teoria política, é aplicado os conceitos militares de “estratégia” e “tática”, pois auxiliam na análise e na ação política. A estratégia diz respeito a um objetivo de longo prazo, enquanto a tática é de curto prazo, mas viabiliza a realização da estratégia. No movimento comunista, o conceito de “estratégia” significa o próprio processo revolucionário e a instauração do socialismo.

¹⁶ Após a sua fundação em 1922, demorou 3 meses para que o PCB fosse colocado na ilegalidade por Epitácio Pessoa. Depois, entre janeiro e agosto de 1927, o partido experimentou alguns meses fora da

linha política esteve constantemente subordinada à luta pela legalidade do partido. Ainda marcado por limitações teóricas sobre o caráter do capitalismo no Brasil nos anos 1950, o PCB adotava a estratégia democrático-nacional e o etapismo, considerando que o Brasil possuía reminiscências feudais que deveriam ser superadas primeiro por uma Revolução Burguesa (Pinheiro et al., 2023). Nesse ínterim, o partido buscou alianças dentro da institucionalidade burguesa e na clandestinidade lançava seus candidatos por outras legendas partidárias. Entre 1947 e 1964, então, seus candidatos participaram das eleições por meio de outras legendas, enquanto a estrutura partidária permanecia na ilegalidade, concorreram principalmente por meio do PTB e do PST (Pandolfi, 1995; Abreu, 2010).

Entre erros e acertos, o PCB foi o primeiro partido de massas do Brasil, sua hegemonia popular se deu justamente no imediato pós-guerra; tornou-se no Brasil “herdeiro” legítimo da vitória do Exército Vermelho contra o nazifascismo (Pinheiro et al., 2023). O breve período fora da clandestinidade, entre 1945 e 1947, é um marco na sua história, tanto pela figura de Luiz Carlos Prestes, o “cavaleiro da esperança”, eleito senador pelo Rio de Janeiro com 157.397 votos, alcançando a maior votação proporcional registrada na história política brasileira até o momento, como pela expressiva bancada pecebista na Constituinte de 1946,¹⁷ que garantiu o direito de greve e o livre exercício de crença

clandestinidade, durante o governo de Washington Luís. Após a vitória dos Aliados em 1945, com protagonismo do Exército Vermelho e das forças soviéticas lideradas por J. Stálín, entre 1945 e 1947 esteve na legalidade, chegando a comportar 180 mil membros, segundo estimativas. Depois disso, o PCB só recuperou sua legalidade em 1985, com a derrocada da ditadura militar, experimentando atualmente seu período de maior estabilidade na legalidade (Abreu, 2010).

¹⁷ Foram eleitos 14 deputados do PCB para a Constituinte de 1946: Abílio Fernandes, Agostinho Dias de Oliveira, Alcedo de Moraes Coutinho, Alcides Rodrigues Sabença, Carlos Marighella, Cláudio José da Silva, Gregório Lourenço Bezerra, João Amazonas de Sousa Pedroso, Joaquim Batista Neto, Jorge Amado, José Maria Crispim, Mário Scott, Maurício Grabois e Osvaldo Pacheco da Silva.

religiosa no Brasil, por exemplo. Em 1945, Ismael Ramos assinou um manifesto pela candidatura à presidência de Yeddo Fiúza pelo PCB (Domingues, 2016, p. 30).

Imagen 6 – Foto 3x4 de Ismael Ramos, 1969



Fonte: Registro de dados da Comissão de Investigação Sumária do Exército, CISEX. CSN-SG, AI-5, PROCESSO de Ismael Ramos, Dossiê, Fundo Conselho de Segurança Nacional, Memórias Reveladas. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/css/0827/br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0827_d0001de0001.pdf, acesso em 5/05/2024.)

A atuação de Ismael Ramos como vereador, entretanto, revelou contradições em suas posições políticas. Embora ligado ao PCB, desferiu votos prejudiciais aos trabalhadores de Nova Iguaçu; devido à crise orçamentária no município, votou pelo aumento nas tarifas dos transportes, pelo aumento de impostos e taxas municipais em 30% e, embora tenha votado contra a extensão da carga horária dos comerciários, conseguiu aprovar uma emenda colocando as farmácias sob exceção. Por outro lado, votou contra o rebaixamento salarial de

professoras da educação municipal, com salários que já estavam abaixo do piso nacional (Domingues, 2016). Em seu curto mandato, Ismael Ramos foi base de apoio do prefeito Aluísio Pinto de Barros e do presidente João Goulart (Jango), ambos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Assim, suas posições na Câmara Municipal podiam estar sujeitas à orientação de bancada, rifando interesses classistas. Além disso, no início dos anos 1960, Ismael Ramos tinha como inimigo político Silvio Coelho, dono da Granfino, já que disputavam entre si o controle político da Associação Comercial e Industrial de Nova Iguaçu (Acine) (Domingues, 2016). O empresário chegou a testemunhar contra o farmacêutico nos inquéritos policial-militares posteriormente.¹⁸

Outros “comunistas” já haviam sido eleitos vereadores em Nova Iguaçu em 1945, Antonio Gotêlipe e Dionísio Bassi, ambos pelo PSD. Mesmo em 1962, Nova Iguaçu também elegeu o “comunista” Elzio Ramalho para deputado estadual, também pelo PST. Nesse período, portanto, Nova Iguaçu foi palco da atuação de “comunistas” em condições de “semilegalidade” (Pinheiro et al., 2023). Porém novas pesquisas precisam ser realizadas para compreendermos a atuação dessas personagens, que naquela conjuntura deslizavam entre os espectros políticos de esquerda e de direita.¹⁹

A política institucional em Nova Iguaçu nos marcos da ditadura militar experimentou um processo de instabilidade ímpar, com a

¹⁸ Registro de dados da Comissão de Investigação Sumária do Exército, Cisex. CSN-SG, AI-5, PROCESSO de Ismael Ramos, Dossiê, Fundo Conselho de Segurança Nacional, Memórias Reveladas. Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/css/0827/br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0827_d0001de0001.pdf, acesso em: 5/5/2024.

¹⁹ O debate da Reforma Agrária era um dos temas com maior adesão nessa época, mesmo entre aqueles que se autopropriavam representantes patronais, a depender das circunstâncias locais e cálculos eleitoreiros: “Ele [Ismael Ramos] apresentou um requerimento para ser aprovado pela Câmara Municipal solicitando à Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) que fosse solucionada a situação de trezentas famílias de pequenos lavradores no bairro Nova Aurora, em Nova Iguaçu, recebendo o apoio de vereadores de diversos partidos”. (Domingues, 2016, p. 57).

nomeação de “interventores” pelos militares: “onze prefeitos em onze anos” (Batista, 2013); o queimadense Joaquim de Freitas (Arena) foi, inclusive, um desses interventores nomeados como prefeito, entre 1966 e 1967. Essa situação de instabilidade teve início na cassação anticomunista do mandato do vereador Ismael Ramos pela Câmara Municipal; entretanto, com os desdobramentos da ditadura militar, até mesmo políticos de direita teriam seus mandatos suspensos e seriam substituídos por pessoas mais alinhadas com os interesses conjunturais da ditadura. Dado o fato de o estado democrático de direito ter sido tomado de assalto pelos militares, a resistência concentrou-se na sociedade civil.

Assim como boa parte das instituições brasileiras em 1964, a Igreja Católica era marcada pelo “anticomunismo visceral e fanático” (Napolitano, 2014) e o apoio dado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ao golpe de 1964 ficará maculado. Uma das exceções, entretanto, foi o bispo franciscano dom Adriano Hypólito, que foi designado para atuar na Diocese de Nova Iguaçu em 1966, vindo de Salvador. Seguidor da “Teologia da Libertação”²⁰ e defensor de um trabalho pastoral integral e conscientizador, d. Adriano teve uma atuação crítica e popular à frente da diocese, “serviu” e organizou os movimentos sociais em Nova Iguaçu, dando suporte à criação de associações e pastorais específicas, além de ter usado sua voz para questionar a violência crônica e os assassinatos cometidos por “grupos de extermínio”²¹ na Baixada Fluminense. Quando a sociedade brasileira

²⁰ Corrente surgida no seio da Igreja Católica latino-americana nos anos 1970, após as reformas do Concílio Vaticano II (1962 e 1965), a partir das Conferências Episcopais de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979), que preconizaram a “Igreja dos Pobres” e a “Teologia dos Oprimidos”; seu alcance foi importante no Brasil, configurando-se em verdadeiro movimento social. Foi associada ao marxismo e ao comunismo por seus detratores.

²¹ Com longo alcance na história da Baixada Fluminense, os grupos de extermínio se caracterizam por grupos paramilitares compostos por policiais, agentes penitenciários, bombeiros etc. Nos anos 1950, o

flerta com o conservadorismo, é fundamental considerarmos o exemplo de determinação e coragem de d. Adriano em defesa da justiça social e dos direitos humanos (Kronemberger, 2019; Gomes, 2012).

O crescimento desordenado de Nova Iguaçu e, consequentemente, de Queimados continuaria ao longo dos anos 1970, devido ao descaso do poder público, e com a chegada de mais imigrantes (do Nordeste, Espírito Santo, Minas Gerais e Norte Fluminense), as contradições sociais geradas pelo capitalismo vão se manifestar na região de maneira particular na forma de conflitos sociais e violência arraigada. É nesse contexto que o trabalho pastoral de d. Adriano se insere: “Dom Adriano em vários pronunciamentos em ‘A Folha’ e no ‘Boletim Diocesano’ destacava a problemática social da Baixada Fluminense, que ele mesmo interpretava como uma ‘esquizofrenia social’.” (Gomes, 2012, p. 32)

Em sua concepção teológica, d. Adriano criticava uma ação pastoral baseada exclusivamente nas questões “espirituais” e defendia a integralidade do ser humano, corpo e alma, fé e política, por isso a opção preferencial pelos pobres e a defesa de uma “Igreja-povo”, “Igreja Política” (Gomes, 2012). Nesse sentido, o bispo franciscano adotou estratégias de evangelização e formação de leigos para que enfrentassem os problemas sociais da Baixada Fluminense, através do Centro de Formação de Lideranças (1973) e das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (Nascimento, 2013).

“Esquadrão da Morte”, por exemplo, era chancelado pela sociedade e pela imprensa, como grupo de justiçamento que “limpava” a cidade de “maus elementos” e criminosos. Em 2005, ocorreu a Chacina da Baixada, em Nova Iguaçu e Queimados, que deixou 29 pessoas mortas por um esquadrão de policiais militares que atiraram a esmo em reprimenda à prisão de nove policiais militares.

Imagen 7 – Bispo d. Adriano Hypólito, comemoração pelos 50 anos de ordenação, 1992



Fonte: "Fotografias – Dom Adriano Hypólito", Cedim, Rima, UFRRJ. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4341>, acesso em: 3/5/2024.

A partir dos anos 1970, a ação pastoral da Diocese de Nova Iguaçu espraiou a formação de vários movimentos sociais e organizações civis na Baixada Fluminense, com atuações múltiplas que podiam variar da educação popular aos mutirões na construção de conjuntos habitacionais. Entre as pastorais, podemos destacar: Pastoral Operária, a Pastoral das Mulheres Marginalizadas, a Pastoral do Negro, a Pastoral da Terra, a Pastoral dos Imigrantes, a Pastoral do Menor Abandonado, a Pastoral Carcerária, a Pastoral dos Pescadores e a Pastoral dos Indígenas. Além disso, apoio e assessoria na formação das Associações de Moradores, Movimento Amigos do Bairro (MAB), Movimento Integração Comunidade (MIC), Sindicato de Domésticas, Clube de Mães etc., além da própria Comissão de Justiça e Paz. Em Nova Iguaçu, relações estreitas entre a Pastoral Operária, a Juventude Operária Católica (JOC), a Ação Católica Operária (ACO) e o MAB fortaleceram na região a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) durante a década de 1980 (Gomes, 2012).

A formação de leigos engajados pautada pela realidade concreta da Baixada Fluminense e pelo caráter combativo de d. Adriano, entretanto, incomodou a ditadura militar e setores conservadores da sociedade iguaçuana. A perseguição da polícia política a d. Adriano fica expressa por meio de investigações que foram realizadas pelo Sistema Nacional de Informações (SNI), em que é acusado de “incitamento de luta de classes”. (Kronemberger, 2020), sendo o bispo vigiado e sofrendo ameaças. A repressão chegou às vias de fato contra d. Adriano. Em 1976, ele foi sequestrado, torturado e seu carro foi queimado em frente à sede da CNBB no Rio de Janeiro. Em 1979 igrejas da Diocese foram pichadas e uma bomba estourou na Catedral de Nova Iguaçu, sem deixar mortos e feridos (Gomes, 2012).

A conjuntura política da Igreja Católica na ditadura militar, embora nunca tenha sido homogênea, começou a mudar nos anos 1970, sobretudo pela violência que era destinada ao “clero progressista”, já que d. Adriano não foi o único sacerdote a sofrer violências.²² Em 1971, o arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, chegou a condenar a tortura publicamente. Não surpreende que a nova orientação crítica da Igreja Católica tenha sido influenciada pela própria ação política de d. Adriano, que, conhecendo a realidade de sua diocese e defendendo a interdependência entre religião e política, disseminou cidadania e dinamismo sociopolítico na Baixada Fluminense.

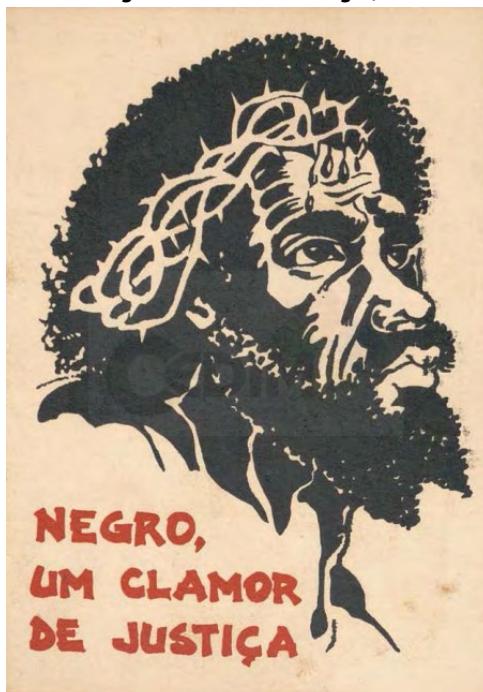
Com a massa fermentada, captamos engajamento da Pastoral do Negro (“Pastoral Afro”), através do “Grupo Afro Consciência Negra”, da

²² Dom Hélder Câmara, arcebispo de Pernambuco, conhecido como “bispo-vermelho”, teve seu assistente o Pe. Antônio Henrique Pereira Neto barbaramente torturado e morto por grupo paramilitar de direita, em 1969. No mesmo ano, em São Paulo, freis dominicano foram presos e torturados pelos militares, associados à Ação Libertadora Nacional (ALN) e à Carlos Marighella, então na luta armada. A história do Frei Tito de Alencar Lima e de seus confrades é narrada no filme “Batismo de Sangue”, de 2006, dirigido por Helvécio Ratton.

Paróquia de Nossa Senhora de Fátima em Queimados nos anos 1990. Originalmente, o trabalho da Igreja Católica na região tem início com a construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, antiga matriz, construída entre 1866 e 1879, no contexto de crescimento de Queimados devido à chegada da ferrovia. Em 1989, essa igreja foi tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio (Inepac). Atualmente, Queimados conta com quatro paróquias ligadas à Diocese de Nova Iguaçu: Paróquia Nossa Senhora da Conceição, Paróquia São João Batista, Paróquia São Francisco de Assis e Paróquia Nossa Senhora de Fátima. A partir do acervo digitalizado pelo Centro de Documentação e Imagem do Instituto Multidisciplinar (Cedim) da UFRRJ, foi possível identificar o debate racial na Paróquia N. S. de Fátima de Queimados.

No centenário da abolição, em 1988, a Campanha da Fraternidade da Igreja Católica foi “A fraternidade e o negro”; na ocasião foram produzidas inúmeras cartilhas e jornais debatendo a questão do negro, representando a “Via Sacra” do Povo Negro, biografias e quadrinhos sobre Zumbi dos Palmares, João Cândido e outros heróis do Movimento Negro, revisando de forma autocritica o papel da Igreja Católica na perpetuação da escravidão. Agentes de pastorais negros ligados à Paróquia de Nossa Senhora de Fátima, nas décadas de 1990 e 2000, consumiram materiais semelhantes que promoviam a Consciência Negra, a luta contra as formas de opressão e denunciavam as contradições da história do Brasil. No dia 17 de maio de 1997, a matriz de Fátima celebrou “Missa Afro”, em cujas liturgias o sofrimento no âmbito da escravidão é associado constantemente à Via Crúcis, representando o negro estereotipado, marcado pela violência e pela dor (Encontro de Padres Negros, Cedim/Rima).

Imagen 8 – Jesus Cristo Negro, s/d



Fonte: "Pastoral do Negro em Itaguai", Rima, Cedim, UFRRJ. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5271>, acesso em: 4/5/2024.

Na década de 1980, o Movimento Negro passa a ocupar um novo foco na “mira” da ditadura militar; o que antes se caracterizava como repressão aos “bailes soul”, agora a vigilância recaía sobre a “participação dos negros nos nascentes partidos políticos” (Pedretti, 2022, p. 89). Nesse sentido, o debate crítico, a formação política e as mobilizações antirracistas têm importância dentro das instituições, visto que:

Podemos dizer que o Movimento Negro, ao retomar o drama da escravidão, a situação de racismo e de desigualdade racial por ela estimulada, os quais ganham vida própria no contexto da sociedade de classes e da globalização capitalista, tenta fazer com que o passado deixe de ser automaticamente redimido pelo futuro. Além disso, o Movimento Negro amplia as imagens desestabilizadoras da escravidão do passado e do racismo no presente. Ambos os processos de dominação e opressão podem ser interpretados

como uma das vertentes do sofrimento humano e por isso configuram-se em imagens desestabilizadoras (Gomes, 2017, p. 120).

Embora Queimados tenha aprovado uma lei municipal que instaura a Semana da Consciência Negra (Lei n. 653/04), entrevistas realizadas em escolas municipais da cidade (2017 e 2018) constataram a ausência de formação continuada junto aos docentes para as relações étnico-raciais (Ferreira, 2018). Considerando que muitas crianças têm o seu primeiro contato com o racismo na escola, é fundamental que possamos debater a história negra num dos municípios com o maior número proporcional de pretos e pardos da Baixada Fluminense (IBGE), mormente a formação histórico-social de Queimados, mas não apenas, visto que a Lei 10.639 obriga o conteúdo étnico-racial em todas as disciplinas do Ensino Básico.

A luta pela terra em Campo Alegre

A questão da terra na Baixada Fluminense foi um verdadeiro barril de pólvora ao longo de todo o século XX e mesmo hoje.²³ A situação fundiária constantemente caótica de Nova Iguaçu, suscetível à grilagem e à especulação, como vimos, produziu um sem-número de despejos de posseiros. Com a desativação da citricultura, muitos trabalhadores agrícolas foram dispensados nos anos 1950, enquanto outros que chegavam se deparavam com o colapso. Assim, alegando a origem pública das terras, as chamadas “terras devolutas”, movimentos campesinos deram início a prolongados períodos de ocupação e luta pelo direito à terra. Do outro lado, grileiros, fazendeiros, exploradores de lenha e a própria Cia. Normandia ofereciam impedimentos, armando

²³ Para informações mais detalhadas e abrangentes, ver Seropédica e Japeri.

verdadeiros exércitos de jagunços contra os camponeses (Grynszpan, 1987; Bastos, 2022).

Nesse contexto, uma das pastorais mais bem difundidas na Baixada Fluminense foi a Pastoral da Terra, que mediou diversos conflitos. Reflexo disso foi a importante atuação, a partir dos anos 1980, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Queimados, a partir de 1984, no contexto de ocupação da Fazenda Campo Alegre, então abandonada. A CPT é um organismo pastoral e ecumônico, que envolve membros da Igreja Católica, da Igreja Luterana, da Igreja Anglicana e da Igreja Metodista. Criada em 1975 para mediar conflitos fundiários na Amazônia, presta serviços à causa dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, dando suporte à sua organização, formação, sindicatos e produção, considerando a terra em suas múltiplas dimensões, “a luta pela terra e a luta na terra”. Mais tarde, apoiando o movimento sem-terra e a agricultura familiar, favoreceu o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA). O membro mais famoso da CPT é o bispo dom Pedro Casaldáliga, também adepto da Teologia da Libertação (Canuto, 2012). Em Queimados, um dos membros da CPT que apoiou Campo Alegre foi o padre Geraldo João de Lima (1937-2018). Na documentação da Diocese de Nova Iguaçu, disponibilizada pelo Cedim, o padre deixou diversas anotações, mostrando sua disciplina, organização e inteligência; em uma delas podemos ler: “Terra: Lei de Deus”. Nesse sentido, a atuação da CPT é para promover a Reforma Agrária no Brasil.

Com o esgotamento da ditadura militar e a abertura democrática no início dos anos 1980, os movimentos do campo voltaram à tona, retomando o debate da Reforma Agrária. Ocorre, assim, em nível nacional, a reincidência de conflitos no campo. No caso da Baixada Fluminense, em 1979 acontecem ocupações de sem-terra/sem-teto em Nova Aurora (Belford Roxo) e em 1981 em Parque Estoril (Nova Iguaçu).

As famílias que chegaram ao latifúndio de Campo Alegre, em 1984, estavam vindo de outros contextos de ocupação no estado do Rio de Janeiro, dos quais já haviam sido expulsas, em Xerém e Petrópolis. Segundo o *Jornal do Brasil*:

Vivendo sob toldos e sob tensão provocada por ameaças de pessoas que se dizem proprietárias, mas não comprovam a posse da terra — ‘são grileiros e jagunços’ — e pela presença constante da polícia [...]. Ocuparam a sede da antiga fazenda, uma casa em ruínas, como centro do que chamam Mutirão Campo Alegre, instalando nela as crianças e as mulheres. Os homens dormem sob toldos e lonas (usados para cobrir carga de caminhões) esticadas entre árvores, formando um improvisado e rudimentar acampamento (*Jornal do Brasil*, 18/1/1984).

Em 1984, alguns “fazendeiros” entraram com liminares pela manutenção da “posse”, numa delas acusavam Bráulio Rodrigues e Laerte Rezende Bastos como “incitadores”, ambos eram líderes camponeses e populares que atuavam na luta pela terra na Baixada Fluminense desde o período anterior à ditadura militar. A própria Secretaria Municipal de Serviços Públicos de Nova Iguaçu usa o termo “grileiros”, recomendando que o mutirão faça denúncias na 55^a DP. Ainda em 1984, o governo estadual de Leonel de Moura Brizola (1922-2004) determinou que as terras de Campo Alegre fossem consideradas de “utilidade pública” para fins de desapropriação; em 180 dias ocorreria a demarcação (Compilação-CPT, Cedim).

Entretanto, foi apenas em 1986 que a Comissão de Assuntos Fundiários desapropriou cerca 3.500 hectares na Fazenda Campo Alegre, dado que as terras pertenciam ao governo federal. A despeito dessas decisões, estadual e federal, somente em 2006 as famílias tiveram o assentamento regularizado, com o direito de posse e a titularidade da terra sendo reconhecidos 21 anos depois! Nesse sentido, foram anos aguerridos dos poucos que conseguiram se manter; em 1989 a ocupação

já experimentava grande evasão devido à falta de recursos para se manterem na terra (Leite et al., 2002, p. 73), visto que o processo de regularização é que permite a possibilidade de crédito e incentivos governamentais para a produção agrícola.

Nas missas conduzidas pela pastoral, o cântico devocional a seguir era distribuído nos folhetos litúrgicos (Compilação-CPT, Cedim). Embora conhecido nas igrejas católicas, certamente não possuía o contexto e o apelo que ganhou na experiência da comunidade de Campo Alegre:

POVO DE DEUS

Composição de Daniel Junior

O povo de Deus no deserto andava
 Mas à sua frente alguém caminhava
 O povo de Deus era rico de nada
 Só tinha a esperança e o pó da estrada
 Também sou teu povo, Senhor
 Estou nessa estrada
 Somente a tua graça me basta e mais nada!

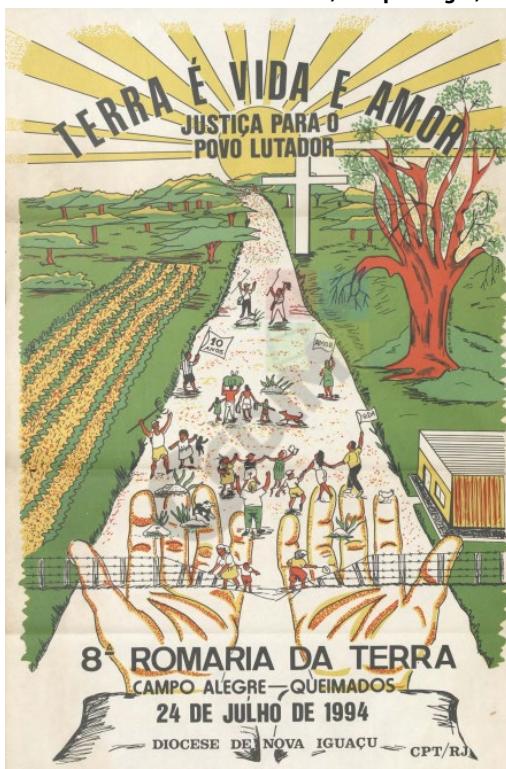
O povo de Deus também vacilava
 Às vezes custava a crer no amor
 O povo de Deus, chorando, rezava
 Pedia perdão e recomeçava
 Também sou teu povo, Senhor
 Estou nessa estrada
 Perdoa se às vezes não creio em mais nada!

O povo de Deus também teve fome
 E tu lhe mandaste o pão lá do céu
 O povo de Deus cantando deu graças
 Louvou teu amor, teu amor que não passa
 Também sou teu povo, Senhor
 Estou nessa estrada
 Tu és alimento na longa jornada!

O povo de Deus ao longe avistou
A terra querida que o amor preparou
O povo de Deus corria e cantava
E nos seus louvores seu poder proclamava
Também sou seu povo, Senhor
Estou nessa estrada
Cada dia mais perto da terra esperada!

Em 1994, uma Romaria pela Terra foi marcada para Queimados, com festividades e barraquinhas, sendo considerada a “Festa do Trabalhador Rural” (Compilação-CPT, Relatório de atividade semestral da CPT, Cedim).

Imagen 9 – Cartaz da 8ª Romaria da Terra, Campo Alegre, CPT, 1994



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, Compilação-CPT, Rima, Cedim, UFRJ. Disponível em:
<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4479> Acesso em 4/5/2024.

Em Campo Alegre, a documentação revela a instalação de uma escola pela ocupação, depois a comunidade se esforçou para municipalizá-la. A CPT, o MST e o Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEC), da UFRRJ, ajudaram a elaborar material didático para a educação infantil, a apostila “Campo Alegre: Memórias em Movimentos e as Gerações em Luta”, de 2011, na qual fica expressa a preocupação com a fixação e a permanência dos jovens no campo (Compilação-CPT, Cedim).

Do 2º distrito de Nova Iguaçu à cidade de queimados: industrialização e emancipação

A infraestrutura do território de Queimados foi alterada em meados do século XX, como vimos, com a instalação da rodovia Presidente Dutra (1952). Dada a integração metropolitana da Baixada Fluminense com o Rio de Janeiro, não demoraram a chegar as primeiras indústrias em Nova Iguaçu, a Compactor (1954), que se instalou no bairro da Posse, na Presidente Dutra, e a Bayer (1958), que foi instalada em Belford Roxo. Queimados começou a sofrer mudanças efetivas apenas na década de 1970: uma linha de ônibus ligando o distrito ao Rio de Janeiro (1973), a pavimentação da Estrada Carlos Sampaio (1975) e a construção de um reservatório de água (1976), que foi inaugurado pelo presidente militar Ernesto Geisel e o governador Faria Lima em visita a Queimados. (Araújo Filho apud Costa, 2014, p.44)

O Distrito Industrial de Queimados (DIQ) foi instalado em 1978, durante o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que visava à continuidade do chamado “milagre econômico”, já em esgotamento nesse momento (Netto, 2014). Para compreender a evolução do segundo setor e do parque industrial de Queimados, *grosso modo* podemos dividi-

la em três fases: instalação, estagnação e reestruturação. A inserção do capital industrial e os modelos de modernização em Queimados não podem ser analisados de forma descolada do contexto econômico estadual, nacional e internacional, sofrendo os fluxos e refluxos dessas dimensões.

O paradigma desenvolvimentista que perdurou do período Vargas ao início da ditadura militar é caracterizado pela intervenção estatal na economia para um projeto nacional de estruturação da indústria. Durante a ditadura, entretanto, as empresas privadas tiveram benefícios nesse processo, como a Gerdau, por exemplo. O II PND visava à criação de vários distritos industriais, à redução da concentração industrial em São Paulo e ao desenvolvimento da cadeia produtiva interna (bens de capital, bens duráveis e bens de consumo leves) (Pinho, 2020, p. 108). Contudo, à luz da Crise do Petróleo e do endividamento público, o país entrou numa “longa onda recessiva”, que teve efeito até os anos 1980 e 1990 (Netto, 2014, p. 187).

O segundo choque do petróleo (1980-1982), o fim da liquidez de capital, o aumento da taxa de juros nos EUA e o crescente endividamento vieram sepultar o projeto industrial do condomínio militar. No Rio de Janeiro, a estagnação dos anos 1980 acertou em cheio: decadência dos setores naval e ferroviário, fechamento de fábricas têxteis, suspensão da instalação do polo petroquímico, fechamento da Cobra (Computadores Brasileiros, empresa de informática) e crise no setor sucroalcooleiro (Pinho, 2020, p. 108). Já nos anos 1990, o neoliberalismo agravou a situação, embora o Plano Real parecesse um respiro, foi “lastreado” por privatização em massa e consequentemente pela retração do Estado como protagonista. O DIQ apresentava “oscilação no número de empresas, com uma ocupação que variou de 9 a 17 empresas instaladas” (Pinho, 2020, p. 109). Nesse sentido, o

fechamento de indústrias e a chegada de novas foi uma constante em Queimados ao longo dos anos: “poucas empresas dos anos de 1970 e 1980 continuam em funcionamento e o impacto da crise dos anos 80, possivelmente ceifou a longevidade de muitos estabelecimentos” (Pinho, 2020, p. 113).

Chegando aos anos 2000, a “saída” para a crise brasileira foi a chamada “reestruturação” econômica, regional ou espacial, que consiste na realocação industrial para o interior, para as “cidades médias”, aproveitando a rede já desenvolvida anteriormente (rodovias e parques industriais), subaproveitada até então (Pinho, 2020). Porém tal “redinamização” vem acompanhada de várias concessões e adequações ao capital para tentar dissolver a crise, como isenções fiscais e ataque aos direitos trabalhistas.

O auge do segundo setor em Queimados se deu em 2013, com 40 empresas instaladas no DIQ, num total de 89 indústrias de transformação e 119 empresas de construção civil instaladas na cidade (Pinho, 2020, p. 113). Tal crescimento se deu no bojo do ciclo de crescimento dos governos petistas e seu consórcio estadual, com o PMDB, com investimentos ligados aos megaeventos, ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, ao arco Metropolitano e ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj (Pinho, 2020, p. 114). Esse período de crescimento, por sua vez, é oriundo do contexto econômico internacional, o superciclo das *commodities* (principalmente o aumento do preço do petróleo) e o crescimento econômico da China (Pinho 2020).

Daí em diante, a reestruturação não foi capaz de erguer a indústria em Queimados, dada a nova conjuntura econômica. Com o mercado interno em saturação desde 2013, o ajuste fiscal de 2015, o endividamento dos megaempreendimentos e a queda do preço do petróleo, o pequeno período de crescimento se encerra. Por outro lado,

a redução drástica do Programa Minha Casa, Minha Vida tem consequências na construção civil e a ociosidade dos investimentos realizados na Baixada Fluminense foi perceptível (arco Metropolitano, Comperj e Porto de Itaguaí). A reespecialização da indústria brasileira, embora seja uma resposta à crise, gerou pressões competitivas, instabilidade econômica e desigualdades sociais, sobretudo nas regiões periféricas que buscava alavancar (Pinho, 2020).

Ao mesmo tempo, as expectativas para o futuro são baixas. A guerra fiscal (isenção de impostos) impede que os governos façam arrecadação significativa, a exemplo da Lei Estadual n. 5.636/2010, que reduz o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 19% para 2%, e a lei municipal de 2011, que oferece uma agressiva política de incentivos fiscais, com isenção de impostos por 10 anos para as indústrias em Queimados. A precarização das relações de trabalho (flexibilização e baixos salários), ligada à 4^a Revolução Industrial e à Reforma Trabalhista, resulta em alta rotatividade da mão de obra e baixa geração de empregos na indústria de transformação, devido ao desemprego estrutural causado por avanços tecnológicos e limitações da construção civil condicionada a obras públicas de grande vulto. Enquanto a ameaça da desindustrialização persiste devido à política neoliberal e à financeirização da economia: “A indústria brasileira hoje responde pelo mesmo percentual do PIB que possuía em 1947.” (Alves, 2021, p. 33)

Em 2021, preponderantemente, o Distrito Industrial de Queimados era responsável por 70% do PIB do município (*O Dia*, 5/3/2021). Entre indústrias de transformação, atacadistas e varejistas, apresentam-se setores de logística, construção civil, embalagens, alimentos e produtos de limpeza, atualmente: Knauf, Ortobom (Flexfoam), Quartzolit, Burn, Powerboats, Multibloco, Solven, Rutenium (Critstobalita), Sanes,

Armazéns Frigoríficos, Mauser Packaging, Piraquê etc. Mesmo diante de um quadro econômico vulnerável, a emancipação de 1990 é marcada por grande entusiasmo em torno da industrialização de Queimados (Pinho, 2020).

O tema das emancipações na Baixada Fluminense é caracterizado pelo “enquadramento das memórias” (Pollak, 1989) captadas através de grupos específicos, nesse caso os autointitulados “testas de ferro”, que atuaram politicamente na emancipação de Queimados, por meio dos quais é possível recompor memórias e discursos. Além do mais, o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e o surgimento de novos atores políticos no contexto do estado do Rio de Janeiro possibilitaram a autonomia municipal (Costa, 2014, p. 20).

Nova Iguaçu abrigava muitos territórios na “Baixada de Guanabara”, entretanto, nos anos 1940, ocorreram as primeiras emancipações, Duque de Caxias (1943) e Nilópolis (1947). Na mesma época, Queimados também demonstrou interesse na emancipação; o “Centro Pró-Melhoramentos de Queimados” (1954), além de organizar as comemorações do centenário da Estrada de Ferro em Queimados (1958), criticou as condições de vida no distrito²⁴ (Simões, 2011; Costa, 2014, p. 74). Com o estabelecimento da ditadura militar, porém, a

²⁴ Nos relatos da AAPQ, organização que liderou a emancipação de Queimados em 1990, há uma “memória por tabela” e contraditória sobre a origem do movimento emancipacionista nos anos 1950. O distrito de Queimados é apontado então como “reduto de comunista”, é mencionado que Luiz Carlos Prestes do PCB veio a Queimados e fez uma caminhada com 200 pessoas, em 1956. Onil de Carvalho Jatay, um comunista, é apontado como liderança dessas primeiras intenções emancipacionistas. Em outro relato, entretanto, o movimento de 1958 é associado a grupos conservadores, tradicionais e de direita. Já outro cita a importância de um tal “Gastão” e um “tio falecido”, que eram do PCB. Entre os entrevistados, apenas Luiz Gonzaga de Macedo vivenciou as duas “fases da emancipação”, nos anos 50 e 80; foi sindicalista e afirma ter participado de grupos de luta armada durante a ditadura (MR8 e VAR-Palmares), relata ter sido preso e torturado. As próprias memórias de Gonzaga viraram referência para a AAPQ, que são acionadas para despertar um caráter “marginalizado” e “subversivo”, em oposição à ordem constituída (Costa, 2014) Não foi possível investigar tais memórias, sendo necessárias pesquisas sobre os anos 1950 em Queimados.

emancipação teve de esperar por mais duas décadas, em um período que ficou conhecido como “hiato”, “interregno” ou “recesso” de emancipações em todo o Brasil, já que qualquer movimento social era visto como perigoso para a “segurança nacional”, permanecendo a emancipação latente (Simões, 2011).

Na década de 1980, o movimento emancipacionista de Queimados se apresenta em meio a outro contexto, dentro da “transição controlada” e das disputas políticas hegemonizadas pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), desde a fusão do estado da Guanabara (1974). Essa fusão significou a ascensão do governador Antônio de Pádua Chagas Freitas (1914-1991), especialmente na Baixada Fluminense, em que a “máquina chaguista”, caracterizada por práticas clientelistas, se estabeleceu (Costa, 2014). Embora Chagas Freitas fosse do MDB (depois PMDB), contava com a “simpatia” dos militares (Keller et al., s/d). O retorno do pluripartidarismo em 1979 e a eleição de Brizola em 1982 tornariam o campo político fluminense mais volátil e o discurso político mais radical (Costa, 2014).

Então, o final da década de 1980 é marcado pelo “boom de emancipações” no Rio de Janeiro, mas não apenas. Em razão da própria redemocratização e do fim do bipartidarismo, esse período foi caracterizado por incertezas políticas e, consequentemente, por possibilidades abertas para os novos partidos e ao mesmo tempo, mecanismos de manutenção de representatividade de determinados grupos políticos enquanto elites políticas, notadamente o próprio PMDB. O chaguismo, em preparação para as eleições pós-pluripartidarismo, implementou obras de infraestrutura e abastecimento de água em Queimados durante o governo estadual de Chagas Freitas (1979-1983), visando a uma expressiva votação (Costa, 2014, p. 45).

O movimento emancipacionista de Queimados, à sua maneira, propôs um debate a partir da cidadania, problematizando direitos políticos, civis e sociais no distrito. Assim, organizaram o envio de um abaixo-assinado com mais de mil assinaturas à Alerj, em 1984, propondo que o município a ser criado comportasse Queimados, Cabuçu, Marapicu, Aljezur e Km 32. Cumprindo os requisitos exigidos pela Lei: população superior a 10.000 habitantes, eleitorado de mais de 10% da população, centro urbano com mais de 2.500 casas e arrecadação de 0,5% dos impostos estaduais (Costa, 2014). A Alerj propôs a inclusão dos territórios de Japeri e Engenheiro Pedreira, para que não ocorresse a descontinuidade territorial (Costa, 2014, p. 88). Assim, o 1º Plebiscito de Queimados foi marcado para 1988.

Nesse ano, embora a conjuntura nacional começasse a se estabilizar com a Constituição, os conflitos políticos em Nova Iguaçu permaneceram. O prefeito Paulo Leone (PDT), acusado de corrupção, foi substituído por um “interventor”, Francisco de Assis Amaral (PMDB), reeditando-se práticas políticas de outrora, do auge da ditadura militar, como vimos. Enquanto isso, Belford Roxo e Queimados pleiteavam suas emancipações. Enquanto Belford Roxo alcança seu objetivo, Queimados não obtém quórum suficiente. As votações mais inexpressivas ocorreram em Japeri, Engenheiro Pedreira e Cabuçu, com baixo ou nenhum envolvimento político dessas comunidades, frustrando o 1º Plebiscito.

Os motivos da derrota são associados à falta de identidade territorial de determinadas áreas com Queimados. Porém estaremos em terreno mais seguro se considerarmos os conflitos políticos subjacentes. Japeri e Cabuçu defendiam que a sede do município a ser criado fosse em seus territórios (Costa, 2014, p. 51). Na conjuntura política nacional, o Plano Cruzado de José Sarney (1980-), depois de êxito

inicial, fracassava, e na esfera local o brizolismo teve revés nas eleições de 1988; assim as contradições políticas permaneciam, em processos eleitorais sem previsibilidade e com as identidades partidárias em construção (Costa, 2014).

Em Queimados, sem aceitar a derrota, um grupo mais engajado na emancipação foi se organizando ascendentemente. Após a derrota, foi criada a Associação de Amigos pelo Progresso de Queimados (AAPQ), considerada uma entidade popular e “apartidária”, responsável por coordenar politicamente, supervisionar, recolher assinaturas (mais de 5.000 dessa vez), encaminhar documentos para a Alerj e financiar o movimento de emancipação. Assim, a emancipação de Queimados do município de Nova Iguaçu ocorreu no 2º Plebiscito, em 25 de novembro de 1990, quando o quórum foi alcançado, após a exclusão dos territórios de Japeri, Engenheiro Pedreira, Cabuçu e Km 32 do pleito, além de reformas institucionais operadas pela Constituição de 1988 e pela legislação estadual, que favoreceram Queimados.

A partir das experiências de oito atores políticos envolvidos na emancipação de Queimados, membros da AAPQ, foi possível acessar informações, porém as memórias desses atores devem ser problematizadas, afinal elas são “testemunhas autorizadas” (Pollak apud Costa, 2014, p. 133). Tais lideranças se reivindicavam como portavozes da população, descrevendo em suas narrativas a própria ação como dinamizadora da emancipação. A maior parte deles é proveniente de famílias de outros estados e territórios do Rio de Janeiro, que migraram para Queimados a partir dos anos 1950. Em seus relatos colhidos, ao abordarem a chegada de suas famílias, fica evidente a incipiente urbanização do distrito de Queimados, mesmo na região central. O saneamento básico, o asfaltamento e o transporte são descritos como problemas crônicos, além da completa inexistência de

serviços públicos, o que exigia que fossem buscados no centro de Nova Iguaçu (Costa, 2014). Tal constituição precária do distrito, durante a segunda metade do século XX, concorreu para um “distrito-dormitório” e o movimento pendular não só para o trabalho, mas para o acesso a serviços.

Ao narrarem suas memórias, os indivíduos ligados à AAPQ²⁵ tentam descolar partidos políticos e movimentos sociais da história de emancipação, por exemplo. Na verdade, o “campo político estadual” precisou se estabilizar ao longo de todo o processo para que a elite política pudesse capitalizar a seu favor. Dito isto, cabe mencionar a atuação do deputado estadual Paulo Duque (PMDB), que auxiliou todas as emancipações na Baixada Fluminense nesse período e teve na AAPQ apoio para as eleições legislativas de 1990. Embora a AAPQ defendesse oficialmente o apartidarismo do movimento, não é possível separar a atuação individual das organizações partidárias das quais foram se aproximando, cada um na sua própria trajetória política.²⁶ Nesse sentido, houve muito mais a “heterogeneidade na composição partidária” e o “pluripartidarismo” (Costa, 2014, p. 78) do que o apartidarismo, que foi acionado de forma discursiva a fim de lograr o êxito da emancipação e aproximar o maior número de simpatizantes.

A “cristalização” da memória, entretanto, investigada através da história oral da AAPQ, identificou o afastamento de quadro que

²⁵ Mencionamos aqui apenas os oito entrevistados pela pesquisa de mestrado da historiadora queimadense Cláudia Costa. A autora ressalta que dois militantes da AAPQ já eram falecidos no período das entrevistas, além de outros que não foram considerados “testemunhas autorizadas” ou tiveram participação mais tímida, segundo os entrevistados: Carlos França Vilela, Ismael Lopes de Oliveira, José Methódio Lima, Josias de Souza Mattos, Luiz Alonso Sanz, Luiz Gonzaga de Macedo, Maria de Fátima de Oliveira Barragán e Valtecir Gomes Leal.

²⁶ O grupo da AAPQ foi composto por várias tonalidades políticas, os indivíduos tatearam organização política via partidos ao longo do processo de emancipação: “ex-comunistas” do PST, fundadores do PT, do PDT e do PMDB de Queimados, outros ingressaram no PTB, Prona e PL, além de um ex-militar que fez questão de solidificar a memória do apartidarismo.

ingressou no PT e a aproximação de Paulo Duque, surgindo uma “incompatibilidade entre PT e PMDB” no interior da associação (Costa, 2014, p. 103). Nas eleições de 1990, o PMDB mostrou sua hegemonia: o 2º Plebiscito chancelou a emancipação de Queimados, Duque foi eleito novamente deputado estadual e Moreira Franco (PMDB) tornou-se governador. Ou seja, a emancipação de Queimados foi permeada pela “dinâmica de expansão de áreas de influência” (Costa, 2014, p. 83) partidárias, da qual o PMDB saiu vitorioso.

Até os dias de hoje, entretanto, as demandas na esfera dos serviços públicos constituem o cerne das disputas políticas partidárias na Baixada Fluminense e em Queimados, o que coloca a atuação político-ideológica e as pautas históricas da classe trabalhadora²⁷ em segundo plano. Não é coincidência que os sindicatos tenham uma atuação modesta em Queimados, permitindo as condições de acumulação das indústrias em alternância, enquanto associações de moradores e grupos religiosos ocupam espaço político de destaque (Simões, 2011).

Bibliografia

- ABREU, Alzira. *Atlas histórico do Brasil: Partido Comunista Brasileiro (PCB)*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.
- ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2006.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas*. Rio de Janeiro: Prêmio do Arquivo Nacional, 2003.

²⁷ Bandeiras de luta relacionadas a melhores condições de trabalho e consequentemente de vida, como: direitos trabalhistas, democratização da política e a promoção dos direitos sociais como garantia de cidadania.

ALVES, Giovani. A catástrofe do trabalho no Brasil. Blogue da Boitempo. São Paulo, 30/4/21. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/04/30/a-catastrofe-do-trabalho-no-brasil/> Acesso em: 31/4/2024.

ARRUDA, Luiz Maurício de Abreu. *A nova Jericó maldita: um estudo sobre a colônia de Iguá em Itaboraí/RJ (1935-1953)*. UERJ, Dissertação de Mestrado, 2015.

BATISTA, Allofs D. Da laranja ao golpe militar: política iguaçuana e o golpe civil-militar. In: SILVA, Lúcia; GARCIA, Graciela; SALES, Jean (orgs.). *Capítulos de história da Baixada Fluminense*. Seropédica: EdUFRRJ, 2013.

BASTOS, Gabriel. *Memória e resistência camponesa em tempos de repressão na Baixada Fluminense*. UFRRJ, Tese de Doutorado, 2022.

BASTOS, Gabriel. Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, 2017.

BEZERRA, Nielson. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

BRAZ, Andressa. “Raça amarela”: a ciência nos debates da imigração chinesa no Brasil do século XIX. *Dossiê História da Ciência no Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 2022.

BULCÃO, Clóvis. *Os Guinle: a história de uma dinastia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

CANUTO, Antonio. Comissão Pastoral da Terra. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARLOS, Maicon. *Próxima Estação: Queimados!*: uma análise sobre a formação de um território antes e depois da chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II (1815-1889). UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2022.

COSTA, Carlos Eduardo. “Eu vim descendo a Serra, cheio de euforia para desfilar”: migrações negras no pós-abolição na Baixada Fluminense, 1888-1940. In: NASCIMENTO, Álvaro; BEZERRA, Nielson (orgs.). *De Iguassú à Baixada Fluminense: histórias de um território*. Curitiba: Appris, 2019.

- COSTA, Carlos Eduardo. Revisitando “Família e Transição”: família, terra e mobilidade social no pós-abolição: Rio de Janeiro (1888-1940). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 35, n. 69, 2015.
- COSTA, Carlos Eduardo. *Campesinato negro no pós-abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)*. UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2008.
- COSTA, Cláudia. *Nas disputas das memórias: narrativas acerca da emancipação de Queimados – RJ*. UERJ, Dissertação de Mestrado, 2014.
- COSTA, Cláudia; ARAÚJO FILHO, Nilson. *Queimados: imagens de uma cidade em construção*. Queimados: Asamih, 2019.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: EdUSP, vol. I, 1978.
- DEMÉTRIO, Denise. *Senhores governadores: Artur de Sá e Meneses e Martim Correia Vasques*. Rio de Janeiro, c. 1697-c.1702. UFF, Tese de Doutorado, 2014.
- DOMINGUES, Márcia. *A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu: Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60*. UFRRJ, Monografia de graduação, 2016.
- DIAS, Ondemar. O índio e o recôncavo da Guanabara. *RIHGB*, ano 159, n. 400, 1998.
- DIAS, Ondemar; NETO, Jandira. *A pré-história e a história da Baixada Fluminense: a ocupação humana da bacia do Guandu*. Belford Roxo: Editora IAB, 2017.
- FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade tupinambá*. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, Ozias Inocêncio. *Políticas municipais de qualificação docente para a educação das relações étnico-raciais na escola: o caso do município de Queimados*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2018.
- GOES, Hildebrando de A. *A Baixada de Sepetiba*. Rio de Janeiro: DNOS, 1942.
- GRYNSZPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*. Dissertação de Mestrado. Museu Nacional, UFRJ, 1987.

GRYNSZPAN, Mário. Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense. In: FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde; PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas campesinas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. O campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980*. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GOMES, Alexsander de Souza. *Religião e política: construção da memória de dom Adriano Hypólito*. UERJ, Dissertação de Mestrado, 2012.

GOMES, Flávio. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: GOMES, Flávio; REIS, João. *Liberdade por um fio*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GOMES, Nilma Lino. *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

KELLER, Vilma; XAVIER, Libânia. Chagas Freitas. *Dicionários Históricos Biográficos*. Rio de Janeiro: CPDOC, FGV, s/d.

KRONEMBERGER, Adriana. Vozes da militância: Nova Iguaçu nas décadas de 1970 e 1980. *Projeto História*, São Paulo, v. 67, 2020.

KRONEMBERGER, Adriana. Dom Adriano Hypólito e a Teologia da Libertação: do mundo para Nova Iguaçu. *Religación. Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, Quito, v. 4, n. 14, 2019.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Ferrovias, agricultura de exportação e mão de obra no Brasil no século XIX. *História Econômica & História de Empresas*, v. 3, n. 1, 2012.

LEE, Ana Paulina. A estética da exclusão: imigrantes chineses em culturas visuais brasileiras na virada do século XIX. *Afro-Ásia*, n. 60, 2019.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais*. Rio de Janeiro: Finep/UFRRJ/ CPDA, 2002.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e outras partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. MACHADO, Rubens da Mota. *A terra e seus muitos domínios: senhores, lavradores e escravos nas redes pelo usufruto da terra (Vila Iguaçu, 1840-1880)*. UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2013.

MACHADO, Rubens da Mota. *O morgado em perspectiva: a política administrativa do morgado de Marapicú (1772-1940)*. UFF, Tese de Doutorado, 2019.

MAIA FORTE, José Mattoso. *Memória da Fundação de Iguassu*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1933.

MARINHO, Pedro Eduardo. *Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II: a grande escola prática da nascente Engenharia Civil no Brasil oitocentista*. Topoi, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, 2015.

MONTEIRO, Jonh M. *Negros da Terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONTEIRO, Linderval A. *Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.

MOURA, Clóvis. Da insurgência negra ao escravismo tardio. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, número especial, 1987.

NABUCO, Joaquim. *O abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1988 [1883].

NAPOLITANO, Marcos. 1964: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Álvaro. Francisco Caetano Madeira: um empreendedor negro no pós-abolição. In: NASCIMENTO, Álvaro; BEZERRA, Nielson (orgs.). *De Iguassú à Baixada Fluminense: histórias de um território*. Curitiba: Appris, 2019.

NASCIMENTO, Gabriel do. A construção da Diocese de Nova Iguaçu e seu plano pastoral. In: SILVA, Lúcia; GARCIA, Graciela; SALES, Jean (orgs.). *Capítulos de História da Baixada Fluminense*. Seropédica: EDUFRRJ, 2013.

NETTO, José Paulo. *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez, 2014.

NOVAES, Adriano. Os caminhos antigos no território fluminense. In: Sebrae. *Projeto de Inventário de Bens Culturais Imóveis, Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro, Caminhos do Ouro*. Rio de Janeiro: Sebrae; Unesco: Inepac, 2003.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. O ouro e o café na região de Iguaçu: Da abertura de caminhos à implantação da Estrada de Ferro. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano III, n. 4, 2004.

PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume e Dumará: Fundação Roberto Marinho, 1995.

PEDRETTI, Lucas. *Dançando na mira da ditadura: bailes soul e violência contra a população negra nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

PEDROZA, Manoela. Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América portuguesa: o caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro, 1600-1870). UFF, Tese de Doutorado, 2018.

PEREIRA, Waldick. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV/SEEC, 1977.

PERES, Guilherme. Do rio Iguassú ao Sarapuhí: Primeiro projeto ferroviário do Brasil. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano III, n. 4, 2004.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZUTMAN, Renato. Notícias de uma certa Confederação Tamoio. *Maná*, v. 16, n. 2, 2010.

PINHEIRO, Milton; MANZANO, Sofia. O PCB, entre a “União Nacional” e a Representação de Classe. In: PINHEIRO, Milton (org.). *Partido Comunista Brasileiro: 100 anos de histórias e lutas*. Marília: Lutas Anticapital, 2023.

PINHO, Miguel. *Do crescimento exponencial ao declínio: elementos para analisar a reestruturação regional e a cidade de Queimados*. In: ROCHA, André (org.). *Baixada Fluminense: estudos contemporâneos e (re) descobertas histórico-geográficas*. Curitiba: Asamih, 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

- PRADO, Walter de Oliveira. *História social da Baixada Fluminense: das sesmarias a foros da cidade*. Rio de Janeiro: Ecomuseu Fluminense, 2000.
- RODRIGUES, Ana Paula Souza. *Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçu e Jacutinga, século XVII-XVIII)*. UFRRJ, Dissertação de Mestrado, 2013.
- RODRIGUES, Ana Paula Souza. *O governo dos engenhos no recôncavo da Guanabara (século XVII)*. UFRRJ, Tese de Doutorado, 2020.
- SANTOS, Vicente Saul Moreira dos. Filantropia, poder público e combate à lepra (1920-1945). *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 18, 2011.
- SCHWARCZ, Lília. *Espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SILVA, José Maurício da. *Levantamento do Patrimônio Arqueológico de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo*. UFRJ, Dissertação de Mestrado, 2017.
- SILVA, Lúcia. De Grande Iguaçu à Baixada Fluminense: formação econômica e urbana de uma região. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & 13^a CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS. *Anais*. Niterói, 2017.
- SILVA, Rafael Freitas da Silva. *O Rio antes do Rio*. Rio de Janeiro: Editora Babilônia, 2015.
- SIMÕES, Manoel. *Cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Entorno, 2011.
- SOARES, Maria Terezinha Segadas. Nova Iguaçu: a absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, IBGE, v. 2, n. 24, 1962.
- SOUZA, Ricardo Luiz de. E os pomos eram de ouro: a importância da citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira na década de 1920 à de 1940. *Epígrafe*, São Paulo, v. 3, n. 3, 2016.
- SOUZA, Marlúcia Santos de; BEZERRA, Nielson Rosa; CORDEIRO, Jeanne. Os Caminhos do Ouro na Baixada Fluminense. *Revista Pilares da História*, Duque de Caxias, ano 6, n. 7, p. 7-21. 2007.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992.

SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto. Memória histórica e documentada das Aldeias de índios da Província do Rio de Janeiro. RIHGB, 1854.

Fontes

CENSO de 1872. Disponível em; https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v10_rj.pdf Acesso em: 05/05/2024.

COMPANHIA de Expansão Territorial. Mappa schematico do Distrito Federal e proximidades localizando o centro do novo e grande comercio de laranja nas terras da Normandia e outras propriedades da Companhia de Expansão Territorial. Cartográfico, Acervo da BNDigital do Brasil, 1931-1951. Disponível em: <https://acervobndigital.bn.gov.br/sophia/index.html> Acesso em 5/05/2024.

Compilação-CPT, Rima, Cedim, UFRRJ. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4479> Acesso em 4/05/2024 Acesso em: 4/05/2024.

CONY, Carlos Heitor. Laranjas de ontem e de hoje. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 27/7/2004. Acervo online.

ENCONTRO de Padres Negros. Rima, Cedim, UFRRJ.

FOTOGRAFIAS Dom Adriano Hypólito". Rima, Cedim, UFRRJ. Disponível em: <https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4341> Acesso em 3/5/2024.

LAZARETO; Leprosário. *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ)*. 1891-1940. Acervo da BNDigital do Brasil. Disponível em: <https://bndigital.bn.br/acervo-digital/imanak/313394> Acesso em: 5/05/2024.

JORNAL DO BRASIL. Acervo online.

CORREIO DA LAVOURA. Rima-Cedim.

O DIA. Acervo online.

MAPA da Desigualdade: Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Casa Fluminense, 2023.

Disponível em: <https://casafluminense.org.br> Acesso em: 5/05/2024.

PASTORAL do Negro em Itaguaí. Rima, Cedim, UFRRJ. Disponível em:

<https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/5271> Acesso em: 4/5/2024.

PROCESSO de Ismael Ramos, CSN-SG, AI-5, Dossiê, Fundo Conselho de Segurança Nacional. Disponível no Memórias reveladas:

http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_dfanbsb_n8/0/pro/css/0827/br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0827_d0001de0001.pdf

RELATÓRIO enviado ao conde de Resende, 1797. AHU_ACL CU_017, Cx. 163\Doc. 12203. Projeto Resgate - Rio de Janeiro Avulsos (1614-1830). Acervo da BNDigital do Brasil.

RELATÓRIO da Repartição Geral das Terras Públcas, Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império, RJ (1832 a 1888), 1855. BNDigital. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720968&Pesq=whampoa&pagfis=2894>

REVISTA Illustrada, nº 258, de Angelo Agostini. Acervo da BNDigital do Brasil, 1881. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=33274&pagfis=1830> Acesso em: 5/05/2024.

VILA Vera, projeto de arruamento e loteamento, Queimados, 2º distrito do município de Nova Iguacú, 1854? Cartográfico, Acervo da BNDigital do Brasil. Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart225349/cart225349.jpg Acesso em 5/05/2024.

8

JAPERI

Adriana Maria Ribeiro

Foto 7 – Japeri



Atribuição: Monumento em memória da colônia japonesa na praça de pedra lisa, com inscrições em japonês. Foto: Adria Ribeiro.

O bandeirante chegou
Com o filho do Caçador de Esmeraldas
Rumo a Minas Gerais
Das fazendas à capela
No engenho nascem os canaviais
O Barão vira Marquês
Com o clamor da ferrovia
[...]

Belém foi de Vassouras a depois Paracambi
Mudou de nome virou Japeri
Mas a cobiça veio contra os ideais
A ditadura acabou com a paz
[...]

Do trem 33 saudade se fez
(Mauro Naval, Ali Gringo Jarb, Gylnei Bueno, Fernando de Lima,
Frank Willian, J. Matias, TM, Leozinho Nunes)

Apresentação

Os versos da epígrafe são do samba-enredo “Dos trilhos do passado a um novo tempo: Japeri!”, apresentado pelo Império da Uva¹ no carnaval de 2024. Na letra do samba, foram destacados aspectos da história local, como: a chegada dos bandeirantes ao território; a instalação dos engenhos; a construção da ferrovia e o fato de o lugar ter se chamado Belém, que até 1943 formou com Paracambi um distrito de Vassouras. Naquele ano, o distrito foi desmembrado e Belém passou a pertencer ao município de Nova Iguaçu. A mudança do nome para Japeri aconteceu em 1947. Também foram mencionados o período da ditadura militar, quando os lavradores de Pedra Lisa foram brutalmente atingidos pela repressão política, e o popular Ramal 33, que liga Japeri à Central do Brasil. Em 1984, o Ramal 33 foi o tema do enredo de outra agremiação carnavalesca, a Em Cima da Hora.² A seguir são transcritos alguns versos do samba “33 – destino Dom Pedro II”, de Guará e Jorginho das Rosas:

*Pra ganhar o pão
 Acordar de manhã cedo
 Caminhar pra estação
 Pra chegar lá em D. Pedro
 A tempo de bater cartão
 Não é mole não
 Com a inflação
 [...] O suburbano quando chega atrasado
 O patrão mal-humorado
 Diz que mora logo ali
 Mas é porque não anda nesse trem lotado
 Com o peito amargurado*

¹ Trata-se do Grêmio Recreativo e Escola de Samba Império da Uva, cuja sede fica no bairro iguaçiano Carmari.

² O nome oficial do grupo é Grêmio Recreativo e Escola de Samba Em Cima da Hora, cuja quadra situa-se no bairro de Cavalcanti, na Zona Norte carioca. Em 2022, o enredo foi reeditado pela mesma agremiação.

*Baldeando por aí
Imagine quem vem lá de Japeri?
[...] Esquecendo da tristeza quando o trem avariar
[...] Vendedores, cartomantes, repentistas
Tiram onda de artista
No famoso Trinta e três.*

Com irreverência, os compositores da Em Cima da Hora destacaram a exploração dos patrões e a alta inflacionária no Governo Figueiredo (1979-1984), que chegou a 223% ao ano. A enorme inflação resultou da política econômica adotada pelos governos militares, que aumentou consideravelmente o custo de vida. Lembraram da presença marcante de vendedores ambulantes e de artistas populares, a exemplo dos repentistas, nas viagens do Ramal 33. A propósito, um dos repentistas mais conhecidos do Brasil foi o Mestre Azulão, morador de Japeri.

Os autores falaram dos problemas enfrentados pelos trabalhadores para se deslocarem até os seus locais de trabalho, como as baldeações, as avarias e a superlotação dos trens. Sobre o enfrentamento desses problemas, indagaram: “Imagine quem vem lá de Japeri?”. A pergunta pode ser interpretada como a insinuação de que os problemas vivenciados pelos trabalhadores e demais moradores do subúrbio com relação ao transporte coletivo seriam maiores para quem mora em Japeri. De fato, as dificuldades são maiores para quem segue da localidade: é o que mostra um estudo de 2017, no qual a população japeriense aparece como a que gasta o maior tempo médio de deslocamento casa-trabalho do país, cerca de três horas (Casa Fluminense, 2017).

Em sala de aula, os versos da Em Cima da Hora podem ser usados para motivar debates acerca da falta de planejamento de mobilidade urbana e de questões ligadas ao mundo do trabalho, como: a exploração dos patrões, o alto custo de vida dos trabalhadores, o trabalho informal,

entre outros. Já a letra do samba do Império da Uva pode incentivar pesquisas sobre fases e eventos da história local.

Japeri tem aproximadamente 82 km² de área. É limítrofe de Nova Iguaçu, cidade da qual se emancipou em 30 de junho de 1990. Também é vizinho de Queimados, de Seropédica, de Paracambi e de Miguel Pereira. Com exceção do último, que se situa na região do Sul Fluminense, os demais municípios pertencem à Baixada Fluminense.

Possui em torno de 96 mil habitantes, os quais no último censo se identificaram da seguinte forma: 23,3% de cor branca, 21,6% preta, 55% parda, 0,13% amarela (origem asiática) e menos que um milésimo indígena (IBGE, 2022). Para fins de recenseamento, são considerados pardos os indivíduos que descendem de duas ou mais opções de cor ou raça.

Localizado no sopé da serra do Mar, o município apresenta uma rica hidrografia composta pelos rios Guandu, Santana, Santo Antônio, São Pedro, dos Poços, d’Ouro, e pelo ribeirão das Lages. Sua geografia inclui montanhas, vastas áreas verdes e cachoeiras. A maior parte situa-se em Áreas de Proteção Ambiental (APAs),³ onde encontram-se elementos da fauna e da flora remanescentes da Mata Atlântica. Essas áreas ajudam na preservação de mananciais e de rios da bacia do Guandu. As belas paisagens de grandes altitudes atraem adeptos de esportes radicais, como o rapel e o voo livre. Em especial o pico da Coragem, o qual tem cerca de 520 m de altitude e é considerado o cartão-postal da cidade. Nas áreas florestais, são realizadas trilhas, a exemplo do Circuito APA Pedra Lisa, que reúne participantes de diferentes cidades do Brasil.

No território, predominam as áreas rurais, sobretudo de pastagens. As atividades agrícolas concentram-se na região de Pedra Lisa, onde há

³ Extensa área natural, com um certo nível de ocupação humana, na qual é garantida a proteção e a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos ambientais renováveis. No município, há 11 APAs, todas sob a gestão municipal.

pequenas e médias propriedades voltadas para o cultivo de hortaliças, de frutas e de raízes, cujo destaque é o aipim. Boa parte dos sítios segue o modelo de agricultura familiar. Alguns produtores investiram em lavouras agroecológicas.⁴ A proximidade dos rios favorece a produção. Mas, apesar do enorme potencial para a agricultura, o setor representa menos de 10% das atividades produtivas do município.

Há nove associações de produtores rurais, todas compostas por pequenos proprietários ou por lavradores assentados.⁵ Os produtos são comercializados na Feira de Agricultura Familiar de Japeri, popularmente conhecida como Feira da Roça e que acontece semanalmente em Engenheiro Pedreira. Alguns produtores vendem as suas mercadorias para lojistas da Central de Abastecimento (Ceasa-RJ). As mulheres protagonizam as ações de incentivo à agricultura orgânica e às cooperativas, conforme ocorre na Agroverde Cooperativa de Produtores Rurais de Japeri, que desde 2018 encontra-se sob liderança feminina.

Os núcleos urbanos de maior densidade localizam-se próximo às estações de trem. Sobretudo à do distrito de Engenheiro Pedreira, onde estima-se que reside mais de 70% da população. Na localidade, está a maior parte das atividades comerciais e agências de serviço, Setor responsável por mais de 80% da arrecadação municipal. A falta de investimentos em infraestrutura e a ocupação irregular do solo resultaram em diversos problemas, entre os quais aqueles relacionados ao saneamento básico (Alcântara et al., 2020).

Em 1973, foi construído em um trecho do território um oleoduto da Refinaria de Petróleo de Duque de Caxias (Reduc), o qual seguia em duas direções: uma até a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta

⁴ Sistema de plantio que utiliza técnicas de produção próximas dos ecossistemas naturais.

⁵ Assentamentos rurais são áreas ocupadas por agricultores a partir da desapropriação de terras públicas.

Redonda, e a outra até a Termoelétrica de Santa Cruz. Em 1984, o oleoduto foi convertido em gasoduto. No município, também funciona uma mineradora. A mineração, juntamente com a indústria poluente, causa grandes impactos ao meio ambiente.

Nos anos 2000, foram instalados três condomínios industriais⁶ no limite com Queimados. O local reúne empresas de diferentes portes. A maior delas é a fábrica da Granado, que produz itens de higiene pessoal. A proximidade com o porto de Itaguaí e com a via Dutra e o arco Metropolitano constitui um atrativo para a indústria, responsável por pouco mais de 10% das atividades produtivas.

A oferta de empregos no município não é suficiente para atender à demanda da população, que busca postos de trabalho em cidades vizinhas ou na Capital. Em 2022,⁷ a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total foi de apenas 11,76% (IBGE, 2022). Um levantamento de 2016, encomendado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-RJ), apontou que cerca de 46% da população japeriense encontrava-se abaixo da linha de pobreza (Painel Regional Baixada Fluminense I e II, 2016). Anteriormente à pesquisa, o distrito de Engenheiro Pedreira foi citado no Mapa da Fome entre as cinco áreas do estado que mais demandavam recursos para erradicar a miséria (Fundação Getúlio Vargas, 2003).

No que se refere à Educação, na última avaliação para medir o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), a cidade ficou abaixo da meta nacional em todos os segmentos. Nos anos iniciais do Fundamental, a nota obtida foi 4,3, enquanto a meta nacional foi 6; nos anos finais do Fundamental, a nota foi 3,6 quando a meta nacional foi

⁶ Complexos de galpões estrategicamente localizados para atender às demandas das empresas.

⁷ Último ano-base disponível para a consulta, até a conclusão deste texto.

5,5; no Ensino Médio, a nota do município foi 3,7 e a meta nacional 5,2 (Brasil, 2024). Japeri tem 34 escolas municipais e nove estaduais. Conta também com 14 instituições particulares de ensino. No município, não há instituições de ensino superior.

O objetivo deste texto é abordar alguns temas da história local, entre os quais estão a presença indígena no passado do território, os processos imigratórios e migratórios e a questão fundiária. O primeiro tópico trata da descoberta de sítios arqueológicos ligados aos povos tupis. Em seguida, são apresentadas características dos períodos da Colônia e do Império. Boa parte do capítulo será dedicada a eventos do século XX, como a fase da citricultura e dos loteamentos, o movimento camponês de Pedra Lisa, a emancipação e as práticas culturais na cidade. Os dados gerais do município foram tratados nesta apresentação.

O passado indígena

JAPERI

O nome “Japeri” deriva de dois termos tupis: “y”, que significa “água” ou “rio”, e “peri”, que quer dizer “planta que flutua” ou “juncos”. Juntas e traduzidas para o português, as palavras remetem à expressão “rio dos juncos” (Navarro, 2015).

A confirmação do passado indígena na região onde se situa Japeri deu-se por meio da descoberta de quatro sítios arqueológicos, nos quais foram recuperadas cerâmicas, urnas funerárias e artefatos de pedra da tradição tupi.⁸ Três sítios foram localizados no bairro de Santa Teresinha (próximo ao Guandu e ao Arco Metropolitano) e cadastrados no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) com

⁸ O termo “tradição” é empregado pelos arqueólogos para se referirem aos indígenas com base no tipo de cerâmica produzido por cada grupo.

as seguintes denominações: Aldeia Itaguaçu, Aldeia Itaguaçu I e Aldeia Itaguaçu II. Um quarto sítio foi achado no Jardim Normandia, o qual recebeu esse nome. As descobertas foram feitas por pesquisadores do Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB)⁹ e indicam que houve uma grande densidade demográfica tupi nas proximidades da bacia do Guandu até o século XVI (Dias; Neto, 2017).

Também foram encontrados sítios mistos, assim chamados por guardarem vestígios tanto dos povos originários como do período posterior à chegada dos portugueses. Esse é o caso do sítio Japeri, identificado na margem direita da via Dutra. Das escavações de camadas de terra mais próximas à superfície, foram retirados cachimbos e pedaços de louças coloniais; de níveis mais profundos, uma urna funerária tupi. Sítios dessa natureza indicam a sobreposição da ocupação colonial às comunidades indígenas (Neto, 2018).

Os tupis fabricaram uma cerâmica decorada com padrões geométricos nas cores vermelho e preto sobre o branco. Dominaram conhecimentos de astronomia, da fauna, da flora e do uso de plantas medicinais. Produziram instrumentos musicais e praticaram a dança. Foram agricultores de gêneros como o milho, a mandioca, o amendoim, a abóbora e o feijão. Na localidade de Japeri, os seus assentamentos foram em terras próximas aos rios, possivelmente para facilitar a caça, a pesca e o cultivo de alimentos. Por viverem em áreas litorâneas e fluviais, foram os primeiros grupos a ter contato com os europeus. A partir do processo de conquista do território pelos portugueses, as terras indígenas foram dominadas e reutilizadas para atividades agrícolas em grande escala com fins comerciais (Dias; Neto, 2017).

⁹ O IAB está localizado no bairro de Santa Teresa, em Belford Roxo. A instituição possui um rico acervo de materiais arqueológicos recolhidos no estado do Rio de Janeiro.

Durante as aulas, é importante tratar da prática da agricultura pelos povos indígenas, a fim de possibilitar aos estudantes o conhecimento das diferentes fases da história agrária brasileira, regional e local. História essa muitas vezes narrada como se o seu início tivesse ocorrido a partir do Período Colonial. A origem do topônimo que nomeia a cidade e as informações sobre as descobertas arqueológicas podem ser mencionadas para enriquecer o ensino da cultura dos povos originários, com ênfase nos grupos que habitaram o território.

O território a partir da chegada dos portugueses

A formação dos latifúndios

Com a divisão da América Portuguesa pelo sistema de Capitanias Hereditárias (1534), as terras onde situa-se Japeri integraram a Capitania de São Vicente, a qual foi desmembrada em sesmarias. As áreas a oeste, próximas à cabeceira direita do Guandu, até o atual bairro de Chacrinha, e a sudoeste, no limite com Seropédica, pertenceram à Fazenda de Santa Cruz. O restante do território constituiu uma sesmaria da família Paes Leme.

A respeito da Fazenda de Santa Cruz, a sua origem está nas doações de sesmarias aos jesuítas pela Coroa portuguesa ou por fidalgos no século XVI. No século XVII, os religiosos ampliaram a extensão da propriedade ao comprarem parte de uma sesmaria na cabeceira do rio Guandu. Em posse de uma vastíssima extensão de terra,¹⁰ os jesuítas acumularam riquezas com a agropecuária em grande escala, na qual utilizaram milhares de escravizados africanos. Outra fonte de riqueza

¹⁰ As terras da Fazenda de Santa Cruz compreenderam principalmente o atual bairro de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e partes dos municípios de Barra do Piraí, Itaguaí, Japeri, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro, Seropédica, Vassouras e Volta Redonda.

foram os contratos de aforamentos, por meio dos quais concederam o uso da terra a particulares mediante o pagamento do foro (impostos)¹¹ (Engemann, 2011).

Em 1759, em decorrência das reformas pombalinas que visaram, entre outros interesses, a sanar as finanças do Império português, os jesuítas tiveram os seus bens confiscados. Após atritos com o governo metropolitano, foram expulsos do Brasil. A fazenda foi incorporada aos bens da Coroa e, em 1769, foi renomeada como Fazenda Real de Santa Cruz.¹² A partir de então, os ocupantes das terras pagaram o foro ao Estado (Pedrosa; Silva, 2016).

Na parte do território que pertenceu aos Paes Leme, o processo de ocupação se deu a partir do século XVIII, com a abertura de estradas para as Minas de Ouro.¹³ Entre as principais vias, estava o Caminho Novo, também conhecido como Caminho de Garcia Rodrigues Paes e que foi aberto pelo bandeirante de mesmo nome, entre 1698 e 1704. Com a obra, o governo metropolitano esperava obter um trajeto seguro para o escoamento da extração aurífera entre Vila Rica (Ouro Preto), em Minas Gerais, e o porto do Rio de Janeiro. Vários trechos dessa estrada foram reaproveitados de trilhas abertas por grupos indígenas oriundos das serras (Holanda, 1990).

De modo semelhante ao que ocorreu em outras fases do processo de conquista, os indígenas que viviam nas serras, entre os quais destacam-se os coroados, foram brutalmente atingidos pelos

¹¹ Os aforamentos surgiram na Idade Média, quando o clero e a nobreza permitiram o uso da terra mediante o pagamento de tributos. Com a concessão do domínio útil, o foreiro recebia do proprietário o direito de usufruir da propriedade, desde que conservasse o domínio direto (o senhorio).

¹² Durante o Império, passou a chamar-se Fazenda Imperial de Santa Cruz. A partir da República, o nome mudou para Fazenda Nacional de Santa Cruz.

¹³ Até o século XIX, passaram pelo atual território de Japeri várias estradas. A exemplo da Estrada da Polícia, de 1820, planejada para coibir o contrabando do ouro.

movimentos de entrada para o sertão.¹⁴ Os coroados pertenceram à tradição puri. Foram assim chamados por usarem um tipo de corte de cabelo que lembrava uma coroa. Em busca de ouro e de esmeraldas, os bandeirantes se apropriaram de territórios indígenas, destruíram assentamentos, apresaram¹⁵ e assassinaram os nativos que resistiram ao avanço da colonização (Neto, 2015).

O bandeirantismo¹⁶ foi um legado de família. Garcia Paes era filho de Fernão Dias Paes, famoso pela alcunha “O Caçador de Esmeraldas”. Inácio Dias Velho, filho de Garcia Paes, seguiu os passos do pai e do avô. Na década de 1740, liderou a abertura de uma via para facilitar o acesso à região mineradora, a qual foi chamada de Caminho Novo do Tinguá. A via ainda foi denominada Estrada do Rodeio ou Caminho de Terra Firme. Este último, porque, por meio dessa estrada, foi possível aos viajantes desviarem de trechos pantanosos próximos às serras. O trajeto passou pelo atual território de Japeri em direção à serra do Tinguá, para ligar-se ao Caminho de Garcia Rodrigues Paes, em um trecho onde situa-se Paty de Alferes (Novaes, 2008).

Pelos serviços prestados à Coroa, a família Paes acumulou vastas extensões de terra, em diferentes áreas da Colônia. Inácio Velho, por exemplo, recebeu, em 1743, uma sesmaria delimitada entre o Caminho Novo do Tinguá e as terras da Fazenda de Santa Cruz (Silva, 2017). Hoje, parte do município situa-se na área da antiga sesmaria. Próximo à via,

¹⁴ Durante a Colônia, o termo “sertão” foi usado para se referir a áreas distantes do litoral, não adentradas ou pouco exploradas pelos colonizadores.

¹⁵ Apresamento refere-se à captura de indígenas para fins de escravização.

¹⁶ Expedições particulares rumo ao interior da Colônia, ocorridas até o século XVIII. Essas expedições foram, geralmente, realizadas por homens brancos e pardos, em sua maioria pobres. Os bandeirantes adentraram o sertão à procura de riquezas, como metais preciosos, e de gêneros da flora que pudessem ser comercializados. Alguns executaram a abertura de estradas a mando da Coroa, como ocorrem com membros da família Paes.

surgiu, em 1750, a freguesia de Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá,¹⁷ à qual essa sesmaria pertenceu.

Do rio São Pedro até a área do entroncamento do rio Santana com o ribeirão das Lages, onde forma-se o Guandu, foram instalados engenhos açucareiros, a exemplo do Santana e do Belém. Este último se tornou o mais conhecido. O nome provém da construção, no alto de uma colina próxima ao Guandu, de uma capela dedicada à Nossa Senhora do Belém e do Menino Deus, em 1762, a mando de Pedro Dias (Araújo, 1820).

Tendo em vista o fato de a América Portuguesa ser uma sociedade católica, foi comum denominar as propriedades com o nome do(a) santo(a) para o qual ergueram-se capelas, em pontos elevados dos terrenos. A fim de se criar uma referência para facilitar a localização, acrescentava-se aos nomes das santidades a denominação de um rio, de uma aldeia indígena ou de uma cidade. A maior parte das freguesias e engenhos ficou conhecida pelo termo de referência. A exemplo do Engenho do Belém, cujo nome foi Engenho de Nossa Senhora do Belém e do Menino Deus.

No final do século XVIII, o Engenho do Belém formou com outras propriedades um complexo agroindustrial, no qual foram cultivados, além da cana-de-açúcar, o arroz, o café, a mandioca, o milho e leguminosas. Uma parte da produção foi destinada à subsistência e a outra à exportação ou ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e das áreas mineradoras. Havia na região duas fábricas de açúcar, quatro de aguardente e um porto no rio Santo Antônio (Araújo, 1820). Durante alguns anos, as caldeiras usadas na fabricação do melaço, a partir do

¹⁷ A freguesia de Sacra Família do Tinguá abrangeu os atuais municípios de Engenheiro Paulo de Frontin, Japeri, Mendes, Miguel Pereira, Paty de Alferes e Vassouras. O termo “freguesia” é uma denominação eclesiástica usada para se referir a unidades espaciais de domínio da Igreja. O aumento no número de habitantes e de fiéis determinava a criação de uma freguesia.

qual fazia-se o açúcar, foram expostas no largo em frente à sede da prefeitura de Japeri. Retiradas do local, as peças, que constituem o patrimônio material da cidade, não foram mais apresentadas ao público.

A maior parte dos trabalhos sobre a história local menciona a existência de um morgado nas terras da família Paes. O Morgado do Belém, como é frequentemente citado, aparece inclusive no brasão da cidade. Os morgados ou morgadios foram um recurso jurídico de transmissão de herança utilizado na Colônia, por meio do qual os bens eram indivisíveis e herdados apenas pelo primogênito. No entanto, não foram encontradas fontes para comprovar tal condição jurídica. Vale dizer que essas terras foram, mais de uma vez, partilhadas ou vendidas. O que era proibido pela legislação referente aos morgados (Silva, 2017). Uma hipótese para o surgimento de menções à palavra “morgado”, no que tange às terras do Belém, pode ser a proximidade geográfica com o Morgado de Marapicu (atual Queimados), o qual constituiu, de fato, esse tipo de propriedade.

Escravidão *versus* resistência¹⁸

Os escravizados foram a principal força de trabalho nas lavouras durante a Colônia e o Império. Também foram explorados no transporte de cargas, na mineração, na abertura de estradas, na drenagem de pântanos, nas tarefas domésticas, entre outros trabalhos. Alguns executaram serviços especializados, a exemplo de ferreiros, de sapateiros e de alfaiates.

Ao longo de mais de três séculos, criaram diversas maneiras de resistir ao cativeiro. As diferentes etnias africanas teceram alianças e redes de solidariedade entre si, o que contribuiu para a organização de

¹⁸ Alguns trechos deste tópico foram usados pela autora nos capítulos sobre Belford Roxo e Paracambi.

fugas e para a formação de quilombos. Estes últimos existiram em áreas de florestas, pântanos e manguezais. A escolha desses locais foi estratégica para dificultar o acesso de tropas investidas contra os quilombolas (Bezerra, 2012).

Além de africanos fugidos do cativeiro, os quilombos abrigaram indígenas e pardos (miscigenados). Os quilombolas praticaram a agricultura de subsistência, a caça e a pesca. Alguns arrebataram gado e mantimentos de propriedades próximas aos quilombos, o que despertou a ira dos latifundiários, que exigiram soluções por parte das autoridades, como a destruição dos quilombos e a captura, a prisão e a morte das lideranças quilombolas (Gomes, 1994).

Próximo ao atual limite entre Japeri e Paracambi, por onde passam os rios dos Macacos, Santana e Guandu, formou-se o Quilombo de Mundéo dos Pretos; enquanto no limite entre Japeri, Paracambi e Seropédica, organizou-se o Quilombo do Valão de Areia (Fridman, 1999). Os dois quilombos existiram no século XVIII. Porém pouco se sabe sobre essas comunidades. Acerca do Valão de Areia se tem a informação de que foi criado na área da Feitoria do Peri Peri. Uma espécie de subsede administrativa da Fazenda de Santa Cruz, cujo nome provém da palavra indígena “peri”, que em português significa “juncos”. Após a expulsão dos jesuítas do Brasil, o quilombo foi destruído (Fridman, 1999).

Em 1838, ocorreu a Revolta de Manuel Congo e de Mariana Criola, considerada o levante mais importante de escravizados no meio rural durante o Império. Manuel e sua companheira Mariana lideraram a fuga de dezenas de escravizados de uma fazenda na atual Paty de Alferes. A notícia incentivou rebeliões e fugas na vizinhança. Mais de 300 escravizados fugiram de diferentes propriedades e criaram o Quilombo de Santa Catarina, na atual Vassouras (Vargas, 2012). Dada a proximidade

geográfica, é possível que grupos de escravizados de fazendas onde situase Japeri tenham conhecido ou tomado parte do movimento.

Além das fugas e dos quilombos, os africanos recorreram à conversão religiosa e ao compadrio para resistir à escravidão. O compadrio representou a criação de um parentesco em bases cristãs entre o cativeiro e a “casa-grande”, por meio do qual os escravizados buscaram entre os senhores padinhos para si e para os seus filhos. É importante dizer que, se na ótica senhorial, a conversão ao catolicismo e a aceitação do batismo foram vistos como modos de pacificação dos cativeiros; na perspectiva dos escravizados, significou a busca por proteção e pela obtenção de benefícios, como o livramento dos castigos físicos (Demétrio, 2008). Esse tipo de relação indica a complexidade do sistema escravista no Brasil, o qual foi conflituoso, violento e cruel.

Com a Lei Áurea, a população preta buscou estratégias para garantir o acesso a direitos e para exercer a cidadania, voltando-se contra as antigas práticas da escravidão. Mas continuou a ser alvo de discursos e de ações racistas, que envolveram (envolvem) investidas policiais e perseguição cultural e religiosa. No município, há diversas manifestações culturais africanas, como os templos de candomblé e de umbanda e grupos de capoeiras, entre os quais destacam-se: o Rio Brasil Capoeira, o Liberdade, o Nativos, o Herança de Zumbi, o Senzala e o Ubuntu.

Não é possível negar as marcas do passado escravista na cidade. Tampouco o fato de ela ter uma formação social fortemente marcada pela presença de afrodescendentes, os quais não receberam qualquer compensação econômica ou moral pela diáspora provocada pelo tráfico negreiro (Bezerra, 2012). Ignorar esse dado histórico é contribuir para silenciar as memórias desses grupos e para perpetuar os problemas que os afligem.

Problematizar em aula as questões ligadas à escravidão, como o tráfico internacional de africanos e seus impactos na sociedade brasileira, as origens das pessoas escravizadas, os tipos de trabalho, os modos de resistência e as tradições culturais, pode contribuir para repensar a identidade étnica e cultural da cidade e dar visibilidade à população preta na construção do território.

O império do café

Até meados do século XIX, as propriedades do Belém e do Santana pertenciam a Pedro Dias Paes Leme da Câmara, o marquês de São João Marcos. Vale dizer que as terras situadas na cabeceira esquerda do rio Guandu (atual Paracambi) foram aforadas, em 1815, da Fazenda Real de Santa Cruz, por outro membro da família: Pedro Dias Paes Leme, o marquês de Quixeramobim. Grandes proprietários de terras e de pessoas escravizadas, os marqueses participaram dos acordos da aristocracia fluminense que, em 1822, resultaram na independência do Brasil e na escolha do herdeiro do Trono português como o primeiro imperador. Ambos influenciaram a política do Primeiro Reinado (1822-1831) (Vasconcelos, 1918).

O marquês de São João Marcos também foi bastante influente durante o Período Regencial (1831-1840) e em boa parte do Segundo Reinado (1840-1889).¹⁹ Foi dono de vastas propriedades no Sul Fluminense, situadas nas freguesias de Vassouras e do Paraíba do Sul. Na maior parte de suas fazendas, investiu na produção cafeeira. Em Belém, continuou com o cultivo da cana-de-açúcar. Uma explicação para essa continuidade pode estar associada a uma perspectiva empresarial que o levou a diversificar os investimentos, uma vez que

¹⁹ O marquês faleceu em 1868.

possuiu vários negócios, inclusive em parceria com empresários estrangeiros nos setores têxtil e ferroviário.

As grandes plantações de café do Sul Fluminense alteraram a dinâmica dos povoados próximos. Para facilitar o transporte das sacas, as sinuosas e estreitas estradas do período da mineração foram ampliadas e vários trechos receberam calçamento. O que favoreceu o estabelecimento de pousos, fazendas, ranchos e armazéns (Fridman, 2009). O fato de muitas terras do Sul Fluminense pertencerem aos Paes Leme facilitou a abertura de vias até a principal região produtora de café. Uma dessas vias foi a Estrada Real das Boiadas, que seguiu em direção a Resende a partir do Caminho Novo do Tinguá, no trecho situado em Belém.

Outra via foi a Estrada Presidente Pedreira, inaugurada em 1850. O nome foi uma homenagem ao presidente da província do Rio de Janeiro, Luís Pedreira do Couto Ferraz, o visconde do Bom Retiro, responsável pela conclusão da obra. O trajeto ligou o porto da Pavuna à atual Paulo de Frontin e atravessou os povoados de Belém e de Macacos (atual Paracambi).

Com a chegada da ferrovia, as estradas e os portos ocuparam um lugar secundário no transporte de mercadorias. A construção da Estrada de Ferro Dom Pedro II²⁰ visou à modernização do Império e à expansão dos negócios da cafeicultura. Inaugurada em 1858, a ferrovia transformou-se no principal meio para escoar a produção do Vale do Paraíba. No mesmo ano, inaugurou-se a estação de Belém, pela qual passou boa parte da produção do vale. Na estação, havia salas para reuniões e um restaurante, onde os “barões do café” reuniram-se com banqueiros e exportadores para tratar de negócios (Cunha, 2016).

²⁰ Construída pela iniciativa particular, a ferrovia passou ao domínio do Estado em 1865.

A construção é símbolo e também lugar de memória da cidade.²¹ A sua imagem está representada no brasão do município. Por seu valor histórico e arquitetônico, o prédio foi tombado em 2010 pelo Iphan, como parte do patrimônio ferroviário nacional. Restaurado em 2020, no mesmo ano foi atingido por um incêndio que destruiu boa parte do casarão. Na Figura 1, está a imagem da estação no início do século XX.

Figura 1 – Imagem da Estação Ferroviária de Belém no início do século XX



Fonte: FIGUEIRA, M. *Memória histórica da Estrada de Ferro Central do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/22640>. Acesso em: 02 abr. 2024.

A ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE BELÉM

A fachada do prédio foi feita em enxaimel, uma técnica comum em regiões do norte da Europa. A técnica consiste na construção de paredes de vigas de madeira posicionadas na vertical, horizontal e diagonal, formando desenhos geométricos. A inclinação do telhado reforça a aparência de um chalé. Em meados do século XX, a plataforma foi ampliada e foram construídas uma nova bilheteria e rampas de acesso para facilitar o tráfego de passageiros.

²¹ De acordo com Pierre Nora, os lugares de memória são compostos por elementos materiais e imateriais que consolidam e/ou protegem a memória de um grupo (Nora, 1993). São exemplos de lugares de memória: monumentos, paisagens, construções, logradouros (ruas, praças) e festividades.

A imigração chinesa

No decorrer do século XIX, vários chineses que imigraram para o Brasil enfrentaram dificuldades com o idioma, foram vitimados por epidemias e submetidos a condições de trabalho análogas à escravidão. Diferente do que ocorreu com a imigração de pessoas de nacionalidades europeias, vistas como o tipo racial do imigrante desejável aos ideais de modernidade e de progresso da nação, os chineses foram alvos de teorias racistas.

De acordo com um determinado discurso científico da época, os asiáticos seriam superiores aos negros, porém incapazes de atingir o mesmo grau de civilidade dos brancos. Com base nessa ideia, surgiram acalorados debates sobre os impactos da entrada dos chineses no país. Parte da imprensa publicou charges e matérias, nas quais os chineses foram retratados como feios e sem higiene, portanto, inadequados ao projeto de civilização (Braz, 2022).

Mesmo entre os defensores da imigração asiática havia posturas racistas. Alguns viram nos chineses atributos benéficos à economia nacional, como a dedicação ao trabalho. Mas, ao defenderem a entrada deles no país, argumentaram que a imigração não poderia piorar a questão racial, porque já havia na sociedade brasileira segmentos inferiores, entre os quais estavam os indígenas, os negros e os pardos (Westin, 2019).

Os chineses tiveram seus direitos firmados em contratos de trabalho frequentemente violados. Nas fazendas de café do Vale do Paraíba, por exemplo, foram submetidos a castigos físicos e a longas jornadas de trabalho, de modo semelhante ao que ocorria com os escravizados de origem africana (Santos, 2020).

Sobre a chegada dos chineses ao povoado de Belém, sabe-se que foram para lá após serem recrutados para as obras da ferrovia. A presença desses imigrantes impulsou o crescimento demográfico e demandou a abertura de hospedagens e de armazéns (Duarte et al., 2003). Os chineses trabalharam principalmente na abertura do trecho entre Belém e o morgado de Marapicu (Queimados).

Não é possível precisar quantos chegaram ao povoado de Belém. Segundo Vicente Alves de Paula Pessoa, engenheiro responsável pela construção daquele trecho ferroviário, o número de trabalhadores chineses nas obras foi superior a cinco mil (Paula Pessoa, 1901, p.152 apud Duarte et al., 2003, p. 35). No entanto, cinco mil foi o número total de imigrantes chineses, que, segundo um relatório do governo imperial, deveriam chegar ao país. Ao desembarcarem, os imigrantes seguiriam para diferentes localidades, nas quais desempenhariam atividades diversas (Ministério do Império, 1855). É provável que o quantitativo de pessoas que emigraram da China tenha sido superior ao previsto no relatório.²²

Na construção da estrada de ferro, ainda foram explorados os escravizados e grupos de trabalhadores livres. Apesar de a legislação proibir o emprego da mão de obra escrava nas ferrovias, vários proprietários venderam ou alugaram seus escravizados para aquele fim (Lamounier, 2008). A ferrovia foi construída em áreas próximas a serras e/ou pantanosas, que eram frequentemente assoladas por doenças infecciosas, entre elas a cólera, a febre amarela e a malária. Muitos trabalhadores morreram em decorrência das chamadas “febres”.

Por volta de 1860, os chineses estiveram entre as vítimas de uma epidemia de cólera. Os primeiros casos da doença surgiram no povoado

²² O tema precisa de estudos específicos, pautados pelo levantamento de outras fontes.

de Belém e se espalharam pelas adjacências (Rego, 1873). De acordo com a memória local, os corpos dos chineses foram enterrados em um antigo cemitério, que teria existido próximo de onde foi instalada a ponte popularmente conhecida como “balança, mas não cai”, que liga o bairro de Nazaré, em Japeri, a Seropédica.

A trajetória dos chineses foi narrada no romance histórico *A mula do ouro*, de Eduardo David, o qual consta no acervo da Biblioteca Municipal Carlos de Souza. O livro pode ser usado em projetos interdisciplinares para incentivar os estudantes a conhecerem a história dos imigrantes no território. Também se sugerem pesquisas de charges publicadas entre o final do século XIX e o início do XX, nas quais os chineses foram retratados de maneira pejorativa. A ideia é o educador usar as charges para discutir com os estudantes problemas relacionados à questão racial no Brasil.

No município, vivem algumas famílias descendentes de chineses. Em setembro 2023, uma comitiva da cidade chinesa de Chonqing esteve em Japeri, com objetivo de debater com a gestão municipal possíveis acordos de cooperação técnica entre as duas cidades (Andrade, 2023).

As transformações no território no decorrer do século XX

Belém no começo da República

Em 1895, parte da Fazenda do Belém foi vendida para a Estrada de Ferro Central do Brasil, nome pelo qual a ferrovia Dom Pedro II passou a ser chamada no começo da República. Com a aquisição da área, a companhia ampliou os ramais de trens e Belém transformou-se em um importante entreposto ferroviário no país. Em 1903, foi construída a parada de Aljezur, assim chamada em homenagem a Pinto Coelho, o

conde de Aljezur, proprietário de uma fazenda na região. Em 1996, a parada foi desativada e o seu prédio encontra-se abandonado.

Ainda na década de 1890, a Companhia Agrícola Manufatura de Seda e Rami, fabricante de fibras para a indústria têxtil, adquiriu terras na localidade de Belém. Considerada a primeira iniciativa industrial em Japeri, a fábrica esteve relacionada à expansão da indústria têxtil em Paracambi. No entanto, não obteve sucesso e, em 1904, encerrou suas atividades. Os acionistas repassaram a área para uma empresa estatal de obras.

Na região, formou-se o povoado de Caramujos, no qual, em 1896, foi instalado um posto telegráfico. O telégrafo foi um meio de comunicação inventado em 1837, pelo qual mensagens eram enviadas por código e através de correntes elétricas. Em 1914, o posto foi transformado em estação telegráfica e ferroviária. Próximo dali, existiram uma fábrica de lâmpadas e outra de calçados (Duarte et al., 2003). Em 1977, a Estação de Caramujos passou por reformas e foi renomeada para Estação Engenheiro Pedreira, cujo nome foi dado em homenagem ao engenheiro Raul Pedreira, responsável pela obra.

A fase da citricultura

Durante as gestões de Nilo Peçanha no governo do Rio de Janeiro (1903-1906) e na presidência da República (1909-1910), iniciou-se uma política de incentivo à diversificação agrícola com estímulos à iniciativa particular para a concessão de crédito para o aproveitamento da terra, visando recuperar a economia fluminense. Tal política demandou investimentos em obras de saneamento, como a canalização de córregos, a dragagem de rios, a construção de diques e a eliminação de pântanos, considerados focos de doenças. Com as obras, o governo esperava resolver

a questão da insalubridade e tornar as terras mais atrativas aos investidores (Souto, 2016). Em 1911, ocorreu, por exemplo, a canalização da cachoeira Santa Teresinha, cuja obra facilitou o acesso da população à água potável e favoreceu a agricultura (Duarte et al., 2003).

As políticas iniciadas por Nilo Peçanha contribuíram para a expansão da citricultura. Na década de 1930, a laranja ocupou o terceiro lugar na pauta das exportações.²³ A maior parte da produção provinha de propriedades instaladas em solo iguaçuano. Para se ter uma ideia da ascensão da produção local, em 1927, a cidade exportou 46 milhões de frutas para a Argentina e o Uruguai e mais 10 milhões para países da Europa (Abreu, 1987).

Nas primeiras décadas do século XX, Belém foi, em quase a sua totalidade, tomado por laranjais, os quais foram distribuídos em sítios, chácaras e fazendas. Vale lembrar que até 1943 a localidade pertenceu a Vassouras. A proximidade com o município de Nova Iguaçu e a existência de vastas áreas com condições geográficas favoráveis contribuíram para a expansão dos laranjais. Alguns nomes de bairros japerienses derivam do período da citricultura. A exemplo de Laranjal e de Chacrinha. Este último é um diminutivo da palavra “chácara”.

Outro topônimo relacionado à citricultura é Jardim Normandia, o qual provém da Companhia Fazendas Reunidas Normandia, ligada à família Guinle. A empresa efetuou várias transações fundiárias, como o arrendamento de chácaras, o sistema de parceria e a contratação permanente e temporária de trabalhadores. Foi a maior produtora de laranjas do município de Nova Iguaçu, cujos negócios envolveram desde o plantio e a colheita, passando pelo beneficiamento, até o transporte e a exportação do produto. Os Guinle possuíram uma *packing house*, em

²³ À época, os dois produtos mais exportados foram respectivamente o café e o cacau.

tradução livre “casa de embalagem”, na atual Queimados, onde as frutas cultivadas em Belém foram selecionadas e colocadas em caixas para a comercialização (Pereira, 1977).

Ligada, desde o século XIX, a diversos setores econômicos, entre os quais estavam o comércio e a construção de ferrovias no Nordeste, a família Guinle controlou as atividades no porto de Santos, em São Paulo, por onde passou parte das exportações da laranja. A partir da década de 1930, os Guinle investiram na especulação imobiliária nas áreas produtoras de laranjas.

Em 1931, por exemplo, o grupo Guinle & Irmãos publicou no *Jornal do Commercio* um anúncio de venda de terrenos em Rio d’Ouro. Com o objetivo de atrair compradores, o anunciante citou a existência no local da malha ferroviária e da telegrafia. Com forte apelo ao capital especulativo, a propaganda apresentou a área como a “terra da fortuna”, porque nela haveria todas as condições para o investidor lucrar de maneira rápida e fácil. O título do anúncio dizia: “O próprio esforço não dá fortuna. Desde que começou o mundo, nenhum homem ganhou fortuna por seu próprio esforço” (*Jornal do Commercio*, 5/3/1937, p. 14).

Das frases contidas no anúncio, ainda se pode inferir a presença da lógica capitalista da exploração do trabalho, em que aqueles que se apropriam dos meios de produção fazem fortuna a partir da exploração de atividades executadas por aqueles que possuem apenas a sua força de trabalho como meio de sobrevivência.

A eclosão da Segunda Guerra Mundial impactou os negócios da citricultura, porque a exportação era feita em navios frigoríficos estrangeiros, que deixaram de aportar no Brasil durante o conflito. As propriedades não tinham frigoríficos e as laranjas apodreceram nos pés, favorecendo o surgimento de pragas, que dizimaram as lavouras. O

avanço da especulação imobiliária foi outro fator que contribuiu para o declínio dos laranjais (Simões, 2007).

Com o colapso da citricultura em Nova Iguaçu, mais de 95% dos meeiros e cerca de 85% dos trabalhadores temporários e de 30% dos permanentes foram dispensados de suas atividades. Vários foram despejados das áreas onde viviam (Grynszpan, 1987). O processo de especulação imobiliária acirrou o processo de expulsão de posseiros e de lavradores de diversas áreas, os quais responderam com um movimento camponês organizado na região de Pedra Lisa (hoje bairro de Japeri).

Os pequenos e os médios proprietários foram os primeiros a se endividar e a decretar falência. Uma saída encontrada por esses grupos para contornar a crise foi o loteamento das propriedades, que foram desvalorizadas e negociadas a preços baixos. Entre os grandes proprietários, por sua vez, algumas famílias declinaram economicamente, enquanto outras mantiveram o status socioeconômico, porque conseguiram converter as atividades da citricultura em vantajosos negócios do setor imobiliário (Souza, 1992).

A chegada de novos moradores²⁴

Nas primeiras décadas do século XX, chegaram ao território negros da primeira e da segunda gerações de libertos, vindos do Vale do Paraíba. Um fator que contribuiu para as migrações foi a queda da produção cafeeira do vale. A maioria dos imigrantes realizou tarefas ligadas ao plantio, à colheita, ao beneficiamento e ao transporte das laranjas. Com o tempo, alguns se casaram, compraram lotes, nos quais cultivaram roças, e se estabeleceram no lugar (Costa, 2008).

²⁴ Alguns apontamentos feitos nesse tópico são semelhantes aos apresentados no capítulo sobre Belford Roxo.

A possibilidade de encontrar trabalho ou de se tornar sitiante ou meeiro na produção de laranjas ainda atraiu trabalhadores do Norte Fluminense e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. Até a década de 1940, várias famílias de lavradores se deslocaram para as regiões de Pedra Lisa e de Engenheiro Pedreira com esse fim (Silva, 2024).

O funcionamento da ferrovia foi outra atividade que demandou mão de obra. Algumas famílias trabalharam na exploração da lenha destinada ao abastecimento das fornalhas dos trens movidos a vapor, a chamada “Maria Fumaça”, os quais circularam até o fim da década de 1960. A companhia férrea precisou de funcionários para fazer a limpeza dos vagões, as manobras dos trens e a manutenção das fornalhas.

As atividades artesanais também foram importantes, em especial a da produção de esteiras. A palha e a embira, principais matérias-primas, foram coletadas nos pântanos. A palha foi extraída da tabua, uma planta abundante na região, e a embira foi o vegetal usado para fazer as amarrações. A atividade tinha ligações com as tradições indígenas e africanas, e foi transmitida por gerações. A venda foi feita diretamente com os comerciantes locais ou por encomenda para a comercialização em outras regiões. Com a drenagem dos pântanos, a atividade entrou em declínio. Algumas famílias artesãs tornaram-se pequenas agricultoras (Duarte et al., 2003).

Nos anos 1950, o território recebeu imigrantes japoneses (cuja trajetória será tratada em outro tópico) e fluxos migratórios da região Nordeste. À época, o Sudeste, em especial os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, passou por um intenso processo de industrialização, o qual foi acompanhado pela abertura de rodovias. A oferta de trabalho e a promessa de uma vida melhor atraíram para a região milhares de nordestinos. No Rio de Janeiro, a maior parte dos migrantes empregou-se na construção civil (Barbosa, 2021).

De modo semelhante ao que ocorreu com outras famílias de baixa renda, os nordestinos se estabeleceram em Japeri pela grande oferta de lotes com baixo custo para moradia e pela existência da malha ferroviária. Uma vez que o trem se tornou o principal meio de transporte dos trabalhadores. Naquele contexto, a Baixada Fluminense constituiu-se como área de expansão da cidade do Rio de Janeiro e os lugares mais periféricos receberam a maior parte dos migrantes.

A maior parte das famílias nordestinas se fixou em Engenheiro Pedreira. Algumas tornaram-se lavradoras em Pedra Lisa. Conforme foi o caso da família de Josimar Fausto da Silva, cujo pai, migrante pernambucano, após trabalhar na construção civil e pertencer ao efetivo policial da Capital, tornou-se lavrador e participou do movimento camponês local (Silva, 2024). A cultura nordestina está enraizada na cidade por meio da culinária e dos ritmos musicais, em especial o forró.

As migrações contribuíram para o crescimento populacional. Os primeiros dados, do então distrito iguaçuano, apareceram no censo de 1960, quando no local foram registrados 21.594 habitantes. A maioria residente na área rural. Em 1970, o número subiu para 36.422. Na década seguinte, a população saltou para 55.968. Em 1991, quando ocorreu a emancipação, a população foi de 65.576 indivíduos (IBGE, 1960, 1970, 1980, 1991). A maior taxa de crescimento ocorreu entre as décadas de 1970 e de 1980. No início do século XXI, a população continuou a crescer. De acordo com o último censo, vivem no município mais de 96 mil habitantes (IBGE, 2022).

Mais de 20% desses habitantes são pessoas autodeclaradas pretas e 55% pardas. Somados, os dois grupos formam mais de um terço da população. Japeri é o município com o maior número de pardos no estado do Rio de Janeiro e empatou com Queimados enquanto a terceira

cidade com o maior quantitativo de pessoas pretas (IBGE, 2022). Esses números estão relacionados, também, com a migração nordestina, a qual influenciou a composição étnico-racial da cidade. Desde que foi definido como região, nos anos 1950, o Nordeste está entre as localidades com os maiores percentuais de pretos e pardos do país (Aureliano; Santana, 2021).

No que se refere à população preta, é necessário considerar ainda as migrações ocorridas nas primeiras décadas do século XX, sobretudo a partir do Vale do Paraíba, e o fato de que, após a Lei Áurea, vários libertos permaneceram nas proximidades de seus antigos cativeiros, onde criaram um enraizamento social (Bezerra, 2012).

Em 1960, nas proximidades de Japeri, aconteceu o assalto a um trem que levava os pagamentos da companhia ferroviária. O condutor da composição foi abordado em um trecho da Linha Auxiliar, que ligava Japeri a Miguel Pereira. O crime gerou investidas policiais no distrito iguaçuano para encontrar os assaltantes. Alvos de práticas racistas, negros e pardos foram os mais abordados, porque foram incluídos no grupo dos suspeitos. Em 1962, a ousada ação ganhou as telas do cinema com o premiado filme *Assalto ao trem pagador*, de Roberto Farias.

O movimento camponês de Pedra Lisa

POR QUE “PEDRA LISA”?

O nome “Pedra Lisa” deve-se à existência de uma enorme rocha de superfície plana em uma área de mata. Na Figura 2, aparece a referida rocha, em cujo sopé há um campo de futebol.

Figura 2 – Imagem da rocha que nomeia o bairro rural de Pedra Lisa



Fonte: Fotografia da autora.

Pedra Lisa é um bairro rural, reconhecido como Comunidade Tradicional Camponesa. A localidade abrange as áreas das antigas fazendas Limeira e Santo Antônio do Mato, as quais foram compradas pelo Estado, entre 1870 e 1890, com o intuito de controlar áreas de cabeceiras de rios para solucionar os problemas de abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro (Xavier, 2019). Esquecidas pelo governo, essas terras foram griladas²⁵ e utilizadas para a produção de laranjas em grande escala, no início do século XX.

A partir de meados dos anos 1940, quando a citricultura entrou em declínio, o cenário na região foi de intensa disputa entre diferentes agentes pela ocupação e pela titularidade das terras (Souza, 1992). De um lado, estavam os latifundiários, em especial o Grupo Guinle, que, em 1946, tentou expulsar 140 famílias da área, sob a alegação de ser o dono das terras. Do outro lado, estavam as famílias de posseiros e de lavradores.

A empresa não conseguiu comprovar a titularidade. Ao saber do fato, os camponeses organizaram um abaixo-assinado endereçado ao

²⁵ A grilagem é uma prática criminosa usada para a obtenção de terras. O termo deriva da técnica de colocar papéis dentro de uma caixa com grilos, para adquirirem um aspecto amarelado (envelhecido).

presidente da República, por meio qual reivindicaram a permanência no local. O documento teria sido entregue pessoalmente ao general Dutra, que, após ouvir os argumentos dos camponeses, teria redigido um bilhete, autorizando a permanência das famílias na região. O bilhete teria ficado em posse de José Matias dos Santos, principal líder do movimento, o qual sempre, como dizem, carregava o papel consigo (Silva, 2008).²⁶

A fim de resistirem às investidas do Grupo Guinle e às ações de grileiros, os camponeses atraíram para a localidade outras famílias, as quais receberam um lote em terras devolutas.²⁷ Boa parte era de migrantes do Norte Fluminense, que viajaram de trem até Engenheiro Pedreira. Depois, seguiram a pé até Pedra Lisa, distante cerca de 5 km. A referência para chegar ao local era a rocha localizada na entrada da área da ocupação camponesa.

Todos os lotes tinham o mesmo tamanho, cerca de três hectares. Aqueles localizados nas encostas mediram um pouco mais. A medição e a distribuição foram feitas pela Sociedade dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, criada em 1948, com o objetivo de fortalecer o movimento camponês. Além de distribuir os lotes, a sociedade criou uma cooperativa para ajudar os lavradores na produção e na comercialização dos gêneros.

A sociedade também atuou na proposição de regras comunitárias, entre as quais estavam a proibição do consumo excessivo de bebidas alcoólicas e os roubos. Criou um sistema de pensão, por meio do qual prestou ajuda financeira a viúvas dos associados. Organizou mutirões

²⁶ Dadas as características do governo Dutra (1946-1950), dentre as quais destacam-se a perseguição aos grupos de esquerda e a repressão aos movimentos do campo, é possível que tanto o encontro das lideranças camponesas com o presidente como o bilhete escrito por ele não tenham existido.

²⁷ Terras devolutas são terras públicas sem destinação pelo Poder Público e que em nenhum momento integraram o patrimônio de um particular.

para a construção das casas, as quais foram feitas em uma área longe das plantações, com objetivo de proteger mananciais e áreas de floresta. Incentivou ações coletivas para a abertura de estradas, a drenagem de pântanos e a construção de pontes. Até uma escola e um posto médico foram ali erguidos (Silva, 2008). Hoje, no local, funciona a Escola Municipal de Pedra Lisa, voltada para a Educação no Campo.²⁸

Pouco se sabe sobre a participação feminina no movimento de Pedra Lisa. Ao que parece, essa ocorreu por meio da organização de festividades na comunidade ou da arrecadação de recursos para a causa. O patriarcalismo fortemente presente na sociedade brasileira pode ter contribuído para relegar as mulheres a papéis domésticos (Andrade, 2018). Porém não se pode descartar a possibilidade de participação feminina em ações de resistência, inclusive armada.

A Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa foi a primeira desse tipo na Baixada Fluminense e se tornou símbolo da luta pela terra na região, no período anterior ao Golpe de 1964. O primeiro presidente da entidade foi José Matias. Considerado um homem destemido, calmo, humilde e muito dedicado à causa, foi o principal interlocutor dos camponeses. Sofreu constantes ameaças de latifundiários e de grileiros. Em 1953, foi assassinado em uma emboscada (Silva, 2008). Na sede do Núcleo Agrário Miguel Couto Filho, ainda há um retrato seu em preto e branco.

Vale dizer que o movimento de Pedra Lisa esteve inserido em um contexto de multiplicação das lutas no campo e de ampliação dos debates sobre a reforma agrária no país. Em 1945, o Partido Comunista do Brasil

²⁸ Educação escolar específica ligada aos modos de vida e aos saberes do campo, em uma possível articulação com a agricultura familiar e os movimentos sociais do campo.

(PCB)²⁹ fundou um movimento intitulado Ligas Camponesas, com os objetivos de conquistar adeptos para o partido e de organizar politicamente os trabalhadores rurais. Em 1947, a sigla foi cassada e as Ligas reprimidas. Após a cassação do partido, os seus membros prosseguiram na militância, de modo clandestino, e continuaram influentes no movimento camponês. Em alguns casos, os comunistas contribuíram para a conscientização do direito à terra e para incentivar a venda de produtos entre as comunidades rurais. O movimento de Pedra Lisa foi um dos que contaram com a influência do PCB (Medeiros, 1995).

Essa influência aparece na toponímia. Em frente à grande rocha que nomeia o lugar, há um espaço de lazer denominado praça Vermelha: uma referência à praça de mesmo nome situada em Moscou e símbolo da Revolução Russa (1917). Segundo o camponês Josimar Fausto, nascido na comunidade, nos anos 1960: “Há a história de que teriam existido as ruas Leningrado e Stalingrado.” (Silva, 2024) Em 2022, a prefeitura reconheceu o nome praça Vermelha (Japeri, 2022). Entre as lideranças camponesas ligadas ao PCB, destaca-se Bráulio Rodrigues.

BRÁULIO RODRIGUES

Bráulio Rodrigues da Silva nasceu em 1923, no interior de Minas Gerais. Ainda criança, ficou órfão. Passou parte da infância e da adolescência em situação de rua. Foi engraxate e vendedor de jornais. Nos anos 1930, migrou para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na construção civil. Desde cedo, foi atraído pela militância política e ingressou no PCB. No final dos anos 1940, chegou a Pedra Lisa, onde se tornou lavrador e líder camponês. Durante a ditadura militar, foi preso diversas vezes. No final dos anos 1970, ajudou a organizar as lutas pelo acesso à terra e à moradia no município de Nova Iguaçu.

²⁹ O PCB foi criado em 1922, na cidade de Niterói, RJ. O partido defendeu o modelo revolucionário russo como estratégia para implantar o socialismo no Brasil.

Em 1954, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab), que promoveu encontros entre camponeses de diferentes localidades. No ano seguinte, surgiu outro movimento usando o nome Ligas Camponesas, mas sem ligações com o PCB. As novas Ligas foram organizadas em torno de uma sociedade de lavradores do interior de Pernambuco, cuja entidade inspirou a luta campesina em diversos estados, em especial os do Nordeste. As Ligas (de 1955) foram, juntamente com o PCB, o grupo de maior influência no movimento camponês até 1964.

Após o assassinato de José Matias, os conflitos pela posse da terra na região de Pedra Lisa se intensificaram. Em 1956, durante uma tentativa de despejo, os lavradores se defenderam com o uso de facões, de foices, de enxadas e de espingardas de caça. A ação policial teria sido ilegal e contou com a participação de jagunços ligados a fazendeiros. Na ocasião, casas foram assaltadas e incendiadas. Dois lavradores foram mortos (Silva, 2008).

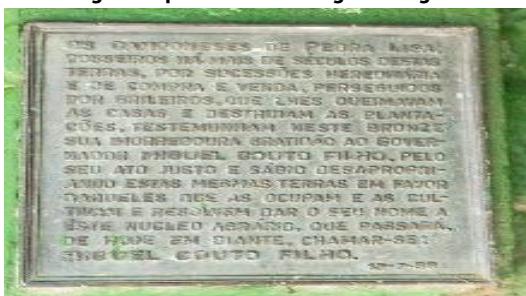
Agenor Porto, que assumiu a presidência da Sociedade de Lavradores após a morte de José Matias, participou de um encontro com o vereador iguaçuano Byron Dore de Almeida, defensor dos camponeses, com um representante do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (Inic) e com o delegado local. No encontro, decidiu-se que não ocorreriam mais tentativas de despejo até o julgamento da ação movida pela sociedade, por meio da qual solicitou a desapropriação da área.

O que não aconteceu.

Em 1958, houve mais uma tentativa de retirada dos camponeses da região, os quais, novamente, resistiram. Os lavradores pressionaram o governo por meio de protestos, que incluíram constantes idas ao Palácio do Ingá, em Niterói, antiga sede do poder estadual. No mesmo ano, o então governador Miguel Couto Filho decretou a desapropriação das

fazendas Santo Antônio do Mato e Limeira. O governador foi homenageado em uma placa de bronze, colocada pelos camponeses ao lado da antiga sede da Sociedade. Na inscrição, além da homenagem, os lavradores registraram a trajetória de luta e o direito ancestral à terra. Na Figura 3, está a imagem da placa, a qual encontra-se ao lado da Escola Municipal de Pedra Lisa.

Figura 3 – Imagem da placa em homenagem a Miguel Couto Filho



Fonte: Fotografia da autora.

Em 1959, ocorreram conflitos na Fazenda São Pedro, próxima das áreas desapropriadas. A Sociedade de Lavradores de Pedra Lisa conseguiu reunir meeiros e posseiros contra o latifundiário, o qual agiu com grande violência para expulsar os trabalhadores. Após a justiça dar ganho de causa ao latifundiário, em 1961, cerca de 400 camponeses acamparam no Palácio do Ingá e lá permaneceram até o governador Roberto Silveira assinar o decreto de desapropriação (Silva, 2008). No mesmo ano, foi criada a Federação das Associações de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (Falerj), da qual Alvino Alves, presidente da Sociedade de Lavradores, no início dos anos 1960, e Bráulio Rodrigues foram respectivamente vice-presidente e secretário.

Em suas lutas, os camponeses foram apoiados por sindicatos de operários e por advogados, muitas vezes ligados ao PCB. Os advogados entraram com ações de usucapião e de sustação de despejos e com pedidos

de *habeas corpus* para lideranças do campo. Os pecebitas também usaram o jornal *Imprensa Popular*³⁰ para divulgar as lutas no campo e para denunciar a violência contra os trabalhadores (Bastos, 2017a).

Entre 1958 e 1963, foram desapropriadas 22 áreas no estado do Rio de Janeiro, das quais 11 foram na Baixada Fluminense. Em 1963, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, por meio do qual os camponeses passaram a ter direitos semelhantes aos conquistados pelos trabalhadores urbanos (Medeiros, 2015).

Após o golpe de Estado que derrubou o presidente João Goulart, os lavradores foram duramente reprimidos. Desde o período democrático, líderes e apoiadores do movimento foram presos. Mas após a implantação da ditadura militar, o Estado lançou mão de um aparato repressivo sem precedentes e reverteu as desapropriações ocorridas desde 1958, no Rio de Janeiro (Maia et al., 2015).

Em um contexto nacional bastante tensionado, no qual a possibilidade de um golpe de Estado se tornava cada vez mais real, o movimento camponês buscou modos de resistência aos golpistas. Em Pedra Lisa, preparou-se uma reação que não chegou a ocorrer. Minutos após as estações de rádio anunciarem a deposição de João Goulart, a área foi invadida por jagunços a mando de grileiros e latifundiários. Os criminosos foram ao local à procura de lideranças camponesas e agrediram trabalhadores, em nome da nova ordem política que se instalava (Silva, 2008).

Casas foram invadidas por agentes dos órgãos de repressão política, os quais procuraram por documentos e armas. Moradores foram coagidos para mencionar o paradeiro de parentes e amigos.

³⁰ Jornal vinculado ao PCB, que existiu no Rio de Janeiro, entre 1948 e 1958. O vínculo com o partido era secreto, uma vez que a sigla foi cassada em 1947.

Diversas pessoas foram presas. Residências e lavouras foram incendiadas. A Sociedade de Lavradores, o posto de saúde e a escola foram destruídos. Pessoas da comunidade delataram lideranças, vizinhos e companheiros de luta, em troca de benefícios, como a posse de bens daqueles que eram perseguidos. Os traumas da violência são latentes na memória local. Uma parte dos indivíduos opta pelo silenciamento. A outra parte narra os episódios sob a condição de não ser identificada (Bastos, 2017b).

A memória popular guarda histórias sobre a presença de militantes de grupos políticos contrários à ditadura e a existência de um túnel, que teria sido usado por Carlos Lamarca para se esconder. Lamarca foi capitão do Exército. Em 1969, desertou das Forças Armadas e ingressou nas lutas contra o regime militar. Liderou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma organização de esquerda que lutou contra a ditadura. Em 1971, foi morto em uma emboscada, no interior da Bahia.

Fontes produzidas pelos órgãos de repressão política mencionam que membros da VPR possuíram um sítio na região de Tinguá (Nascimento, 2019). Nesse grupo de fontes, também há menções à presença de militantes do Comando de Libertação Nacional (Colina), os quais teriam feito reuniões para realizar treinamentos guerrilheiros na região (Brasil Nunca Mais 233, p. 112-113). Sobre esse tipo de documento, é importante considerar que os depoimentos podem ter sido extraídos a partir de sessões de tortura física e/ou psicológica com os interrogados.

Não há como afirmar se Lamarca esteve no local. Tampouco se o sítio da VPR existiu ou se os membros do Colina planejaram treinamentos de guerrilha. Contudo, a hipótese da presença de grupos defensores da tática de guerrilha contra a ditadura não pode ser totalmente descartada. É possível que membros desses grupos tenham

se deslocado para áreas do Tinguá, por se tratar de uma localidade rural e com poucos moradores. Ou em razão de Pedra Lisa e seu entorno terem sido palco de intensas lutas camponesas antes de 1964.

A mobilização camponesa foi retomada no final dos 1970, em especial a partir de iniciativas de membros da Diocese de Nova Iguaçu, então liderada por dom Adriano Hipólito. Em uma conjuntura de abertura política, impulsionada pela luta de diversos setores da sociedade em prol do restabelecimento da democracia no país, antigas lideranças do campo voltaram à militância. Esse foi o caso de Bráulio Rodrigues, convidado pelo bispo iguaçiano para compor a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), com a tarefa de organizar os trabalhadores em suas lutas pelo acesso à terra e à moradia.³¹

Em Pedra Lisa, cujos lavradores em sua maioria eram protestantes, principalmente adeptos das denominações Assembleia de Deus e Batista, as opções religiosas não impediram que os indivíduos participassem das reuniões e das ações promovidas pela CPT (Silva, 2008). O movimento recebeu o apoio de políticos progressistas, filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), e do Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu (MAB).³² Em 1986, foi criada a Associação da Comunidade Tradicional dos Camponeses da Pedra Lisa e Adjacências, que foi inspirada na antiga Sociedade de Lavradores e Posseiros (Bastos, 2017b).

Na década de 1980, as lutas pela terra ganharam fôlego, novamente, a partir do surgimento, em 1984, do Movimento dos

³¹ A partir de 1979, surgiram diversos movimentos populares em Nova Iguaçu, entre os quais destacam-se o Mutirão de Nova Aurora e o Mutirão de Campo Alegre, os quais foram respectivamente abordados nos capítulos sobre Belford Roxo e Queimados.

³² O MAB surgiu em 1974, com o objetivo de unificar as lutas por melhores condições de vida e de moradia nos bairros iguaçuanos. A entidade exerceu papel fundamental na organização de protestos para exigir do estado o cumprimento de direitos e serviços básicos para a população.

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o qual passou a organizar ocupações de áreas devolutas em diferentes localidades do país. No que tange ao Rio de Janeiro, o movimento se enraizou sobretudo a partir de 1987, com influência na luta pela terra em diversas áreas do estado (Alentejano; Amaro Junior; Silva, 2022). Outro fator importante naquele contexto foi a eleição de Leonel Brizola para governador em 1982. À frente do governo estadual até 1987, Brizola adotou uma política de negociação com os movimentos populares e assinou diversos decretos de desapropriação de terras públicas (Maia et al., 2015).

Naquela década, foram criados 30 assentamentos rurais, em 22 municípios do estado. Boa parte sob a responsabilidade do Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (Iterj). Em Japeri, em 1986, o governo federal criou o Assentamento Boa Esperança. Nos anos seguintes, foram criados, em áreas de conflito agrário do período anterior a 1964, mais dois assentamentos: Pedra Lisa (1987) e Normandia (1988), cujo órgão responsável foi o Iterj (Alentejano; Amaro Junior; Silva, 2022). Com exceção das famílias assentadas, antigos lavradores de Pedra Lisa e os seus descendentes ainda aguardam receber a titularidade da terra.

Para abordar o movimento camponês em sala de aula, sugere-se a exibição do documentário *Memórias camponesas*,³³ produzido em 2022 a partir de entrevistas e de estudos realizados por pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Apesar de focar as lutas campesinas no Nordeste, o filme faz uma boa abordagem sobre o surgimento de entidades e as bandeiras defendidas pelos trabalhadores rurais antes do Golpe de 1964. Bem como do contexto de retomada das lutas a partir do final dos anos 1970. Para tratar especificamente do

³³ O documentário completo está disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6WxjuD4II_c.

movimento de Pedra Lisa, indica-se o uso de materiais disponibilizados no Repositório de Múltiplos Acervos da UFRRJ (Rima).³⁴ Professores alocados em escolas próximas à comunidade podem desenvolver um trabalho de história oral, por meio do qual os estudantes poderão ser incentivados a entrevistar moradores sobre a história do movimento campesino local.

A colônia japonesa

Até meados do século XX, o Brasil recebeu milhares de japoneses, o que contribuiu para a formação, no país, da maior comunidade nipônica fora do Japão. Os primeiros grupos chegaram em 1908, a São Paulo. Nas propagandas pró-imigração, os nipônicos foram apresentados como trabalhadores organizados, dedicados e ágeis. Portanto, tinham potencial para contribuir com o progresso da nação. Mesmo assim, de modo semelhante aos chineses, foram alvo de discursos e práticas racistas, que apontaram os amarelos como inferiores.

A partir de 1909, alguns japoneses vieram para o Rio de Janeiro atraídos pela possibilidade de obterem terras. A maior parte dos lotes localizava-se em áreas pouco ocupadas, cuja venda foi favorecida pela política de incentivo à diversificação agrícola do governo Nilo Peçanha. Parte dos terrenos destinados à agricultura situava-se na Baixada Fluminense, onde algumas famílias desejaram investir na produção de arroz, pela existência de áreas alagadas.

Desde a Era Vargas (1930-1945), os governos incentivaram a criação de núcleos coloniais com fins agrícolas, sob o argumento de que era preciso aumentar a produção de gêneros para abastecer a cidade do Rio

³⁴ Link para acesso ao Rima: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/4335>. No Fundo Mutirão de Campo Alegre, há diversas fontes sobre a mobilização dos lavradores de Pedra Lisa, nos anos 1980.

de Janeiro. Essa política atraiu para a região da Baixada Fluminense diferentes grupos interessados em iniciar lavouras, entre os quais estavam os imigrantes japoneses, que formaram um núcleo colonial em Itaguaí.³⁵

No que se refere a Japeri, a colonização japonesa teve início em 1952, quando famílias estabelecidas nos núcleos de Itaguaí adquiriram lotes na área de Pedra Lisa, atraídas pela fertilidade do solo e pela proximidade de rios (Neto, 2015). Naquele período, havia na localidade um movimento camponês organizado, que reivindicava a desapropriação de terras públicas. Diante desse fato, a implementação de planos coloniais na região pode ser interpretada como estratégia para conter o movimento a partir de uma ocupação autorizada de terras devolutas e com a inserção de segmentos sociais alheios aos interesses dos lavradores (Medeiros, 2015).

No entanto, se o governo esperava um choque de interesses entre os camponeses, já fixados em Pedra Lisa, e os agricultores japoneses, o efeito foi inverso, porque os dois grupos adotaram um comportamento de cooperação. Os imigrantes partilharam inclusive técnicas agrícolas que ajudaram os lavradores a melhorar sua produção (Silva, 2024). À medida que as colheitas proporcionaram lucros, novos lotes foram adquiridos pelos japoneses. Aos poucos, outras famílias japonesas chegaram ao local. As terras da colônia foram coletivas. Entre os gêneros cultivados, estavam o jiló, a berinjela, o quiabo, o tomate e a goiaba (Neto, 2015).

As famílias mantiveram algumas tradições nipônicas, como o cultivo de um tipo específico de arroz. Reuniram-se para assistir a filmes com cenas do cotidiano no Japão. Os vídeos foram projetados nas

³⁵ Sobre a presença de japoneses em Itaguaí, ver o capítulo sobre essa cidade.

paredes das casas e lonas foram estendidas no chão para os mais jovens se sentarem, enquanto apenas os mais velhos poderiam se acomodar em bancos. A vizinhança participou de festividades, nas quais serviram-se comidas e ouviram-se músicas típicas. O idioma foi ensinado aos nascidos no Brasil e as aulas foram abertas a todos os interessados. O mesmo ocorreu com as aulas de karatê, que atraíram crianças do bairro (Correio, 2018).

Em 2002, a prefeitura inaugurou um monumento na praça de Pedra Lisa, em homenagem ao cinquentenário da chegada dos japoneses a Japeri. À época, pouquíssimas famílias viviam no lugar. Alguns indivíduos voltaram para o Japão e a maior parte de seus descendentes mudou-se para outras cidades. Na Figura 4, está a imagem do monumento em homenagem aos japoneses.

Figura 4 – Imagem do monumento em homenagem ao cinquentenário da colônia japonesa em Pedra Lisa



Fonte: Fotografia da autora.

Chama a atenção a escolha do local para a instalação do monumento: a lateral da praça Vermelha, posicionada exatamente em frente à sede do Núcleo Agrário Miguel Couto Filho, o qual foi erguido no mesmo local onde funcionou a Sociedade de Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa. A praça foi palco de reuniões e de episódios de resistência do movimento camponês,

portanto, representa um lugar da memória campesina, porque preserva, no território da cidade, a memória daquele grupo (Nora, 1993).

A menos de 20 metros do monumento, está a placa de bronze colocada pelos lavradores, em 1958, por meio da qual afirmaram o direito ancestral e a luta pela terra. Embora não seja possível dizer se houve a intenção, por parte do poder público, de promover uma disputa de memória entre a colônia japonesa e o movimento camponês, a instalação do monumento naquele local sugere a existência de disputas simbólicas, motivadas por interesses ideológicos, para tentar encobrir ou apagar a memória camponesa.

O processo de emancipação

Até a emancipação, alguns habitantes de Japeri tornaram-se influentes na política iguaçuana, entre os quais destacam-se: Armando Dias e Ary Schiavo. Dias exerceu o cargo de vereador de forma ininterrupta entre 1959 e 1982. Até 1966, foi filiado ao Partido Social Trabalhista (PST). Durante a ditadura militar, migrou para o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No bairro de Nova Belém, há uma escola estadual que leva o seu nome.

Schiavo, por sua vez, foi comerciante e tabelião. Eleger-se vereador, em 1946, pelo Partido Social Democrático (PSD). Permaneceu no legislativo municipal até 1954, quando foi eleito prefeito. À frente do executivo (1955-1959), implementou obras e serviços de infraestrutura no então distrito de Japeri, a exemplo da abertura de estradas (Domingues, 2016). Em 1967, voltou ao cargo de prefeito, eleito pelo MDB. No entanto, após alguns meses de mandato, foi cassado sob a acusação de praticar corrupção na gestão dos recursos municipais

(Batista, 2014). Na cidade, há uma escola municipal e uma estrada denominadas Ary Schiavo.

Em meados da década de 1980, surgiu um projeto emancipacionista centrado na junção dos territórios de Japeri, de Queimados e de Cabuçu para a formação de um novo município (Costa, 2019). Em junho de 1988, o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) realizou um plebiscito para consultar a população dessas localidades sobre a proposta de emancipação. Mas a votação não atingiu o quórum mínimo, porque os moradores de Cabuçu se abstiveram.

Com a derrota no plebiscito, algumas lideranças políticas locais, entre as quais estavam os então vereadores iguaçuanos Carlos Moraes, do Partido da Frente Liberal (PFL), e Luiz Barcelos, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Ambos passaram a defender a proposta de Japeri emancipar-se isoladamente. A proposta ganhou o apoio de comerciantes, de setores religiosos (católicos e protestantes), da Maçonaria e de parcela dos moradores.

O principal argumento usado pelos emancipacionistas foi o de que a autonomia político-administrativa possibilitaria o desenvolvimento do lugar a partir da geração de recursos para melhorar a infraestrutura e os serviços. Mas se, por um lado, os defensores da emancipação afirmaram que a separação de Nova Iguaçu seria necessária para superar as mazelas locais, como as altas taxas de pobreza e a ausência de serviços essenciais, por outro, havia aqueles que questionaram se tais problemas não seriam agravados após a separação administrativa.

O movimento emancipacionista ganhou o apoio de deputados estaduais, entre eles o peemedebista Paulo Duque, autor do projeto de lei que solicitou a realização de um novo plebiscito para consultar a população sobre o desejo de emancipação. Em junho de 1991, o TRE-RJ

realizou a votação, na qual a maioria dos eleitores se manifestou favorável à separação político-administrativa.

Carlos Moraes e Luiz Barcelos, além de liderarem a campanha emancipacionista, teriam custeado o processo, porque viram na emancipação uma forma de se aproximarem, ainda mais, de suas bases eleitorais e se tornarem hegemônicos na localidade (Pires, 2012). Ambos se alternaram no poder nas três primeiras administrações municipais, cuja sequência foi a seguinte: Moraes (1993-1996), Barcelos (1997-2000) e Moraes (2001-2004). Moraes tentou a reeleição em 2004, mas foi derrotado por Bruno Silva, o Pastor Bruno, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

Com exceção do pleito de 1996, Moraes concorreu ao cargo de prefeito em todas as eleições até 2016. Nesse período, mudou várias vezes de partido. Em 1992, foi eleito pelo PFL e, em 2000, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Em 2004 e em 2008, disputou o pleito pelo Partido Social Cristão (PSC). Em 2012, candidatou-se pelo Partido da República (PR). Após três derrotas consecutivas, saiu vitorioso em 2016, pelo Partido Progressista (PP). Mas não concluiu o mandato, porque foi preso, em julho de 2018, acusado de envolvimento com o tráfico de drogas (*O Globo*, 27/7/2018, p. 4).

Dr. Ontiveros, do PDT, e André Cecílio, do Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-prefeito de Paracambi, entre 2000 e 2008, representaram o campo político de centro-esquerda nas disputas pelo executivo municipal. Em 2008, concorreram separadamente ao cargo de prefeito. Já nas eleições de 2012 e de 2016, compuseram chapas, nas quais Cecílio foi o candidato a prefeito. Em 2016, a chapa obteve cerca de 43% dos votos válidos. Em 2020, Fernanda Ontiveros, filha do pedetista, venceu o pleito. Antes da sua candidatura, apenas nas eleições de 1996 uma mulher concorreu ao cargo de prefeita, Marina de

Almeida, que se candidatou pelo PSDB e ficou em terceiro lugar na disputa (Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, 1996).

Cultura

Mestre Azulão, presente!

José João dos Santos, mais conhecido por seu nome artístico Mestre Azulão, nasceu em 8 de janeiro de 1932, em Sapé, na Paraíba. Chegou ao Rio de Janeiro em 1949, para trabalhar na construção civil, em especial nas obras da rodovia Presidente Dutra. Oriundo de família pobre, deixou o Nordeste aos 17 anos, com a promessa de encontrar melhores condições de trabalho no Sudeste. Assim como milhares de nordestinos que migraram para a região, enfrentou dificuldades de moradia. Inicialmente, muitos moraram nas construções onde trabalharam por longas horas.

Azulão estabeleceu-se em Japeri, onde os preços dos aluguéis eram mais acessíveis que nos subúrbios da Capital ou em algumas localidades da Baixada Fluminense próximas da cidade do Rio de Janeiro. Com o tempo, adquiriu um pequeno lote em Engenheiro Pedreira, onde construiu a casa que viveu com a sua companheira Maria das Neves, até 2016, quando faleceu.

O apelido lhe foi dado na infância, porque gostava de cantar uma história de um artista paraibano chamado Azulão. Aos 9 anos, ganhou uma viola de presente de seu pai, que costumava comprar folhetos na feira e reunir cantadores em casa para rodas de repente (Silva, 2012). Os folhetos, com seus “romances” ou “pelejas”, são os livrinhos da literatura de cordel populares no Nordeste. Desde menino, Azulão fez poesia e ainda jovem musicou versos ao som da viola.

Recém-chegado ao Rio de Janeiro, ajudou a fortalecer o movimento em torno da formação de um centro de tradições nordestinas, no bairro carioca de São Cristóvão, iniciado pelos primeiros migrantes no estado. A escolha do local se deu porque o campo de São Cristóvão foi o ponto de desembargue dos grupos de nordestinos que chegaram em paus de arara³⁶ para trabalhar nas obras. A migração desses grupos foi contada pelo cordelista no folheto *A feira nordestina: foi assim que começou*, do qual foi extraído o trecho a seguir: “Depois de dez, doze dias/ Numa viagem sofrida/ O campo de São Cristóvão/ Era o ponto de descida/ Onde cada nordestino/ Procurava seu destino/ Em busca de nova vida (Santos, 2007, p. 1).

Aos domingos, acontecia no Campo de São Cristóvão uma feira na qual alguns migrantes nordestinos estendiam lonas no chão para a venda de produtos regionais, como rapaduras e carne de sol. No local, ocorriam apresentações de rodas de viola, das quais participaram grandes nomes do repente, entre os quais destacam-se: Manuel Ferreira, Palmeirinha e Curió das Alagoas. Hoje, funciona no lugar um importante ponto turístico, o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas, popularmente chamado de Feira Nordestina.

Azulão foi pedreiro, mas a sua principal atividade foi a arte. Parte de seu sustento veio da venda de seus livretos nos trens do Ramal 33, em praças e, principalmente, na Feira Nordestina, na qual tinha um estande próprio para a venda de cordéis. Carregou sempre consigo um microfone e um amplificador, os quais usou para cantar histórias de improviso e declamar versos para quem se aproximou. O canto foi a forma de mostrar a sua arte e de aumentar as chances de vender os seus

³⁶ Pau de arara é um meio de transporte irregular utilizado no Nordeste, onde a viagem na carroceria de caminhões e sem condições de segurança por aqueles que não podem pagar pela viagem em ônibus convencionais.

livretos. Usou frequentemente um chapéu de cangaceiro para referenciar a sua origem.

Foi cantor, compositor, poeta, cordelista e repentista. Escreveu mais de 300 cordéis e cerca de 500 poesias. Versou sobre fatos históricos, política, economia, cultura, meio ambiente, relações amorosas, esportes, tragédias e personalidades, entre as quais destacam-se Getúlio Vargas, Brizola, Lula e Airton Sena. Porém o seu principal tema foi o Nordeste, sobretudo as suas tradições e a migração nordestina para outras regiões em busca de melhores condições de vida (Silva, 2012). Por seu reconhecido talento, é chamado de Príncipe do Cordel. Sua trajetória e obra são temas de diversos trabalhos acadêmicos.

Ganhou fama nos anos 1960. Em 1969, foi premiado pelo cordel *O homem na Lua*, pelo qual ganhou um pequeno cachê e foi convidado a representar o Brasil em um evento de culturas regionais em Nova York, nos Estados Unidos. Ao chegar ao local, onde apresentou a literatura de cordel, foi surpreendido com um cartaz com a sua imagem em tamanho natural. Em 1975, apresentou-se na Universidade de Sorbonne, em Paris. No Acervo de Cultura Brasileira dessa universidade constam exemplares de seus livros e de outros cordelistas brasileiros. Também fez apresentações em Portugal e na Espanha.

No Brasil, participou de festivais em diferentes regiões. Na década de 1970, gravou discos com seus romances cantados ao som da viola, a exemplo de *O homem de arroz* e *O Poder de Jesus*. Nas entrevistas para jornais e programas de rádio e de televisão, demonstrou grande bagagem cultural e domínio da história e das características da música tradicional nordestina.

Durante a ditadura militar, foi perseguido pelos órgãos de repressão política por contestar em seus versos a censura imposta pelo regime. Também foi detido, diversas vezes, por guardas que tentaram

impedir a venda de seus livretos em praças da Baixada Fluminense e do Rio de Janeiro. Uma dessas detenções ocorreu na praça da Liberdade, no centro de Nova Iguaçu, no início dos anos 1980. Levado para a delegacia do município, recebeu o apoio de militantes políticos de esquerda que participavam de um ato em defesa da redemocratização do país. Irônico e bem-humorado, ao ser solto, improvisou alguns versos, nos quais disse que num dia de luta contra a ditadura, foi preso na praça da Liberdade (Souza, 2022).

Apesar do reconhecimento nacional e internacional e de seu enorme talento, não fez fortuna. Idoso, viveu com dificuldades financeiras e continuou a vender os seus livretos na Feira Nordestina. Desde os anos 1970, era o único artista da feira a cantar versos enquanto vendia os cordéis (Nascimento, 2019).

Conhecer a biografia de Mestre Azulão pode ajudar a compreender aspectos da cultura popular brasileira. Bem como da trajetória dos milhares de nordestinos que migraram para o Rio de Janeiro em busca de melhores condições de trabalho e de vida. Inclusive daqueles que se estabeleceram no território japeriense. Seus versos são ricas fontes para trabalhar em sala de aula estes e outros aspectos da história nacional e local.

Esporte e lazer

Na cultura local, se sobressaem os shows de forró, os quais estão diretamente ligados às tradições nordestinas. Durante as décadas de 1940 e 1970, existiram diversos grupos musicais, entre os quais estavam o Cruzeiro do Sul e Os Uirapurus. Esses grupos apresentaram-se em bailes promovidos em clubes, com destaque para o Dragagem e o Clube dos 40, os mais frequentados. Nos anos 1980, surgiu o Clube Comercial,

movimentado ponto de encontro da juventude, que funcionou em um galpão da avenida Leny Ferreira. Hoje, no local, há uma igreja evangélica. Com relação ao carnaval, havia a escola de samba União de Japeri e vários blocos, que desapareceram nos anos 1990.

Com exceção do Clube dos 40 e do Comercial, os demais estiveram ligados aos times de futebol. Um exemplo foi o Dragagem, fundado nos anos 1950, por trabalhadores das obras de mudança do curso do rio Guandu. A sede situa-se no bairro de Nova Belém, em uma área próxima à construção de um dique, na qual, nas horas vagas, os trabalhadores jogavam futebol. O time disputou diversos torneios na Baixada Fluminense e a sua organização resultou na criação de um clube social. Foram muitos os times de várzea. Entre os mais antigos estavam: o Belém, posteriormente denominado Guarani; o Japeri, cujo campo foi no bairro da Chacrinha; o Palmeirinha e o Cruzeirinho. Na localidade de Engenheiro Pedreira, destacam-se os times: Brasil, São Jorge, Juventude, Bonfim, Engenheiro Pedreira e Vila Central (Duarte et al., 2003).

Embora a cidade não conte com salas comerciais de cinema, há duas iniciativas importantes voltadas para o entretenimento e a difusão da cultura cinematográfica: o Cine Tela, promovido pela Fundação Anita Mantuano de Artes do Estado do Rio de Janeiro (Funarj), e o Cinema em Movimento, realizado pelo Ministério da Cultura, por meio do Fundo Nacional de Cultura. Ambos os projetos acontecem em parceria com a gestão municipal. Os filmes têm classificação etária livre. As sessões são gratuitas e contam com acomodações para até 500 telespectadores e com acessibilidade por meio de legendas e de libras. Os locais escolhidos para a exibição são as praças Wendel Coelho, em Engenheiro Pedreira, e do Skate, em Nova Belém.

Em 2023, a cidade recebeu o Ver Cine 8º Festival de Cinema da Baixada Fluminense. O evento apresentou gratuitamente cerca de 70

produções, entre curtas e longas-metragens. As sessões ocorreram no Centro Cultural Deputado Luís Eduardo Maron de Magalhães,³⁷ situado no Parque Mucajá. Também no Centro Cultural funciona um polo do Estação Cultura, o qual, em parceria com o Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus de Nilópolis, presta auxílio aos moradores na elaboração de portfólios e projetos culturais.

Em 2005, uma parceria entre os projetos Tempo Livre, do Sesc Rio, e Nós do Morro resultou na criação do Grupo Código, uma companhia artística profissional, sediada no bairro de Nova Belém. A sede funciona como espaço cultural, no qual são oferecidas gratuitamente oficinas de teatro para a comunidade. O grupo já produziu diversos espetáculos teatrais, alguns premiados em festivais de diferentes cidades do Rio de Janeiro e do país.

O município abriga o primeiro campo público de golfe do país. Criado em 2001, o Japeri Golfe Rio de Janeiro tem sua origem relacionada ao fato de vários *caddies* (rapazes que carregam o material dos jogadores) morarem na cidade. O interesse dos jovens de baixa renda pelo esporte levou a Federação de Golfe do Estado do Rio de Janeiro (FGERJ), com o apoio da R&A, entidade responsável pelas regras de golfe na maioria dos países, a criar a Escola de Golfe de Japeri.³⁸

Participam da escola jovens de até 17 anos, residentes na cidade e que se encontram em situação de risco social. Além de aulas de golfe, são oferecidos preparação física, aulas de informática e reforço escolar. Todo mês é realizado um torneio interno, por meio do qual são selecionados atletas amadores para disputar competições. Um destaque do projeto é Breno Domingos, segundo colocado no ranking amador brasileiro.

³⁷ O Centro Cultural é administrado pela Secretaria Municipal de Cultura.

³⁸ A Escola é administrada pela Associação de Golfe Público de Japeri (AGPJ).

O campo e a escola ocupam uma área de mais de 70 hectares, que foi cedida pela prefeitura. Reconhecido como área de proteção ambiental, o espaço oferece o projeto Agentes Mirins Ambientais, voltado para a conscientização de crianças a respeito do meio ambiente. Localizado próximo à rodovia Presidente Dutra, em Engenheiro Pedreira, o Japeri Golfe possui uma área aberta para pessoas que desejarem jogar.

Considerações finais

Ao pesquisar o passado do território, encontrou-se um conjunto de trabalhos que priorizam nomes de fidalgos, de latifundiários, de escravocratas e de personalidades políticas e/ou agraciadas com títulos de nobreza. Isso ocorre principalmente na historiografia tradicional, que é bastante usada como referência para a elaboração de textos e de vídeos de divulgação do passado histórico local nas mídias digitais.³⁹

A menção aos indígenas, por exemplo, quase sempre se resume à origem tupi do vocábulo que nomeia a cidade. Outro segmento ausente nas narrativas sobre o território são os afrodescendentes. Apesar de mais de um quinto da população japeriense se autodeclarar de cor preta. Um avanço importante diz respeito às pesquisas sobre os camponeses de Pedra Lisa, nas quais os lavradores são apresentados como protagonistas de lutas. Esses estudos trazem à luz trajetórias e memórias de trabalhadores encobertas por outras, que, durante anos, foram hegemônicas. A exemplo da memória dos bandeirantes.

A história da cidade carece de pesquisas que contribuam para visibilizar a pluralidade étnico-cultural e de atores presentes na

³⁹ Mídia digital é todo conteúdo ou veículo de comunicação que se baseia na Internet e a utiliza como meio de distribuição.

construção do território. Bem como para criar memórias coletivas que levem em conta e respeitem essa pluralidade. Conforme lembrou o geógrafo Maurício de Abreu, a cidade não tem lembranças. Quem lembra são as pessoas que nela vivem (Abreu, 1998). Porém, o que é lembrado é fruto de uma seleção feita no presente.

Referências

- ABREU, M. A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio: Zahar, 1987.
- ALCÂNTRA, D. et al. Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro: proposições, debates, desafios. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, Rio de Janeiro, ano IX, n. 19, p. 1-5, 2020.
- AMARO JUNIOR, J.; ALENTEJANO, P.; GENTIL, L. Luta por terra e reforma agrária no Rio de Janeiro (1950-2018). *Geographia*, v. 24, n. 52, p. 1-21, jan. 2022.
- ANDRADE, C. Parceria e inovação: delegação chinesa visita Japeri. *Japeri-RJ*, 22 set. 2023. Disponível em: <https://www.japeri.rj.gov.br/parceria-e-inovacao-delegacao-chinesa-visita-japeri>. Acesso em: 22 abr. 2024.
- ARAUJO, J. S. A. P. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas a el-rei nosso senhor d. João VI*. Tomo IV e V. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820.
- BASTOS, G. Conflitos de terra em Nova Iguaçu: uma análise a partir do caso de Pedra Lisa. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 25, n. 1, p. 179-207, 2017a.
- BASTOS, G. Continuidades e descontinuidades de conflitos fundiários em Nova Iguaçu e Japeri: narrativas a partir de Pedra Lisa. In: XXXI CONGRESSO ALAS 2017. Montevidéu: Acta Académica, 2017b.
- BATISTA, A. D. *Onze prefeitos em onze anos: o campo político iguaçiano nas páginas do Correio da Lavoura (1964-1975)*. 2014. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BEZERRA, N. R. *A cor da Baixada: escravidão, liberdade e pós-abolição no recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2012.

BRASIL. *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - 2021*. Brasília, DF: MEC; Inep, 2022. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 22 abr. 2024.

BRASIL. Emigração. *Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, Relatório Apresentado à Assembleia Geral Legislativa*. Rio de Janeiro: Ministério do Império, 1855.

BRAZ, A. Raça amarela: a ciência nos debates da imigração chinesa no Brasil do século XIX. In: *Dossiê História da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: BN Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/historia-da-ciencia/raca-amarela-a-ciencia-nos-debates-da-imigracao-chinesa-no-brasil-do-seculo-xix>. Acesso em: 6 jan. 2023.

CAMPOS, R. S. *Os índios do sudeste fluminense e a grande transformação: territorialização, trabalho e conflitos territoriais (1770-1830)*. 2015. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica-RJ, 2015.

CASA FLUMINENSE. *Mapa da desigualdade*. Rio de Janeiro: Casa Fluminense, 2017.

CORREIO, R. N. M. A imigração asiática em Japeri: uma colônia japonesa em Pedra Lisa na década de 1950. *Mosaico*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 48–55, 2018.

COSTA, C. E. C. *Campesinato negro no pós-abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ (1888-1940)*. 2008. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, C. P. *A Baixada Fluminense e as recentes emancipações políticas: historiografia, identidade e ensino de história*. 2019. (Doutorado em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

DAVID, E. G. *A mula do ouro*. São Paulo: Portifolium, 2009.

DIAS, O.; NETO, J. *A pré-história e a história da Baixada Fluminense: a ocupação humana da Bacia do Rio Guandu*. Belford Roxo: IAB Editora, 2017.

DOMINGUES, M. F. *A sombra comunista na cidade de Nova Iguaçu: Ismael Ramos e sua atuação política nos anos de 1950 e 60.* 2016. (Graduação em História) – Curso de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, 2016.

DUARTE, R. et al. *Pelos caminhos de Belém.* Japeri: Fundação Desenvolvimento, 2003.

ENGEMANN, C. Mais do que dando nomes a bois: nomes e sobrenomes na Fazenda de Santa Cruz (RJ, 1759-1817). In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, *Anais.* São Paulo, 2011.

FRIDMAN, F. *Donos do Rio em nome do Rei.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.

FRIDMAN, F. Freguesias fluminenses ao final do Setecentos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.* São Paulo, n. 49, p. 91-143, 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Mapa do fim da fome II.* Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GOMES, F. S. “Para Matar a Hidra”: uma história de quilombolas no recôncavo da Guanabara - século XIX. *Textos de História* [S. l.], v. 2, n. 3, p. 1-31, 1994.

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-1964).* 1987. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1987.

HOLANDA, S. B. *Monções.* 3^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1960: Sinopse preliminar do Censo Demográfico. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/312/cd1960sinopse_preliminar_rj. Acesso em: 07 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1970: Sinopse preliminar do Censo Demográfico. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd1970sinopse_preliminar_rj. Acesso em: 7 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1980: Sinopse preliminar do Censo Demográfico. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/310/cd_1980_v1_t1_n17_rj.pdf. Acesso em: 7 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 1991: Sinopse preliminar do Censo Demográfico. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/309/cd_1991_v6_n18_rj.pdf. Acesso em: 7 dez. 2023.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2022*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Município de Japeri – Rendimento e trabalho - 2021*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/japeri/panorama/rendimento/trabalho>. Acesso em: 22 abr. 2024.

JAPERI. *Diário Oficial*. Japeri, RJ: Poder Executivo, ano XX, n. 5.110, 23 abr. 2022, p. 9.

JORNAL DO COMMERCIO, Rio de Janeiro, ano 110, n. 132, 05 mar. 1937.

MAIA, A. B. et al. Conflitos fundiários em Duque de Caxias e Nova Iguaçu: repressão e formas de resistência. In: MEDEIROS, L. S. (coord.). *Conflitos por terra e repressão no campo no estado do Rio de Janeiro (1946-1988)*: Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: CPDA; UFRRJ, 2015.

MEDEIROS, L. S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, campeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1995.

NASCIMENTO, A. C. *A vida em desafio: literatura de cordel e outros versos no Rio de Janeiro*. 2019. (Doutorado em Antropologia Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

NASCIMENTO, A. P. Trajetórias de duas famílias negras no pós-abolição: Nova Iguaçu, século XX. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. Florianópolis: UFSC, 2013.

NAVARRO, E. A. *Dicionário tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*. São Paulo: Global. 2015.

- NETO, J. Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: uma experiência de sucesso em arqueologia de contrato. *Revista de Estudos sobre o Jesus Histórico e sua Recepção*, Rio de Janeiro, v. XI, p. 38-68, 2018.
- NETO, M. P. *A escravização indígena e o bandeirante no Brasil Colonial: conflitos, apresamentos e mitos*. Dourados, MS: UFGD, 2015.
- NETO, M. E. C. A imigração japonesa no Estado do Rio de Janeiro: história, colonização e o ensino de japonês. In: VI SEMINÁRIO DOS ALUNOS DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO DO INSTITUTO DE LETRAS DA UFF – Estudos de Linguagem. *Anais*. Rio de Janeiro: UFF, n. 1, 2015.
- NORA, P. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, v.10, p. 7-28, 1993.
- NOVAES, A. *Os caminhos antigos no território fluminense*. Instituto Cultural Cidade Viva, Rio de Janeiro, 2008.
- PAULA PESSOA, Vicente Alves de. *Guia da Estrada de Ferro Central do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.
- PEDROSA, M.; SILVA, H. Novos proprietários e velhas disputas pela apropriação de terras públicas na Primeira República: Fazenda Nacional de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1891-1933. Em *Perspectiva*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p.102-133, 2016.
- PEREIRA, W. *Cana, café e laranja: história econômica de Nova Iguaçu*. Rio de Janeiro: FGV; SEEC, 1977.
- PIRES, V. *A invenção do município: a criação de Japeri*. 2012. (Mestrado em Antropologia Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.
- REGO, J. P. *Memoria historica das epidemias da febre amarella e cholera-morbo que têm reinado no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.
- SANTOS, J. *A feira nordestina: foi assim que começou*. Fortaleza: Tupynanquim, 2007.
- SANTOS, M. Chineses no Vale do Paraíba cafeeiro: projetos, perspectivas, transições e fracassos – século XIX. *Almanak*, [S. l.], v. 1, n. 25, p. 1-41, 2020.

SEBRAE. *Painel regional: Baixada Fluminense I e II.* Rio de Janeiro: Sebrae/RJ, 2016.

SILVA, B. R. *Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense.* Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2008.

SILVA, J. F. Entrevista à autora. Japeri, 5 de abril de 2024.

SILVA, J. M. *Levantamento do patrimônio arqueológico de Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, Mesquita e Belford Roxo.* 2017. (Mestrado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, J. S. Cordel Identitário: uma análise da temática social na obra do Mestre Azulão. In: XVI CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA. Rio de Janeiro: Cifefil, v. XVI, n. 4, t. 2, p. 1712-1721, 2012.

SOUTO, A. *As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense (1910/1933).* 2016. (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2016.

SOUZA, E. No dia em que Azulão dançou. *Lurdinha*, 1 jul. 2022. Disponível em: <https://lurdinha.org/site/no-dia-em-que-azulao-dancou>. Acesso em: 21 dez. 2023.

SOUZA, S. M. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu.* 1992. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO. *Ata geral de apuração das eleições municipais – Japeri.* Rio de Janeiro: Justiça Eleitoral, 1996.

VARGAS, E. *Insurreição quilombola e ordem senhorial: quilombo em Vassouras, no Vale do Paraíba Fluminense, em 1838.* 2012. (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2012.

VASCONCELLOS, B. *Archivo Nobiliárquico Brasileiro.* Suíça: Imprimerie de la Concorde, 1918.

XAVIER, C. *Educação do Campo e Memória Coletiva: Movimentos Sociais na luta pela terra no município de Japeri/RJ.* 2019. (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2019.

WESTIN, R. No fim do Império, Brasil tentou substituir escravo negro por “semiescravo” chinês. Arquivo do Senado, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/no-fim-do-imperio-brasil-tentou-substituir-escravo-negro-por-201csemiescravo201d-chines>. Acesso em: 02 abr. 2024.

9

MESQUITA

Vinícius dos Santos Fernandes

Foto 8 – Mesquita



Atribuição: Estação de trem de Rocha Sobrinho, com a inscrição do ano de inauguração (1925). Foto: Vinícius dos Santos Fernandes.

Apresentação

Este capítulo busca apresentar aspectos da história da cidade de Mesquita, último município a ser emancipado no Rio de Janeiro. Para tanto, iniciaremos com dados demográficos e socioeconômicos, a fim de construir um panorama atual do município. A narrativa histórica, por sua vez, tem início com a presença dos índios jacutingas, passa pela criação da Fazenda Cachoeira, da estação de trem, e procura deslindar o peculiar processo de emancipação de Mesquita em sintonia com as transformações históricas ocorridas a partir da segunda metade do século XX. Na medida em que a bibliografia e as fontes permitirem, apresentaremos novos atores e processos, até então silenciados pela narrativa histórica hegemônica. Para finalizar, serão abordados alguns aspectos dos governos municipais, bem como os desafios que a cidade enfrenta.

Mesquita hoje

A cidade de Mesquita é também conhecida como a “caçulinha da Baixada”. Esse apelido deriva do fato de ela ter sido a última a se emancipar na região da Baixada Fluminense e em todo o estado do Rio de Janeiro, o que ocorreu em 1999, quando Mesquita se separou de Nova Iguaçu.

Segundo informações do IBGE, o município tem uma área de 41,60 km², sendo 14,13 km² de área urbana e 27,47 km² de área verde que, em sua maioria, corresponde à Área de Proteção Ambiental (APA) de Mesquita, criada pelo Decreto Municipal nº 456, de 20 de outubro de 2006, e onde se localiza o Parque Natural Municipal de Mesquita (PNMM), fundado em 10 de julho de 2013, através do Decreto Municipal

nº 1.273/13. É nesse local de preservação ambiental que fica um dos pontos mais famosos e históricos da cidade, a Cachoeira de Mesquita.

Seu território é dividido em três distritos. O 1º Distrito é o Centro, que é composto pelos bairros: Centro, Chatuba, Coreia, Santa Teresinha, Edson Passos e Alto Uruguai; já o 2º Distrito, denominado Vila Emil, é formado por Vila Emil, Cosmorama, Juscelino e Cruzeiro do Sul; do 3º Distrito, nomeado Distrito Industrial, fazem parte Santo Elias, Jacutinga, Banco de Areia, Bairro Industrial, Vila Norma, Rocha Sobrinho e BNH.

A população da cidade, de acordo com dados do censo de 2022, totaliza 167.127 habitantes, que, divididos pelo território, estabelecem uma densidade demográfica de 4.059,54 pessoas por km².

Segundo critérios étnico-raciais, a população mesquitense está assim dividida:

Quadro 1 – Divisão étnico-racial da população de Mesquita

Fonte: Cunha (2019).

População – Mesquita	Números absolutos	Percentual (%)
Branca	61.733	36,84
Preta	24.134	14,40
Amarela	1.446	0,86
Parda	80.091	47,80
Indígena	150	0,09
Total	167.554	100,00

Nesse aspecto, a cidade não foge à realidade das demais que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro, com predominância da população negra (resultado do somatório de pretos e pardos), com 62,2% da população, seguida por brancos, 36,84%; pessoas que se declararam de cor/raça amarela, 0,86%; e pouquíssima representatividade dos grupos indígenas, que contam apenas com 150 indivíduos.

Em relação ao saneamento básico, o serviço de abastecimento de água tratada encontra-se praticamente universalizado, atendendo 99% da população. A coleta e tratamento de esgoto, porém, conta com índices mais baixos, 50,3% e 28,4%, respectivamente (Mesquita, 2021).

O despejo dos resíduos sólidos é feito no Centro de Tratamento de Resíduos de Nova Iguaçu, mas também conta com cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Uma dessas cooperativas, a COOPCARMO, terá sua história apresentada mais adiante por se tratar de caso ilustrativo do tipo de associativismo que passou a predominar na Baixada a partir dos anos 1990, em contraposição ao modelo oferecido pelas associações de moradores entre o final dos anos 1970 e a década de 1980.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Mesquita está classificado como alto, obtendo 0,737 em uma escala que vai de 0 a 1. No ranking de IDHM do estado do Rio de Janeiro, a cidade ocupa a 16^a posição. Entre os municípios da Baixada Fluminense, somente Nilópolis tem índice mais elevado.

Economicamente, Mesquita concentra suas atividade nos setores de comércio e serviços, com número reduzido de postos de trabalho formais — cerca de 15.000 —, insuficientes para atender à população residente no território, que busca emprego nos municípios vizinhos, notadamente Nova Iguaçu e Rio de Janeiro.

Esses dados são interessantes e destoam tanto da história do município, quanto da imagem que ele quer apresentar, especialmente ao observarmos o brasão de armas criado após a emancipação.

Segundo descrição explicativa de seus elementos, formulada pelo poder municipal e obtida através do trabalho de Maria Fátima de Souza Silva,

[...] a roda (dentada), simbolizando a roda do Engenho da Cachoeira, em cujo território surgiria Mesquita (sede do município), antecipando-se à chaminé, representativa das olarias e cerâmicas (atividade implantada à margem direita do traço ferroviário), entre as quais destacou-se a Ludolf & Ludolf, exportando telhas francesas; seguindo-se a caixa-d'água de importantíssimo estabelecimento fabril, conjunto este simbolizando a Cidade industrial; a locomotiva, da Estrada de Ferro de Dom Pedro Segundo / Central do Brasil, ligando-se com a capital do Império; conjunto de elevações, representando o Maciço Gericinó, da Chatuba ao Vale do Rio da Cachoeira (Rio ou Canal Dona Eugênia); a cana e a laranja (uma vez que a produção mesquitense se incluía entre as laranjas preferidas para o consumo argentino), guarnecedo o escudo, representando riquezas dos campos do passado da Geo-História mesquitense; os anos de 1884 e 1999, respectivamente, indicando o surgimento da Estação Ferroviária (Jerônimo de Mesquita, origem do nome Mesquita) e a data da criação do município de Mesquita (Silva, 2015, p. 68).



Percebemos a partir da leitura do trecho acima, a valorização de determinados períodos e acontecimentos da história de Mesquita: o Engenho da Cachoeira e a produção de cana-de-açúcar durante o período colonial; a construção da estrada de ferro e a nomeação da estação que passava na localidade em homenagem a Jerônimo José de Mesquita, antigo proprietário da fazenda e que depois veio a nomear também a municipalidade; as fábricas, olarias e a atividade citricultora, que se estabeleceram na primeira metade do século XX, e a data da emancipação do município. Em conjunto, esses elementos apontam

para um passado glorioso, de pujança econômica e de “grandes personagens” (sempre associados às elites econômicas dos respectivos períodos), responsáveis por “feitos memoráveis”.

Esse enquadramento de memória, como qualquer outro, provoca silenciamentos. Indígenas, negros escravizados e livres, migrantes, trabalhadores e trabalhadoras que pisaram nesse chão e, cotidianamente, fizeram suas histórias. Parte deste texto busca, também, revelar esses “outros” personagens tão importantes para a História desse lugar.

Os jacutingas

No momento da chegada dos colonizadores portugueses, a baía de Guanabara era predominantemente habitada por indígenas da família tupi, principalmente do grupo tupinambá, espalhados em várias aldeias cujos habitantes variavam entre 500 e 3.000 indígenas (Silva, 2016).

Os tupinambás ficaram conhecidos por se aliarem aos franceses e, com eles, estabelecerem o comércio do pau-brasil. Eles se notabilizaram também pela formação da Confederação dos Tamoios e por defenderem seus aliados europeus na guerra contra os portugueses, que contavam com o apoio dos temiminós, rivais dos tupinambás e que haviam sido por eles expulsos da região do entorno da Guanabara.

Com a vitória dos lusitanos na disputa pelo território do atual Rio de Janeiro, os tupinambás tiveram o mesmo destino que os franceses: muitos foram expulsos da região. Outros foram submetidos pela lógica colonizadora e serviram de mão de obra nas lavouras canavieiras, que começavam a surgir no século XVI. Uma terceira parte foi direcionada para os aldeamentos jesuíticos.

Entre as diversas aldeias tupinambás, estavam os representantes da aldeia Jacutinga, localizada também em terras que hoje formam o município de Mesquita. Esse nome deriva, muito provavelmente, do fato de os indígenas que aqui viviam se enfeitarem com as penas de uma ave muito comum na região: o jacu branco. Com o avançar do processo de colonização portuguesa, os jacutingas desapareceram. Atualmente, a lembrança da existência desses primeiros povoadores está marcada na cidade apenas pelo nome de um de seus bairros, o bairro da Jacutinga, localizado às margens da rodovia Presidente Dutra.

A colonização e o engenho da cachoeira

Seguindo o padrão comum às demais regiões do território brasileiro, a Coroa portuguesa decidiu repartir e doar as terras em forma de sesmarias para que os colonos se estabelecessem e desenvolvessem atividades econômicas, contribuindo dessa forma para a ocupação e defesa do território, que convivia com incursões constantes de representantes de outras monarquias europeias, e também para a realização de alguma atividade lucrativa. O nome “sesmaria” deriva de sesmo ou sesma, significando a sexta parte de uma porção.

Boa parte das terras que hoje formam o território da Baixada Fluminense compunha a sesmaria doada a Brás Cubas.

Uma das regiões logo de começo exploradas foi a das bacias do rio Meriti e do Iguáçu. Nesta última houve concessões de terras desde 1566, e, em 1568, uma grande sesmaria de “3000 braças de testada pela costa do mar e 9000 de fundos pelo rio Meriti” foi concedida a Brás Cubas, que por não ter tomado posse, em 1577 e em 1602 foi partilhada entre sesmeiros (Lamego apud Torres, 2008, p. 62-63).

Além das sesmarias, existiam as freguesias, que eram uma forma de divisão administrativa do território herdada da atuação da Igreja

Católica. A edificação de uma freguesia estava associada à existência de uma Igreja Matriz à qual estavam subordinadas as demais igrejas e capelas da paróquia. As pessoas que habitavam as freguesias e recebiam o acompanhamento espiritual dos padres e párocos eram chamadas de “fregueses”. No Brasil, a instituição das freguesias se dava por meio de um acordo entre o rei de Portugal e a hierarquia da Igreja Católica, visto que existia a instituição do padroado.

As terras que hoje compõem o território de Mesquita, juntamente com parte dos territórios dos atuais municípios de Nova Iguaçu, Belford Roxo e Duque de Caixas, faziam parte da freguesia de Santo Antônio da Jacutinga, criada por volta de 1657 e que fazia fronteira com as de N. S. de Piedade de Iguassu, S. João de Meriti, N. S. de Marapicu e N. S. do Pilar. A soma dessas freguesias formava o que em 1833 veio a ser o município de Iguaçu, cuja sede localizava-se em Piedade, às margens do rio Iguaçu, onde também se localizava o principal porto responsável pelo escoamento dos produtos da região (Silva, 2016).

Estabeleceram-se nesse território, então, fazendas dedicadas à produção de cana-de-açúcar (para o fabrico do açúcar e da aguardente) para exportação, mas também farinha, feijão e outros gêneros alimentícios, valendo-se, para tanto, da utilização de mão de obra escravizada de africanos e indígenas.

Especificamente em Mesquita, no século XVIII localizava-se a Fazenda da Cachoeira, às margens do rio de mesmo nome e de propriedade do capitão Manoel Correa Vasques. Segundo relato do marquês do Lavradio, nela trabalhavam 80 escravizados para produzir 60 caixas de açúcar e 30 pipas de aguardente (Silva, 2016).

Durante o período de extração aurífera e mineral na região das Minas Gerais, a região da Baixada Fluminense foi recortada por diversos caminhos que buscavam interligar a região produtora ao porto do Rio

de Janeiro. Um desses foi o Caminho Novo do Tinguá, cujo traçado serviu de referência para a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, já no século XIX (Simões, 2007).

Ferrovia, laranjais e olarias

Essa ferrovia foi criada com o objetivo de facilitar o escoamento da produção cafeeira do vale do Paraíba. Antes realizado pelo porto de Iguaçu, esse escoamento passou a ser feita pelo porto do Rio de Janeiro, de onde o café seria exportado. A estação Jerônimo de Mesquita foi construída em 1884 e recebeu esse nome em função de ter sido construída nas terras cedidas pelo então barão de Mesquita (Torres, 2008).

As terras da Fazenda da Cachoeira chegaram à família Mesquita em 1846, quando foi adquirida por José Francisco de Mesquita, o marquês de Bonfim. A partir de 1864, a administração da fazenda é assumida por seu filho, Jerônimo José de Mesquita, o primeiro barão de Mesquita, e com a morte dele, em 1886, a fazenda passa ao controle do segundo barão de Mesquita, Jerônimo Roberto Mesquita (Barros, 2011).

Em relação à denominação da parada de trem, Maria Fátima de Souza Silva apontou a existência de uma memória local, reforçada por menções em diversos registros acadêmicos e jornais, que associa o nome Mutambó à estação, antes de ela ser batizada com o nome da família dos proprietários de terras da região. Esse termo teria origem africana, mais especificamente na língua quimbundo, e estaria relacionada a uma espécie vegetal supostamente existente nessas terras (Silva, 2015).

Apesar de não existirem documentos primários que constatem a utilização desse nome, a autora reforça que a menção ao vocábulo “mutambo” se faz importante como elemento de memória que remete à

presença da população negra que viveu, trabalhou, sofreu, resistiu e também construiu a história dessa cidade.

Segundo Flávio dos Santos Gomes, a região das freguesias que compunham o antigo território de Iguaçu era majoritariamente ocupada por trabalhadores escravizados. Dos 18.705 habitantes computados em 1821, 11.155 eram cativos, perfazendo um total de 59,7% (Gomes, 2012).

O autor destaca ainda que esse território era permeado por diversas comunidades quilombolas que praticavam a agricultura de subsistência complementada pela caça e pela aquisição de produtos junto aos taberneiros da região, aos quais também vendiam os excedentes de suas roças e, principalmente, a lenha que abastecia a Corte sediada no Rio de Janeiro a partir do início do século XIX.

A presença dessas comunidades aterrorizava os fazendeiros da região, tanto pela possibilidade de fuga de escravos de suas terras quanto pelos constantes saques que ocorriam nas embarcações responsáveis por escoar os produtos da região. Por isso, eram constantes as solicitações para que os governos tomassem providências com o objetivo de eliminar os mocambos ali existentes. O que se tornou muito difícil, pois, além dos fatores geográficos que dificultavam o acesso a esses mocambos, eles contavam com o apoio de taberneiros, comerciantes e escravizados que trabalhavam nas embarcações e nas fazendas da região, seja na divulgação de informações sobre alguma expedição policial, seja no auxílio à fuga ou no fornecimento de abrigo temporário.

Embora Gomes não aponte a existência direta de um mocambo no território que hoje constitui o município de Mesquita, não é forçoso supor que os escravizados da Fazenda Cachoeira tenham fugido, tentado fugir, estabelecer algum mocambo na região ou, ao menos, ouvido falar na existência de comunidades quilombolas na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

Ao longo do século XIX, ocorre uma diminuição no número de escravizados, especialmente a partir de 1850. Um dos motivos para tanto seria a abolição do tráfico de escravizados com a Lei Eusébio de Queirós. Some-se a isso a construção da ferrovia Pedro II, o crescimento da cultura da cana-de-açúcar no norte do estado do Rio de Janeiro e a do café no vale do Paraíba, e a epidemia de cólera que se alastrou pela Baixada a partir de 1855, fatos que provocaram impactos demográficos e econômicos na região: queda populacional em algumas freguesias, reestruturação econômica nas fazendas, que passaram a priorizar a produção de alimentos, valorização das terras próximas à via férrea e progressiva desvalorização das situadas às margens dos antigos portos fluviais.

Em função desses fatores, já no fim do século XIX temos o início da produção de laranjas nas terras localizadas no sopé da serra do Gericinó. Segundo Manoel Simões, as obras de saneamento realizadas no rio Sarapuí, em 1896, permitiram o início do cultivo, mas a produção só iria se desenvolver amplamente a partir dos anos 1920 (Simões, 2007).

Um dos motivos para isso foi o avanço de obras de saneamento realizadas entre os anos de 1910 e 1916, sob a presidência de Nilo Peçanha, quando foi criada a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. Essa comissão tinha o objetivo de realizar estudos e efetivar obras de saneamento, como dessecamento de rios, construção de diques, canais, desobstrução e dragagem de rios, além de redirecionar cursos de água, com vistas a promover a ocupação do solo da região e seu aproveitamento para a agricultura (Souto, 2016). É nesse momento que se inicia o processo de incentivo à produção de laranjas em Nova Iguaçu.

Essa produção agrícola teria como finalidade o fortalecimento da economia do estado, que se encontrava em crise desde o declínio da

produção cafeeira, e prover de alimentos a Capital Federal, localizada ainda no Rio de Janeiro.

Inicialmente, buscava-se, por meio do trabalho da comissão, a desapropriação das terras de seus antigos proprietários, que seriam indenizados pela União. Essa terras seriam, então, saneadas, repartidas em pequenas propriedades e vendidas por preços módicos. Nilo Peçanha não conseguiu sucesso na questão da desapropriação das terras, que ficaram nas mãos de seus antigos proprietários. Terras essas que foram bem valorizadas, embora a comissão tenha encerrado seus trabalhos sem concluir todas as intervenções previstas.

Some-se a isso a disponibilidade do transporte ferroviário que serviria de propulsor para a fixação da população mais pobre na região, à medida que diminuía o tempo de deslocamento e também facilitava o transporte de cargas.

Após as obras do período nilista, a Baixada Fluminense foi alvo da ação de uma segunda Comissão de Saneamento já em 1933, sob o governo de Getúlio Vargas. De forma similar à primeira comissão, a segunda objetivava o uso agrícola do solo. Na visão de Hildebrando Góes, engenheiro-chefe dessa segunda comissão, a ocupação deveria ocorrer nos terrenos próximos às estações ferroviárias; os demais deveriam formar um grande celeiro que abasteceria o Distrito Federal e também ajudaria a ampliar as exportações nacionais. Ele defendia ainda que a colonização das terras deveria privilegiar a sua ocupação por imigrantes estrangeiros — portugueses, espanhóis, sírios, e povos oriundos dos Balcãs.

Entre os anos 1920 e os anos 1940, portanto, a região de Mesquita tinha uma população majoritariamente rural, não tendo sofrido com a onda loteadora que havia afetado Nilópolis e São João de Meriti. Segundo Simões (2007), isso se deveu ao desenvolvimento da atividade

citricultora na região e à sua proximidade com o centro administrativo de Nova Iguaçu, localizado às margens da estação de trem.

Isso se confirma quando observamos os dados sobre a fruticultura em Iguaçu, a partir do trabalho de Ricardo Souza como consta no quadro a seguir:

Quadro 2 — Divisão de pés da laranja por localidades de Nova Iguaçu

Localidade	Número de proprietários	Número de pés de laranja
Nova Iguaçú	330	1.363.174
Nilópolis	25	55.700
Mesquita	145	352.660
Austin	76	289.510
Cabuçu	64	349.360
Queimados	59	125.620
Belford Roxo	23	54.750
Morro Agudo	163	689.150
Total	885	3.275.824

Fonte: BRASIL, Ministério da Agricultura apud Souza (2015, p. 23).

Como se pode perceber, Mesquita conta com o terceiro maior número de proprietários, superada pelo distrito-sede Nova Iguaçú e pela localidade de Morro Agudo. Analisando-se a média de pés de laranja por proprietários, infere-se ainda que a produção era feita em pequenas e médias propriedades, denominadas “chácaras”.

Embora o número de chacareiros fosse elevado em Nova Iguaçu, isso não contribuiu para modificar a estrutura fundiária da região. Como nos apresentou Sonali Maria de Souza (1992), boa parte das terras fica sob controle de grandes proprietários, conhecidos como fazendeiros, que controlavam ainda as etapas de beneficiamento e exportação das laranjas e compravam a produção de pequenos e médios produtores, os chamados chacreiros ou chacareiros.

Entre os chacreiros, destacavam-se os imigrantes portugueses que tinham acesso à terra por meio de arrendamentos. Muitas vezes, eles arrendavam vários lotes e dispunham de mão de obra familiar, além de

contratarem trabalhadores temporários no momento do plantio e da colheita dos frutos.

Outros postos de trabalho estavam nos galpões de armazenamento e beneficiamento das frutas (limpeza, embalagem) que eram, em sua maioria, controlados por imigrantes italianos.

Além de imigrantes estrangeiros, existia uma mão de obra nacional formada por trabalhadores e trabalhadoras egressos de outros estados do Sudeste brasileiro, e de algumas cidades fluminenses.

Fazia parte desse grupo de migrantes internos a população oriunda do vale do Paraíba que, após a abolição da escravidão e a crise da atividade cafeeira que se abateu sobre aquela região no século final do século XIX, procurou ocupações na Baixada Fluminense.

De acordo com Carlos Eduardo Costa, essa primeira geração de egressos do cativeiro estabeleceu uma migração sazonal e masculina que tinha o objetivo de ocupar postos de trabalho temporários na atividade frutícola que se iniciava em Nova Iguaçu, no início do século XX. Já a partir dos anos 1930, com a expansão das chácaras por todo o território, essas famílias passaram a migrar em conjunto e a estabelecer moradia na região, movidas também pela possibilidade de terem acesso às terras e produzirem laranjas de forma autônoma, não mais como empregados ou parceiros de outros proprietários (Costa, 2020).

Ao chegarem à Baixada, essas famílias procuravam estabelecer laços de solidariedade e assistência para enfrentar as condições adversas no local de chegada, tais como acesso a moradia, emprego e alimentação.

Uma das formas de estabelecer essas redes era por meio de manifestações culturais como a Folia de Reis. Em Mesquita, temos a Folia de Reis Sete Estrelas do Rosário de Maria, talvez a mais antiga da

Baixada Fluminense e a única dirigida por uma mulher, dona Mariana Neves dos Santos.

A Folia de Reis é uma festa do ciclo natalino, realizada entre 24 de dezembro e 6 de janeiro, em homenagem aos Reis Magos e ao nascimento de Jesus. De origem europeia, chegou ao Brasil com a colonização portuguesa e aqui incorporou elementos das culturas africanas e indígenas. É caracterizada por um cortejo que passa pelas ruas das cidades com instrumentos, músicas, danças, uma bandeira, e que visita as casas das pessoas para trazer a alegria do nascimento de Cristo e também receber e distribuir donativos. Muitos dos mestres de folia não aceitavam a participação feminina nos grupos, a não ser em algumas posições específicas. A Folia de Reis Sete Estrelas do Rosário de Maria existe há 144 anos e foi indicada ao Prêmio de Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro na categoria Patrimônio Imaterial em 2011.

Fonte: Mapa de Cultura RJ. <http://mapadecultura.com.br/manchete/folia-de-reis-8>

À margem direita da ferrovia, que não foi ocupada pelos laranjais, estabeleceram-se as olarias, como a Companhia Materiais de Construção — olaria Ludolf & Ludolf, que tinha como presidente Américo Ludolf, um dos precursores da indústria cerâmica no Brasil e também proprietário da Companhia Cerâmica Brasileira, localizada no Rio de Janeiro.

Essa olaria se estabeleceu em terras adquiridas junto ao barão de Mesquita ainda no século XIX e contava, segundo Messias, com uma grande estrutura para o fabrico de telhas e tijolos: “4 grandes galpões, 22 casas de operários, escola, cinema, igreja e armazém” (Barros, 2011, p. 19). Além dessa, há também a Olaria Gigante, que se localizava no atual bairro de Rocha Sobrinho.

A partir do depoimento de Vera Sepúlveda, podemos perceber algumas das características das relações de trabalho que se estabeleceram nas olarias:

Existia ali a Olaria Gigante, onde todo mundo daquela área era funcionário da Olaria Gigante. Um homem adolescente que precisasse trabalhar, também trabalhasse na olaria Gigante. Só que ali havia um regime ainda do tempo do coronelismo, não é. O dinheiro que era pago aos funcionários era uma moeda furada e essa moeda só tinha valor para a cantina da Olaria. Então o funcionário trabalhava, recebia e era obrigado a comprar tudo na Olaria (Sepúlveda, 2004, p. 2 e 3).

A “moeda furada” à qual se refere a entrevistada era uma moeda na qual eram feitos furos, muito provavelmente para que não fossem aceitas em outros estabelecimentos comerciais a não ser o de propriedade da olaria, criando uma relação de dependência do trabalhador para com seu empregador. Embora não tenhamos encontrado registros contábeis da cantina das olarias, não é errado supor que essa dependência também se estabelecesse por meio de dívidas contraídas em função da compra de itens com valores superiores aos de mercado, como é comum em várias regiões do Brasil até os dias de hoje.

O adensamento populacional da cidade e a primeira tentativa de emancipação

Os loteamentos urbanos realizados nesse período da citricultura e do chamado “ciclo do barro” foram pouco significativos, resumindo-se a poucos lotes no entorno da estação, repartidos no ano de 1927. O loteamento do bairro da Chatuba, em 1929, por João Mirandela (que teve uma ocupação maior nas áreas pertencentes a Nilópolis) e, já nos anos 1930, uma área no bairro Santa Teresinha (1932) e outra em Edson Passos (1936) (Simões, 2007, p. 156).

O forte processo de loteamento urbano tem início nos anos 1950. Primeiro se loteia o pedaço entre a linha do trem e o maciço do Gericinó, em função da decadência do cultivo da laranja; depois o “outro lado”, em razão do fechamento das olarias.

Quadro 3 – População residente em Mesquita entre 1940 e 2000

Ano	População residente (hab.)
1940	9.109
1950	28.835
1960	58.835
1970	93.678
1980	125.239
1991	142.058
2000	164.879

Fonte: Silva (2015, p. 64).

Entre os motivos da crise na produção de laranjas, podemos citar a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que limitou as exportações das frutas para a Europa e gerou um excesso de produção que não havia como ser armazenado, nem foi absorvido ou redirecionado para outro mercado consumidor. Outro fator presente nos relatos foi uma praga que se alastrou pelos pés de laranja da região (Rodrigues, 2006).

Já as olarias encerram suas atividades em meados do século, pois o material que propiciou a atividade oleira em Mesquita, a tabatinga, estava escasseando. Isso implicou a produção de materiais de qualidade inferior, impactando a produção e a venda das mercadorias produzidas.

Assim, tanto para citricultores quanto para oleiros, a saída foi lotear e vender os terrenos, transformando-os em habitações populares.

Como nos demais município da baixada, muitos trabalhadores se dirigem a Mesquita por causa dos terrenos baratos e pela possibilidade de pagamento à prestação. Condição que se deve à ausência de serviços de infraestrutura urbana, em especial o saneamento básico, e à falta de

fiscalização das edificações por parte do poder municipal, facilitando, assim, o processo de autoconstrução.

[...] eu nasci na Penha Circular e vim pra Mesquita em 1949 com 4 para 5 anos de idade. E nesse período meu pai passou por alguma dificuldade financeira e já não conseguia mais pagar o aluguel, já estávamos morando em Brás de Pina nas casas de uns tios e ele [...] se sentiu muito mal com isso [...] e ele resolveu não sei como, viu um anúncio no jornal e comprou um terreno em Banco de Areia. Era só mato, né. Ali só existia, não se via nem rua, era mato puro. [...] era uma coisa assim, um ambiente muito natural, né, muito mato, muito verde, água natural, era saída da mina, nós vivíamos da água da mina quando viemos para cá. [...] Eu lembro assim, da Bica, que hoje onde é o Canto da Bica em Rocha Sobrinho, se fala muito Canto da Bica. Esse nome foi dado porque foi a primeira bica que foi inaugurada ali me parece em 1956. Acho que é isso mesmo. Em 1956, foi inaugurada a primeira bica de água que abastecia aquela comunidade, e que era água de poço. Primeiro era mina, era natural. Mas com o crescimento da população as minas já não davam mais vazão. Aí começaram a perfurar poços, poços, poços, a água era salobra, era ruim e nós começamos a pegar água na bica [...] (Sepúlveda, 2004, p. 1).

Esse depoimento ilustra bem o processo de urbanização observado partir dos anos 1950, por apresentar aspectos como a migração da população trabalhadora dos subúrbios do Rio (complementada com pessoas oriundas de outros estados das regiões Sudeste e Nordeste), as transformações do espaço urbano sofridas pelo município — de área rural a espaço altamente urbanizado, e a ausência de infraestrutura urbana, como fornecimento de água potável.

Esse cenário de crescimento urbano associado ao momento de democratização após a saída de Getúlio Vargas do poder e o fim da ditadura do Estado Novo favorece a articulação dos Comitês Democráticos Populares. Em Mesquita, apresentava-se como Comitê Pró-Melhoramentos de Mesquita, criado em 1945 (Santos, 2013).

Embora se apresentasse como apartidária, essa instituição era capitaneada pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), com o objetivo de articular e mobilizar as classes trabalhadoras através da luta por melhorias estruturais nos bairros — água, iluminação das ruas, entre outros, como podemos ver no trecho de reportagem que segue:

O prefeito de Nova Iguaçu, sr. Paulino Barbosa, recusou-se, dias atrás, a receber um memorial que lhe foi dirigido pelo Comitê Democrático de Mesquita, assinado por mais de dois mil moradores. Esse memorial continha, além de outras reivindicações, a da iluminação do bairro, considerada um dos problemas mais imediatos, por diversas razões, inclusive o fato de que, depois das 19 horas, o bairro se torna um verdadeiro paraíso de malfeiteiros.

Foi tão grande a insistência do Comitê de Mesquita, e tanto foi o apoio popular em torno daquela reivindicação, que o sr. Paulino Barbosa, livrando-se da influência que lhe era exercida pelo ex-prefeito reacionário Getúlio de Moura, resolveu marchar com o povo de Mesquita, prometendo, para dentro em breve, a iluminação do bairro.

Essa conquista vem mais uma vez demonstrar o valor dos Comitês Populares, e o quanto representa, para os mesmos, o apoio unânime da população de seus respectivos bairros. Ao contrário de alguns organismos congêneres, o Comitê de Mesquita procurou reivindicações possíveis de ser concretizadas, e, antes, de lançá-las, fez a necessária organização da massa. Promoveu comícios, colocou cartazes nas ruas, etc. Quando o prefeito de Nova Iguaçu teve conhecimento do problema, este já havia se constituído no grito unânime da população do bairro. E contra o povo organizado, em torno de suas justas reivindicações, nada pôde fazer a reação (Tribuna Popular apud Pinheiro; Rodrigues, 2018).

Além de focar o atendimento das demandas mais imediatas das populações, os comitês também visavam promover a educação cultural e política dos trabalhadores, seja por meio de discussões sobre a política nacional, sessões de teatro amador e de cinema, bailes e concursos carnavalescos.

Entretanto, uma das pautas mais recorrentes nos comitês era a busca por educação, o que se concretizou em um amplo programa de

alfabetização de adultos. Isso se justificava tanto pelo alto índice de analfabetismo no período — cerca de 19% da população do então Distrito Federal, algo em torno de 200 mil indivíduos, não sabia ler e escrever — quanto pela interdição do voto aos analfabetos. A educação de adultos consistia, portanto, em estratégia dupla de conquista de direitos — buscava garantir acesso à educação formal e à cidadania política por meio do sufrágio.

A partir de 1947, os comitês vão perdendo força e se desarticulando, pois seu principal mobilizador, o PCB, havia tido seu registro cassado, assim como os parlamentares eleitos pela legenda haviam perdido seus mandatos. Isso dificultou a manutenção das atividades dessas organizações, mas essa breve existência pôde ser considerada um importante laboratório que auxiliou essa população recém-instalada na localidade a se organizar e reivindicar direitos.

É nesse período também que se instalam grandes indústrias na região. As mesmas que tiveram sua memória perpetuada no brasão de armas do município. Foram elas a Brasferro — indústria metalúrgica de laminação cujas instalações foram demolidas no ano de 2003 para abrigar os atuais prédios da prefeitura e do fórum municipal; a IBT — Indústria Brasileira de Tubos; e a Pumar — fábrica de sombrinhas que existe até os dias atuais e se estabeleceu na região ainda nos anos 1920, com mão de obra majoritariamente feminina.

A abundância de água, a grande disponibilidade de terras a preços acessíveis e com possibilidade de expansão, e rodovia e ferrovia cortando a região, foram fatores que facilitaram o estabelecimento dessas indústrias na cidade.

O aumento populacional, associado à crescente industrialização, modificou o estatuto econômico e político de Mesquita, que passou à categoria de distrito de Nova Iguaçu por meio da Lei Estadual nº 1.472,

de 28 de abril de 1952, que criou também o distrito de Japeri (Lima, 2019, p. 50).

A primeira tentativa de emancipação

O processo de emancipação de Mesquita foi único e complexo, pois envolveu quatro movimentações em momentos diferentes. Uma primeira tentativa em 1957 e mais três plebiscitos realizados nos anos de 1983, 1993 e 1995.

Segundo Maria Fátima de Souza Silva (2005), o Movimento pela Emancipação de Mesquita tem início na metade do século XX, ganha corpo nos anos 1960, mas somente nos anos 1980 é realizada uma consulta popular, mais especificamente, no ano de 1987. Esse primeiro plebiscito, porém, não alcançou o quórum previsto, assim como ocorreu no segundo, o de 1993. O terceiro, em 1995, foi judicializado pela mesma razão: falta de quórum. Após quatro anos de argumentações e movimentações processuais e políticas, Mesquita obteve sua emancipação em relação a Nova Iguaçu, por meio da Lei Estadual n. 3.253, de 25 de setembro de 1999.

O primeiro processo emancipacionista do então 5º distrito de Nova Iguaçu começou em 1957, após reunião em 5 de maio, na sede do Clube 7 de Setembro. Quem presidiu a Assembleia foi o dr. Jackson Trindade, ex-procurador da Fazenda aposentado. O contexto dessa primeira iniciativa era o de crescimento urbano e industrial do distrito e a convivência com os problemas estruturais advindos desse processo. A principal alegação movida pelos defensores da emancipação era a falta de investimentos por parte do poder municipal, que direcionava a maior parte dos recursos do erário para realização de obras e serviços no distrito-sede, que corresponde ao centro da cidade. Em seu

entendimento, Mesquita contribuía muito para a arrecadação de Nova Iguaçu, especialmente em função da atividade fabril que ali se desenvolvia, e recebia pouco ou quase nada em retorno.

Essa alegação vai reaparecer nos diferentes momentos do processo emancipacionista e se constituir na principal motivação para os defensores da autonomia de Mesquita.

Essa primeira tentativa também foi impulsionada pelas outras emancipações que ocorreram na década de 1940: Duque de Caxias (1943) e Nilópolis (1947), que se desligam de Nova Iguaçu; e São João de Meriti (1947), que se emancipou de Duque de Caxias.

Ainda segundo a autora, essa primeira movimentação teria resultado em um processo que seria encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro para ser apreciado e depois sancionado pelo governador do estado. No decorrer dos acontecimentos, porém, essa documentação teria se perdido. Segundo memória construída por atores envolvidos no processo, como Jackson Trindade e o senhor Antônio Pimentel, o suposto responsável pelo extravio do processo foi José Montes Paixão, então deputado estadual e opositor do movimento que buscava a separação de Mesquita em relação a Nova Iguaçu (Silva, 2005).

Ela argumenta que, mais importante do que a veracidade dos fatos, essa primeira iniciativa emancipacionista ajudou a construir na memória local um ideal de separação que, apesar de frustrado, continuou a existir de forma latente e reapareceu na década de 1970.

Nesse momento, a campanha pela emancipação foi reativada e tomou corpo a partir da estrutura montada pelos movimentos de associações de bairro que cresceram na Baixada e pautavam as reivindicações por melhorias de infraestrutura urbana nas cidades.

Os plebiscitos e a emancipação

A federação do movimento de amigos de bairros – MAB e o plebiscito de 1987

O movimento de amigos de bairro surgiu em Nova Iguaçu em meados dos anos 1970, a partir da conjugação de múltiplos fatores. Primeiro, a constatação das limitações enfrentadas pela população local no acesso aos serviços básicos. Segundo, a experiência pregressa de reivindicação existente na região, como os Comitês Pró-Melhoramentos de bairro que se desenvolveram nos anos 1940. Terceiro, a associação entre uma nova postura assumida pela Igreja Católica nos anos de ditadura e a militância política que passou a mobilizar suas ações por meio das estruturas montadas pela Igreja Católica, especialmente após a repressão aos grupos guerrilheiros.

A partir do Concílio Vaticano II, de 1962, a Igreja promove uma doutrina de aproximação com os pobres, o que se reflete no desenvolvimento de práticas que buscam auxiliar e melhorar a vida dessa população. Em Nova Iguaçu, isso se concretizou com a chegada do bispo dom Adriano Hipólito para o comando da diocese, em 1966 (Lira, 2015).

Para efetivar o trabalho pastoral, especialmente em locais de periferia, a Igreja se organizou por meio das Comunidades Eclesiais de Bases, as CEBs, que eram grupos formados por leigos e dirigidos por um pároco, com o intuito de discutir e aprofundar os conhecimentos sobre a fé católica. Gradativamente, os espaços de reunião promovidos pelas CEBs foram sendo mobilizados para debater e articular caminhos para a superação dos graves problemas enfrentados nas periferias: falta de escolas, transporte, saneamento básico, entre outros.

É nesse sentido que, como nos mostra Percival Tavares da Silva (1993, p. 44), ocorre a formação do Movimento de Amigos do Bairro em Nova Iguaçu. A Igreja designa médicos para fazerem um trabalho

ambulatorial na localidade de Cabuçu. A partir de sua atuação, eles percebem a necessidade de promover encontros para dialogar com a população a respeito de medidas profiláticas que poderiam ser tomadas pelas pessoas e diminuir os casos de doenças. Esses encontros viram um espaço para que a população exponha os problemas que enfrentam no seu cotidiano e deles surge a constatação de que, por um lado, a solução para os problemas depende de uma abordagem do poder público e, por outro, ela não ocorreria sem que o povo se organizasse e reivindicasse.

O movimento começa a crescer e se expande por vários bairros do município. Ele passa a contar também com a presença de militantes oriundos de grupos guerrilheiros e de militantes políticos que foram desmontados e sofreram com a dura repressão promovida pelos governos ditoriais, principalmente após a decretação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968. É o que nos aponta o depoimento de Dilceia Nahon,

O MAB era dividido em regionais, sendo que o município de Nova Iguaçu tinha cinco distritos, que eram: Belford Roxo, Mesquita, Queimados, Japeri e o Centro. Na verdade, os quatro se emanciparam, restando só o Centro. A de Mesquita era a regional cinco. E, lá, atuava o Messias e uma companheira nossa do PT, bem da nossa época, a Fátima Sousa (Nahon, 2007, p. 30).

Além de apresentar a divisão das regionais do MAB, vemos dois interessantes personagens da história da cidade: Arthur Messias, que viria a se tornar prefeito; e Maria Fátima Souza Silva, ex-militante do movimento estudantil e de uma dissidência do PC do B, que dirigiu a Associação de Moradores do Bairro Santo Elias entre 1978 e 1985 e se tornou secretária de Educação no governo de Arthur Messias (Silva, 2007, p. 68).

Nos anos 1980, O MAB passa a se articular em nível estadual com a formação da Associações de Moradores de Estado do Rio de Janeiro

(Famerj). Ele se tornou, então, um movimento social organizado, que deixa de reivindicar apenas melhorias locais e passa a buscar e se envolver em questões mais amplas, como a realização de mutirões, visita aos bairros para convidar pessoas a participarem das reuniões e identificar os problemas, se envolve nas campanhas contra os despejos dos moradores que não conseguiam arcar com as prestações dos imóveis adquiridos nos conjuntos habitacionais financiados pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), luta contra o pagamento de uma taxa escolar para a matrícula das crianças e, inclusive, entra na campanha pelas eleições diretas, em 1984 (Silva, 1993).

É nesse contexto de crescimento dos movimentos sociais e das reivindicações por melhorias que a ideia de emancipação de Mesquita ressurge. Segundo Maria Fátima de Souza Silva,

A retomada oficial da bandeira da emancipação no quinto distrito de Nova Iguaçu aconteceu, pois, no final de 1983, com a coleta de assinaturas de cerca de cento e trinta signatários, liderados pelos senhores Ludgero Santa Rita (já falecido) e o advogado Framínia Gonçalves, ambos membros do Partido Democrático Trabalhista, que deram entrada numa representação junto à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, solicitando o desmembramento de Mesquita de Nova Iguaçu (Silva, 2005, p. 110).

Ainda segundo a autora, esse processo foi tomado corpo e conquistando apoio de outros movimentos, pessoas e entidades. Além do MAB, a Sames (Sociedade dos Amigos de Mesquita) e a Ampla (Associação de Moradores do Parque Ludolf e Adjacências) também se somaram à causa emancipacionista. Os responsáveis pela reativação desse desejo foram os remanescentes do processo de 1957, como Regner Trindade, irmão de Jackson Trindade, um dos líderes da primeira tentativa de separação.

Outra entidade que se engajou na segunda tentativa de autonomia foi a Associação de Mulheres de Mesquita, dirigida por Marinês

Trindade, ex-militante do Movimento Revolucionário 8 de outubro – MR-8 e filha de Regner Trindade.

No dia 6 de setembro de 1987, foi realizado o primeiro plebiscito. Apesar da intensa mobilização, não se obteve o quórum necessário para a conquista da autonomia municipal.

Vários são os fatores apontados para o insucesso dessa consulta: o fato de a votação ter ocorrido em uma chuvosa véspera de feriado, a campanha contrária de políticos de Nova Iguaçu e até mesmo a alegação de que a população não estava suficientemente esclarecida acerca dos motivos da causa emancipacionista.

A criação do município de Mesquita não era consenso entre as associações de moradores, tampouco entre a militância política. No seio do Partido dos Trabalhadores, por exemplo, muitos dos filiados aos núcleos da legenda eram contrários à emancipação por dois motivos principais: primeiro, temiam que a emancipação estivesse a serviço do fortalecimento de lideranças políticas de perfil clientelístico; segundo, argumentavam que o novo município poderia não ser viável economicamente, tendo de depender de recursos repassados pelos governos estadual e federal para suprir suas necessidades.

Anos 1990: mais dois plebiscitos e a emancipação

A virada dos anos 1980 para os anos 1990 é marcada por algumas transformações significativas. As associações de moradores vão perdendo espaço como instâncias reivindicativas; entraram em cena as organizações não governamentais (ONGs) e foi promulgada uma nova Constituição em 1988.

Na percepção de pessoas que militaram ativamente nos Movimentos de Amigos de Bairro, um dos fatores para o esvaziamento

do papel dessas instituições se deu já no final dos anos 1980, quando ocorreu uma mudança na participação nas associações de moradores, graças ao Programa Nacional do Leite para crianças carentes, criado em 1986 durante o governo Sarney (Silva, 2019, p. 20). Elas eram responsáveis pela distribuição dos tíquetes para a compra do alimento às famílias, o que aumenta o número de pessoas que participam das reuniões, porém, como era uma tarefa que consumia muito tempo das lideranças, o trabalho de mobilização e discussão política e de estratégias ficou prejudicado. As atividades acabaram por ficar concentradas no atendimento de demandas individuais e materiais imediatas da população, como a fome. Com o encerramento do programa, já no governo Collor, em 1991, o trabalho de mobilização da população em torno das associações de moradores foi esvaziado de vez (Maia et al., 2007, p. 150).

As ONGs, por sua vez, entram em cena a partir dos anos 1980, inicialmente com a tarefa de auxiliar na organização e atuação das associações, como foi o exemplo da Fase (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Já no início dos anos 1990, as altas taxas de desemprego e informalidade, somadas à continuidade dos problemas de infraestrutura urbana e ao crescimento dos índices de criminalidade na região, levam ao surgimento de organizações e associações de geração de renda e cooperativas de trabalho, como foi o caso da COOPCARMO (Cooperativa Mista de Coleta Seletiva e Reaproveitamento de Materiais), localizado no bairro da Jacutinga e que emprega, em sua maioria, mão de obra feminina na coleta, separação e destinação de resíduos sólidos.

Marcelo – E como foi esta relação com as ONGs, elas procuraram vocês ou vocês que as procuraram?

Hada – Elas que nos procuraram. O Fedac ficou sabendo da gente através da Irmã Rosinha, irmã de caridade, que era amiga do padre Obertal, que iniciou isto tudo. [...] O Fedac nos ajudou na formação do grupo. [...] A ONG belga veio apoiar na capacitação do grupo, melhorar as condições de trabalho. Tudo isso que vocês estão vendo vem a partir da parceria com a Bélgica: a construção do galpão, o caminhão próprio. Isto veio através de investimento da Bélgica (Rúbia, 2007, p. 113).

Destaca-se da fala da presidente da cooperativa, Hada Rúbia, a articulação entre Igreja e a realidade local, mas a partir de um vetor diferente do existente no momento do surgimento do MAB. Se antes a articulação entre setores da Igreja católica, militantes e população local originou um movimento social reivindicatório, dessa vez Igreja, ONGs e moradores se unem para formar outro tipo de associativismo, mais voltado para garantir a sobrevivência da população em um cenário de carência.

Apesar do refreamento das atividades do MOVIMENTO de Amigos dos Bairros, suas mobilizações obtiveram frutos, como a criação do Comitê de Saneamento da Baixada, em 1984, a partir da constatação por parte das próprias lideranças comunitárias, de que o problema do saneamento na Baixada Fluminense não iria ser resolvido de forma pontual, mas necessitava de uma abordagem mais ampla, como, por exemplo, com a limpeza dos rios que atravessam mais de um município.

Foram as experiências acumuladas a partir da atuação dessa comissão que influenciaram na elaboração e execução das obras do Programa Baixada Viva, que se desenvolveu na Baixada a partir de 1994, durante o governo de Marcello Alencar (1995-1998) e posteriormente rebatizado Programa Nova Baixada, nos anos de governo de Anthony Garotinho (1999-2002).

Segundo Hélio Silva, durante o governo Alencar, poucas obras foram realizadas já que os dois primeiros anos foram destinados à

elaboração do plano diretor das obras, estudos da região, desenvolvimento de projetos. Além disso, as obras contariam com recursos estaduais e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O empréstimo só saiu em abril de 1999, já no governo Garotinho, sendo levada a cabo, portanto, apenas parte das obras financiada pelo estado, que teve início em 1998 (Silva, 2010, p. 7).

Com a mudança de governo e o financiamento externo, o maior volume de obras se desenvolveu no governo Garotinho, quando, além de rebatizado, o programa passou por algumas mudanças, como sua divisão em três fases. O bairro da Chatuba foi incluído na primeira fase do programa (Silva, 2010, p. 8).

Localizado já no limite com Nilópolis, Chatuba apresenta os mais baixos índices de desenvolvimento do município (Monteiro, 2007). Outro fator que torna o bairro conhecido é a presença da criminalidade, publicizada na música do compositor Dicró, ex-morador do bairro que de forma irônica cantava: “Preciso Morar / Num lugar que ninguém me perturba / Pra onde vou, meu amor? / Ah vou morar na Chatuba” (Dicró, Chatuba, 2002).

Apesar, e por consequência desse cenário, de desenvolver-se ali, desde o início de sua ocupação nos anos 1950, uma rede de sociabilidade e de busca de soluções por conta própria. O sr. Antônio de Souza Leite, também conhecido como “Seu Souza”, foi uma importante liderança local. Presidente da associação de moradores do bairro, procurou orientar a população na destinação do lixo, do esgoto, na capina das ruas e no que foi uma de suas principais lutas: o abastecimento de água (Monteiro, 2007).

Como nos apresenta Linderval Monteiro, no ano de 1995, “Seu Souza” publicou nos jornais uma carta destinada ao presidente da Companhia de Água e Esgotos do Rio de Janeiro, a Cedae, na qual afirmava

[...] utilizando recursos e mão de obra unicamente da comunidade desse bairro, canalizar água de nascentes da serra de Madureira, que abasteceriam uma represa que seria a responsável pelo abastecimento do bairro através dos canos da própria Cedae, que enterrou os tubos no chão, mas nunca se preocupou em fazer a água chegar às casas. Na verdade em uma eleição os caminhões da Cedae somente serviram para fazer a campanha política de alguns candidatos que saíram pelo bairro com os canos prometendo resolver nossos problemas de abastecimento (Leite apud Monteiro, 2007, p. 126).

Não é forçoso supor que a iniciativa de Seu Souza tenha mobilizado a atenção da mídia e da sociedade para os problemas históricos sofridos pelo bairro e só parcialmente resolvidos na virada dos anos 1990 para os 2000 com as obras do Programa Nova Baixada. Parcialmente, pois, apesar de terem sido realizadas diversas obras de saneamento, abastecimento de água e asfaltamento de ruas, o programa conviveu com a falta de recursos, o desentendimento entre as instâncias de governo envolvidas na execução dos projetos e, como denunciaram muitos militantes das associações de moradores, ausência de um canal de diálogo com a população. Outra crítica feita ao programa foi seu caráter de intervenções isoladas, criando “bolsões de excelência”, apenas mitigando problemas históricos e sistêmicos da Baixada (Silva, 2010; MAIA et al., 2007).

O terceiro componente do contexto dos anos 1990 é a promulgação da Constituição de 1988, apelidada de “Constituição cidadã”. Ela foi relevante não só por ter sido a mais abrangente carta constitucional brasileira, mas também por conferir aos municípios o status de ente federativo autônomo. Determinou também que a criação de municípios ficaria a cargo dos estados, que elaborariam legislação própria para orientar o processo de realização dos plebiscitos (Monteiro, 2007, p. 141).

É nesse novo contexto que, no ano de 1993, novo plebiscito foi realizado e, como na primeira consulta, em 1987, o número de eleitores necessários não foi atingido (Silva, 2005).

Em 1995, a terceira consulta foi realizada. Foram levantadas suspeitas sobre o número de votantes. A principal alegação dos defensores da emancipação era de que havia 263 eleitores falecidos listados entre os aptos a votar, o que impossibilitou o alcance do quórum mínimo para a votação. O processo que levaria quatro longos anos foi parar na Justiça Eleitoral, percorreu todas as suas instâncias e chegou ao Supremo Tribunal Federal, até que, em 25 de setembro de 1999, com o sancionamento da referida Lei 3.253, Mesquita foi elevada à categoria de cidade, tornando-se então o mais novo município do estado do Rio de Janeiro (Oliveira Junior, 2020).

Os anos pós-emancipação

O primeiro prefeito após a emancipação foi José Montes Paixão, um dos principais nomes nesse processo, seja na primeira tentativa, quando supostamente teria interferido contrariamente ao pleito, seja nos anos 1990, quando assumiu a liderança da campanha e acionou a justiça para argumentar em favor da obtenção do quórum mínimo para validar o plebiscito de 1995.

Paixão candidatou-se pelo Partido Democrático Brasileiro, o PDT, e foi eleito no primeiro turno, com 39.827 votos, contra 24.693 de Arthur Messias, do PT, e 18.417 de Sebastião Corredeira, do PMDB (Brasil, 2000). Logo após as eleições, Paixão mudou sua filiação para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB, acompanhando movimento similar feito pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho.

Em sua campanha, José Montes Paixão intitulava-se “O pai da emancipação”. O sobrenome da família se faz presente na política municipal até os dias de hoje. Muitos dos familiares do primeiro prefeito

foram candidatos a vice nas chapas seguintes e conseguiram se eleger. Essa memória histórica recente da emancipação pode ser vista ainda em diversas ruas e construções da cidade que carregam o sobrenome Paixão, ou o nome de familiares, como a principal praça da cidade, localizada no cruzamento da estrada Feliciano Sodré com a rua Mister Watkins e que foi batizada praça Secretária Elizabeth Paixão, em homenagem à filha de José Montes Paixão, que foi assassinada após um assalto no dia 6 de março de 2002 (*Folha de S. Paulo*, 6/3/2002).

O primeiro prefeito de Mesquita não conseguiu finalizar seu mandato, tendo falecido aos 77 anos, vítima de um acidente vascular cerebral, no ano de 2004. Seu vice-prefeito, Framínio Aristides Gonçalves, terminou o mandato e, embora tenha se candidatado à reeleição nas eleições seguintes, não obteve sucesso no pleito, que foi vencido por Arthur Messias, do Partido dos Trabalhadores.

Messias vinha dos grupos que se mobilizaram a partir das associações de bairros e das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica durante os anos 1980. Além dessa trajetória pregressa no município, dois outros fatores podem ser elencados como decisivos para seu sucesso nas eleições municipais: a eleição, no ano de 2002, do presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, também do PT, e a presença de Paulinho Paixão, filho de José Montes e herdeiro do capital político do autointitulado “Pai da emancipação”, como vice em sua chapa.

Essa aliança, inclusive, seria motivo de divisões internas no Partido dos Trabalhadores e é apontada por alguns de seus militantes como fator decisivo para a perda do partido no pleito seguinte, quando (André) Taffarel, candidato do PT, perdeu a vaga de chefe do executivo municipal para Rogelson Sanches Fontoura, também conhecido como Gelsinho Guerreiro, do antigo Partido Social Cristão (PSC) (Lira, 2015).

Em entrevistas colhidas por Ronald Lira, Messias foi acusado de não trabalhar para a campanha do candidato do Partido, Taffarel, o que teria dividido os votos e contribuído para a vitória de Gelsinho (Lira, 2015).

Rogelson havia sido vereador entre os anos de 2008 e 2012 e na disputa para o executivo municipal do ano de 2012, concorreu com o já mencionado ex-vereador Taffarel, que concorria pelo PT, e com o ex-prefeito de Nilópolis, Farid Abrão David, candidato pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Sua administração (2013-2016) foi marcada pela constante troca de secretários. Segundo matéria do jornal *O Dia* de 13 de março de 2015, em 26 meses de governo teriam ocorrido 45 trocas (Silva, 2015).

Outro fato de seu mandato foi um atentado ocorrido na porta de sua residência, no bairro Califórnia, na cidade de Nova Iguaçu, quando homens armados alvejaram seu carro e seus seguranças revidaram. Em depoimento à polícia, Guerreiro teria indicado seu desafeto político, Renato Paixão, filho de Waltinho Paixão, seu vice-prefeito e também desafeto político (Veja, 24/11/2014).

Os meses finais de seu mandato também foram envoltos em muitos problemas, como servidores com salários atrasados, paralisação de serviços essenciais, como atendimento nos postos de saúde e coleta de lixo, e denúncias de irregularidades no uso da máquina pública. Após a derrota nas urnas, o prefeito ainda exonerou todos os servidores ocupantes de cargos em comissão e, ainda segundo reportagens, teria “sumido” da prefeitura e da cidade. Guerreiro ainda se tornou inelegível por 8 anos, em 2016, por abuso de poder econômico e político (Cruz; Ricardo, 2016; G1, 2016).

Atualmente, o prefeito de Mesquita é Jorge Miranda, que exerce seu segundo mandato. Em seu primeiro mandato, foi eleito pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira e tinha como vice Waltinho

Paixão, que havia exercido o mesmo cargo na administração de Gelsinho Guerreiro.

Para sua reeleição, Miranda optou por mudar de partido, migrando para o PL – Partido Liberal, tendo sido eleito na esteira da onda bolsonarista que cresceu no Rio de Janeiro a partir de 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República.

Considerações finais

De modo geral, de acordo com dados do IBGE, alguns dos desafios do momento da emancipação da cidade ainda perduram. A cidade não conta mais com suas indústrias, sua arrecadação depende do IPTU, da tributação no incipiente setor de serviços, que não consegue absorver a mão de obra economicamente ativa da cidade, obrigando-a ao deslocamento pendular em direção a cidades vizinhas, especialmente ao Rio de Janeiro; e de repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

Mesmo com a população permanecendo estável nas últimas décadas, é possível perceber uma dificuldade de manter todos os serviços públicos operando em níveis capazes de suprir a demanda da população, especialmente aqueles mais urgentes e sentidos pela população, como educação, saúde e saneamento básico. Paire sobre a cidade, ainda, a incerteza sobre a viabilidade financeira do município, embora a população sinta que, após a emancipação, houve melhora nos serviços e perceba também, como ponto positivo de seu desligamento de Nova Iguaçu, uma maior proximidade com os representantes políticos do município, o que lhe confere maior poder de pressão por melhorias (Monteiro, 2007).

Esses serviços públicos encontram-se desigualmente estabelecidos no município, persistindo uma lógica dicotômica entre os dois lados que

compõem o território e estão divididos pela via férrea. O lado que foi loteado a partir das chácaras de laranja apresenta melhores índices de desenvolvimento do que o lado que foi loteado a partir das olarias. Da mesma forma, os bairros que se localizam mais próximos da linha férrea estão mais bem equipados de infraestrutura urbana do que os situados mais distantes, como é o caso do bairro da Chatuba.

São grandes os desafios, mas a experiência histórica sugere, em casos como os mostrados neste breve texto, que a população é sempre capaz de se organizar, reivindicar e, principalmente, conquistar e assegurar direitos.

Bibliografia

- ALVES, José Cláudio de Souza. *Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2003.
- BARROS, Gisela de Jesus. *Nossas ruas têm história*. Rio de Janeiro: Edição da autora, 2011.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. *Estatísticas eleitorais. Eleições Municipais, Mesquita*, TSE, 2000.
- CARRO do prefeito de Mesquita é atacado em Nova Iguaçu. *Revista Veja*, Rio de Janeiro, 24 nov. 2014. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/carro-do-prefeito-de-mesquita-e-atacado-em-nova-iguacu/>. Acesso em: 8 mar. 2024.
- COSTA. Carlos Eduardo Coutinho da. “*Faltam braços nos campos e sobram pernas na cidade*”: famílias, migrações e sociabilidades negras no pós-abolição do Rio de Janeiro (1888-1940). Curitiba: Appris, 2020.
- CUNHA, Bárbara Coelho Barbosa da. *Indígenas do Estado do Rio de Janeiro segundo o Censo Demográfico: perfil populacional, distribuição espacial e características do domicílio*. 2019. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2019.

CRUZ, Cinthia; RICARDO, Igor. Prefeito de Mesquita vai ficar inelegível por oito anos e terá que pagar multa de R\$ 300 mil. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 3 nov. 2016. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/prefeito-de-mesquita-vai-ficar-inelegivel-por-oito-anos-tera-que-pagar-multa-de-300-mil-20407159.html>. Acesso em: 08 mar. 2024.

FERREIRA, Marcus Vinícius de Assis. Das terras dos laranjais à formação do bairro Chatuba (1920 a 1960). *Revista Digital Simonsen*, n. 6, p. 24-32, maio 2017. Disponível em: www.simonsen.br/revistasimonsen. Acesso em: 8 mar. 2024.

FILHA do prefeito de Mesquita, no Rio, é assassinada. *Folha de S. Paulo* [Online], Rio de Janeiro, 6 mar. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u47199.shtml>. Acesso em: 8 mar. 2024.

GOMES, Flávio dos Santos. Quilombos do Rio de Janeiro no século XIX. In: GOMES, Flávio dos Santos; REIS, João José (orgs.). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2012, p. 263-290.

LIMA, Fábio Carneiro Mendonça de. *Mesquita – RJ em foco: a história da Baixada Fluminense e as relações identitárias na educação básica*. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História – PROFHISTÓRIA) – Departamento de História, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

LIRA, Ronald Apolinario de. *Um momento novo: Pastoral da Juventude e formação político-partidária na Diocese de Nova Iguaçu*. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.

MAIA, Juliana Guaraná Vieira; MACEDO, Marcelo Ernandez; MONTEIRO, Maria Gabriela. Notas sobre a participação social na Baixada Fluminense. In: MAIA, Juliana Guaraná Vieira; MACEDO, Marcelo Ernandez; MONTEIRO, Maria Gabriela (orgs.). *Sociedade em movimentos: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Imprinta Express: UERJ: Secretaria de Obras, 2007. p. 145-156.

MESQUITA. *Estudos socioeconômicos. Municípios do Estado do Rio de Janeiro*. TCE/RJ, 2021

MONTEIRO. Linderval Augusto. *Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense*. 2007. Tese (Doutorado em História Social) –

Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

NAHON, Dilceia. Entrevista. In: MAIA, Juliana Guaraná Vieira; MACEDO, Marcelo Ernandez; MONTEIRO, Maria Gabriela (orgs.). *Sociedade em movimentos: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Imprinta Express: UERJ: Secretaria de Obras, 2007, p. 15-30.

OLIVEIRA JUNIOR, Raul Rosa de. *A produção do espaço a partir do ordenamento jurídico: o caso dos municípios de Belford Roxo, Mesquita e Nova Iguaçu*. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2020.

PINHEIRO, Marcos Cesar de Oliveira; RODRIGUES, Angélica de Sá de Oliveira Bauer. Movimento social, cidadania e educação na experiência dos comitês populares democráticos na baixada fluminense (1945-1947). Anais do V Colóquio Internacional Educação, Cidadania e Exclusão. Revista CEDUCE, 2018, n.p.

PREFEITO de Mesquita, RJ, não é encontrado na cidade, dizem moradores. G1, Rio de Janeiro, 16 dez 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/prefeito-de-mesquita-na-baixada-fluminense-sumiu-da-cidade.ghtml>. Acesso em: 8 mar. 2024.

RODRIGUES, Adriano Oliveira. *De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833 – 90's): economia e território em processo*. 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

RÚBIA, Hada. Entrevista. In: MAIA, Juliana Guaraná Vieira; MACEDO, Marcelo Ernandez; MONTEIRO, Maria Gabriela (orgs.). *Sociedade em movimentos: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Imprinta Express: UERJ: Secretaria de Obras, 2007, p. 111-120.

SANTOS, Henrique Buy dos. Os Comitês Democráticos Populares na Baixada Fluminense (1945-1947). In: GARCIA, Graciela; SALES, Jean; SILVA, Lúcia (orgs.). *Capítulos da História da Baixada Fluminense: ensino e pesquisa na licenciatura de História do campus de Nova Iguaçu*. Seropédica, RJ: Ed. da UFRRJ, 2013. p. 51-70.

- SEPÚLVEDA, Vera. Depoimento. [jun, 2004]. Entrevistadora: Maria Fátima de Souza Silva. Centro de Documentação e Imagem – Cedim. Disponível em: <http://rima.im.ufrrj.br:8080/jspui/handle/1235813/68>. Acesso em: 8 mar. 2024.
- SILVA, Hélio R. S. O técnico, o político e o morador: bastidores e cena pública do Programa Nova Baixada. *Revista Periferia*, v. 2, n. 1, p. 1-27, jan/jun, 2010. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/3455>. Acesso em: 8 mar. 2024.
- SILVA, Lúcia Helena Pereira da. Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da Baixada Fluminense. *Revista Uniabeu*, Belford Roxo, v. 9, n. 21, p. 123-137, jan-abr, 2016.
- SILVA, E. R. F. da; HESPAÑHOL, R. A. M. Políticas públicas e a criação de programas governamentais de alimentação: algumas considerações. *Formação* (online), v. 26, n. 49, p. 7-35, set-dez, 2019. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/6328>. Acesso em: 8 mar. 2024.
- SILVA, Marcele. Ex-aliados se voltam contra Gelsinho. *O Dia* [online], Rio de Janeiro. 13 mar. 2015. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/odiabaixada/2015-03-14/ex-aliados-se-voltam-contra-gelsinho.html> Acesso em: 8 mar. 2024.
- SILVA, Maria Fátima de Souza. *Das terras de Mutambó ao município de Mesquita – RJ: memórias da emancipação nas vozes da cidade*. 2005. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.
- SILVA, Maria Fátima de Souza. Entrevista. In: MAIA, Juliana Guaraná Vieira; MACEDO, Marcelo Ernandez; MONTEIRO, Maria Gabriela (orgs.). *Sociedade em movimentos: trajetórias de participação social na Baixada Fluminense*. Rio de Janeiro: Imprinta Express: UERJ: Secretaria de Obras, 2007, p. 67-74.
- SILVA, Percival Tavares da. *Origem e trajetória do Movimento Amigos de Bairros em Nova Iguaçu (MAB 1974/1992)*. 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1993.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita, RJ: Editora Entorno, 2007.

SOUTO, Adriana Branco Correia. *As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense: (1910/1933)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, RJ, 2016.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *E os pomos eram de ouro: a importância da Citricultura de Nova Iguaçu para a economia fluminense e brasileira nas décadas de 1920 a 1940*. Monografia (Licenciatura em História). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, 2015.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: transformações sociais em Nova Iguaçu*. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1992.

TAVARES, Rossana Brandão. *As várias Mesquitas das várias Baixadas: vitalidade e desigualdade no território fluminense*. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

TORRES, Gênesis (org.). *Baixada Fluminense: a construção de uma história: sociedade, economia, política*. Rio de Janeiro: Inepac, 2008.

SOBRE OS AUTORES E AUTORAS

Adriana Maria Ribeiro estudou em escola pública de periferia, é professora de História na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro e na rede municipal de Nova Iguaçu. Possui graduação (2000) em História pela Universidade Federal Fluminense, mestrado (2013) e doutorado (2018) em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Allofs Daniel Batista. Doutorando em História pela Universidade Federal do Rural do Rio de Janeiro. Professor Doc I - História do Secretaria Municipal de Educação - Duque de Caxias.

Jean Rodrigues Sales. É professor Associado da UFRRJ, campus de Nova Iguaçu, e membro do corpo permanente do Programa de Pós-graduação em História na mesma instituição. Possui mestrado (2000) e doutorado (2005) em História pela Universidade Estadual de Campinas; Doutorado em História Contemporânea - Bolsa Sanduíche pela Universidade da Borgonha - Dijon - França (2005). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República e História Contemporânea, atuando principalmente nos seguintes temas: golpe e ditadura militar pós-1964; história recente da Baixada Fluminense; partidos e movimentos de esquerda; anistia e abertura política.

Lucia Helena Pereira da Silva. Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1987), graduação em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1995), doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) com pós-doutoramento em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é professora associada do curso de História, campus Nova Iguaçu, e docente permanente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Urbana, atuando principalmente com história do urbanismo. Pesquisa atualmente os seguintes temas: Administração pública e planejamento urbano na Baixada Fluminense e história da urbanização da Baixada Fluminense.

Roberta de Souza Campos é licenciada (2011) e mestre em História pela UFRRJ (2015). É educadora popular de Pré-vestibulares Comunitários, Populares e Sociais desde 2008. Atualmente é professora de História da Rede Municipal de Itaguaí (2013) e professora de Ensino Religioso Afro-brasileiro da Rede Municipal do Rio de Janeiro (2012).

Silene Orlando Ribeiro. Doutora em história pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e professora da Escola Estadual Vera Cruz – São João de Meriti.

Vinícius dos Santos Fernandes nasceu em São João de Meriti e é residente de Nova Iguaçu. É mestre em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Possui especialização em Ensino de História pelo Colégio Pedro II. É professor da educação básica, tendo passado pela rede pública do Estado do Rio de Janeiro, onde lecionou no município de São João de Meriti e nas redes públicas dos municípios de Seropédica, Mesquita, Armação dos Búzios e Teresópolis.

Acesse os materiais de apoio pedagógico no QR Code abaixo





A Editora Fi é especializada na editoração, publicação e divulgação de produção e pesquisa científica/acadêmica das ciências humanas, distribuída exclusivamente sob acesso aberto, com parceria das mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e exterior, assim como monografias, dissertações, teses, tal como coletâneas de grupos de pesquisa e anais de eventos.

Conheça nosso catálogo e siga as nossas páginas nas principais redes sociais para acompanhar novos lançamentos e eventos.



www.editorafi.org
contato@editorafi.org

A elaboração deste livro surgiu de uma demanda recorrente de professores e professoras do ensino fundamental e médio da Baixada Fluminense. Elas e eles buscavam trabalhar em suas escolas com a temática do ensino da história da região e não encontravam um livro que apresentasse esse conteúdo de forma acessível para ser utilizado em sala de aula. Também é unanimidade entre os especialistas de ensino a importância para a construção do conhecimento histórico das crianças e adolescentes a compreensão da historicidade de seu próprio meio e das relações sociais em que vivem. Por outro lado, tem sido um desafio para as universidades incorporar a seus currículos os aspectos locais, uma vez que, tradicionalmente, os cursos de história estão divididos em grandes áreas, tais como Teoria da História, História Antiga, Medieval, Moderna, Contemporânea, História do Brasil e, incorporada mais recentemente, História da África. Nessa grade curricular, muito pouco espaço resta para a história regional. Um último elemento que dificulta o ensino da história local é a falta de materiais didáticos para esse fim, na medida em que não sendo objeto de políticas públicas federais, não desperta o interesse das grandes editoras de livros didáticos.

